UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MATHEUS TREUK MEDEIROS DE ARAUJO

O IMPÉRIO AQUEMÊNIDA EM HERÓDOTO: IDENTIDADE E POLÍTICA NAS *HISTÓRIAS*
(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

O IMPÉRIO AQUEMÊNIDA EM HERÓDOTO: IDENTIDADE E POLÍTICA NAS *HISTÓRIAS*
(VERSÃO CORRIGIDA)

Matheus Treuk Medeiros de Araujo

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em História Social.

Programa de Pós-Graduação em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rede

(De acordo com a versão corrigida - aval do Orientador - São Paulo, 21/11/2018)

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

A663i Araujo, Matheus Treuk Medeiros de
 O Império Aquemênida em Heródoto: identidade e política nas
Histórias / Matheus Treuk Medeiros de Araujo ; orientador Marcelo
Rede. - São Paulo, 2018.
 367 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Heródoto. 2. Império Persa Aquemênida. 3. Behistun. 4.
hegemonia. 5. império. I. Rede, Marcelo, orient. II. Título.

Nome: Matheus Treuk Medeiros de Araujo

Título: O Império Aquemênida em Heródoto: Identidade e Política nas Histórias

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em História Social.

Programa de Pós-Graduação em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rede.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Aparecido Rede

Instituição: FFLCH - USP

Presidente da Banca

Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

Instituição: UFRGS

Prof. Dr. Breno Batistin Sebastiani

Instituição: FFLCH - USP

Prof. Dr. Henrique Mondanez de Sant'Anna

Instituição: UnB

Matrícula no Programa de História Social: 1º de fevereiro de 2013.

Qualificação: 19 de novembro de 2015.

Data de Depósito: 25 de maio de 2018.

Data de Aprovação da Banca: 21 de setembro de 2018.

Resumo

Essa tese tem por objetivo analisar as percepções gregas do Império Persa Aquemênida e outros impérios orientais enquanto entidades políticas, com ênfase sobre o olhar remoto de Heródoto. Em primeiro lugar, o autor resume o estado da pesquisa acadêmica sobre as *Histórias* de Heródoto e sobre as atitudes gregas em relação à Pérsia, num esforço de esclarecer a complexidade das relações greco-persas, que, de acordo com a pesquisa mais recente, não eram apenas hostis, mas repletas de receptividade. A seguir, o autor examina as ideias persa e assíria de império, bem como suas organizações imperiais concretas. Analisa-se demoradamente a iconografia real persa e conceitos políticos tais quais *bumi-* e *xšaça-*, concluindo-se que estes poderiam veicular uma ideia inovadora de império, embora profundamente enraizada em tradições mesopotâmicas anteriores. Descreve-se a maneira como as fontes clássicas nomearam o “império” ao longo do tempo, com atenção particular à formulação de autores mais antigos como Heródoto, Ésquilo e Tucídides. O autor se esforça para explicar em cada caso o uso de *hēgemonía*, *archē* e até mesmo *pólis* para designar o Império Persa. Por fim, o autor examina a terminologia de Heródoto usada para designar o Império Aquemênida e como ela demonstra uma estratégia de alusões e ressonâncias com implicações críticas quanto à política expansionista de Atenas. Propõe-se que Atenas incorporou as ideias persas de império, enquanto, paradoxalmente, denunciava sua violência e tirania internacional. Essa postura contraditória teve seus impactos sobre historiadores como Heródoto e Tucídides e é uma chave interpretativa instrutiva para as *Histórias*.

Palavras-chave: Heródoto; Império Persa Aquemênida; Behistun; hegemonia; império.

Abstract

This thesis aims to analyze Greek perceptions of the Achaemenid Persian Empire and other Near Eastern empires taken as political entities, emphasizing the early look of Herodotus. The author first summarizes the state of scholarly research on Herodotus' *Histories* and Greek attitudes towards Persia in an effort to clarify the complexity of Greco-Persian relations, which, according to the most recent research, were not only hostile, but also full of receptivity. The author examines next Assyrian and Persian ideas of empire and their concrete imperial organizations. One analyzes at length Persian royal iconography and political concepts such as *bumi-* and *xšaça-*, concluding that these could convey an innovative idea of empire, albeit deeply rooted in older Mesopotamian traditions. One describes the way classical sources named the "empire" over time, with particular attention to the wording of early authors such as Herodotus, Aeschylus, and Thucydides. The author strives to explain in each case the use of *hēgemonía*, *arché*, and even *pólis* to designate the Persian Empire. Finally, the author examines Herodotus' terminology to name the Achaemenid Empire and how it conveys a strategy of allusions and resonances with critical overtones towards Athenian expansive policy. One proposes that Athens paradoxically incorporated Persian ideas of empire, while publicly denouncing Persian violence and international tyranny. This contradictory stance had its impacts over historians such as Herodotus and Thucydides and it is an instructive interpretative key to the *Histories*.

Keywords: Herodotus; Achaemenid Persian Empire; Behistun; hegemony; empire.

Résumé

La présente thèse a pour but d'analyser les perceptions grecques de l'Empire Perse Achéménide et d'autres empires proche-orientaux, en tant qu'entités politiques, en soulignant le regard plus ancien d'Hérodote. Premièrement, l'auteur résume l'état de la recherche académique sur les *Histoires* d'Hérodote et les attitudes grecques face à la Perse afin de clarifier la complexité des rapports gréco-perses, que, d'après la recherche plus récente, n'étaient pas que d'hostilité, mais aussi réceptives. Ensuite, l'auteur étudie les idées perses et assyriennes d'empire, ainsi que ses organisations impériales effectives. On étudie en détail l'iconographie royale perse et les concepts politiques tels que *bumi-* et *xšaça-*, concluant qu'ils pouvaient véhiculer une idée innovatrice d'empire, bien que profondément enracinée dans des traditions plus anciennes de la Mésopotamie. On décrit la façon dont les sources classiques nommaient l'« empire » au cours du temps, soulignant les formulations plus anciennes d'auteurs tels que Hérodote, Eschyle et Thucydides. L'auteur s'efforce pour expliquer dans chaque cas l'usage d'*hēgemonía*, *archē*, et même *pólis* pour désigner l'Empire Perse. Finalement, l'auteur étudie la terminologie d'Hérodote pour nommer l'Empire Achéménide et la façon dont elle fait partie d'une stratégie de références et de résonances avec des connotations critiques par rapport à la politique expansionniste d'Athènes. On propose qu'Athènes a incorporé d'idées perses d'empire, en même temps qu'elle dénonçait, paradoxalement, la violence et la tyrannie internationale de la Perse. Cette posture contradictoire eut des conséquences sur les historiens tels que Hérodote et Thucydides et c'est une éclairante clé interprétative pour lire les *Histoires*.

Mots-clés: Hérodote; Empire Perse Achéménide ; Behistun ; hégémonie ; empire.

*Aos meus pais, Jotabê Medeiros e Marlene
Treuk, que tanto amo e dos quais tanto me
orgulho.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente tese (2013-2018) foi possível, sobretudo, graças ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo n.º 2016/14318-0), que me concedeu uma bolsa de doutorado direto nos últimos dois anos de minha pesquisa. O presente trabalho também foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES/ Código de Financiamento 001) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me concederam uma bolsa regular de mestrado e, mais tarde, quando este foi convertido em doutorado direto, uma bolsa correspondente, durante os primeiros meses de 2016. Além disso, devo à CAPES uma profícua bolsa de doutorado sanduíche na Itália (CAPES - Processo n.º 88881.135183/2016-01). Para além do financiamento, devo lembrar o suporte essencial do Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e de todos os seus funcionários e membros.

Agradeço ainda o incansável apoio e os valiosos ensinamentos de meu orientador, o professor Dr. Marcelo Rede, um profissional ímpar e que tanto orgulha a nossa Faculdade. Agradeço aos professores Breno Battistin Sebastiani e Miguel Palmeira pelos inestimáveis conselhos em minha banca de qualificação, bem como os professores Anderson Zalewski Vargas, Henrique Modanez de Sant'Anna e, mais uma vez, Breno, por seus apontamentos em minha banca de defesa. Agradeço aos professores Paula da Cunha Côrrea, Carlos Gonçalves, Luise Frenkel, Pierfrancesco Callieri, Marcelo Cândido da Silva, Davide Nadali, Marcos Napolitano e José Marcos Macedo por seu suporte imprescindível em aspectos técnicos e acadêmicos. Sou absolutamente grato à *École Française de Rome* por ter me recebido como aluno bolsista estrangeiro no ano de 2017. Agradeço em especial a sua excelentíssima diretora, Catherine Virlouvet, bem como a seu diretor de estudos para a Antiguidade à época, Stéphane Bourdin. Agradeço também aos colegas e amigos da *ÉFR*, particularmente Guillaume e Daniela.

Esta pesquisa efetivamente não teria sido possível sem o apoio de Renato Carvalho, Anita Fattori, Carolina Velloza, Leandro Ranieri e Érika Maynart, membros do *Laboratório do Antigo Oriente Próximo (LAOP)*, do qual faço parte, e Otávio Luiz Vieira Pinto, membro do *Middle Persian Studies (MPS)*. Agradeço também aos demais membros do MPS, em especial ao professor Vicente Dobroruka, e aos demais amigos do LAOP, em especial Rafael,

André e Samuel. Agradeço também aos colegas do LEIR-MA, em especial Pedro Pizza e Camila Condilo.

Agradeço à Biblioteca do Vaticano e a Sua Santidade, o papa, por terem me concedido acesso ao seu acervo de livros impressos e manuscritos. Agradeço também à *École Française d'Athènes* e às bibliotecas do Instituto Arqueológico Alemão em Atenas e Roma por terem me garantido acesso ao seu rico acervo. Por fim, agradeço à Universidade de São Paulo, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ao Museu de Arqueologia e Etnografia, bem como à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, com suas respectivas bibliotecas, por terem me providenciado todo suporte técnico e material possível para esta pesquisa.

No âmbito privado, minha gratidão se direciona em especial à minha família, minha mãe e meu pai, aos quais dedico a tese inteira, a minha amada irmã, Laura, a meus irmãos Bento e Tito e a minha sobrinha Liz, que tanto iluminam minha vida e os quais espero que se interessem pela Antiguidade no futuro. A todos os meus tios e primos, em especial Gabriela Medeiros, por seu amor incondicional, Gabriela e Selenia Treuk, Marcos e Fabíola, Márcio e Vanessa. A familiares que perdi durante o longo processo de redação desta tese, minha avó Aparecida de Marchi, meu avô Mikhail Treuk e meu tio Jackson Medeiros, que se registre o quanto contribuíram para minha formação intelectual e o quanto fazem falta. Agradeço a meu padrasto Alessandro Janoni e a minha madrastra Giovana Tucci por sempre terem me prestado todo apoio emocional e material possível. A bem da verdade, nenhuma tese teria sido possível sem a formação humanista que me foi dada por minha família, no seio da qual aprendi a amar e respeitar as diferenças, a democracia e a justiça social.

Por fim, agradeço à minha melhor amiga, a doce Natália Calejuri, sem a qual teria enlouquecido ao longo do processo. E a meus tão amados amigos, historiadores, juristas e pesquisadores de toda sorte, com os quais debati historiografia e filosofia e, mais do que isso, com os quais atravessei momentos especiais e inesquecíveis: à formidável Alexandra Sotirakis, ao doce Vitor Schvartz, à fantástica Patrícia Guimarães, ao excepcional Thiago Fortunato, ao amado Mario Monteiro e à incomparável Nlie. Agradeço, ainda, à sensível Rayssa, ao sábio Cristiano, à justa Luma, ao amado Luciano, à inteligente Muriel, à competente Milena, aos brilhantes Bruno e Rodrigo, à maravilhosa Laura, à doce Natália Simone, à corajosa Bizu, ao genial Eduardo, bem como os queridos Alec, Victor, Rodrigo (e toda a nossa equipe amadora de futebol, o “Pico della Mirandola”), aos amados Sacha, Polda, Gui Kamitsuji, Paulo, Letícia, Clara, Caio, Mathilde, Romario, Tais Mendes., Luiz Giacomo, Max, Iara, Murillo, Ricardo, Anita, Luis Fellipe, Bárbara Costa, João Teófilo, Oliver, Diego, Tiago B., Thiago Venturott, Jun, André Bertacchi, Paula Bon, Maísa (e colegas do Sabin).

Agradeço, por último, à minha professora e amiga Marta Rovai, quem primeiro deu-me a conhecer a Pérsia dos aquemênidas.

Todos os eventuais erros são de minha inteira responsabilidade.

*So we beat on, boats against the current,
borne back ceaselessly into the past.*

(Francis Scott Fitzgerald, *The Great Gatsby*)

Notas e Lista de abreviações

Nota: para nos referirmos a palavras gregas e persas, usamos os termos transliterados em itálico (ex. *éthnos*), mas quando citamos trechos parciais ou inteiros, o próprio alfabeto grego é usado, geralmente seguido de tradução, conforme a prática convencional. Adotamos as normas de transliteração e traduzimos os nomes gregos e persas por suas formas consolidadas em português. Quando discutimos termos empregados por Heródoto, referimo-nos às suas formas jônicas.

Instrumentos virtuais: a redação da presente tese foi favorecida pela disponibilidade de vários sites especializados para levantamento terminológico, busca de manuscritos e inscrições, entre os quais: o repositório Pinakes de textos e manuscritos gregos, confiado ao *Institut de Recherche et d'Histoire des Textes*;¹ a base de dados de David Jenkins, do Centro de Estudos Helênicos da Universidade de Princeton;² o repositório virtual de textos clássicos Perseus (Perseus Digital Library) da Tufts University;³ e a ferramenta de busca virtual de inscrições gregas do Packard Humanities Institute, da Cornell University.⁴

Traduções: as traduções de citações são nossas, sempre que não especificado de outra forma.

Abreviações: para abreviações de obras gregas e latinas, são usadas as normas do léxico Liddell-Scott-Jones (LSJ) e do Oxford Latin Dictionary. As citações de documentos persas seguem convenções consolidadas pelos iranistas, encontradas em SCHMITT, 2009.

Abreviações comuns

A. Per.: Ésquilo, Os Persas.

A. Pr.: Ésquilo, Prometeu Acorrentado.

A. Th. : Ésquilo, Os Sete contra Tebas.

Amm. Marc.: Ammiano Marcellino

Ar.Eq.: Aristófanes, Os Cavaleiros.

Arist. Pol.: Aristóteles, Política.

Arist. Ret.: Aristóteles, Retórica.

¹ Pinakes. Disponível em: <<https://goo.gl/cguLe5>>. Último acesso em: 11 de março de 2018.

² Digitalized Greek Manuscripts. Disponível em: <<https://goo.gl/WhHM5K>>. Último acesso em: 11 de março de 2018.

³ Perseus Digital Library. Disponível em: <<https://goo.gl/S7D8n>>. Último acesso em: 11 de março de 2018.

⁴ Searchable Greek Inscriptions. Disponível em: <<https://goo.gl/VBcTox>>. Último acesso em: 11 de março de 2018.

Arr. An.: Arriano, Anábase de Alexandre.
 Ath.: Aristóteles, A Constituição dos Atenienses.
 A¹P: Inscrição de Artaxerxes I em Persépolis.
 A²H: Inscrição de Artaxerxes II de Ecbátana.
 A²S: Inscrição de Artaxerxes II em Susa.
 A³P: Inscrição de Artaxerxes III em Persépolis.
 CAD: The Assyrian Dictionary of the Oriental Institute of the University of Chicago.
 CAH: Cambridge Ancient History.
 DB: Inscrição de Dario I em Behistun.
 D.C.: Dião Cássio.
 DE: Inscrição de Dario em Gandj Nameh.
 DN: Inscrição de Dario I em Naqsh-i Rostam.
 DP: Inscrição de Dario I em Persépolis.
 DS: Inscrição de Dario I em Susa.
 DZ: Inscrição de Dario I em Suez.
 D²H: Inscrição de Dario II, em placa de ouro, Ecbátana.
 FGrH: Fragmente griechischer Historiker, ed. Felix Jacoby, Berlim, Leiden, 1923-58.
 Hdt.: Heródoto.
 Hp. Aer. Hipócrates, Dos Ares, Águas e Lugares.
 J. AJ.: Flávio Josefo, Antiguidades Judaicas.
 LSJ: LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. A Greek-English Lexicon. Revisado e ampliado por Sir Henry Stuart Jones. Oxford: Clarendon Press, 1968.
 PF: Tablettes da Fortificação de Persépolis (Persepolis Fortification Tablets, Hallock, 1969).
 Pi. O.: Píndaro, Odes Olímpicas.
 Pl. Criti.: Platão, Crítias.
 Pl. Epin.: Platão, Epínomis.
 Pl. Euthyd.: Platão, Eutidemo.
 Pl. Leg.: Platão, As Leis.
 Plb.: Políbio.
 Plu. Alex.: Plutarco, Vida de Alexandre.
 Plu. Art.: Plutarco, Vida de Artaxerxes.
 PT: Tablettes do Tesouro de Persépolis (Persepolis Treasury Tablets, Cameron, 1948).
 S. OT: Sófocles, Édipo Rei.
 ŠKZ: Inscrição de Shapur I em Naqsh-i Rostam (Ka'baye Zardosht).

Str.: Estrabão.

Th.: Tucídides.

X. An.: Xenofonte, Anábase.

X. Cyr.: Xenofonte, Ciropédia.

XE: Inscrição de Xerxes em Gandj Nameh.

XP: Inscrição de Xerxes em Persépolis.

XS: Inscrição de Xerxes em Susa.

XV: Inscrição de Xerxes em Tušpa.

Edições e referências

Não temos “um” Heródoto. O que temos são dezenas de manuscritos medievais contendo o texto completo ou parcial⁵ e fragmentos em papiros do início de nossa era.⁶ Segundo Phillipe-Ernest Legrand, as divergências dos textos de que dispomos, geralmente erros ortográficos e variações dialetais, se deveriam a equívocos dos copistas. Pode-se, portanto, presumir uma unidade da tradição remanescente.⁷

Os manuscritos reputados mais fieis são o “Laurentianus”, 70.3, datando do século X;⁸ o “Angelicanus” (Ang. gr. 83), datando do século XI;⁹ o “Vaticanus” (Vat. gr. 2369), do século XI; O “Parisinus” (gr. 1633), do século XIV;¹⁰ o “Romanus” (Vat. gr. 123), também do século XIV; um manuscrito do Emmanuel College, em Cambridge, do século XIV ou XV;¹¹ o “Vindobonensis”, datando do século XIV (hist. gr. 85);¹² e o “Vaticanus Urbinas” (Barb. gr. 88), do século XIV.¹³ Estes são amiúde separados em duas famílias distintas, a “Romana” e a “Florentina”, em referência aos mais antigos exemplares de cada estirpe. As diferenças são formais e ortográficas, e Legrand aponta uma fidedignidade maior da família Florentina, por se aproximar mais dos papiros.¹⁴

Para uma adequada reconstrução da tradição remanescente, as melhores edições críticas são as de Karl Hude, Clarendon Press,¹⁵ aqui adotada, e, mais recentemente, Haiim Rosén, da Teubner.¹⁶ Da coleção “Budé”, Belles Lettres, temos a edição de Philippe-Ernest Legrand,¹⁷ com sua elucidativa e *longissima ‘introductione’*.¹⁸ Do século XIX, a edição de

⁵ O interessado pode consultar uma relação de manuscritos no portal Pinakes, Disponível em: <<http://pinakes.irht.cnrs.fr/notices/oeuvre/6860/>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

⁶ Para a relação de papiros, Cf. ROSÉN, 1987, p. lxvi.

⁷ LEGRAND, 1932, p. 185-188.

⁸ Detido pela Biblioteca Laurenziana, em Florença, sob o título Plut. 70.3., anteriormente digitalizado sob o endereço <<https://goo.gl/fVedUP>>, mas atualmente indisponível. Seu endereço no catálogo é: <<https://goo.gl/GoUiP3>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

⁹ Detido pela Biblioteca Angelica, em Roma, sob o título Ang. gr. 83, acessível pelo link: <<https://goo.gl/gx52p2>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

¹⁰ Detido pela Bibliothèque Nationale de France, em Paris, sob o título gr. 1633. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10722149z>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

¹¹ Também conhecido como “Sancroftianus” em referência ao seu antigo dono, o arcebispo da Cantuária, William Sancroft, sob a localização I.2.09 (30).

¹² Detido pela Österreichische Nationalbibliothek.

¹³ Detido pela Biblioteca Vaticana e integralmente disponível online em: <https://digi.vatlib.it/view/MSS_Barb.gr.88>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

¹⁴ LEGRAND, op. cit., p. 190.

¹⁵ HUDE, 1908.

¹⁶ ROSÉN, op. cit..

¹⁷ LEGRAND, 1932.

¹⁸ O comentário é de ROSÉN, op. cit., p. xlviii.

Heinrich Stein, com comentários valiosos, é a mais lembrada.¹⁹ Ao citar o texto grego, optaremos pela **versão de Hude**. As edições utilizadas para os demais autores são indicadas na bibliografia, em seção intitulada “fontes primárias e edições críticas adotadas”. Comentários e edições alternativas serão incluídos na bibliografia secundária.

¹⁹ STEIN, 1869.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: OCORRÊNCIAS DE XŠAÇA- NAS INSCRIÇÕES REAIS AQUEMÊNIDAS.	144
TABELA 2: OCORRÊNCIAS DE BUMI- NAS INSCRIÇÕES REAIS AQUEMÊNIDAS.....	159
TABELA 3: OCORRÊNCIAS DE ARCHÉ NO LIVRO I DAS <i>HISTÓRIAS</i>	206
TABELA 4: OCORRÊNCIAS DE HĒGEMONÍĒ NAS <i>HISTÓRIAS</i>	240

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1: CARREGADORES DO TRONO, PERSÉPOLIS.....	176
FIGURA 2: TUMBA DE XERXES	177
FIGURA 3: HÊGEMONÍÊ EM HERÓDOTO POR AMBIENTAÇÃO.	245
FIGURA 4: HÊGEMONÍÊ EM HERÓDOTO POR QUALIDADE DO TITULAR.....	246

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1: CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE	26
1.1 “NA CASA DE MEU PAI HÁ MUITAS MORADAS”: HERÓDOTO NA PESQUISA ACADÊMICA	27
1.2 O IMPÉRIO PERSA NAS FONTES CLÁSSICAS: TEMAS E DEBATES	34
1.3 GRÉCIA E ORIENTE: INCORPORAÇÃO E RECEPÇÃO CULTURAL	42
1.4 “PAROLE, PAROLE, PAROLE”: NOMEAR O IMPÉRIO PERSA	45
1.5 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	50
CAPÍTULO 2: ATENAS E PÉRSIA NO PERÍODO CLÁSSICO: HISTÓRIA E FERRAMENTAS CONCEITUAIS...	54
2.1 GUERRAS MÉDICAS E “ESFERAS DE CONTATO”	56
2.1.1 HOSTILIDADE À PÉRSIA EM ATENAS	62
2.1.2 RECEPTIVIDADE À PÉRSIA EM ATENAS	66
2.1.3 “ANTES QUE ANOITEÇA”: O MUNDO DE HERÓDOTO	70
2.1.4 OS PERSAS DE HERÓDOTO	78
2.1.5 HERÓDOTO, O MENTIROSO.	82
2.1.6 UMA ÉTICA DA MODERAÇÃO	87
2.2 ESTADO: CONCEITOS E NOÇÕES	94
2.2.1 POLIS, UM TIPO DE ESTADO?	100
2.2.2 ÉTHNOS E KOINÓN	106
2.2.3 A NOÇÃO DE IMPÉRIO	111
CAPÍTULO 3: O IMPÉRIO PERSA AQUEMÊNIDA	116
3.1 O PRIMEIRO QUE DISSE	120
3.1.1 IMPÉRIO NEOASSÍRIO	121
3.1.2 IMPÉRIO NEOBABILÔNICO	125
3.1.3 ANTIGO ISRAEL	127
3.2 TERMINOLOGIA PERSA	130
3.2.1 O AVESTA	131
3.2.2 A INSCRIÇÃO DE BEHISTUN	133
3.2.3 XŠAÇA-, DAHYU-, BUMI-	138
3.2.4 ICONOGRAFIA REAL	164
3.3 OS MODELOS DE HERÓDOTO EM CONTEXTO HISTÓRICO	178
3.3.1 A MÉDIA FOI UM IMPÉRIO?	178
3.3.2 A RICA LÍDIA	183
3.3.3 PÉRSIA	186
CAPÍTULO 4: NOMEANDO O INIMIGO: O IMPÉRIO AQUEMÊNIDA NAS FONTES CLÁSSICAS	200
4.1 O IMPÉRIO PERSA COMO <i>ARCHĒ</i>	205

4.1.1	A <i>ARCHÊ</i> DOS GREGOS	219
4.1.2	DEPOIS DE HERÓDOTO	222
4.1.3	CONCLUSÕES	230
4.2	UM CONTO DE DUAS CIDADES: O IMPÉRIO PERSA COMO <i>PÓLIS</i>	232
4.3.	“ME CHAME PELO SEU NOME”: <i>HEGEMONÍÊ</i> E IMPÉRIOS ORIENTAIS EM HERÓDOTO	239
4.3.1	A <i>HÊGEMONÍÊ</i> DO SÉCULO V A.C. A DIÃO CÁSSIO	253
CAPÍTULO 5: “O IMPÉRIO CONTRA-ATACA”: DA INCORPORAÇÃO À NARRATIVA		260
5.1	<i>BASILEIA, REGNA E REGNUM PERSARUM</i>	260
5.1.1	PÉRSIA E REALEZA, OU: HERÓDOTO, O ANTI-MONARQUISTA?	262
5.1.2	“MEU REINO POR UM CAVALO!” <i>BASILÊÍÊ</i> PERSA EM HERÓDOTO	272
5.1.3	A PÉRSIA NOS “HISTORIADORES DE ALEXANDRE”	277
5.1.4	“GUERRA DOS MUNDOS”: O IMPÉRIO PERSA COMO <i>REGNUM</i> E <i>IMPERIUM</i>	282
5.1.5	O IMPÉRIO TARDIO E A TERMINOLOGIA DE AMMIANO MARCELLINO	288
5.2	<i>ÉTHNOS</i> E IMPÉRIO PERSA EM HERÓDOTO	292
5.3	O IMPÉRIO PERSA VISTO PELOS AUTORES CLÁSSICOS.....	298
5.3.1	ATENAS E PÉRSIA: MECÂNICA DA INTERAÇÃO CULTURAL	299
5.3.2	PÉRSIA, UMA ILUSÃO? O IMPÉRIO AQUMÊNIDA NAS <i>HISTÓRIAS</i> DE HERÓDOTO.....	311
CONCLUSÃO		320
BIBLIOGRAFIA		322
FONTES PRIMÁRIAS E EDIÇÕES CRÍTICAS ADOTADAS.....		322
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS		325
ÍNDICE REMISSIVO.....		364

INTRODUÇÃO

A imensa profusão de publicações sobre Heródoto na atualidade representa mais do que uma natural e merecida veneração à vetustez ou ao pioneirismo das *Histórias*.²⁰ Inventores, gênios e mestres da criação, reais ou supostos, estão sujeitos ao esquecimento, a depender do interesse que o seu legado inspire em cada época. Este mesmo esquecimento, do qual Heródoto desejou salvar os feitos de gregos e bárbaros, conforme confessa no proêmio, é o par necessário de toda memória e, logicamente, de toda história. Só podemos lembrar porque escolhemos esquecer. Do contrário, a experiência humana se tornaria um emaranhado de fatos sem sentido e um insuportável arquivo de conchas ocas.²¹

Se a pura antiguidade não é razão suficiente para a fama de nosso historiógrafo (ou melhor, “investigador”),²² talvez devamos procurar noutra parte o vigor de seu legado. Parece, em verdade, que o estatuto canônico de Heródoto para uma importante disciplina moderna está na raiz do persistente interesse por sua obra. A História, não é novidade, vê-se objeto de duros e incessantes ataques pelo menos desde a década de 1980.²³ Colocada no centro de um debate epistemológico e teórico que questiona a correspondência do discurso científico, em geral, e historiográfico, em particular, com a verdade (quando se acredita, de todo, nesta categoria), a obra de Heródoto de Halicarnasso adquiriu um significado especial. Muitos acadêmicos, desejosos de revelar a parcialidade do discurso historiográfico, a relatividade de seus métodos e sua cumplicidade com práticas de dominação, dissecaram a obra do “pai da História”, denunciando seu caráter etnocêntrico e enviesado. Uma metonímia dos descaminhos da História, a obra de Heródoto foi, assim, severamente criticada, a fim de purgar a modernidade de seus próprios demônios.

Mas essa impressão é apenas parcialmente verdadeira. Também pela régua do outro partido, o “positivismo” *stricto sensu* ou *avant la lettre*, Heródoto caiu cedo em descrédito.

²⁰ Heródoto fala, na realidade, da apresentação de sua *História* (ἱστορίας ἀπόδεξις), no genitivo singular. O título no plural provém da tradição alexandrina. Por convenção, mantemos o plural ao longo da tese. Cf. DARBO-PESCHANSKI, 1987, p. 11.

²¹ LOWENTHAL, 2003, p. 204-205.

²² Em grego antigo, o termo *historiē* se refere, originalmente, a um conhecimento que se obtém mediante inquérito ou consulta. Na época de Heródoto, a expressão está intimamente relacionada à pesquisa sobre fenômenos da natureza, algo que poderíamos chamar de averiguação “científica”. A ideia de história enquanto gênero textual, o estudo do passado, é uma construção gradual. Mais correto, portanto, seria chamar Heródoto de “pesquisador” ou “investigador”. Cf. THOMAS, 2002, p. 9; 161-167; DARBO-PECHANSKY, 2007, p. 29; 32. *Infra*, capítulo 2.

²³ Sugere-se, para uma visão completa, a coletânea organizada por JENKINS, 1998.

Sua obra, como será adiante abordado, foi encarada na Antiguidade como um conjunto de fábulas destinadas a entreter, sem compromisso com a verdade. E, muito mais tarde, Heródoto teria como principais críticos os intelectuais formados naquela mesma disciplina de que, ironicamente, haveria de se tornar patrono.

O autor, portanto, tem sido reprovado por duas posições epistemológicas dissonantes e historicamente afastadas e, para ser preciso, por duas posturas científicas francamente antagônicas. Ironicamente, de maneira talvez jamais imaginada pelo próprio Heródoto, sua celebridade hoje independe de uma temática narrativa particular, o suposto conflito entre Ocidente e Oriente, as grandes façanhas de gregos e bárbaros ou a alegada vitória da liberdade helênica contra o despotismo. Mais do que isso, ela está irremediavelmente atrelada a um empreendimento humano fundamental, a busca pelos critérios do verdadeiro e do falso.

Eis a origem do vigor e da vitalidade de Heródoto de Halicarnasso. E, igualmente, a razão pela qual continua a ser tão trabalhoso dominar a extensa bibliografia a seu respeito, mesmo em exames pontuais da obra. Estudos de sofisticação filosófica e linguagem elegante compõem o conjunto de comentários sobre o investigador. Sua narrativa é alvo de exames filológicos detalhados. E, amiúde, chaves interpretativas as mais diversas são propostas para as suas *Histórias*.

O presente estudo se destina ao exame da terminologia utilizada por Heródoto para se referir ao Império Persa Aquemênida e outros impérios orientais enquanto entidades políticas. O tratamento dispensado por Heródoto às assim chamadas “monarquias orientais” pressupõe um conhecimento conjunto e integrado das *Histórias*, depende de qualificada contextualização histórica e conduz a considerações sobre alteridade e política na Grécia Clássica. Num primeiro momento, contudo, exige também a estrita reavaliação da bibliografia acadêmica sobre o tema e o estado atual da pesquisa nesta seara.

Ao longo desta tese, contudo, esforçaremos-nos por demonstrar que a mais importante distinção política entre gregos e bárbaros nas *Histórias* não é relativa a uma forma constitucional, como frequentemente se aponta, mas, na verdade, a um tipo de Estado. A “helenicidade” do século V a.C., como toda ideia de identidade, foi uma construção social que atendeu a determinados interesses políticos na Grécia Clássica,²⁴ e, sem dúvida, o discurso da identidade grega ressaltou as diferenças de gregos e não-gregos quanto a seus regimes políticos, seus hábitos culturais ou seus sistemas de disciplina marcial. Defendendo uma perspectiva que tem ganhado força, contudo, recusaremos que Heródoto tenha reproduzido

²⁴ Sobre etnicidade no mundo antigo, Cf. MCINERNEY, 2014 e discussão a seguir.

acriticamente uma clivagem fundamental entre gregos e persas enraizada, sobretudo, na distinção entre democracia e monarquia ou entre isonomia e despotismo. Na verdade, é o domínio imperial de persas e seus predecessores que surge como a imaginada fronteira entre gregos e não-gregos, ainda que essa baliza seja altamente permeável e porosa. Isso porque o império, originalmente um atributo oriental, seria logo incorporado pelos atenienses, tornando-se inviável qualquer leitura essencialista da distinção. Heródoto, ao que tudo indica, jamais imaginou uma separação incontornável e genética entre gregos e bárbaros e, na verdade, subverteu noções de alteridade sedimentadas pelo senso comum, relativizando seus limites.²⁵ As *Histórias* apresentam uma visão da cultura como fenômeno mutável e elástico.²⁶ A percepção de que os atenienses poderiam vir a reproduzir, perigosamente, uma estrutura de dominação até então desconhecida entre os helenos, deve ter contribuído para essa perspectiva da dinamicidade cultural.

Em todos os casos, a terminologia das *Histórias* para nomear o Império Aquemênida será comparada com o repertório de outras fontes, sobretudo os historiadores da tradição greco-romana. O cotejamento de Heródoto com autores do período clássico, helenístico e romano é de relevância subsidiária, reforçando a singularidade de algumas práticas e assentando a tese num plano seguro de longa duração. No decorrer desta comparação, constataremos que a visão clássica dos “impérios” orientais sofreu mudanças significativas ao longo de séculos. Durante as Guerras Médicas, o imperialismo, entendido como a expansão agressiva da autoridade direta ou indireta de Estados sobre outros entes políticos,²⁷ era algo que não-gregos praticavam contra os gregos.²⁸ Como não poderia deixar de ser, essa especificidade qualificou as primeiras descrições dos impérios orientais nas fontes helênicas. A ascensão do “Império Ateniense”²⁹ e as conquistas de Alexandre modificam esse cenário,³⁰ de forma que o império, tornado uma realidade cada vez mais familiar e tolerável, deixa de servir como fronteira da reflexão política e identitária. Colocada em contexto, a evidência dos autores clássicos ganha, portanto, um sentido especial.

De outro lado, privilegiaremos a evidência oriental do período aquemênida como forma de desafiar aqueles que enxergam os relatos clássicos como resultado mecânico de condições sociais “internas” à sua produção (geralmente como resposta a uma necessidade de

²⁵ MUNSON, 2014.

²⁶ THOMAS, 2002, p. 114-117.

²⁷ PISTONE, 2010, p. 611-621.

²⁸ BALOT, 2006, p. 156.

²⁹ Há objeções ao uso dessa terminologia, que serão abordadas no segundo capítulo desta tese. Cf. MORRIS, 2009.

³⁰ O mesmo se dá com as ideias monárquicas. Cf. WALBANK, 2006, p. 62-100.

unificação política) como se entre persas e gregos houvesse um abismo intransponível. Enquanto muitos autores admitem a possibilidade de empréstimos e adaptações de produtos orientais na Grécia, essa abordagem é, salvo em raros casos, uma que privilegia as distorções nas imagens do “outro”, raramente conferindo agência aos próprios persas.³¹ No entanto, como demonstrou Moyer no estudo das representações clássicas do Egito, tal visão, partindo de paralelos questionáveis com o discurso etnográfico moderno, corre o risco de silenciar a voz de outras sociedades com as quais os gregos interagiram. É pertinente, portanto, a seguinte indagação: “acaso a representação de Heródoto suplantou inteiramente a voz do outro ou é sua analogia à etnografia moderna que fez isso?”.³² Com efeito, gregos e persas também compunham um sistema mais amplo no qual o produto de suas interações deve ser inserido. Como se sabe, os persas interferiram diretamente nas vidas de muitos gregos, em especial na Jônia, e, portanto, faz-se necessário um exame preliminar da iconografia, do vocabulário e da dinâmica de controle aquemênida para a compreensão dos modelos de império prévios à Liga de Delos.

A presente tese se estrutura em cinco partes, cujo conteúdo é detalhado no início de cada capítulo. No primeiro destes, faremos uma síntese da bibliografia acadêmica sobre terminologia política, identidade helênica e as *Histórias* de Heródoto, explicitando o atual estado da questão. O segundo capítulo trata de tópicos preliminares, trazendo uma introdução histórica e definições de conceitos políticos relevantes, tais quais “império” e “Estado”. O terceiro e o quarto capítulo abordarão, respectivamente, as terminologias persa e grega para o império, constituindo o núcleo de nossa discussão. O quinto capítulo abordará aspectos correlatos da descrição grega e latina do império persa, em especial sua diversidade étnica e seu regime monárquico. O quinto capítulo também examinará, de forma geral, as *Histórias* de Heródoto e sua leitura do Império Persa enquanto entidade política. Uma última seção, conclusiva, irá resumir nossos achados.

³¹ Cf. MOYER, 2011, p. 46-48 e discussão sobre este autor adiante.

³² Ibid., p. 6.

CAPÍTULO 1: CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

Qualquer estudo sobre “monarquias orientais” em Heródoto precisa ter em mente a vasta bibliografia que viu nessa mesmíssima constituição (ou “forma de governo”) um elemento essencial da polaridade entre gregos e bárbaros. Primeiramente, se perfila uma multidão de autores que pensaram os textos clássicos como manifestos em favor da “liberdade” grega, em oposição ao despotismo ou à tirania persa.³³ Essa visão é logo qualificada como instrumento para a construção de uma identidade única mediante a depreciação de um inimigo comum. Tal identidade helênica, por fim, teria se colocado a serviço de um nascente “Império Ateniense” em sua busca por legitimação.

A ideia do conflito entre a liberdade grega e o despotismo persa, a que por vezes chamamos teoria ou modelo da polaridade, foi um consenso dos estudos herodotianos antes da Segunda Guerra Mundial e no início do Pós-Guerra.³⁴ Argumentou-se, no contexto de enaltecimento do Estado Nacional, que a narrativa de Heródoto defenderia a superioridade dos regimes gregos, refletindo um aprendizado empírico propiciado pelas Guerras Médicas. Sobretudo a partir dos anos 1980, essa ideia recebeu outro tratamento ao ser pensada em analogia ao discurso etnográfico moderno. Com a popularização do estruturalismo antropológico e literário francês, pensou-se ver em Heródoto e outros a criação de uma identidade coletiva grega a partir da depreciação e instrumentalização da imagem do outro, o não-grego. Nessa linha de raciocínio, a noção de liberdade, em oposição à tirania ou ao despotismo, seria a marca essencial de uma helenicidade fabricada. Esse consenso decerto sofreu modificações ao longo do tempo e apresentou mais de uma vertente, mas manteve essencialmente a mesma ideia de uma contraposição narrativa entre dois regimes políticos. Pode-se dizer que, mesmo hoje, a noção da polaridade persiste.

O cenário de uma dicotomia imaginada entre gregos e bárbaros seria naturalmente propício ao surgimento de um léxico da diferença. Que os persas sejam apresentados como distintos ou politicamente únicos justificaria um tratamento de seu regime, Estado ou governo em termos singulares, a fim de demarcar a alteridade. Em outras palavras, se a realeza “despótica”³⁵ é apresentada como exclusividade bárbara, esperaríamos o uso de uma

³³ HARTOG, 1980, p. 328-345; HALL, 1989, p. 56-69; HALL, 1997, p. 44; Id., 2002, p. 172-228.

³⁴ ASHERI, 2007, p. 45.

³⁵ Na Antiguidade Clássica, o termo não designava um regime político, como ocorrerá, mais tarde, no Iluminismo. No entanto, é uma qualificação que aparece já na *Política* de Aristóteles para caracterizar as

linguagem política específica a delinear a fronteira entre gregos e não-gregos no que diz respeito à sua forma de governo. No entanto, *hēgemonía*, *archē*, *mounarchía*, *basileía*, *turránis* e *éthnos* são todos termos usados, em geral, para realidades gregas e persas igualmente. Até mesmo a *pólis* veio a ser usada para designar realidades orientais, ainda que de forma limitada.³⁶

De um lado, como a retórica da diferença não exige tal delimitação, não há que se extrair muito da constatação acima. De outro, a ausência de um termo específico talvez se explique pela imprecisão do modelo da polaridade. Uma ampla variedade de autores tem, recentemente, demonstrado, por outras vias, a fraqueza de alguns de seus postulados.³⁷ E, atualmente, seria até mesmo lícito indagar-se se tal consenso do conflito, combatido como está, continua a sê-lo realmente – mais do que um moinho de vento quixotesco.

Neste primeiro capítulo, portanto, buscar-se-á retratar de forma sistemática e concisa as principais tendências dos diferentes ramos que se entrecruzam no estudo do Império Aquemênida visto pelos autores clássicos. Trataremos, num tópico inicial, das leituras específicas sobre Heródoto (1.1). Depois, descreveremos os estudos acerca da perspectiva geral dos gregos sobre os bárbaros (1.2) e trabalhos sobre contatos culturais com o Oriente, compreendendo trocas e incorporações (1.3). Dedicaremos espaço, ademais, ao debate acadêmico específico sobre a terminologia utilizada na designação das “monarquias orientais” em grego e persa (1.4). A seguir, será esclarecida a natureza desta pesquisa (1.5).

1.1 “NA CASA DE MEU PAI HÁ MUITAS MORADAS”: HERÓDOTO NA PESQUISA ACADÊMICA

Heródoto é, por assim dizer, um pai generoso que tem admitido as mais variadas leituras sobre o sentido e alcance de sua obra. No século XX, a mais popular interpretação do significado político das *Histórias* foi promovida por autores como Max Pohlenz, Franz Egermann e Marcello Gigante.³⁸ Influenciados, em sua maioria, pela atmosfera do Entreguerras, sob o recrudescimento de discursos de identidade e nação, estes especialistas defenderam, essencialmente, que as *Histórias* representariam um contraste polar entre gregos

monarquias dos bárbaros. A esse respeito, Cf. Arist. *Pol.* 1284b.35-1285b.35; KOEBNER, 1951; GROSRICHARD, 1988, p. 13-29; RICHTER, 2010, p. 262.

³⁶ Cf. infra, capítulo 4.

³⁷ GRUEN, 2010, p. 77-85; MOYER, 2011, p. 1-10; SKINNER, 2012, p. 233-256.

³⁸ POHLENZ, 1956, p. 22-29. A respeito da interpretação de Heródoto como um historiador “nacional”, Cf. BICHLER & ROLLINGER, 2011, p. 156-158.

e persas, revestindo-se, ademais, de um caráter “nacional”. Assim, ao apresentar, como sua principal temática, a oposição entre a Grécia livre e a despótica Pérsia durante as Guerras Médicas, a narrativa de Heródoto enalteceria as virtudes helênicas.³⁹

Tal abordagem inovou menos pelo alegado *Leitmotif* da obra e mais ao qualificá-la como uma expressão do chauvinismo grego. Heródoto testemunharia, assim, o alvorecer de uma identidade nacional, enquanto a diferenciação entre os regimes políticos da Europa e da Ásia demarcaria um limite civilizacional. Tendo se tornado, em certo sentido, tradicional, a verdade é que essa corrente representou uma ruptura à época de sua propositura, quando ainda se falava numa orientação universalista das *Histórias*.⁴⁰ Acima de tudo, como veremos, ela teve o condão de oferecer um amplo horizonte de análises sobre etnografia, alteridade e representação nos estudos sobre a historiografia grega.

Diversos autores foram, em certa medida, legatários da teoria “nacional” da polaridade. No entanto, a maioria deles se expressou em termos mais ricos e menos esquemáticos do que uma breve revisão bibliográfica poderia sugerir. Assim, sem recusar que Heródoto procurara retratar o embate entre dois modelos sociopolíticos, alguns especialistas, a partir dos anos sessenta, enveredaram por outra espécie de análise. Um exemplo notório é Henry Immerwahr. Tendo se ocupado, em especial, da estrutura narrativa das *Histórias*, este autor publicou, em 1966, um influente estudo, no qual assevera que “a História de Heródoto é (...), em primeiro lugar, uma história patriótica”.⁴¹ Apesar disso, Immerwahr reconheceu um escopo universal da obra, na qual a luta grega pela liberdade e contra a agressão persa teria um significado que transcenderia o interesse nacional.⁴² Para ele, a narrativa revelaria antes a concepção de uma ordem natural no mundo, eventualmente perturbada pelos déspotas orientais e preservada por agentes divinos.⁴³ De um lado, portanto, ela se assemelharia aos *Persas* de Ésquilo,⁴⁴ enfatizando as consequências da transgressão da ordem para os próprios aquemênidas e contendo alguns elementos trágicos.⁴⁵ De outro, ela representaria uma nova visão propriamente histórica, baseada na ideia de um equilíbrio natural que tornaria inevitável a contenção do expansionismo e a derradeira derrota do absolutismo oriental.⁴⁶

Nas duas décadas seguintes, com a disseminação de abordagens estruturalistas literárias e antropológicas, mas também com a ascensão da literatura pós-colonial e crítica ao

³⁹ Gigante escreveu pouco depois da Segunda Guerra. Cf. ASHERI, 2007, p. 45.

⁴⁰ BICHLER & ROLLINGER, op. cit., p. 156.

⁴¹ IMMERWAHR, 1986, p. 44-45.

⁴² IMMERWAHR, loc. cit.

⁴³ Ibid., p. 306 -315.

⁴⁴ Ibid., p. 44.

⁴⁵ Ibid., p. 238-239; 307.

⁴⁶ Ibid., p. 306-326

imperialismo ocidental, Heródoto passou a ser lido através de instrumentos da narratologia e em comparação com os discursos etnográficos europeus. Nesse novo contexto, se destacou a obra do estruturalista francês François Hartog, que também preferiu se dedicar às estratégias narrativas de Heródoto, deixando de lado o infundável debate sobre sua veracidade.⁴⁷ Preocupado, acima de tudo, com a verossimilhança do relato, Hartog investigou as estratégias de convencimento do historiógrafo, ou seja, os instrumentos retóricos mobilizados em face de sua audiência grega.⁴⁸ Além disso, ao examinar os procedimentos pelos quais Heródoto tornava o “outro” inteligível para seus leitores, em especial no caso do *lógos* cita, Hartog demonstrou que a construção da alteridade nas *Histórias* dependeu amplamente de operações de analogia (construção de paralelos ou “filtragem” do outro em semelhança),⁴⁹ especificação (expressão do extraordinário e do singular)⁵⁰ e inversão (alteridade criada pela negação de si).⁵¹ Para tanto, ele comparou as estratégias das *Histórias* às convenções de um gênero textual posterior, o relato de viagem, e revelou a estrutura “especular” da obra, isto é, a considerável medida em que a narrativa herodotiana emprega a representação do “outro” em um esquema binário de comparação e contrastes que acaba por reforçar a própria identidade grega.⁵² Seguindo o modelo da polaridade, por fim, Hartog defendeu que as *Histórias* se orientariam em torno de um eixo identitário e político principal, a disputa entre os gregos “livres” e os persas “servis”, oferecendo uma representação de um embate entre liberdade e despotismo nas Guerras Médicas. Ao concluir, asseverou que “(...) entre os bárbaros, o modo normal de exercício de poder tende a ser a realeza”.⁵³

O Heródoto de Hartog é um “tradutor” da diferença cultural, e se aproximaria, em alguns aspectos, do discurso etnográfico dos exploradores franceses do século XVI, como Jean de Léry,⁵⁴ cujo relato foi detalhadamente estudado por Michel de Certeau.⁵⁵ Com efeito, Hartog se inspirou na teoria de Certeau⁵⁶ e de uma corrente de historiadores e filósofos da

⁴⁷ BICHLER & ROLLINGER, op. cit., p. 317-338.

⁴⁸ HARTOG, 1980, p. 271-316

⁴⁹ Ibid., p. 241-243.

⁵⁰ Ibid., p. 243.

⁵¹ Ibid., p. 226.

⁵² Ibid., p. 345; 369-372.

⁵³ Ibid., p. 329.

⁵⁴ Ibid., p. 258-259.

⁵⁵ CERTEAU, 2011.

⁵⁶ “O real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar. Dependência com relação a um poder estabelecido em outra parte, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais, jogo com os símbolos e as referências que legitimam a autoridade diante do público são as relações efetivas que parecem caracterizar esse lugar da escrita.” (CERTEAU, 2011, p. XXIII, tradução de Maria de Lourdes Menezes).

história, como Foucault,⁵⁷ que relativizaram a objetividade da disciplina ao inserir seus métodos em contexto histórico. Segundo essa perspectiva, o discurso historiográfico estaria inevitavelmente subordinado ao poder, aos valores e à moral de cada época, sendo sua “verdade” sempre uma ficção. Heródoto, o “pai” da História, não escaparia a essas limitações.⁵⁸

Nos estudos herodotianos, é difícil escapar à onipresença da tese seminal de Hartog. A mera metáfora do espelho, repetida tantas vezes aqui e acolá, nos alerta para a popularidade de sua explicação, que, ademais, tem um apelo especialmente significativo nos estudos aquemênidas. Afinal, se as descrições gregas do Oriente são construídas sempre em referência aos parâmetros e interesses práticos dos próprios helenos, por que haveríamos de dedicar-lhes atenção especial na reconstrução da história do Irã Pré-Islâmico? Quando os gregos falam dos persas, em realidade, dizem mais de si mesmos.⁵⁹

Assim, na década seguinte, ganhou força a ideia de uma oposição entre gregos e bárbaros formulada a partir de uma diferença fundamentalmente política. Os estudos de Jonathan Hall e Paul Cartledge, examinados em maior detalhe no próximo tópico, são um exemplo claro desta visão. Para ambos, os autores do período clássico externariam uma retórica do embate entre gregos e não-gregos como a contraposição de dois modelos políticos. Oswyn Murray, seguindo esse paradigma, asseverou que as *Histórias* retratariam a oposição entre dois sistemas sócio-políticos distintos, o despotismo persa e o igualitarismo helênico.⁶⁰ Outros tantos seguiram o mesmo enquadramento teórico.⁶¹

É desnecessário dizer que o sucesso desse argumento depende, em parte, da avaliação que Heródoto e os gregos faziam de cada regime político. Assim, se a depreciação dos bárbaros vai de par com a monarquia, parece claro que o governo de um único homem não poderia ser algo bom. Embora esta seja a opinião de uma corrente ainda hoje majoritária,⁶² as

⁵⁷ “Qual é a figura da ciência, por mais coerente e cerrada que seja, que não deixa gravitar ao seu redor formas mais ou menos obscuras da consciência prática, mitológica ou moral? Se não fosse vivida numa ordem dispersa e reconhecida somente através de perfis, toda verdade acabaria adormecendo.” (FOUCAULT, 2010, p. 165, tradução de José Teixeira Coelho Neto).

⁵⁸ Na mesma linha de pensamento, Hartog levou adiante seu interesse pela historicização da historiografia, dedicando sua carreira a estudos de casos paradigmáticos que se prestavam à reflexão sobre o estatuto epistemológico da disciplina (Cf. HARTOG, 2003; Id., 2011).

⁵⁹ Cf., por exemplo, WIESEHOFER, 2001, p. 11-12; LLEWELLYN-JONES, 2013, p. 39. Para outros autores, contudo, não se pode olvidar a origem de Heródoto e sua experiência como súdito do Império Persa (KUERT, 2007, p. 7). Uma resposta qualificada sobre as fontes de Heródoto para a história dos persas, que abordaremos no capítulo 2, se encontra em VIGNOLO MUNSON, 2009.

⁶⁰ MURRAY, 1988, p. 219.

⁶¹ Os casos são detalhados adiante; Cf. CARTLEDGE, 2002, p. 70-77.

⁶² GAMMIE, 1986; BARCELÓ, 1993, p. 149-183; OSTWALD, 2000, p. 19: “A ausência de qualquer referência à *húbris* de Dario pode ser interpretada como um reflexo da crença do próprio Heródoto de que este vício era de tal forma endêmico numa monarquia que não poderia ser rebatido (...).”

preferências políticas de Heródoto são objeto de debate e não viabilizam generalizações simples.⁶³

Seja como for, a doutrina de uma imaginada cisão entre gregos e bárbaros nas *Histórias* sofreu algumas críticas ou ponderações ainda nos anos 1980. Kenneth Waters, por exemplo, negou que o autor tratasse os bárbaros de forma depreciativa ou negativa. Segundo ele, Heródoto se revelara profundamente objetivo a respeito das diferenças políticas e culturais entre os povos e teria também se recusado “a aceitar a visão popular (...) de que não-gregos seriam menos civilizados e, no geral, inferiores aos helenos”.⁶⁴ Essa visão foi parcialmente refutada por Donald Lateiner, em 1989, para quem seria impossível ignorar a repetição de padrões estruturantes nas *Histórias*, entre eles a oposição à tirania e ao despotismo em favor da “isonomia”. O próprio Lateiner, contudo, não enraizou essa postura em nenhuma forma de preconceito étnico.⁶⁵

Os mais significativos desafios à teoria da polaridade surgiram, entretanto, ao longo dos anos 1990, em especial com a defesa da tese de doutorado de Pascal Payen em 1994. No plano intelectual, essa publicação foi fortemente influenciada pela teoria de Paul Ricoeur em *Temps et Récit* (1983-1985), explicitando a relação entre relato histórico e temporalidade, sem, contudo, desvencilhar-se do estruturalismo e da antropologia histórica que haviam caracterizado a abordagem de Hartog. No plano político, a tese se harmoniza com um discurso multiculturalista emergente ao mitigar o conflito como modelo de interação entre nações. Não se olvide, a esse propósito, que a Era Mitterrand (1981-1995) assistira a um crescente acirramento da questão racial e imigratória na França, desdobrando-se, de um lado, na escalada da violência política e do discurso de extrema-direita e, de outro, na disputa em torno de um projeto de país multiétnico.⁶⁶

Nesse contexto, Payen reconhece a oposição entre gregos e bárbaros como postulado “confesso ou implícito” das principais leituras modernas das *Histórias*,⁶⁷ mas, a seguir, aponta a insuficiência de tal visão para explicar as particularidades da narrativa, em especial o peso dado às descrições de uma pletera de povos opostos aos reis orientais.⁶⁸ Em vez da dicotomia entre gregos e não-gregos, o autor francês registrou como tema essencial da obra a resistência de diversos povos (masságetas, etíopes, citas e, finalmente, helenos) aos empreendimentos de

⁶³ Para uma síntese das diferentes correntes, Cf. WARD, 2008, p. 109-110; também ASHERI, 2007, p. 46; Este tema será aprofundado nos capítulos seguintes.

⁶⁴ WATERS, 1985, p. 120; 133.

⁶⁵ LATEINER, 1989, p. 163-186.

⁶⁶ IRELAND, 1996.

⁶⁷ PAYEN, 1997, p. 43.

⁶⁸ Ibid., p. 19.

conquista de alguns líderes ambiciosos.⁶⁹ Por meio do tempo e do espaço do relato, alega Payen, Heródoto teria deliberadamente privilegiado a singularidade dos povos atacados, em detrimento dos conquistadores, confundindo a estrutura de sua narrativa com a própria resistência ao imperialismo.⁷⁰

A abordagem de Payen levou à atenuação da imaginada fronteira herodotiana entre gregos e bárbaros. O autor esclarece por exemplo, que a obra de Heródoto (escrita “certamente entre 445 e 425 a.C.”) teria como pano de fundo a emergência do Império Ateniense e, assim, não poderia deixar de fazer referência, mesmo que alusiva, à dominação dos próprios gregos.⁷¹ Em Heródoto, além disso, os gregos, e, entre eles, os atenienses, se comportariam como os bárbaros em determinados contextos, em busca de justificativas espúrias para suas próprias campanhas militares.⁷² A conquista, segundo Payen, diluiria as fronteiras entre gregos e não-gregos. Nem mesmo a suposta oposição entre “tirania” grega e despotismo persa, de um lado, e democracia, de outro, poderia resistir ao exame detalhado do relato.⁷³ Payen assevera que “aos olhos de Heródoto, a natureza da agressão não muda, mesmo que ela oponha persas e egípcios, (...) ou Atenas e Egina”,⁷⁴ e recorda a menção à disputa pela *arché* entre as principais *póleis* da Hélade.⁷⁵

Para Payen, contrariando Pohlenz, a liberdade não é tida por Heródoto como um valor inerentemente ou exclusivamente grego.⁷⁶ A resistência à conquista persa também não é um projeto unânime das *póleis* gregas.⁷⁷ E, por fim, as estratégias de resistência de gregos e vários povos bárbaros são essencialmente as mesmas, orientando-se pela insularidade e pela errância, reais ou metafóricas.⁷⁸ O uso do espaço em conformidade com os costumes garante a gregos e bárbaros a vitória contra conquistadores estrangeiros.⁷⁹ Assim, ignorar as particularidades do outro é a fraqueza dos poderosos, inexoravelmente destinados ao fracasso. Na visão de Payen, as *Histórias* seriam ao mesmo tempo um manifesto à resistência contra os empreendimentos de conquista e, pela sua estruturação narrativa, uma resistência em si. Tudo isso, é claro, a despeito de qualquer particularidade étnica ou política daqueles que estão na

⁶⁹ PAYEN, 1997, p. 346-347.

⁷⁰ Ibid., p. 270; 279; 321; 348-349.

⁷¹ Ibid., p. 27.

⁷² Ibid., p. 172.

⁷³ Ibid., p. 169.

⁷⁴ Ibid., p. 169.

⁷⁵ Hdt. 7.98. Cf. Ibid, p. 169-171; 189-196.

⁷⁶ Ibid., p. 183.

⁷⁷ Ibid., p. 191.

⁷⁸ Ibid., p. 281-342.

⁷⁹ Ibid., p. 304

posição efetiva de conquistadores, de tal sorte que a lição se aplicaria, sem reservas, aos próprios atenienses.

Pouco depois, em 1995, Stephan Schmal publicou uma monografia, pouco referida, sobre a representação do adversário na literatura clássica remota, na qual dedicou-se ao exame das *Histórias*. Schmal, como Payen, foi um dos primeiros a rebater o paradigma da polaridade. Ele refutou, em particular, a ideia de que a monarquia ou a opulência fossem, em Heródoto, temas associados especificamente aos bárbaros.⁸⁰ Segundo sua leitura de Heródoto, os vícios como o autoritarismo e a arrogância também integrariam o mundo grego e o inevitável fracasso dos governantes tirânicos serviria, provavelmente, de alerta ao próprio povo ateniense.⁸¹ Schmal conclui sua análise afirmando que, quando Heródoto foca seu olhar sobre os bárbaros, “ele é quase completamente neutro”.⁸²

Ao reinserir Heródoto em seu contexto cultural e intelectual, Rosalind Thomas produziu, em 2000, uma obra de igual importância, na qual relativiza o suposto etnocentrismo herodotiano. Lidando com textos contemporâneos do *corpus* hipocrático, Thomas nos oferece argumentos persuasivos sobre o interesse médico por trás da etnografia de Heródoto,⁸³ isto é, sua preocupação com atributos gerais da natureza humana, o que, ademais, sugeriria uma preocupação universalista do autor, em oposição à retórica da polaridade proposta por Hartog.⁸⁴ Embora Thomas admita, mais adiante, que Heródoto adote, em algum grau, clichês e propagandas anti-persas criadas pelos atenienses,⁸⁵ ela demonstra, ao mesmo tempo, a preponderância atribuída pelo investigador aos “costumes” (*nómoi*) nas explicações para o fracasso ou sucesso dos povos.⁸⁶ Acima de tudo, Heródoto revela, segundo Thomas, uma concepção de mundo na qual a cultura é maleável e passível de aquisição, não estando automaticamente vinculada ao caráter étnico ou às condições geográficas e climáticas às quais um povo está sujeito.⁸⁷

Ao longo dos anos 2000, num contexto de crescente questionamento dos limites entre culturas, muitos autores contribuíram para uma reavaliação da suposta retórica da polaridade e insistiram em outros aspectos da obra de Heródoto.⁸⁸ Veja-se, a título de exemplo, artigo de Siep Stuurman sobre Heródoto e Sima Qian (o “pai” da historiografia chinesa), de 2008. Este

⁸⁰ SCHMAL, 1995, p. 88-107; p. 118-119.

⁸¹ Ibid., p. 102.

⁸² Ibid., p. 118.

⁸³ THOMAS, 2002, p. 2-3; 16; 23; 32-33; 42.

⁸⁴ Ibid., p. 44-45.

⁸⁵ Ibid., p. 117.

⁸⁶ Ibid., p. 104.

⁸⁷ Sobre a famosa conversa entre Demarato e Xerxes, por exemplo, cf. Ibid., p. 109. E, ainda, p. 122-123.

⁸⁸ IRWIN & GREENWOOD, 2007, p. 25-33.

autor nos convida a ver o contato e a fronteira entre povos como um ambiente de emergência de uma consciência universal, uma zona de criação, mais do que uma esfera de preconceitos.⁸⁹ De forma similar a Payen, ele afirma que a derrota dos persas contra os citas e os gregos adviria de sua incompreensão das culturas alheias.⁹⁰ Heródoto, segundo Stuurman, apreciaria as qualidades de culturas não-gregas e sua crítica ao imperialismo persa deveria ser vista como uma resposta ao homólogo domínio ateniense.⁹¹ De fato, como informa Rollinger, grassa atualmente a ideia de que os persas de Heródoto representariam, na verdade, um alerta ao Império Ateniense.⁹² Assim, a mais recente historiografia tem resgatado ideias antigas⁹³ e lhes conferido um destaque especial, a fim de reinserir Heródoto em seu contexto histórico, nos primeiros anos da Guerra Arquidâmica (431-421 a.C.), interpretando as *Histórias* à luz do repertório de suas audiências. É o caso, por exemplo, dos estudos de Sara Forsdyke,⁹⁴ Christopher Pelling⁹⁵ e, mais especificamente, John Moles.⁹⁶ Em alguns casos, a tendência a ver Heródoto em contexto integra um esforço crescente pela desconstrução da teoria da polaridade e da noção de um vínculo talvez exagerado entre o investigador e a retórica dos atenienses,⁹⁷ cujo conteúdo, esmiuçado abaixo, não se harmoniza com a visão crítica do historiógrafo.

1.2 O IMPÉRIO PERSA NAS FONTES CLÁSSICAS: TEMAS E DEBATES

As leituras sobre os bárbaros em Heródoto formam apenas uma parte dos estudos gerais sobre o Império Persa e o mundo clássico. Em outras palavras, embora as *Histórias* constituam uma fonte privilegiada do estudo da interação entre gregos e não-gregos, em especial os persas, elas partilham o destaque com as obras de oradores, dramaturgos e historiógrafos dos séculos V e IV a.C., como Ésquilo, Eurípides, Isócrates, Xenofonte e Tucídides. Muitos especialistas, portanto, dedicam-se a um exame integrado da visão clássica

⁸⁹ STUURMAN, 2008, p. 3.

⁹⁰ Ibid., p. 18.

⁹¹ Ibid., p. 23-24.

⁹² BICHLER & ROLLINGER, 2011, p. 173-174.

⁹³ STRASBURGER, 1955; RAAFLAUB, 1987.

⁹⁴ FORSDYKE, 2007.

⁹⁵ PELLING, 2002.

⁹⁶ MOLES, 2002.

⁹⁷ Para uma visão ponderada da relação de Heródoto com o pan-helenismo, Cf. MITCHELL, 2007, p. 187-191.

do bárbaro, personificado pelo persa, buscando uma tendência geral de suas representações do “outro” e as motivações que lhes seriam subjacentes.

Seguindo o modelo da polaridade,⁹⁸ ainda que com reservas, um número significativo de autores considerou que a construção dos bárbaros nas fontes clássicas se fundava em preconceitos, clichês e inversões que visavam a reforçar a própria identidade grega e, assim, se prestavam a justificar o empreendimento imperial ateniense. Nesta lista devem incluir-se, em primeiro lugar, Jonathan Hall e Edith Hall, escrevendo entre 1989 e 2002. O primeiro autor, elegendo as Guerras Médicas como um divisor de águas,⁹⁹ defendeu que a identidade grega fora “agregativa” no período arcaico, isto é, construída pela evocação de pontos comuns, e “opositiva” no período clássico, ou seja, baseada na diferença em relação ao não-grego, o bárbaro.¹⁰⁰ Esta última, muito mais incisiva, teria sido promovida pelos atenienses em seu esforço de legitimar um exercício de poder coativo sobre os aliados,¹⁰¹ refletindo-se em diversas fontes, como a tragédia ática. Heródoto, na verdade, “longe de imaginar o mundo dividido em dois campos mutuamente exclusivos (...) entrevê uma situação mais diversificada (...)”.¹⁰² Ainda assim, ele expressaria uma concepção de identidade cultural¹⁰³ que seria instrumental para o surgimento do pan-helenismo atenocêntrico.¹⁰⁴

Jonathan Hall postulou, em suma, o surgimento de um discurso identitário grego após as Guerras Médicas, promovido particularmente por Atenas como instrumento de legitimação de seu domínio pan-helênico. Esse domínio, por sua vez, deveria ser apresentado como necessário em oposição à ameaça dos bárbaros, que, ademais, já eram desprezados em algumas *póleis* por sua condição social de escravos.¹⁰⁵

Esta perspectiva, solidamente elaborada, teve como precursores a obra de François Hartog, acima mencionado, e de Edith Hall, em 1989. Esta última autora defendeu, em *Inventing the Barbarian*, que *Os Persas*, de Ésquilo, teriam configurado o primeiro documento no “arquivo do Orientalismo” com sua construção de uma polaridade anti-persa e

⁹⁸ Sobre o conceito de bárbaro, além dos autores abaixo explorados, cf. LÉVY, 1984; MALKIN, 2011; KIM, 2013.

⁹⁹ HALL, 1997, p. 47.

¹⁰⁰ HALL, loc. cit. Cf. também HALL, 2002, p. 179.

¹⁰¹ Mas não só, pois o autor admite que outras cidades pudessem ter interesse na “invenção do bárbaro”. Cf. HALL, 2002, p. 182-186.

¹⁰² Ibid., p. 182.

¹⁰³ Ibid., p. 190.

¹⁰⁴ Ibid., p. 203-205.

¹⁰⁵ Ibid., p. 172-220. No entanto, as fontes raramente se referem a escravos persas em Atenas, possivelmente porque estes eram mortos quando capturados em combate ou oferecidos em troca de resgate (MILLER, 1997, p. 82).

anti-bárbara.¹⁰⁶ Tal oposição, fundamentada mormente na clivagem entre democracia e tirania, refletiria a necessidade ateniense de justificar a continuidade de seu empreendimento contra os bárbaros e de unificar os gregos em torno de um projeto comum, seu próprio império surgido da Liga de Delos.¹⁰⁷ Edith Hall dedica especial atenção à estratégia de inversões de Ésquilo na representação dos persas, sobretudo quanto ao que chama de “psicologia política”, de forma que os vícios persas se tornam o exato oposto das virtudes atenienses. O Império Aquemênida se apresentaria, assim, como um universo de ginococracia e protocolos de corte exóticos, um mundo estranho em que os governantes não se submetem a restrições constitucionais e não são responsabilizáveis perante o Estado.¹⁰⁸

Neste ponto, é oportuno mencionar a obra de Edward Said, *Orientalism*, cuja influência sobre vários estudos já mencionados é notória. Palestino radicado nos Estados Unidos, Said foi um pioneiro dos estudos pós-coloniais que lançou descrédito sobre as tradicionais representações da Ásia ao demonstrar o estreito vínculo entre os saberes acadêmicos especializados e os empreendimentos coloniais dos séculos XIX e XX.¹⁰⁹ Segundo Said, os ocidentais construíram e reproduziram ao longo de séculos de interpenetração cultural com os povos identificados como “orientais” um imaginário e, sobretudo, um saber ideológico eurocêntrico acerca do “Oriente” que, em consequência, permitiu o estabelecimento de um aparato discursivo e material de dominação colonial. Em *Orientalism*, há a abordagem da constituição de um saber acadêmico, o orientalismo, desnudada à luz de seu contexto político e social, por meio do qual se demonstra o compromisso do discurso científico com o poder, bem como sua intrincada relação com os valores e a moralidade ocidentais.¹¹⁰ Para Said, por fim, as origens dessa postura “orientalista” remontariam à Antiguidade Clássica, na peça *Os Persas*, de Ésquilo, onde, segundo ele, “(...) a Ásia fala através e em virtude da imaginação da Europa, retratada como vitoriosa sobre a Ásia, aquele ‘outro’ mundo hostil além dos mares”.¹¹¹

Como se pode ver, a ideia de que uma postura fundamentalmente preconceituosa e etnocêntrica teria florescido na Grécia Clássica, com reflexos na tragédia ateniense, nos discursos de oradores e na historiografia, se tornou um consenso dos anos 1970-1990, inspirada pela atmosfera política e teórica pós-colonial.¹¹² Os trabalhos de Edward Said,

¹⁰⁶ HALL, 1989, p. 99-100.

¹⁰⁷ Ibid., p. 59.

¹⁰⁸ Ibid., p. 69-98.

¹⁰⁹ SAID, 1979, p. 27; 39-49.

¹¹⁰ Ibid., p. 12.

¹¹¹ Ibid., p. 56.

¹¹² Para o tratamento enviesado das mulheres reais persas pelas fontes gregas, cf. BROSIUS, 1996, p. 195-200.

Jonathan Hall e Edith Hall são apenas alguns exemplos notáveis dentre as várias publicações que, de uma forma ou de outra, retomaram essa noção fundamental.¹¹³

Sem espanto, a fama de Heródoto como um filobárbaro¹¹⁴ e suas muitas ambiguidades lhe conferiram, por vezes, um assento privilegiado na assembleia do chauvinismo grego, sendo encontradas as descrições que o classificam como um autor temperado ou mesmo excepcional. Esta é a postura do próprio Jonathan Hall, como dito acima. E Georges, por exemplo, pensava que Heródoto refletiria “inevitavelmente” os preconceitos de seus contemporâneos, sendo, entretanto, menos estrito e linear em sua oposição aos não-gregos.¹¹⁵ Notavelmente, Benjamin Isaac, falando da emergência de um “protorracismo” na Antiguidade Clássica, confessa que “Heródoto não expressa qualquer sentimento anti-oriental. Na verdade, ele em nenhum momento vai tão longe quanto outros autores gregos (...) ao polarizar gregos e outros”.¹¹⁶ Nesse mesmo grupo deve ser incluída, em especial, a leitura de Paul Cartledge em *The Greeks: a portrait of self and others*. Para este autor, Heródoto não traçaria uma fronteira tão estanque entre gregos e persas,¹¹⁷ ainda que, como seus contemporâneos, concebesse “um contraste polar entre o que poderíamos chamar de liberdade republicana grega (...) e o despotismo oriental persa”.¹¹⁸

A perspectiva tradicional foi sustentada, no entanto, como explicação da postura grega em relação aos não-gregos, ao menos de forma geral, sem muitos questionamentos. É verdade que, em sua introdução ao volume *Greeks and Barbarians*, de 2002, Thomas Harrison, o editor, notava a significativa resistência às ideias de Hartog e Edith Hall.¹¹⁹ Ainda assim o próprio Harrison representou antes uma corrente de autores para os quais o modelo foi essencialmente válido. Segundo ele, a peça *Os Persas*, de Ésquilo, seria uma afirmação dos valores políticos atenienses em oposição ao despotismo persa.¹²⁰

É prudente lembrar, ademais, que o modelo da polaridade, consistentemente amparado por exames críticos das fontes, continua a encontrar respaldo em mais de um estudo recente. Manel Garcia Sanchez, por exemplo, acredita que a visão grega da Pérsia em geral teria sido informada por uma série de clichês e preconceitos sobre feminilidade, covardia, crueldade e

¹¹³ Cf., por exemplo, COLEMAN, 1997; Para a influência desta perspectiva nos estudos sobre Oriente Próximo, cf. WATERS, 2017, p. 20; BROSIUS, 2006, p. 76-78.

¹¹⁴ Plu. De Herod. 857a.

¹¹⁵ GEORGES, 1994, p. 123-124 e, em especial, capítulos cinco e seis.

¹¹⁶ ISAAC, 2004, p. 263. Outro autor reputado “radical”, Martin Bernal, também considerou extraordinária a posição de Heródoto em meio aos seus contemporâneos. Cf. BERNAL, 2006, p. 100.

¹¹⁷ CARTLEDGE, 2002, p. 53; 75.

¹¹⁸ Ibid., p. 76.

¹¹⁹ HARRISON, 2002, p. 14.

¹²⁰ Ibid., p. 76 et seq.

violência.¹²¹ Sua explicação para a visão grega da monarquia persa é em grande medida fundamentada na suposta distinção entre formas políticas legítimas e degeneradas,¹²² e uma propaganda anti-persa alegadamente promovida por Atenas.¹²³ Em obra importante, elaborada na forma de um roteiro de leituras, Dominique Lenfant também examina a perspectiva grega sobre os persas, retomando, em linhas gerais, o modelo da polaridade.¹²⁴ Em outros contextos, contudo, como na discussão da representação grega dos eunucos, ele confessa que a descrição dos persas nas fontes gregas poderia se orientar por necessidades diversas da formação de uma identidade étnica ou uma visão ideológica, “orientalista”.¹²⁵

A desconstrução desse modelo, em linhas mais radicais do que até então era proposto, se intensificou apenas a partir dos anos 2000, sob o mesmo impulso multiculturalista que influenciou, como já vimos, os estudos específicos sobre Heródoto. Destacam-se, neste campo, autores como Erich Gruen, Ian Moyer e Kostas Vlassopoulos. Suas abordagens, embora em alguns pontos incompatíveis, contribuíram para o desmoronamento da corrente tradicional, que enfatizava o preconceito e o conflito como modelos para interpretar a relação dos gregos clássicos com os não-gregos.

Com sua prosa agradável, Erich Gruen questionou, em análises de passagens relevantes de Ésquilo, Xenofonte e Heródoto, a suposta aversão aos bárbaros e aos valores políticos que teriam representado. Ésquilo, segundo Gruen, estaria mais preocupado em criticar monarcas persas específicos, não a Pérsia inteira e muito menos a instituição da monarquia.¹²⁶ Xenofonte, em sua *Ciropédia*, teria elaborado um verdadeiro peão ao fundador do Império Aquemênida, Ciro.¹²⁷ Em Heródoto, por fim, o diálogo entre Demarato e Xerxes não diria nada a respeito da superioridade dos *nómoi* gregos: tratar-se-ia do discurso de um espartano, defendendo valores espartanos.¹²⁸ Além disso, o famoso “Debate Constitucional”¹²⁹ demonstraria que a monarquia não seria um regime essencialmente persa,¹³⁰ podendo-se concluir que Heródoto não teria imaginado uma fronteira estanque entre gregos e bárbaros, muito menos alguma fundada em qualquer superioridade constitucional.¹³¹

¹²¹ GARCÍA SANCHEZ, 2009, p. 39 et. seq.

¹²² Ibid., p. 55.

¹²³ Ibid., p. 45.

¹²⁴ LENFANT, 2011, p. 12-13.

¹²⁵ Id., 2014, p. 439.

¹²⁶ GRUEN, 2011, p. 12.

¹²⁷ Ibid., p. 53 et seq.

¹²⁸ Id., 2010, p. 68. Comparar com THOMAS, 2000, p. 110.

¹²⁹ Hdt. 3.80-82

¹³⁰ GRUEN, op. cit., p. 69. Comparar com THOMAS, op. cit., p. 114-116.

¹³¹ Ibid., p. 68; 80. Id., 2011, p. 39.

Além das fontes literárias, Gruen examinou a representação dos persas na cerâmica ática clássica, concluindo pela ausência de uma postura particularmente enviesada ou hostil dos atenienses em relação aos adversários bárbaros.¹³² No caso das imagens de cenas de combate, Gruen considera que os pintores evitavam estigmatizar o inimigo, a fim de reforçar o mérito da vitória.¹³³ O célebre caso do vaso de Eurimedão, em que supostamente estaria representado um grego, de falo na mão, avançando contra um persa, inclinado, é tido como estatisticamente irrelevante e de difícil interpretação.¹³⁴ Imagens de persas da segunda metade do século V a.C. são vistas como neutras ou até positivas,¹³⁵ enquanto a cena do “vaso de Dario” configuraria um exemplo de admiração e respeito pelo regime persa.¹³⁶ Em suma, nada de depreciação do outro.¹³⁷

Em 2013, Kostas Vlassopoulos mobilizou sua vasta erudição para reavaliar a teoria tradicional e, em *Greeks and Barbarians*, revisou a literatura que qualificava as relações entre gregos e não-gregos como predominantemente conflituosas no período clássico, em oposição aos períodos arcaico e helenístico.¹³⁸ Segundo Vlassopoulos, as ideias de identidade comum e os discursos de aversão ao outro precederiam o período clássico e, da mesma forma, a abertura e a receptividade às influências externas conviveriam com a retórica da polaridade mesmo após as Guerras Médicas.¹³⁹ Na verdade, a própria ideia de que as Guerras Médicas teriam inaugurado uma nova fase na história das relações entre gregos e não-gregos seria enganosa, segundo o autor, podendo-se falar apenas em intensificação da retórica anti-bárbara.¹⁴⁰

De particular importância é o modelo de interação cultural proposto por Vlassopoulos nessa obra. Segundo o autor, a equivocada divisão cronológica da história grega entre períodos de conflito e convivência com os não-gregos deveria ser substituída por um modelo de quatro esferas paralelas e interligadas de interação, caracterizadas por espaços geográficos e tipos de relações sociais específicas, como o mundo pan-helênico e os mundos das redes, das *apoikíai* e dos impérios.¹⁴¹ O “mundo das redes” diria respeito à circulação econômica de

¹³² GRUEN, 2010, p. 40-52.

¹³³ Ibid., p. 42.

¹³⁴ Ibid., p. 43-44.

¹³⁵ Ibid., p. 45.

¹³⁶ Ibid., p. 45-50.

¹³⁷ *Contra* MILLER, 2011, p. 123-153.

¹³⁸ VLASSOPOULOS, 2013, p. 1-2; 10.

¹³⁹ Ibid., p. 161-225. Uma crítica parecida a tal divisão cronológica artificial pode ser encontrada em GRUEN, 2006.

¹⁴⁰ VLASSOPOULOS, op. cit., p. 163; 186-190.

¹⁴¹ Ibid., p. 11-12.

bens, pessoas, ideias e tecnologias no Mediterrâneo “e além”.¹⁴² O “mundo das *apoikíai*” denotaria a complexa interação de gregos e não-gregos em assentamentos autônomos afastados da Grécia continental, como o Mar Negro e a Magna Grécia.¹⁴³ O “mundo pan-helênico” faria referência às redes de integração entre as *póleis* gregas, seus santuários, alianças militares, festivais religiosos e mitos comuns.¹⁴⁴ Por fim, o “mundo dos impérios” consistiria na interação de comunidades e trabalhadores gregos com a autoridade dos impérios orientais, como o persa.¹⁴⁵ Todas essas esferas criariam, por sua vez, o espaço da “globalização”, entendida como a intensificação de processos de interação econômica, cultural e política e a resultante emergência de traços culturais partilhados em escala mais ampla.¹⁴⁶ A globalização, sem suplantar as particularidades de cada cultura, engendraria a “glocalização”, os meios pelos quais as comunidades locais incorporariam, adaptariam, recusariam ou redefiniriam a cultura global.¹⁴⁷ O resultado desse modelo é uma abordagem muito menos esquemática e muito mais consequente das complexas relações entre gregos e não-gregos.

Outra resposta de impacto ao consenso dos anos 1990 foi a publicação, por Joseph Skinner, de *The Invention of Greek Ethnography*, em 2012. Apontando as mudanças de paradigma sofridas pela etnografia com o advento da teoria pós-colonial, o autor questiona a analogia dos textos clássicos com os discursos imperialistas dos séculos XIX e XX. Para Skinner, a etnografia, entendida como qualquer forma de reflexão ou escrita sobre culturas alheias,¹⁴⁸ teria existido muito antes das Guerras Médicas, sendo impossível pensar no surgimento de um interesse etnográfico, de representação negativa do “outro”, como uma resposta específica a uma necessidade do século V a.C.¹⁴⁹ Nesse contexto, a originalidade do discurso etnográfico herodotiano seria antes sua forma textual, de redação em prosa, o que não poderia ser tomado como sinônimo do próprio discurso sobre similaridade e diferença, atestado pelo menos desde Homero.¹⁵⁰

Publicado em 2011, o estudo de Ian Moyer sobre o Egito e “os limites do helenismo” parte de uma mesma atmosfera intelectual. Sem recusar as inúmeras distorções presentes nas

¹⁴² VLASSOPOULOS, 2013, p. 12-13.

¹⁴³ Ibid., p. 14-15.

¹⁴⁴ Ibid., p. 15-17.

¹⁴⁵ Ibid., p. 17-19.

¹⁴⁶ Ibid., p. 19-20.

¹⁴⁷ Ibid., p. 21-23.

¹⁴⁸ SKINNER, 2012, p. 5-8.

¹⁴⁹ Ibid., p. 242-243.

¹⁵⁰ Ibid., p. 239. No entanto, o autor segue Harrison ao propor uma leitura das *Histórias* como um texto “imperial”. Cf., Ibid., p. 248.

descrições clássicas e helenísticas do Egito, o autor busca resgatar a agência dos egípcios na história de sua interação cultural com os gregos, sendo, portanto, conduzido a uma crítica da historiografia dominante.¹⁵¹ Moyer reconstrói, assim, as narrativas de historiadores europeus sobre o Egito, modeladas a partir da experiência neocolonial na Índia e dotadas de uma carga fortemente racial e orientalista.¹⁵² Com o pós-colonialismo, nos anos 1960 e 1970, o autor relata o surgimento de uma corrente historiográfica que, mesmo identificando a dominação grega do Egito ao empreendimento colonial europeu, privilegia a tensão social, a opressão fiscal e o ressentimento egípcio como objetos de exame acadêmico.¹⁵³ Nessa última corrente, Moyer identifica ainda o que chama de “modelo do separatismo”, a ideia de que não houvera interação cultural e linguística significativa entre os gregos e os egípcios na Antiguidade.¹⁵⁴ Tal doutrina, reforçada pela autonomização das disciplinas de “Egiptologia” e “Estudos Clássicos”, teria perpetuado, ironicamente, uma visão de “pureza” helênica e de impermeabilidade cultural,¹⁵⁵ ignorando a agência dos próprios egípcios e de suas tradições na concepção dos discursos gregos sobre o outro. Em oposição a essa visão opaca da relação greco-egípcia, Moyer resgata o contexto histórico dos encontros entre gregos e não-gregos e, no caso de Heródoto, defende uma interação dialógica com suas fontes egípcias, segundo a qual não haveria apenas “invenção” de realidades, mas um aprendizado legítimo de uma concepção de tempo e de história.¹⁵⁶

Pode-se dizer, portanto, que os estudos sobre identidade grega têm questionado as principais peças de um quebra-cabeça que retratava uma grande virada chauvinista e atenocêntrica após as Guerras Médicas. Na maioria dos casos, contudo, os especialistas das últimas décadas se insurgem especificamente contra exageros e modelos esquemáticos das relações entre gregos e não-gregos, sem recusar a existência do conflito, em especial no contexto do embate militar com os persas. É indubitável que os atenienses, engajados na criação de um império próprio, tenham promovido um discurso político específico de desmerecimento do “outro”, e é evidente que a dimensão conflituosa do encontro com os aquemênidas impulsionou o tema do inimigo vencido. Parece improvável, entretanto, que tenham “demonizado” o persa, ou que as Guerras Médicas tenham representado uma transformação revolucionária de paradigma nas suas relações e representações.

¹⁵¹ MOYER, 2011, p. 1-10.

¹⁵² Ibid., p. 11-25.

¹⁵³ Ibid., p. 26-33.

¹⁵⁴ Ibid., p. 28-34.

¹⁵⁵ Ibid., p. 32-33.

¹⁵⁶ Ibid., p. 42-83.

1.3 GRÉCIA E ORIENTE: INCORPORAÇÃO E RECEPÇÃO CULTURAL

A essa altura, é preciso considerar os avanços dos trabalhos que atribuíram importância às esferas de contato e interação entre gregos e orientais, examinando empréstimos, adaptações e redefinições de ideias, produtos e tecnologias. Esses estudos se preocupam menos com a questão da “representação” do outro *per se*, centrando-se antes no exame da receptividade da cultura grega às influências orientais e, em especial, persas. O contexto de sua emergência, contudo, é o mesmo ambiente pós-colonial e de crítica ao etnocentrismo europeu que examinamos acima. Naturalmente, o reconhecimento de influxos orientais sobre a cultura clássica, à qual os europeus tradicionalmente se filiaram, foi, em si, um manifesto contra visões enviesadas da Antiguidade Oriental.

No campo geral das relações leste-oeste, são conhecidos os estudos de Martin Bernal, Martin West e Walter Burkert. Bernal, em particular, provocou alarido com seu polêmico *Black Athena*, no qual defendia uma origem afro-asiática (semítica e egípcia) da cultura grega, atacando, ademais, o eurocentrismo da academia ocidental.¹⁵⁷ De forma similar, Burkert, reconhecendo a parcialidade da perspectiva grega do Oriente,¹⁵⁸ sobretudo no período clássico,¹⁵⁹ defendeu a significativa influência dos povos “orientais” na formação do mundo helênico.¹⁶⁰ Seguindo Bernal, ele denunciou certa visão etnocêntrica na formação dos estudos clássicos europeus, que escamoteava, negligenciava ou via com incômodo a origem asiática de uma civilização ideologicamente atrelada às conquistas ocidentais.¹⁶¹ Em *The East Face of Helicon*, por sua vez, Martin West sugeriu influências semíticas em períodos formativos da cultura grega, do apogeu de Micenas ao período arcaico.¹⁶² No conjunto, os apontamentos desses autores fornecem um panorama geral dos empréstimos orientais na Grécia, centrando-se, via de regra, em períodos mais remotos e, sobretudo nos casos de Burkert e Bernal, voltando-se à crítica de uma visão tradicional e colonialista do Oriente Próximo.

No estudo das relações greco-persas, pode-se dizer que o trabalho mais completo continua a ser o de Margaret Miller, de 1997. Nele, Miller examina “empréstimos” da cultura persa em Atenas entre os séculos VI e V a.C., como, por exemplo, o *chítôn* de manga

¹⁵⁷ BERNAL, 1987.

¹⁵⁸ BURKERT, 2003, p. 108-109.

¹⁵⁹ Id., 1992, p. 8.

¹⁶⁰ Ibid., p. 6.

¹⁶¹ BURKERT, 1992, p. 1-8; Id., 2003, p. 11-12.

¹⁶² WEST, 2003.

comprida,¹⁶³ alguns utensílios (a *phiálē* aquemênida)¹⁶⁴ e até mesmo ressonâncias arquitetônicas (o caso do Odeão de Péricles).¹⁶⁵ Miller explica que o contato entre gregos e persas, intensificado após as Guerras Médicas, conduziu a diversas reações por parte dos atenienses, que se revelam em suas adaptações e importações de produtos iranianos.¹⁶⁶ Diferentes estratégias conduziram, segundo a autora, a formas particulares de interação com a cultura do “outro”: de um lado, produtos persas, dificilmente acessíveis, poderiam ser usados pelas elites como itens de diferenciação social (*perserie*)¹⁶⁷ e até mesmo copiados pelas classes subalternas, mais tarde, num esforço de ascensão.¹⁶⁸ Também como forma de neutralizar a ameaça estrangeira, familiarizar-se com o desconhecido ou marginalizá-lo, os objetos seriam, respectivamente, helenizados, usados sem alteração ou deslocados para contextos sociais menos prestigiosos.¹⁶⁹ E, por fim, a reprodução de noções arquitetônicas e estratégias de dominação estrangeiras poderiam corresponder a necessidades internas recém surgidas: a construção do próprio Império Ateniense.¹⁷⁰

Miller, que recentemente publicou um novo artigo sobre *perserie* e o Odeão de Péricles,¹⁷¹ se integra a uma corrente de autores que minimiza a dimensão “conflituosa” das relações entre gregos e persas no século V a.C. Ela conclui seu estudo de 1997 apontando para as ambiguidades da postura ateniense em relação aos persas, publicamente expressando desprezo,¹⁷² mas revelando, ao mesmo tempo, abertura às ideias e aos produtos estrangeiros.¹⁷³

Janett Morgan publicou, há pouco mais de um ano, um novo estudo sobre os persas nas fontes clássicas.¹⁷⁴ Morgan inovou em relação a seus antecessores ao buscar uma perspectiva de longa duração das relações greco-persas, atrelada a modelos explanatórios que privilegiam a dinâmica interna das sociedades gregas. O resultado é a ênfase sobre parâmetros e continuidades, em detrimento da eleição de um grande evento “revolucionário”, como as

¹⁶³ MILLER, 1997, p. 155.

¹⁶⁴ Ibid., p. 136.

¹⁶⁵ Ibid., p. 240; examinado nos próximos capítulos.

¹⁶⁶ Ibid., p. 3; 65; 67; 71-72; 183; 243.

¹⁶⁷ “*perserie* é definida como uma incorporação seletiva de elementos estrangeiros para enriquecer o vocabulário social do prestígio internamente” (MILLER, 2017, p. 49).

¹⁶⁸ MILLER, op.cit., p. 252-255.

¹⁶⁹ MILLER, 1997, p. 248-250.

¹⁷⁰ Ibid., p. 257.

¹⁷¹ Id., 2017.

¹⁷² MILLER, loc. cit.

¹⁷³ Ibid., p. 243.

¹⁷⁴ MORGAN, 2016.

Guerras Médicas, e a clara distinção entre imaginário e realidade nas fontes.¹⁷⁵ A obra é decerto inspirada por antecessores como Margaret Miller e Kostas Vlassopoulos.

No período anterior à ascensão dos aquemênidas, Morgan demonstra que as *póleis* gregas arcaicas e os monarcas orientais, em especial os lídios, cooperavam e conflitavam alternadamente, sendo impossível isolar apenas uma destas modalidades de contato.¹⁷⁶ As próprias elites “gregas” (continentais, insulares ou jônicas), por sua vez, adaptariam temas e bens de origem oriental a fim de demarcarem sua posição hierárquica, conforme exigências de suas próprias sociedades, havendo reduzida evidência para uma oposição entre “gregos e bárbaros”.¹⁷⁷ Na Atenas Pisisstráida, Morgan entrevê pouco ou nenhum desvio em relação a esse parâmetro geral: o (assim chamado) “antigo Partenão” da Acrópole, com cenas de leões devorando a caça no frontão, notavelmente similares à iconografia de leões em Persépolis,¹⁷⁸ atesta uma disposição em adotar produtos estrangeiros, movida por embates internos das elites atenienses e uma necessidade crescente de diferenciação social.¹⁷⁹

Tal disposição a reproduzir ou adaptar temas orientais, afirma Morgan, não se esvaeceu com a ascensão dos aquemênidas e as Guerras Médicas.¹⁸⁰ Decerto, o programa de construções de Péricles e os temas bélicos dos relevos de Fídias poderiam sugerir, conforme a opinião dominante, uma fixação pela memória de Maratona e Salamina.¹⁸¹ Morgan, contudo, oferece uma explicação mais complexa que considera como origem da nova estética uma disputa entre as facções democrática e oligárquica na Atenas do século V a.C.¹⁸² Ou, para ser mais preciso, a autora vê as imagens de centauros e amazonas nas métopas do Partenão como alusões à aristocracia vencida e, ademais, argumenta que a multiplicação de temas orientais na arquitetura e na iconografia clássicas expressa uma tentativa de democratização de símbolos outrora restritos às elites, um programa deliberado da facção de Péricles.¹⁸³

Como não poderia deixar de ser, Morgan tem algumas palavras a dizer de Heródoto. Um viajante forçosamente aristocrático, o investigador teria acesso a conhecimentos restritos e simbolicamente especiais, na medida em que permitiriam à elite jônica diferenciar-se

¹⁷⁵ MORGAN, 2016, p. 11-39; p. 71.

¹⁷⁶ O exemplo mais claro, tomado de Heródoto, é o de Cresos, que teria sido o primeiro a conquistar os gregos da Ásia Menor e, ao mesmo tempo, um adorador do templo de Apolo em Delfos. Ibid., p. 69-72.

¹⁷⁷ Ibid., p. 98-99.

¹⁷⁸ Pode-se comparar as imagens do guia do Museu da Acrópole às fotografias do Palácio de Persépolis. Cf. ELEFTHERATOU, 2017, p. 104-105; 107 (figs. 105 e 110); AMIET, 1977, p. 324, figs. 145 e 149.

¹⁷⁹ MORGAN, 2016, p. 113-123.

¹⁸⁰ Ibid., p. 125.

¹⁸¹ Ibid., p. 128.

¹⁸² Ibid., p. 125.

¹⁸³ Ibid., p. 143; 176; 185-186.

enquanto tal.¹⁸⁴ Heródoto, contudo, democratiza seu saber ao demos e sua obra, muito provavelmente direcionada a um público ateniense, se assemelharia ao programa de construções de Péricles, configurando “a mais inovadora conquista literária de todos os tempos”.¹⁸⁵

A iconografia real aquemênida e sua relação com os gregos foi alvo de análises por parte de autores como John Boardman e Margaret Cool Root. Enquanto Boardman dedica uma atenção especial à identificação de traços de arquitetura e acabamento estrangeiros nos vestígios persas,¹⁸⁶ contudo, Root prefere destacar o que é efetivamente persa na composição de palácios, relevos e estátuas. O trabalho de Root é essencial na medida em que devolve à dinastia aquemênida o protagonismo na criação de sua arquitetura e iconografia,¹⁸⁷ o que nos permite lê-la como uma mensagem consciente e deliberada de poder e hierarquia imperiais.¹⁸⁸ Valorizando a originalidade e criatividade dos persas, Root inclusive defendeu, mais tarde, que o friso do Partenão, em Atenas, configuraria uma emulação intencional do programa imperial persa veiculado pelos relevos de Apadana.¹⁸⁹ Esses argumentos, é claro, serão abordados com maior vagar nos próximos capítulos da presente tese.

1.4 “PAROLE, PAROLE, PAROLE”: NOMEAR O IMPÉRIO PERSA

O estudo cuidadoso da terminologia empregada por Heródoto para descrever o império de tipo oriental pode mostrar, de um lado, se esta entidade teria sido singularizada em meio a outras formas de dominação descritas pelo historiógrafo e, de outro, revelar-nos o juízo que ele reservou à mesma. Pascal Payen e Erich Gruen parecem ter razão ao identificar nas *Histórias* uma oposição à conquista e ao imperialismo, mas não uma simples ou necessária dicotomia entre regimes políticos (“democracia e tirania”) ou entre mecânicas institucionais (“república e monarquia”).¹⁹⁰ Ainda assim, parecerá claro, a partir do presente estudo, que o império é uma realidade estritamente oriental em Heródoto, apesar de, sem dúvida, não estar atrelada à “essencialidade” dos povos não-gregos. Os atenienses, ao que tudo indica, correm o risco de se barbarizar ao escolherem a via de um poder exercido

¹⁸⁴ MORGAN, 2016, p. 203.

¹⁸⁵ Ibid., p. 206.

¹⁸⁶ BOARDMAN, 2000.

¹⁸⁷ ROOT, 1979, p. 5-15.

¹⁸⁸ Ibid., p. 3.

¹⁸⁹ Id., 1985, p. 104.

¹⁹⁰ PAYEN, 1997, p. 169; GRUEN, 2011, p. 9-52.

coativamente sobre seus aliados. Uma perspectiva diacrônica, que permita comparar a terminologia de Heródoto com a de seus herdeiros e precursores, deve ajudar a desentranhar a confusa teia de associações que amiúde obscurece nosso entendimento sobre o pensamento político do autor.

No seu auge, o Império Persa Aquemênida (c. 550-330 a.C.) foi decerto a maior entidade política que o Mediterrâneo havia visto até então.¹⁹¹ Em sua fase de maior extensão, os persas governaram um território limitado pelo Mar Egeu, a oeste, e pelo Rio Indo, a leste, pelo Egito e a Arábia, ao sul, e pelo Cáucaso e o planalto da Ásia Central, ao norte.¹⁹² Eles desenvolveram uma retórica imperial única se comparada à de seus predecessores e enfatizaram reiteradamente a diversidade étnica do seu domínio.¹⁹³ Nesse sentido, constituíram, na opinião de numerosos especialistas, o primeiro “império mundial” da história.¹⁹⁴ A percepção grega de que o império era uma realidade oriental se deve, em grande medida, a esse pioneirismo histórico dos persas.¹⁹⁵ Se é verdade que os gregos do período arcaico conheciam civilizações análogas, que haviam imposto seu jugo violento sobre povos vizinhos, em especial a Lídia, a excepcionalidade quantitativa e qualitativa do domínio aquemênida deve ter causado uma impressão de todo particular. E a reflexão política helênica, registrada em prosa, sobre tipos constitucionais e o imperialismo, nascendo também neste período, contribuiu definitivamente para a invenção da ideia grega de império.

Os gregos, portanto, devem ter primeiramente se familiarizado com a noção de império a partir de contatos com o Antigo Oriente Próximo e a ideologia real aquemênida. Cedo, porém, aprenderam com os persas e deles tomaram a ideia, adaptando-a. A hipótese de que a ideia de império tenha sido tomada à Pérsia foi proposta, sem grandes desdobramentos, em Margaret Miller e Kurt Raaflaub. Para Miller,

Tendo em vista a disposição dos atenienses em tomar símbolos aquemênidas para servir a finalidades locais, a sugestão de que a Liga de Delos e, mais tarde, o Império Ateniense, fossem, em alguma medida, inspirados pelo Império Persa, ganha maior credibilidade.¹⁹⁶

¹⁹¹ KHATCHADOURIAN, 2016, p. xxxi.

¹⁹² KHATCHADOURIAN, loc. cit..

¹⁹³ GATES-FOSTER, 2014, p. 175-178.

¹⁹⁴ KHATCHADOURIAN, loc. cit.; LINCOLN, 2007, p. xxii; SHAHBAZI, 2012, p. 120.

¹⁹⁵ “No mundo indo-europeu, particularmente aos olhos dos gregos e romanos, foi o Irã que instaurou a noção de império” (BENVENISTE, 1969, p. 18).

¹⁹⁶ MILLER, 1997, p. 257.

Raaflaub, por sua vez, apresentou uma série de similaridades entre o instrumental imperial ateniense e seu equivalente aquemênida, como os sistemas tributário e militar.¹⁹⁷ Afirmou, então, ser “até mesmo possível que os atenienses tenham tomado toda a ideia de império, o ‘impulso imperial’, dos persas”, confessando, porém, não haver evidências para tal hipótese.¹⁹⁸ Manel García Sanchez, seguindo os apontamentos de Benveniste, vai mais longe:

Mais interessante para nós é, sem dúvida, como se disse, que ao falar da realza iraniana tenhamos em mente que os persas pensaram em seu território em termos de império (p.a. bumi, terra) e não de reino, feito que explicaria a denominação de seu rei não como monarca em paridade a outros, mas como o rei dos reis ou o Grande Rei. Portanto não existiu o termo antigo persa *-rāz como nome de rei, porque não houve rei, nem reino, mas império, pelo menos desde a época de Ciro, o Grande. É interessante também destacar que os gregos e os romanos não tomariam a noção de império de nenhum outro império anterior ao persa, por exemplo, o Assírio ou o Hitita –, a respeito dos quais, ademais, pouco sabiam –, mas precisamente dos aquemênidas. E isso porque haviam visto nos iranianos os criadores do vocabulário vinculado ao mesmo, independentemente, ou não, do fato de que a concepção da realza dos persas germinasse sobre o fértil húmus do Oriente Próximo.¹⁹⁹

Deve-se ter em mente, contudo, que a relação dos atenienses com o Império Persa foi ambígua, o que alimentou ceticismo e críticas nas reflexões de autores do século V a.C., entre eles, Heródoto. De fato, como nota Kostas Vlassopoulos, os empreendimentos pan-helênicos, como o Império Ateniense, teriam se fabricado “em oposição ao Império Persa, mas também foram moldados pela constante interação com e empréstimos dele”.²⁰⁰ As contradições dessa relação paradoxal não devem ser subestimadas na avaliação da noção grega de império.

No nível conceitual, Fritz Gschnitzer examinou, pioneiramente, a concepção grega do “império” dos persas enquanto um vínculo de dominação, em oposição aos vínculos comunitários dos gregos.²⁰¹ Seu exame, contudo, foca-se na classificação objetiva de tipos de Estado, sendo de utilidade limitada para nosso estudo.²⁰² Retomando Gschnitzer, pelo menos uma autora empreendeu um estudo monográfico detalhado da terminologia grega antiga usada para descrever o Império Aquemênida, com uma breve discussão sobre o arcabouço homólogo dos persas. Claudia Tanck, em 1997, concluiu que os persas não possuíam palavras

¹⁹⁷ RAAFLAUB, 2009.

¹⁹⁸ Ibid., p. 114.

¹⁹⁹ GARCÍA SANCHEZ, 2009, p. 72. BENVENISTE fala da ausência de um correspondente iraniano antigo do védico rāja. Sua reconstrução rāz- leva em consideração a fonologia histórica das línguas iranianas, grupo ao qual pertence o persa (1969, p. 17). O desenvolvimento das palatais no persa antigo teria sido distinto.

²⁰⁰ VLASSOPOULOS, 2013, p. 16-17.

²⁰¹ GSCHNITZER, 1960, p. 15-16.

²⁰² Para parte do debate, Cf. TANCK, 1997, p. 14-15.

para designar o Estado abstratamente²⁰³ e, ainda, que os próprios gregos não detinham um termo técnico para se referir a um império oriental em todos os aspectos.²⁰⁴

As revisões de sua obra foram, em geral, negativas. Para Klaus Tausend, as conclusões do trabalho não traziam resultados novos ou inesperados.²⁰⁵ Para Maria Brosius, o estudo “reafirmaria ‘o óbvio’”.²⁰⁶ Pierre Briant, por sua vez, se indagou sobre a relevância de um estudo sobre termos políticos gregos para a historiografia aquemênida.²⁰⁷ Se os críticos puderam apontar deficiências relevantes do trabalho, como a ausência de bibliografia especializada sobre o Império Persa, incorreções factuais e erros de edição, eles talvez tenham sobredimensionado a trivialidade de seu empreendimento. Em mais de um caso, a interpretação da terminologia grega e persa apresenta dificuldades e viabiliza reflexões sobre temas complexos.

Por outro lado, é verdade que a obra de Tanck poderia ser reavaliada. Suas conclusões para o caso persa, por exemplo, são consistentes e coincidem com a opinião dominante à época, mas algumas passagens merecem um novo olhar, apresentado no terceiro capítulo da presente tese. Seu estudo da terminologia grega, pelo menos nos casos de Heródoto e Xenofonte, apresenta algumas lacunas, que serão apreciadas em nosso argumento no quarto capítulo. De toda forma, é inegável que seu trabalho fornece um importante precedente para a pesquisa da terminologia política grega e das representações do Império Aquemênida enquanto entidade política.

Edmond Lévy, em artigo de 2006, faz uma análise muito mais detalhada da terminologia de Heródoto, concluindo que o termo *arché*, mormente usado para designar uma autoridade monárquica, poderia também se reportar a um “poder imperial”.²⁰⁸ Dois outros estudos relevantes, com escopo mais amplo, foram publicados, no mesmo ano,²⁰⁹ por Marie-Laurence Desclos²¹⁰ e Alain Fouchard.²¹¹ Esses autores ressaltam as conotações de *arché* em termos de controle coativo, diversidade étnica, dinamicidade e extensão geográfica. Para as acepções de *pólis*, em particular, contamos com os exames aprofundados de Mogens Herman Hansen,²¹² que considera anômalo seu uso em associação ao Império Persa.²¹³ Em síntese,

²⁰³ TANCK, 1997, p. 234.

²⁰⁴ Ibid., p. 237-251.

²⁰⁵ TAUSEND, 2001, p. 600.

²⁰⁶ BROSIUS, 1999, p. 482.

²⁰⁷ BRIANT, 2001, p. 30.

²⁰⁸ LÉVY, 2006.

²⁰⁹ Mas haviam sido apresentados dois anos antes numa Conferência em Grenoble.

²¹⁰ DESCLOS, 2006.

²¹¹ FOUCHARD, 2006.

²¹² HANSEN, 1998; Id., 2006.

²¹³ Id., 1998, p. 124-132.

todos esses estudos trazem contribuições determinantes para a decifração do aparato conceitual grego, mas, como raramente dialogam entre si, merecerão um exame integrado no terceiro e quarto capítulo desta tese.

A terminologia persa e o aparato conceitual persa também foram objeto de análise por iranistas e estudiosos da Pérsia. No entanto, um capítulo pioneiro de Émile Benveniste, sedutor como possa ser, tem caráter ensaístico, sendo lícito duvidar de alguns de seus apontamentos.²¹⁴ Da mesma forma, Heleen Sancisi-Weerdenburg, em estudo sobre os “conceitos políticos” das inscrições em persa antigo, acaba por dizer pouco sobre a terminologia persa:²¹⁵ embora rechace, com prudência, o uso dos textos avésticos,²¹⁶ ela virtualmente não aborda ideias de império territorial.

Palavras do persa como *xšaça-* (“reino”), *dahyu-* (“país”) e *bumi-* (“terra”) foram mais detalhadamente estudadas por iranistas como Clarisse Herrenschmidt,²¹⁷ Gherardo Gnoli,²¹⁸ Onorato Bucci²¹⁹ e Rüdiger Schmitt.²²⁰ Herrenschmidt e Gnoli tendem a recusar que os termos persas pudessem denotar, simultaneamente, um realidade abstrata e territorial, optando pela predominância deste último sentido, mas Bucci, seguindo Benveniste²²¹ e Bartholomae,²²² defende a duplicidade semântica de *xšaça-*.²²³ Bruce Lincoln²²⁴ e Lori Khatchadourian²²⁵ assumem um sentido geográfico e abstrato do termo *xšaça-*, mas suas análises são decisivamente mais genéricas. Schmitt, em seu recente léxico das inscrições reais aquemênidas, afirma que ambos os sentidos são possíveis para *xšaça-*, sendo muito difícil, em certos contextos, optar por um deles.²²⁶ Jean Kellens, por outro lado, alega que o sentido geográfico de *xšaça-* não é seguro.²²⁷

Para o caso das fontes romanas sobre o Império Persa, contamos com outros estudos importantes e indispensáveis. O termo latino *imperium*, cujo desenvolvimento é amiúde comparado com o grego *archē*²²⁸ e o persa *xšaça-*,²²⁹ foi exaustivamente classificado e

²¹⁴ BENVENISTE, 1969. Em especial, a ideia, acima referida por GARCIA SANCHEZ, de que a ausência do termo *rāz no iraniano antigo revele uma origem imperial do poder real (p. 17-18).

²¹⁵ SANCISI-WEERDENBURG, 1993.

²¹⁶ Ibid, p. 147-151.

²¹⁷ HERRENSCHMIDT, 1980, p. 71-72.

²¹⁸ GNOLI, 1972; 2007.

²¹⁹ BUCCI, 1985.

²²⁰ *Apud* HUYSE, 1999.

²²¹ BENVENISTE, 1969, p. 19.

²²² BARTHOLOMAE, 1904, p. 542

²²³ BUCCI, 1985, p. 693.

²²⁴ LINCOLN, 2007, p. 45.

²²⁵ KHATCHADOURIAN, 2017, p. 3-4.

²²⁶ SCHMITT, 2014, p. 284.

²²⁷ KELLENS, 2002, p. 438.

²²⁸ FOUCHARD, 2006, p. 40.

analisado, em 2008, por John Richardson.²³⁰ Essa obra será, por conseguinte, decisiva em nossas comparações históricas, além de fornecer um rigoroso modelo de método e originalidade. De auxílio é, ademais, o estudo de Freyburger-Galland sobre o léxico político de Dião Cássio,²³¹ uma vez que este historiador apresenta uma grande similaridade formal com autores clássicos como Tucídides e Xenofonte.²³² Destaca-se, ademais, a discussão de Charlotte Lerouge sobre a terminologia latina e grega empregada nas descrições do Império Arsácida, percebido como sucessor dos aquemênidas.²³³

O presente estudo pretende integrar esse conjunto de avaliações isoladas e atualizar seus apontamentos à luz da leitura direta das fontes. O resultado do exame terminológico e da comparação das fontes gregas e persas, contudo, deve considerar o contexto material das interações entre estes povos e o significado histórico dos discursos que produziram. No caso de Heródoto, em especial, amiúde tomado como exemplo máximo da visão clássica do Oriente Próximo, uma hipótese de leitura sobre seu tratamento do “império” será proposta.

1.5 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Heródoto era oriundo de Halicarnasso, no reino da Cária, onde conviviam gregos e não-gregos.²³⁴ A Cária estivera formalmente sujeita ao poder do Império Persa e, mais tarde, dos atenienses,²³⁵ sendo, sob qualquer perspectiva, uma área periférica, isto é, subordinada a poderes políticos e econômicos externos. De acordo com a tradição biográfica tardia, o pai de Heródoto, assim como outros parentes seus, teriam nomes cários.²³⁶ Nomes gregos e cários se alternam também na história da dinastia local, numa possível indicação do caráter híbrido da comunidade.²³⁷ Os dados biográficos sobre os primeiros anos de Heródoto, portanto, desautorizam qualquer interpretação do autor como um simples porta-voz de autoridades imperiais gregas. Da mesma forma, seu interesse por povos estrangeiros e, muitas vezes, por aqueles situados nas desconhecidas extremidades do mundo habitado, não parece se confundir

²²⁹ ASHERI, 2006, p. 35-36.

²³⁰ RICHARDSON, 2008.

²³¹ FREYBURGER-GALLAND, 1997.

²³² Ibid., p. 18-19.

²³³ LEROUGE, 2007, p. 196-198.

²³⁴ THOMAS, 2002, p. 9.

²³⁵ Ibid., p. 10.

²³⁶ ASHERI, 2007, p. 2.

²³⁷ BOARDMAN, 2000, p. 14.

com um discurso etnográfico de caráter “colonial”, como se o autor falasse em nome de um poder de pretensões hegemônicas.

Sem dúvida, como veremos no próximo capítulo, Heródoto escreveu para uma audiência seleta de intelectuais atenienses, dialogando, portanto, com os valores e ideias de um emergente centro político no qual, aliás, teria residido por algum tempo. No entanto, mesmo aqui, a excepcional distância que nos separa da Grécia Antiga não pode ser ignorada em razão de uma filiação ideológica entre a civilização “ocidental” e o mundo clássico. Se Heródoto refletiu, em algum nível, visões correntes em Atenas, isso não faz dele pura e simplesmente um precursor de discursos etnográficos modernos. Na verdade, como ensina Moyer, tal pressuposição ideológica, baseada na analogia com o colonialismo europeu, foi responsável por obscurecer, durante décadas, as leituras das relações entre gregos e não-gregos, subtraindo aos orientais qualquer agência.²³⁸ Essa situação foi alimentada e agravada, ademais, pela separação estanque entre as disciplinas que estudam o mundo clássico e o Oriente Próximo.²³⁹ É preciso, portanto, restituir aos orientais seu protagonismo.

Restaurar aos persas um papel ativo na história de seu encontro com os gregos envolve, de um lado, pensar o contato em termos de recepção e incorporação de ideias, técnicas e valores. O conflito militar entre persas e atenienses, combinado ao caráter contingente e sempre instrumental dos discursos de identidade e etnicidade,²⁴⁰ decerto explica a subordinação da ideia do “bárbaro” à legitimação da Liga de Delos, o que (em que pese suas muitas nuances) é aferível pelo tratamento dos não-gregos no drama ático.²⁴¹ De outro lado, esse fenômeno não pode ser lido isoladamente, pois, ao mesmo tempo em que enfrentavam o Império Aquemênida, os atenienses aprendiam com suas estruturas e se apropriavam, à sua maneira, de discursos e instrumentos práticos de dominação. Tal receptividade²⁴² à cultura persa deve ser vista, portanto, em termos de necessidades internas às *póleis* gregas, como sua urgência em neutralizar a ameaça estrangeira, tornando-a familiar, ou a busca de prestígio individual e nacional mediante a adoção de símbolos externos de status.²⁴³ Na mesma linha de reflexão, segundo os modelos de globalização e glocalização, é preciso conceber um espaço de interações culturais em escala mediterrânica, com o surgimento de um conjunto de traços

²³⁸ MOYER, 2011, p. 4.

²³⁹ BURKERT, 1992, p. 1-8.

²⁴⁰ MCINERNEY, 2014, p. 1-16.

²⁴¹ PAPADODIMA, 2014, p. 256-269.

²⁴² O termo é entendido, nesta tese, como disposição à incorporação de ideias e produtos estrangeiros, seguindo-se MILLER, 1997.

²⁴³ Ibid., p. 243-258.

culturais comuns e a redefinição de alguns desses traços em âmbito local, de acordo com necessidades particulares de cada comunidade.²⁴⁴

A classificação do Império Aquemênida nas fontes clássicas revela diferentes respostas à consciência do “império”, de acordo com diferentes contextos de interação e em conformidade com os interesses particulares das *póleis* gregas. Essas reações não são sempre unívocas e apresentam muitas ambiguidades e matizes na documentação disponível. Autores como Heródoto, Ésquilo e Eurípides demonstram consciência de estereótipos e lugares comuns sobre os bárbaros, mas, em sua complexidade e sofisticação intelectual, foram igualmente capazes de questionar e problematizar os limites da convenção em momentos específicos.

A presente tese propõe, em resposta às fronteiras ideológicas fixadas entre gregos e não-gregos, que, sem prejuízo da crítica aos preconceitos antigos, se resgate o protagonismo dos persas na construção de um saber sobre a política antiga. Tentará se situar, portanto, ao lado dos estudos que destacam o poder criativo das zonas de contato, as respostas da periferia às retóricas imperiais do centro e as formas de interação entre potências.²⁴⁵ Algumas escolhas formais, como a precedência da terminologia persa (capítulo 3) sobre a grega (capítulo 4),²⁴⁶ revelam uma tentativa de superar alguns desses preconceitos. Evidentemente, uma abordagem completamente imparcial parece inatingível. Os próximos capítulos darão concretude a essa proposta, portanto, nos limites do melhor método.

²⁴⁴ VLASSOPOULOS, 2013, p. 11-32.

²⁴⁵ Uma inspiração, no caso dos arsácidas e sassânidas, é o estudo de SHAYEGAN, 2011.

²⁴⁶ Seguindo uma recomendação de BROSIUS, 1999, p. 483.

CAPÍTULO 2: ATENAS E PÉRSIA NO PERÍODO CLÁSSICO: HISTÓRIA E FERRAMENTAS CONCEITUAIS

A historiografia tradicional descreve o período clássico da história grega como um momento de grandes transformações políticas e culturais. No plano político, esta época representa a vitória da *pólis*, surgida muitos séculos antes,²⁴⁷ enquanto unidade fundamental da Hélade.²⁴⁸ A natureza territorial e institucional da *pólis*, por sua vez, teria favorecido o surgimento e a difusão de práticas políticas inéditas de autogoverno democrático, mais notavelmente em Atenas, após um longo processo de “experimentações” constitucionais. No plano cultural, os gregos teriam desenvolvido uma prolífica literatura em prosa, dividida em gêneros autênticos como a medicina, a retórica e a historiografia. A guerra de parte das *póleis* gregas contra a Pérsia, por outro lado, teria promovido a atividade etnográfica helênica e o surgimento de uma autoconsciência situada na contraface da representação do bárbaro, conduzindo à formação de uma identidade cultural grega.²⁴⁹ As chamadas “Guerras Médicas” (490-479 a.C.) são o episódio político eleito pela historiografia como divisor de águas entre os períodos clássico e arcaico da Grécia.

Essa narrativa, contudo, é apenas parcialmente verdadeira e, segundo a discussão historiográfica mais recente, que apresentamos no primeiro capítulo, é preciso ter uma visão mais nuançada da história grega. Em primeiro lugar, como já dito, as relações entre helenos e persas não envolveram apenas conflito, mas trocas, recepção e incorporação de ideias e produtos.²⁵⁰ Mesmo durante o continuado esforço militar contra os persas, os atenienses moldaram seu império a partir de empréstimos e reelaborações de ideias e práticas aquemênidas.²⁵¹ Os próprios persas, por sua vez, mobilizaram muitos gregos como mercenários,²⁵² médicos²⁵³ ou trabalhadores em suas construções monumentais,²⁵⁴ além de

²⁴⁷ HANSEN não fornece uma data segura para o surgimento da *pólis*, mas três hipóteses. Cf. HANSEN, 2006, p. 45-47. Sakellariou acredita que as *póleis* devem ter surgido por volta de 1000 a.C. na Ática e na Eubéia. SAKELLARIOU, 1989, p. 418. A maioria dos historiadores, contudo, acredita que a *pólis* se formou no período arcaico, entre os séculos VIII e VI a.C. Cf. LONIS, 2004. Cf. também DAVIES, 1997. Cf., contudo, a crítica de VLASSOPOULOS, 2007, p. 56-58.

²⁴⁸ EHRENBURG, 1976.

²⁴⁹ HALL, 2002, *passim*.

²⁵⁰ MILLER, 1997.

²⁵¹ ROOT, 1985; RAAFLAUB, 2009.

²⁵² X. An. 1.4.11-13, etc.

²⁵³ Como Democedes. Cf. Hdt. 3.129-137.

²⁵⁴ ROLLINGER, 2010, p. 204.

terem se engajado com a arte e a tradição gregas.²⁵⁵ Nesse sentido, a história da relação entre gregos e persas foi ambivalente, o que traz importantes consequências para a interpretação das fontes.

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que o discurso sobre o “outro” é muito anterior às Guerras Médicas e que a fabricação de vínculos étnicos e culturais no mundo grego não dependeu da emergência de um gênero em prosa específico. A difundida noção de etnografia em analogia às práticas de agentes coloniais e neocoloniais da modernidade europeia não se harmoniza com as mudanças de paradigma sofridas pela disciplina nas últimas décadas.²⁵⁶ Na realidade, os estudos etnográficos hoje envolvem uma grande variedade de reflexões sobre cultura. Por conseguinte, se tomarmos o conceito em seu sentido efetivo e hodierno e o aplicarmos à Antiguidade, ele compreenderia uma série de discursos helênicos sobre o “outro”, atestados pelo menos desde Homero, com a descrição dos feácios e dos ciclopes.²⁵⁷

Em terceiro lugar, como leciona Vlassopoulos, a ênfase na *pólis* como unidade essencial do mundo grego perpetua uma ideologia nacionalista e evolucionista da historiografia antiga que deve ser vista com reservas.²⁵⁸ Inaugurada por autores como Fustel de Coulanges e Jacob Burckhardt, a visão da *pólis* como a forma canônica do Estado grego marginaliza entidades políticas que não se conformam a esse modelo, tratando-as como desvios ou formas atrasadas do mundo helênico.²⁵⁹ Mais do que isso, a interpretação da história da Grécia como a ascensão, auge e declínio da *pólis* produz uma ideia enganosa de unidade civilizacional, reproduzindo uma leitura nacionalista que não corresponde à efetiva multiplicidade e fragmentação das entidades políticas gregas.²⁶⁰ Por fim, noções cristalizadas de autonomia e autossuficiência da *pólis* favorecem narrativas da história grega que ignoram sua relação com outras comunidades no Mediterrâneo, dificultando uma abordagem dinâmica e sistêmica do mundo antigo.²⁶¹

Esse problema nos leva a uma última consideração, que é a natureza atenocêntrica da evidência textual remanescente. Com efeito, os documentos escritos do período clássico, predominantemente oriundos da Ática, nos dizem mais sobre Atenas do que sobre a Grécia em sentido amplo. A *pólis* historiográfica *par excellence* é a cidade-estado ateniense,

²⁵⁵ GRUEN, 2011, p. 50-52.

²⁵⁶ SKINNER, 2012, p. 3-58.

²⁵⁷ Heródoto nos apresenta povos tão selvagens quanto os *andróphagoi* (4.106), canibais que, similarmente ao ciclope Polifemo da Odisseia (9.215), careceriam de lei e justiça. Cf. *Ibid.*, p. 59-62.

²⁵⁸ VLASSOPOULOS, 2007, p. 53.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 57; 60.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 55.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 59.

enquanto as principais fontes textuais à nossa disposição pouco informam sobre entidades políticas diversas. Muitas vezes, ao falarmos da Grécia enquanto unidade, pensamos em casos “paradigmáticos” como Atenas, ou até excepcionais, como Esparta, generalizando indevidamente atributos que são particulares.

Cientes das limitações ideológicas e teóricas presentes na historiografia da “*pólis*” grega, dedicaremos, ainda assim, uma discussão à natureza desse conceito na Antiguidade, em razão de sua importância para o pensamento político ateniense, e não enquanto elemento objetivo e unificador de uma suposta civilização grega. Em nenhum momento, por conseguinte, traduziremos essa noção de Estado em unidade concreta, nem perderemos de vista a convivência das cidades-estado da Ática e do Peloponeso com outras entidades políticas diversas, gregas e não-gregas. No entanto, considerando a origem predominantemente ateniense das fontes textuais avaliadas adiante, e a audiência ática de Heródoto, é inevitável a ênfase em noções de identidade e Estado correntes nessa *pólis*. Sem dúvida, portanto, a presente tese também dirá mais sobre as concepções atenienses do Império Persa do que sobre as ideias de quaisquer outras comunidades gregas, permitindo um olhar apenas parcial do passado, mas não por isso menos relevante.

Nesse capítulo, apresentaremos uma narrativa histórica das Guerras Médicas (2.1), discutindo formas de interação e convenções da representação grega dos persas. A fim de evitar uma abordagem esquemática, analisaremos as reações receptivas e hostis à Pérsia igualmente (2.1.1-2). A seguir, introduziremos aspectos da biografia, da recepção e do pensamento de Heródoto de Halicarnasso, suas audiências, sua perspectiva dos persas e a data de composição de suas *Histórias* (2.1.3-2.1.6). Para concluir, definiremos conceitos pertinentes tais quais *pólis*, Estado e império (2.2).

2.1 GUERRAS MÉDICAS E “ESFERAS DE CONTATO”²⁶²

Todos conhecemos a história: após a conquista da Lídia no século VI a.C., Ciro pune e submete os gregos na Ásia Menor. As condições de submissão eram duras e o desejo de se libertar do jugo persa parece ter subsistido por décadas. Conforme o relato de Heródoto, sabemos que as colônias gregas da Jônia teriam se rebelado contra o monarca persa em 499 a.C. e, devido ao auxílio prestado pelos atenienses nesta ocasião, envolvido toda a Grécia num projeto de expedição punitiva de Dario I. Fracassado inicialmente em Maratona (490 a.C.),

²⁶² A expressão é de MILLER, 1997, p. 3.

Dario teria ainda tentado reunir mais forças para uma nova campanha, mas fora obrigado a enfrentar uma revolta no Egito (486 a.C.) e teria falecido antes de poder levar a cabo seu intento original. Seu sucessor, Xerxes I, retomaria o projeto de invasão da Grécia pouco depois. O resultado foi uma sofrida vitória nas Termópilas (480 a.C.), bem como as grandes derrotas persas em Salamina (480 a.C.) e Plateias (479 a.C.). Infelizmente, estamos mal informados acerca da perspectiva persa destes conflitos, enquanto a literatura grega, da qual dependemos, é altamente enviesada.

Sabemos que os atenienses conferiram destaque à dimensão bélica de sua relação com a Ásia, mas as variedades de contato entre gregos e persas não se limitaram às hostilidades de 490-479 a.C. Na verdade, a despeito da tradição eurocêntrica de sua disciplina, os classicistas sempre estiveram relativamente conscientes da influência asiática para a formação da cultura grega clássica, pelo menos desde a identificação de uma tendência estilística “orientalizante” na cerâmica proto-Ática (700-600 a.C.).²⁶³ De um ponto de vista genérico, das relações “leste-oeste”, é difícil falar de um momento específico no qual esses contatos culturais tenham adquirido maior sistematicidade: a “civilização” grega, em que pese o isolacionismo pressuposto pelas correntes tradicionais, absorveu numerosos elementos religiosos, literários e estilísticos orientais desde o período formativo de sua história.²⁶⁴ Representar a derrota dos persas nas Guerras Médicas como o fracasso de Golias no combate contra Davi é, ironicamente, fazer referência a uma tradição do combate individual na narrativa semítica (acadiana e, depois, hebraica) da qual os gregos são, possivelmente, tributários.²⁶⁵ Dessa forma, uma abordagem da representação grega dos persas, e orientais, em geral, deve ser contextualizada, levando em consideração as dimensões de contato entre esses dois complexos culturais.

Ao falarmos da interação entre gregos e persas, a primeira distinção histórica importante que devemos estabelecer para os propósitos desse estudo é aquela existente entre as experiências dos gregos da Ásia Menor e os da Grécia Central, por um motivo óbvio: a Jônia, a Eólia e a Cária entraram em contato sistemático com o Império Persa pelo menos desde o final da década de 540 a.C, quando Ciro I conquistou a Lídia.²⁶⁶ Do ponto de vista político, as cidades da Ásia Menor estavam, em alguns casos, submetidas à autoridade persa

²⁶³ WHITLEY, 1994, p. 61.

²⁶⁴ BURKERT, 1992, p. 1-8. Cf. também VLASSOPOULOS, 2007, p. 1-67.

²⁶⁵ Martin West encontra similaridades nas convenções das narrativas gregas e semíticas de combates individuais de heróis: o confronto de Heitor e Ajax na *Ilíada*, o confronto de Davi e Golias em 1 Samuel e outros combates no *Enuma Elish* são usados para a comparação. WEST, 2003, p. 214 et. seq.

²⁶⁶ A Crônica de Nabonido indica que Ciro teria conquistado um país entre 547 e 546 a.C., mas seu nome é ilegível. Para os problemas da datação, cf. BRIANT, 1996, p. 44; WATERS, 2014, p. 39-40

e, em outros, sob ameaça constante de está-lo. No período clássico, o grau de interação e maturação do contato entre os gregos asiáticos e os persas era substancialmente pronunciado,²⁶⁷ sendo incomparável com o tipo de influência persa que se poderia identificar na Ática ou no Peloponeso. Assim, a distância entre um dramaturgo atenocêntrico como Ésquilo e um grego nascido em Halicarnasso, como Heródoto, deve ser lida pelo filtro de suas diferentes experiências históricas.

Na Ásia Menor, a conquista das *póleis* gregas por Hárpagos, general de Ciro, foi ampla e violenta,²⁶⁸ devendo-se, segundo Heródoto, à recusa dos gregos em aceitar as demandas diplomáticas de Ciro antes da derrota de Cresos.²⁶⁹ Apesar do relato categórico de Heródoto,²⁷⁰ não é igualmente clara a extensão do domínio persa sobre os jônios insulares.²⁷¹ De toda forma, é certo que, a partir dessa conquista, o destino de gregos orientais e persas se desenvolve em próxima associação. A presença de gregos em Sardis, capital da satrapia persa na Lídia, é francamente atestada nesse período: traços estilísticos helênicos nas esculturas locais, por exemplo, indicam a atuação de artesãos gregos na área.²⁷² As inscrições reais aquemênidas demonstram, inequivocamente, que os gregos da Ásia estavam sob a autoridade do rei dos reis no início do século V a.C.,²⁷³ e um dos tablets de Persépolis²⁷⁴ permite inferir a participação de gregos na condução da administração persa entre 509 e 494 a.C.²⁷⁵ Um tablete do mesmo período menciona duas trabalhadoras “jônias” em Persépolis.²⁷⁶ Os tablets do tesouro de Persépolis, datados entre 492 e 458 a.C., são evidência adicional da presença grega no coração do império, pois mencionam remunerações devidas a trabalhadores “jônios” por sua participação nas obras locais.²⁷⁷ Histieus de Mileto, Cíax de Carianda e Fanes de Halicarnasso são apenas alguns dos gregos a serviço do grande rei mencionados pelas fontes clássicas para o período.²⁷⁸

Entre 499 e 493 a.C., a Jônia se rebela contra o domínio aquemênida e, como já dito, envolve a Grécia continental em hostilidades contra a Pérsia. Heródoto diz que um grupo de

²⁶⁷ Como atestam os tablets de Persépolis. Cf. ROLLINGER & HENKELMAN, 2009.

²⁶⁸ Hdt. 1.169; 176.

²⁶⁹ Hdt. 1.141.

²⁷⁰ Hdt. 1.169.

²⁷¹ Cf. BRIANT, 1996, p. 48.

²⁷² DUSINBERRE, 2003, p. 100.

²⁷³ DSf §9-12, Cf. também ROLLINGER, 2010, p. 204-205; KUHRT, 2007, p. 492.

²⁷⁴ O documento traz a seguinte inscrição: “OINO/Σ ΔΥΟ/ ΜΑΡΙΚ /ΤΕΒΗΤ”, (trad. “dois marriš de vinho. Mês de Tebet”). Marriš é uma medida de origem elamita. Tebet, o décimo mês acadiano (HALLOCK, 1969, p. 2).

²⁷⁵ ROLLINGER, 2010, p. 209.

²⁷⁶ PF 1224 (HALLOCK, 1969, p. 349).

²⁷⁷ PT 15 (CAMERON, 1948, p. 110).

²⁷⁸ A relação de gregos sob o serviço dos reis persas, de acordo com as menções em fontes, é a seguinte: seis sob Ciro I, sete sob Cambises, e quarenta e dois sob Dario I (HOFSTETTER, 1978, p. 192-193).

aristocratas exilados de Naxos, desejando retornar ao país de origem, teria tentado convencer Aristágoras, tirano de Mileto, a obter apoio persa numa campanha contra a ilha.²⁷⁹ O pedido de ajuda se fundava numa relação de hospitalidade entre esses aristocratas e o referido Histieus, tio de Aristágoras, residente na corte de Dario I. Assim, Aristágoras convence o sátrapa Artabanes a avançar contra os naxios, mas, perante o fracasso estratégico e os custos do cerco militar, ele passa a temer por sua própria situação.²⁸⁰ O tirano de Mileto lidera, então, uma revolta regional, abdicando do poder absoluto em sua *pólis* e estabelecendo a isonomia localmente, bem como no resto da Jônia.²⁸¹ Procura aliados na Grécia continental e, depois de uma malfadada visita a Esparta, acaba convencendo os atenienses a fornecer-lhe apoio.²⁸² Por fim, os jônios se envolvem em uma série de conflitos na Lídia, mas são derrotados e reprimidos pelos persas.²⁸³ Sabemos que, após a revolta de Aristágoras, os milésios foram deslocados à força de sua cidade,²⁸⁴ o que possivelmente indica renovadas possibilidades de interação cultural. A familiarização dos aquemênidas com a cultura material grega nesta ocasião é ilustrada, por exemplo, pelas evidências do butim, como um peso de bronze, em forma de quadril, encontrado em Susa.²⁸⁵ Assim, quando a Grécia Central se envolveu no conflito contra a Pérsia, os gregos da Ásia Menor já haviam convivido por pelo menos quatro décadas sob a égide do domínio ou influência persas.

A primeira participação dos gregos continentais em conflitos diretos com os persas, por sua vez, pode ser resumida da seguinte forma: convencidos por Aristágoras, os atenienses enviaram vinte navios à Anatólia para ajudar os jônios na tomada de Sardis.²⁸⁶ Eles enfrentaram os persas, mas, após a derrota final dos jônios, não enviaram mais forças de auxílio.²⁸⁷ Foi uma participação tímida, cujos efeitos não poderiam ser comparados às invasões dos persas de 490-479 a.C. Como afirma Margaret Miller, “a invasão de Xerxes de 480-479 a.C. permitiu a mais gregos mais oportunidades de ver mais persas do que nunca antes”.²⁸⁸ Em outras palavras, tais episódios providenciaram a ocasião mais oportuna até então para a obtenção e troca de informações culturais entre gregos continentais e persas.

²⁷⁹ Hdt. 5.28.

²⁸⁰ Hdt. 5.34-35.

²⁸¹ Hdt. 5.38.

²⁸² Hdt. 5.97.

²⁸³ Hdt. 6.22-41.

²⁸⁴ Hdt. 6.20.

²⁸⁵ VILLING, 2005, p. 236 (cat. 445).

²⁸⁶ Hdt. 5.97.

²⁸⁷ Hdt. 1.103.

²⁸⁸ MILLER, 1997, p. 6.

O contato pontual de atenienses com a periferia do império não deve ter sido difícil, pois somos informados por Heródoto das viagens de Sólon, o “reformador”, pela Lídia de Creso e o Egito de Amasis.²⁸⁹ Mesmo que o encontro de Sólon com Creso não tenha sido real, a narrativa de Heródoto indica que sua audiência estaria familiarizada com a possibilidade de viajantes atenienses no Oriente. Em relação à fixação de atenienses no coração do império, a situação é diferente. Ao menos um caso, entretanto, chama atenção. Segundo Tucídides e Heródoto, Hípias, tirano de Atenas (527-510 a.C.) e filho de Pisístrato, teria se refugiado na corte de Dario I após ser expulso da Ática pelos alcmeônidas.²⁹⁰ O exílio na corte se deu pouco depois de sua expulsão da *pólis*, por volta de 510 a.C. Vinte anos depois, o tirano tentou recobrar seu poder em Atenas por meio da intervenção persa em Maratona.

A história dos contatos greco-persas se reflete, em parte, nos relatos biográficos que conhecemos, os quais devem representar apenas “a ponta do iceberg” da circulação de aristocratas atenienses no Oriente Próximo.²⁹¹ Josef Hofstetter nos informa sobre a crescente informação prosopográfica disponível sobre os gregos no Império Persa, de seis nomes, sob Ciro I (558-530 a.C.), a quarenta e dois, sob Dario I (521-486 a.C.).²⁹² Os gregos continentais a serviço regular do império antes das Guerras Médicas representam uma fatia pequena do grupo. A história de Hípias, acima, se encaixa nessa faixa. Ao lado dele, somos informados sobre a presença do médico Democedes de Croton,²⁹³ que foi da Magna Grécia a Atenas e, finalmente, à Pérsia, a partir de Samos,²⁹⁴ chegando a residir na corte do rei, e sobre o caso do general ateniense Milcíades, filho de Címon, vassalo de Dario I que, por ocasião da campanha contra os citas, chegou a colaborar com o rei, sem, entretanto, residir na corte. Tão excepcional é o caso de um grego continental na administração do império, como Milcíades, que sua menção é acompanhada por onze nomes de tiranos da Ásia Menor (do Helesponto, da Jônia e da Eólia).²⁹⁵ Outro caso, já no início das Guerras Médicas (c. 490 a.C.), seria o de Demarato, rei de Esparta deposto por um complô de Cleômenes I.²⁹⁶ Anos depois, ele

²⁸⁹ Hdt 1.30.

²⁹⁰ Th. 6.59; Hdt. 6.96.

²⁹¹ RAAFLAUB, 2004, 201.

²⁹² HOFSTETTER, 1978, p. 192-193; RAAFLAUB, 2004, p. 200.

²⁹³ Hdt. 3.129-137.

²⁹⁴ Hdt. 3.125.

²⁹⁵ Hdt. 4.137-138; Outros gregos da Ásia Menor a serviço do rei da Pérsia são mencionados nas fontes clássicas, entre eles: Fanes de Halicarnasso (Hdt. 3.4) no reinado de Cambises (530-522 a.C.); Cílix de Carianda (Hdt. 4.44), Histieu de Mileto (já mencionado; Hdt. 5.25), Mândrocles de Samos (Hdt. 4.87) durante o reinado de Dario I (522-486 a.C.); Artemisia de Halicarnasso (Hdt. 7.99), supostamente uma respeitada conselheira do rei (Hdt. 8.68-69) no reinado de Xerxes I (486-465 a.C.); Polícritos de Mendes (Plut. Art. 21.2), Apolônides de Cós (Ctésias, *Persica* = FGrH 688 F14 (44)), o próprio Ctésias de Cnido (Plut. Art. 13) no reinado de Artaxerxes II (404-359 a.C.) etc. Cf. LLEWELLYN-JONES, 2013, p. 35 et seq.

²⁹⁶ Hdt. 6.70.

marcharia com Xerxes contra os gregos.²⁹⁷

Assim, a informação biográfica que temos sobre gregos continentais no Império Persa indica um fluxo relevante nas Guerras Médicas (490-479 a.C.), mas também na *pentekontaetía* (480-431 a.C.) e depois dela. Dentre os mais interessantes relatos biográficos, devemos três deles a Tucídides. Pausânias, comandante espartano de estirpe real, obteve reconhecimento generalizado com a notável vitória em Plateias (479 a.C.). No entanto, suas elevadas ambições o tornaram impopular entre os aliados de Esparta, cidade-estado que então exercia hegemonia sobre a Hélade. Pausânias, conforme nos diz Tucídides, tinha uma imagem tão inflada de si mesmo que não conseguia agir como os outros gregos, mas, pelo contrário, adotava costumes persas.²⁹⁸ Cercado por egípcios e persas e banquetando à maneira persa, Pausânias se tornou suspeito aos olhos dos espartanos, e foi convocado em juízo e privado do comando das forças gregas.²⁹⁹ Entre as acusações, encontravam-se o “medismo” (isto é, a colaboração com a Pérsia) e a pretensão de se tornar tirano. Tucídides afirma que Pausânias tinha, de fato, a intenção de contrair matrimônio com uma filha de Xerxes I e ajudar o rei a conquistar a Grécia,³⁰⁰ mas acabou sendo preso e, após ser posto em liberdade, morreu de fome como suplicante ao tentar fugir de uma segunda prisão.³⁰¹ Mesmo não tendo obtido sucesso em sua empresa, a história de Pausânias demonstra que a opção pelo exílio na corte persa era crescentemente plausível no início do século V a.C.

Na mesma época, o campeão ateniense das Guerras Médicas, Temístocles, também foi acusado de “medismo”. Antes que fosse capturado por atenienses e espartanos, Temístocles fugiu, passando por Córcira e obtendo refúgio na Molóssia. Conseguiu, por fim, navegar até a Ásia e chegar à Pérsia a partir de Éfeso, quando Artaxerxes I acabava de assumir o trono (c. 465 a.C.). Na corte, finalmente, Temístocles teria se tornado uma personalidade de destaque, supostamente pela esperança de conquistar a Grécia para o rei.³⁰²

Mais tarde, durante a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), o jovem e ambicioso Alcibíades também se coloca a serviço do monarca persa. Descendente de uma respeitada família ateniense, Alcibíades havia promovido a retomada do conflito com Esparta por puro orgulho pessoal.³⁰³ Em um de seus discursos contra Nícias, que leva os atenienses à desastrosa decisão de empreender a “campanha siciliana”, ele demonstra claros sinais de

²⁹⁷ Hdt. 7.101.

²⁹⁸ Th. 1.130.

²⁹⁹ Th. 1.95; 1.128.

³⁰⁰ Th. 1.128

³⁰¹ Th. 1.134.

³⁰² Th. 1.138.

³⁰³ Th. 5.43.

arrogância e delírios de grandeza.³⁰⁴ Fugindo de um julgamento em Atenas por sacrilégio, Alcibíades se instala em Esparta e, mais tarde, devido a uma desavença com um rei espartano, Agis, acaba se instalando brevemente na corte do rei Xerxes II (c. 411 a.C.), onde fornece valiosos conselhos estratégicos.³⁰⁵

Poderíamos mencionar, ainda, outros casos famosos desse tipo de interação greco-persa, como o do mercenário Xenofonte no final do século V a.C. e, por volta de 440 a.C., o caso de um persa ilustre, Zópiros, que teria se exilado em Atenas.³⁰⁶ Não podemos duvidar que essas figuras atuavam como verdadeiros vetores de transmissão de tradições entre os dois mundos.³⁰⁷ Assim, além da experiência militar, os atenienses tiveram muitas outras vias de acesso a informações sobre os persas.³⁰⁸ Os gregos asiáticos, por sua vez, conheciam bem as realidades aquemênidas desde a queda da Lídia, no século VI a.C., e as Guerras Médicas não constituem, nesse sentido, uma ruptura revolucionária nas relações greco-persas, mas apenas um momento de intensificação do contato entre a Grécia Continental e a Pérsia, que, a bem da verdade, se aprofunda após 479 a.C.

2.1.1 HOSTILIDADE À PÉRSIA EM ATENAS

Os casos de Temístocles, Pausânias e Alcibíades são interessantes, não apenas por demonstrarem a intensificação do contato entre a Grécia Central e a administração persa ao longo do século V a.C., mas por revelarem algo sobre a associação, no imaginário ateniense da segunda metade do século V a.C., entre a Pérsia e a tirania grega.³⁰⁹ Como se sabe, a ideologia democrática ateniense conferira grande importância à figura dos tiranicidas Harmódio e Aristógiton, que, em razão de uma querela privada, teriam assassinado Hiparco, irmão de Hípias, numa conspiração. Enxergando nesses dois os “liberadores” da *pólis*, os atenienses teriam erigido monumentos públicos em sua homenagem³¹⁰ e veiculado narrativas populares sobre sua vitória contra os Pisistrátidas.³¹¹ A história da resistência heroica dos dois homens contra os tiranos havia se tornado, portanto, parte essencial da ideologia política

³⁰⁴ Th. 6.16.

³⁰⁵ Th. 8.45.

³⁰⁶ Hdt. 3.160.

³⁰⁷ RAAFLAUB, 2004.

³⁰⁸ MILLER, 1997, p. 89-108.

³⁰⁹ RAAFLAUB, 2013, p. 59-93.

³¹⁰ HÖLSCHER, 2008, p. 300-305.

³¹¹ RAAFLAUB, op. cit., p. 63-69.

ateniense. Nesse contexto de enaltecimento da democracia, a associação dos persas à tirania foi especialmente conveniente, na medida em que forneceu aos atenienses um elemento comum entre o adversário externo, o Império Aquemênida, e o inimigo interno, o tirano, justificando, simultaneamente, sua política doméstica e internacional.

As histórias de Pausânias e Alcibíades claramente demonstram a percepção de que a arrogância e a busca desmedida por honra estariam atreladas a pretensões tirânicas, amiúde combinadas a um projeto de conquista da Hélade em favor dos persas. Ainda que Tucídides, em sua narrativa, demonstre simpatia por Temístocles, o paralelo de sua biografia com a de Pausânias faz pensar inevitavelmente na relação entre arrogância, pretensões tirânicas e a Pérsia. E os atenienses, ao menos, acreditaram nas acusações de medismo formuladas contra seu campeão. O mesmo projeto tirânico fora alimentado por Hípias que, após sua deposição e exílio na Pérsia, acreditou poder voltar a governar Atenas sozinho. O diálogo de Milcíades com Histieus nas *Histórias* demonstra a crença de que as tiranias gregas na Ásia Menor só poderiam sobreviver graças ao patrocínio de Dario I,³¹² e essa ideia talvez faça sentido para a política persa da segunda metade do século V a.C., quando a obra foi redigida.³¹³ Antecipe-se, contudo, que Heródoto problematiza a associação, da qual certamente não era um legatário acrítico, ao nos informar que os persas haviam instalado democracias na Jônia após a supressão de sua revolta.³¹⁴

De toda forma, essa problemática faz pensar nas variadas representações negativas dos persas em Atenas durante esse período. A associação da Pérsia e dos bárbaros com a *húbris*³¹⁵ e outros atributos negativos é comum no drama ático.³¹⁶ A essa altura, Xerxes I era lembrado como o déspota que tentara, sem sucesso, submeter a Hélade a um domínio estrangeiro, e os persas eram reconhecidos como inimigos militares. No final do século V a.C., Eurípides podia destacar o potencial destrutivo dos cultos orientais, além de associar o não-grego à beligerância e à loucura.³¹⁷ O poeta Simônides, provavelmente compondo no final do século VI e início do V a.C., produziu diversas elegias comemorando o combate contra os persas e

³¹² Hdt. 4.137.

³¹³ GRAF, 1985, p. 79-99

³¹⁴ Hdt. 6.43.3.

³¹⁵ *Húbris* é bem definida como uma ofensa grave contra a honra de outrem, um ato de agressão. Para uma análise sistemática, cf. FISHER, 1992.

³¹⁶ PAPADODIMA, 2014, p. 258-259: “Tragic, and especially, Euripidean Greeks are accused of having become barbarian when they are thought to be transgressing cultural norms that are presented as Hellenic”.

³¹⁷ Eur. Ba. v. 476; 604; 1334-1336. Cf. SAID, 1979, p. 56: “Nas Bacantes, talvez a mais asiática de todas as peças áticas, Dionísio é explicitamente associado às suas origens asiáticas e aos excessos estranhamente ameaçadores do Oriente. Penteu, rei de Tebas, é destruído por sua mãe, Agave, e suas companheiras bacantes. Tendo desafiado Dionísio ao não reconhecer seu poder ou divindade, Penteu é, assim, atrozmente punido, e a peça termina com o reconhecimento geral do terrível poder do excêntrico deus.”

situando tais episódios numa esfera privilegiada da memória coletiva grega.³¹⁸ *Os Persas*, de Ésquilo, apesar de conterem uma imagem nuançada do rei Dario I,³¹⁹ apresentam os rivais de Atenas como inimigos vulneráveis e inferiores. Como vimos, a obra foi definida por Edward Said como a primeira forma conhecida de orientalismo.³²⁰ Não sem razão, alguns intérpretes viram no Zeus tirânico de *Prometeu Acorrentado* a imagem do próprio despotismo persa.³²¹

O êxito dos atenienses na guerra contra os persas também foi celebrado em múltiplos monumentos, relevos e pinturas na Acrópole, na Ágora e em Delfos. Logo após a vitória de Maratona, os atenienses erigiram na Acrópole um monumento a Calímaco, o polemarco de 490 a.C., com uma inscrição que associava a batalha à luta “pelos helenos”.³²² Cerca de vinte e cinco anos depois, Maratona foi representada por uma pintura na *Stoá Poikíle* (“Pórtico Pintado”), na Ágora, contendo, entre outras imagens, cenas de persas derrotados e em fuga.³²³ Em Delfos, no caminho sagrado, os atenienses construíram um monumento votivo a Maratona, um pedestal de quinze metros de comprimento, incluindo treze estátuas representando Atena, Apolo, Milcíades e os dez heróis epônimos de Atenas.³²⁴ Além disso, foi erigido um tesouro ateniense, hoje a estrutura mais bem preservada no Santuário de Apolo, contendo em suas métopas imagens de Hércules e Teseu, figuras importantes para a identidade da *pólis*. Ao lado do tesouro, uma plataforma triangular teria exibido parte do butim persa capturado na Batalha de Maratona. Em consonância com essa celebração da vitória, a representação dos persas na cerâmica ática dos anos 480-460 a.C. se caracterizou, predominantemente, por cenas de combate militar, nas quais os persas geralmente são os perdedores.³²⁵

A partir da década de 450 a.C., se inicia o conhecido “programa de construções” de Péricles. Na Acrópole, o maior monumento à ascensão imperial ateniense foi, sem dúvida, o Partenão, projetado pelo célebre Fídias. As métopas do Partenão representavam quatro temas bélicos em cada uma das alas do templo. Na parte leste, foi retratada a “gigantomaquia”, a narrativa cosmológica da batalha entre os deuses do Olimpo e os gigantes, agentes do caos.³²⁶ A parte oeste traz imagens da amazonomaquia, o combate de atenienses, liderados pelo rei

³¹⁸ LENFANT, 2011, p. 370.

³¹⁹ A. Per. 839 et seq.

³²⁰ Cf. capítulo 1, *infra*.

³²¹ BROWN, 2001, p. 78.

³²² IG I² 609.

³²³ MILLER, 1997, p. 6; CASTRIOTA, 1992, p. 76-79.

³²⁴ SCOTT, 2010, p. 81.

³²⁵ MILLER, 2011, p. 126-132.

³²⁶ ELEFThERATOU, 2017, p. 202.

mítico Teseu, contra as amazonas.³²⁷ A parte norte, por sua vez, representa a narrativa da queda de Troia, com episódios célebres, como a cena de Helena buscando refúgio junto à estátua sagrada de Atena.³²⁸ Por fim, na parte sul, são expostas imagens das batalhas de lápitas, um povo da Tessália, contra centauros, a chamada “centauromaquia”.³²⁹ Segundo a opinião dominante dos especialistas, tais temas iconográficos constituiriam alegorias da vitória grega contra os bárbaros, da imposição da ordem sobre o caos e da superioridade helênica.³³⁰

A partir da década de 450 a.C., templos e edifícios que haviam sido destruídos pelos persas nas invasões de 490 e 480/479 a.C. foram estrategicamente refeitos, ao lado de novos monumentos encomiásticos à superioridade ateniense. Em Sunião, por volta de 444-440 a.C., foi erigido o Templo de Poseidon, trazendo em seu friso cenas da centauromaquia e da gigantomaquia. Na Ágora, o templo de Hefestião também traria imagens da centauromaquia no seu friso traseiro. O templo de Atena *Nikē*, construído, na Acrópole, entre 426 e 421 a.C., conteria no friso sul imagens da vitória contra os persas em Maratona, desta vez ao lado de cenas de batalhas contra outros gregos, provavelmente os lacedemônios.³³¹ Uma balaustrada do templo também traria placas com cenas da vitória militar contra persas e outros gregos.³³²

Com efeito, seja em Atenas, seja na Ásia Menor, a Pérsia foi representada como a terra das intrigas da corte, do luxo, das riquezas e do caráter amolecido e afeminado.³³³ Sob essa ótica, as histórias de Ctésias de Cnido (c. séc. V a.C.) sobre os eunucos e o exotismo da corte aquemênida demonstrariam um interesse pela inversão ao forjar uma imagem predominantemente estereotipada do Irã Antigo, “o grande outro”.³³⁴ Na segunda metade do século V a.C., um comediógrafo como Aristófanes podia, em seus *Acarnenses*, apresentar os persas como glutões e o oriente como um “Eldorado”, uma terra de riquezas,³³⁵ dialogando com o imaginário popular ateniense.³³⁶ A percepção de um governo débil, sujeito às influências de mulheres, fez dos persas os inimigos afeminados da Grécia, fragilizados pelos luxos do Oriente.³³⁷ Edith Hall chegou a argumentar que a figura dos eunucos na imaginação

³²⁷ Ibid., p. 204.

³²⁸ ELEFThERATOU, 2017, p. 204-205.

³²⁹ Ibid., p. 208-209.

³³⁰ CASTRIOTA, 1992, p. 33-95; EVANS, 2010, p. 90-91.

³³¹ ELEFThERATOU, op. cit., p. 248.

³³² Ibid., p. 251.

³³³ Para a instrumentalização das figuras de mulheres persas, representadas como governantes poderosas que controlam e manipulam reis, cf. BROSIUS, 1996.

³³⁴ WATERS, 2017, p. 20.

³³⁵ Ar. Ach. v. 82; 85-86.

³³⁶ Comparar com a Índia de Heródoto (Hdt. 3.106).

³³⁷ BROSIUS, op. cit., p. 1-2.

grega resumiria a “feminização” sistemática da Ásia, entendida como voluptuosa, emotiva e servil.³³⁸

Parte desse retrato negativo da Ásia e, em especial, dos persas, foi amparado por teorias mesodeterministas da época. Na literatura médica do final do século V a.C., os asiáticos são vistos como covardes e fracos em razão do clima. O autor dos *Ares, Águas e Lugares*, por exemplo, afirma que “quanto à pusilanimidade e à covardia dos habitantes, a principal razão pela qual os asiáticos são menos belicosos e mais dóceis do que os europeus é a natureza das estações, que não sofrem grandes mudanças em relação ao calor ou frio”.³³⁹ Heródoto, conhecedor das vertentes clássicas de determinismo ambiental, também atribui as maravilhas da Índia a sua localização geográfica no mesmo parágrafo em que elogia as estações da Grécia.³⁴⁰ No final das *Histórias*, Heródoto confere a Ciro uma fala que associa a dureza de um povo às características da terra,³⁴¹ sugerindo que as regiões férteis engendrariam homens fracos.

Segundo a historiografia convencional, como vimos, a hostilidade à Pérsia foi decorrência de uma estratégia ideológica ateniense na busca de um amálgama com o qual justificar seu domínio imperial crescente.³⁴² A partir da derrota dos persas no conflito que justificara a formação da Liga de Delos, os atenienses passaram a divulgar uma imagem dos bárbaros e, em particular, dos persas, que promovia a unidade dos aliados contra a ameaça externa. Destarte, a “invenção” do arquétipo do bárbaro, que podemos entrever, sobretudo, por meio da tragédia ática, e, mais tarde, na retórica de oradores, estaria estreitamente relacionada à dinâmica da política externa ateniense e à condição social dos estrangeiros na Atenas escravista. Essa perspectiva é, em muitos aspectos, procedente.

2.1.2 RECEPTIVIDADE À PÉRSIA EM ATENAS

Assim, os exemplos analisados indicam, pelo menos no nível popular, certa hostilidade contra a Pérsia, sobretudo nas décadas seguintes às Guerras Médicas. Essa, contudo, não é a única tendência de interação com o Oriente observada no século V a.C. Na

³³⁸ HALL, 1989, p. 157.

³³⁹ Hp. Ar. 16.

³⁴⁰ Hdt. 3.106.

³⁴¹ Hdt. 9.122.

³⁴² CARTLEDGE, 2002, p. 51-77; HALL, 1989, p. 56-69. HALL, 1997, p. 44. Id., 2002, p. 172-228.

verdade, é fácil contornar o famigerado modelo da polaridade quando nos damos conta das diferentes vertentes de interação possíveis entre gregos e persas em várias esferas da vida.

O drama ático, por exemplo, não se prestou apenas a declarações diretas de superioridade helênica, em que pese a tendência geral à depreciação do não-grego. Em Aristófanes, o limite entre gregos e não-gregos é flexível, uma vez que bárbaros são, às vezes, apenas gregos disfarçados.³⁴³ A tragédia, ao destacar a primazia ateniense, como em *Íon*, de Eurípides, ou ao relevar o caráter destrutivo das disputas entre helenos, como em *Sete Contra Tebas*, de Ésquilo, expõe também as fraturas internas à helenicidade.³⁴⁴ As *Bacantes*, de Eurípides, sublinham as origens orientais da Hélade e de suas tradições.³⁴⁵ A comédia nunca confere grande destaque aos “bárbaros cômicos”,³⁴⁶ apesar de todos os seus preconceitos e clichês. A superioridade grega é pouco clara e frequentemente problematizada pela tragédia, seja por meio de contradições entre discursos e práticas das personagens gregas ou ao insinuar paralelos entre condutas “bárbaras” e a postura de algumas cidades-estado helênicas no presente.³⁴⁷

Em várias ocasiões, os preconceitos gregos em relação à Ásia foram substancialmente mitigados. No caso do determinismo ambiental, é especial o exemplo de Heródoto, que, apesar do que poderiam indicar as passagens sobre Ciro e as estações da Grécia, acima referidas, não adere sistematicamente a uma visão mecânica e vulgar da relação entre caráter étnico e o ambiente físico, preferindo explicações culturais para o sucesso ou fracasso das nações.³⁴⁸ Igualmente, os supostos clichês de Ctésias de Cnido, como sua alegada representação negativa dos eunucos, foram questionados por Dominique Lenfant, para quem não é certo que o médico grego tenha empregado a instituição como instrumento de censura.³⁴⁹ Segundo Lenfant,

O mundo persa não foi somente representado como o inverso do mundo grego, não foi também em todos os aspectos e em todos os casos o objeto de uma visão dominante e ideológica que seria precursora do orientalismo do século XVIII. Mesmo que essas abordagens interpretativas tenham cada uma seu mérito, elas não devem conduzir às facilidades da analogia sem nuances e menos ainda à caricatura, que é precisamente o que elas procuravam

³⁴³ PAPADODIMA, 2014, p. 257.

³⁴⁴ Ibid., p. 259.

³⁴⁵ Eur. Ba. v. 170 et seq.

³⁴⁶ Ibid., p. 260.

³⁴⁷ PAPADODIMA, op. cit., p. 261-265.

³⁴⁸ THOMAS, 2002, p. 104-105.

³⁴⁹ LENFANT, 2014, p. 423-442.

denunciar.³⁵⁰

É igualmente incerta a extensão da hostilidade aos persas contida na iconografia clássica. As representações dos bárbaros na cerâmica ática raramente demonizavam o inimigo persa e, em alguns casos, chegaram a ressaltar seu valor militar.³⁵¹ As alegorias míticas em monumentos públicos atenienses também não encerravam exclusivamente críticas aos inimigos persas, mas, possivelmente, referências a adversários internos e opositores domésticos, como a aristocracia anti-democrática.³⁵²

No plano das trocas culturais, por fim, os atenienses demonstraram notória receptividade³⁵³ a utensílios e produtos persas desde antes da *pentekontaetía* (480-431 a.C.). A *phiale* aquemênida, uma espécie de tigela sem alça, é um dos mais conhecidos exemplos de imitação da cerâmica persa em Atenas, já no final do século VI a.C.³⁵⁴ Apesar de sua limitada difusão, elementos de vestimenta oriental e algumas adaptações, como o *khitón* de manga comprida, a *ependútēs* e o *kándus*, foram incorporados pela elite ateniense mais tarde como símbolos de riqueza e status.³⁵⁵ Por fim, é instrutiva a recepção dos atenienses a formas arquitetônicas e à iconografia aquemênidas, atestada, por exemplo, nos casos do Odeão de Péricles e do Partenão, e abordada em detalhe no capítulo 4 da presente tese.

Os contatos entre persas e atenienses foram possivelmente favorecidos por via do comércio entre a Ática e o Oriente no final do século VI a.C., que, pelo menos no caso da cerâmica, parece se manter estável ao longo do século V a.C.³⁵⁶ É provável, aliás, que os achados de dárlicos e siclos em tesouros gregos no período clássico sejam evidência adicional dessas trocas comerciais.³⁵⁷ Nas palavras de Miller,

É impressionante o quanto a difusão de cerâmica ática exportada no Oriente coincide com a variedade de fontes para produtos orientais importados na Ática conhecidos pela evidência literária. Apesar da preocupação acadêmica com o possível exagero na interpretação da cerâmica como evidência de comércio, e sua hesitação justificável em atribuir valor intrínseco excessivo à cerâmica ática, é instrutiva a evidência de locais com achados de cerâmica ática ao longo das satrapias ocidentais do Império Persa. Os padrões de importação, embora insignificantes como evidência de práticas comerciais e

³⁵⁰ Ibid., p. 439.

³⁵¹ GRUEN, 2011, p. 40-52; MILLER, 2011, 124-152.

³⁵² MORGAN, 2016, p. 175-188.

³⁵³ Disposição a incorporar produtos estrangeiros, nos termos de MILLER, 1997.

³⁵⁴ MILLER, 1997, p. 136; 140.

³⁵⁵ Ibid., p. 170-183.

³⁵⁶ Ibid., p. 72.

³⁵⁷ Ibid., p. 74.

mercadores, certamente testemunham a continuação do comércio da Ática com o Oriente (e presumivelmente vice versa) no curso da *Pentekontaetia*.³⁵⁸

Também os persas e seus súditos manifestaram algum interesse pelas tradições gregas em geral, embora a escassez de fontes circunstanciais nos impeça de interpretar essa recepção em toda a sua complexidade. Na Anatólia aquemênida, alguns padrões de decoração, como figuras de animais em vasilhas de prata, sugerem adaptações de temas gregos.³⁵⁹ Também nessa região, a cunhagem de moedas de estilo grego representando sátrapas e reis persas é testemunho profuso da combinação de técnicas e formas helênicas com temas locais.³⁶⁰ Na Lícia, um relevo do Monumento das Nereidas (início do século IV a.C.), em Xantos, representa o monarca local trajado à maneira persa e cumprimentando emissários gregos trajados à maneira grega.³⁶¹ Uma das “sete maravilhas do mundo”, o mausoléu de Halicarnasso (séc. IV a.C.), construído por ordem do rei da Cária, Mausolo, mesclava uma estrutura tipicamente oriental (um teto piramidal) a uma rica ornamentação grega.³⁶² Modelações e formas tipicamente helênicas são encontráveis, ademais, em monumentos de Pasárgada, Persépolis e Susa, isto é, no coração do império.³⁶³

Para além dos padrões decorativos, muitos presumem certo apreço do rei pela arte grega a partir de um provável conhecimento das tradições míticas dos adversários. Uma estátua de Penépole encontrada em Susa (para onde teria sido levada como presente ou butim) talvez reforce a possibilidade de apropriação de temas contidos na *Ilíada* e na *Odisseia* pelos aquemênidas,³⁶⁴ em consonância com duas passagens das *Histórias* nas quais os persas são descritos como plenamente cientes da tradição sobre a Guerra de Troia.³⁶⁵ Não podemos duvidar de que os persas tenham efetivamente conhecido e se engajado com as tradições gregas quando estas lhes interessavam,³⁶⁶ sendo ilustrativo o caso de Perseu, herói responsável por decapitar a górgona Medusa, e instrumentalizado para vincular genealogicamente as casas reais de Argos e da Pérsia (por exemplo, em oferta de aliança à *pólis* por parte de Xerxes).³⁶⁷ Ele teria sido, afinal, filho da princesa argiva Dânae, penetrada por Zeus sob a forma de uma chuva de ouro, mas também o pai de Perses, de quem os persas

³⁵⁸ Ibid., p. 71-72.

³⁵⁹ BOARDMAN, 2015, p. 33-34.

³⁶⁰ Ibid., p. 36.

³⁶¹ Ibid., p. 36-37.

³⁶² Ibid., p. 37-38.

³⁶³ Ibid., p. 41-45.

³⁶⁴ Ibid., p. 45-46; GRUEN, 2011, p. 50-51.

³⁶⁵ Hdt. 1.1-5; 7.43. Cf. também a informação legada por Ctésias: FGrHist 688 F 1b (22), JACOBY, 1958, p. 441-442. Cf. MUNSON, 2009, p. 467, n. 46.

³⁶⁶ O mesmo fez, por exemplo, Alexandre, mais tarde. Cf. BOARDMAN, 2015, p. 53-54.

³⁶⁷ Hdt. 7.150.

teriam derivado seu etnônimo.³⁶⁸ Mais especificamente vinculada ao caso dos atenienses é a abdução das estátuas dos tiranicidas Armódio e Aristógon e sua presumível exposição em Susa por séculos,³⁶⁹ provavelmente, aos olhos dos persas, simbolizando alguma espécie de troféu ou refletindo vagamente uma prática próximo-oriental de sequestro de estátuas divinas.

De um lado, portanto, a documentação disponível demonstra que atenienses e persas mantiveram, sobretudo a partir do século V a.C., vínculos culturais sistemáticos, sendo possível afirmar que uma ampla porção de gregos asiáticos e europeus tiveram alguma experiência pessoal com os persas e seu império. De outro, a evidência permite supor que, do ponto de vista de um grego médio, os persas poderiam ser vistos e representados de forma consistentemente depreciativa. No entanto, mesmo nesse caso, a hostilidade ateniense aos persas é temperada por reflexões complexas e sofisticadas, disputas internas pela definição de helenicidade e, enfim, pelo questionamentos da própria identidade grega. Em resumo, era certamente possível a um grego do século V a.C. adquirir informações específicas acerca do Império Persa e inclusive dominar tradições amplamente difundidas no Oriente e, de um ponto de vista epistemológico, a ideologia pan-helênica e sua imagem enviesada dos estrangeiros seria um obstáculo indubitável à abordagem ponderada das tradições orientais. No entanto, a relação greco-persa admite alguns matizes e a perspectiva helênica do “outro” não era unilateral ou polar.

2.1.3 “ANTES QUE ANOITEÇA”: O MUNDO DE HERÓDOTO

Assim, nem tudo a respeito da Pérsia era ruim, e isso é particularmente verdadeiro em Heródoto. Se é verdade que a maioria dos autores clássicos revela um interesse pelas tramas e luxos da corte persa, pela derrota militar dos aquemênidas ou pelo aspecto despótico do domínio estrangeiro, é igualmente verdadeiro que o investigador de Halicarnasso, viajante oriundo das margens do império, encontrou oportunidades para elogiar os monarcas persas e os costumes de seu povo. Considerado um “relativista” cultural, ele foi descrito por Paul Cartledge como deliberadamente interessado em mitigar a polaridade entre gregos e bárbaros.³⁷⁰ Assim, ao contrário do que se poderia imaginar, Heródoto é um historiógrafo ponderado, disposto a dialogar com as tradições orientais e apresentá-las numa roupagem menos binária do que aquela pressuposta pela historiografia convencional. Mas quem foi

³⁶⁸ Hdt. 7.61; 1.125. GRUEN, op. cit., p. 298-299.

³⁶⁹ GRUEN, 2011, p. 51-52.

³⁷⁰ CARTLEDGE, 2002, p. 51-77.

Heródoto? Como explicar essa ponderação?

A rala informação biográfica que temos sobre o autor das *Historias* vem da sua própria obra ou de tradições tardias pouco confiáveis.³⁷¹ De acordo com um verbete da Suda, poderíamos apresentá-lo como o brilhante historiógrafo que, nascido em Halicarnasso por volta de 480 a.C., envolveu-se em disputas políticas com o tirano Ligdamis, exilou-se em Samos, realizou leituras públicas em Atenas e fez o garoto Tucídides derramar copiosas lágrimas, tendo falecido em Túrio, na Magna Grécia,³⁷² local citado por alguns como sua cidade de origem.³⁷³ Mais útil é, entretanto, construir o retrato de Heródoto a partir de sua própria obra, identificando os locais pelos quais passou, os eventos mais recentes que registrou e as ideologias que veiculou.

Halicarnasso, a cidade natal de Heródoto, era uma *pólis* de origem dórica e com uma população híbrida de gregos e cários, localizada na parte ocidental da Anatólia. Heródoto escreveu no dialeto jônico que, no período clássico, foi um dos principais dialetos literários consagrados pela tradição, ao lado do ático, o dórico e o eólico.³⁷⁴ Evidentemente, os dialetos literários não devem ser confundidos com a imensa variedade de dialetos efetivamente falados pelos gregos.³⁷⁵ De toda forma, em que pese a origem dórica de Halicarnasso, sabemos por meio da evidência epigráfica que sua população já havia adotado um dialeto jônico na fala desde (pelo menos) o período arcaico.³⁷⁶

Ao longo de sua obra, Heródoto alega conhecer a Cária, a Jônia, a Eólia e a Lídia, além de ter viajado para o Egito,³⁷⁷ a Babilônia,³⁷⁸ a Beócia³⁷⁹ e a Fenícia.³⁸⁰ Especialistas modernos, como Fehling e Armayor, questionaram, com alguma razão, a veracidade das alegações de Heródoto e consideraram suas viagens fantasiosas, mas tal posição é hoje considerada excessiva e dificilmente sustentável.³⁸¹ Em alguns casos, é indubitável que Heródoto detinha informações autênticas sobre as regiões que descreveu, apesar de muitas distorções e imprecisões factuais.³⁸² Assim, nem todos os seus deslocamentos podem ser

³⁷¹ Rollinger informa com razão que “ainda não foi escrita uma biografia ‘crítica’ de Heródoto” (BICHLER & ROLLINGER, 2011, p. 116).

³⁷² ASHERI, 2007, p. 1-5.

³⁷³ Arist. Ret. 1409a27.

³⁷⁴ BUCK, 1910, p. 12-14.

³⁷⁵ Ibid., p. 1-12.

³⁷⁶ Ibid., p. 164-165, n. 2.

³⁷⁷ Hdt. 2.29.1; 2.143.1-4.

³⁷⁸ Hdt. 1.183.3.

³⁷⁹ Hdt. 5.59.

³⁸⁰ Hdt. 2.44.1-4. Na Grécia, o autor teria conhecido Atenas, Esparta e Delfos. Ele também teria se exilado em Samos, de acordo com a tradição biográfica. Cf. ASHERI, 2007, p. 3-4.

³⁸¹ MILLER, 1997, p. 107.

³⁸² PRITCHETT, 1993.

descartados como meras invencionices, o que, aliás, resultaria em dúvidas sobre vários outros viajantes gregos.³⁸³

Sobre a metodologia das *Histórias*, o tema foi fartamente estudado³⁸⁴ e, recentemente, explorado com propriedade por Hartog em *A Evidência da História*.³⁸⁵ Em relação à concepção herodotiana da história, em particular, o seguinte parágrafo da obra consubstancia o que é geralmente destacado:

Μέχρι μὲν τούτου ὅψις τε ἐμὴ καὶ γνώμη καὶ ἱστορίη ταῦτα λέγουσά ἐστι, τὸ δὲ ἀπὸ τοῦδε Αἰγυπτίους ἔρχομαι λόγους ἐρέων³⁸⁶ κατὰ τὰ ἤκουον· προσέσται δὲ τι αὐτοῖσι³⁸⁷ καὶ τῆς ἐμῆς ὀψιος.

Até aqui, o que foi dito constitui minha visão, raciocínio e investigação, mas, a partir daqui, eu vou contar as histórias egípcias de acordo com as coisas que escutei: e também algo de meu testemunho será acrescido a elas.³⁸⁸

Para o autor de Halicarnasso, portanto, a escrita da história, ou melhor, sua investigação (pois não há que se falar em “gênero” historiográfico antes de Heródoto)³⁸⁹ se fundamenta no testemunho ocular, nos relatos orais e no uso da crítica racional. Como outrora, no mundo homérico, as tradições orais encontram uma posição de destaque nas *Histórias*, sendo corriqueiras as referências às narrativas de informantes locais ou à poesia helênica. A autópsia, por sua vez, é privilegiada como forma de aferição da verdade, assim como será em Tucídides ou Políbio. Por fim, integra a metodologia do autor a crítica racional, à qual os próprios “logógrafos” (Hecateu de Mileto, por exemplo), precursores de Heródoto, já submetiam suas fontes. Todos esses elementos remetem à noção de “pesquisa” ou “investigação”,³⁹⁰ *historiē*, que, nos autores dos séculos V e IV a.C., correspondia à prática “científica” de exame dos fenômenos da natureza.³⁹¹

O “mundo grego” em que Heródoto viveu foi aquele dos anos 460 a 420 a.C. Ao contrário de Tucídides, Heródoto não fazia “história do presente”, mas relatava eventos muito anteriores ao momento em que seu texto atingiu a forma final. Além dessas vagas pontuações,

³⁸³ MILLER, loc. cit.

³⁸⁴ LATEINER, 1989; DARBO-PECHANSKY, 2007.

³⁸⁵ HARTOG, 2011, p. 64.

³⁸⁶ “Vou contar”: em Heródoto o verbo ἔρχομαι pode ser usado como auxiliar associado a um particípio futuro (LSJ).

³⁸⁷ Ou “δὲ αὐτοῖσι τι καὶ” no Laurentianus 70.3 e no Ang. gr. 83.

³⁸⁸ Hdt. 2.99.1.

³⁸⁹ Cf. SETERS, 2008.

³⁹⁰ HARTOG, 2011, p. 56-76.

³⁹¹ THOMAS, 2002, p. 161-167.

contudo, não temos informações precisas para a data de publicação das *Histórias*. À luz da informação providenciada por Tucídides, podemos apenas deduzir que elas devem ter refletido as condições dos anos 430-420 a.C., pois fazem referência a episódios da Guerra Arquidâmica (431-421 a.C.), isto é, à primeira fase da Guerra do Peloponeso.³⁹² Certas citações e alusões da comédia e da tragédia atenienses do século V a.C., geralmente mais polêmicas e incertas, também têm servido de base para determinar um *terminus ante* para a publicação da obra.³⁹³

Três relevantes posições quanto à data de publicação das *Histórias* foram fornecidas por Charles Fornara, Justus Cobet e, mais recentemente, Elizabeth Irwin. Fornara, questionando supostas alusões às *Histórias* nos *Acarnenses*, de Aristófanes,³⁹⁴ entre outras alegadas paráfrases e referências do drama grego, descarta a datação tradicional de 425 a.C. Em favor de uma datação tardia, na Paz de Nícias, por volta de 414 a.C., o autor mobiliza referências de Heródoto à passagem completa do reinado de Artaxerxes I,³⁹⁵ à “importância cardinal” de Citera no discurso de Demarato a Xerxes,³⁹⁶ e uma expressão associada a Decélia.³⁹⁷ Elizabeth Irwin, por sua vez, defende uma datação ainda mais tardia para a obra, isto é, após a Guerra de Decélia (a fase final da Guerra do Peloponeso), o que, se provado correto, revolucionaria nosso entendimento das *Histórias*. Heródoto, afinal, teria a inteira catástrofe da guerra diante de seus olhos.³⁹⁸ Evidentemente, toda a cautela é exigida diante de uma análise tão inovadora que ainda não encontrou amplo respaldo. Justus Cobet, por fim, viu com desconfiança a datação tardia de Fornara, reavaliou a evidência contemporânea do teatro grego e manteve como *terminus ante* os primeiros anos da Guerra do Peloponeso, durante a Guerra Arquidâmica, por volta de 424 a.C.³⁹⁹ Para Cobet, a oposição de Fornara à interpretação das *Histórias* como reflexo direto das Guerras Médicas independe de uma datação tardia, sendo suficiente a posição tradicional.⁴⁰⁰ Como Cobet continua a ser seguido pela maioria dos especialistas, e considerando a incerteza de fixar fronteiras nesta seara, é prudente adstringir-se à sua proposta, que situa Heródoto, portanto, num contexto anterior à trágica derrota de Atenas.

³⁹² Hdt. 8.73.

³⁹³ Para uma discussão sucinta da datação, Cf. BICHLER & ROLLINGER, 2011, p. 32-33.

³⁹⁴ FORNARA, 1971, p. 25-26.

³⁹⁵ Ibid., p. 32-33.

³⁹⁶ Ibid., p. 33.

³⁹⁷ Ibid., p. 34.

³⁹⁸ IRWING, 2013.

³⁹⁹ COBET, 1977.

⁴⁰⁰ Ibid., p. 25-27.

Se Cobet estiver certo, é preciso situar Heródoto em um contexto histórico especialmente significativo. Após os conflitos entre gregos e persas em 479 a.C., Atenas se tornou hegemônica, constituiu uma aliança militar com outras *póleis* (a Liga de Delos, em 478 a.C.) e continuou liderando campanhas militares nas margens do Império Persa. Em 454 a.C., a tentativa ateniense de promover uma revolta egípcia no delta do Nilo terminou em desastre e, a partir de então, parece que os gregos negociaram uma trégua com o rei dos reis. O período de produção das *Histórias* não foi, portanto, marcado pelas hostilidades contra a Pérsia, mas antes pela crescente inimizade entre Atenas e Esparta, que desencadeou a “Primeira Guerra do Peloponeso” (c. 460-445 a.C.). Afinal, enquanto Esparta (presumivelmente) detivera uma autoridade superior no período que antecede a *pentekontaetía*, sua situação se degradara crescentemente face às pretensões expansionistas atenienses na década de 450 a.C. A disputa pela proeminência política entre Atenas e Esparta é, pois, o verdadeiro pano de fundo da obra de Heródoto.

As *Histórias* tinham, pelo menos em parte, uma audiência ateniense, fato que, além de facilmente demonstrável pela própria narrativa, é reforçado por Eusébio e pela tradição que chegou a Suídas.⁴⁰¹ Ao contrário do que a tradição biográfica poderia indicar, contudo, é altamente improvável que Heródoto tenha atingido ampla difusão e popularidade em leituras públicas de eventos massivos.⁴⁰² Sua obra é extensa, o dobro de qualquer poema homérico tomado individualmente, além de ter sido redigida em prosa, o que dificultaria a memorização.⁴⁰³ Uma leitura pública completa de sua obra tomaria 50 horas ou mais, de acordo com uma estimativa de Stewart Flory,⁴⁰⁴ ou 24 horas, se acreditarmos em William Johnson.⁴⁰⁵ A alegada “oralidade” estilística de Heródoto é inferida a partir de evidências vagas e, muitas vezes inespecíficas, como a “composição em anel”.⁴⁰⁶ Seu texto também dificilmente poderia ser lido por um ávido conjunto de leitores. A evidência para alfabetização na Atenas Clássica, afinal, sugere a existência de um amplo grupo de letrados, mas com uma alfabetização mínima e rudimentar, útil apenas para textos curtos.⁴⁰⁷ E o fato de

⁴⁰¹ ASHERI, 2007, p. 1-5.

⁴⁰² Além disso, no século V a.C., os textos eram preservados em rolos de papiro. Obras monumentais seriam difíceis de manipular e reproduzir. A alfabetização na Grécia era ampla, mas rudimentar. A prática da leitura de obras complexas se difunde gradualmente, no final do período clássico e início do helenístico. CASSON, 2018, p. 28-42; THOMAS, 1992, p. 8-14.

⁴⁰³ FLORY, 1980, p. 13.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 14.

⁴⁰⁵ JOHNSON, 1994, p. 243.

⁴⁰⁶ THOMAS, op. cit., p. 102-104.

⁴⁰⁷ FLORY, op. cit., p. 18-20.

que a leitura de textos em voz alta era a regra na Antiguidade certamente depõe contra a possibilidade de uma leitura concentrada de tão vasta obra.⁴⁰⁸

Na verdade, os especialistas concordam que os leitores das *Histórias*, pelo menos em Atenas, compunham uma pequena elite letrada.⁴⁰⁹ As citações de Heródoto em Aristófanes e Eurípidés testemunham a familiaridade desses grupos com suas *Histórias*, mas certamente não corroboram a ideia de que estas seriam conhecidas por “qualquer ateniense”. Ademais, a tradição biográfica tardia sobre as leituras públicas de Heródoto é altamente duvidosa⁴¹⁰ e a própria natureza de sua obra, repleta de referências a porções anteriores e posteriores da narrativa, não parece viabilizar mesmo uma leitura isolada de trechos.⁴¹¹

Nesse sentido, não é plausível a conclusão de Janet Morgan, abordada no primeiro capítulo, para quem Heródoto seria uma espécie de Péricles, democratizando o acesso à informação privilegiada sobre o Oriente e a Pérsia.⁴¹² Ainda que se possa admitir a leitura de trechos da obra em recitações públicas, o fato é que Heródoto, cuja obra representa uma unidade, não poderia ter tido por intenção atingir um público muito amplo por meio da publicação de um vasto texto em prosa.

Embora Heródoto narre os eventos que teriam levado à constituição da democracia ateniense radical no século V a.C., a fiabilidade da informação que ele providencia sobre a tirania de Pisístrato e seus filhos em Atenas é duvidosa, sendo mais relevante na medida em que informa o historiador sobre as preocupações e ideologias que predominaram mais tarde. Assim, é certo que Heródoto viveu uma época de entusiasmo pelo regime democrático ateniense, que, após as reformas de Efíaltes e Péricles, na mesma época, atingiu uma forma mais radical e se tornou, no imaginário local, como que intrinsecamente vinculada ao caráter ateniense. Também transparece na obra de Heródoto a preocupação com o crescente caráter imperial do domínio exercido por Atenas sobre seus aliados. A Liga de Delos deixava de ser uma associação voluntária para se tornar uma entidade de filiação compulsória,⁴¹³

⁴⁰⁸ FLORY, 1980, p. 20.

⁴⁰⁹ Ibid., p. 26-27; THOMAS, 1992, p. 11.

⁴¹⁰ JOHNSON, 1994, p. 239-242.

⁴¹¹ Ibid., p. 249. *Contra* a noção de pré-publicações orais em THOMAS, op. cit., p. 123-127.

⁴¹² MORGAN, 2016, p. 206.

⁴¹³ A data de constituição do império ateniense é outro objeto de debates. RAWLINGS defende que, na leitura de Tucídides, a construção de um império foi o projeto original dos atenienses na formação da Liga de Delos, já em 478 a.C.: “It is thus clear that Thucydides was not alone in thinking that the desire to control large forces and dominate considerable areas was a major unexpressed motive behind the Athenian decision to assume leadership of those Greek eager to wreak vengeance upon the Persians in 478”. (2008, p. 57). Baseando-se em critérios epigráficos e na evidência disponível para a política externa ateniense, MEIGGS argumenta que a Liga de Delos teria se tornado um império apenas em 445 a.C. (MEIGGS, 2008). MATTINGLY, questionando certos critérios epigráficos de datação, defende que a maioria dos decretos descrevendo grandes intervenções atenienses na política doméstica de cidades aliadas devem pertencer aos anos 420 a.C.: “None of the inscriptional evidence for

especialmente após a imposição da aliança à ilha de Naxos, pouco antes da “Primeira Guerra do Peloponeso”.⁴¹⁴

Do ponto de vista de seu *milieu* intelectual, Heródoto certamente foi influenciado pelos gêneros de literatura em prosa surgidos no século V a.C. Rosalind Thomas e Jonas Grethlein demonstram, por exemplo, a relação de Heródoto com a retórica médica e forense e as convenções da oratória ensinadas pelos sofistas, na medida em que ele incorporou à obra historiográfica a necessidade de apresentar *tekméria* (evidências) para amparar suas visões, ou, por exemplo, devido a sua insistência na convencionalidade dos costumes humanos,⁴¹⁵ temática que também aparece na caracterização do Protágoras de Platão.⁴¹⁶ A ideia de *historiē*, dissemos, também revelaria a associação da obra com outros discursos intelectuais da época.⁴¹⁷ E, como já tivemos a oportunidade de afirmar, Heródoto manifesta um interesse por temas da investigação médica de sua época ao pesquisar, por exemplo, hábitos alimentares, doenças e informações fisiológicas sobre diversos povos.⁴¹⁸

Ideologicamente, Heródoto é geralmente descrito como um admirador da democracia ateniense e crítico do imperialismo exercido por esta *pólis* após a formação da Liga de Delos (478 a.C.).⁴¹⁹ Kurt Raaflaub,⁴²⁰ Sara Forsdyke⁴²¹ e Ann Ward⁴²² são alguns dos autores que esposam a visão de que Heródoto era um partidário da democracia ateniense, embora geralmente cientes de que a crítica implícita do autor ao imperialismo de Atenas ponderava o retrato positivo de seu regime. Segundo essa corrente de autores, Heródoto acreditava que a democracia radical seria um elemento característico de Atenas e intrinsecamente relacionado ao seu sucesso militar.⁴²³ Além de associá-la às proezas militares das Guerras Médicas, Heródoto vincularia a democracia e a história da expulsão dos tiranos com o início da Revolta Jônica, como que sugerindo que Atenas deveria primeiro ser democrática para depois resistir aos persas.⁴²⁴

fully organized Athenian imperialism can be dated before 431 B.C. Even the very language of imperialism does not seem to have been current until the last years of Perikles' ascendancy”. (2008, p. 109). Cf. também MORRIS, 2009, p. 106. Se MATTINGLY estiver correto, o imperialismo ateniense não foi uma questão relevante durante todas as fases de composição das Histórias.

⁴¹⁴ Th. 1.98.

⁴¹⁵ Hdt. 3.38.2-4.

⁴¹⁶ GRETHLEIN, 2011, p. 148-170. Cf. também BARAGWANATH, 2008, p. 20-22.

⁴¹⁷ THOMAS, 2002, p. 16-23.

⁴¹⁸ Ibid., p. 28-74 ; p. 144 et seq.

⁴¹⁹ Cf. LOW, 2009, p. 66.

⁴²⁰ RAAFLAUB, 1987.

⁴²¹ FORSDYKE, 2001.

⁴²² WARD, 2008, p.

⁴²³ Hdt. 5.78.

⁴²⁴ A observação é de FOWLER, 2003, p. 315.

É preciso, contudo, tomar cuidado com a conclusão que se pode tirar da reprodução dessa ideologia nas *Histórias*. Heródoto, escrevendo para uma audiência ateniense, reproduziu uma série de tradições locais, certamente mais por motivos retóricos e literários do que por pura convicção pessoal. Não por acaso, a apresentação da tirania em contextos atenienses é predominantemente negativa,⁴²⁵ certamente em razão do conhecimento que Heródoto tinha das tradições locais. No entanto, se a democracia era apropriada em Atenas, isso não quer dizer que fosse o regime mais adequado em qualquer contexto, ou que Heródoto não tenha apresentado críticas implícitas à democracia dos atenienses.⁴²⁶

Se a visão de Heródoto sobre a democracia não pode ser entendida de forma unívoca, o mesmo vale para o problema da avaliação de Heródoto sobre o governo de um único homem (“monarquia”). Tradicionalmente, a representação enviesada da Pérsia em Heródoto tem sido interpretada dentro de um modelo teórico político mais amplo da dicotomia entre liberdade e servidão, entre república e monarquia. Essa é, por exemplo, a perspectiva advogada por Hartog em *O espelho de Heródoto*, quando diz que:

Poderíamos pensar que é com as Guerras Médicas que o par se constitui e passa para o saber comum, e que bárbaro passa a significar, em particular, o persa. (...) Ora, os persas obedecem a um rei: eles são os súditos daquele que, em grego, chamamos de Grande Rei. Os bárbaros conhecem, portanto, o poder real; ou, mais precisamente, há um liame entre barbárie e monarquia: entre os bárbaros a forma normal de exercício do poder tende a ser a monarquia. E também, de maneira recíproca, a monarquia corre o risco de ter algo de bárbaro (...).⁴²⁷

É verdade que as entidades estatais não-gregas são quase sempre associadas ao exercício de um poder monárquico. No entanto, Heródoto conhecia regimes monárquicos gregos e seria difícil demonstrar que considerava todos esses regimes, bárbaros e gregos, necessariamente ruins. Além disso, como nota Asheri, Heródoto considera a monarquia apropriada para grandes Estados⁴²⁸ e, mesmo nos casos gregos, não vê problema em elogiar o governo inicial de Pisístrato⁴²⁹ ou as atitudes de Sílson.⁴³⁰ Erich Gruen questiona a evidência textual usada para sustentar o modelo teórico de Hartog e afirma, com base na descrição do Debate Constitucional, que Heródoto não via a autocracia como um elemento ínsito ao caráter

⁴²⁵ CONDILO, 2008, p. 103.

⁴²⁶ FORSDYKE, 2006.

⁴²⁷ HARTOG, 1980, p. 328-335.

⁴²⁸ Hdt. 5.3.1.

⁴²⁹ Hdt. 1.59.6; 1.64.

⁴³⁰ Hdt. 3.140.5; ASHERI, 2017, p. 45.

persa – e, portanto, inerentemente bárbaro.⁴³¹ De fato, a fórmula usada por Otane para sugerir o estabelecimento da democracia a partir de uma monarquia espelha os casos de Cós e Samos, e Heródoto fala da instituição de democracias pelos persas nas cidades da Jônia.⁴³² Desta forma, como sistema político, a monarquia não parece carregar nenhuma carga forçosamente negativa e essencialmente bárbara em Heródoto, o que discutiremos em detalhe no quinto capítulo da presente tese.

Em resumo, portanto, Heródoto expressaria uma simpatia condicionada e circunstancial por Atenas, uma perceptível preocupação com o tema do imperialismo e uma perspectiva intelectual nutrida pelos desenvolvimentos da literatura médica, forense e do relativismo sofístico de sua época. Como veremos a seguir, este investigador foi capaz de valorizar a diversidade cultural dos diversos povos de que teve conhecimento e conduziu sua narrativa com relativa abertura quanto a essa variedade étnica e de costumes. Ironicamente, a história da recepção de Heródoto é bem menos positiva e, sem dúvida, projeta uma sombra escura sobre sua obra, como veremos.

2.1.4 OS PERSAS DE HERÓDOTO

A perspectiva de Heródoto sobre os persas poderia ser interpretada a partir de dois “personagens” das *Histórias*: de um lado, temos o Império Persa (e seus reis), de outro, o povo persa propriamente dito. O império é protagonista da trama axial das *Histórias*, mas a etnografia dos persas faz parte de uma estrutura fasciculada em *lógoi* sobre diversos povos.⁴³³ Nesses relatos, políticos e etnográficos, uma intenção difamatória dificilmente pode ser tida como predominante ou única.⁴³⁴

Essa divisão, é claro, é apenas didática, e não é correto interpretar tais *lógoi* como unidades formais da obra de Heródoto.⁴³⁵ Sem dúvida, houve na literatura acadêmica quem interpretasse a diversidade de *lógoi* contidos na obra como sinal de uma composição fragmentada e incompleta. Contra essa perspectiva, analítica, insurgiu-se uma abordagem unitária, que viu integração temática e padrões narrativos ao longo das *Histórias*. Hoje

⁴³¹ GRUEN, 2010, p. 77-85.

⁴³² Hdt. 6.43.3. Cf. também THOMAS, 2002, p. 114-117.

⁴³³ As *Histórias*, articuladas por um eixo comum, contêm diversos *lógoi*, unidades narrativas e digressões com temáticas próprias, como o *lógos* sobre os egípcios e o brevíssimo *lógos* sobre os indianos.

⁴³⁴ MUNSON, 2009.

⁴³⁵ Para a crítica do *lógos* como unidade formal, Cf; IMMERWAHR, 1986, p. 11-16.

predomina a vertente unitária, que autoriza uma análise sistemática dos conceitos ou fenômenos apresentados por Heródoto em todos os seus nove “livros” (assim dispostos pela convenção alexandrina).⁴³⁶

Do ponto de vista das descrições etnográficas herodotianas, os persas são descritos como um povo grandioso, que valoriza a coragem e a verdade.⁴³⁷ Eles são, também, um povo complexo, com uma história própria, de uma origem pobre e austera a uma vida rica e luxuosa.⁴³⁸ Mesmo quando descritos em termos negativos, Heródoto se esforça para entender os motivos específicos que levam os persas a optar por determinadas condutas. Os costumes que os persas não seguem não são indicativos de sua deficiência, mas de uma opção cultural, geralmente fundada em valores louváveis, como a condenação da mentira. Nas palavras de Vignolo Munson,

na etnografia persa, descrições negativas são motivo de orgulho, indicando não aquilo que os persas não podem ter, mas aquilo que eles optaram por não ter ou fazer. Os persas não representam os deuses em forma humana e consideram tolos aqueles que o fazem [como os gregos] (1.131.1); (...) eles não urinam, vomitam ou cospem nos rios ou em público (1.138.2; 1.133.3) (...) eles absolutamente não usam mercados públicos. Ciro (...) disse “não tenho respeito por povos (i.e. os gregos) que têm um lugar determinado no meio da cidade onde se encontram para enganar uns aos outros” (1.153.1).⁴³⁹

A descrição herodotiana do “Império Persa” é decerto mais negativa. No entanto, enquanto os historiadores geralmente destacam o retrato depreciativo que Heródoto pinta dos persas e seus reis, é preciso admitir que, mesmo aqui, a realidade é mais nuançada. Um rei como Xerxes I, por exemplo, principal inimigo militar dos gregos durante as Guerras Médicas, pode ser justo e inclusive suscitar simpatia na audiência das *Histórias*.⁴⁴⁰ Em nossa opinião, três relatos empáticos sobre o monarca persa se destacam (embora outros possam ser mencionados): o tratamento dispensado por Xerxes aos embaixadores gregos, sua tolerância com os espões gregos e sua reflexão sobre a vida humana no Helesponto.

Ao requerer a submissão de Atenas e Esparta, Dario I enviara embaixadores a essas cidades antes de mover-lhes guerra. Em resposta, os atenienses lançaram os embaixadores

⁴³⁶ A respeito de unitários e analíticos, cf. LATEINER, 1989, p. 3-6; 230.

⁴³⁷ Hdt. 1.136.1-2

⁴³⁸ Hdt. 9.122.2.

⁴³⁹ Cf. MUNSON, op. cit., p. 466.

⁴⁴⁰ Para uma análise da representação de Xerxes e das seguintes passagens, cf. GRUEN, 2011, p. 35-39; Para a complexidade da representação de Xerxes em Heródoto, cf. BRIDGES, 2015, p. 45-71.

persas no Báratro, enquanto os lacedemônios os jogaram num poço.⁴⁴¹ Mais tarde, quando as entranhas das vítimas sacrificadas recorrentemente auguravam coisas ruins aos espartanos, estes decidiram expiar a morte dos embaixadores persas com a morte de seus próprios arautos. Chegando a Susa, os arautos espartanos se entregaram ao rei para que fossem executados, mas Xerxes I, demonstrando grandeza de alma, recusou-se a agir da mesma forma que os espartanos, poupando a vida de seus enviados.⁴⁴²

Mais tarde, três espiões gregos na Ásia foram capturados e torturados por ordem dos comandantes persas. Xerxes I, querendo fazê-los retornar vivos à Grécia para fornecer informações sobre a magnitude de seu exército, censurou os generais e enviou os espiões sãos e salvos à pátria.⁴⁴³ Ainda que sua preocupação, nesse caso, tenha sido mais pragmática que moral, a intervenção do rei demonstra, ao contrário da brutalidade esperada, seu caráter ponderado, e deve ter soado positiva para a audiência grega das *Histórias*.⁴⁴⁴

Uma última passagem revela a sensibilidade do rei dos reis e sua capacidade de se apiedar dos homens perante a miséria da fortuna humana. Segundo o historiógrafo de Halicarnasso,

ὥς δὲ ὦρα πάντα μὲν τὸν Ἑλλήσποντον ὑπὸ τῶν νεῶν ἀποκεκρυμμένον, πάσας δὲ τὰς ἀκτὰς καὶ τὰ Ἀβυδηνῶν πεδία ἐπίπλεα ἀνθρώπων, ἐνθαῦτα ὁ Ξέρξης ἑαυτὸν ἐμακάρισε, μετὰ δὲ τοῦτο ἐδάκρυσε. μαθὼν δὲ μιν Ἀρτάβανος ὁ πάτριος, ὃς τὸ πρῶτον γνώμην ἀπεδέξατο ἐλευθέρως οὐ συμβουλευὼν Ξέρξῃ στρατεύεσθαι ἐπὶ τὴν Ἑλλάδα, οὗτος ὦνῆρ φρασθεὶς⁴⁴⁵ Ξέρξην δακρύσαντα εἶρετο τάδε· ὦ βασιλεῦ, ὡς πολλὸν ἀλλήλων κεχωρισμένα ἐργάσαι νῦν τε καὶ ὀλίγῳ πρότερον· μακαρίσας γὰρ σεαυτὸν δακρύεις. ὁ δὲ εἶπε· Ἐσῆλθε γάρ με λογισάμενον κατοικτῖραι ὡς βραχὺς εἶη ὁ πᾶς ἀνθρώπινος βίος, εἰ τούτων γε ἐόντων τοσοῦτων οὐδεὶς ἐς ἑκατοστὸν ἔτος περιέσται.

Quando viu todo o Helesponto oculto sob os navios e todas as planícies e as costas de Abido cheias de homens, Xerxes se declarou feliz, mas logo depois chorou. Percebendo-o, Artábano, seu tio paterno, aquele que primeiro apresentara sua opinião livremente, aconselhando que Xerxes não marchasse contra a Grécia, esse homem, notando Xerxes chorar, indagou o seguinte: “Quão muito se distingue, ó rei, o que fazes agora daquilo de há pouco, pois, tendo declarado a ti mesmo feliz, choras.” E ele [Xerxes] disse: “me veio a compaixão ao considerar quão breve é toda a vida humana, dado que nenhum de tantos homens restará dentro de cem anos.”⁴⁴⁶

⁴⁴¹ Hdt. 7.133.

⁴⁴² Hdt. 7.136.

⁴⁴³ Hdt. 7.146.

⁴⁴⁴ A atitude do rei poderia ser interpretada como um ato de moderação (*sophrosûne*).

⁴⁴⁵ Para o sentido do verbo φράζω na forma da voz passiva em Hdt, Cf. LSJ.

⁴⁴⁶ Hdt. 7.45-46. No entanto, lendo-se com atenção a passagem, é verdade que a compaixão de Xerxes poderia soar ingênua. Seu tio, Artábano (personagem que amiúde corporifica o “bom conselheiro” e, portanto, presumivelmente, mais próximo da opinião de Heródoto), conclui dizendo que as desgraças e enfermidades “fazem a vida parecer longa, apesar de breve”.

Em suma, se Heródoto encontrou oportunidade para expor a fragilidade e covardia militar dos persas, os horrores praticados por Cambises e outros dados que reproduziriam ou alimentariam a antipatia dos gregos pelos bárbaros, ele também foi suficientemente moderado a ponto de mostrar-nos as proezas e qualidades dos persas e de seus monarcas. Ciro I, Dario I e Xerxes I são personagens complexas, que atraem, muitas vezes a simpatia da audiência ateniense. Da mesma forma, o povo persa não é sumariamente desqualificado na etnografia de Heródoto, mas elogiado em diversos aspectos. A identidade do desenvolvimento histórico persa com a trajetória ateniense, ademais, deve ter sido tão relevante quanto a alteridade dos costumes para a apreensão das realidades iranianas. Afinal, os persas também construíram um domínio rico e grandioso a partir de uma origem relativamente humilde e obscura, enfrentando os mesmos desafios que os atenienses contemporâneos a Heródoto.

Para Pascal Payen, Heródoto contrapõe aos incipientes valores de helenicidade professados pelos personagens de sua *História* a realidade crua e contraditória da política grega. Em momentos de inversão, os persas são elogiados por valorizarem os homens corajosos⁴⁴⁷ e os gregos são censurados por reproduzirem modelos de frugalidade.⁴⁴⁸ Payen chega a dizer que “o conceito de bárbaro é, em Heródoto, amplamente heterogêneo e ambivalente”.⁴⁴⁹ E, a partir da ideia de que gregos e bárbaros partilham dos mesmos métodos de dominação, continua: “o investigador contribui para fixar os termos de uma tradição – gregos e bárbaros, centro e confins, Maratona e Salamina –, mas a conquista aparece como um revelador que impede de os situar em polaridades demasiado rigorosas”.⁴⁵⁰

Conclui-se, portanto, que Heródoto estava em uma situação privilegiada para apreender e interpretar as realidades políticas aquemênidas, não apenas por sua proximidade cultural com o império, mas também por seu olhar relativamente menos enviesado dos persas. O julgamento mais ponderado de Heródoto, é importante frisar, não se funda apenas em sua origem greco-asiática, e a fragilidade desse argumento é exposta em face do caráter “orientalista” da obra de Ctésias de Cnido, ele próprio um grego asiático que, aliás, residiu na corte do rei. Em parte, a singularidade do historiógrafo de Halicarnasso diz respeito à sua percepção pessoal e a peculiaridades biográficas infelizmente elusivas. Seja como for, é necessário reconhecer que Heródoto não pode ser reduzido a um “espelho grego” opaco e

⁴⁴⁷ Hdt. 7.238.

⁴⁴⁸ Hdt. 9.82.

⁴⁴⁹ PAYEN, 1997, p. 174.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 218.

intangível: pelo contrário, ele é um autor que, pelo contexto político em que viveu e por suas experiências pessoais, esforçou-se para apreender a Pérsia e seu “império”.

2.1.5 HERÓDOTO, O MENTIROSO.

Quais são, afinal, as “fontes clássicas” geralmente invocadas para a construção de uma narrativa política a respeito da Pérsia aquemênida? Ctésias e Xenofonte, embora frequentemente citados, raramente são considerados fontes especialmente válidas para o estudo do passado remoto da Pérsia. A obra original de Ctésias se perdeu. As informações que dela temos a respeito do passado persa mais antigo são tidas como geralmente fantasiosas e até falsificações propositais.⁴⁵¹ A *Ciropédia* de Xenofonte, por sua vez, é geralmente encarada como uma fonte conscientemente filosófica ou literária e não “um livro de história”.⁴⁵² Restam Heródoto.

Ora, o uso recorrente do historiógrafo de Halicarnasso na reconstrução da trajetória política aquemênida certamente surpreende, pois a reputação de Heródoto como um mentiroso é elementar na história de sua recepção desde a Antiguidade clássica.⁴⁵³ Tucídides foi dos primeiros a rejeitar a historiografia herodotiana (recusando, inclusive, o uso do termo *historía*) por considerá-la subordinada ao prazer da audiência e não à utilidade política. Ao contrário de Heródoto, Tucídides julgava virtualmente impossível a obtenção de qualquer informação confiável a respeito do passado remoto, ocupando-se, portanto, da história recente.⁴⁵⁴ Para Tucídides, o conhecimento verdadeiro deveria ser obtido preponderantemente por meio da autópsia, isto é, seu próprio testemunho ocular,⁴⁵⁵ enquanto Heródoto não via problema em apresentar informações obtidas por meio da tradição oral.⁴⁵⁶ Por isso, o historiógrafo ateniense debochava dos “contadores de histórias” como Heródoto que, na sua opinião, se preocupavam mais em agradar os outros.

A má fama de Heródoto na Antiguidade não é inferida apenas pelo julgamento de Tucídides. Ctésias de Cnido, por exemplo, alegava que a obra de Heródoto estava pejada de

⁴⁵¹ Sobre Ctésias, Cf. LENFANT, 2004; WATERS, 2017.

⁴⁵² ASHERI, 2006, p. 32.

⁴⁵³ BARAGWANATH & BAKKER, 2012, p. 2-10.

⁴⁵⁴ Para uma comparação da metodologia de ambos, Cf. HARTOG, 2011, p. 45-68.

⁴⁵⁵ Th. 1.22.

⁴⁵⁶ Hdt. 2.99.1.

erros e inconsistências.⁴⁵⁷ Parecia autorizado a tecer tais críticas na posição de médico da corte persa. Aristóteles considerava Heródoto um “contador de histórias”.⁴⁵⁸ Em um ensaio do primeiro século cristão, Plutarco acusou o historiógrafo de Halicarnasso de ser um “filobárbaro”.⁴⁵⁹ Originário da Beócia, Plutarco tinha motivos de sobra para desqualificar a obra do “pai da história”, uma vez que Heródoto relatava a colaboração dos tebanos com os persas durante as Guerras Médicas.⁴⁶⁰ Em “Da Malícia de Heródoto”, lemos o seguinte:

A muitos, ó Alexandre, o discurso simples e fácil de Heródoto, que não se aprofunda nos acontecimentos, ilude. A maioria vivencia isso em razão de seu caráter, pois, como afirma Platão, não é somente de extrema injustiça, o que não é parecer ser justo, mas também é obra de elevada malícia imitar um temperamento doce e generoso para que ela seja escondida.⁴⁶¹

Segundo Plutarco, para mencionar apenas algumas das supostas “mentiras e calúnias” que ele vê em Heródoto, nosso investigador teria difamado os deuses (e atribuído suas próprias blasfêmias a Sólon),⁴⁶² teria ofendido Ío, filha de Ínaco, ao descrevê-la como uma fugitiva voluntária ao lado dos fenícios⁴⁶³ e, ainda, teria desqualificado a própria Guerra de Troia ao questionar sua motivação, o rapto de Helena.⁴⁶⁴ Não sem alguma razão, o biógrafo notava como Heródoto semeara críticas contra seus adversários de forma ardilosa, em especial quando o autor reportava uma acusação sabidamente falsa que, mesmo sendo rebatida, permanecia suspensa para que os próprios leitores a avaliassem.⁴⁶⁵

Como Ctésias, Aristóteles e Plutarco, Cícero também tinha reservas em relação à obra de Heródoto. Ao mesmo tempo em que reconhecia em Heródoto o pai da história, atribuindo-lhe um título que ainda hoje encontra respaldo, o orador romano alinhava o investigador a autores tidos como mentirosos.⁴⁶⁶ Em uma ocasião, Cícero também externa dúvidas quanto à

⁴⁵⁷ MORGAN, 2016, p. 209-213.

⁴⁵⁸ MOMIGLIANO, 2013, p. 513.

⁴⁵⁹ Plu. De Herod. 857A; Sobre a recepção de Heródoto, Cf. GRAFTON, et al., 2010, p. 434-435.

⁴⁶⁰ O exame que Plutarco faz de Heródoto é, em certo sentido, apurado, em especial no que diz respeito ao estilo sutil e oblíquo pelo qual o investigador exprime suas censuras. Cf. BARAGWANATH, 2008, p. 9-22.

⁴⁶¹ Plu. De Herod. 854F. Tradução de Maria Aparecida de Oliveira Silva.

⁴⁶² Plu. De Herod. 857F-858B.

⁴⁶³ Plu. De Herod. 856E-857A.

⁴⁶⁴ Plu. De Herod. 856F.

⁴⁶⁵ Plu. De Herod. 863a: “Tu acusas, em seguida defendes. Registas calúnias contra homens ilustres, as que outra vez refutas (...)”; 863e: “Tal como os pintores tornam mais evidentes as coisas claras com a sombra, assim também Heródoto evidencia mais as calúnias e aprofunda mais as suspeições com sua ambiguidade” (Tradução de Maria Aparecida de Oliveira Silva). Cf. BARAGWANATH, op. cit., p. 10-11.

⁴⁶⁶ MOMIGLIANO, 2013, p. 508.

autenticidade do oráculo sobre a guerra entre Creso e Ciro,⁴⁶⁷ relatado por Heródoto.

Do ponto de vista metodológico e temático, a tradição historiográfica herodotiana parecia ter sucumbido já na antiguidade: Xenofonte e Políbio estavam, em certo sentido, muito mais próximos de Tucídides. Heródoto fazia uma história do passado remoto, enquanto Xenofonte e Tucídides se ocupavam de fatos recentes. Heródoto tinha um pronunciado interesse pela história cultural e pela descrição etnográfica, mas Políbio produzia uma história de pretensão global com uma matéria eminentemente política. É verdade que Heródoto forneceu as balizas essenciais do que viria a se tornar o gênero historiográfico, mas, ao mesmo tempo, é igualmente inegável que ele foi superado em vários aspectos, em especial porque, como demonstra sua fama, suas convenções literárias já não eram suficientemente persuasivas.

Sem dúvida, a reputação de Heródoto sofreu alguma recuperação entre o final da Idade Média e o início da Era Moderna. Petrarca, por exemplo, não conseguia entender o *status* ambíguo deste autor na tradição clássica: ou era pai da história, ou era mentiroso. Como demonstrou Arnaldo Momigliano, a era dos descobrimentos reforçou a impressão de que as maravilhas apresentadas por Heródoto não eram absolutamente implausíveis.⁴⁶⁸ Isso levou vários autores modernos a tentar reabilitá-lo, entre eles o jesuíta Antonio Possevino, que, ele próprio um viajante, explicou como “aqueles que nunca pisaram em terras estrangeiras acham muitas coisas difíceis de acreditar. Uma vez que viajam à Ásia, à África ou à Índia, eles mudam de opinião”.⁴⁶⁹ Mais tarde, no final do século XVI, Isaac Casaubon alegaria que Heródoto teria feito o máximo possível para coletar e apresentar informações fidedignas sobre os eventos que relatava.⁴⁷⁰

Essa tímida retomada de Heródoto, contudo, foi revertida na Idade Contemporânea, quando o autor foi geralmente considerado menos fidedigno ou mais imaginativo que os outros. No início do século XIX, por exemplo, Thomas Babington Macaulay podia escrever que “a história de Tucídides difere da de Heródoto da mesma forma que um retrato difere da representação de uma cena imaginária”⁴⁷¹ ou que “os erros de Heródoto são os erros de uma mente simples e imaginativa”.⁴⁷² Tal atitude se explica, é claro, pelo advento da História enquanto disciplina moderna, em rigorosa observância aos ideais do positivismo científico europeu, — ainda que não tenha faltado um Melville a ironizar, em *Moby Dick*, que

⁴⁶⁷ Ci. De divinatione, 2.116.

⁴⁶⁸ MOMIGLIANO, op. cit., p. 516.

⁴⁶⁹ *Apud* GRAFTON, et al., 2010, p. 434-435.

⁴⁷⁰ GRAFTON, loc. cit.

⁴⁷¹ MACAULAY, 2013, p. 474.

⁴⁷² *Ibid.*, p. 472.

alguns habitantes de Nantucket desconfiam da historicidade da história de Jonas e a baleia. Mas também houve gregos e romanos céticos que, afastando-se dos pagãos ortodoxos de sua era, também duvidaram da história de Hércules e da baleia e de Árion e o golfinho. No entanto, o fato de eles duvidarem dessas tradições não as tornou em nada menos verdadeiras.⁴⁷³

No início do século XX, a polêmica em torno da figura de Heródoto se centrou, especialmente, no debate sobre a natureza das fontes empregadas pelo historiógrafo de Halicarnasso. Por algumas décadas, Heródoto foi reabilitado pelo consenso científico, consubstanciado nas publicações de Felix Jacoby,⁴⁷⁴ segundo o qual as fontes mencionadas por Heródoto poderiam ser consideradas, em grande medida, autênticas. Em 1971, contudo, Detlev Fehling reagiu à *communis opinio* em uma monografia crítica sobre as fontes de Heródoto. Fehling se perguntava como o investigador poderia mencionar fontes estrangeiras para histórias que seriam “obviamente o produto do pensamento grego”. A história do rapto de Ío pelos mercadores fenícios, por exemplo, que Heródoto atribui a fontes persas, foi considerada essencialmente grega pelos comentaristas. Segundo Fehling, seria “inconcebível que essas citações de fontes pudessem ser objetivamente verdadeiras no sentido de que representariam tradições locais genuínas”.⁴⁷⁵

Assim, ao lado de estudos similares de Armayor, Fehling contribuiu para uma tendência geral de desconfiança em relação aos dados fornecidos por Heródoto. À sua crítica das fontes se somaram, ademais, as dúvidas levantadas pelos crescentes *corpora* de documentação oriental traduzidos e analisados ao longo do século XX. É verdade que descobertas como a do famoso cilindro de Ciro impactaram positivamente a opinião acadêmica a respeito da fiabilidade do “pai da história”, pelo menos num primeiro momento.⁴⁷⁶ Também é verdade que, com base em tais descobertas, especialistas de renome consideravam o autor grego geralmente confiável. Não obstante, a noção de que a evidência oriental corroborava as informações providenciadas pelas *Histórias* foi rapidamente desconstruída à luz de estudos aprofundados que demonstravam significativas discrepâncias entre as informações disponíveis.⁴⁷⁷ A descrição que Heródoto faz do Egito, por exemplo, foi

⁴⁷³ MELVILLE, 1851, capítulo 83.

⁴⁷⁴ JACOBY, 1913. A esse respeito, cf. BICHLER & ROLLINGER, 2011, p. 148-151; cf. também DUNSCH & RUFFING, 2013, p. 1-3.

⁴⁷⁵ FEHLING, 1989, p. 1. A publicação de Fehling, contudo, não foi recebida de forma particularmente positiva ao longo dos anos 1970 e 1980, sendo considerada excessivamente cética, e teve que esperar até sua tradução para o inglês, em 1989, para encontrar uma recepção favorável (DUNSCH & RUFFING, 2013, p. 2-3).

⁴⁷⁶ ROLLINGER, 2003.

⁴⁷⁷ BICHLER & ROLLINGER, 2011, P. 139-142.

considerada preponderantemente ficcional pelos comentaristas.⁴⁷⁸

Recentemente, as tentativas de generalização parecem ter sido abandonadas, embora predomine, em muitos autores, uma tendência ao ceticismo. Por outro lado, a noção de que Heródoto estava “deliberadamente escrevendo ficção” ou “inventando” histórias foi duramente criticada por W. Kendrick Pritchett, que parece ter razão ao afirmar que essa posição exagerada se precipita ao traduzir toda falta de evidência externa em “invenção de fontes”.⁴⁷⁹ Abordagens menos cétricas, como as de Flower⁴⁸⁰ e Vignolo Munson,⁴⁸¹ também têm ganhado força. Vignolo Munson, por exemplo, ao estudar os persas de Heródoto, considera que o autor teve acesso a tradições autenticamente orientais e enxerga a adoção de tradições heroicas gregas pelos próprios persas onde Fehling via apenas invenções.⁴⁸² Naturalmente, as principais dúvidas sobre a credibilidade das alegações de Heródoto hoje são avaliadas à luz da análise comparativa, em especial através dos dados trazidos pela arqueologia. É o caso dos estudos de Rollinger *et. al.* em que as descrições herodotianas da Babilônia são consideradas inautêntica (“estão condenadas todas as tentativas de salvar a descrição de Heródoto da cidade como autêntica”)⁴⁸³ ou Thordarson, que defende o acesso de Heródoto a fontes genuínas a respeito dos rituais funerários dos citas.⁴⁸⁴

Esse longo percurso crítico parece nos sinalizar o quão estéril é insistir na simples dicotomia entre verdade e mentira em Heródoto. Na realidade, as *Histórias* contêm múltiplas camadas de uma mesma narrativa, uma vez que, ao buscar o engajamento de suas audiências, Heródoto (ou suas fontes) decerto não poderia reproduzir as tradições orientais na sua forma original, mas, antes, foi forçado a traduzi-las para um contexto propriamente helênico, adaptando-as e modificando-as.⁴⁸⁵ Assim, não é sempre fácil saber exatamente o quanto do que nos é contado por Heródoto corresponde a um “fundo histórico” autêntico.

A esse respeito, uma abordagem instrutiva nos é fornecida por Rosalind Thomas, em interessante capítulo sobre mitos orientais nas *Histórias*, no qual a autora defendeu um fundo oriental e persa para duas narrativas contadas pelo investigador. Ao abordar a história do lídio Pítio e seu filho, alegadamente cortado em dois por ordem de Xerxes, tendo cada parte do seu corpo disposta de um lado da estrada pela qual marcharia o exército aquemênida, Thomas

⁴⁷⁸ Hdt. 99-146. Cf. HOW & WELLS, 1990.

⁴⁷⁹ PRITCHETT, 1993.

⁴⁸⁰ FLOWER, 2006.

⁴⁸¹ MUNSON, 2009.

⁴⁸² Ibid., p. 467, n. 46. Ou seria a sequência dos raptos irônica, como defende ROOT, 2010, p. 86-88.

⁴⁸³ ROLLINGER, *et al.*, 2011, p. 449-470.

⁴⁸⁴ THORDARSON, 1996, p. 42-58

⁴⁸⁵ THOMAS, 2012, p. 234: “a fascinante ininteligibilidade de histórias tradicionais de uma sociedade em relação a outra é algo bastante familiar para os antropólogos (...)”.

retoma uma vasta literatura sobre sacrifícios de humanos e animais no Oriente, com a subsequente separação de seus cadáveres em dois lados de uma estrada, em um ritual de fins apotropaicos.⁴⁸⁶ Ela considera que Heródoto teria interpretado esse ato dentro da temática grega da crueldade persa e dos excessos do despotismo, reelaborando-o como sinal da agressividade de Xerxes.⁴⁸⁷ Da mesma forma, a narrativa “helenizada” sobre o medo Déjoces, apesar da ausência de fontes medas sobre um tal monarca, apresenta alguma relação com o tema oriental do rei dispensador de justiça, ainda que se confundindo, nas *Histórias*, com a figura do tirano grego.⁴⁸⁸ Em ambos os casos, é possível que uma história propriamente persa (ou “oriental”) tenha sido interpretada por Heródoto dentro de um enquadramento helênico, de forma a fazer sentido para sua audiência.

Em suma, toda análise das fontes persas de Heródoto deve levar em consideração o processo natural pelo qual esse material seria “helenizado” nas *Histórias*, isto é, traduzido em termos familiares para sua audiência. Essa noção nos ajuda a superar as variadas abordagens acadêmicas das *Histórias* que reproduzem, conscientemente ou não, a ideia de um Heródoto “mentiroso”, propenso a invencionices. Nos ajudam, ademais, a evitar pensar em Heródoto como um reproduzidor puro e direto de tradições locais. Assim, é preciso superar certa postura dicotômica que, sem descartar Heródoto, o preserva em condição virtualmente esquizofrênica, pela qual, por vezes, é encarado como mero literato cujos relatos não passam de fantasmas de um imaginário grego e, por outras, como fidedigno cronista de realidades passadas.

2.1.6 UMA ÉTICA DA MODERAÇÃO

Para avaliar a orientação preponderante das *Histórias* ou a leitura que delas se deve fazer, parece lícito, saindo do texto, encadeá-lo numa sequência mais ampla de produções culturais helênicas para apreciar um fenômeno que nos parece especialmente relevante. De Homero aos clássicos, a ambição, arrogância ou busca desmedida por honra e poder são geralmente apontadas como causas do desastre ou do fracasso dos agentes políticos. Contra essas condutas irrefletidas e emocionais (em alguns casos conducentes à *húbris*), geralmente incitadas por algum conflito, os antigos apresentavam os conselhos da moderação, externados pela boca de algum sábio. Em Heródoto, a figura do conselheiro sábio foi classificada e

⁴⁸⁶ THOMAS, op. cit., p. 235-240. Cf. também ROLLINGER, 2000.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 240-244.

⁴⁸⁸ THOMAS, 2012, 244-253.

sistematicamente descrita por Lattimore, em 1939,⁴⁸⁹ sendo conhecidos os casos de avisos “trágicos” (isto é, o conselho pessimista, geralmente desobedecido e frequentemente correto) e “práticos” (de natureza estratégica)⁴⁹⁰ nas *Histórias*. Felizmente, a figura do conselheiro pode nos dizer muito sobre juízos do autor, que raramente são explicitados.

A noção do aviso de sábios moderados, cuja desobediência tem repercussões trágicas, remonta a Homero. Na *Ilíada*, por exemplo, vemos um mundo no qual a nobreza obriga e exige dos homens posturas que preservem sua reputação pessoal, ao mesmo tempo em que a ira e a ambição cegam e turvam a razão, conduzindo os heróis a más decisões. Aquiles, tendo sua honra ofendida por Agamenão (herói inicialmente tomado pela insensatez), decide se retirar do combate contra Troia e, não contente em recusar os conselhos do sábio (“ὄ ἐὼν φρονέων”) Nestor, pede à mãe que interceda junto a Zeus para garantir o fracasso dos aqueus como vingança.⁴⁹¹ Fênix, mais tarde, também tenta persuadir Aquiles a abandonar sua ira (*mēnis*) irrefletida e retornar à peleja, mas nem mesmo a perspectiva de grandes riquezas é suficiente para reverter a decisão fatal.⁴⁹² Esse ato de “loucura” de Aquiles, sabemos, estará na origem da morte de Pátroclo, gerando grande sofrimento ao herói e aos aqueus. Destarte, a recusa em escutar a voz da sabedoria volta-se contra o próprio herói, que perde seu companheiro na guerra.

O comportamento dos troianos não difere, nesse aspecto, da conduta dos aqueus. Por glória, Heitor recusa o sábio conselho de Polidamante,⁴⁹³ que pede aos troianos a prudência de não atacarem os aqueus, retornando a Ílion e evitando, assim, a ira de Aquiles. Mais tarde, Heitor reconhece a prudência do conselho de Polidamante dizendo envergonhar-se perante os troianos (*aidéomai*) por levá-los à ruína, mas afirma que, no caso em que tivesse seguido o conselho, perderia o “respeito” (*aidós*) de Aquiles e morreria vergonhosamente, “como mulher”.⁴⁹⁴ Mais uma vez, uma consideração irrefletida de honra e orgulho, ignorando os limites da moderação, tem um desfecho trágico.

No período clássico, as mesmas lições sobre ímpeto, insensatez e moderação ressurgem, agora sob uma avaliação mais rigorosa devido à sobreposição cada vez maior do vínculo comunitário às pretensões de vantagens e glórias individuais. Em Tucídides, por exemplo, os lacedemônios iniciam a Guerra do Peloponeso em situação desvantajosa, o que poderia ter sido evitado se eles tivessem escutado o conselho do sábio e prudente rei

⁴⁸⁹ LATTIMORE, 1939.

⁴⁹⁰ Ibid., p. 24.

⁴⁹¹ Il. 1. 253

⁴⁹² Il. 9. 602-605.

⁴⁹³ Il. 18. 247- 283.

⁴⁹⁴ Il. 22. 100-125.

Arquídamo.⁴⁹⁵ Os espartanos, representados por certo éforo, Estenelaidas,⁴⁹⁶ optam por travar um combate despreparados. Fazem-no pela exigência de Corinto, desejosa de vingança, e por perceber a inação, mesmo que momentânea, como motivo de vergonha. Sob a liderança de Péricles, descrito por Tucídides como um homem poderoso por sua dignidade e pela inteligência (τῇ γνώμῃ), os atenienses seguem o conselho acertado e levam vantagem na primeira fase do conflito. Apenas o imprevisível advento da peste os priva de uma vantagem esmagadora.

As trajetórias de Cleão e Brásidas também revelam como as considerações pouco lógicas de reputação individual prevaleceram em oposição a julgamentos racionais e moderados. No momento em que a guerra não convinha, objetivamente, aos atenienses, Cleão foi um dos principais apoiadores do retorno ao conflito. Brásidas, descrito como um hábil general espartano, insistiu numa estratégia agressiva por falta de moderação. A natureza das condutas de ambos, contrárias às considerações racionais, é sintetizada por Tucídides no livro quinto de sua obra.⁴⁹⁷ Em outro momento, esse mesmo Cleão defende que a “arrogância” (*húbris*) dos habitantes de Mitilene seja punida com a execução de todos os cidadãos homens desta *pólis*, sendo nitidamente movido por ímpetos emocionais que, cumpre observar, haviam sido igualmente capazes de convencer os atenienses, mesmo que momentaneamente.⁴⁹⁸ Certo Diodotus, contudo, moderado em seu discurso, diz opor-se a decisões movidas por “pressa e raiva” (τάχος τε καὶ ὀργήν) e, expressando-se em termos que remetem à racionalidade ou à moderação (representada pelas noções de *sôphron* e *sophrosúnē*), consegue dissuadir os atenienses de aplicar o cruel castigo ao demonstrar que ele iria contra os próprios interesses de Atenas.⁴⁹⁹ A vitória de Diodotus nesse debate, contudo, é um episódio isolado de lucidez na história da guerra.

No diálogo meliano, em que delegados atenienses tentam convencer representantes de Melos a se render pacificamente durante uma invasão de sua ilha, a tensão entre os princípios da razão e da insensatez reaparece. Os atenienses sinalizam aos melianos que um combate entre os dois lados seria francamente desigual, e pedem que eles deliberem moderadamente (*sôphrónōs*) a respeito da proposta de rendição. Os atenienses também insistem que a decisão não poderia ser tomada em vista de considerações de reputação e vergonha. Em oposição à argumentação ateniense, contudo, os melianos preferem agir conforme seu senso de justiça e

⁴⁹⁵ Th. 1.79.2; 1.84.

⁴⁹⁶ Th. 1.85-86.

⁴⁹⁷ Th. 5.16

⁴⁹⁸ Th. 3. 39.

⁴⁹⁹ Th. 3.42.

honra, declarando, também, confiar na ajuda dos aliados espartanos, tendo em vista, sobretudo, a vergonha que uma invasão da ilha lhes causaria. Após o diálogo, os melianos optam pela decisão emocional e acabam mortos ou escravizados.⁵⁰⁰

Citemos um último caso: Alcibíades liderava um grupo que queria encerrar a “paz de Nícias”. Suas motivações, Tucídides conta, eram relativas à dignidade pessoal e familiar.⁵⁰¹ O mesmo Alcibíades, mais tarde, defende ardorosamente a expedição siciliana por desejo de competir contra Nícias e obter reputação (*dóxa*) para si mesmo em combate.⁵⁰² Como se sabe, ambas as decisões, ainda que agravadas pela má sorte, resultaram em sérias reviravoltas aos atenienses e determinaram sua derrota final.

Em Heródoto, como notou acertadamente Payen, a loucura ou a insensatez frequentemente está do lado daqueles que alimentam pretensões imperialistas.⁵⁰³ Na boca de alguns sábios, vemos um discurso de moderação que, quando ignorado, conduz às piores decisões. Esse é o caso, por exemplo, do lídio Sandanis, que tenta convencer Creso a evitar qualquer enfrentamento com os persas.⁵⁰⁴ Essa voz da razão, entretanto, é incapaz de vencer as três motivações pouco sensatas por trás da decisão de Creso: oráculos mal interpretados, a ambição imperialista (ampliação de território) e, da mesma forma que Aquiles, Alcibíades e Estenelaidas, o desejo de vingança.⁵⁰⁵

Outro conselheiro emblemático é Artábano, irmão de Dario e tio de Xerxes, que, reiteradamente, tenta dissuadir esses reis de seus empreendimentos militares. Primeiramente, Dario, desejando vingar-se dos citas por terem invadido a Média, resolve organizar uma campanha contra esses nômades da Eurásia.⁵⁰⁶ Artábano, no entanto, o aconselha contra essa expedição.⁵⁰⁷ A recusa em escutar o bom conselho do irmão, contudo, conduz Dario a duras reviravoltas. Da mesma forma, Heródoto conta que Xerxes teria sido motivado a fazer guerra contra os atenienses devido à insistência de Mardônio, cujos interesses eram todos pessoais, e pelo desejo de vingar a derrota de Dario em Maratona.⁵⁰⁸ Artábano, no entanto, alerta o sobrinho para as dificuldades que enfrentaria e tenta, honestamente, dissuadi-lo da expedição.⁵⁰⁹ A decisão contrária é fortalecida por um sonho que, certamente, é uma alusão

⁵⁰⁰ A sequência é Th. 5.101-111.

⁵⁰¹ Th. 5.43

⁵⁰² Th. 6. 15.

⁵⁰³ PAYEN, 1996, p. 143-145.

⁵⁰⁴ Hdt. 1.71.

⁵⁰⁵ Hdt. 1.73.

⁵⁰⁶ Hdt. 4.1.

⁵⁰⁷ Hdt. 4.83.

⁵⁰⁸ Hdt. 7.8.

⁵⁰⁹ Hdt. 7.10.

ao *óneiros* enganoso que Zeus envia a Agamenão, iniciando sua vingança em favor de Aquiles.⁵¹⁰ Talvez uma indicação de que, à insensatez dos monarcas orientais, se somava o incontornável desígnio dos fados, pois o próprio Cresos estava destinado à derrota por um oráculo sobre Gíges e Candaules.

Em suma, portanto, Heródoto, Tucídides e Homero estão reproduzindo nessas passagens elementos da moral grega clássica que são instrumentalizados para explicar o advento de determinados eventos políticos e militares.⁵¹¹ O nexo de causalidade, como em alguns discursos historiográficos modernos, é, entre os gregos, pertinente à qualificação moral das ações de indivíduos e *póleis*. A incapacidade de ponderar demoradamente e tomar as decisões mais moderadas conduz os atores da guerra ao fracasso que, muitas vezes, é mais vergonhoso do que a vergonha que inicialmente queriam evitar. Pensemos em Heitor, Xerxes, Cresos, Alcibíades e Melos, por exemplo. No período clássico, ademais, outra decorrência dessa concepção de racionalidade será a oposição entre interesse comum e interesse particular, essencial para explicar o resultado das condutas humanas. Atenas, por exemplo, sacrifica sua pretensão individual (enquanto *pólis*) à honra do comando militar em nome da liberdade de todos os aliados, conforme nos relata Heródoto.⁵¹² As consequências advindas dessa opção são as melhores para os gregos, pois, afinal, caso os atenienses tivessem disputado pela supremacia e deixado de oferecer resistência, a Hélade inteira teria caído nas mãos dos reis persas.⁵¹³ Em Tucídides, de forma similar, os fracassos de Cleão, Brásidas e Nícias se explicam por sua busca exclusiva de glória pessoal. Por outro lado, as melhores resoluções militares estariam vinculadas à busca do bem coletivo. Péricles é o núncio por excelência dessa perspectiva moral.⁵¹⁴

A questão que surge, portanto, é de saber em que medida o discurso da moderação pode nos fornecer pistas sobre o julgamento que Heródoto queria despertar em suas audiências, familiarizadas com tal moral da temperança. Como dissemos, autores que adotam o “modelo da polaridade”, como Hartog, acreditam que a crítica central da obra de Heródoto não se volta aos conquistadores genericamente, mas aos bárbaros, que seriam a encarnação desse espírito imperialista. Outros, ainda, veem no modelo monárquico, grego ou bárbaro, o verdadeiro objeto de censura das *Histórias*. Para Payen, essa divisão não é totalmente verdadeira. “A guerra entre os gregos”, diz ele, “pertence, de fato, à categoria dos

⁵¹⁰ Il. 2.23-25.

⁵¹¹ DOVER, 1974, p. 116-126.

⁵¹² Hdt. 8.3.

⁵¹³ Hdt. 7.139.

⁵¹⁴ PALMER, 1992.

empreendimentos de dominação”.⁵¹⁵ A expedição dos lacedemônios contra Samos seria um exemplo de “empreendimento de dominação”. Além disso, segundo esse autor, Heródoto não conceberia a tirania ou a monarquia como as constituições exclusivamente propícias a esse comportamento agressivo. Na verdade, a oposição entre a democracia ateniense e a ilha de Egina também seria, segundo ele, um exemplo de agressão típica dos conquistadores, como vimos.

Assim, alguns dos intérpretes de Heródoto defendem que a falta de moderação está geralmente associada aos costumes bárbaros (e, portanto, indiretamente à monarquia), enquanto outros acreditam que a intemperança é humanamente universal e se manifesta na atribuição de posições específicas, como no caso dos conquistadores ou dominadores. A primeira perspectiva parece deficiente, uma vez que um juízo de censurabilidade equivalente recai sobre ações de agentes bárbaros e agentes gregos mais de uma vez. Os conflitos e vinganças egoístas dos reis Demarato e Cleômenes, por exemplo, atrapalham a política espartana em Egina e na Tessália.⁵¹⁶ A vingança de Demarato se volta contra o próprio autor, levando à sua deposição. As vinganças de Cleômenes e do corrupto Leotíquides têm desfecho similarmente desfavorável.⁵¹⁷ Mesmo considerando procedente a aproximação de todos esses casos operada por Hartog, para o qual há um liame constitucional entre reis persas, espartanos e tiranos arcaicos, restar-nos-ia o já referido caso de Atenas e Egina, indicativo de que as considerações de ordem emocional e individual não estão circunscritas à monarquia.⁵¹⁸

Ainda de acordo com essa primeira perspectiva, cumpre observar, haveríamos de identificar como fundamento da alteridade persa sua submissão servil aos caprichos emanados de uma manifestação volitiva real. Os gregos, mormente adstritos à observância de retas normas, ver-se-iam como substancialmente distintos do modelo persa, o que, segundo os defensores dessa corrente, poderia ser averiguado em mais de um discurso dos lacedemônios nas *Histórias*.⁵¹⁹ Na mais famosa dessas passagens, por exemplo, lemos que:

ὥς δὲ καὶ Λακεδαιμόνιοι κατὰ μὲν ἓνα μαχόμενοι οὐδαμῶς εἰσι κακίονες ἀνδρῶν, ἀλλ᾽ εἰς δὲ ἄριστοι ἀνδρῶν ἀπάντων. ἐλεύθεροι γὰρ ἐόντες οὐ πάντα ἐλεύθεροι εἰσὶ: ἔπειτα γὰρ σφί δεσπότης νόμος, τὸν ὑποδειαίνουσι πολλῶ ἔτι μᾶλλον ἢ οἱ σοὶ σέ.

Assim também os lacedemônios, lutando individualmente, não são piores do que quaisquer homens, mas, juntos, são melhores do que todos os homens, pois, sendo

⁵¹⁵ PAYEN, 1997, p. 168.

⁵¹⁶ Hdt. 6.72.

⁵¹⁷ Hdt. 6.72-75.

⁵¹⁸ Hdt. 6.49; 71-95.

⁵¹⁹ HARTOG, 1980, p. 335 et seq. ; Hdt. 7.104 e 7.136.

livres, não o são em todas coisas: o direito, ao qual eles temem ainda muito mais do que os teus temem a ti, é o seu senhor.⁵²⁰

Irônico, entretanto, é o fato de que tal conformação às normas (ainda que, nesse caso, especificamente militar) seja alegada por um rei injustamente destronado e, pior, um traidor. Além disso, em ambas as passagens mencionadas, a ideia de submissão absoluta à lei em oposição ao servilismo oriental é peça do discurso espartano, sendo delicado dilatar seu alcance.⁵²¹ Como veremos adiante, os gregos não ignoravam o respeito dos persas pelas normas e, como já tivemos a oportunidade de destacar, foi Xerxes, e não os gregos, quem demonstrou moderação e respeitou o *ius gentium* nascente, observando a imunidade diplomática dos embaixadores (“τὰ πάντων ἀνθρώπων νόμιμα”).⁵²² Por fim, a própria narrativa de Heródoto comprovará, mais tarde, que a alegação de Demarato é, no mínimo, um exagero.⁵²³

A segunda perspectiva é apropriada, ainda que com alguns retoques. De fato, gregos e bárbaros são igualmente capazes de tomar decisões apressadas, insensatas e até insanas na narrativa de Heródoto. Gregos e bárbaros são, além disso, igualmente detentores da iniciativa de guerra. No entanto, uma cesura entre gregos e bárbaros parece ser identificável na natureza política do próprio “império”, ao qual, como veremos, é ínsita a avidez territorial e o expansionismo insensato. Destarte, a diferença essencial entre Atenas, Esparta e seus aliados em comparação aos Persas derivaria desse tipo de exercício de poder, desse tipo de Estado ou configuração política. O vínculo genético da ideia de império com a noção de poder ou monarquia (os primeiros impérios tinham regimes monárquicos) favorece, sem dúvida, a confusão dos dois fenômenos, mas é mais fácil ver no império a propensão quase natural a uma conduta irrefletida e imoderada.

Assim, parece que qualquer tentativa de colocar gregos e bárbaros em pé de igualdade quanto ao imperialismo nas *Histórias* deve ser ponderada. A censura da intemperança, como vimos, se aplica a gregos e não-gregos indistintamente, especialmente na guerra. No entanto, participar de conflitos, agredir e vencer são dimensões absolutamente genéricas da política antiga e não relativizam um dos problemas principais das *Histórias*, que é o império oriental, sua natureza política e sua expansão. No âmbito internacional, o império é o mecanismo da conquista que engendra o excesso e a agressão. Em Heródoto, ele também é essencialmente

⁵²⁰ Hdt. 7.104.4.

⁵²¹ GRUEN, 2010, p. 68; Id., 2011, p. 22.

⁵²² Hdt. 7.136.

⁵²³ Alguns espartanos desertavam (Hdt. 7.231-232) e seu comportamento nem sempre correspondia ao ideal. Cf. BARAGWANATH, 2008, p. 75-76.

alheio ao mundo grego. É verdade que, nesse ciclo de dominação imperial, os atenienses já eram percebidos, em parte, como os herdeiros de um modelo político alienígena. No entanto, tal fato apenas reforça a concepção herodotiana de uma cultura dinâmica e permeável, não alterando o juízo negativo sobre e o estranhamento causado pela noção de “império”. Essa proposta será aprofundada e discutida adiante, no quarto e quinto capítulos da presente tese.

2.2 ESTADO: CONCEITOS E NOÇÕES

Ferramentas teóricas e heurísticas são necessárias antes de darmos continuidade às nossas reflexões.

O Estado é, como todos sabemos, um conceito moderno, com conotações históricas específicas que, quando empregado indiscriminadamente para se referir a realidades antigas, pode suscitar leituras equivocadas e anacrônicas.⁵²⁴ Assim, pelo bem da clareza, poderíamos apresentar uma definição idiossincrática de Estado, esclarecendo os motivos pelos quais acreditamos ser aceitável empregá-la nesse estudo, ou, melhor, perscrutar o entendimento corrente e hodierno do termo, esclarecendo seus limites e empregando-o, conscientemente, em nível puramente estrutural. Este último caminho parece mais pertinente.

Há, como se sabe, controversa e numerosa literatura sobre os significados desse conceito.⁵²⁵ O Estado (*Staat*, *state*, *État* etc.) foi variavelmente definido como “uma organização política de operações contínuas” que “com sucesso sustenta a pretensão do monopólio legítimo da força física para a imposição de sua ordem”⁵²⁶, como “a organização da força” cujo único objetivo é “a dominação”⁵²⁷ e também como a “divisão do corpo social entre dominantes e dominados” ou um “órgão separado do poder político”.⁵²⁸ Quando recorremos, no entanto, às definições mais correntes, utilizadas pelos próprios burocratas estatais na condução do governo e das relações entre Estados no mundo contemporâneo,

⁵²⁴ Claudia Tanck, que estudou concepções do Império Persa nos autores gregos, adota como definição de Estado “um ente coletivo” que “possui uma organização política”, manifesto pela existência de indivíduos e associações de indivíduos em instituições como, por exemplo, a família (TANCK, 1997, p. 27). Essa definição, muito básica, permite classificar como “Estados” uma enorme gama de entidades coletivas e sua ênfase é no elemento pessoal, deixando-se de lado, por exemplo, o território. É preferível um outro olhar. A discussão abaixo é inspirada, sobretudo, pela abordagem de HANSEN, 1998, que consideramos a mais apropriada.

⁵²⁵ Sendo pouco profícuo e, inclusive, dificilmente concebível proceder a uma síntese coerente dessas distintas acepções em poucas páginas.

⁵²⁶ WEBER, 1976, p. 29

⁵²⁷ BAKUNIN, 2011, p. 27-28.

⁵²⁸ CLASTRES, 2004, p. 150.

temos uma visão mais ampla do que seria essa entidade, geralmente associada às noções de espaço, poder e povo. Esse ponto de vista, pragmático, origina-se da conceituação jurídica elaborada por ramos como a Teoria Geral do Estado (*Allgemeine Staatslehre*), o Direito Internacional e o Direito Constitucional, fortemente enraizados no pensamento político moderno.

Embora muitas definições de Estado possam ser encontradas na sociologia e na filosofia, o estudo de ideias difundidas e correntes na Antiguidade se harmoniza melhor com a concepção fornecida pelo mundo prático das ciências jurídicas. Mogens Herman Hansen, em seu estudo sobre as putativas equivalências da concepção de *pólis* com o conceito moderno de Estado, também dá preferência a essa definição, justificando-se da seguinte maneira:

(...) à primeira vista, pode parecer uma abordagem limitada e conservadora que uma definição baseada em conceitos que são primordialmente discutidos por juristas, em uma disciplina especificamente jurídica, tenha preferência sobre um amplo espectro de diversas definições fornecidas por estudantes de ciência política e filosofia. Mas se sairmos das salas de estudos e de conferência e adentrarmos o mundo da política e da opinião pública, temos que admitir que é essa definição basicamente jurídica do conceito de Estado que levou a melhor.⁵²⁹

Na literatura mencionada, inspirada profundamente pelo pensamento de Georg Jellinek (1851-1911), o conceito de Estado envolve, de um ponto de vista objetivo, uma intrincada articulação de três componentes principais: território (*Gebiet*), povo (*Volk*) e o poder exercido sobre estes últimos (*Gewalt*).⁵³⁰ Na sua *Allgemeine Staatslehre* (Teoria Geral do Estado), Jellinek conduz o leitor por uma galeria de teorias sobre a natureza do Estado, classificadas por ele entre teorias “subjetivas” e “objetivas”. Dentre as teorias objetivas, Jellinek aborda aquelas que identificam o Estado a um de seus três elementos empíricos (*Der Staat als identisch mit einem seiner Elemente*).⁵³¹ No terceiro livro de sua Teoria Geral do Estado, Jellinek define os três elementos de um ponto de vista jurídico, caracterizando-os de forma mais clara.⁵³² Mais uma vez, o autor fala da necessidade de “um território determinado” para que um Estado “possa ter existência”, afirmando (como até mais tarde se afirmou)⁵³³ que os antigos gregos e romanos não concebiam o Estado de forma territorial.⁵³⁴ O jurista destaca, entre outras coisas, a integração indireta do território ao governo, por meio do exercício de poder direto sobre a população que ocupa determinado território, constituindo-se como direito

⁵²⁹ HANSEN, 1998, p. 68.

⁵³⁰ JELLINEK, 1914, p. 394-406 (*Staatsgebiet*); 406-427 (*Staatsvolk*); 427-434 (*Staatsgewalt*).

⁵³¹ Ibid., p. 144 et seq.

⁵³² Ibid., p. 383 et seq.

⁵³³ HAMPL, 1939.

⁵³⁴ JELLINEK, op. cit., p. 292-312.

reflexo.⁵³⁵ Ao evocar a noção de “povo” enquanto elemento essencial do Estado, Jellinek estabelece uma importante distinção funcional, admitindo a existência do povo enquanto sujeito da ação política (sujeito de direitos) ou como “objeto” sobre o qual incide a atividade do Estado.⁵³⁶ De certa forma, a distinção engloba, mas não traduz, outra divisão comum, entre povo em sentido demográfico e povo em sentido estritamente político, pois apenas o conjunto de cidadãos pode corresponder exclusivamente à noção de povo-sujeito. Na posição de objeto, por outro lado, se encontra a totalidade dos habitantes de um Estado, incluindo-se aí os cidadãos e não-cidadãos. Jellinek, observando a teoria de Gierke, também defende a importância de vínculos diretos e horizontais entre os membros de uma comunidade para que uma entidade política se configure efetivamente como Estado.⁵³⁷ Por fim, o autor acrescenta a esses elementos a figura de um governo, que exerce um tipo de poder peculiar, dotado de força para se fazer obedecer (coercitivo).⁵³⁸ A partir dessa articulação de elementos, Jellinek produz uma definição jurídica do Estado, basicamente presente na literatura hodierna, a saber, que “o Estado, em seu aspecto jurídico, é a força de dominação originária de que está dotada a corporação de um povo sedentário”.⁵³⁹

A definição acima se coaduna, grosso modo, com aquilo que encontramos nas definições correntes sobre o Estado. Assim, por exemplo, Hansen cita uma resolução da ONU de 1991, na qual se diz que “o Estado é normalmente definido como uma comunidade que consiste em um território e uma população sujeita a uma autoridade política organizada”.⁵⁴⁰ E não é outra a concepção de Estado difundida pelos manuais acadêmicos de sociologia, direito e relações internacionais.⁵⁴¹ Podemos, portanto, circunscrever uma definição “clássica” e “pragmática” oriunda do pensamento jurídico: o Estado seria um fenômeno autônomo denotando, alternada ou simultaneamente, um povo, um território e um governo.

Sem dúvida, para além da definição clássica, centrada nos três elementos essenciais apontados por Jellinek (povo, território e governo), há uma série de retratos mais sofisticados do Estado, que merecem breve consideração. Assim, o Estado moderno, segundo Pierangelo Schiera, seria caracterizado pela “organização do poder”, a “afirmação do princípio da

⁵³⁵ JELLINEK, 1914, p. 398.

⁵³⁶ Ibid., p. 406-408.

⁵³⁷ Ibid., p. 408: “Das Volk in seiner subjektiven Qualität bildet vermöge der Einheit des Staates eine Genossenschaft, d. h. alle seine Individuen sind miteinander als des Staates Genossen verbunden, sie sind Mitglieder des Staates. Der Staat ist somit zugleich herrschaftlicher und genossenschaftlicher Verband.”

⁵³⁸ JELLINEK, op. cit., p. 427: “Solcher Gewalten gibt es aber zwei Arten: herrschende und nicht herrschende Gewalten.” O poder do Estado, dominante, é aquele que tem força de execução.

⁵³⁹ Ibid., p. 433: “(...) daß der Staat seiner rechtlichen Seite nach die mit ursprünglicher Herrschermacht ausgerüstete Körperschaft eines sesshaften Volkes sei”.

⁵⁴⁰ HANSEN, 1998, p. 36.

⁵⁴¹ ABERCROMBIE et. al., 2006, p. 378-379. Cf. também DALLARI, 2013, p. 119 et seq.

territorialidade” e “a progressiva aquisição da impessoalidade do comando político”.⁵⁴² Poderíamos pensar, ainda, em outros pressupostos definidores, como a existência de uma burocracia, de uma ordem jurídica e de uma sistema tributário. É comum que os autores façam referência à clássica definição de Max Weber, segundo a qual o Estado deve deter o “monopólio legítimo da coerção física”, o que implica centralização e, sobretudo, legitimação do poder por meio de um ordenamento jurídico.⁵⁴³ Por fim, os especialistas também se referem recorrentemente ao conceito de soberania.⁵⁴⁴

Entende-se melhor a pluralidade das definições de Estado quando se leva em conta o contexto histórico em que o conceito se originou e se desenvolveu. Afinal, o Estado, enquanto fenômeno histórico, certamente apresentou distintas configurações ao longo do tempo e, da mesma forma, suas conceituações variaram, ainda que por uma dinâmica própria, em face de suas particularidades concretas.⁵⁴⁵ Assim, por exemplo, a noção de burocracia ou de “monopólio” legítimo da força, presentes em algumas das definições mencionadas acima, só parecem encontrar correspondência plena em entes políticos altamente racionalizados, frutos de um processo que alguns historiadores acreditam ter se iniciado na Idade Moderna. O aparecimento do conceito num contexto propriamente moderno, aliás, explicaria o porquê da ênfase em elementos que dificilmente encontraríamos em entidades anteriores ou alheias à dinâmica ocidental.

Além da variação histórica do fenômeno, pode-se dizer que o olhar “interessado” dos diferentes observadores foi, e continua sendo, um fator determinante a explicar a profusão de definições e representações do Estado. Nesse plano, das definições, uma primeira dificuldade advém do predomínio da noção de Estado liberal nas academias ocidentais contemporâneas, de forma que esta entidade é usualmente representada como um ente impessoal plenamente distinto da chamada “sociedade civil”, que se caracteriza, principalmente, por meio de noções jurídicas consolidadas pelas teorizações constitucionais de matriz oitocentista. Uma oportuna exemplificação dessa noção de Estado pode ser encontrada no discurso de Benjamin Constant, de 1816, sobre a liberdade dos antigos contraposta à liberdade dos modernos. Para Constant, a

⁵⁴² SCHIERA, 2010, p. 425-430.

⁵⁴³ “Staat soll ein politischer Anstaltsbetrieb heißen, wenn und insoweit sein Verwaltungsstab erfolgreich das Monopol legitimen physischen Zwanges für die Durchführung der Ordnungen in Anspruch nimmt.” WEBER, 1976, p. 29.

⁵⁴⁴ Originalmente elaborado por Jean Bodin, que Jellinek e o próprio Bodin acreditavam não ter sido desenvolvido pelos antigos gregos e romanos (JELLINEK, 1914, p. 435-438; BODIN, 1579, p. 85-89). Além disso, se, em Bodin, a soberania é definida “como o poder absoluto e perpétuo de uma República” (BODIN, op. cit., p. 85), na literatura contemporânea, por outro lado, esse conceito pode tanto ser sinônimo de independência em relação a poderes externos quanto representação do poder supremo em determinado território (HANSEN, 1998, p. 46).

⁵⁴⁵ Cf., por exemplo, SKINNER, 1978, p. 349-358.

liberdade dos antigos consistiria, fundamentalmente, na titularidade imediata do poder decisório, isto é, no direito efetivo que os cidadãos da *pólis* tinham de participação política. A liberdade dos modernos, por outro lado, traduzir-se-ia na existência de determinados direitos e garantias de não intervenção na vida privada, que o Estado deveria observar. Embora os conceitos de “Estado” e “sociedade” em Constant sejam usados de forma livre, muitas vezes se confundindo, emerge claramente a distinção, no caso moderno, entre uma entidade política estatal e a soma dos cidadãos a ela submetidos.⁵⁴⁶ A mesma ideia aparece em *A Cidade Antiga* de Fustel de Coulanges, que afirma que, ao contrário do que ocorre no mundo liberal moderno, “o cidadão” antigo “estava submetido em todas as coisas e sem qualquer reserva à cidade”.⁵⁴⁷ Assim, nas teorizações liberais, o Estado envolveria uma oposição entre a soma ou a articulação dos cidadãos (“a sociedade civil”, mais tarde) e o governo.⁵⁴⁸

É inegável que a ênfase nos componentes liberais da definição de Estado fez escola e tornou-se hegemônica. Atualmente, a noção de Estado não apenas passou a compreender, em alguns casos, elementos como os direitos civis e humanos,⁵⁴⁹ como também se enriqueceu pela absorção de novos componentes, como a noção de “soberania popular”, de inspiração democrática. Não obstante, o predomínio desta conotação liberal e democrática de Estado é meramente ideológico, com pouca ou nenhuma influência nas denotações de Estado, isto é, na extensão de objetos aos quais o termo é efetivamente aplicado. Apesar de se declararem formalmente democráticos ou “de direito”, muitos países atuais não seguem tais preceitos e, mesmo assim, poucos contestariam seu *status* de Estado. Além disso, os próprios autores oitocentistas, como Fustel de Coulanges, não recusavam ao fenômeno da *pólis* a denominação de Estado, ainda que o entendessem como um ente onipotente, fundido à própria sociedade civil.

Ainda tratando-se de representações, um segundo problema teórico advém da noção moderna de soberania, que Jellinek acreditava inexistir entre os antigos. O Estado necessariamente qualificado como soberano é indubitavelmente uma invenção moderna, embora essa conceituação não se aproxime tanto do que nós, contemporâneos, por ela entendemos. Como bem notou Hansen, o célebre Jean Bodin entendia a soberania como ilimitada e indivisível (“a soberania não é limitada nem em poder, nem em responsabilidade, nem por tempo determinado”)⁵⁵⁰ e o soberano, consubstanciado na figura do príncipe, como

⁵⁴⁶ CONSTANT, 1997.

⁵⁴⁷ FUSTEL DE COULANGES, 2009, p. 183, tradução de Edson Bini.

⁵⁴⁸ HANSEN, 1998, p. 50-51.

⁵⁴⁹ Ibid., p. 91-97.

⁵⁵⁰ Ibid., 1579, p. 86.

uma pessoa acima da lei civil.⁵⁵¹ No entanto, nossa soberania é, a rigor, divisível pelo princípio de divisão de poderes (ou mesmo pelo federalismo) e potencialmente limitável perante os avanços do direito internacional.⁵⁵² Mais importante, o soberano, coletivo ou não, não está acima da lei, pois a ação dos órgãos legiferantes nos Estados modernos é geralmente limitada por uma constituição, sendo o poder constituinte originário o único a ser definido como “ilimitado”. No Reino Unido, onde, a rigor, inexistia constituição escrita e predomina a noção da “soberania do parlamento” ou “supremacia do parlamento”, os legisladores podem, a princípio, criar, extinguir ou modificar qualquer relação jurídica. Na realidade, contudo, eles estão limitados por uma série de tradições e princípios não escritos que são balizas virtualmente imunes a transgressões.⁵⁵³ Destarte, o conceito contemporâneo de soberania é marcadamente distinto daquilo que Bodin teorizou. Do ponto de vista da entidade concreta, ademais, o poder do Estado corresponde ainda menos a essa representação, especialmente se levarmos em consideração a ação decisiva de agentes internacionais na política doméstica de qualquer nação. A existência de jurisdições internacionais, ainda que voluntárias, também depõe contra a noção de um Estado soberano na contemporaneidade.

No mundo antigo, como se sabe, inexistia um único conceito capaz de traduzir as diferentes facetas da noção moderna e contemporânea de soberania. Ainda assim, Hansen localiza na noção grega de *kúrios* a substância correspondente ao que hoje entendemos por soberania. Na opinião desse autor, tal conceito, empregado na representação das *póleis* antigas, apenas reforçaria a identidade do conceito grego de *pólis* com a noção moderna de Estado.⁵⁵⁴ Veremos mais sobre isso no próximo tópico.

Em resumo, há diversas definições de Estado que levam em consideração componentes definidores dificilmente encontráveis em entidades políticas anteriores à Idade Moderna. A fim de evitar fazer referência a um conceito historicamente limitado, portanto, é preferível adotar uma definição mais elementar de Estado, de natureza “pragmática”, qual seja, a de uma entidade coletiva dotada de organização política e capaz de impor seu domínio

⁵⁵¹ BODIN, 1579, p. 104-106.

⁵⁵² Para toda a discussão, cf. HANSEN, 1998, p. 42-46.

⁵⁵³ Ironicamente, se investigarmos as representações bíblicas e clássicas do Império Aquemênida, não é difícil identificar a proximidade do modelo imperial persa em relação ao poder soberano apresentado por Bodin. Afinal, Bodin fala de um príncipe que não está limitado senão por sua própria vontade, sempre atualizável, e é justamente dessa forma que vemos monarcas como Xerxes e Cambises serem representados pela maioria dos autores clássicos. Tal representação não passou despercebida ao próprio Bodin, que inseriu “os medos” no conjunto de exemplos usados para caracterizar a soberania do príncipe, recusando que suas leis fossem irrevogáveis. De qualquer forma, a pluralidade das acepções de soberania modernas e contemporâneas dificulta o estabelecimento de balizas mais absolutas do que a noção vaga de um poder legítimo acima do qual, via de regra, não há outro. Sob essa ótica, a existência de representação deste elemento para a configuração conceitual de Estado tem relevância bastante relativa. Cf. BODIN, 1579, p. 101-102.

⁵⁵⁴ HANSEN, op. cit., p. 73-77.

em determinado território. Essa entidade talvez tenda à obtenção do “monopólio legítimo da força” e, portanto, do poder supremo dentro de determinado território. No entanto, seria infrutífero tentar encontrar na Antiguidade Oriental ou Clássica, objetos de nossa pesquisa, um grau de burocratização e controle tão intensos quanto os atuais, por motivos óbvios. Assim, quando aplicado às realidades antigas, o moderno conceito de Estado é limitado quanto à intensidade do controle político que entendemos ser exercido por esta entidade. Do ponto de vista das representações, enfim, que é o que nos interessa, o Estado será entendido como um conceito que traduz, alternada ou simultaneamente, as noções de povo, território e de um poder governante, geralmente concentrado nas mãos de uma pessoa ou coletividade.

Lembremos, por fim, que o Estado pode ser concebido como um gênero que se desdobra em diferentes espécies. A essas espécies os historiadores chamam “tipo” ou “forma” de Estado (*form of state, Staatstyp, forme d'État, type d'État* etc.).⁵⁵⁵ Na linguagem técnica constitucional brasileira, ressalte-se, as expressões “forma de Estado”, “forma de governo”, “sistema de governo” e “regime (de governo)” são empregadas em sentido mais estrito, referindo-se, respectivamente, à distribuição do poder conforme o território (federalismo ou unitarismo), à forma pela qual se investe o chefe de Estado (monarquia ou república), à relação entre chefe de Estado e chefe de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) e à “constituição” de um Estado (democracia ou ditadura).⁵⁵⁶ É preciso esclarecer que, ao falarmos de “tipo” ou “forma” de Estado, não nos referimos a essa classificação. Por fim, note-se que a ideia de regime político, aqui empregada como sinônimo de espécie constitucional, jamais se confunde com a própria noção de Estado.

2.2.1 POLIS, UM TIPO DE ESTADO?

Muito foi dito sobre o conceito de *pólis*, o “Estado” antigo e as diferentes formas de comunidade política presentes no período arcaico, clássico e helenístico. A *pólis*, em particular, tem sido um tema de destaque nas pesquisas e publicações sobre a Grécia Antiga. Atualmente, graças às pesquisas desenvolvidas pelo *Copenhagen Polis Centre*,⁵⁵⁷ os historiadores contam com um profuso e detalhado conjunto de publicações sobre os significados e as realidades da *pólis* no mundo grego e sua relação com o conceito moderno

⁵⁵⁵ TANCK, 1997, p. 28-29.

⁵⁵⁶ AFONSO DA SILVA, 2009, p. 97-12-125; 505.

⁵⁵⁷ HANSEN, 1998; Id., 2006.

de Estado ou, como geralmente se diz, cidade-estado. Os avanços da pesquisa arqueológica e outras publicações já clássicas, como a importante monografia de Sakellariou⁵⁵⁸ sobre o conceito antigo de *pólis*, são alguns dos exemplos de tratamentos exaustivos dados ao tema na pesquisa recente, com resultados substanciais. As teorias modernas sobre a *pólis*, com suas construções enviesadas e agendas ideológicas próprias, também foram analisadas criticamente por autores como Gawantka⁵⁵⁹ e Vlassopoulos.⁵⁶⁰

A mais elevada forma de “associação” (*koinonía*) no pensamento aristotélico,⁵⁶¹ a *pólis* foi, segundo alguns, “a base de toda a civilização grega”.⁵⁶² Geralmente apreciada como uma forma de comunidade pelos historiadores modernos, a *pólis* tinha mais de um sentido na Antiguidade, e seu conceito foi consistentemente empregado pelos gregos clássicos para se referir a uma zona urbana, a um território, a uma coletividade humana ou à entidade política organizada em torno desse núcleo urbano. Entre os vocábulos amiúde usados sinonimamente com a *pólis* se encontram: (a) *ástu* e *polísma*, indicando uma cidade; (b) *chōra* e *gḗ*, indicando um território; (c) *ekklḗsia*, indicando a assembleia de cidadãos, isto é, o órgão de governo; e (d) *ánthrōpoi* e *polítai*, indicando uma comunidade de homens ou cidadãos.⁵⁶³ Nesse sentido, a *pólis* congregava diferentes aspectos, embora, como notado por muitos especialistas, maior ênfase fosse atribuída ao seu componente pessoal.⁵⁶⁴ Finalmente, a *pólis* poderia ser uma entidade personalizada, isto é, apresentada como o sujeito de diversas ações que, na prática, eram realizadas por seus oficiais ou órgãos de governo.⁵⁶⁵ Nesse sentido, a *pólis* seria um tipo de assentamento urbano específico e uma entidade política altamente institucionalizada, correspondente ao que hoje chamaríamos de Estado. Ou, para ser mais preciso, uma cidade-estado.⁵⁶⁶

É possível defender uma correspondência significativa entre a noção ou a realidade antiga da *pólis* e o moderno conceito de Estado, como faz a maioria dos estudiosos.⁵⁶⁷ Essa corrente de autores parte do pressuposto de que alguns fenômenos históricos, bem como suas respectivas representações, podem ser abstraídos de seus contextos originais e comparados a

⁵⁵⁸ SAKELLARIOU, 1989.

⁵⁵⁹ GAWANTKA, 1985.

⁵⁶⁰ VLASSOPOULOS, 2007.

⁵⁶¹ Arist. Pol. 1.1.1.

⁵⁶² HANSEN, 2006, p. 1.

⁵⁶³ Id., 1998, p. 9-34; 52-67.

⁵⁶⁴ Ibid., p. 56.

⁵⁶⁵ HANSEN, 1998, p. 67-73.

⁵⁶⁶ Ibid., passim; Id., 2006, passim.

⁵⁶⁷ SAKELLARIOU, 1989, p. 66; 78-136. Sakellariou não defende que a *pólis* seja simplesmente um “tipo de Estado”, mas um fenômeno subsumido num subgênero enquadrado no gênero Estado. Em outras palavras, sua relação com a categoria “Estado” seria indireta.

realidades ulteriores (ou anteriores), desde que com os devidos cuidados metodológicos como, por exemplo, a análise exaustiva da evidência primária e a explicitação da natureza dos conceitos modernos mobilizados. Para especialistas como Hansen, ademais, esse tipo de abordagem não deve confundir “ser” (categoria ontológica) com “dever-ser” (categoria deôntica), colocando no mesmo grau de comparação uma realidade antiga e uma representação ou ideal contemporâneo. Assim, é ilógico contrastar a efetiva intervenção da *pólis* na vida privada dos cidadãos com o ideal fictício da não-intervenção do Estado moderno. Respeitados os devidos cuidados metodológicos, portanto, não haveria motivo para duvidar da substancial equivalência da *pólis* com o Estado moderno, ainda que diferenças acessórias possam ser apontadas.

Sem dúvida, há uma corrente minoritária de autores que questionaram esse consenso e negaram a natureza estatal da *pólis*. Gawantka, por exemplo, considerou que o conceito de *pólis* foi sistematicamente interpretado a partir de pressupostos e projeções modernas indevidas.⁵⁶⁸ Tal crítica, decerto válida, foi parcialmente superada pelo estudo exaustivo da evidência documental disponível em obras como a de Sakellariou⁵⁶⁹ e do *Copenhagen Polis Center*. Por outro lado, o ceticismo geral quanto às aproximações históricas também advém de definições mais restritas de Estado ou de interpretações heterodoxas das fontes. Nesse último casos, os principais questionamentos à correspondência de *pólis* com a noção moderna de Estado seriam a ausência de “monopólio legítimo da força”, de “soberania” ou de “territorialidade” no mundo antigo.

Moshe Berent, por exemplo, argumenta que não havia, no universo das *póleis*, um “aparato estatal” disponível por meio do qual “a aplicação da violência” pudesse ser “monopolizada pela agência de uma classe dominante”.⁵⁷⁰ Para Berent, as *póleis* gregas seriam desprovidas de qualquer aparato coercitivo, e não apenas do monopólio absoluto da coerção, o que permitiria defini-las como “sociedades sem Estado” (*Stateless societies*).⁵⁷¹ Em oposição a Berent, Hansen alegou que os casos de autotutela admitidos nas *póleis* gregas eram limitados, e listou situações nas quais os cidadãos poderiam (mas não precisariam) recorrer aos magistrados para obter a punição dos delinquentes. Segundo Hansen, ademais, “em ações públicas, a execução do julgamento era uma obrigação que incumbia à *pólis*, e apenas oficiais tinham a permissão de punir”.⁵⁷² Na mesma linha argumentativa, Jonathan

⁵⁶⁸ GAWANTKA, 1985, p. 190-195.

⁵⁶⁹ SAKELLARIOU, 1989.

⁵⁷⁰ BERENT, 2004, p. 364.

⁵⁷¹ Id., 2006.

⁵⁷² HANSEN, 1998, p. 96.

Hall listou algumas atestações de julgamentos públicos e de aplicação de penas pela *pólis*, contrariando a tese de Berent.⁵⁷³

Contra a visão dominante de que a *pólis* fosse uma cidade-estado, foram levantadas, ainda, outras objeções. Como vimos acima, ao discutir a definição de Estado, alguns autores defenderam que a soberania fosse uma de suas características essenciais. Para muitos, no entanto, os gregos não viam a *pólis* como uma entidade soberana e, portanto, a entenderiam como algo diferente da nossa noção de Estado. Assim, em seu *Premier Livre de la Republique*, Bodin diz que

Entre os gregos não há um que tenha escrito a seu respeito [soberania] (...) salvo Aristóteles, Políbio e Dionísio de Halicarnasso, mas eles cortaram tão curto que se pode julgar a olhos vistos que eles não estavam muito seguros sobre essa questão.⁵⁷⁴

Jellinek, em sua Teoria Geral do Estado, também acreditava que os gregos antigos não tivessem um conceito correspondente à noção de soberania.⁵⁷⁵ Para ele, o conflito do Estado com outros poderes foi condição histórica necessária para a teorização do conceito de soberania e, na Antiguidade, não teria existido uma tal situação.⁵⁷⁶ Análoga é a opinião de Hinsley, que acreditava terem existido dois “obstáculos insuperáveis” à formulação da noção de soberania entre os gregos: em primeiro lugar, a estrutura do governo da *pólis* “não teria se separado suficientemente das relações de parentesco e limitações tribais” das comunidades originais, uma condição essencial para o surgimento do referido conceito. Em segundo lugar, os gregos não teriam a necessária concepção de um processo legiferante positivo e irrestritamente atualizável, central no positivismo jurídico moderno.⁵⁷⁷ Assim, segundo Hinsley, os gregos conceberiam a *pólis* como uma comunidade governada por leis e não por legisladores. Devido às limitações impostas pelas leis tradicionais, a própria noção de um legislador soberano deveria ser excluída.

⁵⁷³ HALL, 2013, p. 10.

⁵⁷⁴ BODIN, 1579, p. 148.

⁵⁷⁵ JELLINEK, 1914, p. 439.

⁵⁷⁶ Ibid., p. 440.

⁵⁷⁷ HINSLEY, 1986, p. 27 et seq. A respeito desse último ponto, é ilustrativa a distinção histórica proposta por Niklas Luhmann: “(...) O fato histórico da decisão legislativa não constitui um indício suficiente para a positividade do direito daí resultante. (...) O critério não está na ‘fonte de direito’, no ato individual da decisão, mas sim na experimentação constante e atual do direito. O direito vige enquanto direito positivo não apenas pela lembrança de um ato legislativo histórico – historicidade essa que para o pensamento jurídico tradicional constitui o símbolo da irrevogabilidade – mas só quando sua própria vigência é referida a essa decisão enquanto escolha entre outras possibilidades sendo, portanto, revogável e modificável. (LUHMANN, 1985, p. 9, Tradução de Gustavo Bayer).

Como já tivemos a oportunidade de discutir, parte dessas críticas foram respondidas por Mogens Herman Hansen, para quem não há identidade entre o conceito moderno de soberania contido em Bodin e a noção contemporânea.⁵⁷⁸ Além disso, o diretor do *Copenhaguen Polis Center* entrevê em Aristóteles um conceito grego que se aproximaria da nossa ideia de soberania.⁵⁷⁹ De fato, necessidades teóricas e mudanças práticas teriam tornado o conceito de Bodin cada vez menos adequado para se referir à realidade do Estado (*Staat*), estando superada sua acepção de soberania.⁵⁸⁰ Nossas próprias teorizações admitem limitações do federalismo, do direito internacional, da constituição (escrita ou não) e do controle judicial de legalidade ao poder do legislador nacional. O próprio Jellinek, apesar de considerar que os antigos não tinham desenvolvido um conceito de soberania, admitia a existência de Estados soberanos e não-soberanos.⁵⁸¹ Nesse sentido, a *pólis* dos gregos não só poderia ser um Estado, como se aproximaria muito mais da doutrina atual da soberania, já que a noção de um príncipe cuja vontade está colocada acima da lei causaria espanto a muitos gregos.⁵⁸²

Além do problema da soberania, por fim, há autores que discordam da noção de que a *pólis* fosse uma realidade territorial. Alguns vão tão longe a ponto de considerar que a *pólis* consistiria exclusivamente em um vínculo pessoal, independentemente de uma área geográfica (a ideia da *Polis ohne Territorium*). Essa visão também nos levaria a concluir que a *pólis* não era, segundo os critérios já arrolados, um tipo de Estado. A mais célebre defesa da tese da *pólis* sem território é aquela avançada por Hampl. Ela foi, entretanto, categoricamente refutada pela maioria dos especialistas. Segundo Sakellariou, “uma das razões para atribuir à *pólis* o conceito de Estado foi precisamente a constatação de que as *pólis* históricas gozavam

⁵⁷⁸ HANSEN, 1998, p. 45.

⁵⁷⁹ Tentando responder a essa questão, Hansen decompôs a noção vigente de soberania em duas subdefinições, conforme a classificação de Maurice Duverger: em primeiro lugar, teríamos a soberania interna ao Estado (*la souveraineté dans l'état*) e, em segundo lugar, a soberania do Estado frente a outros Estados (*la souveraineté de l'état*). Em Aristóteles, diz Hansen, embora não possamos falar da “autonomia” da *pólis*, isto é, de uma *souveraineté de l'état* intrínseca à noção de *pólis*, podemos encontrar uma correspondência substancial entre o conceito de *souveraineté dans l'état* e uma das acepções do adjetivo *kúrios* (supremo) no contexto constitucional da *pólis*. A noção de ser *kúrios* poderia, portanto, ser usada para denotar a competência legislativa suprema dentro da *polis*, ainda que circunscrita pelos “costumes” – algo muito próximo do que ocorre hoje quanto à noção de constituição. Curiosamente, era justamente a ideia de *souveraineté de l'état*, isto é, de autonomia (independência em relação a poderes estrangeiros), que mais recorrentemente figurava (e ainda figura) nas definições modernas de *pólis*. No entanto, segundo Hansen, a vinculação do conceito de *pólis* à noção de autonomia não é anterior ao século V a.C., sendo proeminente apenas em fontes do século IV a.C., quando, aliás, o termo autonomia teria perdido o sentido original de “independência” para assumir a conotação de “autogoverno”. De um ponto de vista histórico devemos acrescentar a isso o fato de que centenas de *pólis* atestadas nas fontes antigas eram dependências de outros Estados. (HANSEN, op. cit., p. 77-83). Ao contrário, por exemplo, de LONIS, 2004, p. 8. Cf. também KOLB, 1992, p. 60.

⁵⁸⁰ KLIPPEL, 2004, p. 3-4.

⁵⁸¹ e.g., JELLINEK, 1914, p. 487; HANSEN, op. cit., p. 55.

⁵⁸² HANSEN, op. cit., p. 75-76.

de soberania dentro das fronteiras de uma região que elas possuíam e protegiam de ameaças externas.”⁵⁸³

Superadas essas reservas, não há dúvidas de que a *pólis* era concebida alternada e simultaneamente como uma entidade abstrata, como o conjunto de seus cidadãos, como um território envolvendo a *ástu* e a *chóra* ou como as instituições de governança que exerciam controle sobre esse território e, nesse sentido, se enquadraria na concepção de Estado já apresentada.⁵⁸⁴ No entanto, tais correspondências podem legitimamente ser ponderadas à luz de algumas singularidades. Em primeiro lugar, a *pólis* era uma entidade minúscula, vinculada a apenas um núcleo urbano principal. Os Estados modernos, chamados por vezes de “territoriais”, são entidades amplas que congregam muitas cidades em seu território. Há poucas exceções a essa regra, como o caso do Principado de Andorra.⁵⁸⁵ É notável, ademais, que a *pólis* formasse uma unidade política, sem ser equivalente a uma unidade nacional ou étnica, como no caso de vários Estados modernos. Em segundo lugar, embora a *pólis* fosse uma realidade territorial, é inegável que, nas representações antigas, seu conteúdo pessoal tinha mais relevo do que seu conteúdo espacial. Os Estados modernos, por outro lado, são muito mais fortemente vinculados a uma realidade territorial específica do que a *pólis*, comparativamente. Em terceiro lugar, é verdade que a *pólis* não conheceu o “monopólio legítimo da força” por parte de seu governo como ocorre nos Estados contemporâneos. Havia, de fato, maior aceitação da autotutela nas cidades-estado gregas do que nos Estados modernos. Além disso, a justiça antiga tinha caráter privado, e o júri ateniense, selecionado dentre a massa de cidadãos, é que proferia sentenças e resolvia lides.

Uma última polêmica envolve a suposta natureza “democrática” da *pólis* grega. Com efeito, há um conjunto de historiadores que pensa a *pólis* em termos constitucionais, associando-a a determinados regimes políticos. Para Hinsley, por exemplo, a monarquia não poderia ser associada à *pólis* e, nessa linha de raciocínio, ele define a *pólis* como “instintivamente antimonárquica”.⁵⁸⁶ Certa coloração constitucional prevalece mesmo nas definições de autores mais críticos, como Wolfgang Schuller e Mogens Hansen. O primeiro, na busca dos “princípios” característicos da *pólis*, fala da brevidade dos mandatos (tempo de permanência do cidadão em um cargo público) e da vedação à iteração, alegadamente presentes em *póleis* democráticas, oligárquicas e aristocráticas sem distinção.⁵⁸⁷ Mesmo

⁵⁸³ SAKELLARIOU, 1989, p. 85.

⁵⁸⁴ HANSEN, 1998, *passim*.

⁵⁸⁵ Id., 2006, p. 11.

⁵⁸⁶ HINSLEY, 1986, p. 29.

⁵⁸⁷ SCHULLER, 1993.

admitindo a existência de *póleis* monárquicas, Hansen credita às culturas de *póleis* antigas o legado democrático da modernidade ocidental, pois a pequena extensão territorial das cidades-estado teria favorecido o surgimento de instituições de autogoverno.⁵⁸⁸ Por outro lado, outros autores acreditam que a *pólis* era perfeitamente compatível com regimes monárquicos, aristocráticos ou oligárquicos, não se confundindo com critérios constitucionais.⁵⁸⁹

Em resumo, pode-se asseverar que a *pólis* expressava, ao mesmo tempo, uma realidade territorial e uma comunidade política. A *pólis* coincidia com o corpo de cidadãos, mas não deixava de referir-se à estrutura urbana e ao território, geralmente diminutos, nos quais eles residiam. Nesse sentido, a *pólis* era uma variedade de “microestado”. É verdade, por outro lado, que os gregos viam seu vínculo político como preponderantemente pessoal, e não territorial, o que torna a *pólis* particularmente distinta dos Estados modernos.⁵⁹⁰ A *pólis* também era uma comunidade política cujo cimento social se fundava na identidade política, e não na identidade étnica ou nacional. Ela não tinha soberania no sentido moderno do termo, muito menos o monopólio da coerção, parcelando, em alguns casos, o *ius puniendi* entre seus cidadãos. A *pólis*, por fim, não era uma entidade necessariamente independente. Pode-se dizer, assim, que ela era em tudo similar ao que entendemos por cidade-estado, tendo florescido num sistema inter-regional de trocas e relações políticas com outras *póleis*.

2.2.2 ÉTHNOS E KOINÓN

Até aqui, falamos especificamente sobre a *pólis*, e concluímos que ela conotava, para os gregos, um tipo de Estado particular, ou, ao menos, um fenômeno subsumido indiretamente à categoria de Estado, caracterizado pela existência de uma comunidade política de cidadãos, a existência de um núcleo urbano e um território rural circundante geralmente de pequenas dimensões, constituindo algo próximo do que os modernos entendem por cidade-estado. No entanto, a *pólis* não foi a única, nem a mais importante ou “evoluída” entidade política grega, como certa historiografia nacionalista e essencialista poderia nos fazer

⁵⁸⁸ HANSEN, 2006.

⁵⁸⁹ Cf. SAKELLARIOU, 1989, p. 31-33.

⁵⁹⁰ SCHULLER, 1993.

pensar.⁵⁹¹ Na verdade, ela conviveu com outras organizações políticas muito longevas e bastante difundidas, que os gregos chamavam, por vezes, de *étnē*.

Empregando a terminologia antiga, a historiografia tradicional classificou os Estados gregos em três categorias: a *pólis*, o *étnos* e o *koinón*.⁵⁹² O *étnos* e o *koinón*, segundo a visão convencional, representariam variedades estatais correspondentes, respectivamente, a um Estado territorial tribal e um Estado federal. Pensou-se, frequentemente, em uma contraposição entre *étnos* e *pólis* baseada no grau de “urbanização” de cada entidade.⁵⁹³ Segundo Snodgrass, por exemplo, o Estado territorial tribal (*Stammstaat*), correspondente ao *étnos* grego, caracterizar-se-ia por

uma população levemente dispersa sobre um território sem centros urbanos, unida politicamente, em relação aos costumes e à religião, normalmente governada por meio de uma assembleia periódica num centro comum e idolatrando uma deidade tribal num centro religioso comum.⁵⁹⁴

Em geral, as definições acadêmicas também enfatizaram a maior amplitude da área ocupada pelo *étnos* e a menor densidade de sua população.⁵⁹⁵ Fritz Gschnitzer falava em comunidades definidas por um local (*Ortsgemeinde*), as *póleis*, e comunidades vinculadas por laços tribais (*Stammesgemeinde*), os *étnē*.⁵⁹⁶ O *koinón*, por sua vez, seria uma designação “oficial ou semi-oficial para as ligas gregas.”⁵⁹⁷ Na perspectiva tradicional, evolucionista e teleológica, os *étnē* representariam estágios mais primitivos do desenvolvimento político grego, enquanto a *pólis* configuraria uma forma clássica e o *koinón* seria uma realidade tardia, predominante após a Guerra do Peloponeso.⁵⁹⁸

A teoria aparenta ser lógica e exaustiva. No entanto, esse entendimento e essa classificação são altamente questionáveis e partem de pressupostos ultrapassados. Do ponto de vista do desenvolvimento material, sabemos que não há uma escala evolutiva que coloque as comunidades apelidadas de *étnē* forçosamente na condição de entidades primitivas do

⁵⁹¹ Críticas à visão tradicional são encontradas em MORGAN, 2003 e VLASSOPOULOS, 2007.

⁵⁹² GSCHNITZER, 1960, p. 9; TANCK, 1997, p. 14; MORGAN, op. cit., p. 4-10; Sakellariou menciona, além desses, o demos (SAKELLARIOU, 1989, p. 135).

⁵⁹³ MACKIL, 2014, p. 270.

⁵⁹⁴ SNODGRASS, 1980, p. 42.

⁵⁹⁵ Ibid., p. 135.

⁵⁹⁶ *Apud* SAKELLARIOU, 1989, p. 132; Por isso, por exemplo, o nome dos “Estados *póleis*” seria formado a partir da cidade onde as comunidades residiam, enquanto os “Estados *étnē*” derivariam seus nomes de etnônimos regionais (HANSEN, 1996, p. 187 et seq.).

⁵⁹⁷ RZEPKA, 2002, p. 229.

⁵⁹⁸ Essa visão evolucionista aparece também em AUSTIN & VIDAL-NAQUET, 1977, p. 79.

mundo grego. Do ponto de vista terminológico, as expressões *éthnos* e *koinón* também eram usadas pelos gregos para se referir a fenômenos não estatais. Por fim, do ponto de vista conceitual, o termo *éthnos* tinha um conteúdo muito mais vago do que aquele fornecido pelos acadêmicos modernos.

Vejamos, primeiramente, o caso dos *koiná*. Os gregos tinham, de fato, Estados federais, isto é, associações de Estados geridas internamente por representantes federados autônomos e apresentando-se, externamente, como um agente único. O termo *koinón*, entretanto, podia expressar uma instituição desses Estados federados, a assembleia federal, e não forçosamente uma entidade estatal.⁵⁹⁹ Em tratados interestatais, é verdade, a expressão claramente indica uma federação,⁶⁰⁰ mas, apesar disso, é importante lembrar que os *koiná* poderiam ser decompostos em um conjunto de *kómai* (assentamentos dispersos) contendo diversos *éthnē* ou meramente em *póleis* (caso da Confederação da Beócia),⁶⁰¹ fato que afasta qualquer interpretação evolucionista relativamente a esses três alegados tipos de Estado.⁶⁰²

A natureza política do *éthnos* é um tema igualmente controverso na literatura acadêmica. Para muitos especialistas, o *éthnos* corresponderia, na mentalidade grega, a um tipo de Estado (ou entidade política) primitivo, de caráter territorial, com habitantes dispersos em vilas. Ele corresponderia, por exemplo, a regiões como a Acaia, a Élida, a Acarnânia e a Etólia. A existência de tal noção seria comprovada, em especial, por algumas passagens de Aristóteles, pela denominação de Estados territoriais “tribais” como *éthnos* nas fontes antigas e pela oposição, comum nas fontes clássicas, entre *pólis* e *éthnos*. Essa interpretação do *éthnos*, no entanto, é apenas parcialmente sustentável.

Na *Política*, Aristóteles estabelece uma distinção entre a *pólis* e as alianças (*symmachíai*) ou *éthnē* quanto à identidade dos seus componentes fundamentais. Essa passagem, na qual se lê que “a *pólis* difere do *éthnos* quando quer que sua população não esteja dispersa em vilas (*kómai*), mas organizadas como os arcadianos”,⁶⁰³ deu margem à interpretação de que os gregos teriam uma concepção de Estado territorial específica, mais primitiva que a *pólis*. Na realidade, de acordo com o contexto geral da passagem, o que Aristóteles deve ter tentado dizer é que a *pólis* seria formada por uma junção de pessoas de

⁵⁹⁹ RZEPKA, op. cit., p. 232; Cf. também BECK, 1997, p. 11: “Als Bezeichnung für die Bundesstaaten sind in der Forschung auch die aus dem Griechischen übernommenen Begriffe “Koinon”, “Ethnos” und “Sympoliteia” üblich. Der synonyme Gebrauch dieser Termini ist insofern problematisch, als die literarischen Quellen keinen der Begriffe zur exklusiven Charakterisierung der bundesstaatlichen Gemeinwesen verwendeten. Die griechische Terminologie ist im Gegenteil “alles andere als stringent”.

⁶⁰⁰ Ibid., p. 233.

⁶⁰¹ MACKIL, 2014, p. 273.

⁶⁰² MCINERNEY, 2013, p. 468.

⁶⁰³ Arist. Pol. 1261a 27-29.

diferentes tipos, enquanto o *éthnos* poderia ser a junção de unidades do mesmo tipo, isto é, inclusive uma união de *póleis*.⁶⁰⁴ Nesse sentido, o *éthnos* poderia ser formado por *póleis* (uma espécie de federação de cidades-estado) ou por uma população dispersa em *kómai*.

Do ponto de vista terminológico, as dificuldades são ainda maiores. Com efeito, *éthnos* é uma palavra usada para se referir a uma enorme variedade de agrupamentos humanos, sendo tardia a referência a uma organização política. Isso é particularmente verdadeiro de Heródoto, onde encontramos referências ao *éthnos* da Ática,⁶⁰⁵ aos *éthnē* da Beócia e da Calcídia⁶⁰⁶ e inclusive aos *éthnē* do Peloponeso.⁶⁰⁷ Como explica Catherine Morgan, não há um uso consistente do termo *éthnos*, similar àquele que ocorre com o termo *pólis*, antes do período clássico tardio.⁶⁰⁸ Em geral, essa noção é negativa e não indica mais do que o Estado que **não** é uma *pólis*.⁶⁰⁹ Assim, se podemos identificar uma distinção conceitual entre *pólis* e *éthnos* em Aristóteles, o mesmo não é seguro nas fontes anteriores ao final do século V a.C. e, mesmo mais tarde, o conteúdo de *éthnos* não é sempre claro. Um exemplo da complexidade do vocábulo pode ser encontrado na obra *Anábase*, de Xenofonte, onde a palavra *éthnos* é usada para indicar, presumivelmente, as *póleis* de origem dos mercenários gregos. Na passagem em questão, o autor conta que “cada um dos gregos” (ἕκαστοι τῶν Ἑλλήνων) teria se organizado “conforme seu *éthnos*” (κατὰ ἔθνος) e feito “procissões e torneios atléticos”.⁶¹⁰ Assim, mesmo numa obra do século IV a.C., constata-se o uso do termo *éthnos* com um significado mais abrangente do que aquele pressuposto pela interpretação sistemática tradicional.⁶¹¹

Demonstrar que as regiões identificadas como *éthnē* fossem necessariamente mais “primitivas” que as demais é outra dificuldade. Segundo Jonathan Hall,

(...) *ethnos* simplesmente designa uma população (...), não é [algo] mais primitivo por natureza. De fato, seria difícil defender que os *ethne* eram invariavelmente menos desenvolvidos que as regiões nas quais as *póleis* emergiram remotamente. À Acaia, por exemplo, se atribui um papel pioneiro e proeminente na colonização do sul da Itália.⁶¹²

⁶⁰⁴ HANSEN, 1999.

⁶⁰⁵ τὸ Ἀττικὸν ἔθνος (Hdt. 1.57.3).

⁶⁰⁶ ἔθνεα Βοιωτῶν καὶ Χαλκιδέων (Hdt. 5.77.4).

⁶⁰⁷ τὰ δὲ λοιπὰ ἔθνεα τῶν ἐπὶ τέσσαρα ἐπὶ λυδὰ ἐστὶ, Δωριεῖς τε καὶ Αἰτωλοὶ καὶ Δρύοιες καὶ Λήμνιοι (Hdt. 8.73.2): “os quatro povos restantes desses sete são estrangeiros: os Dórios, os Etólios, os Dríopes e os Lêmnios”. Cf. HALL, 1998, p. 34-36.

⁶⁰⁸ MORGAN, 2003, p. 4-10.

⁶⁰⁹ VIMERCATI, 2003, p. 111.

⁶¹⁰ X. An. 5.5.5.

⁶¹¹ Para outros usos de *éthnos* como sinônimo de *pólis*, cf. HANSEN, 1998, p. 25.

⁶¹² HALL, 2007, p. 51.

Ainda quanto ao modelo evolucionista, diz Catherine Morgan que “em vários casos (na Arcádia, por exemplo) é possível reverter a sequência do desenvolvimento sugerida pelo modelo de Gschnitzer”, sem que *Stammstaaten* forçosamente precedessem *Stadtstaaten*.⁶¹³ Por último, é verdade que *pólis* e *éthnos* (organizado em *kōmai*) poderiam ser contrapostos na Antiguidade, mas a palavra *éthnos* tinha um conteúdo muito menos preciso. Na verdade, conforme afirmar Hansen, “*éthnos* era normalmente usado para designar qualquer forma de comunidade política que não fosse propriamente uma *pólis*.”⁶¹⁴ Assim, o par “*póleis kai éthnē*” é usado nas fontes antigas para indicar a totalidade das organizações políticas existentes.⁶¹⁵

Emily Mackil explica que a etnicidade partilhada, uma construção social altamente dinâmica, foi um argumento comum para justificar a cooperação política e a manutenção de Estados federais (*koiná*) na Grécia Antiga.⁶¹⁶ Assim, mitos, santuários e genealogias comuns teriam sido instrumentalizados em diversos casos para promover a integração e cristalizar um sentimento de pertencimento à federação, como no caso dos beócios e dos aqueus.⁶¹⁷ A certa altura, o argumento étnico do *koinón* teria se tornado tão fundamental para a sua manutenção que os próprios termos *éthnos* e *koinón* passariam a ser usados como sinônimos, designando, ambos, a entidade política federada.⁶¹⁸

Assim, ao contrário de *pólis*, *éthnos* era um termo altamente polissêmico na Antiguidade, sem um sentido político consolidado ao menos até o século IV a.C. Mesmo no pensamento sistematizado de Aristóteles, aliás, não é sempre fácil saber qual seria o lugar do *éthnos*. Afinal, segundo o estagirita, uma comunidade com uma população muito numerosa não poderia ter uma *politeía* (constituição) propriamente dita e, além disso, careceria de cargos oficiais comuns e de um objetivo comum.⁶¹⁹ Sem dúvida, contudo, a ideia do *éthnos* como um tipo específico de organização comunitária é parcialmente sustentável na *Política*, onde, segundo Hansen, geralmente há contraste descritivo entre o *éthnos* e a *pólis*.⁶²⁰ Uma leitura sistemática de Aristóteles permite ver, por exemplo, que os *éthnē* são geralmente bárbaros, enquanto as *póleis* são majoritariamente gregas.⁶²¹ Os *éthnē* seriam mais amplos

⁶¹³ MORGAN, 2003, p. 7.

⁶¹⁴ HANSEN, 1998, p. 30.

⁶¹⁵ VIMERCATI, 2003, p. 111-114. E.g., X. An. 3.1.2.

⁶¹⁶ MACKIL, 2014, p. 270-273.

⁶¹⁷ Ibid., p. 272-277.

⁶¹⁸ Ibid., p. 278.

⁶¹⁹ WARD, 2002. p. 17 et seq.

⁶²⁰ HANSEN, 1999, p. 86 et seq.

⁶²¹ Arist. Pol. 1324b 5-22.

territorialmente que a *pólis*.⁶²² A monarquia seria um regime que prevaleceria entre os *étnē* bárbaros, mas que já não era predominante entre as *póleis* gregas.⁶²³ Teríamos, portanto, um tipo de organização associada ao regime monárquico e territorialmente extensa. Ela também seria vinculada aos bárbaros e, por este motivo, poderia carregar uma valoração negativa.⁶²⁴ As exceções à *pólis* helênica são raras, como no caso de Cartago⁶²⁵ e no exemplo complexo da Babilônia.⁶²⁶

Para concluir, portanto, é impossível encontrar uma tipologia sistemática de Estados como *étnos* ou *koinón* nas próprias fontes gregas, pois o *étnos* assume um significado técnico apenas mais tarde e somente em alguns textos gregos, enquanto o *koinón* é um termo formal inequívoco para o Estado federal mormente numa classe específica de documentos oficiais. Os vocábulos *étnos*, *koinón* e *pólis* nunca são apresentados lado a lado como tipos de Estado numa classificação exaustiva produzida pelos próprios gregos clássicos. Isso, é claro, não quer dizer que não pudessem ser denominações para tipos de Estado ou comunidades políticas, segundo a definição de Jellinek, mas tão somente que a classificação tradicional é uma construção puramente moderna. Em segundo lugar, é difícil demonstrar a “estatalidade” de todas essas entidades conforme as concepções antigas, pois o próprio Aristóteles sugere que a associação dos *étnē* não seria propriamente política. Em terceiro lugar, qualquer tentativa de estabelecer um escalonamento evolutivo desses tipos de Estado, como fez Fritz Gschnitzer, está fadada ao fracasso, pois é difícil entrever atraso ou inferioridade cultural das regiões designadas como *étnē*. Além disso, como foi demonstrado, *étnē* poderiam ser compostos por *póleis*, enquanto os *koiná* poderiam ser *étnē* dispersos em *póleis*.

2.2.3 A NOÇÃO DE IMPÉRIO

Se não é fácil optar por uma definição satisfatória de Estado, o mesmo é verdadeiro da noção de império, sendo comum, também aqui, que não haja coincidência significativa entre as diferentes descrições teóricas disponíveis. O império já foi definido, por exemplo, como

⁶²² Arist. Pol. 1276a27-30.

⁶²³ Arist. Pol. 1285b 29-35.

⁶²⁴ Por óbvio, no caso em que não se referisse às comunidades de *póleis* já mencionadas.

⁶²⁵ Arist. Pol. 1273b 12, 1293b 15, 1307a 5, 1316a 34, 1320b 4 (SAKELLARIOU, 1989, p. 282).

⁶²⁶ Arist. Pol. 1276a 28-30 (SAKELLARIOU, op. cit., p. 281).

“um Estado vasto e composto por vários povos”,⁶²⁷ como “um controle efetivo, seja formal ou informal, de uma sociedade subordinada por uma sociedade imperial”,⁶²⁸ ou, finalmente, enquanto “uma grande expansão territorial habitada por uma ampla variedade de povos”.⁶²⁹ A primeira definição, de Maurice Duverger, enfatiza algo que não aparece, ao menos diretamente, nas outras duas, a saber, que o império é um tipo de Estado. Além disso, ela confere peso especial à ideia de diversidade étnica, em harmonia com a descrição de Muldoon, numa acepção que é, atualmente, bastante difundida. A segunda conceituação, de Doyle, por outro lado, prefere equivaler a noção de império ao controle de uma “sociedade política” sobre outras, sem dar muita importância à multiplicidade de povos dominados.

Quanto às espécies de império, a controvérsia não é menos significativa. Os autores falam em exercício de controle formal e informal,⁶³⁰ isto é, um império de domínio direto sobre determinados territórios, geralmente anexados, ou um exercício de poder indireto, em especial por meio de influência política ou cultural sobre regimes legalmente independentes. Por outro lado, há especialistas que, com alguma razão, consideram tal taxonomia improdutiva, pois sugeriria que as modalidades direta e indireta de controle seriam excludentes, o que não ocorre, forçosamente, na prática.⁶³¹

Alguns atributos do império também variam conforme o olhar teórico. Assim, Mario Liverani assevera que é imprescindível para a noção de império a “missão imperial”, a pretensão ao controle universal ou a busca de submissão do mundo inteiro a um mesmo domínio.⁶³² A ideia de “imperialismo”, por sua vez, geralmente atrelada à noção genérica de expansão violenta dos Estados imperiais, é alvo das mais diversas teorias políticas, em especial algumas correntes de interpretação marxista, de Vladimir Lênin a Rosa Luxemburgo, que a atrelam à “fase monopolista” e mais avançada do capitalismo,⁶³³ mas a expressão também é interpretada segundo modelos liberais e realistas.⁶³⁴

Sem dúvida, a polissemia da palavra império, esperada de um termo com tão longa história,⁶³⁵ intimida. Ainda assim, é possível fazer sentido de muitas definições mencionadas considerando-se alguns apontamentos teóricos pertinentes. Na obra *Coerção, capital e Estados europeus*, o especialista Charles Tilly fornece uma descrição organizacional de

⁶²⁷ DUVERGER, 1980, p. 8.

⁶²⁸ DOYLE, 1986, p. 30.

⁶²⁹ MULDOON, 1999.

⁶³⁰ DOYLE, op. cit., p. 30-47.

⁶³¹ RICHARDSON, 2008, p. 2-4.

⁶³² LIVERANI, 2017, 1-9.

⁶³³ PISTONE, 2010, p. 611-621.

⁶³⁴ Ibid., p. 611; 616-621.

⁶³⁵ MATTINGLY, 2011, p. 4-42.

Estado que contribui muito para o debate sobre a noção de império. Para Tilly, que segue, em alguma medida, o pressuposto de Doyle,⁶³⁶ acima, os Estados poderiam ser definidos como

aquelas organizações que aplicam coerção, distintas da família e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios. O termo abrange, portanto, as cidades-estado, os impérios, as teocracias e muitas outras formas de governo, mas exclui como tais as tribos, as linhagens, as firmas e as igrejas.⁶³⁷

Tal definição de Estado, vista em contexto histórico, comporta os processos que levaram à formação de diferentes espécies de organização política, como a cidade-estado, o império e o Estado nacional.⁶³⁸ A mecânica da formação desses diferentes tipos de Estado explicar-se-ia, segundo Tilly, pelas diferentes condições de acumulação e concentração dos meios coercivos e de capital no tempo.⁶³⁹ Essenciais para elucidar o surgimento do império seriam as noções de acumulação e concentração da “coerção” (isto, de “toda aplicação combinada, ameaçada ou real, de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos”).⁶⁴⁰ Em situações de guerra e conquista de territórios, quando os meios de coerção acumulados são baixos, mas muito concentrados nas mãos do governo, os “impérios” teriam emergido.⁶⁴¹ Essa concentração da coerção teria acarretado, por sua vez, a delegação de autoridade longe dos centros, permitindo a manutenção de consideráveis graus de autonomia regional,⁶⁴² ao contrário do que ocorreria nos Estados nacionais.

Em seu estudo do “Império” Ateniense, o historiador Ian Morris adota parcialmente a ideia de Tilly ao aceitar que impérios e Estados nacionais sejam figuras de um mesmo fenômeno genérico (Estado), na medida em que se expressam como organizações coercitivas hierarquizadas.⁶⁴³ Ao contrário de Tilly, entretanto, e inspirando-se em Finley, Morris escolhe como outro eixo de análise, a percepção de pertencimento coletivo em um Estado. Nessa perspectiva, Estados nacionais seriam caracterizados por uma sensação de identidade entre governantes e governados, enquanto impérios seriam marcados por uma relação de

⁶³⁶ TILLY, 1996, p. 244.

⁶³⁷ Ibid., p. 46, tradução de Geraldo Gerson de Souza.

⁶³⁸ Ibid., p. 47.

⁶³⁹ Ibid., p. 63 et seq.

⁶⁴⁰ Ibid., p. 67.

⁶⁴¹ Ibid., p. 69.

⁶⁴² Ibid., p. 68-74; 238-239.

⁶⁴³ MORRIS, 2009, p. 99-104.

estranhamento entre ambos.⁶⁴⁴ Em decorrência disso, Morris se recusa a aceitar que o domínio ateniense, etnicamente homogêneo, representasse um império em sentido estrito, embora estivesse a caminho de se tornar um, denominando-o, antes, “Grande Estado Ateniense”, a fim de diferenciá-lo dos impérios multiétnicos como o aquemênida.⁶⁴⁵

Na presente tese, o império será entendido como um tipo de Estado, da forma como expõem Tilly e Duverger. Assim, sem perder de vista que o Estado antigo era diferente do Estado moderno quanto à burocratização e centralização da coerção e de sua administração,⁶⁴⁶ admitiremos que tanto as cidades-estado, quanto os impérios e os Estados nacionais eram expressões de um mesmo fenômeno e, nesse sentido, o império deve se relacionar com as categorias de povo, território e poder, ainda que de forma peculiar. No entanto, conferiremos especial importância a um elemento invocado por Doyle e Morris na definição de império, qual seja, a diversidade étnica desta entidade. É extremamente importante, assim, destacar que o império está fundamentalmente atrelado a uma questão de identidade. Se a extensão territorial cumpre um papel na definição deste tipo de Estado, sendo, em geral, muito difícil precisar um limite concreto como condição do “extenso”, também é claro que a variedade de povos sob domínio coercitivo é essencial para a sua caracterização. Sem dúvida, ademais, falar de império envolve considerar a noção de imperialismo e, como afirma Liverani, a chamada “missão imperial”. É um atributo característico dos impérios a sua pretensão de extensão contígua à orbe terrestre, ainda que dificilmente concretizável. É também comum à maioria dos impérios antigos a adoção de uma política expansionista agressiva sobre territórios vizinhos, em contínua extensão de seu poder original. O uso do termo “imperialismo”, em sentido lato, para descrever esse processo, parece plenamente justificável.

Por fim, se o império, ao contrário do Estado, abarca diversos povos e, por conseguinte, não se baseia num vínculo horizontal entre seus membros, mas na hierarquia entre dominadores e dominados, isso significa que ele é mais bem representado por um domínio exercido sobre territórios extensos, daí decorrendo, indiretamente, sua relação com os povos dominados. O Estado nacional se identifica, em geral, com a coletividade de cidadãos, enquanto o império, por sua natureza heterogênea, encontra o vínculo de unidade no território ou na autoridade política que a todos submete. Parece claro que da natureza do conceito decorre uma especificidade, que é a relação meramente indireta com a realidade pessoal deste ente político. O povo de um Estado moderno está geralmente unido por uma

⁶⁴⁴ MORRIS, 2009, p. 129-131.

⁶⁴⁵ Ibid., p. 132-134.

⁶⁴⁶ Para as definições de Estado moderno e suas peculiaridades, cf. FLORENZANO, 2007, p. 11-39.

identidade política ou cultural comum, por um status partilhado que permite a manutenção de um vínculo identitário entre seus membros. Isso não acontece dentro de um império, onde apenas a submissão jurídica ou de fato nos limites de um território a um mesmo poder pode aproximar partes tão distintas. Assim, ao identificar o conceito de império, é natural que nos deparemos principalmente com as noções de território e governo, ou que pensemos na coletividade dominante, sem sequer imaginar os nomes dos diferentes povos submetidos.

CAPÍTULO 3: O IMPÉRIO PERSA AQUÊMÊNIDA

Ocupados em examinar discursos sobre o “outro” na Antiguidade, temos, não raro de forma injustificada, ignorado os discursos destes mesmos “outros”, negando-lhes agência na história do encontro com os gregos e latinos.⁶⁴⁷ Ainda se pensa, de uma forma ou de outra, que a tradição acadêmica ocidental remonta aos clássicos, estando assim numa posição mais confortável para interpretar suas obras e lamentar seus erros.

Esse fenômeno poderia ser ilustrado pelo caso da “Índia Antiga”, sobretudo no período helenístico. Durante o século XIX, quando a Índia esteve sob domínio colonial britânico, os historiadores europeus, percebendo-se herdeiros da tradição clássica, construíram uma narrativa “orientalista” do passado Indo-Grego que enfatizava o papel pretensamente preponderante e civilizador da matriz helenística.⁶⁴⁸ No século seguinte, que assistiria à independência da Índia e à ascensão da literatura pós-colonial, permaneceu a subsunção, expressa ou implícita, dos reinos Indo-Gregos ao modelo de dominação colonial moderno, desta vez sob uma roupagem negativa: os gregos antigos seriam “colonizadores” e exploradores à maneira britânica.⁶⁴⁹

Só que os antigos gregos não eram britânicos, nem sua presença no Oriente fora colonial. Assim, quando nos ocupamos dos preconceitos antigos como se fossem um prenúncio do discurso colonial moderno, estamos talvez pressupondo a mesma filiação ideológica que orientou as perspectivas históricas e sociológicas dos séculos XIX e XX. E, na tentativa de romper com práticas sabidamente lesivas de um passado não muito distante, mantemo-nos atrelados a uma tradição igualmente enganosa. Do que decorre, em suma, que não estamos necessariamente mais qualificados a julgar gregos e romanos do que para julgar persas e partos.

O caso da historiografia antiga é igualmente pertinente nesta seara. Em um de seus célebres ensaios, o autor piemontês Arnaldo Momigliano chegou a especular sobre o significado do ambiente político e cultural aquemênida para o desenvolvimento do gênero

⁶⁴⁷ Evidentemente, com algumas exceções, cf. ROLLINGER, 2010, p. 202-212. As reflexões introdutórias deste capítulo foram primeiramente formuladas no trabalho “a representação da Índia e dos indianos em Heródoto e Nonnus de Panópolis”, realizado para a avaliação da disciplina de pós graduação “Homero, Hesíodo, Teócrito, e a Recepção da Poesia Grega nos Impérios Romano e Bizantino” (FLC6176-1), ministrada pela professora Luise Frenkel, em 2013.

⁶⁴⁸ MAIRS, 2006, p. 20-22

⁶⁴⁹ Ibid., p. 22-24.

historiográfico, aproximadamente na mesma época, entre os súditos gregos e judeus.⁶⁵⁰ Os persas, sabemos, não nos legaram fontes narrativas sobre sua própria história, mas Momigliano pensava que nossa ignorância acerca da existência dessas fontes não seria motivo suficiente para confirmar sua ausência entre os aquemênidas.⁶⁵¹ Na verdade, esse especialista acreditava na presença de abundantes indícios e evidências indiretas conduzindo à suposição contrária. Nas palavras do próprio Momigliano, “eles [os persas] tinham sua própria historiografia, seja em persa, seja em aramaico”⁶⁵² e, para provar isso, mencionava evidências como as referências de Ester,⁶⁵³ Esdras⁶⁵⁴ e Diodoro,⁶⁵⁵ bem como o testemunho direto da inscrição de Behistun.⁶⁵⁶

Pierre Briant, um dos mais ilustres historiadores da Pérsia aquemênida, refutou categoricamente essa hipótese em seu maior livro de síntese sobre o assunto. Para Briant, “o grande rei e os persas deixaram aos outros o controle de sua memória histórica”.⁶⁵⁷ Assim, a ausência de documentos narrativos historiográficos persas não seria resultado de uma carência presente, provocada pela inevitável seleção do acaso e do tempo, mas sim um sinal da inexistência, entre os persas, dessa tradição escrita.⁶⁵⁸ Na opinião de Briant, o redator de Esdras em 4:15 estaria se referindo aos arquivos administrativos aquemênidas, Diodoro representaria uma tradição tardia e duvidosa e, por fim, a inscrição de Behistun configuraria uma exceção “parcial” à regra.⁶⁵⁹

E por que a inscrição de Behistun não seria um exemplo de história, ou historiografia, em sentido mais preciso? Se alguns, como Eran Almagor, mantêm *en passant* que a inscrição é excepcional enquanto relato histórico,⁶⁶⁰ tal fato não parece autorizar uma classificação sob a categoria da história. Os motivos não são sempre claros. Para autores como John Van Seters, a história, em sentido estrito, dependeria de uma identidade coletiva, nacional, e os textos orientais, centrados na figura do rei, seriam meramente “historiográficos”.⁶⁶¹ Para François Hartog, se os orientais tinham história e historiografia, eles não tinham historiador.

⁶⁵⁰ MOMIGLIANO, 2004, p. 21.

⁶⁵¹ Ibid., 23-24.

⁶⁵² Ibid., p. 23, tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano.

⁶⁵³ Est. 6:1.

⁶⁵⁴ Ezr. 4:15.

⁶⁵⁵ D.S. 2.33.4.

⁶⁵⁶ MOMIGLIANO, loc. cit.

⁶⁵⁷ BRIANT, 1996, p. 15.

⁶⁵⁸ BRIANT, loc. cit.

⁶⁵⁹ BRIANT, loc. cit.

⁶⁶⁰ ALMAGOR, 2017, p. 26.

⁶⁶¹ SETERS, 2008, p. 20-25.

Este teria surgido, enquanto figura subjetiva, apenas na Grécia Clássica, com Heródoto.⁶⁶² Existem, é claro, aqueles que alargam os limites dos gêneros e admitem que tenha existido uma historiografia oriental, sobretudo no caso de alguns documentos ominosos mesopotâmicos,⁶⁶³ mas a maioria dos autores se esquivava do problema ao delimitar seu objeto como historiografia “grega” ou “latina”.⁶⁶⁴

De fato, seria pretensioso emitir uma avaliação sobre o lugar da literatura persa na história da historiografia antiga sem conhecimento de causa. Trabalhos comparativos desse porte geralmente exigem um esforço fenomenal. Além disso, a carência de evidências diretas no caso persa convalida a prudência da corrente majoritária.

De outro lado, é verdade que os orientais são descritos, num ramo particularmente sensível da tradição ocidental, a História, em termos de uma série de ausências: não fazem história nacional, não possuem historiador e, é evidente, não inauguraram um gênero equivalente, em absoluto, à historiografia grega. Mas seria talvez muito ousado supor que tenham trazido algo de novo (e típico) para esta tradição clássica que se desenvolveu sob seu domínio e que lhes é ulterior?

Dentro da própria historiografia grega, há uma grande variedade de métodos e concepções que é conhecida e inegável.⁶⁶⁵ Por sua vez, as inscrições reais possuem muitos pontos em comum com o gênero clássico. A inscrição de Behistun, por exemplo, expressa pretensão de objetividade mediante estratégias retóricas específicas,⁶⁶⁶ adota temática política e militar, vale-se amiúde de autópsia,⁶⁶⁷ confessa propósitos didáticos⁶⁶⁸ e demonstra algum interesse “etnográfico”.⁶⁶⁹ Não são essas as características metodológicas distintivas encontradas em Tucídides, Heródoto e Políbio? De fato, compreendendo-se as noções de verdade, identidade e poder no Oriente, sem recorrer a cotejamentos superficiais dos textos orientais com as fontes clássicas, a comparação poderia ser mais esclarecedora. Ou, dito de outra forma, os gêneros persa e grego deveriam ser analisados dentro de seus respectivos sistemas culturais, a fim de evitarmos a coincidência altamente suspeita do critério identificador da “História” com as categorias de Oriente e Ocidente.⁶⁷⁰

⁶⁶² HARTOG, 2011, p. 34; 40; 45-46.

⁶⁶³ No caso da literatura ominosa mesopotâmica, cf. FINKELSTEIN, 1963. Cf., no entanto, NEUJAHR, 2012, p. 89-92.

⁶⁶⁴ MARINCOLA, 2009; DARBO-PESCHANSKI, 2007.

⁶⁶⁵ HARTOG, op. cit., p. 45-117.

⁶⁶⁶ Cf. DB § 16; § 56-58; etc.

⁶⁶⁷ Muitas vezes narrando eventos dos quais tomaram parte os próprios reis-narradores.

⁶⁶⁸ Cf. DB § 55. A obra de Tucídides, afinal, não é uma “aquisição para a eternidade”?

⁶⁶⁹ Como no caso dos “tigraxaudā sakā”, os citas de chapéu pontudo em DNa, §3 e outras inscrições.

⁶⁷⁰ Sem dúvida, as disciplinas que estudam os povos do Antigo Oriente Próximo foram justamente criticadas por seu caráter enviesado e etnocêntrico, tendo sido marcadas por muitas décadas de promiscuidade com o poder

Todos esses apontamentos exemplificam a multiplicidade de pré-concepções e entraves que permeiam as pesquisas acadêmicas sobre as relações entre as “civilizações clássicas” e os “outros”. Os problemas que representam são desafios inerentes a uma pesquisa sobre o Império Persa nas fontes gregas e, portanto, é preciso ter sempre em mente as armadilhas legadas por uma antiga tradição acadêmica sobre os estudos do Oriente, seja pelo viés do orientalismo, seja pela literatura pós-colonial, tentando evitar a ambas. Sem dúvida, esse empreendimento não é fácil ou simples, mas é absolutamente necessário em qualquer tese que se proponha a descrever a Pérsia Antiga.

No primeiro capítulo desta tese, discutimos brevemente a hipótese de Raaflaub sobre a importância da ideia persa de império na construção de seu homólogo ateniense do século V a.C.⁶⁷¹ Essa hipótese, contudo, só faz sentido à luz do estudo dos discursos imperiais (da “ideologia” ou da “propaganda”)⁶⁷² dos próprios aquemênidas e de seus antecessores. Que ideia faziam estes de seus impérios? Que discurso veicularam sobre a realeza, e que aparato terminológico e conceitual empregaram para descrever seu domínio sobre povos distintos? Subsidiariamente, como efetivamente constituíram e articularam suas estruturas imperiais? Teriam erigido um edifício político capaz de promover, por sua própria existência, a consciência de algo inteiramente novo? E como Heródoto os percebeu? As respostas a tais perguntas podem elucidar os usos de seus alegados correspondentes gregos e latinos.

político e instrumentalização pelas potências coloniais, como denunciado por Edward Said. Ao longo dos últimos séculos, o orientalismo se manifestou, por exemplo, por meio da imposição das perspectivas clássicas às realidades asiáticas ou graças à sobrevalorização das informações legadas pela antiguidade clássica “europeia” na escrita da história próximo-oriental. Por muito tempo, ademais, tal narrativa histórica foi interpretada como uma sucessão de reinos despóticos, bárbaros e economicamente estagnados, em parte graças às descrições enviesadas de gregos e romanos, inimigos militares dos persas aquemênidas, arsácidas e sassânidas. Mesmo após a descoberta de numerosas fontes orientais, com as escavações dos séculos XIX e XX, o saber acadêmico europeu continuou a privilegiar as interpretações greco-romanas sobre o “Outro”. Sendo tais interpretações peças de propaganda política ou relatos sujeitos a distorções ideológicas, aprofundou-se, naturalmente, o abismo entre as enunciações ocidentais e orientais sobre a História. Mogens Trolle Larsen, em um artigo sobre o orientalismo, demonstra como o saber acadêmico sobre o Oriente (a “aparentemente inocente” assiriologia) não apenas foi moldado pelo contexto político de sua constituição como também participou ativamente dele (LARSEN, 1987, p. 112). O pensamento nacionalista, imperialista e antissemita alemão, por exemplo, foi componente estruturante de diversas interpretações acerca da documentação oriental. O alemão Friedrich Delitzsch, que em suas conferências sobre o Antigo Testamento, na primeira metade século XX, destacava a suposta dependência cultural israelita em relação às “civilizações” vizinhas, é um exemplo notável da proximidade entre ideologia e ciência na formação da assiriologia. Steven W. Holloway examinou os estreitos liames entre conhecimento e política no período formativo da assiriologia (HOLLOWAY, 2007, p. 27). Em especial, Holloway demonstra a recorrência da temática de um embate entre Oriente e Ocidente no pensamento político da Europa moderna e contemporânea. A clivagem binária entre os persas despóticos, de um lado, e os gregos “livres”, de outro, reforçada pela obra autores como Montesquieu, foi alimentada pelos conflitos internacionais revividos, por exemplo, em períodos de colonialismo ou de embate com o Império Otomano (cf. GROSCHARD, 1988). Somando-se a esse imaginário as representações bíblicas, adotadas pelas civilizações ocidentais como referências históricas primárias, o estudo das realidades orientais se viu marcado por tendências helenocêntricas ou judeocêntricas determinantes.

⁶⁷¹ RAAFLAUB, 2009, p. 114; Cf. também GARCÍA SANCHEZ, 2009, p. 72.

⁶⁷² Evitarei o uso indiscriminado desses termos por considerá-los problemáticos.

Neste capítulo, portanto, a evidência oriental para a noção de império será abordada em seus próprios termos. Para começar, discutiremos brevemente os discursos imperiais de outros povos orientais (3.1). Assírios, babilônios e hebreus conheciam o domínio “universal” e poder-se-ia esperar que tivessem elaborado um aparato terminológico ou conceitual peculiar para descrevê-lo.⁶⁷³ A seguir, um tópico essencial da presente tese, abordaremos a terminologia persa, em especial os substantivos *bumi-*, *xšaça-* e *dahyu-*, com destaque para outras formas da retórica imperial, como a iconografia persa (3.2). Por fim, será avaliada a natureza institucional de três entidades orientais descritas por Heródoto, numa breve contextualização histórica (3.3).

3.1 O PRIMEIRO QUE DISSE

O termo latino *imperium*, do qual resultou nosso império, tem uma história complexa na Antiguidade. No final do século III a.C. e ao longo do século II a.C., denotou especificamente, em sentido técnico, a autoridade ou poder de magistrados e promagistrados de Roma, entre os quais se incluíam o edil, o cônsul, o ditador e o pretor.⁶⁷⁴ No período tardo-republicano, passa a designar Roma enquanto ente estatal ou o poder internacional do povo romano.⁶⁷⁵ Por fim, a partir de Augusto, o termo adquire uma conotação territorial.⁶⁷⁶ A concentração do *imperium* nas mãos de uma só pessoa, o *princeps*, foi, segundo Richardson, fundamental para essa mudança de significado.⁶⁷⁷

Roma configura o caso mais evidente de um império territorial antigo e, assim, sua história e sua nomenclatura têm atraído historicamente um reconhecimento especial.⁶⁷⁸ Antes dos romanos, contudo, existiram entidades que poderiam ser lícitamente chamadas de impérios, como a Pérsia, a Babilônia e a Assíria. Antes de estudar, portanto, a nomenclatura grega e latina para designar os impérios orientais, seria frutífero conferir alguma atenção aos discursos sobre o poder elaborados pelos próprios impérios mesopotâmicos.

⁶⁷³ Como um não-especialista em Assíria (e acadiano) e Elam, evitarei comentários mais detalhados sobre seus domínios imperiais, de tal sorte que dependerei, em grande medida, da historiografia especializada.

⁶⁷⁴ RICHARDSON, 2008, p. 10-62.

⁶⁷⁵ Ibid., p. 63-116.

⁶⁷⁶ Ibid., p. 117-145.

⁶⁷⁷ Ibid., p. 117; 143-145.

⁶⁷⁸ Cf. MATTINGLY, 2011, p. 3-42.

3.1.1 IMPÉRIO NEOASSÍRIO

O caso da Assíria merece atenção, em primeiro lugar, devido ao seu pioneirismo histórico⁶⁷⁹ e, em segundo lugar, em razão de sua profunda influência sobre as ideias imperiais dos aquemênidas. Sua história é geralmente dividida, mediante critérios linguísticos modernos, entre o período Assírio Antigo, Assírio Médio e Neoassírio (ou Assírio Tardio). Este último é o que mais nos interessa.⁶⁸⁰

Em meados do século XI a.C., o Reino Assírio Médio, centrado no Tigre superior, passou por uma fase de declínio econômico e político geral, normalmente associado pelos especialistas a movimentos migratórios massivos e condições climáticas adversas.⁶⁸¹ No final do século X a.C., quando novamente se tem acesso a fontes escritas para a história da região, o cenário geopolítico havia se degradado consideravelmente, com aferíveis crises nas principais potências mesopotâmicas e a desapareção de antigos impérios. Nesse momento, ao recobrar alguma capacidade econômica e militar, a Assíria torna a expandir-se militarmente sobre territórios anteriormente detidos pelo Médio Império Assírio,⁶⁸² em especial durante os reinados de Ashur-dan II, Adad-nirari II e Tukulti-ninurta (934-884 a.C.).⁶⁸³ Esse foi um período de consolidação do controle assírio sobre territórios antigos que presumivelmente haviam se rebelado durante um momento de crise prolongada, sem, contudo, envolver uma anexação imediata dessas regiões. Mais tarde, durante o reinado de Assurnasirpal II (883-859 a.C.), a Assíria passa a criar guarnições e postos avançados em locais mais afastados do seu núcleo original, geralmente subordinando Estados vizinhos ao pagamento de tributos mediante a celebração de tratados de vassalagem.⁶⁸⁴ Durante o reinado de Salmanaser III (858-824 a.C.), o império submete também alguns Estados do norte da Síria e da Palestina à condição de clientes, além de interferir na política da Babilônia num momento de crise dinástica. Em todo esse período, não há continuidade da administração assíria sobre os territórios tributários, que são controlados, como veremos abaixo, através de um sistema de “rede”, com alternância de guarnições, Estados clientes e instituições provinciais originalmente esporádicas.

⁶⁷⁹ Como não há consenso sobre a natureza imperial dos domínios acadiano ou paleobabilônico.

⁶⁸⁰ A influência da Assíria sobre a arte e os protocolos de corte aquemênidas é inequívoca, mas explicá-la é um tanto difícil. Cf. ROAF, 2003, para as principais hipóteses.

⁶⁸¹ BEDFORD, 2009, p. 40.

⁶⁸² Ibid., p. 39-41.

⁶⁸³ Ibid., p. 40-41.

⁶⁸⁴ Ibid., p. 41-42.

A história do Império Neoassírio sofre uma reviravolta durante o período compreendido pelo reinado de Samsiade V (824-811 a.C.), especialmente em razão de uma querela entre este e seu irmão, Ashur-da'in-apli, durando seis anos e resultando em grande instabilidade.⁶⁸⁵ O reinado subsequente de Adad-Nirari III (810-783 a.C.), com intervenções pontuais na Babilônia, demonstra que o império ainda mantinha considerável autoridade no plano internacional, embora a fragmentação em âmbito doméstico se observe até o fim do governo de Ashur-nirari V (754-745 a.C.).⁶⁸⁶ Tiglate-Pileser III (744-727 a.C.), um provável usurpador, põe fim à desagregação e reorganiza o centro do império com sucesso, além de derrotar os inimigos da Assíria, como Urartu, num período excepcionalmente breve.⁶⁸⁷ Mais tarde, outro usurpador, Sargão II (721-705 a.C.), continua o processo de centralização encetado por Tiglate-pileser III, com a repressão das últimas resistências no corredor sírio-palestino, a construção de uma nova capital em Dur-Sharrukin (Khorsabad), a provincialização dos Estados neo-hititas e algumas intervenções na Babilônia.⁶⁸⁸ O império encontra seu apogeu nos reinados de Senaqueribe (705-681 a.C.), Assaradão (681-669 a.C.) e Assurbanípal (668-627 a.C.), quando há repressão e reorganização do domínio assírio na Babilônia, grandiosas atividades edilícias em Nínive e uma série de expedições exitosas contra o Egito (em que pese a brevidade do controle efetivo dos assírios sobre esse país).⁶⁸⁹ Nesse período, de máxima extensão, o Império Neoassírio dominou um território que compreendia a área entre a cordilheira de Zagros e o Levante, parte do Egito e o sudeste da Anatólia.⁶⁹⁰ Surpreendentemente, o império sofreria uma queda abrupta, pouco depois, nas mãos dos caldeus e dos medos (609 a.C.).⁶⁹¹

Ao longo dessa trajetória, os assírios criaram um Estado militarista e o maior império visto até então no Oriente Próximo. Eles veicularam um discurso áulico, no qual seu rei era tido como um representante terreal do deus Ashur, com atribuições judiciais, militares e administrativas.⁶⁹² Como núcleo da retórica imperial assíria, emergiu a identificação de seu domínio a um projeto divino, de escopo universal.⁶⁹³ A partir de então, qualquer resistência a seu império e a suas exigências fiscais passou a ser vista como uma afronta à própria vontade

⁶⁸⁵ LIVERANI, 2016, p. 643.

⁶⁸⁶ Ibid., p. 643-645.

⁶⁸⁷ Ibid., p. 647.

⁶⁸⁸ Ibid., p. 651-653.

⁶⁸⁹ Ibid., p. 655-661.

⁶⁹⁰ BEDFORD, 2009, p. 30; KUHRT, 2002, p. 473.

⁶⁹¹ Ibid., p. 39; 44-47.

⁶⁹² Ibid., p. 35; KUHRT, op. cit., p. 505-507;

⁶⁹³ LIVERANI, op.cit., p. 677-680.

divina.⁶⁹⁴ Os reis, idealizando um domínio coextensivo com a terra, empreenderam uma expansão contínua, na tentativa de emular a ordem cósmica no mundo dos mortais.⁶⁹⁵

Uma série de estruturas administrativas foi criada para viabilizar o Império Assírio, cujo fundamento econômico principal era um aparato de arrecadação tributária coercitivo. Seja pelo uso imediato da força, seja pela ameaça de fazê-lo, os assírios obtinham de povos submetidos o pagamentos de tributos em metais, produtos e corveias. Essa estrutura foi, em grande medida, preservada pelos sucessores aquemênidas. Além disso, os assírios exerciam um controle estrito sobre todas as esferas da economia, deportando populações inteiras para campos esvaziados, concentrando a propriedade da terra e detendo monopólio sobre a mineração.⁶⁹⁶

O controle assírio das populações submetidas, geralmente descrito em duas fases, foi direto e indireto ao mesmo tempo.⁶⁹⁷ Numa faixa territorial que corresponderia às áreas do Médio Império Assírio, estabeleceu-se um domínio provincial, ao qual se deu o nome de *māt Ashur*, ou “terra de Ashur”, com presença assíria e funcionários regulares responsáveis por sua administração.⁶⁹⁸ Na faixa externa, os assírios celebraram tratados e sujeitaram entidades autônomas ao pagamento de tributo. A partir do reinado de Tiglate-pileser III, contudo, os assírios promoveram também uma “provincialização” de regiões anteriormente autônomas,⁶⁹⁹ talvez em razão do fracasso em mantê-las subordinadas em meio à influência de vizinhos poderosos.⁷⁰⁰

A fim de melhor compreender a realidade e disposição do poder assírio, um modelo de “império em rede” foi avançado por Mario Liverani.⁷⁰¹ Segundo esse autor, o velho paradigma do império territorial, caracterizado pela expansão progressiva e centrífuga, não seria suficiente para explicar o modelo neoassírio de conquista e de controle até o século VIII a.C., uma vez que não havia continuidade territorial e administrativa entre as zonas de influência assíria. A estratégia assíria de dominação se caracterizava, originalmente, pela criação de postos avançados, em áreas estratégicas, ao lado de territórios tributários autônomos e vizinhos hostis. Dessa forma, territórios isolados de controle direto se alternavam, por exemplo, com territórios governados autonomamente. Esse modelo se aproxima da figura de uma rede com vários nós, sem contiguidade territorial. Assim, é

⁶⁹⁴ BEDFORD, op. cit., p. 47-49.

⁶⁹⁵ LIVERANI, 2017, sobretudo introdução e capítulo 1: *Dio lo vuole*.

⁶⁹⁶ BEDFORD, 2009, p. 37-38; LIVERANI, 2016, p. 663-668.

⁶⁹⁷ LIVERANI, op. cit., p. 671-677.

⁶⁹⁸ BEDFORD, op. cit., p. 42.

⁶⁹⁹ LIVERANI, op. cit., p. 673.

⁷⁰⁰ BEDFORD, op. cit., p. 45; LIVERANI, op. cit., p. 647.

⁷⁰¹ Ibid., p. 42; LIVERANI, 1988.

possível ver que muitas campanhas assírias se destinavam ao fortalecimento dos “nós” (os postos avançados), mas em locais de prévia presença assíria ou controle tênue, sem acarretar um acréscimo progressivo de território.⁷⁰² No entanto, como admite o próprio Liverani, o modelo de império territorial passa a ser adequado a partir das últimas décadas do império:

A sequência é formada segundo o modelo do império tardio, que **tinha um caráter territorial claro** e que irá assumir, na segunda metade do século VIII a.C., uma organização por províncias. Nesse período, mais tardio, o processo de submissão ocorre por meio de fases de pilhagem, eventual pagamento de tributo, tributo regular e relegação a uma província. Nesse processo, toda a zona ou Estado nativo é **territorialmente homogêneo**, como é a Assíria.⁷⁰³

A titulatura real assíria está intimamente atrelada à sua retórica imperial. O rei se apresenta, em alguns casos, como “rei dos reis” (*šar šarrāni*) ou “senhor dos reis” (*bēl šarrāni*), expressão que indica seu controle sobre outros governantes e, portanto, sobre outras entidades políticas. Ele é, ainda, o “grande rei” (*šarru rabû*) e o “senhor dos países” (*bēl mātāte*). Ele governa os quatro cantos do mundo, de mar a mar, e o território que vai “do nascer ao pôr do sol”.⁷⁰⁴ Esse conjunto de designações oficiais nada mais é do que uma lembrança constante do papel do rei enquanto chefe de uma entidade que abrange o mundo inteiro, à semelhança do que ocorre no plano cósmico. Não por acaso, ela serviu de inspiração à própria titulatura aquemênida, como em *xšāyaθiya vazaṛka* (grande rei), *xšāyaθiya xšāyaθiyānām* (rei dos reis) e *xšāyaθiya dahayunām* (rei dos países).⁷⁰⁵

Os assírios, portanto, parecem representar o primeiro exemplo bem acabado de uma retórica imperial, revestindo seus mecanismos de conquista e exploração com um discurso de legitimação de ordem religiosa. Eles adotaram, ao mesmo tempo, títulos que expressam pretensões de domínio universal, alguns antigos e outros mais inovadores. Apesar disso, parece que a expressão *māt Ashur* foi o mais perto que se chegou de uma denominação imperial. Essa expressão, contudo, apresenta algumas limitações. Ela frequentemente designa a própria Assíria em sentido estrito, com os territórios formalmente anexados, e é duvidoso

⁷⁰² LIVERANI, 1988, p. 84-86.

⁷⁰³ Ibid., p. 84-85 (nossos grifos).

⁷⁰⁴ Id., 2017, sobretudo capítulo 10: *la titolatura reale*.

⁷⁰⁵ A respeito da titulatura real persa, seus significados e sua relação com Urartu e a Assíria, cf. TANCK, 1997, p. 217-230. Cf. também WIESEHOFER, 2001, p. 29-30; ROAF, 2003, p. 13-22. O uso do genitivo em “rei dos reis” deve significar uma posição hierárquica.

que tenha regularmente denotado o império inteiro em sentido orgânico. Por fim, recorde-se que seu sentido é precipuamente territorial. Essa limitação da concepção de império talvez se explique pela natureza do imperialismo assírio em rede, acima examinado, que teria inibido a percepção da soma de regiões sob controle real como um todo orgânico, pelo menos até as últimas décadas do império. Assim, como veremos, parece que uma inovação significativa na descrição do espaço imperial se deverá, em particular, aos aquemênidas, mais tarde.

3.1.2 IMPÉRIO NEOBABILÔNICO

Além do Império Assírio, outro conhecido antecessor dos aquemênidas foi o Império Neobabilônico, vinculado a uma longa e antiga tradição política mesopotâmica. Durante o século VIII a.C., a região da Babilônia enfrentou várias intervenções, calamidades e disputas internas, passando finalmente ao controle assírio no século VII a.C. No século VI a.C., a região adquire autonomia, herda parte do antigo Império Neoassírio e passa a empreender campanhas na Palestina e no Elam.⁷⁰⁶ Infelizmente, nosso conhecimento sobre a administração desse império é bastante limitado e, além disso, suas características principais nos informam pouco sobre a natureza específica dos grandes impérios orientais.

A história do Império Neobabilônico se inicia com sua “liberação” da Assíria no final do século VII a.C. Até então, a região, caracterizada pela convivência e conflito entre as comunidades dos velhos centros urbanos, as tribos caldeias e as tribos dos arameus,⁷⁰⁷ havia estado sob controle estrangeiro, frequentemente contestado em rebeliões violentas.⁷⁰⁸ A postura assíria em relação à Babilônia oscilou entre a devastação e a brutalidade de Senaqueribe,⁷⁰⁹ de um lado, e a política conciliatória de Assaradão, de outro.⁷¹⁰ O primeiro, ao reagir a uma rebelião regional, destruiu e saqueou os templos locais, levando embora a estátua do deus Marduk, principal deidade do panteão babilônico.⁷¹¹ O último, por outro lado, se engajou na reconstrução de estruturas locais e na restauração de altares e templos, inclusive com a devolução da estátua de Marduk à Babilônia.⁷¹² Uma visão panorâmica permite constatar que a situação da Babilônia estava longe de viabilizar qualquer pacificação a longo

⁷⁰⁶ KUHRT, 2002, p. 573.

⁷⁰⁷ Ibid., p. 575.

⁷⁰⁸ Ibid., p. 576-589.

⁷⁰⁹ Ibid., p. 582-585.

⁷¹⁰ Ibid., p. 586-589.

⁷¹¹ Ibid., p. 586.

⁷¹² Ibid., p. 587.

prazo. No reinado de Assurbanípal, por exemplo, uma rebelião de Shamash-shum-ukin, seu irmão e governador da Babilônia, resultou numa violenta guerra civil entre 652 e 648 a.C.

Em 626 a.C., ascendeu ao trono da Babilônia um (suposto) general do rei assírio, chamado Nabopolassar, que, apesar de enfrentar grande resistência interna, sobretudo em cidades como Uruk e Nippur, obteve êxito na unificação local e procedeu à invasão e eventual conquista da Assíria no final do século VII a.C.⁷¹³ Após a destruição da Assíria, os babilônios se tornaram alvo militar dos egípcios, contra os quais o filho de Nabopolassar, Nabucodonosor (604-562 a.C.), obteve mais de uma grande vitória, consolidando parcialmente a fronteira do recém conquistado império. Ao longo do reinado de Nabucodonosor, os babilônios asseguraram o domínio de regiões cobiçadas pelos egípcios, sobretudo no corredor sírio-palestino, com a conquista de Jerusalém e algumas cidades fenícias.⁷¹⁴ Nabucodonosor também enfrentou formidáveis inimigos no Elam⁷¹⁵ e centrou esforços administrativos em construções monumentais na cidade da Babilônia, a partir de então eternizada no imaginário de viajantes por sua beleza excepcional.⁷¹⁶ Com a morte de Nabucodonosor II, sucederam-se no trono da Babilônia rapidamente três reis, Evil-Marduque, Neriglissar e Labashi-Marduque, todos mortos em conflitos palacianos e complôs que geraram instabilidade até a ascensão de Nabonido.⁷¹⁷ O reinado deste último foi marcado por um programa de construções e de um discurso de legitimação voltado a assegurar seu poder num contexto de ruptura dinástica.⁷¹⁸ Nabonido se engajou também em campanhas na Arábia por um longo período durante o qual a Babilônia foi administrada pelo herdeiro aparente, Baltazar.⁷¹⁹ Finalmente, a Babilônia foi conquistada por Ciro, o Grande, que iniciou uma campanha difamatória contra Nabonido em busca de sua própria legitimação, imputando àquele rei a subversão da religião local e uma prolongada ausência.⁷²⁰ A historiografia moderna aceitou, acriticamente, a propaganda de Ciro, mas a realidade foi quiçá diferente.

Como no caso dos outros reis mesopotâmicos, a dinastia neobabilônica se modelou como expressão da vontade divina. Os reis, em geral, estavam encarregados de funções judiciais, apresentando-se como retos e justos, ao mesmo tempo em que participavam de rituais religiosos importantes, como a celebração do Ano Novo, vinculando-se

⁷¹³ KUHRT, 2002, p. 590.

⁷¹⁴ Ibid., p. 590-591.

⁷¹⁵ Ibid., p. 592.

⁷¹⁶ Ibid., p. 593.

⁷¹⁷ Ibid., p. 597.

⁷¹⁸ Ibid., p. 598-560.

⁷¹⁹ Ibid., p. 600. Trata-se do rei eternizado pela narrativa bíblica de Daniel, inspiração para uma famosa tela de Rembrandt e também de um célebre poema de Heinrich Heine (*Belsatzar*).

⁷²⁰ KUHRT, op. cit., p. 601-603.

sistematicamente ao plano divino.⁷²¹ A titulatura real, por sua vez, não se centrava no tema da conquista do mundo, dando maior enfoque à atividade administrativa do rei. Segundo Liverani, “a tradição política local era diversa, pois atinha-se a um modelo anti-imperialista”.⁷²² Ainda de acordo com esse autor, dois contextos diferentes explicariam posturas distintas dos assírios em relação aos caldeus. O discurso imperial assírio tinha uma carga mais agressiva, uma vez que se voltava a uma audiência externa que precisava ser aterrorizada e dissuadida da rebelião. Os reis neobabilônicos, por outro lado, mantinham um pacto de não agressão com os medos e uma política cautelosa com o Egito, não tendo interesse de expandir seu controle para além do que já haviam conquistado. Dessa forma, suas inscrições deveriam se destinar, sobretudo, a interlocutores internos, como as elites sacerdotais, a fim de legitimar o rei no plano doméstico.⁷²³ Nesse sentido, enquanto expressão de um “império”, os babilônios certamente se diferenciaram dos assírios pela extensão de seu domínio, seu discurso imperial e suas ambições imperiais, sendo seu caso pouco instrutivo no exame geral do surgimento da ideia de império.

3.1.3 ANTIGO ISRAEL

Para os propósitos deste prelúdio, outro povo oriental particularmente relevante, em razão das fontes literárias de que dispomos, foram os hebreus, que, nos testemunhos antigos, figuram pela primeira vez, no século XIII a.C., como um conjunto de tribos de um agrupamento nomeado como “Israel”.⁷²⁴ Uma narrativa de sua história é contada pela “Bíblia hebraica”, um documento multifacetado que atingiu sua forma convencional somente após muitas fases de redação, edição e reelaboração, ao longo de diferentes períodos históricos. O núcleo, por assim dizer, da narrativa bíblica é interpretado pela historiografia tradicional como resultado de diversas experiências traumáticas em meio à opressão dos grandes impérios orientais, como a Assíria e a Babilônia, sobretudo no período exílico e pós-

⁷²¹ KUHRT, 2002, p. 603-622.

⁷²² LIVERANI, 2016, p. 721, tradução de Ivan Esperança Rocha.

⁷²³ Ibid., p. 721-722.

⁷²⁴ Na estela de Merneptá, Cf. CARR, 2014, p. 13. Muitos autores, no entanto, não acreditam na existência de um “Reino Unido” antes de Roboão. Cf., a esse respeito, as diferentes posições sobre um “Israel Antigo” dentro do debate entre “minimalistas” e “maximalistas”. A imensa bibliografia a esse respeito, sobretudo para o período formativo: DEVER, 2005; ABADIE, 2009; FINKELSTEIN & SILBERMAN, 2006; MAZAR, 2003; SMITH, 2002; LIVERANI, 2003; LAUGHLIN, 2000; FINKELSTEIN & MAZAR, 2007.

exílico.⁷²⁵ Esse trauma é por vezes visto, de forma bastante concreta, como uma experiência psicológica coletiva, um choque causado por uma experiência de sofrimento extrema e que se revela, de formas indiretas, na memória e no comportamento do povo hebreu.⁷²⁶

Em síntese, a história remota das tribos hebraicas teria sido marcada pela veiculação de diversas tradições orais, como as de Moisés e Abraão, colocadas por escrito apenas num período tardio, de centralização política, induzida pela ameaça de poderosos vizinhos orientais.⁷²⁷ Num momento posterior, esses grupos teriam formado dois reinos organizados e distintos, Israel, no norte, e Judá, no sul, monarquias que, apesar de sua herança histórica comum, adotaram crenças, tradições e costumes próprios.⁷²⁸ Sobretudo durante a expansão assíria, o reino do norte, Israel, foi obrigado a prestar tributo e obediência ao império inimigo, vinculando-se por pactos de lealdade ao rei adversário e sofrendo opressão crescente até sua destruição total pela Assíria em 722 a.C.⁷²⁹ O livro profético de Oseias, composto no reino do norte e condenando os israelitas por práticas sacrílegas, é indicativo de uma reação traumática à ameaça assíria, uma vez que, como as vítimas do trauma, sugere a imputação da culpa pela tragédia à própria pessoa vitimada, como estratégia de reaver o controle sobre sua realidade.⁷³⁰ Ou, de forma mais clara, a partir de uma experiência extrema, a comunidade foi lançada em estado de aporia e, tentando evitar a decorrente perspectiva de um universo assustador e totalmente desprovido de ordem, se voltou a uma explicação racional: a ira divina promovida pela transgressão de normas religiosas. Essa estratégia dependeu, sobretudo, de uma lealdade total ao deus nacional, Jeová, um possível reflexo da identificação do trauma ao discurso imperial assírio e sua imposição de violentos tratados de vassalagem e lealdade aos povos submetidos.⁷³¹

Judá, por outro lado, passou por uma experiência similar nas mãos dos assírios, sem contudo sofrer a aniquilação total (e mesmo resistindo), pelo menos até a tomada de Jerusalém, com a vinda dos caldeus. A combinação da memória de populações refugiadas do norte com a experiência de destruição limitada sofrida no sul resultou na reformulação radical de suas cosmologias, manifesta pela reforma inédita de Josias no século VII a.C. Tomando-se um documento legal de origem nortenha, o deuterônomo, e adaptando-o a novas necessidades, os escribas do rei Josias, de Judá, conferiram uma ênfase especial à “aliança”

⁷²⁵ CARR, 2014, p. 3; Ver, contudo, os estudos de LIPSCHITS, 1999.

⁷²⁶ Ibid., p. 7.

⁷²⁷ Ibid., p. 15.

⁷²⁸ Ibid., p. 19-20.

⁷²⁹ Ibid., p. 23-32.

⁷³⁰ Ibid., p. 30-33.

⁷³¹ Ibid., p. 32-33. Cf. também RÖMER, 2016, p. 198-199.

com Deus, mais uma vez refletindo o trauma causado pela inobservância das demandas assírias de exclusividade e sacrifício.⁷³² A conquista neobabilônica, com massacres e deportações forçadas das elites judaicas para a Babilônia, no início do século VI a.C., cristalizou o trauma, dessa vez expresso em vários livros proféticos, como os de Ezequiel, Jeremias e Isaías.⁷³³ A vivência dolorosa do desterro foi pano de fundo de reelaborações das tradições sobre Abraão e a lei mosaica, no Pentateuco.⁷³⁴ Por fim, com a conquista da Babilônia pelos persas e um tardio retorno das elites de deportados a Jerusalém, sob comando de Esdras, os hebreus mantiveram comportamentos pós-traumáticos, sobretudo em sua busca de pureza e rigorosa observância das normas reelaboradas durante o exílio.⁷³⁵

À luz de tantas experiências dolorosas dos hebreus nas mãos de grandes potentados orientais, pode-se pensar que a Bíblia hebraica seja uma fonte particularmente importante para examinar as respostas da periferia semítico ocidental ao imperialismo. Apesar de ser um documento que apresenta severos desafios de interpretação, possuindo, como vimos, uma data de redação tardia, motivada por propósitos ideológicos de um momento específico, a Bíblia hebraica poderia revelar uma reação à própria ideia de império, com suas consequências nefastas para uma comunidade subjugada.⁷³⁶ No entanto, segundo os especialistas, os hebreus careciam de uma expressão exclusiva para império, tendo antes se recusado a “dignificar” o conceito devido a sua suposta aversão cultural à ideia.⁷³⁷

Entre as poucas ocorrências do termo “império” nas traduções modernas da Bíblia hebraica, em especial na tradicional tradução inglesa do rei Jaime, encontram-se as passagens de Ester 1:20, Ester 10:1 e Daniel 11:3-4, todos excertos relativos ao Império Persa. Essas interpretações, contudo, foram decerto influenciadas por ideias históricas posteriores de império e imperialismo e, na maioria das traduções, como na Bíblia de Jerusalém, figuram corretamente apenas como “reino” ou “domínio”. Ainda assim, como os livros de Ester e

⁷³² CARR, 2014, p. 50-60.

⁷³³ Ibid., p. 74-83.

⁷³⁴ Ibid., p. 91-127.

⁷³⁵ Ibid., p. 128-140.

⁷³⁶ A amalgamação e edição dos livros pré-exílicos é geralmente atribuída a um editor “deuteronomista”, associado a uma perspectiva política e teológica específica, que explicaria suas opções formais e narrativas. Às vezes, o movimento é associado às reformas de Josias. Para uma introdução, cf. RÖMER, 2016, p. 187-203; SMITH, 2006, p. 27-42.

⁷³⁷ STUART, 2011, p. 29-30: “Part of the challenge of deciding whether or not the Old Testament views the concept of empire in any particular way is the fact that the Old Testament does not have a vocabulary dedicated to designating ‘empire’. Most modern English translations of the Old Testament employ the word ‘empire’ sparingly, if at all, and do so, in fact, somewhat subjectively. Even if we bring in the LXX and its terms βασιλεία and κυριεία (as close as the LXX gets to rendering ‘empire’ by a single word) we are still no further ahead: ‘empire’ is found to be rendered by circumlocutions at best, and it can be argued that there is no term, individual or compound, in either the Hebrew or Aramaic vocabulary of the Old Testament that requires translation into English as ‘empire’.”

Daniel⁷³⁸ sofreram significativa influência do contexto persa e helenístico pós-exílico,⁷³⁹ seria razoável supor que trouxessem alguma novidade terminológica, o que justifica um breve exame das principais passagens.

Em Ester 1:20 e Daniel 11:4, no texto massorético, o termo hebraico traduzido por império é מַלְכוּת (malkūt), que, de fato, é a palavra hebraica genérica para “reino”.⁷⁴⁰ Em Ester 10:1, temos a palavra הָאָרֶץ (hā’āreṣ), “a terra”, mesma expressão que figura no início de Gênesis com a criação “da terra e do céu” (“הָאָרֶץ וְהַשָּׁמַיִם”) e, em Daniel 11:3, o termo מִמְשָׁל (mimšāl) isto é, o “domínio”.⁷⁴¹ Essas expressões, contudo, são inespecíficas, referindo-se no texto bíblico a diversas entidades sociopolíticas monárquicas que carecem de configuração imperial. A passagem de Ester em 10:1, por outro lado, é interessante porque equivale o domínio dos aquemênidas à terra (e também aos territórios marítimos) em sentido universal, talvez refletindo um uso comum na documentação persa para *bumi*-, como veremos adiante. E Ester 1:20 qualifica o “reino” persa como “grande”,⁷⁴² um uso que, constataremos, encontra paralelos na documentação persa e grega, provavelmente indicando um poder imperial. Em conclusão, é possível dizer que a evidência dos textos hebraicos, como em outros documentos próximo-orientais, refere-se especificamente à organização monárquica, em sentido abstrato e de forma inespecífica, salvo em alguns casos excepcionais, quando parece refletir a ideia de uma unidade territorial imperial. Seja como for, não parece que os hebreus tenham desenvolvido uma noção particularizada de império.

3.2 TERMINOLOGIA PERSA

A carreira político-militar de Ciro II, rei de Anshan, pode ser qualificada como “meteórica”. Em menos de trinta anos, o monarca de um pequeno reino que corresponderia à moderna província de Fars, no Irã, se tornou o líder de um vasto império que compreendia porções da Ásia central, o planalto iraniano e as antigas fronteiras da Lídia, Média e

⁷³⁸ O conteúdo desses “livros” é discutido em maior detalhe na abordagem da terminologia aquemênida para suas satrapias, adiante.

⁷³⁹ Para uma visão panorâmica da importância de Ester como fonte para o período do Segundo Templo e sua datação, cf. GRABBE, 2004, p. 104-105.

⁷⁴⁰ Transliteração do hebraico em conformidade com as convenções da *Society of Biblical Literature* (SBL).

⁷⁴¹ A Septuaginta traz, em geral, o termo grego βασιλεία. Cf. HATCH & REDPATH, 1998, p. 192. Figura, curiosamente, em Est. 10.1.

⁷⁴² “Seu reino que era grande”. Do hebraico בָּרָךְ.

Babilônia. Criado a partir de um golpe súbito, o primeiro Império Persa se desenvolveu durante um longo processo que emprestou dos antecessores suas estruturas administrativas e legou aos selêucidas, partos e sassânidas novas instituições e tradições políticas. Ele levou o Mediterrâneo Antigo a realizar, quicá pela primeira vez, o ideal de uma monarquia de pretensão universal, cujas fronteiras compreendiam uma imensa porção do mundo conhecido.

Os persas, tendo governado a maior estrutura imperial que o Oriente Próximo havia visto até então, também desenvolveram uma terminologia especial para se referir ao seu próprio império. Por meio de inscrições e imagens, os reis aquemênidas veicularam a ideia de um Estado caracterizado pela cooperação entre governantes e governados, em posições hierarquizadas e funcionalmente diferenciadas. Essa cooperação, por sua vez, era voltada à sustentação de um ente político orgânico cuja origem era percebida como divina. Na terminologia persa, os termos que melhor manifestam essa reflexão sobre o poder são, como veremos, *xšaça-* e *bumi-*. O surgimento de tais ideias nesse momento histórico se deveu, aparentemente, a uma unificação inédita de uma parcela significativa do mundo conhecido nas mãos de um só soberano, dentro de uma estrutura provincial contígua e concebida como uma entidade política multifacetada e colaborativa. Ideais religiosos de perfeição e unidade também podem ter cumprido um papel relevante nesse processo.⁷⁴³

3.2.1 O AVESTA

É certamente legítimo se perguntar qual foi o arcabouço terminológico desenvolvido pelos próprios persas para descrever o império que haviam erigido, em todas ou algumas de suas dimensões. Infelizmente, a natureza da evidência disponível é complexa, dado que as inscrições reais aquemênidas, indispensáveis para tal empreendimento, foram redigidas em mais de uma língua e grafia. Além disso, a pertinência dos textos avésticos como testemunho do pensamento áulico continua a ser um tema espinhoso.

Sobre a religião dos aquemênidas, ressalte-se que uma corrente majoritária,⁷⁴⁴ na qual se incluem os escritos da renomada Mary Boyce, continua a defender que fosse zoroastrista.⁷⁴⁵ Mas o Avesta, o livro sagrado do zoroastrismo, foi colocado por escrito

⁷⁴³ LINCOLN, 2007, p. 70.

⁷⁴⁴ GARRISON, 2011, p. 23. Cf. também Id., 2017, p. 223-224.

⁷⁴⁵ BOYCE, 1979, p. 48-77; Id., 1996, p. 13-14; SKJÆRVØ, 2014, p. 183; Cf. também as opiniões de especialistas no recente volume de HENKELMAN & REDARD, 2017.

tardiamente⁷⁴⁶ e, embora sua transmissão oral remonte, no caso do avéstico antigo, ao segundo milênio a.C.,⁷⁴⁷ sua forma e o estado de sua difusão no período aquemênida nos são desconhecidos. O ambiente cultural de produção do Avesta é uma região espacialmente afastada de Fars.⁷⁴⁸ As aferíveis similaridades entre o livro sagrado e a religião persa deste período podem indicar apenas um conjunto de crenças comuns anteriores, sem correspondência direta.⁷⁴⁹

Algumas práticas pregadas pelo Avesta também não parecem ter sido seguidas no Irã aquemênida. A regra da exposição dos cadáveres dos zoroastristas contrasta fortemente com a evidência arqueológica, já que os reis aquemênidas se fizeram enterrar em mausoléus e tumbas.⁷⁵⁰ As fontes gregas e latinas mencionam numerosos casos de relações homoeróticas entre homens na Pérsia Aquemênida,⁷⁵¹ apesar da rigorosa proibição à homossexualidade contida no *Videvdat* (8.26-32).⁷⁵² Note-se, por fim, a fragilidade da evidência para o incesto entre parentes próximos,⁷⁵³ uma união promovida pelo zoroastrismo.⁷⁵⁴

O uso dos textos avésticos para a reconstrução dos conceitos políticos aquemênidas é, portanto, um tanto problemático.⁷⁵⁵ Em que pese a força de uma corrente majoritária sobre o zoroastrismo dos aquemênidas,⁷⁵⁶ a prudência exige que o Avesta seja colocado em segundo plano em favor da evidência direta encontrada nas inscrições reais. “Tendo em vista tamanha diversidade de opiniões”, diz Sancisi-Weerdenburg,

a única abordagem acadêmica correta é deixar a questão em aberto (...). Apenas distorceremos severamente a discussão, neste momento, se tentarmos explicar o comportamento político e a política persas através do conhecimento possivelmente anacrônico dos textos zoroastristas.⁷⁵⁷

⁷⁴⁶ Possivelmente no período sassânida, Cf. COLBURN, 2011, p. 89.

⁷⁴⁷ Conforme comparações da linguística histórica com os textos védicos.

⁷⁴⁸ WATERS, 2014, p. 153.

⁷⁴⁹ LECOQ, 1997, p. 156-157.

⁷⁵⁰ Cf. WIESEHÖFER, 2003, p. 67. Para Boyce, contudo, isso não é significativo, já que o Avesta não comina uma sanção à inobservância da prática de exposição. Cf. BOYCE, 1979, p. 52-53.

⁷⁵¹ Hdt. 1.135; X. Cyr. 1.4; 2.2.28; 7.5.60; 8.4.27; X. Ag. 5.4; X. Hell. 4.1.39-40; X. An. 2.6.28; Plut. Ag. 11.2; 11.5-7; Plut. Al. 67.4; Athaen. 13.79-80; Ael. Var. Hist. 12.1; Para a suposta contradição das fontes, Cf. SERGENT, 1996, p. 520 et. seq.

⁷⁵² SKJÆRVØ, 2012.

⁷⁵³ BIGWOOD, 2009. Os casamentos reais aquemênidas registrados são geralmente entre primos e meio-irmãos (BROSIUS, 1996, p. 189).

⁷⁵⁴ SKJÆRVØ, 2013.

⁷⁵⁵ Em suma, quer-se dizer que os conceitos desses textos, que remontam a períodos mais antigos, pertencem a outro ambiente cultural. Além disso, não eram forçosamente conhecidos e seguidos da exata forma como estão dispostos nos manuscritos. Não se trata, portanto, de recusar o zoroastrismo dos aquemênidas.

⁷⁵⁶ Cf. também KELLEN, 2017, p. 11-19.

⁷⁵⁷ SANCISI-WEERDENBURG, 1993, p. 150.

3.2.2 A INSCRIÇÃO DE BEHISTUN

Na estrada que liga Hamadã a Bagdá, a cerca de 32 quilômetros da capital da província do Kermanshah,⁷⁵⁸ no noroeste do Irã, eleva-se o penhasco de Behistun (também grafado *Bisutun*, *Bisotun*, *Bisutun* ou *Bisitun*), aproximadamente 3.400 metros acima do nível do mar.⁷⁵⁹ Aqui, por volta de 520 a.C., o rei Dario I fez inscrever em três línguas e grafias (elamita, acadiano babilônico e persa antigo) a narrativa de sua ascensão ao trono após a derrota do usurpador Gaumata. Trata-se da mais importante e extensa inscrição do período aquemênida, com um papel determinante na história da decifração do cuneiforme.⁷⁶⁰ Por essa razão, ela é amiúde comparada à Pedra de Roseta e considerada fundamental para a história do Antigo Oriente Próximo.⁷⁶¹

A formação rochosa era sagrada para os antigos, de que é testemunho a etimologia de seu nome: **baga-stāna*, em persa antigo, significaria “lugar consagrado ao(s) deus(es)”.⁷⁶² Citando Ctésias, Diodoro Sículo (2.13.1-2), no século I a.C., acreditava, corretamente, que o Βαγίστανον ὄρος, seria consagrado a “Zeus”. Ele acrescenta, contudo, que a semimítica rainha Semíramis teria sido responsável por grafar a inscrição que lá se encontrava, uma informação notoriamente equivocada.⁷⁶³ A sacralidade da região, somada à importância da rota local, que ligava a Babilônia a Ecbátana, explica a riqueza de seu patrimônio arqueológico. Os arsácidas e sassânidas também deixaram vestígios na área, para não mencionar as dinastias iranianas modernas e alguns povos pré-históricos. Na mesma rota, 150 quilômetros a oeste de Behistun, encontra-se um relevo do rei dos lullubi, Annubanini, cuja data remonta a cerca de 2000 a.C., uma presumível inspiração para a obra de Dario.⁷⁶⁴

O monumento aquemênida talhado em pedra contém, além do texto, relevos de nove rebeldes acorrentados perante a figura do rei Dario I. O rei, representado em proporções gigantescas, pisa sobre o inimigo Gaumata enquanto o deus Ahura-Mazda, na forma de disco solar, contempla, do alto, a cena. O conjunto imagético e textual ocupa uma área de 18 metros

⁷⁵⁸ SCHMITT, 1991, p. 16. ASHERI et. al., 2007, p. 528.

⁷⁵⁹ ALLEN, 2005, p. 38.

⁷⁶⁰ SCHMITT, op.cit., p. 16.

⁷⁶¹ ASHERI et. al., loc. cit.

⁷⁶² LECOQ, 1997, p. 83.

⁷⁶³ LECOQ, loc. cit.

⁷⁶⁴ SCHMITT, op. cit., p. 18.

de largura por 7 metros de altura.⁷⁶⁵ O relevo em si tem apenas 3 por 5,48 metros de extensão.⁷⁶⁶ O ponto mais próximo que se pode alcançar do texto é uma plataforma artificial e o monumento é dificilmente acessível sem recurso a técnicas de alpinismo, o que, nas palavras de Matheson, nos permite “apreciar a coragem de Sir Henry Rawlinson”, quem, em 1839, “se suspendeu por cordas a partir do topo do penhasco para copiar a longa inscrição nos painéis abaixo”.⁷⁶⁷ De fato, o registro e a decifração do cuneiforme persa por Rawlinson, seguido por Edward Hincks e precedido por Georg Friedrich Grotefend, entre outros eruditos, foi essencial para o conhecimento moderno do acadiano.⁷⁶⁸

Uma vez que o monumento foi instalado numa elevação sagrada e não poderia ser facilmente lido ou acessado,⁷⁶⁹ alguns especialistas pensaram que teria como audiência os próprios deuses. Essa hipótese, contudo, parece superada devido aos achados de cópias da inscrição, em aramaico e acadiano, em outras partes do Império Aquemênida.⁷⁷⁰ À luz desse fato, a natureza do texto é variadamente interpretada. Para a maior parte dos autores, trata-se de uma espécie de “propaganda” real, com a função de legitimar a monarquia após a ruptura dinástica representada pela ascensão de Dario e a supressão de diversas rebeliões, inclusive no coração do Império.⁷⁷¹ Por outro lado, o texto possuiria certo caráter histórico ou historiográfico, ao menos na opinião de especialistas como Arnaldo Momigliano⁷⁷² e Eran Almagor.⁷⁷³ Até mesmo Pierre Briant concede que o texto represente uma exceção “parcial” à ausência de histórias narrativas entre os Aquemênidas.⁷⁷⁴ No mais, a narrativa deve ser considerada um exemplo do gênero das “inscrições reais”, já conhecidas no período neoassírio.⁷⁷⁵

Do ponto de vista da composição, os especialistas acreditam que a primeira porção significativa da inscrição teria sido grafada em elamita, até então a língua oficial da corte aquemênida.⁷⁷⁶ Após a finalização da versão elamita, à direita do relevo, a versão em acadiano babilônico teria sido acrescentada, à esquerda, provavelmente no início de 519

⁷⁶⁵ SCHMITT, 1991, p. 18.

⁷⁶⁶ SCHMITT, loc. cit.

⁷⁶⁷ MATHESON, 1976, p. 128.

⁷⁶⁸ FINKEL, 2005, p. 25-29.

⁷⁶⁹ OLMSTEAD, 1948, p. 118.

⁷⁷⁰ KUHRT, 2007, p. 151.

⁷⁷¹ BRIANT, 1996, p. 124; 135.

⁷⁷² MOMIGLIANO, 2004, p. 5-8.

⁷⁷³ ALMAGOR, 2017, p. 26.

⁷⁷⁴ BRIANT, op. cit., p. 15.

⁷⁷⁵ Cf. SETERS, 2007.

⁷⁷⁶ SCHMITT, op.cit., p. 19.

a.C.⁷⁷⁷ A versão persa, no centro, seria a última da sequência. Uma seção adicional da versão persa (sobre a invenção do próprio cuneiforme persa por Dario) inexistente na versão babilônica e foi postumamente inserida na versão elamita.⁷⁷⁸ Em relação à versão elamita, George Cameron demonstrou, de maneira persuasiva, que ela teria sido completada antes da vitória de Góbrias contra os elamitas e de Dario contra os citas (as últimas batalhas de Dario). Tal fato motivou o acréscimo da imagem de um cita ao conjunto e, para tanto, foi necessária a destruição de parte do texto elamita original. Como resultado, o texto elamita foi minuciosamente recopiado em outra parte do penhasco.⁷⁷⁹

A narrativa se inicia com o assassinato de Bardiya pelo irmão Cambises, filho de Ciro. Mais tarde, Cambises parte para o Egito, onde teria morrido “sua própria morte” (*pasāva Ka^mbujiya uvāmaršiyuš amariyatā*; lit. “depois disso, Cambises morreu de morte própria” – DB § 11),⁷⁸⁰ até que um sócio de seu irmão, Gaumata, se rebela e toma o poder imperial. O “falso” Bardiya é então derrotado por Dario, que também é impelido a combater outros rebeldes pelo Império. Vitorioso em numerosas batalhas, Dario restaura templos e domínios e se apresenta como defensor da Verdade e inimigo da Mentira.

A história se assemelha ao que se conhece pelo terceiro livro de Heródoto, mas uma série de divergências indicam rupturas na sua transmissão, além de motivações narrativas particulares.⁷⁸¹ Diferenças incluem detalhes cronológicos,⁷⁸² a fabulosa descrição de um ataque ao palácio em Susa⁷⁸³ e o envolvimento tardio de Dario.⁷⁸⁴ Comparações entre os dois relatos, com conclusões amiúde céticas quanto à relevância de Heródoto, são fornecidas por Jack Balcer,⁷⁸⁵ Pierre Briant⁷⁸⁶, David Asheri,⁷⁸⁷ Matt Waters⁷⁸⁸ e Fritz Gschnitzer.⁷⁸⁹ Prevalece, de um ponto de vista historiográfico, a visão de que a versão oficial preservada pelas duas fontes se prestava à legitimação de um usurpador, e de que o “falso” Bardiya (“Esmérdis”, em Heródoto) seria, na verdade, o autêntico filho de Ciro.⁷⁹⁰

⁷⁷⁷ SCHMITT, 1991, p. 19.

⁷⁷⁸ SCHMITT, loc. cit.

⁷⁷⁹ CAMERON, 1960, p. 60.

⁷⁸⁰ Isto é, “faleceu”. Cf. STOLPER, 2015. Antigamente, alegou-se que seria uma referência a suicídio (KENT, 1950, p. 177).

⁷⁸¹ Para uma discussão sumária, cf. PELLING, 2002, p. 127-131.

⁷⁸² ASHERI, 2007, p. 458 et. seq.

⁷⁸³ BRIANT, 1996, p. 126.

⁷⁸⁴ WATERS, 2014, p. 68.

⁷⁸⁵ BALCER, 1987.

⁷⁸⁶ BRIANT, op. cit., p. 119-127.

⁷⁸⁷ ASHERI, op. cit., p. 385 et. seq.; 458-461.

⁷⁸⁸ WATERS, op. cit., p. 67-72.

⁷⁸⁹ GSCHNITZER, 1977.

⁷⁹⁰ OLMSTEAD, 1948, 107 et. seq.; ALLEN, 2005, p. 42. WATERS, 2014, p. 68.

A literatura especializada sobre Behistun é abundante e remonta às descrições de viajantes pioneiros, bem como ao exame do mencionado Sir Henry Rawlinson.⁷⁹¹ Os principais trabalhos arqueológicos na região foram conduzidos pela equipe do professor Heinz Luschey. Um artigo panorâmico de sua autoria se encontra disponível na *Encyclopaedia Iranica*.⁷⁹² O conhecido guia arqueológico de Sylvia A. Matheson detalha as condições de visita do monumento antes da revolução de 1979 e é um inestimável registro científico e histórico.⁷⁹³ A iconografia de Behistun foi analisada recentemente por Margaret Cool Root, que acredita ver na representação do rei Dario a combinação de elementos divinos e mundanos que enfatizam seu papel como intermediário entre Ahura Mazda e os homens, expressando uma dualidade que encontra correspondência na ideia medieval dos “dois corpos do rei”, proposta por Ernst Kantorowicz.⁷⁹⁴ A melhor introdução geral à inscrição é, sem dúvida, aquela fornecida por Rüdiger Schmitt.⁷⁹⁵ Análises valiosas são também encontradas em Pierre Lecoq,⁷⁹⁶ Amélie Kuhrt⁷⁹⁷ e, mais recentemente, Matt Waters.⁷⁹⁸

As mais importantes traduções da versão persa para o inglês foram estabelecidas por Roland G. Kent⁷⁹⁹ e Amélie Kuhrt.⁸⁰⁰ Em língua francesa, existe uma tradução do monumento por Pierre Lecoq.⁸⁰¹ Em alemão, deve-se mencionar traduções parciais de Wilhelm Brandenstein e Manfred Mayrhofer⁸⁰² e, mais recentemente, aquela de Rüdiger Schmitt.⁸⁰³ Uma tradução da versão babilônica foi publicada por Elizabeth von Voigtlander.⁸⁰⁴ A versão elamita foi traduzida para o francês por Grillot-Susini, Herrenschildt e Malbran-Labat⁸⁰⁵ e, mais recentemente, por Saber Amiri Parian.⁸⁰⁶

A edição crítica para o texto cuneiforme continua a ser aquela de Leonard William King e Reginald Campbell Thompson,⁸⁰⁷ sujeita a correções apontadas em transliterações posteriores (sobretudo SCHMITT, 1991; 2009). Em razão de desgastes causados pela ação do tempo e do clima, além de intervenções humanas (Schmitt relata os danos causados ao

⁷⁹¹ FINKEL, 2005, p. 25-29.

⁷⁹² LUSCHEY, 2013.

⁷⁹³ MATHESON, 1976.

⁷⁹⁴ ROOT, 2013, p. 23-64.

⁷⁹⁵ SCHMITT, 1991.

⁷⁹⁶ LECOQ, 1997.

⁷⁹⁷ KUHRT, 2007.

⁷⁹⁸ WATERS, 2014.

⁷⁹⁹ KENT, 1950.

⁸⁰⁰ KUHRT, op. cit.

⁸⁰¹ LECOQ, op. cit.

⁸⁰² BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, 1964.

⁸⁰³ SCHMITT, 2009.

⁸⁰⁴ VON VOIGTLANDER, 1978.

⁸⁰⁵ GRILLOT-SUSINI et. al., 1993.

⁸⁰⁶ PARIAN, 2017.

⁸⁰⁷ KING & THOMPSON, 1907.

monumento por soldados durante as duas guerras mundiais),⁸⁰⁸ alguns trechos são ilegíveis, embora muitas vezes presumíveis, graças às outras versões.

O persa antigo é uma língua indo-europeia pertencente ao grupo indo-iraniano. Seu estudo é geralmente empreendido por indogermanistas e especialistas familiarizados com o método e o conhecimento da linguística histórica. Devido à carência relativa de documentos em persa antigo, estudos comparativos nos fornecem valiosas informações para o exame morfológico e semântico da língua. O sânscrito, de um lado, e as línguas iranianas antigas (em particular, o avéstico), de outro, são as mais pertinentes para tal exercício de comparação. As principais gramáticas e léxicos do persa antigo foram produzidas há mais de meio século por Christian Bartholomae,⁸⁰⁹ Roland G. Kent,⁸¹⁰ Wilhelm Brandenstein e Manfred Mayrhofer.⁸¹¹ Mais recentemente, foi publicado um *Wörterbuch der altpersischen Königsinschriften*, de Rüdiger Schmitt.⁸¹² Discussões importantes sobre termos políticos persas foram empreendidas por esses mesmos autores.

O cuneiforme persa consiste num sistema silábico, mas também compreende logogramas, estes últimos ausentes na inscrição de Behistun. Símbolos determinados correspondem a sons consonantais em “a”, “i” ou “u” (Ca, Ci, Cu), na sua grande maioria pertencentes ao primeiro grupo, ou às vogais “ā”, “ā̃”, “i” ou “u”. Na inscrição de Behistun, o divisor de palavras corresponde ao símbolo 𐎶 iniciado na metade da linha, e o mesmo ocorre com a primeira cunha em 𐎶.⁸¹³ O “c” de <ca>, 𐎶, deve ser lido como no italiano ciao. Na sílaba <xa>, 𐎶𐎶, o som de “x” corresponde ao alemão “brauchen”. A sílaba <θa>, 𐎶𐎶, é um “t” aspirado, como no inglês “top”. A sílaba <ça>, 𐎶𐎶, tem valor fonético incerto. Outras consoantes não apresentam dificuldades específicas. As convenções de transliteração do silabário são encontráveis em Roland G. Kent⁸¹⁴ e são seguidas nas transcrições aqui empreendida.⁸¹⁵

⁸⁰⁸ SCHMITT, op. cit., p. 22.

⁸⁰⁹ BARTHOLOMAE, 1904.

⁸¹⁰ KENT, 1950.

⁸¹¹ BRANDENSTEIN & MAYRHOFFER, 1964.

⁸¹² SCHMITT, 2014.

⁸¹³ Id., 1991, p. 19.

⁸¹⁴ KENT, op. cit., p. 24.

⁸¹⁵ Algumas convenções de transliteração do persa antigo merecem atenção especial. Em sílabas que possuem inerentemente uma vogal “u” ou “i”, quando não seguidas por outros signos representando as mesmas vogais, estas costumam ser grafadas de forma sobrescrita, como em vⁱθbiš (KENT, op.cit., p. 13). No final das palavras ou após consoantes, as vogais “i” e “u” são escritas “iy” e “uv” (Ibid., p. 14). O chamado “r silábico”, lido como na pronúncia coloquial da líquida em “buttered”, é pressuposto por motivos históricos e aqui grafado como 𐎶 (ar) (Cf. FORTSON, 2010, p. 61). As nasais antes de consoantes eram omitidas pela grafia persa e são geralmente sobrescritas na transliteração, como em Ka^mbujiya (KENT, op. cit., p. 15). Um “h” antes de “u” é geralmente omitido e por alguns autores sobrescrito (Ibid., p. 14).

Como é convencional, o texto é identificado pela inicial do monarca responsável e sua localização: DB, ou *Dario*, *Behistun*. A inscrição sói ser dividida por “parágrafos” iniciados pela fórmula “θātiy Dārayavauš xšāyaθiya” (“proclama o rei Dario”). Utiliza-se, assim, a identificação da inscrição acrescida de um parágrafo qualquer, como “DB, § 16”. Na tabela de abreviações da presente tese, encontram-se as referências para as principais inscrições reais aqui abordadas. Em alguns casos, os especialistas outrora recorriam à divisão entre colunas e linhas. A coexistência dos dois sistemas é fruto de alguma confusão e, quando necessário, indicaremos a equivalência aproximada.

3.2.3 XŠAÇA-, DAHYU-, BUMI-

Excetuando-se algumas inscrições de autenticidade duvidosa,⁸¹⁶ a inscrição de Behistun (DB) é, portanto, a primeira evidência do persa antigo para a denominação do império. O mais provável, como dissemos, é que a primeira versão da narrativa tenha sido grafada em elamita, a língua oficial da corte aquemênida até a invenção de uma escrita cuneiforme persa.⁸¹⁷ Outra versão, em acadiano babilônico, foi inscrita no mesmo relevo.

O elamita é uma língua isolada⁸¹⁸ e foi falada por milênios em todo o planalto iraniano, possivelmente do atual Azerbaijão ao Baluchistão.⁸¹⁹ No período aquemênida, contudo, a região de “Elam” se restringia à atual província iraniana do Khuzistão.⁸²⁰ Trata-se de um idioma relativamente obscuro, do qual pouco sabemos, falado por uma civilização igualmente mal conhecida, com uma longuíssima história.⁸²¹ Frequentemente envolvido em disputas com os acadianos, babilônios e assírios, o reino de Elam foi finalmente destruído no século VII a.C. e o vácuo de sua autoridade foi preenchido pelos recém chegados iranianos, logo intitulados “reis de Anshan”, à maneira neo-elamita.⁸²² Com isso, o elamita se tornou uma língua administrativa da corte aquemênida, o que seria natural no contexto de fixação de um grupo dominante de origem ágrafa.

⁸¹⁶ As inscrições AmHa, AsHa, CMa, CMb e CMc, atribuídas a Ariaramnes, Arsames e Ciro não devem ser anteriores ao reinado de Dario I. Cf. SCHMIT, 2009, p. 33-36.

⁸¹⁷ GERSHEVITCH, 1979, p. 114; SCHMITT, 1991, p. 18; STOLPER, 2004, p. 63.

⁸¹⁸ Talvez parente das línguas dravídicas, Cf. STOLPER, op. cit., p. 61.

⁸¹⁹ Ibid., p. 60-61.

⁸²⁰ STOLPER, loc. cit.

⁸²¹ WATERS, 2014, p. 21; KUHRT, 2002, p. 365-367.

⁸²² LIVERANI, 2016, p. 705-709; Anshan é identificada a uma cidade da região de Fars, no Irã, Cf. KUHRT, op. cit., p. 368-369.

Na versão da inscrição de Behistun em elamita, traduzida para o francês por por Grilhot-Susini, Herrenschmidt e Malbran-Labat,⁸²³ e para o inglês, mais recentemente, por Saber Amiri Parian,⁸²⁴ um bom candidato à tradução por “império” seria o termo *sunki-me*, a mais usual versão do persa *xšaça-* (DB §5, DB §11, etc.). Trata-se de um logograma para rei (*sunki*) seguido de um sufixo de substantivos de terceira pessoa (*me*) que geralmente indica abstrações (“reino” ou “reinado”).⁸²⁵ Muitas vezes, onde o persa traz a palavra para rei (*xšāyaθiya*), o elamita a traduz pela forma perifrástica “aquele que detém o reino/reinado” (*sunki-me*). Em DB §4, por exemplo, temos, em persa, a seguinte passagem:

θātiy Dārayavauš xšāyaθiya: 8 manā taumāyā tayaiy paruvam xšāyaθiyā āha; adam navam; 9 duvitāparanam⁸²⁶ vayam xšāyaθiyā amahy.

Diz Dario, o rei: [há] oito [membros] da minha família que foram reis antes; eu sou o nono; nós somos nove reis, agora como antes.

Embora o persa antigo em nenhum momento traga o substantivo *xšaça-*, atributo da realeza, o elamita traz duas vezes a derivação *sunki-me*. Os tradutores apresentam as seguintes versões: “há oito reis de minha família que detiveram a realeza”⁸²⁷ ou “(...) oito reis de minha estirpe tomaram posse da realeza anteriormente”.⁸²⁸ E, na sequência, “eu tive o nono reinado”⁸²⁹ ou “eu, o nono, exerço o reinado”.⁸³⁰ Na versão elamita portanto, a posição do rei (persa antigo: *xšāyaθiya*) poderia ser expressa pela posse da “realeza” (*sunki-me*), possivelmente em sentido abstrato. A origem do termo elamita, contudo, não permite aferir uma especificidade “imperial”. Pelo contrário, trata-se, como dito, de uma derivação do termo genérico para rei e, assim, aplicado a qualquer forma monárquica, sem distinções, como em várias outras línguas antigas.

Da mesma forma, a versão em acadiano babilônico da inscrição de Behistun não acrescenta muito à nossa análise, ao menos isoladamente. O acadiano, como se sabe, foi uma língua franca da Mesopotâmia do terceiro ao primeiro milênio a.C., tendo sido usada também

⁸²³ GRILLOT-SUSINI et. al., 1993.

⁸²⁴ PARIAN, 2017.

⁸²⁵ STOLPER, 2004, p. 66-67; 74.

⁸²⁶ A tradução deste trecho é controvertida. Para KENT, o termo *duvitāparanam* deveria ser traduzido como “um após o outro”, isto é, “em sucessão” (1950, p. 192). Para SCHMITT, “agora como antes” (2009, p. 38). BRANDENSTEIN & MAYRHOFER trazem a tradução “em duas sequências” (1964, p. 118) e o mesmo faz LECOQ, 1997. O debate é sintetizado por KUHRT, 2007, p. 152.

⁸²⁷ LECOQ, op. cit., p. 188.

⁸²⁸ GRILLOT-SUSINI, op. cit., p. 39.

⁸²⁹ PARIAN, op. cit., p. 2.

⁸³⁰ GRILLOT-SUSINI, loc. cit.

nas inscrições do Império Neoassírio, cuja trajetória foi brevemente analisada acima. Na versão acadiana de Behistun, temos como denominação do império o termo *šarrūtu*,⁸³¹ que nessa língua se refere ao poder monárquico, mais geralmente em sentido abstrato,⁸³² algo parecido com o caso elamita.

O elamita e o acadiano precederam o persa enquanto sistemas de escrita, e o elamita foi a primeira língua utilizada para grafar a inscrição de Behistun. No entanto, é presumível que, a esta altura, ambos tenham sido colocados a serviço dos ideólogos persas, conformando-se a novas ideias. Como afirma Rüdiger Schmitt,

(...) o texto em persa antigo da inscrição principal é o original, ao menos no sentido de que um ditado do Grande Rei nesta língua está na origem da versão escrita mais antiga, isto é, a elamita. Tal afirmação parece reforçada pelo fato de que todas as outras versões demonstram óbvias influências do persa antigo em sua sintaxe e em seu léxico.⁸³³

Além disso, segundo uma teoria influente, proposta por Ilya Gershevitch (a hipótese da “aloglotografia”), as inscrições aquemênidas teriam sido ditadas pelo rei ou seus ideólogos, em persa, a escribas que as traduziam imediatamente para o elamita escrito, de forma que o persa original poderia ser prontamente recuperado, pela retradução, mais tarde. A versão persa subsequente configuraria, assim, uma tradução do elamita escrito, numa segunda fase, mas também uma versão razoavelmente fidedigna da composição original.⁸³⁴ A teoria de Gershevitch, embora conjectural, jamais foi rebatida,⁸³⁵ e é aceita por vários especialistas.⁸³⁶ Os convincentes e sofisticados argumentos do autor envolveram desde a etimologia do verbo persa para “ler” (*patiparsa*) até alguns “erros” na versão persa advindos de imprecisões incontornáveis da tradução elamita. Um exemplo notável é a seguinte passagem, com nossos grifos (DB §14):

θātiy Dārayavauš xšāyaθiya: xšačam, taya hacā amāxam taumāyā
parābaṛatam āha,⁸³⁷ ava adam patipadam⁸³⁸ akunavam. adamšim gāθavā⁸³⁹

⁸³¹ KING & THOMPSON, 1907, p. 167.

⁸³² CAD (v. 17, parte 2), 1992, p. 115-123.

⁸³³ SCHMITT, 1991, p. 19.

⁸³⁴ GERSHEVITCH, 1979.

⁸³⁵ STOLPER, op. cit., p. 64.

⁸³⁶ Para a apreciação e defesa da hipótese de Gershevitch, cf. LANGSLOW, 2002, p. 44-46; UTAS, 2005, p. 68.

⁸³⁷ Forma do mais-que-perfeito usando um particípio passado e o imperfeito do verbo “ser/estar”. Normalmente, o verbo ser/estar é omitido, exceto em alguns casos excepcionais, dos quais o presente é um exemplo. Cf. KENT, 1950, p. 88.

⁸³⁸ Advérbio: “em seu lugar, na sua base”. Cf. KENT, op. cit., p. 195.

⁸³⁹ O substantivo gāθu- (lugar), na forma do locativo singular dos temas em u-, gāθavā. Cf. KENT, op. cit., p. 183.

avāstāyam yaθā paruvamciy, avaθā adam akunavam āyadanā tayā Gaumāta haya maguš viyaka. **adam niyačārayam kārahayā abicarīš⁸⁴⁰ gaiθāmcā māniyamcā vⁱθbišcā tayādiš Gaumāta haya maguš adinā.** adam kāram gāθavā avāstāyam Pārsamcā Mādamcā utā aniyā dahayāva.⁸⁴¹ yaθā paruvamciy, avaθā adam, taya parābartam, patiyābaram. vašnā A^huramazdāha ima adam akunavam, adam hamataxašaiy, yātā viθam tayām amāxam gāθavā avāstāyam yaθā paruvamciy. avaθā adam hamataxašaiy, vašnā A^huramazdāha, yaθā Gaumāta haya maguš viθam tayām amāxam naiy parābara.

Diz Dario, o rei: o império que havia sido roubado de nossa família, aquele eu reestabeleci no lugar. Eu o estabeleci no lugar como antes, então eu construí os templos que Gaumata, o mago, destruíra. **Eu devolvi para o povo a propriedade, o gado, os servos e as casas, aqueles que Gaumata, o mago, havia roubado.** Eu estabeleci o povo no lugar, o persa, o medo e os demais países. Assim como antes, assim eu recuperei o que havia sido roubado. Pelo favor de Ahura-Mazda eu fiz isso, eu me esforcei, até que eu tivesse reestabelecido nosso domínio no lugar, exatamente como antes. Assim eu me esforcei, pelo favor de Ahura-Mazda, de tal sorte que Gaumata, o mago, não tomasse nosso domínio.

Em elamita, a palavra *ak*, proclítica, servia a dois propósitos, podendo demarcar o início de um parágrafo ou sentença ou simplesmente significar “e”, exercendo uma função similar à da enclítica latina *-que*. O persa, por sua vez, utilizaria a enclítica *-cā* (ou o termo *utā*, que, em regra, vem antes da palavra adicionada) para indicar adição. Na passagem acima, temos um complicado trecho com uma sequência de quatro elementos restaurados ao povo pelo rei Dario: a propriedade, o gado, os servos e as casas. Em persa, a sequência poderia ser expressa, esquematicamente, como “A-*cā* B-*cā* C-*cā* com D” (isto é, D estaria no caso instrumental) ou como “A B-*cā* C-*cā* com D”, mas jamais acrescentando-se um *-cā* ao substantivo no caso instrumental, como aparece em Behistun. A explicação provável para o erro é que o rei Dario teria ditado ao escriba “A-*cā* B-*cā* C-*cā* com D” e este, tentando evitar traduzir o primeiro *-cā* pelo elamita *ak*, pelo que poderia indicar equivocadamente o início de uma sentença, omitiu-o no primeiro termo. Ao mesmo tempo, por uma tradução mecânica, quis traduzir todos os três “-*cā*” ditados por Dario, de forma que acrescentou indevidamente um *ak* ao quarto termo, o que conduziu ao equívoco na retradução, com um *-cā* diante do

⁸⁴⁰ Segundo Kent, uma palavra de forma e significado desconhecido, Cf. KENT, 1950, p. 168-169; cf. também SCHMITT, 2014, p. 124.

⁸⁴¹ O “povo” (*kāra*) teria sido fixado no seu lugar. Pelo paralelismo de casos, Média, Pérsia e “outros *dahyāva*”, no acusativo, só pode ser conteúdo de *karam* (povo/ exército). Cf., no entanto, discussão adiante.

instrumental plural de *viθ-*. No entanto, Dario presumivelmente ditou a sentença de forma correta, como *abicarišcā gaiθāmcā māniyamcā viθbiš*.⁸⁴²

Tendo em vista as inúmeras dificuldades apresentadas pela língua elamita e, ademais, o fato de que a versão original da inscrição fora provavelmente ditada em persa, é preciso investigar agora o próprio uso de *xšaça-* na epigrafia real. Trata-se de um termo de gênero gramatical neutro, com forma do nominativo e acusativo singular *xšaçam*, geralmente traduzido como “reino” ou “reinado”.⁸⁴³ A princípio, os especialistas interpretaram este termo como denotando, ao mesmo tempo, uma realidade física (o território imperial) e outra, abstrata (o poder real).⁸⁴⁴ Nesse sentido expressou-se Benveniste:

Dessa mesma raiz, o iraniano tirou vários outros termos. Primeiro, o avéstico *xšaθra*, que corresponde ao sânscrito *kṣatra*, e cuja forma persa específica é *xšaça*; ela é, ao mesmo tempo, o poder e o domínio onde se exerce esse poder, a realeza e o reino. Quando Dario, nas suas bênçãos, diz “Ahura-Mazda me conferiu este *xšaça*”, trata-se de um e do outro, o próprio poder e o reino.⁸⁴⁵

David Asheri, percebendo uma preponderância do sentido físico no período aquemênida, aduziu que:

Na língua persa dos reis aquemênidas, a partir da inscrição de Behistun, é recorrente o termo *khshasa*, “reino”, na sua dupla acepção de “poder” real e de território dominado pelo rei, e supôs-se que o termo persa tenha sofrido um desenvolvimento semântico análogo ao do *imperium* latino; mas talvez seja mais fácil documentar um desenvolvimento semântico em sentido oposto, de “território” a “poder” real.⁸⁴⁶

Onorato Bucci acreditava que *xšaça-* se referiria ao conjunto de *dahyāva* (países) submetidos, contando, portanto, com um sentido imperial.⁸⁴⁷ Invocando o valor semântico de seu correlato avéstico, *xšaθra*,⁸⁴⁸ Bucci também defendeu que o termo denotaria, ao mesmo tempo, uma realidade abstrata e outra, concreta. “Em relação à nova estrutura estatal que Dario acabava de criar, *xšaça-* é, de um lado, o *Imperium*, o poder real em sentido abstrato”,

⁸⁴² GERSHEVITCH, 1979, p. 129-131.

⁸⁴³ KENT, 1950, p. 181.

⁸⁴⁴ Com sentido exclusivamente abstrato (*Herrschgewalt, Obergewalt, Herrschmacht*) em BARTHOLOMAE, 1904, p. 542; Mas *Herrschaft, Königtum, Reich* em BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, 1964, p. 126.

⁸⁴⁵ BENVENISTE, 1969, p. 19.

⁸⁴⁶ ASHERI, 2006, p. 35-36, tradução de P. Butti de Lima.

⁸⁴⁷ BUCCI, 1985, p. 673.

⁸⁴⁸ Ibid., p. 676-678.

diz o autor, “mas também (...) o império em sentido concreto, o *dominium* (...) e, portanto, intercambiável com o nosso *Kingdom*”.⁸⁴⁹

Essa perspectiva, contudo, foi fortemente contestada por muitos especialistas e, hoje, o consenso não acredita que os antigos persas detivessem uma terminologia específica para o império⁸⁵⁰ ou que *xšaça-* denotasse uma realidade abstrata (o “poder” imperial).⁸⁵¹ Claudia Tanck, por exemplo, assegura que a palavra se referiria a uma área, seja à província da Pérsia ou, mais comumente, ao conjunto de todas as províncias do império, isto é, o território imperial.⁸⁵² Mais especificamente, Gherardo Gnoli argumentou que *xšaça-* teria sentido exclusivamente territorial, devido às passagens que o descrevem como tendo “bons homens e bons cavalos” e, ademais, por ser intercambiável, nas fórmulas reais, com o conceito de *dahyāuš* (país).⁸⁵³ Também a evolução semântica do termo no persa médio (*šahr*), com sentido inequivocamente territorial, foi invocada em defesa de tal posição.⁸⁵⁴

Divergem de Gnoli e Tanck autores recentes, como Lori Khatchadourian e Bruce Lincoln. Khatchadourian assevera que “a solução mais duradoura” para o debate tem sido admitir ambos os sentidos de *xšaça-*, invocando, para tanto, estudos de Bartholomae e Kellens.⁸⁵⁵ No entanto, muita discussão sucedeu os apontamentos de Bartholomae, de 1902, enquanto Kellens, adotando uma posição diametralmente oposta à de Gnoli, defendeu que o próprio sentido territorial de *xšaça-* seria questionável.⁸⁵⁶ Bruce Lincoln, por sua vez, recorreu às já mencionadas posições de Benveniste e Kellens para defender a dualidade semântica de *xšaça-*,⁸⁵⁷ mas, como vimos, a discussão de Benveniste é muito breve e Kellens tende à defesa de um sentido abstrato do termo, além de ter sido especificamente rebatido por Gnoli em artigo de 2007, que mereceria apreciação apartada. Tanto Lincoln e Khatchadourian, contudo, abordam a questão apenas marginalmente, ocupando-se de temas mais amplos como a relação entre religião e império e a administração satrapal.⁸⁵⁸

À luz, portanto, do consenso consubstanciado na posição de Gnoli, gostaríamos de reavaliar a evidência das inscrições reais aquemênidas. Abaixo há uma relação das

⁸⁴⁹ BUCCI, 1985, p. 693.

⁸⁵⁰ BRIANT, 1996, p. 9; HERRENSCHMIDT, 1980, p. 71-72.

⁸⁵¹ WIESEHOFER, 2001, p. 56: “que *xšaça* nas inscrições não tenha o sentido abstrato de ‘reinado’, mas o sentido concreto de ‘reino’ foi estabelecido com muitos bons fundamentos”.

⁸⁵² TANCK, 1997, p. 231-232.

⁸⁵³ GNOLI, 1972, p. 90-91.

⁸⁵⁴ GNOLI, 1972 ; Id., 2007.

⁸⁵⁵ KHATCHADOURIAN, 2016, p. 3-4.

⁸⁵⁶ KELLENS, 2002, p. 438: “le parallélisme n’a rien de décisif. Non seulement il pourrait ne confirmer que le sens alternatif de «royaume» admis depuis toujours, mais ce n’est même pas sûr”.

⁸⁵⁷ LINCOLN, 2007, p. 45; 123.

⁸⁵⁸ Estão, contudo, de acordo com SCHMITT, 2014, p. 284 (ver discussão adiante).

ocorrências do termo, segundo as convenções presentes em Schmitt (2009), pela sequência cronológica dos reis persas.⁸⁵⁹

Tabela 1: ocorrências de xšaça- nas inscrições reais aquemênidas.

OCORRÊNCIAS DE XŠAÇA- NAS INSCRIÇÕES REAIS		
n.	Localização	Excerto
1	DB §5(D)	Ahura-Mazda me conferiu este xšaçam...
2	DB §9(B)	Ahura-Mazda me conferiu este xšaçam...
3	DB §9(D)	Até que eu mantivesse este xšaçam unido...
4	DB §9(F)	Pelo favor de Ahura-Mazda, detenho este xšaçam.
5	DB §11(Q)	Ele tomou o xšaçam...
6	DB §11(S)	Assim ele tomou o xšaçam...
7	DB §12(B)	esse xšaçam... que Gaumata... roubou
8	DB §12(D)	esse xšaçam ... Foi de nossa família
9	DB§ 13(E)	...roubar o xšaçam
10	DB § 13(W)	Eu tomei o xšaçam dele
11	DB § 13(Z)	Ahura-Mazda me conferiu este xšaçam
12	DB § 14(B)	O xšaçam... Que havia sido tomado à nossa família
13	DB § 16(R)	Ele tomou o xšaçam que havia na Babilônia
14	DHa §2(B)	Este xšaçam que eu detenho...
15	DPd §1(D)	Ele lhe conferiu o xšaçam
16	DPh §2(B)	Este xšaçam que eu detenho...
17	DSf §3(F)	Ele me conferiu este xšaçam, que é grande, que contém bons homens e bons cavalos...
18	DZc §1(G)	... Que conferiu a Dario, o rei, o xšaçam, que é grande, que contém bons homens e bons cavalos...
19	XPa §4(C)	Que Ahura-Mazda proteja... meu xšaçam
20	XPb §3(H)	Que Ahura-Mazda proteja... meu xšaçam
21	XPd §3(F)	Que Ahura-Mazda proteja... meu xšaçam
22	XPf §5(C)	Que Ahura-Mazda proteja... meu xšaçam
23	XPg §1(N)	Que Ahura-Mazda proteja... meu xšaçam
24	XSc §2(G)	Que Ahura-Mazda proteja... meu xšaçam
25	XVa §3(M)	Que Ahura-Mazda proteja... meu xšaçam
26	A'P §3(G)	Que Ahura-Mazda proteja... meu xšaçam
27	D ² Ha §3(G)	Que Ahura-Mazda me proteja... e o xšaçam que me foi concedido...

⁸⁵⁹ Cf. também o levantamento de SCHMITT, 2014, p. 117.

28	A ² Hc §3(D)	Ahura-Mazda me conferiu o xšačam
29	A ² Hc §3(F)	Que Ahura-Mazda proteja... meu xšačam

Nota-se, primeiramente, que depois de Dario, isto é, de Xerxes I a Artaxerxes II, o termo aparece apenas na fórmula apotropaica “que Ahura-Mazda, junto com os deuses, proteja a mim e a meu *xšačam*” (*mām A^huramazdā pātuv/ hadā bagaibiš/ utamai xšačam*), com uma exceção (A²Hc §3). Esta fórmula parece sugerir um sentido concreto, territorial do termo, o que poderia ser confirmado pelo uso, em fórmulas similares, do termo *dahyu-* (país) como seu correspondente (por exemplo, em A³Pa§B-E). A ideia é que os deuses protejam o rei e seu país, com aquilo que ele contém, embora pudéssemos talvez imaginar que os aquemênidas desejassem, por esse pedido, assegurar a perpetuidade do poder em si.

Durante o reinado de Dario, pelo menos quatro passagens apontam um sentido inequivocamente territorial do termo: DHa§2(B), DPh§2(B), DSf§3(F) e DZc §1(G). Nos dois primeiros casos, o rei indica a extensão territorial do seu *xšača-* (precedido de um pronome dêitico de proximidade, *ima*) em termos dos países ou povos por ele submetidos. Em DSf §3(F-H) e DZc §1(G), o rei Dario qualifica seu *xšača-* como “grande”, contendo “bons homens e contendo bons cavalos”, com um evidente sentido concreto. Foi, aliás, esta passagem que Gnoli comparou com fórmulas idênticas, nas quais *dahyu-* é usado como sinônimo de *xšača-*.⁸⁶⁰

Em Behistun, muitas passagens não permitem aferir se o sentido do termo seria territorial ou abstrato, imperial ou meramente monárquico. Em DB §5, por exemplo, lê-se:

θātiy Dārayavauš xšāyaθiya: vašnā A^huramazdāha adam xšāyaθiya amiy;
A^huramazdā xšačam manā frābara.

Diz Dario, o rei: pelo favor de Ahura-Mazda, eu sou rei. Ahura-Mazda me deu o reino.

Aqui o *xšača-* é objeto de uma concessão divina, provavelmente indicando a totalidade do império. Sua natureza, contudo, não pode ser determinada. Da mesma forma, em DB §11:

θātiy Dārayavauš xšāyaθiya: pasāva 1 martiya maguš āha, Gaumāta nāma;
hauv udapatatā hacā Paišiyāvādāyā, Arakādriš nāma kaufā, hacā avadaša,
Viyaxnahya māhayā 14 raucabiš θakatā āha,⁸⁶¹ yadiy udapatatā, hauv

⁸⁶⁰ GNOLI, 1972, p. 91.

⁸⁶¹ Dificuldades surgem quando se tenta entender o uso do instrumental nesta fórmula. Para KENT, ele expressa especificação de unidade de medida, podendo ser traduzido como “do mês de Viyaxna, 14 [de algo], em dias,

kārahayā avaθā adurujiya: “adam Baṛdiya amiy, haya Kurauš puça, Ka^mbujiyahayā brātā”; pasāva kāra haruva hamiçiya abava hacā Ka^mbujiyā abiy avam ašiyava, utā Pārsa utā Māda utā aniyā dahyāva; xšaçaṃ hauv agaṛbāyatā, Garmapadahaya māhayā 9 raucabiš θakatā āha, avaθā xšaçaṃ agaṛbāyatā; pasāva Ka^mbujiya uvāmaršiyuš amariyatā.⁸⁶²

Diz Dario, o rei: então havia um certo⁸⁶³ mago, de nome Gaumata. Ele se rebelou⁸⁶⁴ a partir de Paišiyāuvadā, uma montanha de nome Arakadriš, de lá [ele se rebelou].⁸⁶⁵ Eram passados 14 dias do mês de Viyaxna quando ele se rebelou (e) mentiu assim ao povo: “eu sou Bardiya, o filho de Ciro, irmão de Cambises”. Então, o povo inteiro se rebelou contra Cambises e se bandeou para aquele [Gaumata] - a Pérsia, a Média e outros países. Ele tomou o reino. Eram passados 9 dias do mês de Garmapada quando ele tomou o reino. Então, Cambises faleceu.

Na revolta de Gaumata, o *xšaça-* é algo que pode ser roubado, tomado a outrem. Tal fato não esclarece, contudo, o conteúdo específico dessa palavra.

Há, entretanto, duas passagens em Behistun nas quais o termo deve representar um sentido abstrato, ao contrário do que prega o atual consenso. Na sequência da passagem acima, DB §12, a narrativa discrimina dois momentos distintos da atuação de Gaumata, o usurpador, como se a tomada do *xšaça-* não conduzisse, automaticamente, à apropriação do conjunto das províncias do império (o território imperial).

θātiy Dārayavauš xšāyaθiya: aita xšaçaṃ, taya Gaumāta, haya maguš, adinā Ka^mbujiyam; aita xšaçaṃ hacā paruviyata amāxam taumāyā āha; pasāva Gaumāta, haya maguš, adinā Ka^mbujiyam utā Pārsam utā Mādam utā āniyā dahyāva; hauv āyasatā, uvāipašiyam akutā; hauv xšāyaθiya abava.

Diz Dario, o rei: Gaumata, o mago, roubou esse reino a Cambises; esse reino desde muito tempo pertenceu à nossa família. Depois, Gaumata, o mago, roubou a Cambises a Pérsia, a Média e os demais países. Ele [os] tomou, ele [os] tornou sua propriedade. Ele se tornou rei.

Aqui, Gaumata primeiro toma o *xšaçaṃ* e apenas depois (*pasāva*) ele se apropria dos países (*dahyāva*) que comporiam este *xšaça-*. Em outras palavras, ele se apropria de uma esfera da realeza que não compreende *tout court* o território imperial, sendo, com toda

havam passado” (1950, p. 82). Outra possibilidade é fornecida por WINDFUHR: “Do mês de Viyaxna, pelos 14 dias, [os dias] haviam passado” (2009, p. 114).

⁸⁶² “Morreu sua própria morte”. Uma passagem bastante debatida, como já dito, mas, considerando os paralelos da versão elamita em outros documentos do império, aparentemente não indica mais do que “falecer”. Cf. STOLPER, 2015. Pensou-se, anteriormente, tratar-se de suicídio ou acidente (KENT, op. cit., p. 177).

⁸⁶³ Lit. “um homem mago”.

⁸⁶⁴ O sentido é de “rebelar-se” (BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, 1964, p. 138).

⁸⁶⁵ De acordo com KUHRT, *Paišiyāuvadā* seria uma cidade em Fars, perto de Pasárgada (2007, p. 152). O nome elamita é *Našir*. Lecoq informa que a etimologia do nome da cidade, em persa, não é clara e que, apesar de se tratar de uma cidade, a versão acadiana traz um determinativo para o nome de países (LECOQ, 1997, p. 190).

probabilidade, uma referência ao poder ou ao governo do império. Também não faria sentido pensar na distinção entre um ato pontual (tomada do poder) e um processo efetivo de controle, uma vez que a segunda etapa da usurpação envolve expressamente o “roubo” dos territórios. Um comentário de Lecoq sobre a “redundância” desta passagem, implicando a tomada pela força e a apropriação jurídica como fases distintas, deve se referir apenas à segunda parte da descrição (ao uso do verbo $\sqrt{yan}$ e uma expressão com $\sqrt{kar}$).⁸⁶⁶

Se esse apontamento for correto, é possível que uma grande parte das passagens análogas de valor semântico “indeterminável” também se refiram ao poder real, em sentido abstrato. Ressalte-se que o próprio Schmitt assim traduz o termo (por *Herrschaft*, em sentido abstrato, e não *Reich*) em alguns destes casos (DB §5(D), DB §11(Q) etc.).⁸⁶⁷

Outra passagem, em particular, dá o que pensar. Em DB §16, diz-se:

utā 1 martiya Bābiruviya, Nadiⁿtabaira nāma, Ānairahayā puça, hau udapatatā Bābirauv kām avaθā adurujiya: “adam Nabukudracara amiy haya Nabunaitahayā puça”. pasāva kāra haya Bābiruvaiya haruva abiy avam Nadiⁿtabairam āšiyava. Bābiruš hamiçiya abava. xšačam taya Bābirauv hau agarbāyatā.

E um homem de nome Nadintabaira, filho de Ainaira, ele se rebelou na Babilônia e mentiu para o povo assim: “eu sou Nabucodonosor, o filho de Nabonido”. Então o povo babilônico inteiro bandeou-se para aquele Nadintabaira. A Babilônia se tornou rebelde. Ele tomou o poder que havia na Babilônia.

Neste trecho, relata-se uma revolta na província da Babilônia e a tomada do *xšaça*- por um falso Nabucodonosor. A revolta é local, de forma que o objeto da apropriação não poderia designar, de forma plausível, o próprio império.⁸⁶⁸ Mais importante, o *xšaça*- é circunscrito, mediante um pronome relativo, por uma localização, especificada pelo uso do locativo (*Bābirauv*): “o que [havia] na Babilônia”.⁸⁶⁹ Seria redundante ou ilógico informar que Nadintabaira (ou Nadintu-Bel) teria tomado o território numa outra área compreendida por este mesmo império. E, a bem da verdade, este não é o caso, já que a reivindicação do rebelde, que se identifica a uma linhagem regional, não poderia se confundir com uma pretensão mais ampla. Por fim, seria desnecessário o uso do locativo para indicar a província, em sentido territorial, se o próprio termo *xšaça*- tivesse conteúdo físico, e essa redundância

⁸⁶⁶ LECOQ, 1997, p. 191.

⁸⁶⁷ SCHMITT, 2009, p. 38; 42. Este autor admite ambos os sentidos, afirmando que “*xšaça*- bezeichnet sowohl die „Herrschaft(sgewalt)“ wie auch konkret das „Herrschaftsgebiet“, also das „Reich“.” Ele acrescenta, contudo, que a diferenciação nem sempre é possível. (SCHMITT, 2014, p. 284).

⁸⁶⁸ Cf. BRIANT, 1996, p. 127-129.

⁸⁶⁹ Cf. KENT, 1950, p. 199.

certamente teria sido evitada pelo escriba mediante outra formulação. Nessa passagem, portanto, *xšaça-* deve ser traduzido pelo “poder” ou “governo” da Babilônia.

Não parece correto Gnoli ao colocar esse caso ao lado de outros dois que envolvem, na verdade, uma disputa pelo império entre Dario e Gaumata (DB §13).⁸⁷⁰ Na passagem por ele invocada, onde um sentido abstrato também é possível, as províncias são objeto indireto da apropriação, não sendo indicado, ademais, o local da ação. Também ao mencionar a descrição da revolta de Āçina, no Elam, Gnoli ignora que o termo *xšaça-* não aparece na sequência sobre este rei rebelde e, portanto, que não é pertinente ao caso de Nadintabaira.⁸⁷¹

Também não é convincente a posição de Claudia Tanck, que mobiliza em sua análise menos da metade das passagens atestadas. Além disso, tanto Tanck quanto Gnoli atribuem grande relevância em sua argumentação aos paralelos entre *xšaça-* e *dahyu-* em algumas inscrições reais,⁸⁷² mas, como notaram Bucci e Kellens, *xšaça-* poderia ser um termo mais amplo, pelo qual *dahyu-* estivesse compreendido.⁸⁷³ A ausência de uma correspondência direta é comprovada, ademais, pelo fato de que *dahyu-* não é um termo expressamente utilizado para designar a totalidade do território imperial, porquanto *xšaça-* preponderante o é. Não há, em verdade, outras associações expressas de *xšaça-* a uma “província” nas ocorrências listadas.⁸⁷⁴

Antes de tecer algumas conclusões, é preciso considerar brevemente a evidência indireta das fontes gregas para o termo *xšaça-*. E, em que pese a grande barreira cultural e linguística entre helenos e persas,⁸⁷⁵ existem pelo menos três motivos para acreditar que essas fontes tenham algum valor para o presente estudo: (i) os autores são contemporâneos, ou

⁸⁷⁰ GNOLI, 1972, p. 91.

⁸⁷¹ Ibid., p. 89-90 : “Anche altrove, nella medesima iscrizione, divenire re e impossessarsi dello *xšaça-* sono espressioni perfettamente equivalenti : il ribelle Āçina divenne re in Elam : *hauv xšāyaθiya abava ūvjaīy* ; i ribelle Nadi^atabaira (Nidintu-Bēl) si impossessò dello *xšaça-* in Babilonia : *xšačam taya Bābirauv hau aḡarbāyatā*”. No entanto, apesar dessa aproximação, em nenhuma passagem se diz que Āçina tomou a *xšaça-*.

⁸⁷² GNOLI, op. cit., p. 114; TANCK, 1997, p. 231-232.

⁸⁷³ BUCCI, 1985, p. 693; KELLENS, 2002, p. 438.

⁸⁷⁴ Os autores argumentam que *xšaça-* deve se referir à *dahyu-* da Pérsia porque a fórmula para a descrição de ambos (“contendo bons homens e bons cavalos”) encontra múltiplos paralelos (Cf. GNOLI, 2007, p. 114; TANCK, 1997, p. 231). Compare-se, por exemplo, DSf §3 (“*haumai ima xšačam frābara, taya vazarḡam, taya uvasam umartiyam*”) a DPd §2 (“*iyam dahyāuš Parsa, tayām manā A^huramazdā frābara, hayā naibā uvaspā umartiyā*”). LINCOLN também afirma que *xšaça-* se aplicaria precipuamente “à Pérsia e suas áreas adjacentes” (2007, p. 70). No entanto, não há vinculação direta do *xšaça-* à Pérsia e o termo usado para designá-la é, por excelência, *dahyu-*. Em razão dessa diferença estatística, é evidente que existia uma distinção semântica entre os dois termos e que a *xšaça-* era uma designação mais abrangente. Assim, maior razão assiste a TANCK quando afirma que a conotação de *xšaça-* como conjunto de territórios submetidos “ist weitaus häufiger der Fall” (op. cit., p. 231).

⁸⁷⁵ Pouquíssimos gregos sabiam persa antigo. Cf. MILLER, 1997, p. 131-132; Destaque-se, contudo, a recente discussão de SCHMITT, 2011a, propondo informantes bilíngues de Heródoto que seriam ativos na administração ou no comércio do império, talvez dominando alguma língua franca não irânica, como o aramaico, além do grego.

possuem fontes contemporâneas, ao Império Persa Aquemênida; (ii) os gregos chegaram a adotar palavras oriundas de línguas iranianas (satrapia, por exemplo);⁸⁷⁶ (iii) a inscrição de Behistun atesta que a documentação oficial era traduzida para a língua dos súditos, dos quais os gregos faziam parte.⁸⁷⁷

O primeiro caso deriva da reconstrução de uma sentença persa em Aristófanes por Mayrhofer e Brandenstein. Na peça *Acarnenses*, Pseudartabas pronuncia uma sentença em persa que, para alguns autores,⁸⁷⁸ não teria um sentido claro, mas apenas a intenção de provocar riso. Brandenstein, contudo, argumenta que “*ια ρταμανε Ξαρξα ναπισσ-(Ι)ονα σατρα*” (como ele reconstrói a sentença)⁸⁷⁹ corresponderia a “*haya artamanā Xšayāršā napaišuv yaunam xšačam*”, ou “o Xerxes de mente piedosa [saúda] o reino”⁸⁸⁰ grego nas águas”.⁸⁸¹ Seria talvez este o reconhecimento do “império” ateniense como um equivalente, em sentido territorial? A verdade é que, como afirma Miller, essa reconstrução exige alguma “boa vontade”⁸⁸² e, por segurança, deve ser descartada.

O segundo caso é o epitáfio de Ciro em Pasárgada, registrado por Aristóbulo de Cassandreia, o historiador oficial de Alexandre, e transmitido por três autores tardios: Arriano, Plutarco e Estrabão. De acordo com Arriano, Aristóbulo teria sido incumbido de restaurar a tumba de Ciro.⁸⁸³ Ele afirma, ainda, que a inscrição original teria sido grafada em cuneiforme persa,⁸⁸⁴ o que também é sugerido por Plutarco, segundo o qual Alexandre teria mandado traduzir a inscrição para o grego.⁸⁸⁵ As três versões são as seguintes:

[Versão de Plutarco]

Ὁ ἄνθρωπε, ὅστις εἶ καὶ ὅθεν ἦκεις, ὅτι μὲν γὰρ ἦξεις, οἶδα, ἐγὼ Κῦρος εἰμὶ ὁ Πέρσαις κτησάμενος τὴν ἀρχήν. μὴ οὖν τῆς ὀλίγης μοι ταύτης γῆς φθονήσης ἢ τοῦ μὲν σῶμα περικαλύπτει⁸⁸⁶

Ó homem, quem quer que sejas e de onde quer que venhas, porque eu sei que virás: eu sou Ciro, aquele que adquiriu a *archē* para os persas. Não me invejes, por conseguinte, essa pouca terra que cobre meu corpo.

[Versão de Estrabão]

⁸⁷⁶ BROSIUS, 1999, p. 483. No entanto, o termo não é atestado em persa antigo e deve ter sido tomado de outro dialeto iraniano, cf. JACOBS, 2011.

⁸⁷⁷ RAAFLAUB, 2009, p. 89-90.

⁸⁷⁸ HENDERSON, 1998, p. 69: “comic Persian (...)”.

⁸⁷⁹ Os autores mencionam três versões dos manuscritos e fornecem uma possibilidade de leitura.

⁸⁸⁰ Isto é, o xšaça-.

⁸⁸¹ BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, 1964, p. 91.

⁸⁸² MILLER, 1997, p. 131.

⁸⁸³ Arr. An. 6.29.10

⁸⁸⁴ Arr. An. 6.29.8

⁸⁸⁵ Plu. Alex. 69.2.

⁸⁸⁶ Plu. Alex. 69.2-3.

Ὡ ἄνθρωπε, ἐγὼ Κῦρος εἰμι, ὁ τὴν ἀρχὴν τοῖς Πέρσαις κτησάμενος καὶ τῆς Ἀσίας βασιλεύς· μὴ οὖν φθονήσης μοι τοῦ μνήματός.⁸⁸⁷

Ó homem, eu sou Ciro, aquele que adquiriu para os persas a *arché* e o rei da Ásia. Não invejes, por conseguinte, o meu monumento.

[Versão de Arriano]

Ὡ ἄνθρωπε, ἐγὼ Κῦρος εἰμί, ὁ Καμβύσου ὁ τὴν ἀρχὴν Πέρσαις καταστησάμενος καὶ τῆς Ἀσίας βασιλεύσας· μὴ οὖν φθονήσης μοι τοῦ μνήματός.⁸⁸⁸

Ó homem, eu sou Ciro, filho de Cambises, aquele que fundou a *arché* para os persas e que governou a Ásia. Não invejes, por conseguinte, o meu monumento.

David Stronach demonstrou, de forma convincente, que tal “epitáfio” teria uma trajetória tortuosa e, longe de representar uma fonte autêntica do reinado de Ciro, expressa anseios dos próprios gregos. As inscrições atribuídas a Ciro em Pasárgada (CMA, CMb, CMc) não trazem um tal texto.⁸⁸⁹ Além disso, elas não poderiam remontar à era do fundador, já que seu cuneiforme é posterior a Behistun, sendo mais provável que tenham integrado o projeto de legitimação do próprio Dario.⁸⁹⁰ A comitiva de Alexandre, por sua vez, parece ter imprimido uma nova leitura às inscrições, acrescentando-lhes noções que se harmonizariam com as pretensões do macedônio ao governo da “Ásia” (isto é, do Império Persa).⁸⁹¹ Como Ciro era, a esta altura, um conhecido monarca da tradição clássica (nas obras de Heródoto e Xenofonte), a associação com a sua personalidade seria duplamente conveniente. O próprio título de “rei da Ásia” não consta das fontes aquemênidas.⁸⁹²

De fato, é difícil imaginar qual poderia ter sido a mensagem original deste documento em persa. Mas seria talvez lícito indicar que algumas de suas fórmulas encontram possíveis correspondências nas inscrições de Dario, na provável época de sua confecção, e que seu estilo, pelo menos nas versões mais sóbrias, não é de todo absurdo. É comum, por exemplo, que as inscrições reais contenham mensagens aos interlocutores, iniciando-se por um vocativo e dirigindo-se ao leitor com ordens e conselhos, como em DNa §6, “*martiyā, hayā A^huramazdāhā frāmānā, hautai gastā mā θadaya*”,⁸⁹³ ou, “homem, aquilo que é o comando

⁸⁸⁷ Str. Geo. 15.3.7.

⁸⁸⁸ Arr. An. 6.29.8.

⁸⁸⁹ SCHMITT, 2009, p. 35-36.

⁸⁹⁰ O divisor de palavras do cuneiforme persa tem uma forma mais recente se comparada à de Behistun e as estruturas relativas a essas inscrições não teriam sido finalizadas durante o reinado de Ciro. Cf. STRONACH, 2000, p. 688-690.

⁸⁹¹ Ibid., p. 692-698.

⁸⁹² STRONACH, op. cit., p. 696.

⁸⁹³ SCHMITT, op. cit., p. 104.

de Ahura-Mazda, que isto não te pareça ruim”.⁸⁹⁴ E o título “rei da Ásia” poderia ser uma leitura da fórmula “*xšāyaθiya ahyāyā bumiyā*” (“rei nessa terra”, p.e., DSd §1), já que, para os gregos, os persas concebiam seu território como a totalidade da Ásia.⁸⁹⁵ Nesse caso, o candidato mais provável para o grego *archē* seria o persa *xšaça-*, aqui com sentido territorial. Mas, a fim de evitar um dispêndio infrutífero de tempo, essa hipótese deve ser descartada pela natureza enviesada das fontes, e discutida adiante, no caso grego.

Reunindo a evidência acima analisada, conclui-se, primeiramente, que o termo *xšaça-* teria, de fato, um preponderante conteúdo territorial. Ainda assim, algumas passagens da inscrição de Behistun, a mais antiga evidência para o persa antigo, parecem indicar que o termo tivera originalmente também uma conotação abstrata, atenuada com o tempo. Sem dúvida, a evidência para os reinados de Xerxes e seus sucessores não autoriza que se fale num sentido precipuamente abstrato. Além disso, o termo parece especificar-se ao longo do tempo como designador do império, e não de qualquer outra entidade territorial. Na maior parte dos casos, designa o conjunto dos domínios do rei dos reis. É o império territorial dos persas.

É preciso ressaltar que os antigos iranianos conheciam palavras para designar o poder real, o que se confirma pelo significado abstrato do avéstico *xšaθra*. Alguns especialistas aventaram até mesmo a hipótese de que o indo-iraniano possuiria originalmente duas formas com acentuações diferentes (**ksatrā-* e **ksátra-*), de sentido respectivamente abstrato e territorial, o que seria aferível pelas diferenças de sentido entre os correspondentes em védico, avéstico e persa.⁸⁹⁶

Sobre o médio persa *šahr*, foi dito que adquiriu um sentido inequivocamente territorial sob os sassânidas,⁸⁹⁷ uma dinastia iraniana que governou a Mesopotâmia e a Pérsia dos séculos III ao VII d.C. Tal fato tem sido usado para argumentar em favor do sentido exclusivamente concreto de *xšaça-* no persa antigo. Com efeito, o termo denota uma área física, e foi empregado em ŠKZ (inscrição de Sapor ou “Šapur” I, em Kava-i Zardust') para se referir a países inespecificamente, como a Assíria (ŠKZ, 10), a Dácia (ŠKZ, 19) e Roma (ŠKZ, 6). Sua tradução, nas versões gregas, para *éthnos* e *archē*, não parece indicar sentidos especialmente distintos, já que o primeiro termo poderia denotar uma província e o segundo é atribuído à imperícia do escriba.⁸⁹⁸ Ainda assim, o conceito criado pelos sassânidas para

⁸⁹⁴ Fórmulas parecidas aparecem também em DB e DNb.

⁸⁹⁵ Hdt. 9.116.

⁸⁹⁶ SCHMITT, *Apud* GNOLI, 2007, p. 111.

⁸⁹⁷ MACKENZIE, 1971, p. 79: “šahr: land, country; city”.

⁸⁹⁸ GNOLI, 2007, p. 113-115.

designar seu império foi Ērānšahr (terra, império dos arianos)⁸⁹⁹. Destarte, mesmo com conotação territorial, o sucessor de *xšaça-* continuou a cumprir um papel importante no programa ideológico em que se baseou a própria ideia de Irã.⁹⁰⁰

Ao longo do exame de *xšaça-*, outro termo com o qual nos deparamos reiteradamente foi o persa *dahyu-* (nominativo, singular: *dahyāuš*), que é um substantivo feminino, originalmente entendido como “distrito”, “província” ou “província administrativa”.⁹⁰¹ Muitas vezes, o termo aparece na forma do plural,⁹⁰² antecedido por um pronome dêitico de proximidade, a fim de indicar um rol de países que segue (geralmente países rebeldes ou dominados).⁹⁰³ Dois debates envolvem o significado deste termo, a saber: (i) se ele teria um conteúdo demográfico, territorial ou ambos; (ii) se ele teria um significado técnico, designando uma circunscrição administrativa. Ao fim e ao cabo, como veremos, é um candidato fraco para a acepção de império, porque frequentemente denota entidades menores, que compõem a *xšaça-*.

Até a década de 1990, autores destacados, como Pierre Lecoq, defendiam que esse termo denotaria uma realidade demográfica.⁹⁰⁴ Segundo Lecoq, “nas versões persas antigas, a palavra que significa povo é *dahyu*” (enquanto os textos babilônicos falaria apenas de “países”).⁹⁰⁵ Cuyler Young Jr., na *CAH*, também defendeu essa interpretação ao tratar das listas de *dahyāva*: “argumentou-se que teríamos catálogos de províncias em várias inscrições persas antigas (...) mas essas são, antes, listas de alguns dos povos dominados”.⁹⁰⁶ Até 1973, esta visão também foi esposada por George Cameron, para quem,

Listas, de fato, todas elas são, mas eu não estou mais convencido de que sejam listas de províncias ou de satrapias administrativas. Com a possível única exceção da quinta lista (XPh), me parece que os grandes reis (ou seus burocratas escribas) não estão enumerando terras, mas vários grupos de povos que eles julgavam dignos de menção específica.⁹⁰⁷

⁸⁹⁹ GNOLI, 1989, p. 130; WIESEHOFER, 2001, p. 165; MACKENZIE, 2011: “Essa formulação, seguindo seu título ‘rei dos reis dos arianos’, torna muito provável que *ērānšahr* denotasse propriamente o império”.

⁹⁰⁰ A respeito desse programa, a tentativa dos sassânidas de se vincular à tradição zoroastriana mais remota, Cf. GNOLI, 1989, p. 129-148.

⁹⁰¹ KENT, 1950, p. 55; 190. Da mesma forma em BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, 1964, p. 114: “Land, Gau, Provinz”.

⁹⁰² Para a morfologia desta palavra, cf. BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, op. cit., p. 64

⁹⁰³ DB §6.

⁹⁰⁴ Para Bartholomae, seria um território, frequentemente indicando seus habitantes: “Landgebiet, Landschaft, Land, oft zugleich auch von den Bewohnern” (BARTHOLOMAE, 1904, p. 706).

⁹⁰⁵ LECOQ, 1997, p. 136.

⁹⁰⁶ YOUNG JR., 2008, p. 87.

⁹⁰⁷ CAMERON, 1973, p. 47.

Pierre Briant, admitindo os dois sentidos (povo e país), também chegou a rejeitar que as listas de *dahyāva* fossem um registro de circunscrições administrativas, em parte devido às variações entre as principais listas antigas que conhecemos: DB, DPe, DSe, DNa e DSa.⁹⁰⁸

Nas palavras de Briant,

Deve-se admitir que nem as listas nem as representações constituem catálogos administrativos que refletiriam uma imagem realista do espaço imperial. Não são circunscrições administrativas as que os grandes reis fizeram representar. O termo utilizado nas inscrições é dahyu (povo). Os reis não tinham a intenção de transmitir uma lista completa e precisa: as listas inscritas não são nada mais do que uma seleção de países subjugados.⁹⁰⁹

Essa posição, contudo, está hoje superada. O consenso aponta que o significado principal do termo em persa antigo é o de uma área geográfica.⁹¹⁰ A argumentação de Cameron, baseada na versão elamita, foi especificamente rebatida por Gershevitch⁹¹¹ e a evidência documental foi reavaliada por Schmitt.⁹¹² Entre outros argumentos, invoca-se novamente a alternância do persa antigo *dahyu-* com *xšaça-*, sendo forçoso um sentido territorial.⁹¹³

Sobre o segundo ponto, a opinião acadêmica representou um percurso, em certa medida, circular. Nos léxicos e dicionários,⁹¹⁴ a palavra apareceu desde cedo com significado técnico (província), e assim foi entendida por um especialista do calibre de Ernst Herzfeld, em 1968: “nas inscrições do persa antigo, nós temos presentemente seis listas de províncias, *dahyāuš*”.⁹¹⁵ No entanto, a inconstância do número de países nas inscrições reais e as divergências em relação a Heródoto fomentaram dúvidas, e alguns autores, como Pierre Briant⁹¹⁶ e Christopher Tuplin,⁹¹⁷ desconfiaram de seu sentido técnico.

Heródoto relata que Dario, após ascender ao trono, teria realizado uma reforma administrativa no império, dividindo-o em algumas circunscrições. Em suas palavras,

⁹⁰⁸ BRIANT, 1996, p. 189; p. 195.

⁹⁰⁹ Ibid., p. 189.

⁹¹⁰ Para a evolução desse entendimento em outros autores, cf. TANCK, 1997, p. 226.

⁹¹¹ GERSHEVITCH, 1979, p. 160.

⁹¹² *Apud* HUYSE, 2001. Cf. também SCHMITT, 2014, p. 162: *dahyu-* “(...) bezeichnet aber immer ein irgendwie begrenztes Territorium”.

⁹¹³ Ibid.

⁹¹⁴ KENT, 1950, p. 55; 190. Da mesma forma em BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, 1964, p. 114: “Land, Gau, Provinz”.

⁹¹⁵ HERZFELD, 1968, p. 292.

⁹¹⁶ BRIANT, 1996, p. 187-189.

⁹¹⁷ Baseando-se no já rebatido Cameron (TUPLIN, 1987, p. 113).

ποιήσας δὲ ταῦτα ἐν Πέρσῃσι ἀρχὰς κατεστήσατο εἴκοσι, τὰς αὐτοὶ καλέουσι σατραπείας· καταστήσας δὲ τὰς ἀρχὰς καὶ ἄρχοντας ἐπιστήσας ἐτάξατο φόρους οἱ προσιέναι κατὰ ἔθνεά τε καὶ πρὸς τοῖσι ἔθνεσι τοὺς πλησιοχώρους προστάσων, καὶ ὑπερβαίνων τοὺς προσεχέας τὰ ἑκαστέρῳ ἄλλοισι ἄλλα ἔθνεα νέμων.

E tendo feito essas coisas na Pérsia, ele [Dario] estabeleceu 20 províncias, que eles [os persas] denominam satrapias. E, tendo estabelecido as províncias e indicado governadores, ele ordenou que lhe pagassem tributos por povos, juntando a esses povos os adjacentes, ou passando por cima dos vizinhos e distribuindo os povos restantes mais afastados entre outros.⁹¹⁸

A informação providenciada por Heródoto é terminologicamente complexa e historicamente confusa. Ela é terminologicamente complexa, pois, se Heródoto usa o termo *satrapēiē*, ele o faz apenas duas vezes ao longo das *Histórias* (1.192.2 e 3.89.1, acima). As realidades políticas às quais ele pretende se referir por meio da terminologia persa são, preferencialmente, designadas por conceitos como *archē* e *nomós*⁹¹⁹ e, como pode-se inferir pela passagem acima, estas entidades seriam pluriétnicas. Com efeito, Heródoto considera cerca de 70 subdivisões étnicas ou toponímicas a partir destas 20 províncias.⁹²⁰ Além disso, o termo grego satrapia não tem correspondente exato em persa. A inscrição de Behistun (DB § 38) traz somente a palavra cognata *xšaçaṣpāwā* para se referir ao sátrapa da Bactria:

θātiy Dārayavauš xšāyaθiya: Marguš nāmā dahayāuš, hauvmaiy hamiçiyā abava. 1 martiya Frāda nāma mārgava, avam maθištam akunava^{ntā}. pasāva adam frāišayam Dādaršiš nāma, pārsa, manā baⁿdaka, Bāxtriya xšaçaṣpāwā, abiy avam. avaθāšaiy aθaham: “paraidiy avam kām jadiy haya manā naiy gaubataiy”. pasāva Dādaršiš hadā kārā ašiyava hamaranam akunavauš hadā mārgavaibiš. A^huramazdāmaiy upastām abara. vašnā A^huramazdāha, kārā haya manā avam kām tayam hamiçiyam aja vasa iy. Açiyādiyahaya māhayā 23 raucabiš θakatā aha avaθāšam hamaranam kaṣtam.

Diz Dario, o rei: um distrito de nome Margiana, ele se rebelou contra mim. Um homem de nome Frāda, eles o tornaram seu líder. Então eu mandei um persa de nome Dādaršiš, meu servo, sátrapa da Bactria, contra aquele. Assim eu lhe disse: “vai e destrói aquele exército que não se diz meu”. Então Dādaršiš partiu com o exército (e) travou batalha contra os margianos. Ahura-Mazda me trouxe ajuda. Pelo favor de Ahura-Mazda, o meu exército destruiu completamente aquele exército rebelde. Eram passados 23 dias do mês de Açiyādiya quando eles travaram batalha.

⁹¹⁸ Hdt. 3.89.1.

⁹¹⁹ Cf. TUPLIN, 2011, p. 41-42.

⁹²⁰ ASHERI, 2006, p. 102.

Etimologicamente, o termo significa o “protetor do xšaça-”.⁹²¹ A versão grega “satrapia”, contudo, deve ter se originado de um outro dialeto iraniano, e não, diretamente, do persa antigo.⁹²²

Historicamente, ademais, o relato de Heródoto se complica quando comparado às fontes persas. A inscrição de Behistun (§6) faz referência à existência original de 23 *dahyāva*. Ainda que numericamente próxima da descrição das *Histórias*, a informação apresentada pela inscrição persa não pode ser facilmente conciliável com as divisões administrativas apresentadas pelo historiógrafo de Halicarnasso. A décima sexta “província” de Heródoto, por exemplo, inclui quatro povos (partos, corasmos, sogdianos e ários), enquanto as fontes persas indicam a existência de agrupamentos separados para os mesmos *dahyāva*.⁹²³

Supondo que as fontes persas falem de circunscrições administrativas, a evolução do sistema persa de satrapias poderia ser analisada até Xerxes I (486-465 a.C.). Uma inscrição em persa antigo e elamita na tumba de Dario I (522-486 a.C.) elenca as *dahyāva* persas ao final de seu reino e atinge a soma de 29 divisões (excetuando-se a Pérsia).

θātiy Dārayavauš xšāyaθiya: vašnā A^huramazdāhā, imā dahyāva, tayā adam agarbāyam, apataram hacā Pārsā, adamšām patiyaxšayaīy,⁹²⁴ manā bājim abaraha, tayašām hacāma aθa^hhaya, ava akunava, dātam, taya manā, avadiš adaraiya: Māda, Uvaja, Parθava, Haraiva, Bāxtriš, S^uguda, Uvārazmiš, Zraⁿka, Harauvatiš, Θataguš, Gaⁿdāra, Hiⁿduš, Sakā haumavargā, Sakā tigraxaudā, Bābiruš, Aθurā, Arbāya, Mudrāya, Armina, Katpatuka, Sparda, Yauna, Sakā tayaīy paradraya, Skudra, Yaunā takabarā, Putāyā, Kušiyā, Maciyā, Kaṛkā.⁹²⁵

Dario, o rei, proclama: pelo favor de Ahura Mazda, esses são os países que eu conquistei fora da Pérsia: eu os governei, eles me pagaram tributos: aquilo que lhes foi dito por mim, isso eles fizeram, a lei, que era minha, isso os manteve: Média, Elam, Pártia, Ária, Bactria, Sogdiana, Corasmia, Drangiana, Aracósia, Satagídia, Gandara, Índia, os citas que bebem hauma, os citas com chapéus pontudos, Babilônia, Assíria, Arábia, Egito, Armênia, Capadócia, Sardis, Jônia, os citas além do mar, Trácia, Jônios que vestem petasos, Líbia, Núbia, Maka, Cária. (DNa §3)

Mais tarde, as 30 províncias persas acima elencadas se tornam 32 “satrapias” no reinado de Xerxes I, de acordo com informações providenciadas por uma inscrição trilingue

⁹²¹ KHATCHADOURIAN, 2016, p. 5.

⁹²² JACOBS, 2011.

⁹²³ As incoerências foram notadas por diversos especialistas. Cf. a apresentação sucinta de TANCK, 1997, p. 224-225; ASHERI, 2006, p. 102-103; Cf. também HERZFELD, 1968, p. 295-296.

⁹²⁴ Voz média, imperfeito, primeira pessoa do singular. Verbo $\sqrt{x}$ šay. Cf. KENT, 1950, p. 181.

⁹²⁵ A partir da versão de SCHMITT, 2009, p. 101-102.

encontrada em Persépolis.⁹²⁶ Em nenhum desses casos, há correspondência direta com a evidência grega.

Seria possível comparar tais informações com o que nos dizem os textos hebraicos? O livro bíblico de Ester conta a história da rainha persa de origem hebraica, Hadassa, que teria intercedido junto ao rei dos reis (provavelmente Xerxes) para evitar um massacre de judeus orquestrado pelo vilão Amã. O livro, apesar de conter muitas referências autenticamente históricas, é considerado por alguns uma ficção tardia devido a várias incongruências: a rainha Vasti⁹²⁷ é desconhecida da história, a ordem de massacrar os judeus contrasta com a tolerância relativa dos aquemênidas⁹²⁸ e é no mínimo improvável que um banquete do rei tenha durado cento e oitenta dias.⁹²⁹ Entre as polêmicas do texto, encontra-se a referência às 127 províncias do império aquemênida, que os especialistas consideram contrastar com as 20 satrapias históricas persas ou carecer de corroboração “específica”.⁹³⁰

Não obstante, o autor de Ester menciona 127 províncias do Império Persa utilizando um termo aramaico que, segundo Briant, consta da documentação administrativa aquemênida para se referir às subdivisões das províncias persas: מֵדִינָה, *mēdīnāh*.⁹³¹ Acrescente-se a isso o que diz o professor Israel Eph’Al, que, em capítulo na *CAH*, considera *mēdīnāh* a terminologia específica para as subdivisões do império aquemênida (cf., por exemplo, Esdras 5:8).⁹³² Essa visão pode ser, ainda, corroborada pela referência de Ester 8.9 a sátrapas e governadores separadamente, distinguindo satrapias de seus subdistritos (cf. também Ester 9.3 e Esdras 8:36). Nesse sentido, William Shea respondeu a Moore alegando que os dados disponíveis sobre a subdivisão administrativa da satrapia de “Além do Rio” (Síria e Palestina) forneceriam uma *ratio* de “províncias por satrapias” compatível com o número apresentado pelo livro de Ester.⁹³³

Mesmo essa interpretação, é claro, poderia ser igualmente criticada. O autor do livro de Daniel, à semelhança de Ester, faz referência a 120 províncias persas.⁹³⁴ A diferença é que, em Daniel, a terminologia usada vem associada especificamente aos sátrapas.⁹³⁵ Da mesma

⁹²⁶ XPh §3.

⁹²⁷ Est. 1.9.

⁹²⁸ Est. 3.12.

⁹²⁹ Est. 1.3.

⁹³⁰ PATON, 1908, p. 72 ; MOORE, 1971, p. 71-72; LEVENSON, 1997, p. 24-25; FOX, 2001, p. 22. Cf. também TREUK, 2018a.

⁹³¹ BRIANT, 1996, p. 488; 503; Est. 1.1. Sobre os possíveis significados de “*mēdīnāh*” nos livros de Ester, Esdras e Neemias, cf. GRABBE, 2004, p. 140-141.

⁹³² EPH’AL, 1988, p. 139-164.

⁹³³ SHEA, 1976.

⁹³⁴ Dan 6.1

⁹³⁵ O termo usado é מְדַנֵּי, exclusivo para se referir aos sátrapas.

ordem de grandeza que Ester, a referência do livro de Daniel a 120 satrapias persas (referente ao reinado virtualmente ficcional de “Dario, o medo” após a conquista da Babilônia) parece indicar a existência de uma tradição comum a ambas as fontes a respeito da divisão administrativa persa em cerca de 120 satrapias. O historiador judeu Flávio Josefo aparentemente também “exagera” o número de satrapias persas, chegando a afirmar a existência de 360 delas.⁹³⁶ A evidência indireta, portanto, não contribui para nossa compreensão dos fatos.

Recentemente, a visão tradicional das listas de *dahyāva* como listas de povos foi desafiada e quase completamente superada, optando os historiadores e filólogos pela tradução de *dahyu-* por “país” ou “país contendo um povo”, geralmente com o sentido técnico de unidade administrativa. Essa superação envolveu, em grande medida, o abandono de Heródoto como fonte para o estudo da organização administrativa persa, uma vez que as incoerências às quais aludimos acima passaram a ser interpretadas como ignorância e distorções gregas insanáveis.⁹³⁷

Gherardo Gnoli afirma que a tradução de *dahyu* por “satrapia” nas inscrições aquemênidas é certa,⁹³⁸ seguindo o entendimento de Schmitt.⁹³⁹ Essa posição, atualmente difundida,⁹⁴⁰ está em conformidade com aquela de Bruno Jacobs, que procedeu à reconstrução da estrutura administrativa persa a partir das listas de *dahyāva* e de referências tardias.⁹⁴¹ Jacobs explica as eventuais incongruências entre as fontes persas afirmando que a inserção ou remoção de nomes ao longo dessas listas variaria conforme a posição hierárquica das províncias, razões programáticas e o eventual interesse de enfatizar a expansão territorial persa. Saliente-se, contudo, que alguns autores recentes evitam o debate, empregando ambos os sentidos de “povo” ou “país” sem discriminar o que é diretamente visado.⁹⁴²

⁹³⁶ Joseph. AJ 10.249. Além disso, o termo aramaico *mēdīnāh*, embora por vezes utilizado em associação com os subdistritos persas, como em Esdras 5:8 (onde se fala da “província de Judá”), figura também como terminologia para os *dahyāva* persas, entre eles a Média (Esdras 6:2) e a Babilônia (Esdras 7:16). Consideradas divisões administrativas por Heródoto (Heródoto 3.91-92), essas regiões são geralmente apresentadas como *dahyāva* pelas fontes persas (DNA §3). Não é necessário, portanto, entender o emprego de *mēdīnāh* como correspondente às subdivisões administrativas persas.

⁹³⁷ Cf. a crítica pioneira de HERZFELD, 1968, p. 288-365. Foi aventada a possibilidade de duas organizações autônomas, uma política-geográfica e outra tributária. Cf. TANCK, 1997, p. 228-229.

⁹³⁸ GNOLI, 2011

⁹³⁹ SCHMITT, 1999, *Apud* HUYSE, 2001.

⁹⁴⁰ BROSIUS, 2006, p. 49.

⁹⁴¹ JACOBS, 2011.

⁹⁴² WATERS, 2014, p. 96-97. Cf. também. WIESEHÖFER, 2006, p. 59- 62. KUHRT, 2007, p. 152 .

É importante notar que *dahyu-* é um termo que aparece com frequência nas fontes.⁹⁴³ O título “rei dos países” (*xšāyaθiya dahyunām*) evidentemente se relaciona ao seu equivalente assírio,⁹⁴⁴ indicando um domínio de natureza imperial (sobre outras entidades sociopolíticas). E, além das listas acima indicadas, o termo aparece em Behistun múltiplas vezes para indicar o local de uma batalha.⁹⁴⁵

Os pontos mais importantes da discussão sobre seu significado talvez possam ser ilustrados pela passagem de DB §11, citada integralmente acima. Lá, parece claro que o plural *dahyāva* pode indicar o conjunto de territórios sujeitos à autoridade do rei. De interesse, contudo, é o seguinte trecho:

pasāva kāra haruva hamiçiya abava hacā Ka^mbujiyā abiy avam ašiyava, utā
Pārsa utā Māda utā aniyā dahyāva;

Então, o povo inteiro se rebelou contra Cambises e se bandeou para aquele
[Gaumata] - a Pérsia, a Média e outros países.

Aqui, há um evidente paralelo entre *kāra* (povo ou exército) e *dahyāva* (países), o que, poderia justificar posições como a de Cameron e Lecoq. No entanto, segundo Gershevitch, o plural de *kāra* era evitado em persa, como no alemão *Leute*,⁹⁴⁶ motivo pelo qual *dahyāva* seria usado, excepcionalmente, para indicá-lo.⁹⁴⁷ Assim, podemos concluir que o termo *dahyu-*, muito provavelmente, não é referência a uma unidade demográfica. E, ademais, que não denotava uma realidade imperial, mas entidades menores.

A relação do rei persa com o espaço imperial também é expressa por meio do termo *bumi-*, um substantivo feminino indicando a “terra”.⁹⁴⁸ A palavra é usada, principalmente, em fórmulas sobre a criação divina do céu e da terra e na titulatura real. Abaixo encontra-se uma lista das ocorrências do termo nas inscrições reais aquemênidas, acompanhadas dos excertos pertinentes.⁹⁴⁹

⁹⁴³ Apenas para se ter uma ideia, AmHa §2(B; G); AsHa §2 (E; H); DB §1(E), §6(B), §6(M), §7(B), §11(P), §12(H), §13(U), §14(L), §21(C), §25(N), §29(L), §30(D), §32(C), §38(B), §40(D), §46(D), §48(B), §49(F), §54(B), §55(G), §70(C), §71(E), §71(R), §74(O); DBa §1(E); DEa §2(D); DNa §2(D), §3(C), §4(M), §5(I); DGa §1(D); DPa §1(D); DPd §2(B), §3(D); etc. Cf. SCHMITT, 2014, p. 88-89.

⁹⁴⁴ Via Urartu.

⁹⁴⁵ DB §30(D), §32(C), §38(B), §40(D), §46(D), §48(B), §49(F) etc.

⁹⁴⁶ Como no português “gente”.

⁹⁴⁷ GERSHEVITCH, 1979, p. 160.

⁹⁴⁸ KENT, 1950, p. 200-201.

⁹⁴⁹ Cf. também a listagem de SCHMITT, 2014, p. 87. O autor inclui também ocorrências em inscrições de objetos (WDb, WDc, WDd e WDg), aqui ausentes.

Tabela 2: ocorrências de bumi- nas inscrições reais aquemênidas.

OCORRÊNCIAS DE BUMI- NAS INSCRIÇÕES REAIS		
n.	Localização	Excerto
1	DEa §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
2	DEa §2(E)	Rei nessa grande bumiyā ⁹⁵⁰ ...
3	DNa §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
4	DNa §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
5	DNa §4(C)	Quando eu vi esta bumim alvoroçada... então ele [Ahura-Mazda] me deu.
6	DSb §1(E)	Rei na bumiyā toda...
7	DSd §1(E)	Rei nessa bumiyā....
8	DSe §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
9	DSe §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
10	DSf §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
11	DSf §2(E)	Rei nessa bumiyā....
12	DSf §4(E)	... os dois viviam quando Ahura-Mazda me fez rei nessa bumiyā.
13	DSf §5(B)	Assim foi o desejo de Ahura-Mazda: ele me escolheu como seu homem na bumiyā inteira.
14	DSf §5(C)	Ele me fez rei nessa bumiyā.
15	DSf §7(D)	A bumi foi escavada fundo ⁹⁵¹ ...
16	DSf §7(E)	Até que eu alcancei a pedra na bumiyā.
17	DSf §8 (A)	A bumi foi escavada fundo...
18	DSg §1(E)	Rei nessa bumiyā...
19	DSi §1(E)	Rei nessa bumiyā...
20	DSi §2(C)	Quando Ahura-Mazda me fez rei nessa bumiyā...
21	DSj §1(D)	Rei nessa bumiyā...
22	DSt §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
23	DSy §1(E)	Rei nessa bumiyā...
24	DSz §7(D)	A bumi foi escavada fundo...
25	DSz §7(E)	Até que eu alcancei a pedra na bumiyā.

⁹⁵⁰ A lista contém as formas originais, para que a morfologia possa ser apreciada pelo leitor. Na tradução, não faria sentido manter tal forma (bumiyā é a forma do locativo, portanto, “na terra”).

⁹⁵¹ Literalmente, “para baixo”, p.a. “fravata”, Cf. KENT, 1950, p. 130.; Cf. também BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, 1964, p. 111.

26	DSz §8(A)	A bumi foi escavada fundo...
27	DSab §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
28	DSab §3(E)	Rei nessa grande bumiyā...
29	DZb §1(E)	Rei nessa grande bumiyā...
30	DZc §1(C)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
31	DZc §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
32	XEa §1(C)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
33	XEa §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
34	XPa §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
35	XPa §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
36	XPb §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
37	XPb §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
38	XPc §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
39	XPc §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
40	XPd §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
41	XPd §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
42	XPf §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
43	XPf §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
44	XPf §3(J)	Ele [Ahura-Mazda] o fez rei nessa bumiyā...
45	XPh §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
46	XPh §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
47	XPj §1(E)	Rei nessa bumiyā....
48	XPp [fragmento]	Rei nessa bumiyā....
49	XVa §1(C)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
50	XVa §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
51	D²Ha §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
52	D²Ha §2(E)	Rei nessa grande bumiyā...
53	D²Ha §3(D)	Pelo favor de Ahura-Mazda, eu sou rei nessa bumiyā.
54	D²Sb §1(E)	Rei nessa bumiyā....

55	A ² Ha §1(E)	Rei nessa bumiyā....
56	A ² Hc §1(C)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumim...
57	A ² Hc §2(E)	Rei nessa bumiyā....
58	A ² Hc §3(C)	Pelo favor de Ahura-Mazda, eu sou rei nessa grande bumiyā...
59	A ² Sa §1(E)	Rei nessa bumiyā....
60	A ² Sc §2(E)	Rei nessa bumiyā....
61	A ² Sd §1(E)	Rei nessa bumiyā....
62	A ³ Pa §1(B)	Um grande deus é Ahura-Mazda, que criou esta bumām...
63	A ³ Pa §2(E)	Rei nessa bumiyā....

Segundo esse inventário, *bumi-* amiúde designa o território sobre o qual reina o monarca. Dario é “rei nessa grande terra” (*bûmiyā*, locativo singular de *bumi-*). A terra, por sua vez, foi criada por Ahura-Mazda, o mesmo senhor divino que “fez Dario rei”. Nesse contexto cosmogônico, no qual a terra figura ao lado do céu, *bumi-* parece ser adequadamente entendida como “solo” e não como uma entidade sociopolítica específica. Em alguns casos, fala-se expressamente de se escavar a terra (*bumim*).

Há, entretanto, uma corrente de autores que interpreta esse termo como denotando o império territorial dos persas. Essa é, por exemplo, a posição de Clarisse Herrenschmidt.⁹⁵² Tucker Jr., seguindo Herrenschmidt, menciona que a palavra apareceria em dezoito inscrições aquemênidas com o sentido cosmogônico de solo, e que, em cerca de trinta ocorrências, surgiria associada ao rei (como no título “rei nessa grande terra”, DSab, §3) para designar uma realidade política.⁹⁵³ Seguindo Kellens, o autor Thierry Petit também indica tal significado para o termo persa antigo. Em suas palavras, “Kellens demonstrou que o conceito de império universal, o *zam* [termo avéstico], era anterior à dominação persa e correspondia exatamente ao *bumi* das inscrições aquemênidas”.⁹⁵⁴ A própria Herrenschmidt, contudo, esclareceu que tal termo (*bumi-*) se referiria principalmente à totalidade das terras imperiais, sem qualquer vínculo com a noção de governo, esvaziando-se, dessa forma, a possibilidade de uma correspondência com a concepção moderna de império.⁹⁵⁵ O parente sânscrito de *bumi-*, ademais, o termo *bhumi*, tem o inequívoco sentido de solo.⁹⁵⁶

⁹⁵² HERRENSCHMIDT, 1980, p. 72.

⁹⁵³ TUCKER JR, 2014. p. 27-28; Cf. LINCOLN, 2007, p. xiii; 71. Ambos a partir de HERRENSCHMIDT, 1977.

⁹⁵⁴ PETIT, 1990, p. 88.

⁹⁵⁵ HERRENSCHMIDT, 1980, p. 72.

⁹⁵⁶ BRANDENSTEIN & MAYRHOFFER, 1964, p. 111.

De toda forma, as passagens em que *bumi-* é descrita como “convulsionada”, como em DNa §4, indicam que o termo poderia denotar a ordem política, ao menos indiretamente.⁹⁵⁷ É interessante notar, ademais, que os precursores dos aquemênidas no Oriente Próximo, como os assírios, também haviam articulado suas ideias de dominação em torno de noções precipuamente territoriais. Além disso, o fato de o redator do livro de Ester empregar o termo hebraico עֶרֶץ (*’ereš*, terra) para se referir ao Império Persa⁹⁵⁸ talvez reproduza fidedignamente um uso corrente da palavra *bumi-* para se referir ao domínio do rei dos reis. Recorde-se que o termo hebraico, à semelhança do persa, também figura em contexto cosmogônico.⁹⁵⁹ Assim, parece correto Bruce Lincoln ao afirmar que o termo “foi adotado pelos aquemênidas para denotar a formação política que eles introduziram, o que nós chamamos de império”.⁹⁶⁰

Curiosa, contudo, é a ausência de *bumi-* na primeira e mais importante inscrição aquemênida (DB). Se a expressão foi essencial para designar o território imperial, como sugeriu Herrenschmidt, sua ausência em DB só poderia ser explicada pela própria carência de uma conotação política especial do termo à época (o que não é surpreendente, dado que o programa imperial de Dario deve ter se desenvolvido ao longo dos anos subsequentes).⁹⁶¹ De toda forma, a expressão “grande terra” parece designar antes uma pretensão ideológica do rei ao domínio coextensivo com o mundo criado pelos deuses, o que não é radicalmente diferente do que encontramos na titulatura real assíria. Bruce Lincoln, seguindo Herrenschmidt, explica que, na ausência de um termo prévio para designar um império, os persas teriam alterado o alcance semântico do termo *bumi-* para que este pudesse indicar uma agregação de povos e países sob domínio de um senhor,⁹⁶² mas parece igualmente verdadeiro que tal “invenção” tenha sido promovida por ideias incipientes do Império Neoassírio, que, nas suas últimas décadas, como vimos, já havia concebido o domínio imperial parcialmente em termos territoriais.⁹⁶³

De acordo com a evidência disponível, portanto, os persas descreveram seu império em termos da diversidade de territórios submetidos (*xšāyaθiya dahayunām*, “rei dos países”), à maneira de seus antecessores mesopotâmicos. Eles também incorporaram a ideologia de um domínio imperial análogo à ordem divina, na qual a terra e a “propriedade” real são

⁹⁵⁷ Cf., contudo, SCHMITT, 2014, p. 155.

⁹⁵⁸ Est. 10:1.

⁹⁵⁹ Gn. 1:1.

⁹⁶⁰ LINCOLN, 2007, p. 13.

⁹⁶¹ Visualmente, a época de Dario I marca uma ruptura significativa em relação aos reinados de Ciro e Cambises. Como seria de se esperar, alguns elementos do relevo de Behistun indicam certa pressa em se conferir expressão visual ao novo poder, o que levou a modificações da estrutura mais tarde (STRONACH, 1997, p. 46-50).

⁹⁶² LINCOLN, op. cit., p. 70-71.

⁹⁶³ A tradução da titulatura persa em babilônico traz a noção de *māt*, Cf. SHAYEGAN, 2011, p. 288.

coextensivas. O plural de *dahyu-* e o termo *bumi-* são, portanto, empregados com frequência para denotar o império, mas de formas e em contextos específicos, e sempre com conotação territorial. Uma antiga concepção abstrata de poder (*xšaça-*), talvez pertinente ao universo indo-iraniano, pode ser aventada em DB, mas esta também teria dado lugar, mais tarde, a uma expressão territorial do império.

Isso quer dizer que os persas não detinham uma concepção de império? Pelo contrário. O mais provável é que as concepções de poder na Pérsia tenham se adequadado a tradições locais, viabilizando um engajamento bem sucedido da retórica imperial com os públicos visados. No centro do império, o uso de convenções difundidas durante a hegemonia dos assírios se prestou a uma dignificação do poder imperial e à legitimação de um monarca fortemente contestado (Dario). Na periferia, por outro lado, o recurso a essas concepções dialogaria com o repertório das elites dominadas, há muito tempo familiarizadas com essa mensagem de legitimação imperial. O motivo da peculiaridade aquemênida, portanto, é puramente pragmático e não implica ignorância de outras formulações de poder.

No longo prazo, a explicação para a concepção eminentemente territorial dos impérios orientais merece esclarecimento. É pertinente, aqui, o caso do Império Romano, acima aludido. Uma vez que os impérios orientais nasceram sob o comando de monarcas, talvez fosse desde o princípio mais evidente a ideia desta entidade como uma unidade territorial.⁹⁶⁴ Gregos e romanos, pelo contrário, expandiram seus domínios inicialmente sob regimes colegiados de governo, às vezes dividindo a autoridade “imperial” nas mãos de diferentes oficiais.

Por fim, há um fato que é importante destacar. A retórica imperial persa foi inovadora ao empregar termos que denotam o império inteiro enquanto unidade política orgânica, seja pelo emprego de *bumi-* para se referir à unidade territorial do império,⁹⁶⁵ mas, mais do que isso, pelo uso de *xšaça-* em associação à extensão do domínio imperial. As duas mais importantes passagens a demonstrar essa abrangência são DHa §2(B) e DPh §2(B), nas quais Dario I descreve a *xšaça-* como uma concessão divina que corresponde à articulação de vários países.

θātiy Dārayavauš xšāyaθiya: ima xšaçam, taya adam dārayāmi, hacā Sakaibiš, taiyaiy para Sugdam, amata yātā ā Kušā.

⁹⁶⁴ Como ocorrerá, p.e., em Roma. Cf. RICHARDSON, 2008, p. 185.

⁹⁶⁵ Cf. LINCOLN, 2007, p. 70.

Diz Dario, o rei: este é o império, que eu detenho, dos citas que estão além da Sogdiana, de lá até Kush.⁹⁶⁶

Nesse contexto, além de ter um sentido concreto, a *xšaça-* se vincula intimamente à noção de variedade étnica e geográfica das *dahyāva* sob controle do rei. A *xšaça-* atrela, ainda, a dimensão de uma prerrogativa divina de governo a um território concreto, mesmo que este último sentido prepondere. A recorrente qualificação de *xšaça-* e *bumi-* como “grandes”, por sua vez, configura decerto o reconhecimento de uma extensão imperial da entidade. A *xšaça-* que é “grande”⁹⁶⁷ e o “grande” rei⁹⁶⁸ que reina nesta “grande” *bumi-*⁹⁶⁹ são todos qualificados pelo mesmo adjetivo: *vazarka*.⁹⁷⁰ É possível que a noção do império como a unificação progressiva de vários povos em um extenso (*vazarka*) território que aspira à universalidade se atrele a uma tradição comum ao zoroastrismo, para a qual, como explica Lincoln, a diversidade humana é um sintoma de degeneração e um obstáculo a ser superado.⁹⁷¹ Nesse sentido, a inspiração para esse modelo aquemênida da ideia de império estaria estreitamente associado a uma visão da perfeição inerente à unidade original e perdida em determinado momento da história.⁹⁷² Seja como for, pode-se falar de uma nova noção de império veiculada pelas inscrições reais persas. Isso talvez se explique porque, pela primeira vez, a relação do rei com os súditos é concebida como uma integração funcional e colaborativa, ao contrário do antagonismo privilegiado pelos assírios. Tal concepção de império, cujas origens são elusivas, também pode ser constatada na iconografia da época.

3.2.4 ICONOGRAFIA REAL

Interpretar a relação da arte com a política é um empreendimento complexo que exige, preliminarmente, considerações sobre a natureza da “arte” e seu lugar na sociedade. Seguindo-se a teoria da agência, de Alfred Gell, a relação entre arte e política deve ser vista de forma peculiar, como se a arte compusesse um sistema voltado a transformar o mundo

⁹⁶⁶ DHa §2(B), em SCHMITT, 2009, p. 98.

⁹⁶⁷ DSf §3(F), em SCHMITT, op. cit., p. 128.

⁹⁶⁸ DSd §1(B), DSc §1(B), etc.

⁹⁶⁹ DNa §2(E) em SCHMITT, op. cit., p. 101.

⁹⁷⁰ Cf. paralelo com Est. 1:20.

⁹⁷¹ LINCOLN, 2007, p. 70.

⁹⁷² Ibid., p. 67-81.

social, mais do que simplesmente “codificar proposições simbólicas sobre ele”.⁹⁷³ Gell vê os objetos de arte a partir de sua agência social, definindo situações de natureza artística (*art-like situations*) como aquelas nas quais o aspecto visual, o “objeto de arte”, permite a alguém inferir uma informação causal de alguma natureza, como as habilidades ou intenções de outrem.⁹⁷⁴

A teoria de Gell é particularmente relevante porque permite explorar a ação dos objetos enquanto partes ou veículos de relações sociais concretas.⁹⁷⁵ Isso ocorre mediante um processo de abdução da agência, uma operação racional que combina inferências semióticas e não-semióticas, realizada a partir de um “índice”, que, por sua vez, corresponde ao objeto visível, o que entendemos por “artefato” ou “obra de arte”.⁹⁷⁶ Objetos, como pessoas, devem ser vistos, segundo essa perspectiva, como entes dotados de agência, na medida em que as coisas veiculam, manifestam ou emanam a ação de outras pessoas.⁹⁷⁷ Ao contrário dos “agentes primários” (isto é, as pessoas humanas), os objetos constituem, em geral, “agentes secundários”, privados de intencionalidade, mas aos quais pode ser atribuída agência.⁹⁷⁸ Esse modelo é totalmente justificado numa interpretação relacional da agência, considerada como fenômeno ínsito à interação social, na qual todos os envolvidos assumem uma posição de ator ou paciente, e não como uma propriedade essencial dos entes.⁹⁷⁹

Entre as relações mais básicas possíveis da arte com seus espectadores, encontra-se, por exemplo, a abdução de um ato de manufatura a partir do índice, inferindo-se a capacidade e virtuosidade de um artista.⁹⁸⁰ Também pode-se pensar que o índice reflete o poder de um receptor, o rei ou patrono, que mobiliza a capacidade de vários artífices e povos para produzir um monumento ou um produto sob encomenda. Nesse sentido, o objeto de arte pode expressar a capacidade de mobilização e o poder de um monarca, de forma que o “receptor” (o patrono) é parcialmente ativo em relação ao índice.⁹⁸¹ Mas um espectador ou receptor pode ser totalmente passivo perante o índice, como nos casos em que apenas contempla o objeto, sofrendo uma variedade de emoções que vão do fascínio ao temor. Do ponto de vista da arte “representativa”, isto é, aquela que procura reproduzir em algum grau as realidades externas, pode-se falar ainda da agência de um protótipo (a inspiração externa e concreta da

⁹⁷³ GELL, 1998, p. 6.

⁹⁷⁴ Ibid., p. 13.

⁹⁷⁵ Ibid., p. 12-13.

⁹⁷⁶ Ibid., p. 13-15.

⁹⁷⁷ Ibid., p. 17-20.

⁹⁷⁸ Ibid., p. 20-21.

⁹⁷⁹ Ibid., p. 21; p. 36-37.

⁹⁸⁰ Ibid., p. 23-24.

⁹⁸¹ Ibid., p. 24; p. 59.

representação) sobre um índice, na medida em que o reconhecimento da figura representada dependerá da observância de traços específicos, limitando a liberdade do artista e a forma do artefato.⁹⁸²

A combinação de relações sociais variadas e complexas resulta em objetos de arte que se prestam a exames elaborados.⁹⁸³ Além de glorificarem patronos, os índices podem cativar seus espectadores, que, geralmente incapazes de imaginar os intrincados processos que levaram à produção do artefato, são lembrados de sua disparidade de capacidade ou poder em relação ao artífice.⁹⁸⁴ Índices também podem conter elementos abstratos, não icônicos, que cumprem uma função parcial num sistema imagético mais amplo, por vezes imprimindo agência ao índice por meio de padrões que reproduzem ideias de vivacidade e movimento.⁹⁸⁵ Objetos podem integrar uma personalidade distribuída no espaço, como protótipos inseparáveis de uma determinada corporação e, nesse sentido, sua relação com as pessoas pode ser simbiótica.⁹⁸⁶ Nenhuma dessas relações, é claro, exclui a teoria meramente interpretativa, segundo a qual espectadores são receptores de sentido mediante reconhecimento de símbolos comuns, sendo apenas necessário identificar os múltiplos contextos em que objetos de arte exercem outro tipo de efeito sobre as pessoas.⁹⁸⁷ Como veremos, ambas as abordagens são relevantes quando pensamos na evidência persa.

Na iconografia áulica,⁹⁸⁸ os grandes reis, sobretudo a partir de Dario I,⁹⁸⁹ comunicaram visualmente sua nova concepção de poder. Direcionando-se, presumivelmente, a uma audiência de elite (do centro e da periferia),⁹⁹⁰ os aquemênidas inovaram ao criar uma concepção orgânica da autoridade imperial, na qual súditos e governantes cooperariam para a manutenção da ordem. Essa nascente ideia de império se manifestou, em especial, pelo nexo entre a diversidade compreendida pelo território imperial e a unidade favorecida pelo controle persa, em termos de dependência.

⁹⁸² GELL, 1998, p. 26.

⁹⁸³ Ibid., p. 62.

⁹⁸⁴ Ibid., p. 71.

⁹⁸⁵ Ibid., p. 74-99.

⁹⁸⁶ Ibid., p. 104-106.

⁹⁸⁷ Ibid., p. 66.

⁹⁸⁸ Tomamos como *corpus* de imagens para a presente pesquisa o catálogo de ROOT, 1979. Para averiguar as imagens de carregadores do trono e de tributos, também utilizamos o inventário de ROOT, 1979.

⁹⁸⁹ Para a arte persa anterior a Dario I, Cf. STRONACH, 1997.

⁹⁹⁰ Embora sua arte monumental se encontre, em geral, no centro imperial, não na periferia. Mas é evidente, por exemplo, que a estátua de Dario em Susa se dirigia a um público egípcio, provavelmente de Heliópolis (ROOT, 1979, p. 71-72). A discussão sobre audiências é efetivamente pouco trabalhada na bibliografia específica sobre arte aquemênida, merecendo maior atenção. Excepcionalmente, cf. BOARDMAN, 2000, p. 148-149; 218-225; WASMUTH, 2017, p. 23-28.

A principal discussão sobre iconografia no programa imperial aquemênida continua a ser a de Margaret Cool Root, de 1979.⁹⁹¹ Comparando o conjunto das criações imagéticas persas aos programas bem atestados de monarcas posteriores, como Augusto e Carlos Magno, esta autora superou as perspectivas ultrapassadas dos aquemênidas como meros imitadores de temas e estilos estrangeiros. Para Root, o uso de tradições mesopotâmicas e a apropriação de elementos formais da arte de povos dominados teria sido feita consciente e deliberadamente pelos reis aquemênidas, com o propósito de veicular uma mensagem imperial. Em outras palavras, os elementos formais gregos e assírios presentes nos relevos persas não deveriam ser lidos como pura “influência” de artesãos e modelos estrangeiros, mas como uma decisão consciente de incorporação, adaptação e reelaboração, ordenada pela cúpula real.⁹⁹²

Um simples exemplo esclarece a proposta de Root. Em Susa, na província do Khuzistão, na margem oriental do rio Chaour, um tributário do Ab-e Diz, Dario mandou construir um palácio de proporções monumentais chamado Apadana.⁹⁹³ Precedido por um portão decorado com estátuas colossais, um pátio de 52,75 por 54,26 metros dava acesso ao salão hipostilo ao norte e a largas câmaras reais ao sul. O salão hipostilo de Susa, cobrindo uma área interna de 58 metros quadrados, trazia 36 colunas de calcário com cerca de 1,6 metros de diâmetro cada.⁹⁹⁴ Incrições espalhadas pelo sítio, em fundações ou nos tijolos da construção, enumeram a natureza e proveniência dos materiais usados pelo rei para a criação e ornamentação do palácio: ouro da Lídia, madeira nobre do Líbano, lápis-lazúli da Sogdiana, entre muitos outros recursos.⁹⁹⁵ Poderíamos pensar, nos termos do exame de Root e da teoria de Gell, que o índice, isto é, a arte monumental persa, conduziria os espectadores a inferir, mediante uma operação abdutiva, o poder e a diversidade de artistas e recursos à disposição do rei dos reis, produzindo fascínio e pondo em evidência a assimetria de poder entre súditos e patrono. A diversidade de traços estilísticos e as múltiplas proveniências dos materiais nas construções, ademais, não seriam indicativos de “cópia”, mas permitiriam inferir uma relação de poder entre, de um lado, o rei e os artífices de vários povos e, de outro, o rei e seus súditos, mediada pela agência do índice.

⁹⁹¹ O que surpreende, dada a sua antiguidade. No entanto, ROOT (1979) continua a guiar a maioria das abordagens sobre o assunto. Cf. KHATCHADOURIAN, 2016, p. 6: “in perhaps the most authoritative account, Root (1979) has carefully dissected the scenes debts to, and creative modifications of, earlier iconographic traditions of kingship in Egypt and ancient Iraq (...)”; LINCOLN, 2007, p. 110: “Iconographic evidence. Root 1979 remains the classic study”; WASMUTH, 2017, p. 27-28; Cf. também DOWNES, 2011.

⁹⁹² Para toda a discussão, Cf. ROOT, 1979, p. 1-28.

⁹⁹³ AMIET, 1977, p. 562.

⁹⁹⁴ KHATCHADOURIAN, 2016, p. 106; AMIET, 1977, p. 565.

⁹⁹⁵ Ibid., p. 81-85.

Do ponto de vista simbólico, a articulação dos componentes do império se expressou em termos similares. Como se sabe, os persas elegeram uma série de símbolos relativamente padronizados como expressão de sua relação com os povos submetidos, manifestando uma noção inovadora de integração imperial. Dentre as mais diversas temáticas de representação, é de interesse especial o tema do monarca sobre o trono e carregado pelos súditos, que aparece nos relevos de Persépolis (na sala do trono do Palácio de Xerxes), Susa (estátua de Dario I) e Naqsh-e Rostam (fachadas das tumbas de Dario e seus sucessores).⁹⁹⁶ Essas imagens seguem um padrão recorrente e intrinsecamente ligado às concepções aquemênidas de poder. Elas foram interpretadas como uma “alegoria visual” de *xšaça-*, veiculando mensagens de unidade, magnificência e autoridade imperial.⁹⁹⁷

Naqsh-e Rostam, na província de Fars, abriga uma formação montanhosa de até 65 metros que se tornou, a partir de Dario I, a necrópole real dos aquemênidas.⁹⁹⁸ Nesse sítio, quatro tumbas foram talhadas em pedra, sendo que apenas uma delas, a de Dario I, traz a identificação expressa do monarca a que pertence.⁹⁹⁹ Essa tumba, de fachada cruciforme, tem 22,93 metros de altura e se divide em três partes principais. A primeira carece de qualquer decoração. Acima dela, uma área central de base extensa traz um pórtico decorado. A camada superior, de 10,9 por 8,5 metros, contém uma representação do rei sobre um pódio de três degraus diante de um altar de fogo sagrado, sobre uma plataforma de dois níveis, carregada por trinta figuras humanas que simbolizam os trinta países do império. Acima e de frente para o rei, flutua Ahura-Mazda.¹⁰⁰⁰ Do lado esquerdo da terceira parte superior do relevo, a cena com o rei é emoldurada por três homens portando armas.¹⁰⁰¹

Em Susa, a leste do palácio real, foi descoberta uma estátua colossal de Dario pela *Mission Archéologique Française*, em 1972, diante de uma passagem de acesso a uma fortificação, no mesmo lugar em que esteve durante todo o período aquemênida.¹⁰⁰² De estilo egípcio, a estátua, sobre uma base retangular, traja vestes persas e adornos tipicamente iranianos. Um texto trilingue cuneiforme a acompanha, na vertical, inscrito sobre o lado direito da túnica real, enquanto um texto em hieróglifos egípcios figura nos dois lados da superfície da base. Quatorze figuras personificam países do império e são identificadas por inscrições em cartuchos egípcios. Elas se ajoelham sobre estes mesmos cartuchos e têm os

⁹⁹⁶ BRIANT, 1996, p. 230; 234; Para as inscrições acompanhadas de imagens, Cf. KUHRT, 2007, p. 476-484; Discussão em p. 469-470.

⁹⁹⁷ KHATCHADOURIAN, 2016, p. 6. Cf. figuras neste capítulo.

⁹⁹⁸ AMIET, op. cit., p. 555.

⁹⁹⁹ Ibid., p. 556 (também para as medidas da terceira parte).

¹⁰⁰⁰ ROOT, 1979, p. 72-73.

¹⁰⁰¹ ROOT, loc. cit.

¹⁰⁰² Ibid., p. 68.

braços erguidos, como se carregassem o rei.¹⁰⁰³ A estátua, fabricada no Egito nos últimos anos do reinado de Dario, decerto teve por objetivo atingir uma audiência local, mas foi trazida, mais tarde, para Susa.¹⁰⁰⁴

Persépolis, a capital fundada por Dario I (e chamada *Pārsa* em persa antigo), foi explorada entre 1931 e 1939 pelo *Oriental Institute of Chicago*, sob direção de Ernst Herzfeld e Erich Schmidt, até passar à responsabilidade do Departamento Iraniano de Antiguidades.¹⁰⁰⁵ Apadana, em Persépolis, é um palácio imponente de base quadrada, medindo, em suas dimensões internas, 53 m², e dotado de 36 colunas.¹⁰⁰⁶ O salão principal se ergue sobre um pódio de aproximadamente 2,5 metros de altura e possui portões e escadarias de acesso ricamente adornadas por relevos sofisticados.¹⁰⁰⁷ Em uma das portas deste palácio, vemos outra famosa representação dos “carregadores do trono” dividida em três componentes principais. Na parte superior, o deus Ahura Mazda, em um disco solar, está suspenso. Logo abaixo, no centro do painel, pode-se ver a representação do rei sentado num trono, em face de um altar de fogo. Sob o rei, há uma plataforma subdividida em alguns níveis, abaixo dos quais algumas figuras humanas, personificando os países do império, sustentam a estrutura de braços erguidos.¹⁰⁰⁸

De uma perspectiva puramente simbólica, a mensagem dessas imagens parece clara. O rei geralmente está acima de outras figuras humanas em dignidade, proporção e posição, o que reforça sua superioridade política. Em dois casos, Ahura Mazda contempla a cena do alto, pelo que as imagens expressam uma relação de hierarquia entre o deus e seu mandatário, mas também o vínculo da estrutura imperial com um desígnio divino. Os diversos povos do império, por sua vez, carregam o trono, demonstrando uma relação de suporte e dependência com o aparato imperial, comumente representado por uma plataforma física abaixo do assento real.¹⁰⁰⁹

Segundo a influente interpretação de Root, tais imagens expressariam uma nova concepção da relação entre o monarca e os povos subordinados no império, com ênfase em “um esforço cooperativo de apoio voluntário ao rei”.¹⁰¹⁰ Isso porque os persas teriam remodelado a temática mesopotâmica da subjugação de povos estrangeiros¹⁰¹¹ ao substituírem

¹⁰⁰³ ROOT, 1979, p. 68-70.

¹⁰⁰⁴ Ibid., p. 70-72.

¹⁰⁰⁵ AMIET, 1977, p. 558.

¹⁰⁰⁶ Ibid., p. 559; KHATCHADOURIAN, 2016, p. 106-107.

¹⁰⁰⁷ AMIET, loc. cit. ; KHATCHADOURIAN, op. cit., p. 106.

¹⁰⁰⁸ KHATCHADOURIAN, op.cit., p. 6-7.

¹⁰⁰⁹ Ibid., p. 9.

¹⁰¹⁰ ROOT, 1979, p. 129.

¹⁰¹¹ Ibid., p. 133-138.

o sofrimento dos cativos por imagens de júbilo.¹⁰¹² Ao carregarem o trono, os súditos adotariam a “postura de Atlas”, antes associada a contextos religiosos e cosmogônicos,¹⁰¹³ numa tentativa de expressar sua disposição cooperativa e seu suporte virtualmente sem esforço do trono.¹⁰¹⁴ Também da temática dos “nove arcos”, presente na iconografia egípcia, viria a inspiração para o tema do suporte e a individualização étnica dos povos vencidos.¹⁰¹⁵ Singularizados, tais povos se tornariam personificações dos próprios países do império.¹⁰¹⁶ No entanto, à diferença da arte egípcia, os povos subordinados dos relevos aquemênidas seriam facilmente identificáveis e não seriam representados como cativos. Boardman, seguindo Root, nota que os aquemênidas evitaram retratar seu rei em ação ou em combate (com a exceção do relevo de Behistun), à diferença de assírios e egípcios.¹⁰¹⁷ E Pierre Briant percebe que “(...) os grandes reis não quiseram se fazer representar como guerreiros (ou caçadores) nos muros de seus palácios”.¹⁰¹⁸ Tal fato reforça a ideia de um programa imperial aquemênida fundamentalmente novo, centrado numa mensagem de plácida interação com os subordinados.

As imagens do trono, contudo, não são meras reproduções simbólicas da retórica imperial, mas partes de um mundo material que exerce, ele próprio, uma espécie de agência sobre seus espectadores. O projeto imperial aquemênida, afinal, consistia numa missão divina que, como já dito, deve ter encarado a diversidade humana e a desintegração como expressões de uma queda original. A unificação do mundo e o reestabelecimento da ordem mediante uma atividade edilícia são partes essenciais do discurso do rei persa sobre seu mandato divino.¹⁰¹⁹ Em outras palavras, cabe ao rei, em sua luta contra o Mal, contribuir para que se atinja a perfeição tal qual fora concebida pelo deus Ahura Mazda. E a missão do rei se expressa mediante tais atividades e construções. As imagens dos carregadores do trono, portanto, cumprem uma função parcial num complexo arquitetônico mais amplo, geralmente palácios e tumbas reais, que atestam a atividade criativa e restauradora do rei, numa missão imperial validada pela deidade suprema.

A este propósito, é preciso pensar as imagens de carregadores em contexto, lembrando que, em alguns casos, como em Persépolis, elas estavam associadas a complexos característicos da arquitetura aquemênida, os salões hipostilos replicados em várias cidades do

¹⁰¹² ROOT, 1979, p. 145.

¹⁰¹³ Ibid., p. 149-150.

¹⁰¹⁴ Ibid., p. 151-153.

¹⁰¹⁵ Ibid., p. 138 et. seq.

¹⁰¹⁶ Ibid., p. 151.

¹⁰¹⁷ BOARDMAN, 2000, p. 140-149.

¹⁰¹⁸ BRIANT, 1996, p. 222.

¹⁰¹⁹ LINCOLN, 2007, p. 67-76.

centro do império.¹⁰²⁰ Tais estruturas se caracterizam por numerosas fileiras de colunas colocadas lado a lado para sustentar as coberturas de imensas construções. Segundo a recente leitura de Lori Khatchadourian, esses salões teriam surgido no planalto norte do império, na Média e na Armênia (em Godin Tepe, Tepe Nush-i Jan e Erebuni), um século antes das conquistas de Ciro,¹⁰²¹ no contexto de desagregação dos grandes impérios orientais como a Assíria e Urartu.¹⁰²² Ao lado das populações pastoris e montanhesas dessa região, os salões teriam contribuído diretamente para uma recusa consciente e deliberada dos modelos mesopotâmicos de Estado e império, servindo a uma política descentralizada de deliberação conjunta das comunidades locais, substituindo elementos arquitetônicos encontrados do prévio regime de dominação.¹⁰²³ A disposição das estruturas, com múltiplas colunas rigidamente simétricas, implicaria recusa de direcionalidade, ausência de centro e negação da axialidade. Elas devem, portanto, ter sido propícias à reunião de grandes números de pessoas em momentos de deliberação coletiva.¹⁰²⁴ Ironicamente, contudo, os reis aquemênidas teriam se apropriado dessas estruturas e as transformado em agentes e símbolos do império.

Na teoria de Khatchadourian, inspirada em autores como Alfred Gell e Bruno Latour,¹⁰²⁵ a própria matéria física, os monumentos e suas propriedades, teriam um papel ativo na sustentação de impérios, cumprindo funções anclares de dominação, mas também subordinando seus “idealizadores” a suas próprias necessidades. Khatchadourian emprega algumas categorias teóricas a fim de esclarecer a “política das coisas”, como a de “cativos”, objetos deslocados de seu contexto original e compelidos a cumprir um papel dominador,¹⁰²⁶ e o de “delegados”, objetos que participam da dominação imperial ao viabilizarem relações de controle, mas também como elementos dos quais seus mestres se tornam dependentes, por exemplo, devido a exigências constantes de manutenção e reprodução.¹⁰²⁷ A partir dessa visão teórica, Khatchadourian explica os grandes salões hipostilos de Persépolis, Pasárgada e Susa como a apropriação de estruturas periféricas na forma de “cativos” e sua reelaboração a fim de cumprir uma função de “delegados”.¹⁰²⁸ Nesse processo, os salões teriam sido inicialmente incorporados como tentativa de instauração de uma “monarquia participativa”,

¹⁰²⁰ Para um catálogo de todos os salões, cf. KHATCHADOURIAN, 2016, p. 102-116.

¹⁰²¹ Ibid., p. 92-99.

¹⁰²² KHATCHADOURIAN, 2016, p. 87-90.

¹⁰²³ Ibid., p. 90-92.

¹⁰²⁴ Ibid., p. 99-102.

¹⁰²⁵ Ibid., p. 55-68.

¹⁰²⁶ Ibid., p. 73-74.

¹⁰²⁷ Ibid., p. 68-70.

¹⁰²⁸ Ibid., p. 102-117.

por Ciro, como um apelo significativo entre as populações da Média e da Armênia.¹⁰²⁹ Mais tarde, contudo, no auge do Império Persa, sob Dario, essas estruturas teriam sido reelaboradas, com estruturas como tronos externos, e situadas num complexo de palácios e outros símbolos de poder que teriam neutralizado seu potencial participativo original.¹⁰³⁰ Nesse sentido, as estruturas monumentais aquemênidas poderiam ser lidas como reminiscências de agentes imperiais que se modelaram a partir de um verdadeiro sequestro do legado das periferias.

Para outros autores, como Sophy Downes, tais estruturas imperiais, como o salão hipostilo em Persépolis, cumpririam uma função distinta. As colunas simétricas, por exemplo, teriam limitado o raio de visão dos visitantes e desorientado aqueles que se deslocavam no interior da construção, ainda mais em razão das inúmeras repetições de estruturas e temas decorativos. Nesse sentido, as construções monumentais seriam geralmente intimidadoras e confusas, capazes de imprimir no espectador uma sensação de impotência e controle, uma lembrança constante da subordinação ao rei.¹⁰³¹

Seja como for, adotando-se noções de agência comuns às duas correntes, poder-se-ia dizer que as próprias imagens atestariam a atividade edilícia do rei, testemunhando sua agência prática e efetiva na luta contra o Mal. Nessa leitura, as placas contendo imagens de carregadores, enquanto parte de um todo monumental e grandioso, cativariam sua audiência e a relembram constantemente de sua sujeição à virtuosidade real e divina. O trono e a plataforma seriam, ademais, índices que exerceriam agência sobre as placas e os espectadores, enquanto protótipos. Eles exigiriam da representação certa fidedignidade em respeito aos seus atributos, reconhecíveis em razão de sua importância, no mundo “externo”, como símbolos de domesticação e poder. Por fim, nessa relação de “parte e todo”, as imagens de carregadores do trono poderiam cumprir um papel decorativo (mas funcional), imprimindo às estruturas monumentais uma agência que se revelaria, por exemplo, no enfileiramento de indivíduos “em marcha”, veiculando uma noção de movimento que conferiria vida aos suportes materiais. Esse progresso se comunicaria com um projeto imperial dinâmico, aferível, por exemplo, pelo conteúdo variável da imagem dos carregadores ao longo do tempo, em especial com o acréscimo de novos povos dominados ao conjunto.¹⁰³²

É altamente relevante a ênfase dos textos e da iconografia na variedade étnica dos súditos do império. Isso ocorre, em especial, nas imagens de povos trazendo tributos aos reis,

¹⁰²⁹ KHATCHADOURIAN, 2016, p. 112-113.

¹⁰³⁰ Ibid., p. 113-116.

¹⁰³¹ DOWNES, 2011, p. 245-248.

¹⁰³² LINCOLN, 2007, p. 72.

como as de Apadana, em Persépolis.¹⁰³³ Os relevos, finalizados provavelmente antes de 490 a.C., se localizam nas fachadas de escadarias de acesso à estrutura monumental de Persépolis. Uma ala das fachadas mostra uma comitiva de guardas, cavaleiros, carruagens e nobres persas. Em uma ala oposta, vê-se relevos de vários delegados de povos subordinados, vestidos de maneira característica e enfileirados, conversando entre si ou preparando-se para uma procissão que teria lugar naquele mesmo palácio. Os súditos trazem consigo o tributo que era devido ao rei num grande festival religioso, provavelmente as festividades do Ano Novo. O rei, em proporções sobre-humanas, é representado no centro da cena, sobre seu trono, acompanhado do herdeiro aparente. A cena retratada é a de uma “convergência iminente”, o momento prévio ao ritual propriamente dito.¹⁰³⁴ A cena tem como protótipo o próprio salão de Apadana e a procissão que lá ocorreria, operando uma espécie de efeito multiplicador e hiperrealista. Por vários recursos estilísticos, ela representa a sujeição harmoniosa da diversidade, expressa em diferentes categorias sociais e étnicas, a uma mesma unidade política, com uma escala graduada, na qual o rei ocupa o papel de uma divindade maior, seus nobres o lugar de divindades menores e os súditos o papel de suplicantes à beira da apoteose.¹⁰³⁵

Junto das imagens dos povos pagadores de tributo, é possível encontrar, por vezes, inscrições que descrevem os tributos pagos por cada país, geralmente produtos específicos, bem como os trabalhadores empregados no transporte e nas construções de obras monumentais. Abordamos, acima, o caso da “Carta de Fundação” de Dario, em Susa, onde se lê:

θarmiš haya naucaina,¹⁰³⁶ hauv Labnāna nāma kaufā, hacā avanā abaraiya. kāra haya Aθuriya, haudim abara yātā Bābirauv. hacā Bābirauv, Kaṛkā utā Yaunā abara yātā Čušāyā. yakā hacā Gaⁿdārā abariya utā hacā Kaṛmānā.

A viga de cedro, esta foi trazida de uma montanha chamada Líbano.¹⁰³⁷ O povo assírio, ele a trouxe até a Babilônia. Os cários e os gregos a levaram da Babilônia até Susa. A madeira¹⁰³⁸ foi trazida de Gandara e da Carmânia.¹⁰³⁹

¹⁰³³ KUHRT, 2007, p. 523-526 (fig. 11.23).

¹⁰³⁴ ROOT, 1985, p. 109 et seq.

¹⁰³⁵ Ibid., p. 113.

¹⁰³⁶ Adjetivo: “de cedro”(-do-Líbano), Cf. KENT, 1950, p. 192.

¹⁰³⁷ Literalmente: “a madeira de cedro, esta, um monte de nome Líbano, de lá foi trazida”.

¹⁰³⁸ De *Dalbergia sissoo*. Cf. BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, 1964, p. 155; Tradução aceita por KUHRT, 2007, p. 492; 495.

¹⁰³⁹ DSf §9.

A inscrição continua elencando a contribuição individual de cada país subordinado. A ideia é claramente imperial, articulando diversidade geográfica e cultural a um único e mesmo poder. Já mencionamos, aliás, como a arte monumental persa, da qual esses relevos fazem parte, age sobre os espectadores, cativando-os pela abdução do controle ou poder do monarca sobre diversos recursos, sobretudo em razão dos próprios produtos utilizados na sua construção, característicos de cada região do império.

Em suma, inferências semióticas e não-semióticas se mesclam ao viabilizar uma noção de império centrada na unificação da diversidade. Ou, nas palavras de Amélie Kuhrt (que segue Root, 1979),

Os novos sítios reais expressavam, mediante sua decoração iconográfica, as técnicas, os materiais e os artesãos que lá trabalharam, a diversidade étnica e os recursos massivos do império, e o poder do rei persa de mobilizá-los. Os elementos variados, em todos os níveis, foram usados para criar uma nova iconografia do poder real. Ela mostrava o rei persa carregado por, e no topo de, um império composto de muitos povos cujo caráter individual era enfatizado, e que, entretanto, eram postos juntos numa união harmoniosa para servir seu governante persa.¹⁰⁴⁰

E, ainda, como aduz Briant,

Insistindo na sujeição dos povos conquistados, numerosos relevos (povos carregando o trono, povos pagadores de tributo, listas de países etc.) indicam muito claramente que as novas capitais são pensadas como os espaços onde se exprimem, de uma só vez, o poder persa e a *Pax persica*. Graças às suas virtudes, adquiridas pela proteção privilegiada de Ahura-Mazda, o grande rei assegura uma unidade ideal de um mundo, cujas diversidades etno-cultural e geográfica são simultaneamente destacadas.¹⁰⁴¹

Essa evidência se coaduna, assim, com as conclusões extraídas da análise dos textos. Em síntese, a ideia de que os súditos (personificações de países dominados) sustentam o rei de boa vontade mitigaria noções de antagonismo militar, viabilizando a emergência de uma nova concepção de “império” enquanto unidade sociopolítica, fruto de um pacto imperial. Além disso, os próprios objetos, agindo sobre a audiência ou veiculando a agência do rei e seus artesãos, promoveriam reações de fascínio, temor ou desorientação, lembrando constantemente os espectadores de sua sujeição a um poder imperial ou atestando a atividade do monarca conforme uma missão divina. Noções de diversidade étnica, hierarquia e poder se

¹⁰⁴⁰ KUHRT, 2002, p. 669.

¹⁰⁴¹ BRIANT, 1996, p. 184.

combinam, dessa forma, à agência de objetos imperiais, permitindo inferir um conjunto de relações sociais que se estruturam em torno de uma nova concepção de império.

Figura 1: Carregadores do Trono, Persépolis.

*Detalhe de relevo da Sala do Trono, em Persépolis, com representantes dos países do império, individualizados, em posição de suporte. Cortesia do Instituto Oriental da Universidade de Chicago.*¹⁰⁴²

¹⁰⁴² Throne Hall, Throne Bearers on W Jamb, E Doorway in S Wall, P 323a and b. Courtesy of the Oriental Institute of the University of Chicago.

Figura 2: Tumba de Xerxes

Detalhe de relevo da Tumba de Xerxes, em Naqsh-I-Rustam, retratando os países do império, personificados, a sustentar o monarca. O relevo reproduz aquele que se encontra na fachada da tumba de Dario. Cortesia do Instituto Oriental da Universidade de Chicago.¹⁰⁴³

¹⁰⁴³ Naqsh-I-Rustam Tomb of Xerxes Top Register, P. 58722. Courtesy of the Oriental Institute of the University of Chicago.

3.3 OS MODELOS DE HERÓDOTO EM CONTEXTO HISTÓRICO

Além do Egito e da Cítia, há três entidades “orientais” descritas por Heródoto com maior riqueza de detalhes: a Média, a Lídia e a Pérsia aquemênida.¹⁰⁴⁴ Os dois primeiros reinos, conquistados pela Pérsia nas décadas de 550 e 540 a.C., irradiavam sua memória de um tempo que, apesar de relativamente recente, já era suficientemente distante para se mesclar às projeções contemporâneas dos aquemênidas e dos próprios gregos clássicos. O império de Sardis, em particular, era uma realidade mais tangível para a poesia grega do período arcaico¹⁰⁴⁵ do que para Heródoto, mergulhado em uma atmosfera geopolítica bem distinta. Assim, distorções e exageros são esperados nas descrições desses impérios, o que não implica descartá-las automaticamente como desprovidas de fundamentos históricos autênticos.

Os seguintes tópicos não têm o propósito de constituir uma descrição detalhada da história da Média, da Lídia e da Pérsia. A intenção principal é a de abordar discussões pertinentes da historiografia a fim de explicitar fatos e relações relevantes para análises da terminologia herodotiana e grega em geral. Buscaremos avaliar, em primeiro lugar, a medida em que tais entidades políticas próximo-orientais se revestiram de um caráter imperial que explicaria, ao menos em parte, seu tratamento diferenciado nas *Histórias*. Ressalte-se, contudo, que o “fato histórico” não mantém relação de identidade com o imaginário greco-romano.

3.3.1 A MÉDIA FOI UM IMPÉRIO?

Os medos, um povo de língua iraniana,¹⁰⁴⁶ constituíram um importante ente político na Antiguidade. Sobre eles, temos numerosas informações providenciadas por Heródoto, lícitamente decomponíveis em três categorias. Em primeiro lugar, temos as informações relativas à conquista da autonomia e à formação de uma monarquia unida. Em segundo plano, vem a descrição da conquista de outros povos e, em particular, o mito sobre a infância de

¹⁰⁴⁴ Abordamos a história da Assíria e da Babilônia acima. Em Heródoto, esses impérios são tratados de forma breve e incidental.

¹⁰⁴⁵ Safo Fr. 218; Hipônax Fr. 42.

¹⁰⁴⁶ Sobre os problemas de reconstrução do medo (língua) e a ausência de evidência direta, cf. SCHMITT, 2003.

Ciro. Por último, Heródoto apresenta informações difusas sobre o governo dos medos e seu relacionamento com os povos vizinhos. Que retrato podemos extrair desse conjunto?

Segundo Heródoto, os medos teriam conquistado sua independência (*autonomía*) após se sublevarem contra o Império Neoassírio.¹⁰⁴⁷ Pouco depois, conforme nos é dito, os medos teriam decidido ser governados por um rei (*basileúesthai*), de nome Déjoces, homem ambicioso e ilustre por seu enorme senso de justiça. Antes do estabelecimento da monarquia, os medos viviam distribuídos em vilarejos (*katá kōmas*). O advento da realeza, contudo, levou os medos a construírem palácios e o grande forte originário da capital,¹⁰⁴⁸ Ecbátana (atual Hamadã), contendo aposentos reais e um tesouro real.¹⁰⁴⁹ Déjoces estabeleceu regras de acesso ao rei, impôs uma ordem legal coativa e se cercou de uma guarda real regular.¹⁰⁵⁰ Ele teria unificado as tribos dos medos, enquanto seu filho, o rei Fraortes, teria sido responsável pela conquista dos persas e de vários povos da Ásia,¹⁰⁵¹ tendo sido eventualmente derrotado pelos assírios em combate.¹⁰⁵² O sucessor de Fraortes, Ciaxares, é apontado como o monarca que estabeleceu uma nova organização militar entre os orientais e, sobretudo, como aquele que derrotou os assírios em Nínive. Por fim, Heródoto nos informa que os citas teriam tomado o império dos medos de surpresa e, após esgotarem a terra conquistada com seus impostos (*phóroi*) e confiscos durante vinte e oito anos, foram expulsos da Ásia pelo mesmo Ciaxares.¹⁰⁵³

O relato de Heródoto sobre o sucessor de Ciaxares, Astíages, está subordinado a um mito sobre a infância de Ciro. Nessa narrativa, Heródoto nos relata a existência de certa estratificação social entre os medos e de uma hierarquia dentro de seu domínio.¹⁰⁵⁴ Também nesse período, Heródoto indica a utilização da escrita entre os medos ao relatar uma mensagem redigida por Hárpago, súdito de Astíages, a Ciro.¹⁰⁵⁵ Segundo Heródoto, um ato de *húbris* de Astíages contra Hárpago teria levado este último a conspirar contra o rei dos medos ao lado de Ciro, resultando numa bem sucedida revolta e a derrota final da dinastia de Déjoces.¹⁰⁵⁶

Outras referências difusas sobre a Média em Heródoto indicam que o império dos

¹⁰⁴⁷ Hdt. 1.95

¹⁰⁴⁸ “πολίσιμα”.

¹⁰⁴⁹ Hdt. 1.96-98

¹⁰⁵⁰ Hdt. 1.98-100

¹⁰⁵¹ “ἀπ' ἄλλου ἐπ' ἄλλο ἔθνος”

¹⁰⁵² Hdt. 1.101-102.

¹⁰⁵³ Hdt. 1.103-106.

¹⁰⁵⁴ Hdt. 1.107; 114; 120.

¹⁰⁵⁵ Hdt. 1.123.

¹⁰⁵⁶ Hdt. 1.130.

medos era visto como um reino grandioso, comparável a outras entidades políticas orientais importantes. Sua organização política, segundo Heródoto, era descentralizada nas periferias.¹⁰⁵⁷ No quarto livro, Heródoto diz que os medos “governaram a Ásia” antes da vinda dos citas, referência que traduz a noção de um domínio territorialmente extenso (idêntico ao Império Persa).¹⁰⁵⁸ Curiosamente, o presságio que ameaça o reinado de Astíages é uma alegoria da vieira que cobre a Ásia inteira, não apenas em referência ao grande império que seria formado por Ciro, mas também como representação da pretensão imperial dos medos.¹⁰⁵⁹ Em outra passagem, Heródoto acredita que o reino dos medos tenha sido tão poderoso a ponto de preocupar a grandiosa Babilônia.¹⁰⁶⁰

Apesar da evidência fornecida por Heródoto, os historiadores não estão certos quanto à existência de um Império Medo no século VI a.C. Um estudo recente contando com a contribuição de vinte e três especialistas apresentou dez posicionamentos contrários à visão tradicional e cinco aderindo à noção de um império, sem que os autores restantes tomassem posição.¹⁰⁶¹ Subsiste, assim, grande incerteza quanto à hegemonia da Média no cenário próximo-oriental antes da queda da Assíria.

Instaurada por um artigo seminal de Sancisi-Weerdenburg, a perspectiva de que os medos não tenham constituído um império se fundamenta na interpretação da evidência oriental escrita e arqueológica e no exame crítico do relato de Heródoto.¹⁰⁶² Segundo essa autora, a austera narrativa de Heródoto sobre os medos careceria do substrato que identificaríamos como pertencente a uma tradição oral genuína sobre um rei ou herói fundador. Além disso, durante o período de 853 a 650 a.C., as fontes assírias descreveriam uma população de medos dispersa em várias cidades controladas por senhores locais, os *bel ali*, cenário incompatível com a imagem de um grande e poderoso império.¹⁰⁶³ A imagem é reforçada pela leitura do livro profético de Jeremias, onde ouvimos falar nos “reis dos medos”,¹⁰⁶⁴ ou em referências similares do livro de Isaías.¹⁰⁶⁵ Por fim, as estruturas encontradas nos sítios arqueológicos da Média (Nash-i Jan, no sudeste da província de Hamadã, Godin Tepe, próximo à estrada para Hamadã e Baba Jan, ao sul da estrada para o

¹⁰⁵⁷ Hdt. 1.134.

¹⁰⁵⁸ Hdt. 4.1

¹⁰⁵⁹ Hdt. 1.108.

¹⁰⁶⁰ Hdt. 1.185.

¹⁰⁶¹ WATERS, 2005.

¹⁰⁶² SANCISI-WEERDENBURG, 1988, p. 197-212. Cf. também SANCISI-WEERDENBURG, 1995.

¹⁰⁶³ Cf. também LIVERANI, 2016, p. 745.

¹⁰⁶⁴ Jr. 51:11; 27-28.

¹⁰⁶⁵ Isa. 13:17; Cf. WATERS, 2014, p. 34.

Kermanshah)¹⁰⁶⁶ não eram particularmente grandiosas e luxuosas e aparentam declínio no século VII a.C.¹⁰⁶⁷

Sancisi-Weerdenburg, atendo-se a um rol de características estabelecidas por antropólogos para identificar um proto-Estado ou Estado “primitivo”, afirma que a própria narrativa de Heródoto permitiria verificar que os medos haviam formado tão somente uma ampla confederação tribal: segundo sua apreciação do relato, não haveria referência a uma estrutura tributária ou a um governo centralizado. Amélie Kuhrt acrescenta que o frágil desempenho dos medos em três embates militares (contra a Assíria, a Lídia e a Pérsia) evidenciam a fraqueza de sua entidade política.¹⁰⁶⁸ Um balanço desse debate é oferecido por Pierre Briant de forma clara e pontual. Em suas palavras,

Por numerosas razões, o relato medo de Heródoto é, ele próprio, altamente suspeito. (...) À época de seu primeiro confronto (835), os medos alcançados por Salmanaser III são descritos como uma sociedade desunida, no seio da qual vinte e sete reis exercem seu poder independentemente uns dos outros. (...) Quanto aos resultados das prospecções arqueológicas, eles permanecem sujeitos à precaução.¹⁰⁶⁹

Se nos ativermos à nossa definição original de império como um tipo de Estado, tal argumento não autorizaria postular a existência de um “império” medo. No entanto, há alguns problemas na interpretação hegemônica. Um adversário moderado dessa corrente é Christopher Tuplin, para quem tanto a crônica de Nabonido quanto as referências hebraicas são compatíveis com a estrutura “federal” de governo que Heródoto credita aos medos em 1.134. Para ele, ademais, a história de Déjoces pode ser uma reminiscência de tradições orais genuínas, do tipo que Sancisi-Weerdenburg afirmava inexistir em Heródoto. Outros apontamentos de Tuplin dizem respeito à influência dos medos na cultura imperial persa e à carência de informações assírias relevantes posteriores à data de 650 a.C.¹⁰⁷⁰

No que diz respeito às fontes bíblicas, os problemas são inegáveis. Em primeiro lugar, os livros de Isaías e Jeremias, parcialmente oriundos de tradições pré-exílicas, sofreram edições e modificações que dificultam sua datação. Nas fontes hebraicas, é comum a confusão entre medos e persas, como ocorre no problemático livro de Daniel.¹⁰⁷¹ Tratando-se as

¹⁰⁶⁶ Cf. MATHESON, 1979, p. 107-139.

¹⁰⁶⁷ LIVERANI, 2003.

¹⁰⁶⁸ KUHRT, 1993, p. 654-655.

¹⁰⁶⁹ BRIANT, 1996, p. 36-37.

¹⁰⁷⁰ TUPLIN, 2004.

¹⁰⁷¹ Para uma posição minoritária sobre a possível composição do livro no período aquemênida, cf. MITCHELL, 1997.

passagens mencionadas¹⁰⁷² de referências à destruição da Babilônia, é provável que os persas fossem os verdadeiros inspiradores das ameaças. Além disso, o plural presente em Jeremias 51 pode meramente constituir um “plural de intensidade”, como notaram os comentaristas. Destarte, a melhor tradução continuaria sendo “rei” e não “reis” dos medos.¹⁰⁷³

Stuart C. Brown, por sua vez, afirmou que a carência de referências assírias à Média é um simples sinal de que esta entidade política se desenvolveu para além de suas fronteiras.¹⁰⁷⁴ A evidência arqueológica disponível sobre os medos é insuficiente e, por si só, não garante a inexistência de um poderoso Estado. Stronach argumenta que os revisionistas não podem negar categoricamente a existência de um Império Persa após 615 a.C. devido à carência de escavações em sítios nos quais se esperaria encontrar evidência conclusiva.¹⁰⁷⁵ Por outro lado, a fragilidade militar da Média mencionada por Kuhrt é bem relativa, pois o poderoso Império Assírio, derrotado pelos medos, não dava sinais de enfraquecimento no período imediatamente anterior a sua queda, de modo que, mesmo com o apoio dos babilônios, as forças da Média estariam enfrentando um formidável adversário. Além disso, como veremos, a Lídia de Creso preenche todos os requisitos de Sancisi-Weerdenburg para a identificação de um “Estado primitivo” e, ainda assim, como se sabe, não foi capaz de derrotar os medos em combate.

O que também continua a suscitar dúvidas é a fidedignidade do relato de Heródoto sobre os supostos reis dos medos. As fontes assírias não mencionam Déjoces ou Fraortes, mas outros monarcas ou líderes de múltiplos agrupamentos que teriam governado nesse período.¹⁰⁷⁶ Assim, segundo Radner, a comparação da evidência assíria contemporânea à época de ambientação da narrativa herodotiana levanta suspeitas sobre a credibilidade do grego, cujo relato é interpretado como amplamente ficcional.¹⁰⁷⁷

À luz de diversos estudos, contudo, pode-se dizer que a história de Heródoto sobre Déjoces mescla elementos da tradição grega sobre os tiranos a informações autenticamente orientais. De um lado, a ideia de um indivíduo célebre que almeja ardorosamente o poder e impõe um processo de unificação é uma reminiscência das tradições políticas sobre os tiranos gregos. De outro, a missão de Déjoces é expressa em termos de combate à anomia e

¹⁰⁷² Isa 13:17 e Jr. 51:11

¹⁰⁷³ LUNDBOM, 2004, p. 673; p. 446.

¹⁰⁷⁴ BROWN, 1986, p. 116: “Assim, a evolução de complexos arquitetônicos como Godin Tepe e Nash-i Jan Tepe são possivelmente apenas sombras pálidas de um desenvolvimento similar, mas, em última instância, mais bem sucedido na própria Ecbátana”. Cf. também KUHRT, 2002, p. 654 e KHATCHADOURIAN, 2016, p. 83-117.

¹⁰⁷⁵ STRONACH, 2003.

¹⁰⁷⁶ LIVERANI, 2016, p. 741-746.

¹⁰⁷⁷ RADNER, 2013, p. 453-454.

imposição da justiça, elementos contraditórios na retórica imperial persa.¹⁰⁷⁸ Além disso, as descrições de algumas instituições dos medos, como a reclusão do rei e a estrutura da capital, também se aproximam do que conhecemos sobre as cidades e a vida de corte no Oriente Próximo.

De toda forma, devemos notar que os critérios modernos da arqueologia e da antropologia devem ter sido, no mínimo, irrelevantes para Heródoto, que destacou o lugar da Média ao lado da Lídia e da Pérsia por meio de opções narrativas e terminológicas bastante precisas. Nas *Histórias*, a Média é, sem dúvida, uma *arché*, com controle sobre uma ampla diversidade de povos. Se ela não foi um império, e as tradições de Heródoto não são autênticas, é provável que tal imagem dos medos seja em larga medida contaminada pelo contato contemporâneo com o Império Persa.¹⁰⁷⁹

3.3.2 A RICA LÍDIA

No imaginário grego, a Lídia figurava como um reino rico e poderoso, responsável por subjugar pela primeira vez um conjunto de cidades gregas da Ásia Menor.¹⁰⁸⁰ O relato de Heródoto¹⁰⁸¹ é nossa principal fonte para uma história narrativa da Lídia, mas os historiadores, mais uma vez, reputam tais informações escassas e pouco verossímeis.¹⁰⁸²

Segundo Heródoto, a Lídia teria sido governada inicialmente pela dinastia dos Heráclidas, cujo último rei, Candaules, fora destronado por um homem de sua confiança, Gíges, inaugurando-se, assim, a dinastia dos Mermnadas (c. 680 a.C.). A história da ruptura dinástica, cujo apelo cativante reencontrou as audiências modernas através da narrativa de Katharine Clifton (personagem do filme e do romance homônimo *O Paciente Inglês*), fala da insistência de Candaules em desvelar a nudez da bela esposa a Gíges, transgressão que enfureceu a rainha e forçou este último a matar o rei. O regicídio, afirma Heródoto, teria sido punido gerações mais tarde, como previra um oráculo, com a derrota de Creso em combate contra os persas.¹⁰⁸³ Tais histórias, revestidas de um caráter ficcional e encadeadas numa narrativa moralizante, expõem a fragilidade das informações providenciadas por Heródoto,

¹⁰⁷⁸ PANAINO, 2003; THOMAS, 2012.

¹⁰⁷⁹ LIVERANI, 2003.

¹⁰⁸⁰ Não menos em razão da fama de Creso. Na língua francesa há inclusive a expressão “riche comme Crésus”, isto é, “rico como Creso”, para indicar extrema opulência.

¹⁰⁸¹ Hdt. 1.6-94.

¹⁰⁸² Ainda que continuem a depender delas, Cf. LIVERANI, 2016, 709-715; KUHRT, 2002, p. 567-572.

¹⁰⁸³ Hdt. 1.8-12.

embasando o ceticismo historiográfico supramencionado.

Quando recorremos a outras fontes, temos uma visão igualmente fragmentada sobre o passado remoto da Lídia. Antes do rei Lido, segundo Heródoto, os naturais da lídia eram chamados de meônios.¹⁰⁸⁴ De fato, Homero se refere à região como Meônia (*Mēoniē*),¹⁰⁸⁵ associando-a ao marfim tingido que adornava seus corcéis.¹⁰⁸⁶ Além de Homero e de referências esparsas da lírica grega arcaica,¹⁰⁸⁷ as fontes assírias do século VII a.C.¹⁰⁸⁸ também relatam aspectos da história da Lídia, à época governada por *Gugu* (nosso Giges). Segundo essas fontes, o rei da Lídia teria sido impelido pelo conselho do deus Ashur a requisitar o auxílio de Assurbanípal no combate aos cimérios por volta de 665 a.C. Giges, com alguma ajuda assíria, teria então derrotado os invasores. Mais tarde, os anais de Assurbanípal contam que Giges rompeu sua aliança com os assírios, unindo-se ao Egito Saíta. Amaldiçoado pelos antigos aliados, Giges teria sido derrotado pelos inimigos. Seu filho, mais tarde, teria reatado a aliança com a Assíria.¹⁰⁸⁹

Após o reinado de Giges, dependemos incontornavelmente de Heródoto e das informações providenciadas pela arqueologia para conhecer os feitos da Lídia com alguma clareza. Para o investigador de Halicarnasso, a trajetória dos reis de Sardis é uma história de expansionismo, culminando com a conquista dos gregos asiáticos. Temos, assim, uma sucessão de reis que estabelecem relações com os vizinhos (enviando ricos presentes a Delfos, cf. Hdt. 1.14; 25) e ampliam seu território gradualmente. O próprio Giges (c. 680-652 a.C.), por exemplo, teria avançado contra Mileto e Esmirna, conquistando Cólofon.¹⁰⁹⁰ Ardis (c. 652-630 a.C.), sucessor de Giges, teria sido responsável por tomar a cidade grega de Priene, mas também pela derrota perante uma nova invasão dos cimérios.¹⁰⁹¹ A obscuridade de Sadiates (c. 630-610), contrasta com a grandeza de seu sucessor, Alíates (c. 610-560), responsável por consolidar o domínio lídio com a expulsão dos cimérios e a conquista de Esmirna.¹⁰⁹² Creso (c. 560-540 a.C.), por fim, é descrito por Heródoto como um grande conquistador, ao qual se atribui a tomada de numerosas cidades gregas asiáticas,¹⁰⁹³ a imposição de impostos e o domínio sobre os frígios, paflagônios e muitos outros povos a

¹⁰⁸⁴ Hdt. 1.7: “(...) οἱ δὲ πρότερον Ἀγρωνος βασιλεύσαντες ταύτης τῆς χώρας ἦσαν ἀπόγονοὶ Λυδοῦ τοῦ Ἄττος, ἀπ’ ὅτεν ὁ δῆμος Λύδιος ἐκλήθη ὁ πᾶς οὗτος, πρότερον Μηίων καλεόμενος.”

¹⁰⁸⁵ AUTENRIETH, 1891, p. 191.

¹⁰⁸⁶ Il. 4.141-145

¹⁰⁸⁷ Safo, fr. 218; Hipônax, fr. 42.

¹⁰⁸⁸ Inscrições do rei Assurbanípal. Cf. ROLLINGER, 2013.

¹⁰⁸⁹ DELAUNAY, 2011; LIVERANI, 2016, p. 710-711.

¹⁰⁹⁰ Hdt. 1.15.

¹⁰⁹¹ Hdt. 1.15.

¹⁰⁹² Hdt. 1.16.

¹⁰⁹³ Hdt. 1.27.

oeste do rio Hális.¹⁰⁹⁴ Heródoto lista, no total, treze povos sob o domínio de Cresos.¹⁰⁹⁵

O caráter expansionista do reino da Lídia também é atestado pela arqueologia. Segundo Amélie Kuhrt, o cerco e a captura da cidade de Esmirna por Alíates foi verificado arqueologicamente e, além disso, há evidência de controle lídio na Frígia já nesse período.¹⁰⁹⁶ Da mesma forma que faz com os medos, Heródoto enfatiza o domínio que os lídios, especialmente Cresos, exerciam sobre outros povos. Assim, o monarca é descrito como “τύραννος ἐθνέων τῶν ἐντός Ἰλίου ποταμοῦ” (“rei dos povos a oeste¹⁰⁹⁷ do rio Hális”)¹⁰⁹⁸ e “βασιλεὺς πολλῶν ἀνθρώπων” (“rei de muitos homens”).¹⁰⁹⁹ Notável quanto a essa natureza expansionista, ademais, é o já mencionado confronto da Lídia com a Média, encerrado em 585 a.C. por ocasião de um eclipse solar.¹¹⁰⁰

Jack Martin Balcer, em artigo intitulado *Herodotus, the 'Early State', and Lydia*, analisa o desenvolvimento político dos primeiros Mermnadas e conclui que, atendo-se aos critérios estabelecidos por Sancisi-Weerdenburg, é possível identificar o surgimento de um poderoso Império Lídio a partir do relato de Heródoto, ao menos em sua última fase. Com esse propósito, Balcer destaca algumas informações encontradas em Heródoto: Cresos teria sido capaz de impor a cobrança de tributos aos povos sob seu domínio,¹¹⁰¹ de estabelecer vínculos diplomáticos¹¹⁰² e produzir um excedente econômico.¹¹⁰³ Os lídios cunhavam moedas¹¹⁰⁴ e fundavam suas atividades políticas nos conselhos de oráculos.¹¹⁰⁵ Eles ampliaram seu território e garantiram a manutenção do império por meio de uma organização militar presumivelmente sofisticada.¹¹⁰⁶

Na década de 540 a.C., a história da Lídia autônoma encontra seu ocaso com a conquista de Sardis por Ciro, o Grande. Com sua incorporação pelo Império Persa, Sardis passa a ser a capital da província (satrapia) de Sparda, o que, segundo Dusinger, deve evidenciar a preexistência de estruturas imperiais na capital (escribas, tesouros, acomodações etc.).¹¹⁰⁷ Destarte, apesar da ignorância que subsiste acerca da cultura, sociedade e mesmo

¹⁰⁹⁴ Hdt. 1.28.

¹⁰⁹⁵ Sobre essa lista, sua incompletude, falhas e fiabilidade geral, Cf. ASHERI et. al., 2007, p. 97.

¹⁰⁹⁶ KUHRT, 2002, p. 569.

¹⁰⁹⁷ Literalmente, “dentro, contidos pelo” rio Hális, isto é, a oeste do Hális. Cf. SLEEMAN, 2002, p. 151.

¹⁰⁹⁸ Hdt. 1.6.

¹⁰⁹⁹ Hdt. 1.32.

¹¹⁰⁰ Hdt. 1.74.

¹¹⁰¹ Hdt. 1.27.1.

¹¹⁰² Hdt. 1.27.5.

¹¹⁰³ Hdt. 1.69.4.

¹¹⁰⁴ Hdt. 1.94.1.

¹¹⁰⁵ Hdt. 1.46.2-3.

¹¹⁰⁶ BALCER, 1994.

¹¹⁰⁷ DUSINGER, 2003, p. 35.

organização política do domínio lídio, parece claro que o reino de Creso desenvolveu, de um ponto de vista histórico e também na percepção dos gregos, uma espécie de império de considerável sofisticação. A capital, Sardis, permaneceria sendo um importante centro político ainda por muito tempo.

3.3.3 PÉRSIA¹¹⁰⁸

A frequente associação entre medos e persas presente nas fontes clássicas pode nos conduzir à equivocada suposição de que o Império Persa teria se desenvolvido a partir da emulação (exclusiva ou preponderante) de práticas e instituições de um suposto Império Medo. Na verdade, como já se teve a oportunidade de indicar, o Império Aquemênida foi fortemente influenciado por outro reino localizado na atual província iraniana do Khuzistão: Elam.¹¹⁰⁹

Durante o período clássico de sua história (c. 1450-1100 a.C.), Elam foi um poderoso Estado cujos governantes utilizavam o título de reis de “Susa e Anshan”.¹¹¹⁰ Construído por volta de 1250 a.C. pelo rei Untash-Napirisha, o complexo de Choga Zambil, na mesma província iraniana do Khuzistão, é um testemunho bem preservado da grandiosidade desse antigo poderio oriental.¹¹¹¹ Segundo uma hipótese geralmente aceita, grupos de pastores iranianos devem ter migrado num processo longo e contínuo para a região de Elam entre os séculos XI e X a.C., quando esse Estado estava em franca decadência, instalando-se em Anshan. Essa região, por sua vez, teria se tornado independente no século VII a.C., com a incursão de Assurbanípal em Susa, passando para as mãos de uma dinastia persa.¹¹¹²

¹¹⁰⁸ A historiografia sobre a Pérsia Aquemênida é vastíssima. De destaque são as obras de OLMSTEAD, 1948; FRYE, 1962; BRIANT, 1996; WATERS, 2014. A obra de Briant, altamente detalhada, continua atual. KUHRT também publicou uma coletânea de fontes para a história do Império Aquemênida (2007). Narrativas políticas do Irã Pré-Islâmico em geral podem ser encontradas em BROSIUS, 2006 e WIESEHÖFER, 2003. Sobre a religião dos aquemênidas, destacam-se BOYCE, 1979, GARRISON, 2009, e diversas publicações de SKJÆRVØ. O estudo do persa antigo é um ramo dominado pelo método comparativo da linguística histórica. Destacam-se BARTHOLOMAE, 1904; KENT, 1950; BRANDENSTEIN & MAYRHOFER, 1964; HINZ, 1975 e diversas obras de SCHMITT e SKJÆRVØ. A economia dos aquemênidas foi brevemente apreciada pelo célebre ROSTOVITZ, 1989, pioneiramente; Mais recentemente, aspectos como variação e preços e tributação na Babilônia foram estudados por JURSA e HACKL & PIRNGRUBER, 2014. Aspectos econômicos e institucionais foram estudados por DANDAMAEV & LUKONIN, 1992.

¹¹⁰⁹ Sobre a Pérsia e o Elam, cf. BRIANT, op. cit., p. 27-28; ALLEN, 2005, p. 21-29; BROSIUS, 2006, p. 6-8; WATERS, op. cit., p. 21-25.

¹¹¹⁰ KUHRT, 2002, p. 365 *et. seq.*; WATERS, op.cit., p. 22; LIVERANI, 2016, p. 513-514;

¹¹¹¹ MATHESON, 1979, p. 144; LIVERANI, loc. cit.

¹¹¹² WATERS, op. cit., p. 19-21.

Num famoso cilindro que carrega seu nome, Ciro, o Grande, apresenta seus antepassados como reis de Anshan (21),¹¹¹³ o que confirma a hipótese de que os persas tenham governado essa região por algumas gerações antes de derrotar os medos, apropriando-se de um título local. O mesmo título, aliás, aparece em referência a Ciro II na Crônica de Nabonido (II.1)¹¹¹⁴ e num selo real que deve se referir a Ciro I, seu avô.¹¹¹⁵ A linguagem elamita, até hoje parca e pouco compreendida, como vimos, era utilizada pelos aquemênidas em suas inscrições reais, tendo sido decifrada graças à inscrição trilingue de Behistun.¹¹¹⁶ Que os persas tenham utilizado títulos e a linguagem elamitas é indicativo da próxima relação entre suas estruturas administrativas e aquelas de Elam.

Se a Pérsia anterior à expansão imperial nos é conhecida apenas de forma extremamente limitada, isso muda com a ascensão de Ciro II ao trono de Anshan em 559 a.C. A própria figura de Ciro é tão mítica e controversa a ponto de ter influenciado a produção de múltiplas biografias, das quais temos conhecimento graças a Xenofonte, Ctésias e Heródoto. Para Xenofonte, Ciro seria neto do rei dos medos, Astíages, pela via materna, tendo por pai Cambises, rei dos persas.¹¹¹⁷ Ainda segundo Xenofonte, Ciro II teria obtido o reino da Média pacificamente do tio, Ciaxares, e teria falecido fora de combate.¹¹¹⁸ Tais informações contrastam com os relatos de Heródoto e Ctésias. O primeiro, retomando motivos folclóricos orientais, também alega que Ciro seria neto de Astíages e fruto do matrimônio de Mandane, sua filha, com um nobre (não um rei) persa, Cambises,¹¹¹⁹ mas desenvolve uma narrativa sobre a fracassada tentativa do monarca medo de se livrar do bebê Ciro, tido como um potencial usurpador do trono. Heródoto e a Crônica de Nabonido coincidem quanto à existência de uma revolta dos persas e alguns medos contra Astíages, daí resultando a conquista da Média. Nicolau de Damasco, baseando-se em Ctésias de Cnido, também menciona tal revolta. Quanto à sorte do rei, Heródoto e Ctésias fornecem relatos convergentes sobre uma morte em combate na Ásia Central.¹¹²⁰

Seja qual biografia for a verdadeira, o fato é que, entre 550 e 530 a.C., Ciro conquistou para os persas a Média, a Lídia, a Carmânia, a Gedrósia, a Aracósia, a Fenícia e a Babilônia,

¹¹¹³ KUHRT, 2007, p. 54: "Cyrus the Anshanite, son of Teispes."

¹¹¹⁴ Ibid., p. 56: "(...) he roused against him Cyrus, king of Anshan (...)".

¹¹¹⁵ KUHRT, 2007, p. 71: "I, Cyrus (...) great king, king of Anshan (...)".

¹¹¹⁶ STOLPER, 2005, p. 20.

¹¹¹⁷ Cyr. 2.1.

¹¹¹⁸ Cyr. 8.7.

¹¹¹⁹ Hdt. 1.107.

¹¹²⁰ Para as comparações dos relatos orientais e clássicos da vida de Ciro, cf. BRIANT, 1996, p. 25-26; WATERS, 2014, p. 52-53.

formando um império de grandes proporções.¹¹²¹ A incorporação das cidades gregas e da Fenícia ao império garantiram a apropriação de uma importante força naval, enquanto a tomada da Babilônia fez dos persas senhores do Oriente Próximo.¹¹²² Entre os feitos de Ciro se encontra também a fundação de um complexo real, a cidade de Pasárgada¹¹²³ na qual o próprio rei seria futuramente enterrado.¹¹²⁴ Seu filho, Cambises II, adquiriu para o império o Egito, enquanto Dario I avançou contra os citas, incorporou a região noroeste da Índia¹¹²⁵ e estendeu sua influência até a Trácia¹¹²⁶ e a Macedônia. Juntos, esses monarcas adquiriram a maior porção do império, que permaneceu, em extensão, relativamente estável durante cerca de duzentos anos.

O notável sucesso do Império Aquemênida ao longo de tanto tempo não pode ser entendido apenas a partir da estratégia militar ou da conquista. Logo no início, soberanos como Ciro e Cambises obtiveram êxito em seu governo imperial graças a uma política de concessões e alianças na periferia do império. Na Babilônia e no Egito, os reis se aliavam às elites locais e recompensavam seus apoiadores com posições de poder. Ao mesmo tempo, os monarcas se apresentavam a partir de fórmulas locais, respeitando as tradições dos povos submetidos e evitando, assim, promover rebeliões.¹¹²⁷ No Cilindro de Ciro, o rei persa se apresenta como um babilônio¹¹²⁸ e, de forma similar, Cambises é apresentado pelo egípcio Udjahorresnet¹¹²⁹ como um faraó e filho de Rá.¹¹³⁰

Um dos episódios mais famosos da história política aquemênida, a ascensão de Dario I

¹¹²¹ BROSIUS, 2006, p. 8-12.

¹¹²² Ibid., p. 11.

¹¹²³ Inspiração nominal da utopia lírica de Manuel Bandeira.

¹¹²⁴ Sobre Pasárgada e a datação de algumas de suas estruturas, Cf. STRONACH, 1978; ROOT, 1979, p. 48-49; 52-58; BRIANT, 1996, p. 98-99;

¹¹²⁵ Situada nos limites orientais do conhecimento geográfico clássico, a “Índia” antiga era entendida como uma região que compreendia parcelas da área noroeste da Índia moderna e grande parte do atual Paquistão, especialmente o Punjab, alcançando as margens do rio Indo. Durante o Império Aquemênida (559-330 a.C.), no reinado de Dario I (522-486 a.C.), parte da Índia antiga (a região que vai do Punjab ao delta do Indo) passou a integrar o conjunto de satrapias submetidas ao rei dos reis. Os interesses comerciais das civilizações mediterrâneas no oriente remontam às origens do Egito faraônico. Com efeito, a melhor rota comercial para a Índia na antiguidade era a viagem pelo mar vermelho, a partir do Egito. Há duas indicações de que os persas tivessem interesses em estabelecer rotas comerciais com a Índia: na estela de Chalouf, Dario I alega ter criado um canal ligando o rio Nilo a um “mar que alcança a Pérsia”, o que abriria possibilidades de comércio com o noroeste da Índia. A história contada por Heródoto em 4.44 sobre a expedição de Escflax de Carianda no Indo reforça a ideia de que os imperadores persas tivessem interesses comerciais na região. Ainda assim, a tese da existência de rotas comerciais regulares nesse período deve ser descartada. MCLAUGHLIN, 2010, p. 23. Cf. também KUHRT, 2007, p. 485-486.

¹¹²⁶ Para a conquista da Trácia, Cf. BRIANT, 1996, p. 154-156. A ocupação da Trácia, Cf. BALCER, 1988. A conveniência do etnônimo como tradução de Skudra, Cf. HENKELMAN & STOLPER, 2009.

¹¹²⁷ KUHRT, 2002, p. 663.

¹¹²⁸ BRIANT, 1996, p. 53-55.

¹¹²⁹ Sua inscrição está no “*Naoforo Vaticano*”.

¹¹³⁰ Por uma inscrição na estátua de Udjahorresnet, que hoje se encontra no Museu Vaticano. Cf. BRIANT, op. cit., p. 68 et seq.

ao trono é descrita por Heródoto e a inscrição de Behistun (DB), cunhada, como vimos, por ordem do próprio Dario após a supressão de diversas rebeliões pelo império.¹¹³¹ Na versão oficial, que Heródoto deve ter reproduzido em algum grau,¹¹³² Cambises teria assassinado seu irmão secretamente e partido em campanha para o Egito. Enquanto estava ausente, um mago ambicioso¹¹³³ teria se passado pelo irmão de Cambises, Bardiya/Esmérdis, a fim de se apoderar do governo imperial. Antes de conseguir retomar o poder, Cambises teria falecido. Mais tarde, Dario I teria se levantado contra o usurpador e recobrado o trono.

Em realidade, como notaram muitos historiadores, o mais provável é que o verdadeiro usurpador fosse Dario I, líder de uma rebelião que teria assassinado o autêntico irmão de Cambises e filho de Ciro.¹¹³⁴ Em relação ao parentesco, os direitos de Dario I ao trono eram aparentemente marginais.¹¹³⁵ Além disso, a usurpação explicaria a onda de revoltas que teria atingido o coração do império após a entronização de Dario I.¹¹³⁶ Revoltas, aliás, que foram suprimidas pelo rei com sucesso, apesar de terem sido muito numerosas (nove no total): o monarca precisou apenas de um ano para reprimir insatisfações na Mesopotâmia, no Irã e na Ásia Central.

A transição de Cambises a Dario é tratada pela historiografia como um momento de verdadeira crise.¹¹³⁷ Nesse período, o império, tendo atingido grandes proporções territoriais, revela as tensões de uma competição pelo poder que colocou em polos opostos grupos da nobreza iraniana.¹¹³⁸ Justamente para manter a coesão dessa estrutura colossal, Dario se engajou na produção de uma retórica imperial e na reforma de instituições já existentes, como

¹¹³¹ Tradução e comentários em KUHRT, 2007, p. 135-157.

¹¹³² Hdt. 3.30; 61-68. Para uma comparação entre os dois relatos, cf. ASHERI, 2007, p. 429 et seq., especialmente 458-459.

¹¹³³ Ao contrário dos “dois” magos de Heródoto, como nota ASHERI, op.cit., p. 460.

¹¹³⁴ Como menciona WATERS, 2014, p. 68; Cf., por exemplo, BROSIUS, 2006, p. 18: “Darius’ usurpation of the Persian throne was not uncontested”.

¹¹³⁵ Sobre a genealogia de Dario, ver as discussões qualificadas de WATERS, 1996. O cilindro de Ciro, encontrado na Babilônia, não menciona nenhum Aquêmenes e não parece haver razão plausível para que o monarca tenha deixado de nomear esse antepassado epônimo. As únicas inscrições que atrelam Ciro a Aquêmenes (C_{Ma} e C_{Mc}) são muito provavelmente criações tardias (o cuneiforme, como indica DB, deve ter sido inventado por Dario, e algumas particularidades dessas inscrições não pareciam existir em sua origem). Conclui-se que Dario inseriu um antepassado a mais na genealogia a fim de se vincular por sangue ao grande Ciro, legitimando sua pretensão ao trono. No entanto, é provável que houvesse algum vínculo entre Dario e Cambises, pois a mãe deste último, Cassandane, seria uma aquemênida, segundo Heródoto (Hdt. 3.2), conforme argumenta WATERS, 2004, p. 91-92 et *passim*.

¹¹³⁶ Para as revoltas, cf. WIESEHOFER, 2003, p. 29-30. Sobre a coroação, Cf. LLEWELLYN-JONES, 2013, p. 15: “Deve ser notado, contudo, que a cerimônia de investidura persa não pode ser classificada como uma ‘coroação’ como tal, dado que coroas ou uma cerimônia de coroação não parecem ser o foco do ritual de forma alguma, embora não haja dúvida de que os monarcas aquemênidas usassem coroas cerimoniais; nem, incidentalmente, pode a cerimônia ser chamada de ‘entronização’, uma vez que nenhum trono é mencionado *per se*, embora o trono real certamente fosse um ícone de majestade”.

¹¹³⁷ WATERS, op. cit., p. 58-59; Para alguns, problemas causados pelo crescimento demográfico, cf. KUHRT, 2002, p. 665.

¹¹³⁸ KUHRT, op. cit., p. 666.

a administração territorial e a estrutura tributária.¹¹³⁹ O príncipe aquemênida também se envolveu na construção de diversas obras imponentes, como a continuação do canal de Neco (Suez),¹¹⁴⁰ a fundação de Persépolis¹¹⁴¹ e outros empreendimentos em Susa e Pasárgada.¹¹⁴² A formação rochosa de Naqsh-e Rostam, por sua vez, se tornaria a sede das tumbas reais de Dario e mais três reis aquemênidas.¹¹⁴³

Xerxes (486-465 a.C.), sucessor de Dario, é conhecido, sobretudo, pela batalha que travou contra os gregos no front ocidental do império. Desse assunto já tratamos o bastante, cabendo observar que, apesar da derrota persa, há quem considere o balanço do reinado de Xerxes mais positivo que negativo.¹¹⁴⁴ O monarca, afinal, reprimiu, com sucesso, rebeliões no Egito e na Babilônia,¹¹⁴⁵ além de ter realizado algumas modificações para melhorar a eficiência da administração provincial.¹¹⁴⁶ Em agosto de 465 a.C., Xerxes e o herdeiro do trono foram assassinados numa conspiração que pode ter sido arquitetada por seu próprio sucessor, Artaxerxes I, embora os detalhes do acontecimento sejam obscuros.¹¹⁴⁷

A campanha persa contra os gregos foi continuada por Artaxerxes I (465 - 423 a.C.) e deve ter conduzido a algum tipo de acordo com os atenienses por volta de 450 a.C.¹¹⁴⁸ Dario II (423 - 405 a.C.), sucessor de Artaxerxes, após enfrentar e derrotar dois irmãos rebeldes com pretensões ao trono,¹¹⁴⁹ apoiou os espartanos na Guerra do Peloponeso tendo em vista o enfraquecimento de Atenas e sua derrota final.¹¹⁵⁰ Infelizmente, a parcialidade das fontes nos arrasta incessantemente para a fronteira ocidental, sem que possamos conhecer mais sobre a política desses reis em outras partes do império nesse período.

Com a morte de Dario II, seu filho Arses, que assumiu o nome real de Artaxerxes II (405 - 359 a.C.), ascendeu ao trono.¹¹⁵¹ Apesar da transição aparentemente calma, o irmão de Arses, Ciro, armou uma conspiração contra o monarca e, após chegar muito perto de ser executado na corte por uma denúncia de traição, conduziu um exército de nobres persas e

¹¹³⁹ É preciso não exagerar o impacto e extensão das “reformas” de Dario. Muitas instituições por ele remodeladas já existiam anteriormente. Cf. BRIANT, 1996, p. 75; 80-81.

¹¹⁴⁰ BRIANT, op. cit., p. 494-495.

¹¹⁴¹ No entanto, a região já era ocupada antes de Dario. Cf. BRIANT, op. cit., p. 99.

¹¹⁴² BROSIUS, op.cit., p. 20.

¹¹⁴³ WIESEHÖFER, 2003, p. 32.

¹¹⁴⁴ Id., 2009, p. 74.

¹¹⁴⁵ WATERS, 2014, p. 115-116.

¹¹⁴⁶ WIESEHÖFER, 2009, p. 74.

¹¹⁴⁷ Ibid., p. 133. O assassinato de Xerxes por seu filho é atestado em um tablete babilônio, Cf. KUHRT, 2007, p. 306-307.

¹¹⁴⁸ A historicidade da Paz de Cálias foi contestada por Klaus Meister. Sua argumentação, contudo, não é aceita pela maioria dos autores. Cf. BADIAT, 1987; MILLER, 1997, p. 15.

¹¹⁴⁹ WIESEHÖFER, 2003, p. 33.

¹¹⁵⁰ Th. 8.78; 87. MILLER, op.cit., p. 28.

¹¹⁵¹ Cf. a recente monografia sobre o reinado de Artaxerxes de SHANNAHAN, 2015.

mercenários gregos da Anatólia até a Babilônia, sendo derrotado e morto pelas tropas de Artaxerxes em Cunaxa (401 a.C.). A revolta de Ciro, o Jovem, é narrada por Xenofonte em seu *Anábase*, enquanto uma biografia laudatória de Artaxerxes II foi redigida tardiamente por Plutarco. Entre os feitos notáveis de Artaxerxes, encontram-se modificações nas fórmulas religiosas das inscrições reais, possíveis reflexos de mudanças no culto e na ideologia real aquemênida.¹¹⁵²

Três filhos de Artaxerxes II foram, segundo as fontes, violentamente assassinados por Oco, que viria a se tornar Artaxerxes III (359-338 a.C.).¹¹⁵³ Importante por recobrar o Egito e suprimir uma revolta das cidades fenícias, esse rei também teria sido assassinado, junto com a maioria de sua família, por um eunuco, Bagoas, que então teria entronizado o jovem Arses, cujo nome real (*Thronname*) seria Artaxerxes IV (338-336 a.C.).¹¹⁵⁴ Dois anos depois, Bagoas assassinaria o próprio Artaxerxes IV, instalando no trono Dario III (336-330 a.C.), quem finalmente encerraria o banho de sangue com a derradeira execução do eunuco.¹¹⁵⁵ As histórias dos assassinatos e intrigas das sucessões são narrada por Plutarco¹¹⁵⁶ e Diodoro Sículo.¹¹⁵⁷

Ao longo da maior parte dessa história, os reis aquemênidas desenvolveram e preservaram instituições e práticas de dominação que seriam essenciais para a manutenção de seu império. Além de uma organização administrativa “satrapal”,¹¹⁵⁸ os persas promoveram uma ideologia fundada numa espécie de direito divino à autoridade imperial. Eles acomodaram a aristocracia persa em posições de poder em todo o império, criando uma influente e relevante classe de oficiais para dar sustentação às pretensões do rei. E instituíram uma economia tributária e um sistema legal amplamente condizentes com as necessidades de um grande Estado multiétnico.

Em comparação com o Império Neoassírio, Dario e seus sucessores inovaram profundamente as práticas de dominação orientais pela adoção de uma política alegadamente menos hostil em relação aos súditos.¹¹⁵⁹ Os persas, diferentemente dos assírios, optaram por uma política de integração ideológica do império e consolidaram alianças políticas com as classes dominantes dos países submetidos por meio de concessões e matrimônios. O império

¹¹⁵² Referências aos deuses Mitra e Anahita, Cf. A²Sa §3(A) e A²Sd §2(E). Cf. SCHMITT, 2009, p. 192; 195.

¹¹⁵³ BRIANT, 1996, p. 699-700.

¹¹⁵⁴ WIESEHÖFER, 2003, p. 38.

¹¹⁵⁵ BRIANT, 1996, p. 709.

¹¹⁵⁶ Plut. Art. 2.30.

¹¹⁵⁷ Diod. Sic.18.5.3-6.

¹¹⁵⁸ Utiliza-se o termo por convenção, embora já tenhamos demonstrado, acima, que não é atestado em persa; *dahyu-* seria a palavra adequada para designar as divisões administrativas do império.

¹¹⁵⁹ Como foi discutido a respeito de sua iconografia, acima, a partir de ROOT, 1979.

também permitia algum acesso dos povos dominados a posições importantes na corte, mesmo que de forma muito restrita.¹¹⁶⁰ Assim, elaborou-se uma política de cooptação e cooperação dos dominados, muito diferente do protótipo da conquista mesopotâmica. Para fins didáticos, discutiremos as diferentes manifestações do império em três âmbitos distintos: o direito, a economia e a religião.

O direito aquemênida, altamente sofisticado, em nada se assemelha à descrição negativa que dele fizeram os modernos.¹¹⁶¹ Para o barão de Montesquieu, o direito público de modelo despótico seria corrompido pelo poder discricionário do rei, inimigo da propriedade privada e infenso a mecanismos de controle.¹¹⁶² No caso aquemênida, essa posição se viu fortalecida pelo testemunho de autores clássicos como Platão,¹¹⁶³ Heródoto¹¹⁶⁴ e Aristóteles.¹¹⁶⁵ No entanto, como já tivemos a oportunidade de argumentar,¹¹⁶⁶ os próprios autores clássicos jamais recusaram que o rei persa governasse em conformidade com certas normas costumeiras¹¹⁶⁷ e protocolos.¹¹⁶⁸ Ele reconhecia, ademais, as normas locais, mediante um mecanismo de “autorização real”, conferindo-lhes vigência efetiva.¹¹⁶⁹ Um conselho de sete juízes ou nobres mencionados pelas fontes,¹¹⁷⁰ em que pese sua rarefeita autoridade prática,¹¹⁷¹ testemunha a busca de legitimação monárquica no direito.

No plano judicial, destaca-se a ideia da irrevogabilidade da lei dos persas,¹¹⁷² que, se verdadeira, deve ser lida como um mecanismo de preclusão de sentenças condenatórias,

¹¹⁶⁰ GOLDSTONE & HALDON, 2009, p. 24.

¹¹⁶¹ MONTESQUIEU, 2004, p. 69. Cf. também p. 101.

¹¹⁶² Para nossa discussão completa sobre o direito aquemênida, a visão das fontes clássicas e a perspectiva moderna, Cf. TREUK, 2016.

¹¹⁶³ Plat. Leg. 693d-696c.

¹¹⁶⁴ Em Heródoto, os espartanos qualificam Hidarnes como um “escravo” (Hdt. 7.135); Demarato contrasta a obediência dos espartanos à lei e a sujeição dos persas aos caprichos reais (Hdt. 7.104); Cambises suplanta uma norma costumeira a partir de outra norma que lhe dava poderes absolutos (Hdt. 3.31.).

¹¹⁶⁵ Arist. Pol. 1284b.35- 1285b.35; Pol. 1295a1-25; Pol. 1313a20-1313b10; Pol. 1327b25-30; Nic. 1160b27-31.

¹¹⁶⁶ TREUK, op.cit.

¹¹⁶⁷ O termo persa antigo para lei ou direito era *dāta* (SCHMITT, 2011b). Ele figura nas inscrições aquemênidas em referência aos comandos do rei, à ordem divina e à lei do rei sobre outros povos (DB §8°, DSe, §3°, XPh, §4°d). Em muitos casos, a “lei” persa deve se referir a regulamentos de ordem fiscal. Cf. BRIANT, 1996, p. 526-528.

¹¹⁶⁸ A observância dos costumes restringia a ação dos reis, e o próprio Heródoto menciona uma norma (νόμος) persa segundo a qual não seria permitido ao rei executar um particular por apenas uma ofensa (Hdt. 1.137); Xerxes foi obrigado por uma norma (νόμος) a entregar a esposa do irmão a Amestris num festival real (Hdt. 9.111); Mesmo um monarca insano como Cambises invoca normas para justificar seus abusos (Hdt. 9.111).

¹¹⁶⁹ A teoria, por vezes contestada, é de FREI, 2001. Um exemplo frequentemente citado é Esdras 7.25-26; O rei Dario I também teria ordenado ao ao sátrapa do Egito a compilação de normas locais do 44° ano do reinado de Amasis até 526 a.C. A comissão tomou 16 anos para cumprir esta tarefa. Cf. BRIANT, 1996, p. 490.

¹¹⁷⁰ Hdt. 3.31, Est. 1.10.

¹¹⁷¹ BRIANT, op. cit., p. 142 : “é evidente, de fato, que a nomeação ou destituição de juízes reais provém somente da autoridade do rei (...). Embora os juízes façam referência à 'lei dos medos e dos persas', é evidente que a decisão provém unicamente da autoridade real.”

¹¹⁷² Dan. 6:11; Est. 8:7-12. Esses textos falam de decisões para casos específicos, vereditos de natureza condenatória. Cf. LEFEBVRE, 2006, p. 100; nossa discussão em TREUK, 2018a.

implicando alguma segurança jurídica.¹¹⁷³ Alguns casos citados pelas fontes clássicas indicam, além disso, que o rei julgava de acordo com preceitos de contraditório e proporcionalidade.¹¹⁷⁴ Na Babilônia, o Império Persa contava com tribunais de templos, sátrapas e conselhos, reconhecia o “direito de ação” dos homens livres e formalizava o processo em fases racionais. As normas, além de preverem soluções para lides relativas a danos patrimoniais e pessoais, passaram a estruturar o funcionamento dos próprios tribunais, conduzindo a um incipiente “direito administrativo”.¹¹⁷⁵ O direito material, em continuidade com o que existia nos outros impérios orientais, continuou a regular basicamente as mesmas situações de “direito privado”.¹¹⁷⁶ Este, entretanto, não era codificado, isto é, não era similar ao sistema legal romano-germânico hodierno.¹¹⁷⁷

No campo econômico, o império também apresentava considerável vigor.¹¹⁷⁸ Como o

¹¹⁷³ Para uma discussão sobre a irrevogabilidade das leis aquemênidas, desafios à sua historicidade e argumentos teóricos, Cf. TREUK, 2018a.

¹¹⁷⁴ Como no julgamento de Orontas por Ciro, o Jovem (X. An. 1.6) e de Sandokes por Dario I (Hdt. 7.94). Cf. também um julgamento ficcional exemplar atribuído a Ciro na Ciropédia (X. Cyr. 1.3.16).

¹¹⁷⁵ MAGDALENE, 2009.

¹¹⁷⁶ O processo judicial da Babilônia aquemênida era inquisitivo, caracterizado pelo engajamento do juiz na produção de provas e a confusão entre julgador e acusador. Os homens livres tinham direito de ação e os oficiais do rei tinham legitimidade para ajuizar uma demanda em nome do soberano. Escravos e mulheres também podiam propor uma demanda em casos específicos. O litígio seguia um procedimento altamente formalizado, com a acusação do autor sendo seguida pela instrução, a citação do réu, a defesa, a apresentação de provas documentais ou testemunhais e a sentença, com possibilidade de apelação. Diferentemente do procedimento legal anterior, os tribunais aquemênidas inovaram pela racionalização das evidências (mobilizando provas documentais em oposição ao prévio emprego predominante de ordálias e juramentos) e pelo reconhecimento pioneiro de mulheres como testemunhas no processo em casos específicos (Cf. MAGDALENE, 2009; Cf. também HOLTZ, 2014).

¹¹⁷⁷ O próprio “Código” de Hamurabi não constituía, a rigor, um código legal. Hamurabi foi um rei da “primeira dinastia da Babilônia” (1894-1595 a.C.), famoso por ter expandido consideravelmente a influência política desta cidade e, ademais, pela elaboração de um documento legal encontrado por escavadores franceses em Susa. Ele chegou ao poder em 1792 a.C., e alguns historiadores acreditam que esse documento legal tenha sido elaborado no final de seu reinado, na década de 1750 a.C. No entanto, os preços de bens mencionados pelo documento não correspondem aos preços reais que conhecemos por meio de documentos comerciais da mesma época. Além disso, as normas contidas no documento são casuísticas e ecléticas. Um código, como se sabe, é um documento prescritivo que exige certo grau de abstração e sistematização. No entanto, as duas interpretações mais populares sobre o tal documento o identificam como uma prestação de contas aos deuses ou uma compilação de decisões reais para casos concretos. Em suma, adotando-se uma visão hoje aceita, ele se aproximaria mais de nossa “jurisprudência”. Cf. BOTTÉRO, 1987, p. 303.

¹¹⁷⁸ Todos os debates sobre economia antiga se iniciam com considerações metodológicas acerca da viabilidade da aplicação das teorias econômicas modernas às realidades antigas. A oposição entre “modernistas” e “primitivistas” consiste, justamente, na controvérsia sobre a identidade formal ou a distinção substancial entre as economias antigas e as economias modernas. Nesse debate, os nomes geralmente invocados são os de Karl Polanyi, Mikhail Rostovtzeff e Moses Finley. É preciso hoje admitir, à luz da *New Institutional Economics*, que a própria economia moderna não é caracterizada por um mercado absolutamente “livre”, de forma que uma contraposição exagerada entre antigos e modernos não se sustenta (PIRNGRUBER, 2012; TEMIN, 2013, p. 1-24). É possível, em alguns casos, constatar a existência de mercados antigos sujeitos às leis da oferta e da demanda, mormente na presença de abundantes dados quantitativos, como ocorre na Babilônia Aquemênida e Selêucida. A formalização desses dados é outra questão. No caso da economia do Oriente Próximo Antigo, por fim, outra problemática se impõe, pois os classicistas mantiveram, por muito tempo, uma visão dicotômica da Antiguidade, de forma que os impérios e reinos babilônico, persa e egípcio são descritos como estruturas altamente planejadas e centralizadas de organização e redistribuição econômica, com pouca ou nenhuma

Império Neoassírio, seu congênere aquemênida procedeu a um exercício de poder imperial basicamente fundado na arrecadação tributária, fato que chamou a atenção de Heródoto, como vimos.¹¹⁷⁹ Para tanto, os persas fizeram uso de práticas e estruturas fiscais que já eram comuns no Oriente Próximo. É preciso admitir, contudo, que, no longo prazo, o peso da estrutura fiscal aquemênida pode ter sido responsável por sufocar as províncias.¹¹⁸⁰

A economia aquemênida, como as economias antigas em geral, era predominantemente agrícola. Na Babilônia aquemênida, a posse das terras produtivas era transferida pelo poder central a trabalhadores que, em troca, forneciam serviços e parte de sua produção ao poder central.¹¹⁸¹ Embora o rei da Pérsia fosse, em tese, proprietário de todas as terras sob sua autoridade, podendo eventualmente confiscá-las, essa noção ideológica não deve ser dissociada da realidade econômica aquemênida. Vários particulares tinham a virtual “propriedade” de terras no império e, na prática, o rei não a confiscava senão em ocasiões ordinárias.¹¹⁸² Mesmo assim, o direito sobre tais terras não era de propriedade em sentido pleno, sofrendo diversas limitações quanto à possibilidade de alienação.¹¹⁸³

A mão de obra escrava era marginal nas esferas produtivas do Antigo Oriente Próximo, restringindo-se, em geral, ao serviço doméstico.¹¹⁸⁴ Na verdade, conhecemos melhor o uso que os persas faziam do trabalho compulsório de certos indivíduos chamados de *kurtaš*.¹¹⁸⁵ Esses trabalhadores atuavam em atividades rurais e construções, e recebiam uma remuneração em alimentos ou dinheiro (prata),¹¹⁸⁶ mas não é claro se seriam trabalhadores livres exercendo uma espécie de corveia ou populações dependentes de deportados.¹¹⁸⁷

A economia persa não era extensivamente monetarizada, mas fundava-se na circulação de bens e metais pesados. A cunhagem de moedas se restringia à Ásia Menor e não parece ter

propriedade privada das terras cultiváveis, algo muito diferente do que teria sido o mundo greco-romano. Cf. MANNING & MORRIS, 2005, p. 1-44.

¹¹⁷⁹ Hdt. 3.89.1.

¹¹⁸⁰ Como já tivemos a oportunidade de argumentar (TREUK, 2017b), seguindo os apontamentos da pesquisa recente.

¹¹⁸¹ STOLPER, 1985, p. 24-28

¹¹⁸² Id., p. 427-433.

¹¹⁸³ JURSA & SCHMIDL, 2014a, p. 11-12. Para as limitações à alienação de imóveis na Antiguidade Oriental, Cf. ELLICKSON & THORLAND, 1995.

¹¹⁸⁴ NEUMANN et. al., 2010, p. 21. A Pérsia não tinha uma economia de tipo escravista, com emprego massivo de trabalho escravo, mas o número de trabalhadores desse tipo atestados na Babilônia dos períodos caldeu e aquemênida é alto. Segundo Dandamaev, algumas famílias ricas detinham várias dúzias de escravos e algumas chegavam a ter centenas deles. Ainda assim, a proporção de homens livres em relação a escravos na Babilônia aquemênida deve ter sido bem menor do que aquela constatável nos Estados clássicos. Cf. DANDAMAEV, 2009.

¹¹⁸⁵ BRIANT, 1996, p. 434-452.

¹¹⁸⁶ Remuneração calculada com base no custo de vida, e não uma ração. Cf. HACKL & PIRNGRUBER, 2014, p. 120.

¹¹⁸⁷ LLEWELLYN-JONES, 2013. p. 50.

representado uma realidade relevante em todo o império.¹¹⁸⁸ Apesar disso, a maior circulação de ouro e prata como moeda é notável nesse período, provavelmente induzida pelo sistema tributário e suas exigências de pagamento em metal.¹¹⁸⁹

Quanto à economia tributária, o império extraía as receitas necessárias para a sua manutenção a partir de um sofisticado sistema que, embora tenha existido desde os reinados de Ciro e Cambises, parece ter sido fixado e reformado por Dario I.¹¹⁹⁰ Os povos submetidos ao rei persa pagavam tributos em metais ou em produtos (*in natura*), como prestações ordinárias ou contribuições extraordinárias.¹¹⁹¹ Os pagamentos de impostos ordinários recaíam especialmente sobre a produção agrícola, mas também englobavam prestações em trabalho (o que temos chamado de “corveias”), impostos sobre o comércio e tributos sobre a extração de riquezas de minas. Os súditos também pagavam taxas para ter acesso à água de irrigação¹¹⁹² ou, extraordinariamente, forneciam contribuições de hospitalidade para sustentar o rei e sua comitiva durante seus deslocamentos. Em troca do usufruto de lotes de terras reais, os súditos também eram obrigados a fornecer homens para servir no exército do rei.¹¹⁹³ Também pode-se supor que houvesse proprietários particulares de minas de prata dentro do império, mas tal opinião é apenas uma conjectura.¹¹⁹⁴

O Império Aquemênida não tinha nenhum sistema financeiro, e a “casa de negócios” da família *Murašû*, que certamente fornecia crédito aos agricultores, focava-se precipuamente na gestão de terras, em geral sublocando-as a terceiros. Em troca do fornecimento de crédito, as casas de negócios da Babilônia, como a *Murašû*, vinculavam a produção agrícola futura dos pequenos proprietários como garantia para o adimplemento da dívida. Ao receber uma parte da produção agrícola, essas empresas vendiam os produtos por prata no mercado da Babilônia, adquirindo recursos para renovada oferta de crédito.¹¹⁹⁵

Os dados sobre flutuações de preços de produtos básicos na Babilônia indicam que lá haveria um mercado livre, isto é, sujeito à lei da oferta e da demanda.¹¹⁹⁶ O mesmo não

¹¹⁸⁸ MEADOWS, 2005, p. 200-209.

¹¹⁸⁹ VAN DER SPEK, 2011, p. 411.

¹¹⁹⁰ Hdt. 3.89-97.

¹¹⁹¹ Heródoto, em sua lista de *nomoi* (acima), apresenta os tributos que supostamente teriam sido fixados pelo monarca Dario em quantidade de talentos para cada povo do império. Os povos submetidos à economia tributária poderiam ser obrigados a pagar o rei em prata ou em produtos agrícolas e outras prestações. Alguns povos (como os árabes), por diversos motivos, eram agraciados com certa isenção fiscal, embora fossem coagidos a pagar “presentes” ao tesouro, uma categoria que se distingue dos impostos principalmente de uma perspectiva ideológica.

¹¹⁹² Hdt. 3.117.

¹¹⁹³ BRIANT, 1996, p. 406-417.

¹¹⁹⁴ Ibid., p. 412.

¹¹⁹⁵ WIESEHÖFER, 2009, p. 80-81.

¹¹⁹⁶ TEMIN, 2002.

ocorria em Persépolis, onde os preços de alimentos parecem ter sido administrados pelo governo.¹¹⁹⁷ No intervalo de tempo registrado pela documentação, os preços normais de ovelhas, vinho e cevada variavam pouco, salvo durante um notável período de alta dos preços de grão entre dezembro de 467 e agosto de 466 a.C.¹¹⁹⁸ Um momento de escassez, possivelmente causado por um conflito contra os gregos? Não se sabe ao certo,¹¹⁹⁹ mas a alta parece atestar a precária integração dos mercados nesse período.¹²⁰⁰

Talvez por inspiração de certa historiografia liberal do Império Romano, a “inflação” e a política fiscal aquemênida foram inserida no coração de um teoria sobre a decadência do império.¹²⁰¹ Para Albert Olmstead, algumas revoltas dos súditos e relatos sobre a condição de penúria das populações sujeitas ao domínio aquemênida indicariam os excessos da tributação no império. Segundo ele, a prata extraída das províncias seria entesourada pelo poder central, não voltando a circular e gerando endividamento dos proprietários, que recorriam ao crédito fornecido por instituições como a “empresa” da família *Murašû*, chegando a empenhar suas terras em garantia. Os elevados impostos combinados à contração de dívidas pelos pequenos proprietários tornariam precárias suas condições de vida, assim como as condições da população de uma forma geral. Ainda segundo Olmstead, essa situação teria gerado uma alta dos preços de produtos básicos no final do império, o que viria a agravar a crise.¹²⁰²

Na verdade, como apontaram outros autores, a menor liquidez no império deveria ter gerado uma situação de queda dos preços, não inflação.¹²⁰³ Além disso, a alta dos preços dos

¹¹⁹⁷ BRIANT, 1996, p. 470.

¹¹⁹⁸ A inflação foi notada por HALLOCK, 1969, p. 17.

¹¹⁹⁹ MILLER, 1997, p. 12.

¹²⁰⁰ Cf. PIRNGRUBER, 2012.

¹²⁰¹ O modelo original de M. Rostovtzeff. Uma versão mais recente pode ser encontrada em BARTLETT, 1994. Cf., a esse respeito, TREUK, 2017b.

¹²⁰² OLMSTEAD, 1948, p. 289-302: “Muito pouco desta vasta quantidade retornava às satrapias. (...) Assim, apesar dos metais preciosos recém extraídos, o império foi rapidamente drenado de seu ouro e prata. (...) A insensata exigência de prata no pagamento de impostos levou os senhores de terra aos agiotas, que forneciam dinheiro em troca de garantia, a própria posse do feudo ou do escravo, cujos serviços assim se perdiam até a improvável redenção. Conforme o dinheiro cunhado se tornava uma raridade, entesourado pelos agiotas, o crédito aumentou a inflação e os preços, em célere ascensão, tornaram a situação ainda mais intolerável”; p. xiv: “Sabemos quão pesados eram os tributos cobrados e como a tributação excessiva apressou o declínio do Império”. Cf. também DANDAMAEV, 1992, p. 12: “Até recentemente, a opinião comum dos especialistas tinha sido de que, após as reformas de Dario I, o dinheiro percebido pelos tributos era levado ao tesouro real e era tirado de circulação por muitas décadas e, por esta razão, houve carência de prata para o comércio na Babilônia, o que dificultou severamente o desenvolvimento de suas relações dinheiro – commodities”. *Contra* ROSTOVITZEFF, 1989, p. 56: “O peso fiscal ao qual as satrapias estavam submetidas não era excessivo em relação às vantagens que elas tiravam de sua existência no seio de um império mundial, que as livravam das preocupações dos Estados independentes”.

¹²⁰³ “(...) Esses dois fenômenos são, pelo menos em tese, incompatíveis. Drenagem de espécie é deflacionária; ela deveria ter produzido declínio nos preços em prata de commodities. (...) Se a alta dos preços de commodities fosse, em vez disso, o resultado do excesso de demanda, então uma redução da espécie simultânea deveria simplesmente ter compensado esse efeito. (...) Para ser preciso, a maioria da evidência de aumento nos preços de commodities, assim como a maioria da evidência textual de qualquer tipo da Babilônia aquemênida, vem do

mercados babilônicos observada durante o reino de Dario provavelmente se deveu ao aumento da oferta de prata, que, ao que tudo indica, circulava e não era retida pelo poder central.¹²⁰⁴ A suposta escassez de prata deveria ter se refletido numa alta das taxas de juros, mas, segundo Stolper, a evidência da casa de negócios *Murašû* não comprova essa tese.¹²⁰⁵ Mesmo nesse período, ademais, os valores da remuneração dos trabalhadores empregados pela administração também subiram.¹²⁰⁶

Apesar disso, talvez Olmstead não estivesse totalmente equivocado em sua argumentação. Uma queda considerável dos preços de produtos de demanda elástica e inelástica ao final do Império Aquemênida ainda carece de explicação adequada.¹²⁰⁷ Sem dúvida, esse fenômeno se coaduna com um suposto e crescente entesouramento de metais no final do império.¹²⁰⁸ Além disso, especialistas hoje apontam uma alta da taxa de juros ao final do período aquemênida.¹²⁰⁹ E Jursa, apesar de recusar a tese do entesouramento (vez que os principais tributos seriam pagos em corveias e serviços), acredita numa crescente drenagem de recursos na Babilônia gerada pela avidez tributária da coroa.¹²¹⁰

Como já anteriormente dito, os persas do período aquemênida são geralmente tidos como praticantes do zoroastrismo. Zoroastro (o nome grego de Zarathustra) teria sido um profeta responsável pelo estabelecimento de uma religião dualista fundada na oposição cosmogônica entre o bem e o mal, representados, respectivamente, pelos deuses Ahura-Mazda e Arimã. Nesse universo, a vida dos próprios homens constituiria uma contínua peleja do bem contra o mal, compreendendo a possibilidade de redenção e ascensão ao paraíso. Os ensinamentos de Zoroastro foram preservados pelo livro sagrado do Avesta, cuja fração mais antiga corresponde, justamente, aos *Gathas*, os hinos do profeta. O problema é que a data da pregação de Zoroastro nos é completamente desconhecida, sendo as estimativas acadêmicas

reino de Dario I ou antes. Escassa informação dos séculos V e IV tardios sugere declínios modestos nos níveis de preços em relação aos preços do século VI.” In: STOLPER, 1985, p. 144 et seq.

¹²⁰⁴ DANDAMAEV, 1989, p. 221-222.

¹²⁰⁵ STOLPER, op. cit., p. 146. Cf. também BRIANT, 1996, p. 824: “Além disso, é em absoluto surpreendente que Olmstead, a partir do caso babilônico, relacione a carência de dinheiro e espécie de um lado e a inflação e a alta dos preços de outro: supondo que o próprio termo ‘inflação’ seja justificável, não se vê como ela poderia ir de mãos dadas com a falta de liquidez; é uma estagnação-deflação que se deveria postular”.

¹²⁰⁶ DANDAMAEV & LUKONIN, 1989, p. 222.

¹²⁰⁷ HACKL & PIRNGRUBER, 2014, p. 117.

¹²⁰⁸ Para o caso de Judá, Neh. 5 parece refletir uma situação crítica. Cf. BLENKINSOPP, 1998, p. 257-258: “important factors in the political unrest were, therefore Persian fiscal policy and economic disparity between the long-term residents of the province and the more wealthy Babylonian *olim*”. Cf., no entanto, a opinião crítica de GUILLAUME, 2010, p. 18: “the text cannot be taken as a straight social reportage”.

¹²⁰⁹ Ibid, p. 130.

¹²¹⁰ JURSA, 2014b, p. 128; Com a morte de Alexandre, em 323 a.C., a incerteza política conduz a uma alta dos preços que se prolonga por todo o período selêucida (TEMIN, 2002; VAN DER SPEK & MANDEMAKERS, 2003).

altamente incertas: o intervalo possível vai de 2000 a.C. ao século VI a.C. Ademais, embora alguns elementos da religião do Avesta sejam identificáveis nas inscrições antigas, como a representação de Ahura-Mazda na posição de deidade suprema e criadora, é difícil estabelecer qual forma doutrinária a religião havia atingido nesse período. Os próprios reis aquemêndias não mencionam o profeta Zoroastro.¹²¹¹

A descrição da religião persa por Heródoto também deve ser interpretada com cautela. A alegação de que os persas não representariam seus deuses em forma antropomórfica, por exemplo, foi convincentemente rebatida por Mark Garrison.¹²¹² Da mesma forma, a suposta ausência de templos sagrados e altares entre os persas é, muito provavelmente, equivocada.¹²¹³

As inscrições reais permitem aferir que os persas eram, no mínimo, “masdeístas” (expressando crença em Ahura-Mazda), sem que isso excluísse a existência de outros deuses.¹²¹⁴ A religião era um importante elemento do programa de legitimação iniciado por Dario I. Na epigrafia real, como vimos, o monarca se apresentava como uma espécie de mandatário do deus Ahura-Mazda. Apesar disso, os aquemêndias não impunham, como regra, a adoção de sua religião, mas, pelo contrário, admitiam e reconheciam as crenças dos outros povos, acomodando as diferenças na unidade. Essa política, interpretada por alguns autores como uma espécie de “tolerância aquemênia”,¹²¹⁵ era antes uma estratégia de dominação, e servia bem aos interesses do governo central. As exceções a essa regra de tolerância estão, em geral, associadas à repressão de rebeliões, da qual, muitas vezes, não escapavam os templos dos insurgentes. Apesar disso, casos de imposição da fé masdeísta por motivos teológicos são igualmente atestados.¹²¹⁶

Para concluir, pode-se dizer com segurança que os aquemêndias não apenas desenvolveram uma entidade imperial, mas que inovaram consideravelmente quanto aos seus antecessores. Contando com notável estratificação social, um poder centralizado capaz de proceder à manutenção da ordem e da lei, uma estrutura imperial capaz de impedir rebeliões, uma estrutura econômica capaz de produzir e extrair excedentes para a sustentação do aparato estatal e uma ideologia de legitimação da classe dominante, os persas erigiram um edifício

¹²¹¹ Para todos os problemas envolvidos na questão do zoroastrismo persa, cf. WIESEHÖFER, 2003, p. 65-67; WATERS, 2014, p. 151-156; BROSIUS, 2006, p. 63-70.

¹²¹² GARRISON, 2009.

¹²¹³ KUHRT, 2007, p. 474.

¹²¹⁴ ASHERI, 2006, p. 50-71.

¹²¹⁵ Críticas a essa visão da “tolerância aquemênia” são encontradas em ASHERI, op. cit., p. 50; 57-65. Segundo este autor, muitos especialistas promoveram tal visão em meio a uma agenda de exaltação da tolerância religiosa iraniana à época do último xá. Cf., contudo, BROSIUS, 2010, p. 136-138.

¹²¹⁶ ASHERI, loc. cit.; Cf. XPh §5.

cuja solidez não pode ser recusada.¹²¹⁷ Derrotados por Alexandre e sua confederação de gregos no século IV a.C., nem por isso os persas podem ser acusados de debilidade ou decadência. Ao longo de históricos combates, Dario III demonstrou perfeita racionalidade em sua estratégia militar, assim como o império, de um ponto de vista institucional, não dava mostras de enfraquecimento.¹²¹⁸ Isso tudo atesta a força e originalidade dos aquemênidas, responsáveis por manter unidos povos tão díspares por meio de uma estrutura ideológica e fiscal profundamente eficiente.

¹²¹⁷ Cf. os critérios de BALCER, 1994.

¹²¹⁸ BRIANT, 1996, p. 833; 837-896.

CAPÍTULO 4: NOMEANDO O INIMIGO: O IMPÉRIO AQUÊMÊNIDA NAS FONTES CLÁSSICAS

Não se pode negar que a relação entre gregos e os “impérios orientais” tenha sido qualificada pelo antagonismo militar com os persas ao longo do período clássico. Se, de um lado, é reducionista a eleição das Guerras Médicas como um evento revolucionário, conforme notam alguns autores,¹²¹⁹ de outro, também não é lícito rechaçar em absoluto o papel da Pérsia e dos persas, enquanto inimigos militares, para o desenvolvimento de concepções helênicas de identidade e política. Na verdade, a literatura “revisionista” se insurge amiúde contra exageros na interpretação desse evento, sem recusar que tenha tido influência sobre o discurso grego dos bárbaros.¹²²⁰

Apesar disso, como já tivemos a oportunidade de discutir, a posição dos persas enquanto adversários não pode ser isolada do contexto histórico mais amplo de convivência entre a Pérsia e o “mundo grego”. É a interação contínua com o inédito Império Aquemênida, e não um embate bélico em particular, que deve ser considerada determinante para a emergência de noções políticas específicas na Grécia Clássica. Trocas, adaptações, modelos e repertórios comuns constituem apenas algumas das modalidades possíveis de enquadramento desse convívio.

Três variedades de reação à agência persa podem ser notadas entre as *póleis* gregas, sobretudo na Jônia, em Atenas e, talvez, em Esparta.¹²²¹ Em primeiro lugar, a referência ao império bárbaro é instrumentalizada para servir a interesses internos, como a resistência,¹²²² a legitimação de facções¹²²³ e a busca de unificação supranacional.¹²²⁴ São variedades de “espelho grego”, em que a consciência da Pérsia se constrói mediante operações de inversão ou analogia, se subordinando a motivações helênicas. Há, ademais, o engajamento direto das elites e de *póleis* com um repertório comum imperial que viabiliza a compreensão de e certa

¹²¹⁹ MORGAN, 2016, p. 7; 69-71.

¹²²⁰ PAYEN, 1997, p. 35; Cf. também VLASSOPOULOS, 2013, p. 10, em que se afirma que as Guerras Médicas e as conquistas de Alexandre seriam eventos “significativos”, mas não configurariam rupturas radicais; e p. 186-189, quando o autor diz que as Guerras Médicas tiveram um papel “importante” na representação grega dos bárbaros, intensificando um processo anterior.

¹²²¹ No caso de Esparta, cf. a opinião de MORGAN, op.cit., p. 254. Na Ágora de Esparta, segundo Pausânias (3.11.3) teria existido um “Pórtico Persa” erigido a partir do butim das Guerras Médicas e decorado com imagens de persas ilustres, além de uma coluna trazendo a figura de Artemisa. É impossível, à luz da evidência remanescente, avaliar tal representação dos persas.

¹²²² PAYEN, op. cit.

¹²²³ MORGAN, op. cit., p. 154.

¹²²⁴ HALL, 2002, p. 187.

integração a um sistema internacional no qual a Pérsia é peça essencial. Por fim, práticas e concepções do império bárbaro são pragmaticamente adaptadas e emuladas em Atenas como parte de um discurso de dominação que contava com poucos antecedentes próprios.

Nesse cenário, Heródoto é um autor extremamente importante, porque revela, em mais de um sentido, uma virada nas reações gregas ao Império Aquemênida, pelo menos à luz da evidência disponível. Do ponto de vista da terminologia política, o autor é inovador se comparado aos seus antecessores do período arcaico ou mesmo do início do período clássico. Ele é igualmente peculiar quando posto ao lado de autores posteriores e, como veremos, não é sempre fácil explicar o uso peculiar que Heródoto faz de termos como *arché* e *hēgemoniē*, já que o primeiro, com o sentido de império, é limitado a contextos orientais, e o segundo, comumente associado a domínios consensuais, é por vezes usado para designar o Império Persa.

Heródoto viveu e compôs durante um período de transição e mudanças importantes no ambiente político grego, com a ascensão inédita de um “império” marítimo autenticamente helênico. Esse processo pressupôs um engajamento ativo dos atenienses com a retórica imperial persa e se traduziu na crescente percepção de que havia algo de comum entre Atenas e a Pérsia. Ao contrário do que se poderia pensar, contudo, havia mais de um motivo para continuar a diferenciá-las, pelo menos por algum tempo. Os atenienses, afinal, assumiram uma forma jurídica específica, a aliança (*summachía*), para conferir um verniz de legitimidade ao seu domínio e, ademais, exerceram controle sobre Estados percebidos como parte de um mesmo agrupamento étnico. Formalmente, portanto, atenienses e persas eram distintos.¹²²⁵

Antes de Heródoto, a evidência para a denominação do Império Persa é escassa e errática. Curiosamente, Ésquilo chama o império inteiro de *pólis*, como fará Xenofonte, mais tarde. Depois de Heródoto, a semelhança substancial entre persas e atenienses viabiliza o uso do termo *arché* para designar impérios gregos e não-gregos. Desde o período clássico, ademais, o termo é usado com sentido abstrato (que é preponderante) e territorial. Termos como *hēgemonía* são geralmente evitados para designar os impérios orientais, com algumas exceções que merecerão exame minucioso adiante. No período helenístico e romano, por fim, *hēgemonía* é um nome geralmente usado para designar a liderança de Alexandre, o Império Romano e os impérios de assírios, persas e outros povos orientais, sem distinções.

A aversão tardo-republicana e imperial romana à “realeza” relega o uso do latino *regnum* a contextos bárbaros, mas esse não parece ser sempre o caso de *basileía* na Grécia

¹²²⁵ Até hoje, como dissemos no capítulo 2, há historiadores que se recusam a considerar que Atenas tenha formado um império. Cf. MORRIS, 2009.

Clássica. Da mesma forma, apesar de sua ferrenha oposição aos partos, percebidos como herdeiros do Império Aquemênida, os romanos do período augustano não deixaram de dignificá-lo pelo uso da mesma denominação que reservavam a Roma: *imperium*, numa concepção que talvez se deva à chamada *Zwei-Welten Theorie*.¹²²⁶ Essa atitude parece sofrer uma leve transformação no final da hegemonia romana, no embate com os sassânidas (224-651 d.C.).

Através de um exame de longa duração da terminologia empregada para designar o Império Persa e considerando, ainda, a natureza das obras examinadas e o contexto histórico de sua produção, procuraremos demonstrar a especificidade de Heródoto e as implicações de sua percepção para o estudo das relações greco-persas e das próprias *Histórias*. Em especial, é preciso se perguntar por que Heródoto, escrevendo no início da Guerra do Peloponeso, não chamou o Império Ateniense “pelo seu nome”, por que insistiu em tratar o império dos persas como uma *hēgemoniē* e por que, afinal, evitou designar os quatro reis aquemênidas como “tiranos”, pura e simplesmente, como faz com Cresos e Déjoces.

O tema da nomenclatura grega para o Império Persa foi apenas marginalmente trabalhado pelos especialistas. Um estudo frequentemente lembrado é *Gemeinde und Herrschaft*, de Fritz Gschnitzer.¹²²⁷ Nele, o autor classifica os Estados antigos entre duas formas jurídicas opostas, as *Gemeinde* (subdivididas entre *éthnos*, *koinón* e *pólis*) e as *Herrschaften* (chamadas *dunástai*), fundando-se as primeiras em vínculos entre cidadãos, e as últimas no vínculo unipessoal com um senhor.¹²²⁸ Tal dicotomia entre “comunidades” e “domínios”, segundo Gschnitzer, seria aferível mediante a instituição capaz de vincular o Estado em tratados internacionais.¹²²⁹ O Império Aquemênida, corporificado em tais documentos pela figura do rei, seria uma espécie de *Herrschaft*.¹²³⁰

Inspirada pela teoria do jurista alemão Otto von Gierke,¹²³¹ a obra de Gschnitzer nos é de utilidade limitada. Em primeiro lugar, este autor não operou uma análise das percepções antigas, mas uma classificação objetiva de tipos de Estado, baseando-se na qualidade de seus representantes em documento oficiais.¹²³² Para Gschnitzer, na verdade, as fontes antigas

¹²²⁶ SONNABEND, 1986, p. 202-203; LEROUGE, 2007, p. 144-146 ; VERGIN, 2013, p. 90.

¹²²⁷ GSCHNITZER, 1960.

¹²²⁸ Ibid., p. 9.

¹²²⁹ Ibid., p. 10.

¹²³⁰ Ibid., p. 16-17.

¹²³¹ GIERKE, 1868, p. 89.

¹²³² Assim, por exemplo, em dois tratados reproduzidos por Tucídides, a Pérsia é representada pelo rei e um de seus sátrapas, Tissaphernes, enquanto os signatários de Esparta falam em nome da comunidade dos cidadãos (8.18 e 8.58): “os espartanos e seus aliados celebraram um tratado de aliança com o rei e Tissaphernes nos seguintes termos”.

comuns testemunhariam uma visão difundida do Império Aquemênida como um Estado “comunitário” dos persas.¹²³³ Em segundo lugar, Gschnitzer constata que, mesmo no período clássico, algumas *póleis* gregas teriam conhecido “domínios”, não havendo coincidência entre a categoria política e a fronteira étnica.¹²³⁴ Por fim, o termo empregado por Gschnitzer para descrever as *Herrschaften* (*dunástai*) diz respeito, sobretudo, ao período helenístico, como o próprio autor deixa claro.¹²³⁵

Tanck empregou a teoria de Gschnitzer em sua análise dos tratados mencionados por Tucídides.¹²³⁶ No entanto, se as *póleis* gregas eram compatíveis com a monarquia e a tirania, configurando-se, muitas vezes, como *Herrschaften*,¹²³⁷ seria infrutífero procurar nesse tipo de documento qualquer especificidade persa.¹²³⁸ Na verdade, a autoridade capaz de vincular um Estado não parece dizer respeito à sua forma, mas antes ao que temos chamado de constituição ou regime político. Tiranos de *póleis* poderiam figurar como signatários de tratados, sem fazer referência ao nome da comunidade e sem que isso desconfigurasse a natureza particular da cidade-estado grega.¹²³⁹

Outras leituras sobre a terminologia grega foram esboçadas por especialistas da Pérsia Aquemênida e de Heródoto. Como denominação do império, esses autores apontam, geralmente com reservas, as expressões *arché* e *megálē arché*. Briant traduz *arché* por “poder” real e diz que os antigos não tinham um conceito exato para “império”, o que implicaria um “poder territorial”.¹²⁴⁰ Asheri também menciona o uso de *arché* ou *megálē arché* como uma simplificação usada para designar “impérios”.¹²⁴¹ Clarisse Herrenschildt nota que, embora *megálē arché* seja frequentemente traduzida por império, a correspondência entre os dois não seria exata.¹²⁴²

Claudia Tanck, cuja monografia se volta especificamente à terminologia grega usada para representar o Estado persa, acrescenta a essas expressões a palavra *basileía*,¹²⁴³ também identificada difusamente por Briant,¹²⁴⁴ enquanto Wickersham e Asheri reconhecem a

¹²³³ GSCHNITZER, op. cit., p. 16.

¹²³⁴ Ibid., p. 28-46.

¹²³⁵ Parte do debate é sumariado em TANCK, 1997, pp. 14-15. Cf. também GSCHNITZER, 2003, p. 211.

¹²³⁶ TANCK, 1997.

¹²³⁷ Cf. BARCELÓ, 1993, p. 18.

¹²³⁸ Além disso, embora formalmente aplicável, a noção de Gierke não pode ocultar o fato de que em todas as sociedades nas quais há Estado existe alguém ou um grupo que é de facto um dominador (Herr), conforme teria apontado Victor Ehrenberg. O debate é sintetizado por SAKELLARIOU, 1989, p. 27-29; 38-40.

¹²³⁹ Por exemplo os tratados de nº 239, 240, 246, 247, 249, 257, 261, 276, 280, 281 etc. BENGTSON, 1962.

¹²⁴⁰ BRIANT, 1996, p. 9.

¹²⁴¹ ASHERI, 2006, p. 35.

¹²⁴² HERRENSCHMIDT, 1980, p. 70.

¹²⁴³ TANCK, 1997, p. 44-47.

¹²⁴⁴ BRIANT, op. cit., p. 242; 281 etc.

conotação de império em *hēgemonía*, sem tecer outras considerações.¹²⁴⁵ Outros autores, como Tanck e Mogens Hansen, lembram, como mencionado acima, que algumas fontes chegaram a se referir ao império inteiro como uma *pólis*, mas consideram o caso anômalo.¹²⁴⁶

As conclusões de Tanck para a terminologia grega usada na descrição do império podem ser sintetizadas em algumas proposições: os gregos não tinham um termo específico para designar o império oriental; quando aplicada aos persas, *arché* denotaria exclusivamente o fato de exercício de poder do rei persa e seu fraco componente territorial se explicaria pela concepção grega de Estado como um vínculo pessoal; a *arché* não poderia se referir, em sentido técnico, a um império oriental, pois também era usada para descrever outras entidades, como, por exemplo, a Liga de Delos.¹²⁴⁷

Marie-Laurence Desclos, ao examinar as palavras empregadas na descrição do Império Ateniense, faz uma breve incursão pela terminologia de Heródoto para os persas, constatando três características especiais do termo *arché*. Segundo ela, este seria um poder frequentemente monárquico, pessoal e dinâmico.¹²⁴⁸ Tal análise se aproxima da posição de Edmond Lévy, para quem *arché* é designação do poder absoluto, efetivo e reconhecido de um líder, predominantemente monárquico e abstrato, mas às vezes com conotação imperial e territorial.¹²⁴⁹

Assim, de acordo com a *communis opinio*, os gregos, como os persas, careceriam de um termo específico para designar o império oriental enquanto estrutura política. Seu aparato terminológico, ademais, não apresentaria equivalência absoluta em relação à ideia moderna. A palavra *arché*, a mais lembrada nesse contexto, teria um caráter bastante genérico, de um poder monárquico reconhecido.

O exame da terminologia usada por Heródoto para descrever o império confirma algumas hipóteses e põe em dúvida outras. A consciência do Império Persa e seu papel como protótipo do regime monárquico e do imperialismo, ao lado da consolidação e expansão do “Império Ateniense”, devem ter contribuído para a emergência de novas ideias políticas que são veiculadas pelas *Histórias*. Nas últimas décadas do século V a.C., percebe-se o surgimento de uma inédita reflexão sobre o poder, promovida pela consciência de que o imperialismo traria consigo uma série de mazelas, em especial as guerras entre gregos.

¹²⁴⁵ WICKERSHAM, 1994, p. 21; ASHERI et. al., 2007, p. 108.

¹²⁴⁶ TANCK, op. cit., p. 242-248; HANSEN, 1998, p. 124-132.

¹²⁴⁷ TANCK, op. cit., p. 237-251.

¹²⁴⁸ DESCLOS, 2006, p. 26.

¹²⁴⁹ LÉVY, 2006, *passim*; Cf. também id., 1993.

A fim de desvelar tal novidade, o presente capítulo abordará, inicialmente, o uso do termo *archē* em Heródoto e seus sucessores (4.1). A seguir, tratará dos termos *pólis* (4.2) e *hēgemoniē* (4.3) empregados em referência ao Império Persa ou outros impérios orientais. Outros aspectos do império oriental, sua forma monárquica e suas subdivisões étnicas, serão tratados no capítulo seguinte (5). Na mesma seção, discutiremos de forma integrada todos os achados destes dois capítulos finais (5.3).

4.1 O IMPÉRIO PERSA COMO *ARCHĒ*

Heródoto de Halicarnasso é o primeiro autor conhecido a fazer uso de uma terminologia moderadamente consistente ao se referir às realidades políticas orientais, especialmente o Império Persa Aquemênida. Entre os termos empregados por Heródoto para se referir à Pérsia enquanto entidade política se encontram, como vimos, *archē* e, em menor grau, *hēgemoniē*.¹²⁵⁰ Essas noções são igualmente usadas em contextos puramente helênicos. No entanto, Heródoto emprega *archē* apenas duas vezes para se referir ao exercício de controle político interestatal no mundo grego.¹²⁵¹ O segundo termo, *hēgemoniē*, aparece poucas vezes nas *Histórias*. Quase metade de suas ocorrências se refere ao comando supremo militar grego e a outra parte é usada em contextos orientais.

Marie-Laurence Desclos calcula 68 aparições da palavra *archē* ao longo das *Histórias*,¹²⁵² enquanto Edmond Lévy fala em 79 ocorrências.¹²⁵³ Nossa própria busca também encontrou 79 aparições do termo, ao menos no campo semântico do poder, concordando com Lévy e Powell.¹²⁵⁴ Para esse exame, foram circunscritas apenas as variações de *archē*, uma vez que as formas verbais (*árchein*) são notoriamente menos precisas que o substantivo. Por fim, como notou Lévy, o vocábulo aparece em Heródoto

¹²⁵⁰ O termo é grafado *hēgemonía* no dialeto ático, mas *hēgemoniē* nos demais dialetos jônicos (Cf. BUCK, 1910, p. 19).

¹²⁵¹ Hdt. 6.98.2 e 7.150.3.

¹²⁵² DESCLOS, 2006, p. 26. Talvez a diferença se deva à exclusão dos plurais.

¹²⁵³ LÉVY, 2006, p. 89.

¹²⁵⁴ Hdt. 1.6.3; 1.7.4 bis; 1.13.1; 1.16.2; 1.53.3; 1.56.1; 1.72.2; 1.86.1; 1.91.4 bis; 1.92.1 [ou 1.91 *in fine*]; 1.92.2; 1.92.4; 1.95.1; 1.96.2; 1.98.3; 1.102.1; 1.104.2; 1.106.2; 1.120.5; 1.120.6; 1.185.1; 1.188.1; 1.192.2 bis; 1.207.3; 1.207.4; 1.207.4; 1.209.3; 2.147.4; 2.159.3; 3.15.2; 3.15.3 bis; 3.21.2; 3.30.3; 3.38.3; 3.42.2; 3.65.3; 3.68.1; 3.73.1; 3.73.2; 3.75.3; 3.80.6; 3.83.2; 3.89.1; 3.89.2; 3.97.1; 3.126.1; 3.127.1 bis; 3.140.2; 3.142.1; 3.142.3; 3.143.1; 4.1.2; 4.62.1; 4.147.3; 5.49.1; 5.67.4; 5.68.1; 5.72.1; 6.9.2; 6.13.2; 6.34.1; 6.35.3; 6.38.1; 6.67.1; 6.98.2; 6.107.2; 7.2.3; 7.19.2; 7.150.3; 7.164.1; 8.44.2; 8.139; 9.106.3. Cf. também POWELL, 1960, p. 48.

predominantemente no singular e é frequentemente antecedido de artigo, indicando tratar-se “do” poder, e não de “um” poder qualquer.¹²⁵⁵

O primeiro livro, tomado individualmente, é aquele com o maior número de ocorrências do termo. A tabela abaixo traz todas as aparições de *arché* nesse livro, no qual só se encontram referentes orientais.

Tabela 3: ocorrências de *arché* no Livro I das *Histórias*.

Ocorrências de <i>arché</i> no livro I das <i>Histórias</i>			
Localização	Excerto (grego)	Tradução	Qualificação
1.6.3	πρὸ δὲ τῆς Κροίσου ἀρχῆς πάντες Ἕλληνες ἦσαν ἐλεύθεροι	Antes do domínio de Creso, todos os gregos eram livres.	Reinado ou império bárbaro
1.7.4	παρὰ τούτων Ἡρακλεΐδαι ἐπιτραφέντες ἔσχον τὴν ἀρχὴν ἐκ θεοπροπίου (...)	A partir desses, os heraclidas foram confiados com o poder e o mantiveram, devido a um oráculo (...)	Poder real, dinástico. Oriente, Lídia.
1.7.4	(...) παῖς παρὰ πατρὸς ἐκδεκόμενος τὴν ἀρχήν, μέχρι Κανδαύλεω τοῦ Μύρσου.	(...) o filho recebendo o poder do pai, até Candaules, filho de Mirsus.	Poder real, dinástico. Oriente, Lídia
1.13.1	ὥς γὰρ δὴ οἱ Λυδοὶ δεινὸν ἐποιεῦντο τὸ Κανδαύλεω πάθος καὶ ἐν ὅπλοισι ἦσαν, συνέβησαν ἐς τὸντὸ οἱ τε τοῦ Γύγεω στασιῶται καὶ οἱ λοιποὶ Λυδοί, ἦν μὲν τὸ χρηστήριον ἀνέλημιν βασιλέα εἶναι Λυδῶν, τὸν δὲ βασιλεύειν, ἦν δὲ	Quando os lídios reputaram terrível a sorte de Candaules e estavam em armas, os partidários de Gíges e os restantes dos lídios chegaram a um acordo, ¹²⁵⁶ segundo o qual, se o oráculo dissesse que ele deveria ser rei dos lídios, ele	Poder real, dinástico. Oriente, Lídia

¹²⁵⁵ LÉVY, 2006, p. 89-90.

¹²⁵⁶ SLEEMAN, 2002, p. 157: “came to an agreement that”.

	μή, ἀποδοῦναι ὀπίσω ἐς Ἡρακλείδας τὴν ἀρχήν.	reinaria, caso contrário, entregaria de volta o poder aos heraclidas.	
1.16.2	ἄλλα δὲ ἔργα ἀπεδέξατο ἐὼν ἐν τῇ ἀρχῇ ἀξιαπηγητότατα τάδε.	Outras façanhas ele realizou, estando no poder, sendo as seguintes as mais dignas de nota:	Poder real, dinástico. Oriente, Lídia
1.53.3	ἦν στρατεύηται ἐπὶ Πέρσας, μεγάλην ἀρχήν μιν καταλύσειν.	Se enviasse um exército contra os persas, ele destruiria um grande império.	Império. Oriente: Pérsia ou Lídia.
1.56.1.	(...) ἐλπίζων ἡμίονον οὐδαμὰ ἀντ' ἀνδρὸς βασιλεύσειν Μήδων, οὐδ' ὧν ¹²⁵⁷ αὐτὸς οὐδ' οἱ ἐξ αὐτοῦ παύσεσθαι κοτε τῆς ἀρχῆς.	(...) Esperando que uma mula nunca reinaria sobre os medos no lugar de um homem e que, assim, nem ele próprio nem os seus sucessores seriam algum dia privados do poder.	Poder real, dinástico. Oriente, Lídia.
1.72.2	ὁ γὰρ οὗρος ἦν τῆς τε Μηδικῆς ἀρχῆς καὶ τῆς Λυδικῆς ὁ Ἄλυσ ποταμός	A fronteira do Império Médio e do Império Lídio era o rio Hális.	Império (territorial). Oriental: Lídia e Média.
1.86.1	Οἱ δὲ Πέρσαι τάς τε δὴ Σάρδεις ἔσχον καὶ αὐτὸν Κροῖσον ἐξώγησαν, ἄρξαντα ἔτεα τεσσερεσκαίδεκα καὶ τεσσερεσκαίδεκα ἡμέρας πολιορκηθέντα, κατὰ τὸ χρηστήριόν τε ¹²⁵⁸	E os persas tomaram Sardis e fizeram prisioneiro o próprio Crespo, tendo [este] reinado por 14 anos e sofrido um cerco de 14 dias, pondo fim ao seu próprio grande império, conforme o oráculo.	Império. Oriental: Lídia.

¹²⁵⁷ Cf. DENNISTON, 1996, p. 420.

¹²⁵⁸ Para a posição de τε, cf. Ibid., p. 517.

	καταπαύσαντα τὴν ἑωυτοῦ μεγάλην ἀρχήν.		
1.91.4	(...) ἦν στρατεύεται ἐπὶ Πέρσας, μεγάλην ἀρχὴν αὐτὸν καταλύσειν.	(...) Se enviasse um exército contra os persas, ele próprio destruiria um grande império.	Império. Oriental: Pérsia ou Lídia.
1.91.4	(...) χρῆν εὖ μέλλοντα βουλεύεσθαι ἐπειρέσθαι πέμψαντα κότερα τὴν ἑωυτοῦ ἢ τὴν Κύρου λέγοι ἀρχήν.	Se tinha a intenção de deliberar bem, era necessário que tivesse enviado inquirir outra vez se [o oráculo] falava de seu próprio reino ou do de Ciro.	Império. Oriental: Pérsia ou Lídia.
1.92.1 ¹²⁵⁹	κατὰ μὲν δὴ τὴν Κροίσου τε ἀρχὴν καὶ Ἰωνίης τὴν πρώτην καταστροφὴν ἔσχε οὕτω.	E assim se deu em relação ao Império de Creso e à primeira submissão da Jônia	Reino, império. Oriental: Lídia.
1.92.2	(...) συσπεύδων Πανταλέοντι γενέσθαι τὴν Λυδῶν ἀρχήν.	(...) auxiliando a tornar o reino dos Lídios de Pantaleão.	Poder dinástico, reino. Oriental: Lídia.
1.92.4	ἐπεῖτε δὲ δόντος τοῦ πατρὸς ἐκράτησε τῆς ἀρχῆς ὁ Κροῖσος (...)	E Creso apoderou- se do reino, tendo este sido conferido pelo pai.	Poder dinástico, reino. Oriental: Lídia.
1.95.1	Ἐπιδίξεται δὲ δὴ τὸ ἐνθεῦτεν ἡμῖν ὁ λόγος τόν τε Κῦρον ὅστις ἐὼν τὴν Κροίσου ἀρχὴν κατεῖλε, καὶ τοὺς Πέρσας ὅτε τρόπῳ ἡγήσαντο τῆς Ἀσίας.	Nossa história investiga a partir de agora quem foi Ciro, que tomou o império de Creso, e de que forma os persas governaram a Ásia.	Poder dinástico, reino. Oriental: Lídia e Pérsia.
1.96.2	ὁ δὲ δὴ, οἷα μνώμενος ἀρχήν,	E ele, uma vez que cortejava o poder,	Poder dinástico, reino.

¹²⁵⁹ Na edição de GODLEY, da Loeb, o *locus* é 1.91, *in fine*.*

	ἰθύς τε καὶ δίκαιος ἦν.	era reto e justo.	Oriental: Média.
1.98.3	ὁ δὲ ὥς ἔσχε τὴν ἀρχήν, τοὺς Μήδους ἠνάγκασε ἐν πόλισμα ποιήσασθαι (...).	E quando ele tomou o poder, compeliu os medos a construírem uma cidade (...).	Poder dinástico, reino. Oriental: Média.
1.102.1	Δηϊόκεω δὲ παῖς γίνεται Φραόρτης, ὃς τελευτήσαντος Δηϊόκεω, βασιλεύσαντος τρία καὶ πεντήκοντα ἔτεα, παρεδέξατο τὴν ἀρχήν.	O filho de Déjoces era Fraortes, que herdou o reino, tendo Déjoces falecido após governar 53 anos.	Poder dinástico, reino. Oriental: Média.
1.104.2	ἐνθαῦτα οἱ μὲν Μῆδοι συμβαλόντες τοῖσι Σκύθησι καὶ ἐσσωθέντες τῇ μάχῃ τῆς ἀρχῆς κατελύθησαν, οἱ δὲ Σκύθαι τὴν Ἀσίην πᾶσαν ἐπέσχον.	Lá os medos travaram batalha contra os citas e, tendo sido derrotados em combate, foram privados do império. E os citas dominaram toda a Ásia.	Império, reino. Oriental: Média, citas.
1.106.2	καὶ τούτων μὲν τοὺς πλεῦνας Κυαζάρης τε καὶ Μῆδοι ξεινίσαντες καὶ καταμεθύσαντες κατεφόνευσαν, καὶ οὕτω ἀνεσώσαντο τὴν ἀρχήν Μῆδοι καὶ ἐπεκράτεον τῶν περ καὶ πρότερον, καὶ τήν τε Νίνον εἶλον (ὥς δὲ εἶλον ἐν ἑτέροισι λόγοισι δηλώσω) καὶ τοὺς Ἀσσυρίους ὑποχειρίους ἐποίησαντο πλὴν	E Ciaxares e os medos massacraram a maioria deles, tendo-os entretido como hóspedes e os embebedado, e assim os medos recuperaram o império e controlaram exatamente aquilo que tinham antes, e capturaram Nínive (mostrarei em outras histórias como a capturaram) e sujeitaram os assírios, exceto pela	Império, reino. Oriental: Média, citas.

	τῆς Βαβυλωνίης μοίρης.	porção da Babilônia.	
1.120.5	εἶπαν πρὸς ταῦτα οἱ μάγοι· ὧ βασιλεῦ, καὶ αὐτοῖσι ἡμῖν περὶ πολλοῦ ἐστι κατορθοῦσθαι ἀρχὴν τὴν σήν.	Em resposta a essas coisas, os magos disseram: “Ó rei, para nós próprios é de grande importância que prosperem o seu reino”.	Reino. Oriental: Média.
1.120.6	οὕτω ὧν πάντως ἡμῖν σέο τε καὶ τῆς σῆς ἀρχῆς προοπτέον ἐστί.	Assim, por consequente, temos que cuidar de você e de seu reino de toda forma.	Reino. Oriental: Média.
1.185.1	ἡ δὲ δὴ δεύτερον γενομένη ταύτης βασιλεία, τῇ οὐνομα ἦν Νίτωκρις, αὕτη δὲ συνετωτέρη γενομένη τῆς πρότερον ἀρξάσης τοῦτο μὲν μνημόσυνα ἐλίπετο τὰ ἐγὼ ἀπηγήσομαι, τοῦτο δὲ τὴν Μήδων ὀρώσα ἀρχὴν μεγάλην τε καὶ οὐκ ἀτρεμίζουσιν, <ἀλλ’> ἄλλα τε ἀραιομένα ἄστεα αὐτοῖσι, ἐν δὲ δὴ καὶ τὴν Νίνον, προεφυλάξατο ὅσα ἐδύνατο μάλιστα.	E a segunda rainha depois dela, o nome dela era Nitócris, foi mais inteligente do que a que governara antes. De um lado, ela deixou monumentos, que eu mencionarei, de outro, vendo que o império dos medos era grande e irrequieto, e que outras cidades havam sido capturadas por eles, entre elas Nínive, se precaveu como podia.	Império. Oriente: Média.
1.188.1	Ὁ δὲ δὴ Κῦρος ἐπὶ ταύτης τῆς γυναικὸς τὸν παῖδα ἐστρατεύετο, ἔχοντά τε τοῦ πατρὸς τοῦ ἐώντοῦ	E Ciro enviou um exército contra o filho daquela mulher, que tinha o mesmo nome do pai, Labineto, e	Reino, Império. Oriente: Assíria.

	τοῦνομα Λαβυνήτου καὶ τὴν Ἀσσυρίων ἀρχήν.	[contra] o reino dos assírios.	
1.192.2	οὕτω τριτημορίῃ ἢ Ἀσσυρίῃ χώρα τῇ δυνάμει τῆς ἄλλης ¹²⁶⁰ Ἀσίης. καὶ ἡ ἀρχὴ τῆς χώρης ταύτης, τὴν οἱ Πέρσαι σατραπήν καλέουσι (...).	Assim, a terra assíria representa um terço de toda a Ásia em poder. E a província desse território, que os persas chamam satrapia (...).	Circunscrição administrativa. Oriente: Império Persa, Assíria
1.192.2	(...) ἐστὶ ἀπασέων τῶν ἀρχέων πολλόν τι κρατίστη (...).	[ela] é, de longe, a mais poderosa das províncias (...).	Circunscrição administrativa. Oriente: Império Persa, Assíria
1.207.3	ἐσσωθεὶς μὲν προσαπολλύεις πᾶσαν τὴν ἀρχήν.	Sendo derrotado, destruirás também o império inteiro:	Império (territorial). Oriente: Pérsia.
1.207.3	(...) δῆλα γὰρ δὴ ὅτι νικῶντες Μασσαγέται οὐ τὸ ὀπίσω φεύξονται ἀλλ' ἐπ' ἀρχὰς τὰς σὰς ἐλῶσι.	(...) pois é evidente que, se os masságetas vencerem, não irão recuar, mas marcharão contra tuas províncias.	Circunscrição administrativa. Oriente: Pérsia
1.207.4	(...) ὅτι νικήσας τοὺς ἀντιουμένους ἐλᾷς ἰθὺ τῆς ἀρχῆς τῆς Τομύριος.	Porque, tendo vencido os teus adversários, marcharás imediatamente contra o reino de Tomíris.	Reino. Oriente: masságetas.
1.209.3	ὥς δέ οἱ ἐδόκεε μεγάλῃ εἶναι ἡ ὄψις, καλέσας Ὑστάσπεα καὶ ἀπολαβὼν μοῦνον εἶπε· “Ὑστασπες, παῖς σὸς ἐπιβουλεύων ἐμοί	E como isso pareceu a ele ser uma grande visão, tendo chamado Hístapes e recebendo-o sozinho disse: “Hístapes, teu filho	Reino, Império. Oriente: Pérsia.

¹²⁶⁰ SLEEMAN, 2002, p. 256: “idiomatic for τῆς πάσης”.

	τε καὶ τῇ ἐμῇ ἀρχῇ ἐάλωκε·	foi pego tramando contra mim e o meu reino”.	
--	-------------------------------	--	--

A palavra *archē* possui duas acepções distintas em grego antigo: pode significar simplesmente o “começo” ou “início” (este é o significado mais antigo),¹²⁶¹ mas também o poder exercido por um monarca. No sentido genérico de poder monárquico ou reino, *archē* aparece inicialmente em Píndaro,¹²⁶² Ésquilo,¹²⁶³ Sófocles¹²⁶⁴ e em Heródoto.¹²⁶⁵ A partir desse sentido, de realeza ou poder monárquico, deriva-se um novo uso do termo: ele passa a ser utilizado para se referir a um império que é, a princípio, bárbaro e monárquico.

Como referência específica a um império oriental, *archē* figura primeiramente em Heródoto. É notável que *Os Persas* de Ésquilo, obra anterior, contenha referências ao Império Aquemênida como uma *pólis*¹²⁶⁶ e não como uma *archē*. Nessa obra, Ésquilo emprega *archē* na acepção mais comum de “começo”,¹²⁶⁷ utilizando também a palavra *archōn* para se referir exclusivamente ao príncipe.¹²⁶⁸ Antes, o poeta Arquíloco (c. 680-645 a.C.), do período arcaico,¹²⁶⁹ havia falado da “grande tirania” de Giges, rei da Lídia, numa possível referência ao seu poderoso império.¹²⁷⁰ A formulação, “μεγάλης... τυραννίδος”, lembra a noção de *megálē archē* que encontramos em Heródoto, Xenofonte e outros.¹²⁷¹ Nos escassos fragmentos de Helânico de Lesbos, presumível contemporâneo de Heródoto, encontramos uma referência à Περσική χώρα (terra persa),¹²⁷² entre outras expressões, talvez atribuíveis aos autores tardios que o citaram.¹²⁷³ Assim, Heródoto é o primeiro grego em cuja obra

¹²⁶¹ Alguns exemplos: “(...) a origem (archē) da inimizade em relação aos helenos...” (Hdt. 1.5.1); “(...) pois, de início (archēn), planejei de tal forma que ela não descubra ter sido vista por você” (Hdt. 1.9.1); Hdt 1.58; Hdt. 1.86.5; Hdt. 1.116.5; Hdt. 1.140.3 etc.

¹²⁶² Píndaro, na segunda ode olímpica (476 a.C.), se refere ao reino de Zeus no dativo (locativo): “sob a terra, um juiz julga as impiedades cometidas nesse reino de Zeus” “...τὰ δ’ ἐν τῷδε Διὸς ἀρχῇ ἀλιτρά κατὰ γὰρ δικάζει τις...” (Pi. O. 2.64).

¹²⁶³ Ésquilo se refere ao poder ou domínio de Zeus em Prometeu Acorrentado (A. Pr. v. 757; c. 429 a.C.).

¹²⁶⁴ Sófocles utiliza a palavra com a acepção de poder real (S. OT v. 737).

¹²⁶⁵ LIDDELL & SCOTT (LSJ), 1968, p. 252. CHANTRAINE, 1990, p. 121. SNELL, 1979, p. 1372.

¹²⁶⁶ A. Per. 213, 511-512, 682, 715, 781.

¹²⁶⁷ A. Per. 350.

¹²⁶⁸ A. Per. 73.

¹²⁶⁹ A maioria dos fragmentos de Arquíloco foi preservada graças às citações de autores tardios. Tais citações indicam que o jambógrafo gozou de notável reputação no período clássico e helenístico, sendo frequentemente associado a Homero, mas também com este contrastado, em razão da natureza satírica de sua poesia (CORRÊA, 1998, p. 19-27).

¹²⁷⁰ LÉVY, 1993, p. 7; Fr. 19, West.

¹²⁷¹ X. Cyr. 8.1.13; Para Heródoto, ver abaixo.

¹²⁷² Fr.G.H. 687a; JACOBY, 1958, p. 412-413.

¹²⁷³ Tat. Orat. 1: (...) ἡ Περσῶν ποτε ἡγεσαμένη γυνή (...); Anon. Mul. 7: (...) διαδέξασθαι τὴν βασιλείαν (...). Cf. CAEROLS, 1991, p. 168-169.

podemos constatar a existência de uma terminologia razoavelmente clara para se referir ao Império Aquemênida e outras entidades orientais análogas.

Nas *Histórias*, como nas obras de outros autores clássicos, *arché* é um termo esmagadoramente usado em contextos monárquicos, para descrever o exercício de poder de um rei.¹²⁷⁴ As ocorrências de *arché* em 1.6.3, 1.7.4, 1.13.1, 1.16.2 etc. estão associadas ao poder real ou governo de um monarca bárbaro, não necessariamente em contexto imperial. Em sua primeira aparição,¹²⁷⁵ por exemplo, *arché* se reporta ao “reino” de Creso, na Lídia, expressando uma dimensão temporal (πρὸ δὲ τῆς Κροίσου ἀρχῆς πάντες Ἕλληνες ἦσαν ἐλεύθεροι).¹²⁷⁶ Associada à noção de um governo exercido por apenas uma pessoa, a *arché* de Creso é também claramente situada num nível distinto da *pólis* e do *éthnos*, que podem ser objetos desse poder real – no caso, os povos às margens do rio Hális e as *póleis* da Jônia são descritos como sujeitos ao poder de Creso.

Com o sentido mais restrito de reino ou autoridade real, *arché* também é utilizada para se referir à Pérsia,¹²⁷⁷ à Média,¹²⁷⁸ à Etiópia,¹²⁷⁹ aos masságetas,¹²⁸⁰ aos citas,¹²⁸¹ à Assíria¹²⁸² e ao Egito.¹²⁸³ Como *arché*, nessa acepção, tem natureza eminentemente constitucional, ela também é compatível com as *póleis* governadas por tiranos gregos.¹²⁸⁴ Como poder soberano, em sentido genérico, a *arché* poderia, inclusive, ser concedida ao povo para a constituição de uma democracia, como em Cós¹²⁸⁵ ou Samos.¹²⁸⁶

Que *arché* seja entendida, geralmente, como sinônimo de “poder real”, ou ao menos como gênero no qual a espécie se enquadra, fica ainda mais claro pela análise de algumas passagens das *Histórias*. Em 4.147.2-3, relata Heródoto a história da regência de Theras em Esparta e de seu desejo de continuar “detendo o poder”.

ἐόντων δ’ ἔτι τῶν παίδων τούτων νηπίων ἐπιτροπαίην εἶχε ὁ Θήρας τὴν ἐν Σπάρτῃ βασιλείην. αὐξηθέντων δὲ τῶν ἀδελφιδέων καὶ παραλαβόντων τὴν ἀρχήν, οὕτω δὴ ὁ Θήρας δεινὸν ποιούμενος ἄρχεσθαι ὑπ’ ἄλλων, ἐπεῖτε ἐγέυσατο ἀρχῆς, οὐκ ἔφη μενέειν ἐν τῇ Λακεδαίμονι ἀλλ’ ἀποπλεύσεσθαι ἐς τοὺς συγγενέας.

¹²⁷⁴ Concordam DESCLOS, 2006, p. 26 e LÉVY, 2006, p. 89 et. seq.

¹²⁷⁵ Hdt. 1.6.3.

¹²⁷⁶ “Antes do domínio de Creso, todos os gregos eram livres.” Cf. tabela acima.

¹²⁷⁷ Hdt. 1.95.1.

¹²⁷⁸ Hdt. 1.98.3.

¹²⁷⁹ Hdt. 3.21.2.

¹²⁸⁰ Hdt. 1.207.4.

¹²⁸¹ Hdt. 4.1.2.

¹²⁸² Hdt. 1.188.1.

¹²⁸³ Hdt. 2.159.3.

¹²⁸⁴ Hdt. 3.142.1, 5.67.4 etc.

¹²⁸⁵ Hdt. 7.164.1.

¹²⁸⁶ Hdt. 3.142.3.

Sendo esses rapazes ainda crianças, detinha Theras o poder (τὴν βασιλείην) delegado em Esparta. Quando seus sobrinhos cresceram e receberam o poder (τὴν ἀρχήν), então, queixando-se de ser governado por outros, uma vez que ele mesmo provara do poder (ἀρχῆς), Theras disse que não permaneceria na Lacedemônia, mas que partiria de barco para a sua família.

Nesse trecho, *basilēiē* (poder real) e *archē* são conceitos fortemente associados. Em 3.126, quando Heródoto se refere às práticas que levaram Dario I a punir Oroites, os termos são novamente usados de forma intercambiável.

μετὰ γὰρ τὸν Καμβύσεω θάνατον καὶ τῶν μάγων τὴν βασιλείην μένων ἐν τῇσι Σάρδισι Ὀροίτης ὠφέλεε μὲν οὐδὲν Πέρσας ὑπὸ Μήδων ἀπαραιρημένους τὴν ἀρχήν·

Após a morte de Cambises e o governo (τὴν βασιλείην) dos magos, tendo Oroites permanecido em Sardis, não ajudou em nada os persas a recobrar o poder (τὴν ἀρχήν) dos medos.

A dimensão temporal de *basilēiē* nesse contexto, aliás, é compatível com o uso de *archē* em 1.6.3, para citar apenas um exemplo, delimitando a duração de um governo.¹²⁸⁷ Outros termos usados sinonimamente com *archē*, nessa acepção, são *hēgemoniē*,¹²⁸⁸ *mounarchiē*¹²⁸⁹ e *turannís*¹²⁹⁰ – a maior parte dos quais está vinculada a um governo monárquico. A associação de *archē* com esses últimos dois conceitos (“monarquia” e “tirania”) indica, ademais, que o conceito poderia passar de uma noção genérica para representar algo mais circunscrito, um sistema político. Assim, é preciso admitir que, com essa acepção, predominante, *archē* carrega um conteúdo constitucional mais do que uma noção genérica de poder ou controle – ou mesmo império.

Não obstante, a *archē*, originalmente um “poder real”,¹²⁹¹ também deve ter adquirido, gradualmente, o caráter de uma entidade imperial. Isso é demonstrado por dezenas de casos em que o termo é empregado para se referir não apenas a um regime político ou ao território

¹²⁸⁷ E muito comum também na evidência epigráfica, que é, em sua maior parte, mais tardia.

¹²⁸⁸ Hdt. 1.7.1-4.

¹²⁸⁹ Hdt. 1.55-56.

¹²⁹⁰ Hdt. 7.164.1.

¹²⁹¹ Como já dissemos, essa acepção (reino/poder real) aparece em Ésquilo, Píndaro e Sófocles. Píndaro, na segunda ode olímpica (476 a.C.), se refere ao reino de Zeus no dativo (O. 2. 58-59). Décadas depois (c. 429 a.C.), Ésquilo se refere ao poder ou domínio de Zeus em Prometeu Acorrentado (A. Pr. 757). Sófocles também utiliza a palavra com a acepção de poder real (S. OT v. 737).

de um reino em sentido estrito, como no caso da Etiópia,¹²⁹² mas ao governo e ao território de um império (medo, persa, lídio etc.) ou quando, pelo uso de *arché* ou da expressão *megálē archē*, também se associa aos povos dominantes. De fato, é comum que os titulares desses impérios não sejam necessariamente monarcas individuais, como Cresos ou Ciro, mas, muitas vezes, coletividades políticas, como os medos, os assírios e os lídios (4.1.2: καταπαύσαντες τῆς ἀρχῆς Μήδους, “privando os medos do império”; 1. 92.2: Λυδῶν ἀρχήν, “o império dos lídios”; 1.188.1: Ἀσσυρίων ἀρχήν, “o império dos assírios”).

Notavelmente, Heródoto se refere várias vezes à *arché* como uma entidade concreta e tangível. Em sentido estritamente territorial e técnico, por exemplo, *arché* é empregada em 7.19.2, onde se fala das províncias do Império Aquemênida, mas também em 3.89.1-2, no plural, onde o historiógrafo de Halicarnasso registra essas mesmas divisões territoriais.¹²⁹³ O termo, usado no plural, manterá esse sentido técnico até a República e o Principado de Roma.

Noutros casos, mais interessantes para nossos propósitos, Heródoto se refere, evidentemente, ao território de uma entidade imperial. Em 1.106.2, por exemplo, a *arché* dos medos, descrita como um domínio sobre vários povos, tem inequívoca conotação espacial. Segundo Heródoto, os medos teriam “recuperado” sua *arché*, capturando Nínive e os assírios, com a exceção “da porção da Babilônia”.¹²⁹⁴ Outra passagem interessante é 1.72.2., onde se diz que “a fronteira” (ὁ οὗρος) entre os impérios medo e lídio seria o rio Halis.¹²⁹⁵ O sentido diretamente visado, nesse contexto, é evidentemente territorial. Quando Ciro enfrenta os masságetas e a rainha Tomiris, Heródoto relata o conselho dado ao monarca persa por Cresos, à época transformado em conselheiro do rei:¹²⁹⁶

ἔσσωθεῖς μὲν προσπολλύεις πᾶσαν τὴν ἀρχήν· δῆλα γὰρ δὴ ὅτι νικῶντες Μασσαγέται οὐ τὸ ὀπίσω φεύγονται ἀλλ’ ἐπ’ ἀρχὰς τὰς σὰς ἐλῶσι. νικῶν δὲ οὐ νικᾷς τοσοῦτον ὅσον εἰ διαβὰς ἐς τὴν ἐκείνων νικῶν Μασσαγέτας ἔποιο φεύγουσι· τὼντὸ γὰρ ἀντιθήσω ἐκείνῳ, ὅτι νικήσας τοὺς ἀντιουμένους ἐλᾷς ἰθὺ τῆς ἀρχῆς τῆς Τομύριος.

Sendo derrotado, destruirás também o império inteiro: pois é evidente que, se os masságetas vencerem, não irão recuar, mas marcharão contra tuas províncias. E, se tu vencê-los, não terás uma vitória equivalente àquela que terias se cruzasses o país deles e, vencendo os masságetas, os perseguisse em

¹²⁹² Hdt. 3.21.2.

¹²⁹³ Cf. também Hdt. 1.192.2.

¹²⁹⁴ Hdt. 1.106.2: καὶ τούτων μὲν τοὺς πλεῦνας Κυαξάρης τε καὶ Μῆδοι ξεινίσαντες καὶ καταμεθύσαντες κατεφόνευσαν, καὶ οὕτω ἀνεσώσαντο τὴν ἀρχὴν Μῆδοι καὶ ἐπεκράτεον τῶν περ καὶ πρότερον, καὶ τὴν τε Νίνον εἶλον (ὥς δὲ εἶλον, ἐν ἑτέροις λόγοις δηλώσω) καὶ τοὺς Ἀσσυρίους ὑποχείριους ἐποίησαντο πλὴν τῆς Βαβυλωνίης μοίρης.

¹²⁹⁵ Hdt. 1.72.2: ὁ γὰρ οὗρος ἦν τῆς τε Μηδικῆς ἀρχῆς καὶ τῆς Λυδικῆς ὁ Ἄλυσ ποταμός (...).

¹²⁹⁶ O caráter territorial da realidade designada não é citado por TANCK, mas é corretamente identificado por LÉVY, 2006, p. 96.

fuga. Eu compararei o mesmo àquilo, porque, tendo vencido os teus adversários, marcharás imediatamente contra o reino de Tomiris.¹²⁹⁷

Fica claro, neste trecho, o vínculo entre o território imperial (Ciro perderia *πᾶσαν τὴν ἀρχήν*, i.e., “todo o império”, pois os masságetas avançariam contra as *ἀρχαίς*, isto é, as províncias do império) e o poder real, vez que a *arché* de Tomiris representa o poder real e, também, o território dominado pela rainha. Aqui como em alguns dos exemplos anteriores, a noção de territorialidade, igualmente presente na ideologia monárquica da epigrafia persa, é marcante, e a relação do conceito de *arché* com o território imperial, note-se, é ligeiramente mais pronunciada do que tem sido alegado.¹²⁹⁸

A questão da territorialidade da *pólis* pode ser usada como paralelo para entender o desenvolvimento semântico de *arché*. Como vimos, o termo *pólis* foi usado consistentemente pelos gregos antigos para se referir a uma área urbana ou a um Estado. Ao que parece, *pólis* significou, originalmente, uma pequena zona fortificada (acrópole).¹²⁹⁹ Mais tarde, esse termo passou a ser usado como metonímia para denotar uma área urbana sob essa fortificação. Ora, essa área urbana logo se tornou o núcleo institucional de um governo que controlava uma área mais ampla que o assentamento original. A partir da atividade governamental conduzida pelos cidadãos nas assembleias da *pólis*, passou-se a conceber esta última como referência a um Estado.¹³⁰⁰ E o território circundante sob controle dos órgãos políticos da cidade logo foi abarcado pelo termo *pólis* também. Em suma, o local do governo passou a ser usado para referir-se à atividade estatal de forma genérica.

O itinerário de *arché* é um tanto distinto daquele da *pólis*, pois o primeiro termo aparece preponderantemente com o sentido de um governo ou sistema político (monarquia) para apenas mais tarde desdobrar-se num sentido concreto. Não é de um assentamento, portanto, que será derivada a noção de império, mas do sistema político, como projeção, no plano internacional, da sujeição interna a um senhor. E esse fenômeno se expressa, por metonímia, espacialmente. A *arché* não é mais apenas o domínio exercido pelo monarca sobre seus súditos, nacionais ou estrangeiros, mas também o controle exercido por um povo sobre outros povos, compreendendo-se por esse termo o território habitado por esses povos dominados.

As referências à *arché* “dos medos”, “dos citas”, isto é, ao domínio de agrupamentos étnicos, indica, como já dito, uma percepção do “império” oriental enquanto entidade de

¹²⁹⁷ Hdt. 1.207.3-4.

¹²⁹⁸ TANCK, 1997, não menciona essa passagem, ao contrário de LÉVY, 2006, p. 96.

¹²⁹⁹ HANSEN, 2006, p. 39-47.

¹³⁰⁰ Cf. SAKELLARIOU, 1989, p. 211.

dominação coletiva, “à grega”. Curiosamente, a estrutura do Império Persa é reiteradamente descrita em termos de um domínio sobre “povos” (*éthnē*) subdivididos em cidades (*póleis*), como em 7.96.2:

οὔτε γὰρ ἔθνεος ἐκάστου ἐπάξιοι ἦσαν οἱ ἡγεμόνες, ἔν τε ἔθνει ἐκάστω ὅσαι περ πόλεις τοσοῦτοι καὶ ἡγεμόνες ἦσαν.

Não são dignos de menção os líderes de cada povo, e em cada povo havia tantos líderes quanto era o número de suas cidades.

Heródoto concebe, inclusive, um corpo de cidadãos (*polítai*) no império bárbaro, isto é, o grupo daqueles que partilham da mesma etnicidade que o monarca.¹³⁰¹ Quando, por exemplo, Astíages, rei dos medos, convoca os magos para se aconselhar sobre o menino Ciro, estes dizem que têm tanto interesse em que o poder real (*archē*) permaneça nas mãos de Astíages quanto o próprio monarca, pois, do contrário, seriam “escravizados” por um estrangeiro.¹³⁰² A passagem é importante por revelar uma concepção orgânica do vínculo entre os membros de uma coletividade dominante dentro de um império.

Nesse sentido, de um domínio coletivo sobre outros Estados e agrupamentos, contando com expressão territorial e política, Heródoto deu plena forma intelectual ao império territorial aquemênida. Essa ideia, por sua vez, é patentemente similar à noção moderna de império, que insiste em elementos como diversidade étnica, extensão territorial e subordinação de outros entes políticos.¹³⁰³ No entanto, como o termo *archē* é usado em sentido preponderantemente monárquico ou como um poder, em sentido lato, ele não pode ser tomado como termo “técnico” para o império oriental.

Em que pese tal limitação, o uso da locução *megálē archē* proporciona outras leituras. Em seu relato sobre o reino da Lídia, Heródoto nos diz que Creso, equivocado sobre as palavras dos oráculos, acreditava que, marchando contra “os persas”, iria destruir (*katalúsein*) “um grande império” (*megálēn archēn*; 1.53.3). Em realidade, os oráculos se referiam ao próprio império de Creso.¹³⁰⁴ Na íntegra, é isso que nos relata Heródoto em 1.53.3:

οἱ μὲν ταῦτα ἐπειρώτων, τῶν δὲ μανθίων ἀμφοτέρων ἐς τὸν αὐτὸ αἰ γινῶμαι συνέδραμον, προλέγουσαι Κροίσῳ, ἣν στρατεύηται ἐπὶ Πέρσας, μέγαλην

¹³⁰¹ Hdt. 3.36.

¹³⁰² Hdt. 1.120.5-6.

¹³⁰³ Cf. capítulo 2.

¹³⁰⁴ Hdt. 1.86.1, 1.92.2-4.

ἀρχὴν μιν καταλύσειν: τοὺς δὲ Ἑλλήνων δυνατωτάτους συνεβούλευόν οἱ ἐξευρόντα φίλους προσθέσθαι.

Eles perguntaram isso, e as respostas de ambos os oráculos concorreram para o mesmo: anunciar a Creso que, se guerreasse contra os persas, ele destruiria um grande império: e aconselharam que ele descobrisse os mais poderosos dentre os gregos para tê-los como aliados.

O verbo *katalúsein*, usado em associação com *megálē archē* nos trechos referidos, talvez indique que seu objeto se reporta a um corpo político. O verbo *katalúsein* é, por exemplo, associado à “dissolução” da boulé em Atenas por Cleômenes,¹³⁰⁵ à destruição e tomada do território do Império Medo pelos citas,¹³⁰⁶ e, em outra passagem, ao desmembramento de instituições ou sistemas políticos.¹³⁰⁷ É provável, portanto, que Heródoto se refira ao Império Persa (ou lídio) nesse contexto, e não ao poder real de Ciro ou Creso.¹³⁰⁸ O paralelo da *archē* com um etnônimo (“os persas”), que na antiguidade costumava dar nome a uma comunidade política, reforça essa interpretação. E, cumpre observar, o etnônimo “os persas” é também usado para se referir a povos sob o domínio persa, ou seja, ao império de forma geral.¹³⁰⁹

De particular interesse é o uso de *archē*, qualificada como *megálē*, em 1.185.1. Aqui, Heródoto diz que Nitócris, rainha da Babilônia, vendo que a *archē* dos medos era *megálē* e não permanecia inativa (οὐκ ἀτρεμίζουσιν), tomou precauções para se proteger.¹³¹⁰ Como ocorre com o Estado no uso moderno, *megálē archē* ganha vida própria nesse trecho, figurando como uma entidade autônoma, que “não permanece quieta”, expressão que remete ao temperamento de seus titulares.¹³¹¹ O uso deste particípio para caracterizar o império dos medos é, ademais, um procedimento similar ao que ocorre com a *pólis*, descrita como uma espécie de poder público personificado nos textos gregos.¹³¹² E os lexicógrafos parecem corretos ao afirmar que a qualificação se destine a “nações” (isto é, Estados ou povos) agressivas.¹³¹³

Por fim, é digno de nota que a utilização de *megálē archē* como organização política apareça sempre em contextos imperiais, isto é, relacionada a Estados de grande vastidão

¹³⁰⁵ Hdt. 5.72.1.

¹³⁰⁶ Hdt. 1.104.2.

¹³⁰⁷ Hdt. 5.92.A.

¹³⁰⁸ Powell lista tais ocorrências como “império de uma nação sobre a outra”. Cf. POWELL, 1960, p. 48.

¹³⁰⁹ ROLLINGER, 2003. Cf. Hdt. 1.53.3, acima.

¹³¹⁰ Hdt. 1.185.1.

¹³¹¹ Hdt 8.68b; Hip. Aër. 16.10-20.

¹³¹² Cf. HANSEN, 1998, p. 67-73.

¹³¹³ LIDDELL & SCOTT (LSV), 1901, p. 245.

territorial e manifesta diversidade étnica.¹³¹⁴ A Lídia de Creso foi descrita como um domínio sobre “povos” subjugados num processo de expansão militar iniciado pelos primeiros Mermnadas,¹³¹⁵ e o mesmo ocorre no caso da Pérsia e da Média. Em 1.53, por exemplo, Creso é descrito como “ὁ Λυδῶν τε καὶ ἄλλων ἔθνέων βασιλεύς” (rei dos lídios e outros povos). O domínio militar e multiétnico dos medos e persas, por sua vez, é descrito recorrentemente em 1.72.1-2, 1.106.2, 1.188.1, 1.207 etc. Se *megálē archē* aparece apenas nas descrições dos três impérios orientais cujo processo de expansão imperial Heródoto relata detalhadamente, resta pouca dúvida sobre sua associação com o modelo oriental de dominação imperial.

4.1.1 A ARCHĒ DOS GREGOS

Embora o termo *archē* figure sobretudo em contextos orientais, há uma parcela significativa de ocorrências relacionada ao poder de reis¹³¹⁶ e tiranos gregos.¹³¹⁷ Com sentido de poder monárquico, portanto, o termo não é exclusividade de gregos ou persas.

A acepção de *archē* enquanto império, por outro lado, não surge atrelada ao caso de Atenas ou a qualquer domínio grego. Apesar da onipresente percepção clássica de que Atenas tinha desenvolvido uma forma de imperialismo,¹³¹⁸ *archē*, significando “império”, é um termo usado quase sempre para se referir a realidades políticas orientais em Heródoto. A palavra, afinal, aparece pouquíssimas vezes¹³¹⁹ nas *Histórias* para se referir a um contexto de disputas interestatais gregas. Uma dessas ocorrências é 6.98.2,¹³²⁰ onde Heródoto diz que:

ἐπὶ¹³²¹ γὰρ Δαρείου τοῦ Ὑστάσπεος καὶ Ξέρξεω τοῦ Δαρείου καὶ Ἀρτοξέρξεω τοῦ Ξέρξεω, τριῶν τούτων ἐπεξῆς γενεῶν, ἐγένετο πλέω κακὰ τῇ Ἑλλάδι ἢ ἐπὶ εἴκοσι ἄλλας γενεὰς τὰς πρὸ Δαρείου γενομένας, τὰ μὲν ἀπὸ τῶν Περσέων αὐτῇ γενόμενα, τὰ δὲ ἀπ’ αὐτῶν τῶν κορυφαίων περὶ τῆς ἀρχῆς πολεμούντων.

Na época de Dario, filho de Hístapes, de Xerxes, filho de Dario, e de Artaxerxes, filho de Xerxes, três gerações subsequentes, mais males

¹³¹⁴ Cf. capítulo 2 da presente tese.

¹³¹⁵ Hdt. 1.7-16.

¹³¹⁶ Hdt. 4.147.3; 5.49.1; 6.67.1.

¹³¹⁷ Hdt. 6.9.2; 6.13.2; 6.34.1; 6.35.3; 6.38.1.

¹³¹⁸ Cf. LOW, 2008.

¹³¹⁹ Apenas nas duas passagens abaixo (Hdt. 6.98.2; 7.150.3).

¹³²⁰ Muitos autores pensam que se trate de uma referência ao “império”. Cf. POWELL, 1960, p. 48, que insere essa passagem nas referências ao império e LÉVY, 2006, p. 94, onde a passagem é interpretada como um “poder imperial”. Da mesma forma, PAYEN, 1996, p. 195.

¹³²¹ Usado com o genitivo como fórmula de datação (CRESPO et. al., 2003, p. 174-175).

sobrevieram à Grécia do que em vinte outras gerações anteriores a Dario, sendo que alguns desses males lhe foram causados pelos persas e os outros pelas potências que disputavam pela proeminência (περὶ τῆς ἀρχῆς).¹³²²

Nesse contexto, no entanto, Heródoto não parece estar se referindo a nenhuma entidade política, mas simplesmente a uma atividade política internacional: o poder ou controle exercido sobre outros Estados. Nesse sentido, as cidades-Estado disputam pelo controle político da mesma forma que os filhos de um soberano disputam pelo poder monárquico.¹³²³ A dimensão territorial, por exemplo, embora geralmente subsidiária, está ausente neste trecho. Em Tucídides, pelo contrário, o império (*archē*) ateniense é muitas vezes territorializado.¹³²⁴ E o contexto, ademais, indica que Heródoto está usando o termo *archē* para designar a hegemonia ou a liderança da Hélade, que está em disputa.

Supondo que Heródoto, referindo-se à disputa por *archē* no contexto da Guerra do Peloponeso, pensasse no caso de um “império” grego ou especificamente ateniense, teríamos de explicar o porquê de o historiador usar o mesmo termo para se referir à hegemonia de Esparta mais adiante,¹³²⁵ quando diz que os argivos sabiam que os lacedemônios não “partilhariam do poder” quando requisitados a fazê-lo (“ἐπισταμένους ὅτι οὐ μεταδώσουσι τῆς ἀρχῆς Λακεδαιμόνιοι μεταίτειν”). Nesse contexto, Heródoto utiliza *archē* em sentido lato, como gênero no qual se enquadra a espécie *hēgemoniē*. Ele se refere, portanto, ao comando supremo militar grego, o que reforça nossa leitura sobre a passagem de 6.98.2.¹³²⁶

Além disso, ao diluir a responsabilidade pela guerra entre as “potências” helênicas, Heródoto evita se referir especificamente ao exemplo paradigmático de Atenas.¹³²⁷ Não por acaso, o investigador denuncia o caráter “expansionista” dos próprios lacedemônios, por exemplo, quando relata que os argivos preferiam ser governados por bárbaros a serem submetidos a Esparta.¹³²⁸ Em 1.66, ademais, Heródoto fala que os espartanos, logo após as reformas de Licurgo, não conseguiam se manter em paz (*hēsukiēn*) e logo desejaram a Arcádia, empregando uma linguagem similar à adotada na qualificação, por exemplo, de Ciro,

¹³²² Para questões de datação e referências da passagem, cf. MCQUEEN, 2000, p. 183.

¹³²³ Hdt. 7.2.3.

¹³²⁴ Th. 1.67.4, 1.139.1 etc. Cf. tópico abaixo.

¹³²⁵ Hdt. 7.150.3.

¹³²⁶ LÉVY, 2006, p. 95, n. 43: a exceção e, 7.150.3 é indicada e explicada como menção a um poder em sentido amplo. Curiosamente, o caso de 6.98.2 é tratado de forma diferente.

¹³²⁷ Cf., a esse respeito, WICKERSHAM, 1992, p. 20: “Além disso, Heródoto faz com que tanto Atenas quando Esparta ‘disputem pelo império’, enquanto Tucídides decidiu que apenas uma das duas estava realmente progredindo rumo à *arkhē*”.

¹³²⁸ Hdt. 1.149.3.

rei dos persas, que buscara impor seu jugo sobre os vizinhos.¹³²⁹ Os próprios atenienses eram conhecidos por sua natureza dinâmica e igualmente expansionista, em termos análogos.¹³³⁰ Assim, a disputa por poder não é algo especificamente ateniense, e a *arché*, aqui, deve simplesmente se referir à hegemonia ou liderança sobre os gregos.

Sabemos, contudo, que Heródoto tornou sua obra pública após os primeiros anos da Guerra do Peloponeso, de forma que ele decerto conhecia o uso de *arché* em referência ao “Império Ateniense”. É altamente provável, portanto, que o silêncio de Heródoto a esse respeito tenha sido intencional. O motivo não é claro e, geralmente, não é perscrutado pelos especialistas.¹³³¹ De um lado, se aceitarmos a hipótese de uma elevada simpatia do autor pela democracia ateniense, é possível que Heródoto tenha apenas evitado expor os defeitos do objeto de sua admiração.¹³³² Tal interpretação não se sustenta, contudo, à luz dos mais recentes estudos das *Histórias*, que revelam ironias acerbadas e alusões inequívocas ao imperialismo ateniense no retrato dos persas.¹³³³

De outro lado, aceitando como principal temática das *Histórias* o tema da “conquista e da resistência”,¹³³⁴ e considerando as diversas críticas “veladas” ao imperialismo ateniense, é mais provável que Heródoto tenha adotado uma postura ambivalente na sua avaliação da política de Péricles. Dessa forma, ao mesmo tempo em que sugere uma aproximação entre gregos e bárbaros no que tange ao expansionismo desenfreado, Heródoto evita expor *tout court* a natureza imperial de Atenas (ou mesmo de Esparta), como se insinuasse que o império é radicalmente “outro”, bárbaro. Numa retórica de alerta e dissuasão, Heródoto insiste no caráter originalmente oriental do “império”, cuja representação nas *Histórias* é substancialmente negativa, a fim de alertar seus interlocutores, em especial os atenienses. Perceba-se, por exemplo, que a ideia de império, em Heródoto, está frequentemente associada à sujeição de múltiplos povos,¹³³⁵ uma característica que dificilmente poderia ser imputada a Atenas. De toda forma, o investigador, assistindo à ascensão de Atenas e Esparta, estava consciente de que os gregos poderiam escolher a via do império e se “barbarizar”, mas destaca o berço estrangeiro e o potencial destrutivo desse costume no passado. Infenso à

¹³²⁹ Hdt. 1.206.2.

¹³³⁰ “ἡσυχίης εἶναι”. Cf. RAAFLAUB, 1987, p. 227-228, que, contudo, não considera o mesmo tipo de qualificação aplicado por Heródoto aos espartanos.

¹³³¹ Uma exceção notória é PAYEN, 1996, p. 218.

¹³³² LATEINER, 1989, p. 186.

¹³³³ Cf., *infra*, capítulo 1 e discussões neste capítulo. Cf., em especial, MOLES, 2002.

¹³³⁴ PAYEN, 1997.

¹³³⁵ 1.6.3, 1.106.2 etc.

guerra entre gregos, Heródoto via com reservas o expansionismo de atenienses e adotou uma unívoca retórica anti-imperialista.¹³³⁶ Exploraremos essa questão em maior detalhe adiante.

4.1.2 DEPOIS DE HERÓDOTO

O uso de *archē*, às vezes com sentido territorial, às vezes personificada e não raro conferida a coletividades, é forte indicativo de que, no século V a.C., o termo poderia denotar um império de tipo oriental. Não é comum o uso do vocábulo com essa conotação em períodos mais recuados no tempo, o que nos dá uma pista sobre a origem histórica da noção de império. Em uma fase particular do pensamento helênico, combinado à consciência de uma entidade imperial jamais antes vista, ao surgimento de formas de expressão em prosa inéditas e ao contato com a ideologia oriental, os gregos se viram impelidos a conceber novas categorias políticas.¹³³⁷ O termo *archē* teve seu escopo ampliado, ao que parece, por dois motivos principais: historicamente, os primeiros grandes impérios foram também monarquias, às quais, como vimos, já se aplicava o termo *archē* em sentido constitucional; em segundo lugar, à semelhança da monarquia no plano doméstico, o império também representava, no plano internacional, o governo de um sobre os demais.

É possível que a ideia de império tenha sido associada, no princípio, exclusivamente aos impérios do Oriente Próximo, como a Pérsia, a Média e a Lídia, sendo comum que o presente aquemênida se confundisse no imaginário grego ao passado bastante modesto desses dois últimos reinos.¹³³⁸ Da mesma forma, pode-se pensar que a associação de Atenas à noção de império tenha emergido como crítica, hipérbole ou retórica de resistência, embora a evidência não permita emitir um juízo seguro. De toda forma, “no período formativo do pensamento político grego (...) o imperialismo era algo que não-gregos (i.e. persas) faziam aos gregos”.¹³³⁹ E, como notou Wickersham com precisão, Heródoto restringe quase totalmente tal uso de *archē* a contextos orientais.¹³⁴⁰ Como já dito, a suposta exceção de 6.98.2 é uma mera referência à disputa entre os helenos por proeminência internacional, pois a *archē* é entendida em sentido lato, talvez indicando a *hēgemoniē*.

¹³³⁶ Cf. Hdt. 1.96, 6.98.2 e 8.3.1, por exemplo.

¹³³⁷ Cf. THOMAS, 2002. Cf. também GRETHLEIN, 2011.

¹³³⁸ Sobre a já discutida existência de um “império” medo, Cf. WATERS, 2005 e *infra*, capítulo três.

¹³³⁹ BALOT, 2006, p. 156.

¹³⁴⁰ WICKERSHAM, 1994, p. 21: “*archē*, por outro lado, é em geral limitada a situações não-gregas”.

Esse fenômeno se coaduna, em parte, com a visão majoritária que vê nas *Histórias* o prelúdio de uma imaginada polaridade política entre gregos e bárbaros.¹³⁴¹ Para a teoria da polaridade, contudo, um dos elementos distintivos da divisão entre ambos seria o regime monárquico, enquanto mais acertado seria dizer que fora preponderantemente o império a demarcar o limite entre gregos e persas. Atenas, é claro, poderia ser criticada como uma potencial sucessora dos abusos persas, mas essa *pólis* não foi imediatamente identificada à nova vertente de dominação. Heródoto, em sua crítica ao Império Ateniense, insiste na origem bárbara do império e, embora presumivelmente conhecesse o emprego de *arché* para se referir aos atenienses, mantém um silêncio intencional a esse respeito.

Tudo isso muda quando a palavra *arché* passa a descrever corriqueiramente o domínio coativo de Atenas sobre seus aliados, inclusive nas falas de seus próprios porta-vozes.¹³⁴² Segundo uma corrente majoritária e tradicional, Tucídides, por exemplo, teria enfatizado, em sua narrativa, a diferença entre *arché* e *hēgemonía*, isto é, o “império” e a “liderança consentida” de Atenas sobre outras cidades, o que corresponderia, respectivamente, à última e à primeira fase de sua trajetória imperial.¹³⁴³ Essa leitura parte de uma passagem da *História da Guerra do Peloponeso*, na qual Tucídides afirma que “a história desses anos mostrará como se estabeleceu o império (*arché*) ateniense”.¹³⁴⁴ Segundo alguns autores, Tucídides teria tentado relatar a história da transformação da Liga de Delos de uma aliança voluntária e simétrica a um domínio compulsório exercido por Atenas.¹³⁴⁵ A hegemonia de Atenas, de acordo com essa corrente, equivaleria a sua liderança da aliança de cidades-estado,¹³⁴⁶ enquanto o processo de dominação teria se iniciado com a revolta de Naxos, frustrada por uma invasão ateniense.¹³⁴⁷ Nesse contexto, o uso de *arché* associada a um império grego pode

¹³⁴¹ HARTOG, 1980, p. 328-345; HALL, 1989, p. 56-69; HALL, 1997, p. 44; Id., 2002, p. 172-228.

¹³⁴² MORRIS, 2008, p. 128.

¹³⁴³ ARNOLD, 1847, p. 428; GROTE, 1851, p. 291, n. 1; WICKERSHAM, 1994, p. 37-61; LEBOW, 2001, p. 550.

¹³⁴⁴ Th. 1.97.2.

¹³⁴⁵ Para alguns historiadores, pelo contrário, os termos *ἀρχή* e *ἡγεμονία* poderiam ser usados de forma intercambiável em Tucídides e Heródoto. Vimos acima, por exemplo, que Heródoto se refere à *ἀρχή* dos espartanos em sentido similar, se não idêntico, ao de *ἡγεμονία* (Hdt. 7.150.3). Tucídides, por sua vez, usa o termo *ἀρχή* para se referir ao comando militar de Pausânias no Helesponto (1.128.3), o que, combinado às passagens em 1.94 e 1.96, indica sua conexão com o sentido da palavra *ἡγεμονία*. Para Winton, a Liga de Delos foi tida como uma *ἀρχή* desde a sua criação. Essa interpretação, contudo, nos diz pouco e é complicada por se fundamentar em informações nunca explicitadas diretamente por Tucídides. O importante, contudo, é notar que Tucídides não se preocupa em identificar com precisão o momento em que Atenas teria “se transformado” em um império, como pensavam outros autores. Cf. WINTON, 1981 e BLOEDOW, 1994.

¹³⁴⁶ Th. 1.94.

¹³⁴⁷ Th. 1.98.

ter aludido às realidades bárbaras e, por conseguinte, inspirado algum juízo de censura à política externa ateniense.¹³⁴⁸

Essa visão se harmoniza com a representação do domínio de Atenas sobre seus aliados como uma “tirania” no século V a.C. Apesar da forte identidade política anti-tirânica na Atenas clássica, verificável, por exemplo, a partir do culto aos tiranicidas Harmódio e Aristógiton, há diversas ocorrências na literatura clássica de associações entre a *pólis* e o demos com a tirania. Assim, *Os Cavaleiros*, de Aristófanes, trazem a ideia de que o povo ateniense é detentor de um “poder” formidável, temível como um tirano.¹³⁴⁹ O Péricles de Tucídides também afirma que aquilo que os atenienses detêm, o império (*archē*), é “como uma tirania”¹³⁵⁰ e o mesmo faz seu Cleão, sem rodeios.¹³⁵¹

Adotando uma interpretação de Raaflaub, para o qual o conceito de tirania deixa de ser ambíguo nesse período, sendo utilizado necessariamente com conotação negativa,¹³⁵² deve-se concordar que o uso que Péricles e Cleão fazem dessa ideia nos mencionados contextos não é elogioso, mas visa a promover o medo.¹³⁵³ Numa sociedade em que a aversão aos tiranos deve ter sido extremamente forte, ademais, a associação do império ateniense à tirania nos discursos de políticos proeminentes demonstra a força do vínculo histórico entre a própria ideia de império e o tipo de poder exercido pelos bárbaros, em particular os persas, a essa altura cristalizados no imaginário ateniense como “déspotas” e autocratas arbitrários. Apesar de não haver um liame necessário entre o império e a tirania, como lembra Raaflaub, a verdade é que as duas noções passam a manter uma relação próxima em Atenas, com conotação preponderantemente negativa.¹³⁵⁴

Salvo por essa nova denotação, o uso de *archē*, tal como notado em Heródoto, permanece quase intacto ao longo do período clássico, com eventual conteúdo físico. Enquanto poder ou governo ateniense sobre os aliados gregos, o termo aparece diversas vezes, como na fala de uma delegação ateniense em Esparta em resposta às acusações de Corinto.¹³⁵⁵ Tucídides também emprega a palavra para falar do império “medo”,¹³⁵⁶ do território do grande rei¹³⁵⁷ e da satrapia de Tissafernes.¹³⁵⁸ O próprio domínio ateniense é territorializado:

¹³⁴⁸ Ar. Eq., v. 1111 et seq.; Th. 2.63.1-2; 3.37.2. Cf. também RAAFLAUB, 2003, p. 59-71.

¹³⁴⁹ Ar. Eq. v. 1111 et seq.: Χορός: ὃ Δῆμε καλὴν γ’ ἔχεις / ἀρχήν, ὅτε πάντες ἄν-/θρωποι δεδίασι σ’ ὥσ-/περ ἄνδρα τύραννον.

¹³⁵⁰ Th. 2.63.1-2.

¹³⁵¹ Th. 3.37.2

¹³⁵² Cf. Th. 1.13.1.

¹³⁵³ RAAFLAUB, 2003, loc. cit.

¹³⁵⁴ Ibid., p. 80. Cf. Th. 6.85.1.

¹³⁵⁵ Th. 1.75-77.

¹³⁵⁶ Th. 8.43.3

¹³⁵⁷ Th. 8.48.4.

fala-se da totalidade do Império Ateniense (“ἡ Ἀθηναίων ἀρχὴ πᾶσα”), descrita em termos geográficos e compreendendo a Jônia, a Eubéia e o Helesponto.¹³⁵⁹ Menciona-se, ademais, a exclusão de Mégara dos portos localizados na *arché* ateniense.¹³⁶⁰ Em Siracusa, Gyllipo, o general espartano, afirma que os atenienses desejavam conquistar a Sicília, o Peloponeso e, na verdade, toda a Grécia. Essa extensão territorial faria dos atenienses ainda mais poderosos, tendo em vista que eles já possuiriam “o maior império helênico do presente ou do passado”.¹³⁶¹ Por fim, poderíamos destacar a atribuição do exercício desse domínio a uma coletividade, os atenienses, bem como a caracterização dos aliados como “súditos” (*hupékkoi*) do império.¹³⁶²

Tucídides também chega a usar o termo *arché* para se referir ao poder dos lacedemônios, conjugando-o com *hēgemonía*. Em 6.82.2-3, o embaixador ateniense Eufemo afirma que seus conterrâneos teriam adquirido uma marinha e se libertado da *arché* e da *hēgemonía* espartanas. Cartwright defende que talvez a melhor tradução para *arché* nesse contexto seja “comando”, o que esclareceria parcialmente as dúvidas quanto à referência a um putativo império espartano.¹³⁶³ Lembremo-nos do comando militar (*arché*) de Pausânias sobre as cidades aliadas¹³⁶⁴ e como sua impopularidade teria conduzido à perda da hegemonia dos espartanos.¹³⁶⁵ Note-se, entretanto, que a ideia do imperialismo espartano nessa época atenderia às necessidades retóricas do discurso de Eufemo ao justificar a política ateniense posterior ao conflito greco-persa. A retórica de “libertação” dos espartanos ao longo da guerra do Peloponeso não deve nos enganar, pois, mais de uma vez, Tucídides nos informa sobre as verdadeiras razões dos lacedemônios ao longo da guerra. Ocupados em conflitos domésticos com os hilotas, eles apenas não encontraram a oportunidade de se engajar num projeto imperial, ainda que o desejassem. Além disso, os espartanos frequentemente sacrificavam a autonomia das cidades gregas “liberadas” em favor de seus próprios interesses estratégicos.¹³⁶⁶

Por fim, faz-se mister observar que o emprego do termo *arché* preponderantemente para designar uma realidade grega, o Império Ateniense, não causa espanto, uma vez que a narrativa de Tucídides apenas tangencia acontecimentos alheios ao mundo helênico. O mesmo

¹³⁵⁸ Th. 8.5.5; 8.6.1.

¹³⁵⁹ Th. 8.96.4-5.

¹³⁶⁰ Th. 1.67.4.

¹³⁶¹ [καὶ ἀρχὴν τὴν ἤδη μεγίστην τῶν τε πρὶν Ἑλλήνων καὶ τῶν νῦν κεκτημένους], Th. 7.66.2.

¹³⁶² Th. 1.77.

¹³⁶³ CARTWRIGHT, 1997, p. 247.

¹³⁶⁴ Th. 1.94-96 e 1.128.

¹³⁶⁵ O general espartano poderia, ademais, nutrir a esperança de obter o governo (ἀρχή) da Grécia (Th. 1.128.3).

¹³⁶⁶ AHRENSDORF, 1999, p. 18-20. Cf. Tuc. 1.101-103, 4.81.2 e 4.117. Cf. também X. An. 6.6.9.

argumento não poderia ser usado, por exemplo, para explicar a ausência de referências explícitas a esse império helênico em Heródoto.

Xenofonte, na *Marcha dos dez mil (Anábase)*, descreve a *arché* do rei da Pérsia como forte por sua quantidade de terras e homens, mas frágil quanto à extensão de suas estradas e dispersão de suas forças,¹³⁶⁷ além de delimitar suas fronteiras imaginárias.¹³⁶⁸ Alguns trechos são elucidativos, como as supostas palavras de Ciro, o Jovem, abaixo:

(...) ὃ ἄνδρες, ἀρχὴ πατρώα πρὸς μὲν μεσημβρίαν μέχρι οὗ διὰ καῦμα οὐ δύνανται οἰκεῖν ἄνθρωποι, πρὸς δὲ ἄρκτον μέχρι οὗ διὰ χειμῶνα: τὰ δ' ἐν μέσῳ τούτων πάντα σατραπεύουσιν οἱ τοῦ ἐμοῦ ἀδελφοῦ φίλοι.

Companheiros, o império do meu pai se estende em direção ao sul até onde os homens não conseguem habitar devido ao calor, e para o norte até onde eles não podem habitar devido ao frio. E, entre esses limites, os amigos do meu irmão governam tudo na posição de sátrapas.¹³⁶⁹

A palavra também aparece em outros casos para nomear puramente o poder real¹³⁷⁰ ou as províncias do império.¹³⁷¹ Seus titulares são reis, mas também coletividades, como os persas e os medos.¹³⁷² Bastante interessante é um caso relativo não a um império, mas ao reino Odrísio (da Trácia), onde o rei Seutes II equaciona o domínio de seu pai às tribos por ele dominadas, o que retoma a identidade entre a entidade política e seus habitantes. *In verbis*:

ὁ δὲ εἶπεν ὧδε. Μαισάδης ἦν πατήρ μοι, ἐκείνου δὲ ἦν ἀρχὴ Μελανδίται καὶ Θυνοὶ καὶ Τρανίψαι.

E ele disse o seguinte: Measades foi meu pai, e o reino dele correspondia aos melanditai, aos thunios e aos tranípsae.¹³⁷³

Na sua *Ciropaedia*, Xenofonte também faz um uso do termo consistente com o que vimos em Heródoto e Tucídides. Nessa obra, a *arché* tem sentido geográfico mais de uma vez,¹³⁷⁴ além de contar com “receita”,¹³⁷⁵ e ser qualificada em termos que sugerem um sentido

¹³⁶⁷ X. An. 1.5.9.

¹³⁶⁸ X. An. 1.7.6.

¹³⁶⁹ X. An. 1.7.6.

¹³⁷⁰ X. An., 2.1.11; 2.3.23.

¹³⁷¹ X. An., 2.4.29.

¹³⁷² X. An., 3.4.8; 3.4.12.

¹³⁷³ X. An. 7.2.32.

¹³⁷⁴ X. Cyr. 8.6.17; 21.

¹³⁷⁵ X. Cyr. 8.1.13.

concreto.¹³⁷⁶ Ciro teria estabelecido instituições para assegurar a manutenção do império (*archē*) para si próprio e os persas.¹³⁷⁷ Ele teria permitido, assim, a segurança de “toda a *archē* persa”.¹³⁷⁸ O rei teria criado mecanismos para lidar com a magnitude de seu império (τὸ μέγεθος τῆς ἀρχῆς), difícil de controlar por suas grandes distâncias.¹³⁷⁹ O livro oitavo nos diz que:

καὶ ἐκ τούτου τὴν ἀρχὴν ὥριζεν αὐτῷ πρὸς ἕω μὲν ἡ Ἐρυθρὰ θάλαττα, πρὸς ἄρκτον δὲ ὁ Εὐξείνιος πόντος, πρὸς ἐσπέραν δὲ Κύπρος καὶ Αἴγυπτος, πρὸς μεσημβρίαν δὲ Αἰθιοπία.

E desde aquela época, o império dele era limitado a oeste pelo Mar Vermelho, ao norte pelo Ponto Euxino [Mar Negro], no oeste por Chipre e o Egito e no sul pela Etiópia.¹³⁸⁰

Platão, como demonstrou Claudia Tanck, utiliza *archē* mais de uma vez como um império oriental passível de ser parcelado em sete partes.¹³⁸¹ Na Política, já na segunda metade do século IV a.C., o filósofo Aristóteles faz uma comparação entre o mecanismo do ostracismo em Estados democráticos e um mecanismo de punição de Estados subordinados em impérios.¹³⁸² No primeiro caso, o ostracismo protege o governo contra a usurpação por parte de um cidadão poderoso e, no segundo caso, de forma análoga, os Estados que governam um império costumam retaliar os subordinados que competem pela posição de domínio. Curiosamente, os exemplos apresentados por Aristóteles são dois casos que conhecemos bem: Atenas e a Pérsia. Assim, essa passagem indica que o império poderia ser entendido como uma entidade política análoga ao Estado, na qual as coletividades corresponderiam aos cidadãos individuais.

Reforçando sua natureza coativa, os oradores áticos, como Demóstenes, traçam uma fronteira estrita entre a *archē*, de um lado, e a independência (*eleutheria* ou “soberania externa”) dos Estados, de outro.¹³⁸³ Mesmo Isócrates, cujo uso de *archē* não é forçosamente pejorativo,¹³⁸⁴ esboça, em certo momento, uma distinção conceitual entre os domínios coativos geralmente associados a esse termo e o “bom” exercício de uma liderança: “em

¹³⁷⁶ X. Cyr. 8.1.45.

¹³⁷⁷ X. Cyr. 8.1.7.

¹³⁷⁸ X. Cyr. 8.1.45, da mesma forma, por exemplo, que um estadista assegura a preservação de um governo (Arist. Pol. 1319b39).

¹³⁷⁹ X. Cyr., 8.6.17

¹³⁸⁰ X. Cyr. 8.6.21

¹³⁸¹ Pl. Lg. 3.695c; Ep. 7.332a Cf. TANCK, 1997, p. 239-240.

¹³⁸² Arist. Pol. 1284a - 1284b.5.

¹³⁸³ Contra Léptines 69-70; Sobre a Coroa 65-66.

¹³⁸⁴ BOUCHET, 2014, p. 40; 51; p. 54-55; p. 75 etc.

Sobre a Paz (...), a hegemonia é, ainda, em 355, uma ‘honra’ disponível aos atenienses. Para que ela se realize, é preciso que tenha uma nova forma, dissociada, portanto, da *archè*”.¹³⁸⁵

Muito mais tarde, durante o domínio romano, Políbio (c. 200-118 a.C.) e Estrabão (c. 64 a.C.-24 d.C.) continuam a usar o mesmo termo para se referir ao império dos aquemênidas ou arsácidas. Na *Geografia*, Estrabão usa o vocábulo *archè* preferencialmente para se referir a um exercício abstrato de autoridade,¹³⁸⁶ mas não só: em algumas passagens, o termo teria presumivelmente um sentido territorial, mencionando-se o domínio da Ásia¹³⁸⁷ ou a extensão territorial do Império Parto em relação a Roma.¹³⁸⁸ Arriano (c.86-146 d.C.), um dos “historiadores de Alexandre”, também menciona a *archè* persa como o domínio da Ásia.¹³⁸⁹ Tanto Políbio e Estrabão empregam o termo igualmente para se referir ao Império Romano.¹³⁹⁰

Políbio, não surpreendentemente, mantém uma expressão consagrada por Heródoto: fala da *megálē archē* dos aquemênidas como um império.¹³⁹¹ Essa expressão, que, vimos, encontra paralelos na epigrafia persa, ecoa um uso de Arquíloco para se referir aos lídios,¹³⁹² além de ter figurado em Xenofonte para se referir ao império aquemênida¹³⁹³ e em Isócrates, mais genericamente, em alusão aos poderios do oriente.¹³⁹⁴ Ela encontra ecos em uma referência de Arriano ao Império Selêucida¹³⁹⁵ e é adaptada por Dião Cássio para designar o Império Romano.¹³⁹⁶

No período romano, de forma geral, *archē* “ocorre com maior frequência como equivalente do latim *magistratus*”.¹³⁹⁷ O vocábulo também é usado como sinônimo de *imperium* e *prouincia*.¹³⁹⁸ E Mason conclui:

Por fim, ἡ (Ῥωμαίων) ἀρχή é uma expressão comum para o *imperium Romanum*, como em IGRom 4.566, ἐκ παλαιοῦ Ῥωμαίων ἀρχή χρησιμός.

¹³⁸⁵ BOUCHET, 2014, p. 80-81.

¹³⁸⁶ Str. Geo. 15.3.3; 15.3.24.

¹³⁸⁷ Str. Geo. 15.3.7-8.

¹³⁸⁸ Str. Geo. 11.9.3.

¹³⁸⁹ Arr. An. 2.6.7; 3.18.11-12; 5.4.5 etc.

¹³⁹⁰ MASON, 1974, p. 110-111; DUBUISSON, 1985, p. 91: “frequente para designar a dominação romana (...) 3.4.7; 77.7; 6.2.3; 27.10.3; 39.8.7)”.
¹³⁹¹ Plb. 1.2.2. Cf. também 38.22.2.

¹³⁹² Arch. Fr. 19 West.

¹³⁹³ X. Cyr. 8.1.13.

¹³⁹⁴ Helena, 43

¹³⁹⁵ Arr. An. 7.22.5

¹³⁹⁶ D.C. 38.39.1

¹³⁹⁷ MASON, 1974, p. 110.

¹³⁹⁸ MASON, loc. cit.

Note-se também SEG 20.324, Hdn. 1.4.8, Luciano, Merc. Cond. 20. Mas, também com esse sentido, ἡγεμονία é o termo mais comum.¹³⁹⁹

Sem surpresa, todas essas acepções (autoridade de magistrados,¹⁴⁰⁰ província¹⁴⁰¹ e império)¹⁴⁰² já são constatadas em Heródoto.

Um interessante caso de estudo diz respeito ao epitáfio de Ciro em Pasárgada, abordado no terceiro capítulo da presente tese. O texto é citado por Arriano,¹⁴⁰³ Estrabão¹⁴⁰⁴ e Plutarco (c. 46-120 d.C.),¹⁴⁰⁵ com algumas variações: “eu sou Ciro, aquele que adquiriu a *arché* para os persas e rei da Ásia. Não inveje, por conseguinte, este meu monumento”. Em linhas gerais, os epitáfios celebram a conquista da *arché* dos persas por Ciro, contrastando o império territorial à “modesta” estrutura funerária do rei ou, na versão de Plutarco, diretamente à pequena extensão de terra da tumba. Esse uso indica um sentido concreto, territorial da *arché* persa, cuja grandiosa amplitude é contraposta à humilde pretensão do finado monarca a um monumento ou a um pedaço de terra.¹⁴⁰⁶

Dião Cássio, escrevendo no século III d.C., emula os historiadores áticos e apelida o Império Persa aquemênida de *arché* (40.14.2), um termo que, como vimos, também era usado para designar o próprio Império Romano, inclusive em sentido territorial. Como explica Freyburger-Galland,

Trate-se do aspecto geográfico, político ou administrativo, na época republicana ou imperial, na maior parte das vezes Dião designa essa noção por ἀρχή (...), como fazem Heródoto e Tucídides para os impérios de seus tempos.¹⁴⁰⁷

¹³⁹⁹ MASON, 1974, p. 111.

¹⁴⁰⁰ Hdt. 5.72.1.

¹⁴⁰¹ Hdt. 3.89.1-2.

¹⁴⁰² Hdt. 1.91.4-6.

¹⁴⁰³ Arr. An., 6.29.8.

¹⁴⁰⁴ 15.3.7

¹⁴⁰⁵ Alexandre, 69.2.

¹⁴⁰⁶ Saliente-se novamente que os especialistas são bastante reticentes quanto à autenticidade da tradição (STRONACH, 2000).

¹⁴⁰⁷ FREYBURGER-GALLAND, 1997, p. 32

4.1.3 CONCLUSÕES

O termo *archē*, como vimos, foi usado já na primeira metade do século V a.C. com o sentido de “reino” (concreto) ou “poder real” (abstrato). Píndaro, na segunda ode olímpica (476 a.C.), se refere ao reino de Zeus no dativo, indicando o espaço no qual ocorre a ação.¹⁴⁰⁸ Ésquilo, em sua peça *Os sete contra Tebas* (467 a.C.), utiliza o termo com o sentido abstrato de autoridade.¹⁴⁰⁹ Com o significado de império, contudo, o termo aparece pioneiramente em Heródoto, nas passagens que analisamos. A *archē*, empregada preponderantemente em contextos não-gregos, passa então a compreender o território e o governo de entidades imperiais como a Lídia, a Média e a Pérsia. Tucídides e seus sucessores empregam o termo para designar realidades helênicas e orientais, sem distinção.

Sobre a *archē* na Grécia Clássica, algumas conclusões gerais foram estabelecidas. Segundo Claudia Tanck, o termo denotaria exclusivamente um exercício de poder abstrato, o que se explicaria pela concepção grega de Estado como um vínculo pessoal, diferentemente do que ocorreria entre os orientais.¹⁴¹⁰ No entanto, se, por um lado, é verdade que o sentido mais comum e original de *archē* é o de um poder abstrato, por outro, não se pode ignorar diversas passagens clássicas que reforçam o significado concreto, territorial da *archē*, direta ou indiretamente.

Quando aborda a *Ciropaedia* de Xenofonte, Tanck elege como passagens importantes apenas os trechos 8.1.7, 8.1.45 e 8.2.9. No entanto, ela omite uma referência à magnitude do império em 8.6.17 e outra a suas receitas em 8.1.13. Ao interpretar a passagem 8.1.45, Tanck considera que a apresentação do perigo político ao monarca como um levante dos subordinados reforça a interpretação da *archē* enquanto puro exercício de poder. No entanto, ao afirmar isso, a autora passa ao largo de um relevante fato: a *archē* é dita “inteira” ou “toda”, do que se infere que ela seria divisível, ou seja, possivelmente entendida em sentido físico.¹⁴¹¹ Além disso, a territorialização do império em Heródoto,¹⁴¹² uma passagem

¹⁴⁰⁸ Pi. O. 2.58-59.

¹⁴⁰⁹ A. Th. v. 196-198.

¹⁴¹⁰ TANCK, 1997, p. 245.

¹⁴¹¹ Poderíamos pensar num exercício de autoridade que é parcelado, mas é presumível, pelo contexto, que esse não seja o caso. Em nenhum momento há qualquer sugestão de que essa autoridade real fosse parcelável. Quando se fala que Polícrates detinha todo o poder (τὸ πᾶν κράτος) em Samos, por exemplo, tal descrição é contraposta à influência exercida por Milcíades (Hdt. 6.35.1).

¹⁴¹² Hdt. 1.207.3-4.

complexa da *Anábase*¹⁴¹³ e seu sentido geográfico em Tucídides¹⁴¹⁴ são deixados de lado pela autora.¹⁴¹⁵

Esse desenvolvimento semântico em nada surpreende e se aproximaria da trajetória do latino *imperium*, a cujo sentido abstrato primevo se soma um significado territorial no período posterior à morte de Augusto, sem prejuízo das acepções anteriores (“ordem”, “poder” etc.). Mais do que isso, é possível entrever por trás do termo o sentido de uma entidade política mais complexa, os desdobramentos da atividade governamental e as instituições do poder.¹⁴¹⁶

Tanck também acredita que os gregos não tinham um termo exclusivo para se referir às monarquias orientais, vez que teriam utilizado *arché* igualmente para se referir à Liga de Delos, ao domínio de Minos e aos espartanos.¹⁴¹⁷ Razão lhe assiste, sem dúvida, nesse ponto. A bem da verdade, contudo, *arché* é um termo genérico para situações de poder e o significado de império convive com alguns outros.¹⁴¹⁸ Notamos, contudo, que Heródoto evita citar expressamente os impérios helênicos em suas *Histórias*.

Marie-Laurence Desclos acrescenta que essa *arché* também teve uma dimensão dinâmica, estando amiúde associada à atividade contínua e à expansão de um poder imperial.¹⁴¹⁹ Essa observação é absolutamente válida, como é aferível inclusive muito mais tarde em discurso do César de Dião Cássio sobre o Império Romano,¹⁴²⁰ e indica a percepção de que os impérios, como o persa, seriam marcados por uma ínsita e insaciável avidez territorial. Essa qualidade se coaduna com a definição de império privilegiada por Mario Liverani, segundo a qual esta entidade dependeria de um programa expansionista permanente e universal.¹⁴²¹ Para Pascal Payen, ademais, a *arché* de Heródoto seria “uma dominação que se inscreve no tempo (...) uma supremacia destinada a durar”.¹⁴²² Essa definição corresponde igualmente bem à ideia de império enquanto uma realidade concreta e institucional, um Estado imperial.

A partir de Tucídides, por fim, Marshall Sahlins pensa a *arché* como uma “hegemonia sem soberania”, um domínio baseado na demonstração de poder e na ameaça mais do que no

¹⁴¹³ X. An. 1.5.9.

¹⁴¹⁴ Th. 8.48.4.

¹⁴¹⁵ Cf. também FOUCHARD, 2006, p. 40.

¹⁴¹⁶ RICHARDSON, 2008, p. 118-194.

¹⁴¹⁷ TANCK, 1997, p. 238-240.

¹⁴¹⁸ O seu uso no plural, geralmente designando realidades menos abstratas, torna mais fácil identificar os sentidos institucionais de “províncias” e “magistraturas”.

¹⁴¹⁹ DESCLOS, 2006, p. 26-29.

¹⁴²⁰ D.C. 38.36.1. À semelhança de um Péricles ou um Xerxes.

¹⁴²¹ LIVERANI, 2017, p. 1.

¹⁴²² PAYEN, 1996, p. 194-195.

controle direto dos entes dominados, mantidos num estado de terror constante.¹⁴²³ O autor estava ciente, contudo, de que esta ideia não teria validade quando aplicada ao contexto persa, cujo império também é chamado de *arché*. Nesse sentido, a ausência de controle direto não constitui um atributo característico de tal realidade.

De todo o exposto, podemos concluir que *arché*, originalmente um poder monárquico qualquer, passou a ser usada para descrever os impérios do Oriente Próximo, caracterizados, no mínimo, pelo domínio compulsório, variedade étnica e ampla extensão territorial. Restrito aos impérios bárbaros em Heródoto, em sentido concreto ou abstrato, o termo veio a ser designação corrente dos domínios helênicos já em Tucídides, possivelmente com uma conotação negativa, mesmo que aceita pelos atenienses publicamente. Mais tarde, durante o Império Romano, o termo foi usado para designar impérios bárbaros e não-bárbaros indistintamente, como vemos em Estrabão e Dião Cássio. Seu significado concreto e institucional se manteve ao longo desses muitos séculos.

4.2 UM CONTO DE DUAS CIDADES: O IMPÉRIO PERSA COMO *PÓLIS*

A ideia de império deve ter tido papel primordial nas *Persiká* dos “logógrafos”,¹⁴²⁴ narrativas da história política do Império Aquemênida e dos costumes e leis persas. No entanto, diante do ralo material de que dispomos, é difícil aferir em quais termos o império oriental foi descrito. O que podem ter dito Hecateu de Mileto, Caronte de Lámpsaco, Dionísio de Mileto e Xanto da Lídia, permanecerá, no mais provável dos casos, para sempre inacessível. Helânico de Lesbos, como vimos, parece ter primeiro se referido à extensão territorial, a *chóra* do Império Persa.¹⁴²⁵ Seria esse talvez um reflexo de um contato primevo, mais próximo da noção física que os próprios persas detinham dessa entidade? A resposta deve ser negativa, ao menos se considerarmos a rica terminologia empregada nas obras “remotas” de autores como Heródoto e Ésquilo.

Grande cautela é exigida no exame das *Persiká*. Autores que nos são conhecidos apenas por citações tardias constituem, infelizmente, fontes secundárias. Afinal, do ponto de vista terminológico, o uso dos fragmentos está geralmente sujeito a muitas incertezas, uma

¹⁴²³ SAHLINS, 2004, p. 102-108.

¹⁴²⁴ Precusores e contemporâneos de Heródoto que “narravam principalmente os assuntos derivados dos mitos, das lendas e anedotas”. O termo logógrafo é, hoje, contestado (SETERS, 2008, p. 28, tradução de Simone Maria de Lopes Mello).

¹⁴²⁵ FrGH 687a.

vez que não podemos precisar o grau de distorção sofrida ao longo da transmissão. Em alguns casos, como o de Ctésias de Cnido, sabe-se que a terminologia de inúmeras passagens foi adaptada por comentaristas ulteriores.¹⁴²⁶

Dos autores de que temos testemunhos mais confiáveis, a tendência a chamar o Império Persa de *pólis* emerge como uma das mais antigas. No entanto, é preciso dizer desde já que tal uso de *pólis* para o império ou outras entidades não-gregas é estatisticamente desprezível. A palavra *pólis*, afinal, era uma expressão consagrada para designar a cidade-estado grega. Alguns especialistas, é verdade, pensaram ver uma relativização dessa fronteira, como Hansen, abaixo:

De fato, a visão fundamental de Aristóteles é de que a *pólis* é peculiar à civilização helênica e, a esse respeito, havia um abismo entre os gregos e os outros povos. Mas o abismo é mais entre Aristóteles e nossas outras fontes. Em Heródoto, Tucídides e Xenofonte, ouvimos falar de centenas de *póleis* bárbaras, frequentemente no sentido de cidade mais que Estado, mas, em alguns casos, obviamente no sentido de comunidade política. (...) a linguagem e os conceitos usados pelos historiadores não confirmam a impressão de que os gregos consideravam, eles próprios, que a *pólis* fosse uma das diferenças essenciais entre gregos e bárbaros.¹⁴²⁷

Tal posição contudo, que Hansen não parece ter sempre endossado,¹⁴²⁸ não encontra respaldo na evidência. Em contextos não-gregos, a *pólis* decerto poderia ser descrita pelos autores clássicos como capital de um Estado qualquer e, mais raramente, como o próprio Estado.¹⁴²⁹ Heródoto descreve os assentamentos bárbaros em termos daquilo que conhecia no mundo grego, apresentando o desenvolvimento dos medos sob Déjoces, por exemplo, de uma vida dispersa em *kómai* rumo ao estabelecimento de uma capital fortificada (*polísma*).¹⁴³⁰ Os povos bárbaros poderiam viver em *kómai*,¹⁴³¹ numa *polísma* ou mesmo em *póleis*, quase sempre em sentido físico.¹⁴³² No entanto, se o uso de *pólis* no sentido estatal poderia ser aplicado a contextos estrangeiros, sobretudo em referência a outras cidades-estado, como Cartago,¹⁴³³ sua empregabilidade para se referir a Estados de larga extensão territorial é mais restrita.¹⁴³⁴ Em outras palavras, a palavra *pólis* não poderia ser usada para se referir a qualquer

¹⁴²⁶ BIGWOOD, 1980.

¹⁴²⁷ HANSEN, 2000, p. 145.

¹⁴²⁸ Id., 1998, p. 124-132.

¹⁴²⁹ Cf. HANSEN, op. cit., p. 145.

¹⁴³⁰ PEIGNEY, 2013, p. 47 et. seq. ; Hdt. 1.96-98.

¹⁴³¹ HANSEN, 1995.

¹⁴³² A Babilônia é descrita por Heródoto como uma *πόλις* (1.185.2). Aristóteles, mais tarde, considera que Cartago era uma *πόλις* (Arist. Pol. 1280a36).

¹⁴³³ SAKELLARIOU, 1989, p. 172-175; 280-282

¹⁴³⁴ Cf. HANSEN, 1998, p. 131.

tipo de Estado, muito menos a um império, e Heródoto não a utiliza para o Império Aquemênida.¹⁴³⁵

Nos *Persas*, entretanto, o tragediógrafo ateniense Ésquilo chega a apelidar o império inteiro de *pólis*,¹⁴³⁶ inclusive em sentido francamente territorial.¹⁴³⁷ O significado de *pólis* em algumas passagens, cumpre observar, foi alvo de debates. Em *Per.* v. 118, por exemplo, o termo parece ser sinônimo da *ástu* de Susa, indicando uma área urbana pura e simplesmente. Em *Per.* v. 213, por outro lado, diz-se que Xerxes, falhando, não seria passível de responsabilização perante a *pólis* (κακῶς δὲ πράξας, οὐχ ὑπεύθυνος πόλει), pelo que o autor evidentemente indica o Estado dos persas.¹⁴³⁸ Outra passagem, *Pers.* v. 511-512, fala do luto da *pólis* dos persas pelos jovens perdidos com a guerra, onde o termo é interpretado por Groneboom como “o território, não a cidade dos persas”,¹⁴³⁹ enquanto Tanck defendeu tratar-se do território inteiro do Império Aquemênida.¹⁴⁴⁰ No balanço final, contudo, é evidente que *pólis*, em muitas dessas referências, diz respeito ao Estado dos persas e, às vezes, a todo o Império Aquemênida.¹⁴⁴¹

Platão também chega a rotular o Estado persa de *pólis* em uma passagem de *As Leis*.¹⁴⁴² Aqui temos uma reflexão abstrata, na qual se denuncia a degradação da constituição (*politeía*) dos persas, mediante a supressão das liberdades e a introdução “do despotismo” (τὸ δεσποτικὸν δ’ ἐπαγαγόντες). Independentemente da referência ser ao império integralmente ou apenas ao Estado dos persas, em sentido estrito,¹⁴⁴³ destaca-se o estranho uso do termo para um Estado “territorial”, diferente da cidade-estado.

Sabemos que também Xenofonte designa o império e o Estado dos persas como *pólis* e *koinón* na *Ciropédia*.¹⁴⁴⁴ De fato, toda a descrição do reino persa primevo é carregada de projeções gregas, como quando se fala da “ágora” dos persas¹⁴⁴⁵ e dos “cidadãos” (*polítai*) persas.¹⁴⁴⁶ O engajamento dos jovens persas na proteção da *pólis* e seu serviço ao *koinón*¹⁴⁴⁷ são claras referências a uma grandeza abstrata, o Estado dos persas. Em várias passagens da carreira de Ciro, essa terminologia é retomada para salientar o respeito do herói à

¹⁴³⁵ TANCK, 1997, p. 154.

¹⁴³⁶ A. *Pers.* v. 213; 511-512; 682; 715; 781.

¹⁴³⁷ em A. *Per.* 511-521, por exemplo. Cf. GROENEBOOM, 1966, p. 115.

¹⁴³⁸ Cf. também TANCK, 1997, p. 155.

¹⁴³⁹ GROENEBOOM, 1966, p. 115: “ist hier ‘das Land’, nicht ‘die Stadt der Perser’.”

¹⁴⁴⁰ TANCK, op. cit., p. 156-157.

¹⁴⁴¹ Ibid., p. 158-160.

¹⁴⁴² Pl. *Lg.* 3.697c-d.

¹⁴⁴³ Discussão em TANCK, op. cit., p. 161-162.

¹⁴⁴⁴ Cf. também a descrição da Babilônia, X. *Cyr.* 5.4.33.

¹⁴⁴⁵ X. *Cyr.* 1.2.3.

¹⁴⁴⁶ X. *Cyr.* 1.2.5; 1.2.12. Vimos que Heródoto também pensa nesses termos.

¹⁴⁴⁷ X. *Cyr.* 1.2.9.

administração da coisa pública e aos valores cívicos dos persas.¹⁴⁴⁸ Em algumas passagens, a palavra denota o Estado iraniano em sentido estrito,¹⁴⁴⁹ e em outras, tem um escopo mais amplo, designando, pelo contexto, todo o império.¹⁴⁵⁰

Esse fenômeno chamou a atenção dos especialistas sobre a cidade antiga, para os quais o caso seria absolutamente anômalo.¹⁴⁵¹ De fato, salvo nesses trechos específicos de Ésquilo, Platão e Xenofonte, não se verifica uma tendência entre os autores antigos de apelidar todo o Império Persa de *pólis*. Algumas hipóteses elucidativas, portanto, devem ser aventadas.

Quanto a Ésquilo, cuja obra *Os Persas* (472 a.C.) é considerada por Edith Hall “o primeiro inequívoco documento no arquivo do Orientalismo”¹⁴⁵², como já dito, o uso do termo *pólis* espanta devido à aproximação conceitual que opera entre dois modelos políticos que são, em tese, polarmente afastados. A peça, afinal, continua a ser lida como a contraposição consciente de dois sistemas de governo distintos, a democracia ateniense e o regime tirânico persa, opondo “os vícios persas às virtudes gregas”.¹⁴⁵³ Como explicar, portanto, que tenha aproximado Atenas e Pérsia pela referência à *pólis*?

A esse respeito, Edmond Lévy assevera que:

Na medida em que *pólis* designa uma entidade política, o termo pode se aplicar a um Estado que não é uma cidade, ainda mais porque os gregos não dispunham de outras palavras para designar um Estado organizado, diferente de um simples *ethnos*. Assim, Ésquilo utiliza o termo *pólis* para evocar o Império Persa (e.g. *Persas* 511-512).¹⁴⁵⁴

Em suma, na falta de termo melhor, Ésquilo teria empregado a palavra *pólis* para se referir a todo o Império Persa. De certa forma, essa é também a opinião de Hansen, para quem os gregos, “por falta de palavra melhor, parecem ter usado *pólis* quando tinham que descrever o Império Persa ou suas satrapias enquanto unidades políticas ou administrativas”.¹⁴⁵⁵ E Tanck, na análise de Platão, assevera que faltava em grego um conceito que correspondesse ao alemão *Staat* (nosso “Estado”), independente do tipo específico da cidade-Estado.¹⁴⁵⁶

Como outra possibilidade explanatória, Hansen menciona o caráter literário das obras em que figuram tais usos excepcionais, lembrando que “Ésquilo fala de uma perspectiva

¹⁴⁴⁸ X., Cyr., 1.4.25; 1.5.4; 1.5.7; 2.2.20; 3.1.16; 3.1.20; 4.5.17; 5.5.16; 8.1.2; 8.1.4.

¹⁴⁴⁹ Para uma discussão de duas passagens, cf. TANCK, 1997, p. 182-183.

¹⁴⁵⁰ Por exemplo, em 8.1.4, como se depreende da descrição do império em 8.1.6-7.

¹⁴⁵¹ HANSEN, 1998, p. 124-132; TANCK, op.cit., p. 242-248.

¹⁴⁵² HALL, 1989, p. 99.

¹⁴⁵³ HARRISON, 2000, p. 103; cf. também 76-115.

¹⁴⁵⁴ LÉVY, 1990, p. 65.

¹⁴⁵⁵ HANSEN, 1998, p. 131-132.

¹⁴⁵⁶ TANCK, op. cit., p. 184.

grega, como se as Guerras Médicas tivessem sido uma guerra entre duas *póleis*".¹⁴⁵⁷ E Tanck enfatiza a necessidade de Ésquilo de dialogar com seus espectadores atenienses, empregando um conceito comum que remetesse à ideia abstrata de Estado.¹⁴⁵⁸

Dentre essas possibilidades, a hipótese da "falta" de termo melhor é reforçada pela ausência, em Ésquilo, de expressões para o "império" que mais tarde se tornariam correntes, como *arché*. Sem dúvida, o autor emprega esse termo com o sentido abstrato de poder ou autoridade¹⁴⁵⁹ e sobre o domínio de Zeus,¹⁴⁶⁰ mas jamais para se referir a um império territorial grego ou bárbaro.¹⁴⁶¹ Além disso, sendo *Os Persas* uma de suas obras mais antigas, ela representa uma fase inicial de reflexão sobre o império dos aquemênidas, com todas as dificuldades que isso poderia acarretar. Lembre-se, ademais, que Ésquilo era um autor ático com pouca experiência ou conhecimento da Pérsia, ao menos se comparado a autores gregos da Ásia Menor que, a essa altura, provavelmente teriam menos dificuldade em nomear o império de Xerxes.

O caso da *Ciropédia* de Xenofonte é diferente, uma vez que o ateniense, escrevendo muito mais tarde, conhecia e usou amplamente outras expressões, como *arché*, para se referir ao império dos persas, como vimos acima, mas restringiu o uso heterodoxo de *pólis* à sua obra "didática".¹⁴⁶² A excepcionalidade dessa nomenclatura na *Ciropédia* sugere tratar-se de um uso literário consciente, provavelmente em razão da natureza da narrativa, que se pretendia um tratado político,¹⁴⁶³ embora não caiba mais ver na Pérsia de Xenofonte uma espécie de projeção de Esparta.¹⁴⁶⁴ O uso de *pólis* para designar o Império Persa em Platão se explica, por sua vez, em razão do caráter filosófico da obra. O termo, na passagem invocada, tem o significado genérico de "Estado", e se prestava a uma discussão sobre governos ideais, em nível altamente abstrato.¹⁴⁶⁵

Em vez das explicações correntes, outra hipótese que poderia ser avaliada é o uso de *pólis* em associação aos persas como estratégia de aproximação empática com o "adversário", de acordo com a motivação de cada narrativa. No entanto, essa possibilidade encontra óbice nas correntes majoritárias de interpretação sobre as obras de Xenofonte e Ésquilo.

¹⁴⁵⁷ "A maioria desses exemplos são oriundos de obras escritas em verso, nas quais a expressão poética é mais importante que a precisão terminológica" (HANSEN, 1998, p. 131). Cf. também *ibid.*, p. 126.

¹⁴⁵⁸ TANCK, 1997, p. 187.

¹⁴⁵⁹ A. Th. v. 196; Pr. v. 231; Supp. v. 700; Ch. v. 864.

¹⁴⁶⁰ A. Pr. v. 757; Supp. v. 595.

¹⁴⁶¹ DINDORF, 1876, p. 45; ITALIE, 1955, p. 36

¹⁴⁶² Cyr. 1.3.18; 1.4.25; 1.5.7 etc.

¹⁴⁶³ GERA, 1993, p. 11-12.

¹⁴⁶⁴ TUPLIN, 1994, p. 127-164.

¹⁴⁶⁵ Cf., mais uma vez, TANCK, *op. cit.*, p. 161-164; 186-187.

A *Ciropédia*, por exemplo, é vista por muitos especialistas como um libelo contra o imperialismo, seja mediante referências à degeneração de Ciro após a conquista da Babilônia,¹⁴⁶⁶ seja mediante a representação sutil e irônica do príncipe como um déspota autocrático ao longo de toda a obra.¹⁴⁶⁷ Tais leituras, contudo, se desviam muito da percepção do leitor casual.¹⁴⁶⁸ Na verdade, ao tentar dar conta da crítica à degradação do império asiático no final do livro oitavo da *Ciropédia*,¹⁴⁶⁹ alguns autores se perdem em elucubrações muito incertas. Steven W. Hirsch parece mais correto ao destacar o caráter excepcional da *Ciropédia* como um elogio do Império Persa,¹⁴⁷⁰ ou, nas palavras de Erich Gruen, “o mais deslumbrante peão de um grego a um persa”.¹⁴⁷¹ Sabemos que, na época de composição desta obra (século IV a.C.), ideias monárquicas e pan-helênicas estavam em voga, o que explicaria o interesse pela experiência persa.¹⁴⁷² Ciro, o Grande, foi elogiado por mais de um autor clássico.¹⁴⁷³ E é conhecida a admiração de Xenofonte por Ciro, o Jovem, seu provável protótipo para o fundador do Império Aquemênida.¹⁴⁷⁴ Assim, assumindo que a obra não constitua um conjunto de mensagens cifradas, a simpatia da *Ciropédia* pela Pérsia deve ser reconhecida,¹⁴⁷⁵ justificando o uso de categorias como *pólis* em favor de um viés universalistas e aproximativo.

O caso de Ésquilo é decerto mais polêmico, já que esse autor, dissemos, é comumente encarado como porta-voz do “orientalismo” grego.¹⁴⁷⁶ Para uma corrente antiga, é verdade, o dramaturgo teria buscado “delinear, não com preconceito ou malícia, mas com imaginação empática, a tragédia persa tal qual ele pensara que teria afetado o povo persa”.¹⁴⁷⁷ Mas essa posição foi rebatida com propriedade por Harrison¹⁴⁷⁸ e mesmo um autor crítico como Gruen prefere não endossar uma suposta perspectiva “universalista” e “pacifista” da peça.¹⁴⁷⁹ Sem dúvida, seria possível pensar numa posição intermediária, segundo a qual persas e gregos, apesar de sua rivalidade militar, pertencem a uma mesma raça e partilham da mesma condição

¹⁴⁶⁶ GERA, 1993, p. 285-299.

¹⁴⁶⁷ NADON, 2001.

¹⁴⁶⁸ Cf. a crítica de GRUEN (2011, p. 60) a NADON (2001).

¹⁴⁶⁹ Majoritariamente tido como autêntico, embora alguns autores, como Hirsch, o considerem uma adição tardia. Cf. HIRSCH, 1985, p. 91-97; Cf. também a síntese de TATUM, 1989, p. 220-225.

¹⁴⁷⁰ HIRSCH, 1985, p. 96-97.

¹⁴⁷¹ GRUEN, op. cit., p. 53.

¹⁴⁷² HIRSCH, op. cit., p. 65.

¹⁴⁷³ Ibid., p. 72; Cf. também GRUEN, op. cit., p. 54-55.

¹⁴⁷⁴ Ibid., p. 73-74; Cf. também GRUEN, op. cit., p. 55.

¹⁴⁷⁵ Para a influência de realidades autenticamente persas sobre a composição da *Ciropédia*, Cf. HIRSCH, op. cit., p. 85-90.

¹⁴⁷⁶ HALL, 1989, p. 99-100; Para uma síntese da bibliografia similar, Cf. GRUEN, op. cit., p. 10, n. 4.

¹⁴⁷⁷ BROADHEAD, 1960, p. xxix. Para uma síntese da bibliografia similar, Cf. GRUEN, op. cit., p. 10, n. 5.

¹⁴⁷⁸ HARRISON, 2000.

¹⁴⁷⁹ Suas críticas em GRUEN, 2011, p. 12.

humana e da mesma relação com os deuses.¹⁴⁸⁰ De toda forma, se a proposta do uso de *pólis* como uma estratégia aproximativa faz sentido no caso de Xenofonte, ela dependeria da avaliação de uma corrente minoritária nos estudos sobre *Os Persas*.

Talvez possamos pensar, quanto a Ésquilo, que o uso de *pólis* como designação do Império Persa respondesse a uma necessidade psicológica e se prestasse a uma estratégia de “domesticação do outro”, nos termos proposto por David Cannadine e explorados por Margaret Miller.¹⁴⁸¹ Isso quer dizer que o “exótico”, o poder estrangeiro e seu império, poderia ser capturado, adaptado e inserido num contexto familiar, a fim de se transformar em algo mais compreensível e menos ameaçador para os gregos. Tal reação teria permitido lidar com um inimigo militar que continuava a provocar medo e receio em Atenas. Um procedimento de mesma natureza é constatável, por exemplo, na não-nomeação da “rainha mãe” da Pérsia à época, Atossa, o que provavelmente refletiria uma perspectiva grega sobre gênero. Com efeito, entre os gregos, mulheres respeitadas não deveriam ser nomeadas publicamente.¹⁴⁸² A hipótese da helenização como resposta a uma necessidade psicológica parece, portanto, sensata, e será retomada em nossa conclusão geral, abaixo.

Por fim, lembremos que a expressão *tó koinón*, presente na *Ciropédia*,¹⁴⁸³ também figura em Arriano com um significado peculiar. Este autor, inspirado pelo modelo de Xenofonte, faz uso do termo, em especial, para falar de outros Estados governado por reis, como a Macedônia¹⁴⁸⁴ e a Cítia,¹⁴⁸⁵ países pelos quais demonstra evidente simpatia. A obra de Dião Cássio, muito mais tarde, traz uma referência irônica ao “Estado” dos partos (*tò koinòn τῶν Πάρθων*),¹⁴⁸⁶ dinastia iraniana que sucedeu aquemênidas e selêucidas. A expressão estaria numa carta de Caracala sobre a luta fratricida pelo trono da Pártia, que, segundo o imperador, causaria muito dano ao Estado vizinho, quando, na verdade, o próprio Caracala havia assassinado brutalmente seu irmão. Uma vez que o conteúdo desse livro só nos é conhecido graças à obra de eruditos bizantinos, como João Xifilino e Zonaras, não podemos estar seguros de que esses dois autores teriam usado as mesmas palavras que Dião,¹⁴⁸⁷ mas é curioso que tenham optado por um termo que poderia indicar uma *res publica*.¹⁴⁸⁸

¹⁴⁸⁰ MITCHELL, 2007, p. 185-187; Cf. também PAPADODIMA, 2014, p. 263-264.

¹⁴⁸¹ CANNADINE, 2001, p. xix-xx; MILLER, 1997, p. 248-249; *Id.*, 2011, p. 140.

¹⁴⁸² BROSIUS, 1996, p. 16-17. Para a helenização de persas na peça, Cf. VOGT, 1972.

¹⁴⁸³ Cyr. 1.5.4; 1.5.8; 4.5.17; 5.5.16. Heródoto também emprega τὰ κοινὰ τῶν Βαβυλωνίων para se referir aos governantes locais (Hdt. 3.156).

¹⁴⁸⁴ An. 7.9.5.

¹⁴⁸⁵ An. 4.5.1.

¹⁴⁸⁶ D.C. 78.12.3.

¹⁴⁸⁷ FREYBURGER-GALLAND, 1997, p. 29.

¹⁴⁸⁸ KALDELLIS, 2015, p. 20.

4.3. “ME CHAME PELO SEU NOME”: *HEGEMONÍĒ* E IMPÉRIOS ORIENTAIS EM HERÓDOTO¹⁴⁸⁹

No período clássico, o termo *hēgemonía* esteve geralmente atrelado ao exercício de uma autoridade internacional revestida de grande dignidade. Foi usado, sem dúvida, em sentido lato, para indicar diversas formas de comando militar e até a liderança de elementos e animais. A partir de Heródoto, contudo, podemos identificar um uso específico para as relações internacionais, o comando militar supremo de uma coalizão de cidades-estado, geralmente com o consentimento dos entes hegemonzados. Mais tarde, com a ascensão de Roma, o termo passa a ser empregado para descrever uma autoridade imperial e, portanto, coativa, inclusive servindo de versão à palavra latina *imperium* em acepção abstrata e territorial.¹⁴⁹⁰

Diante desse cenário, qual não seria a surpresa dos historiadores ao verificar que Heródoto, no século V a.C., empregara esse termo para se referir aos impérios do Antigo Oriente Próximo? De fato, das 19 ocorrências¹⁴⁹¹ do termo nas *Histórias*, cerca de 32% dizem respeito a entidades orientais¹⁴⁹² e, no total, 37% surgem em contexto bárbaro.¹⁴⁹³ Às vezes, o historiógrafo de Halicarnasso se refere apenas ao comando militar de generais persas, como Farnuces,¹⁴⁹⁴ que perdeu seu comando após sofrer um acidente de cavalo. Em outros casos, são mencionadas disputas e rupturas na sucessão real.¹⁴⁹⁵ Em três passagens, contudo, o objeto designado é inequivocamente o império de medos e persas.¹⁴⁹⁶

A tabela abaixo traz todas as passagens relevantes, enquanto os gráficos demonstram a preponderância do contexto grego e da acepção internacional no uso do termo.

¹⁴⁸⁹ Essa reflexão foi desenvolvida de forma incipiente em artigo publicado na Revista Clássica (TREUK, 2017a).

¹⁴⁹⁰ É a tradução mais comum de *imperium*, aliás. Cf. MASON, 1974, p. 111.

¹⁴⁹¹ Concordando com LÉVY, 2006, p. 95. Cf. também POWELL, 1960, p. 160 e tabela abaixo.

¹⁴⁹² Hdt. 1.7.1; 1.46.1; 3.65.6; 7.2.1; 7.8A.1; 9.122.2.

¹⁴⁹³ Acrescentando-se Hdt. 7.88.2 aos casos acima elencados.

¹⁴⁹⁴ Hdt. 7.88.2.

¹⁴⁹⁵ Hdt. 1.7.1; 1.46.1; 7.2.1.

¹⁴⁹⁶ 3.65.6; 7.8A.1; 9.122.2. Estes três casos também são destacados, corretamente, por WICKERSHAM, 1994, p. 21.

Tabela 4: ocorrências de *hēgemoniē* nas *Histórias*.

Ocorrências de <i>hēgemoniē</i> em Heródoto			
Localização	Excerto (grego)	Tradução	Qualificação
1.7.1	ἡ δὲ ἡγεμονίη οὕτω περιῆλθε, ἐοῦσα Ἡρακλειδέων ἐς τὸ γένος τὸ Κροΐσου, καλεομένων δὲ Μερμνάδας.	E, assim, a hegemonia, tendo sido dos Heraclidas, foi para a dinastia de Creso, os chamados Mermnadas.	Oriente: reinado de Creso.
1.46.1	μετὰ δὲ ἡ Ἀστυάγεος τοῦ Κυαζάρεω ἡγεμονίη κατααιρεθεῖσα ὑπὸ Κύρου τοῦ Καμβύσεω καὶ τὰ τῶν Περσέων πρήγματα αὐξανόμενα ¹⁴⁹⁷ πένθεος μὲν Κροῖσον ἀπέπαυσε, ἐνέβησε δὲ ἐς φροντίδα, εἴ κως δύναιτο, πρὶν μεγάλους γενέσθαι τοὺς Πέρσας, καταλαβεῖν αὐτῶν αὐξανομένην τὴν δύναμιν.	E, depois disso, tendo sido destruído o império de Astíages, filho de Ciaxares, por Ciro, filho de Cambises, o crescimento do poder dos persas afastou Creso do luto. E ele pôs na cabeça, se fosse de alguma forma capaz, antes que os persas se tornassem grandes, conter o poder deles que crescia.	Oriente: reinado de Astíages (Média).
2.93.2	(...) ἀναπλώουσι ὀπίσω ἐς ἥθεα τὰ ἐωυτῶν ἕκαστοι, ἡγέονται μέντοι γε οὐκέτι οἱ αὐτοί, ἀλλὰ τῶν θηλέων γίνεται ἡ ἡγεμονία.	Nadam todos de volta para o seu próprio habitat, e, na verdade, não são mais os mesmos que conduzem, mas a liderança passa a ser das fêmeas.	Peixes em cardume.
3.65.6	καὶ δὴ ὑμῖν τάδε ἐπισκίπτω θεοὺς τοὺς βασιλῆιους ἐπικαλέων καὶ πᾶσι ὑμῖν καὶ μάλιστα Ἀχαιμενιδέων τοῖσι παρευοῦσι, μὴ περιδεῖν τὴν	Eu vos conjuro o seguinte, invocando os deuses dinásticos, a vós todos e em especial aos aquemênidas que estão presentes, não fiqueis de	Oriente: império dos persas.

¹⁴⁹⁷ Trata-se de um “particípio dominante” que se assemelha à combinação de um substantivo de ação com um genitivo (RIJKSBARON, 2002, p. 121-122).

	ἡγεμονίην αὖτις ἐς Μήδους περιελθοῦσαν, ἀλλ’ εἴτε δόλῳ ἔχουσι αὐτὴν κτησάμενοι, δόλῳ ἀπαιρεθῆναι ὑπὸ ὑμέων, εἴτε καὶ σθένει τεῶ κατεργασάμενοι, σθένει κατὰ τὸ καρτερὸν ἀνασώσασθαι.	braços cruzados vendo o império voltar aos medos, mas se eles o tomaram e o têm pelo dolo, pelo dolo ele seja por vós recobrado, e se também pela força eles o conquistaram para si, pela força mais determinada recuperai-o!	
6.2.1	Ἀρταφρένης μὲν ταῦτα ἐς τὴν ἀπόστασιν ἔχοντα ¹⁴⁹⁸ εἶπε. Ἰστιαῖος δὲ δείσας ὥς συνιέντα Ἀρταφρένεα ὑπὸ τὴν πρώτην ἐπελθοῦσαν νύκτα ἀπέδρη ἐπὶ θάλασσαν, βασιλέα Δαρεῖον ἐξηπατηκώς· ὃς Σαρδῶ νῆσον τὴν μεγίστην ὑποδεξάμενος κατεργάσασθαι ὑπέδυνε ¹⁴⁹⁹ τῶν Ἰώνων τὴν ἡγεμονίην τοῦ πρὸς Δαρεῖον πολέμου.	Essas foram as coisas que Artafernes disse sobre a revolta. E Histieu, temendo que Artafernes se desse conta, fugiu para o mar ao cair da primeira noite, tendo ludibriado o rei Dario: prometendo que iria submeter a Sardenha, a maior ilha, tentou tomar a hegemonia dos jônios na guerra contra Dario.	Grécia. Hegemonia da Jônia (Liderança pessoal dentro de uma aliança).
7.2.1	στελλομένου δὲ Δαρείου ἐπ’ Αἴγυπτον καὶ Ἀθήνας, τῶν παίδων αὐτοῦ στάσις ἐγένετο μεγάλη περὶ τῆς ἡγεμονίας (...).	E preparando-se Dário [para guerrear] contra o Egito e Atenas, adveio uma grande disputa entre seus filhos acerca do poder real (...).	Oriente: poder dinástico ou império dos persas.
7.8A.1	Ἄνδρες Πέρσαι, οὔτ’ αὐτὸς κατηγήσομαι νόμον	Homens persas, eu próprio não introduzirei ¹⁵⁰⁰ este	Oriente: império dos persas.

¹⁴⁹⁸ Lit. “concernindo a revolta”. Cf. MCQUEEN, 2000, p. 86.

¹⁴⁹⁹ Uso conativo do imperfeito indicando que a tentativa de Aristágoras não foi bem sucedida (Cf. MCQUEEN, op. cit., p. 86-87).

¹⁵⁰⁰ Lit. “começarei a estabelecer” (cf. LSJ).

	τόνδε ἐν ὑμῖν τιθεῖς, παραδεξάμενός τε αὐτῷ χρήσομαι. ὥς γὰρ ἐγὼ πυνθάνομαι τῶν πρεσβυτέρων, οὐδαμά κω ἡτρεμίσαμεν, ἐπεῖτε παρελάβομεν τὴν ἡγεμονίην τήνδε παρὰ Μήδων, Κύρου κατελόντος Ἀστυάγεα·	costume entre vós, mas farei uso dele, tendo-o herdado. Como aprendo com os anciãos, nunca ficamos em paz desde que tomamos este império aos medos, tendo Ciro deposto Astíages.	
7.88.2	Φαρνούχης μὲν οὕτω παρελύθη τῆς ἡγεμονίης.	Assim Farnuces foi dispensado do comando.	Comando militar Farnuces, general persa.
7.148.4	τοὺς δὲ πρὸς τὰ λεγόμενα ὑποκρίνασθαι ὥς ἔτοιμοί εἰσι Ἀργεῖοι ποιεῖν ταῦτα τριήκοντα ἑτέα εἰρήνην σπεισάμενοι Λακεδαιμονίοισι καὶ ἡγεόμενοι κατὰ τὸ ἥμισυ πάσης τῆς συμμαχίης· καίτοι κατὰ γε τὸ δίκαιον γίνεσθαι τὴν ἡγεμονίην ἑωυτῶν, ἀλλ' ὅμως σφι ἀποχρᾶν κατὰ τὸ ἥμισυ ἡγεομένοισι.	E, a respeito do que havia sido dito, os argivos responderam que estavam prontos a fazê-las, após celebrarem um tratado de trinta anos de paz com os espartanos e se conduzissem metade de toda a aliança. E que, de fato, era justo que o comando fosse deles próprios, mas, de toda forma, seria suficiente a eles comandarem a metade.	Grécia. Liderança militar suprema da aliança contra os persas.
7.149.2	τῶν δὲ ἀγγέλων τοὺς ἀπὸ τῆς Σπάρτης πρὸς τὰ ῥηθέντα ἐκ τῆς βουλῆς ἀμείψασθαι τοισίδε, περὶ μὲν σπονδῶν ἀνοίσειν ἐς τοὺς πλεῦνας, περὶ δὲ ἡγεμονίης αὐτοῖσι ἐντετάλθαι	E aqueles dos enviados de Esparta replicaram ao que havia sido dito pelo conselho nos seguintes termos: em relação ao tratado, que o relatariam ao povo, e acerca do	Grécia. Liderança militar suprema da aliança contra os persas.

	ὑποκρίνασθαι, καὶ δὴ ¹⁵⁰¹ λέγειν, σφίσι μὲν εἶναι δύο βασιλέας, Ἀργείοισι δὲ ἓνα·	comando, a eles foi ordenado responder, e de fato disseram, que tinham dois reis, e os argivos um.	
7.149.2	οὐκ ὦν δυνατόν εἶναι τῶν ἐκ Σπάρτης οὐδέτερον παῦσαι τῆς ἡγεμονίης (...).	E, portanto, não era possível que um dos dois de Esparta fosse privado do comando (...).	Grécia. Liderança militar suprema da aliança contra os persas.
7.159	ταῦτα ἀκούσας οὔτε ἠνέσχετο ὁ Σύαγρος εἶπέ τε τάδε· ἥ κε μέγ' οἰμώξειε ὁ Πελοπίδης Ἀγαμέμνων πυθόμενος Σπαρτιήτας τὴν ἡγεμονίην ἀπαραιρῆσθαι ὑπὸ Γέλωνός τε καὶ Συρηκοσίων.	E escutando tais coisas, não se conteve Siagro e disse o seguinte: “sem dúvida muito se lamentaria Agamenão, filho de Pélops, sabendo que os espartanos foram privados do comando por Gelão e os siracusanos”.	Grécia. Liderança militar suprema da aliança contra os persas.
7.159	ἀλλὰ τούτου μὲν τοῦ λόγου μηκέτι μνησθῆς, ὅπως τὴν ἡγεμονίην τοι παραδώσομεν. ἀλλ' εἰ μὲν βούλει βοηθέειν τῇ Ἑλλάδι, ἴσθι ἄρξόμενος ὑπὸ Λακεδαιμονίων· εἰ δ' ἄρα μὴ δικαιοῖς ἄρχεσθαι, σὺ δὲ μηδὲ βοηθέειν·	Mas que tu não sejas mais lembrado dessa proposta de como daremos a ti o comando, mas se quiseres ajudar a Grécia, sabe ser governado pelos espartanos, e se acaso não fores governado pelos titulares de direito, não ajudes.	Grécia. Liderança militar suprema da aliança contra os persas.
7.160.2	ὅκου δὲ ὑμεῖς οὕτω περιέχεσθε τῆς ἡγεμονίης, οἶκός καὶ ἐμὲ μᾶλλον ὑμέων περιέχεσθαι, στρατιῆς τε ἐόντα πολλαπλησίης ἡγεμόνα καὶ νεῶν	Enquanto vós vos agarrais assim ao comando, é razoável a mim mais do que a vós reivindicá-lo, pois sou comandante de um exército muitas	Grécia. Liderança militar suprema da aliança contra os persas.

¹⁵⁰¹ DENNISTON, 1991, p. 248: “Herodotus uses καὶ δὴ in a less restricted manner. With him, though the sense of climax is frequently present, καὶ δὴ is often merely a lively connective, denoting that something important or interesting is to follow”. O mesmo em 3.65.6, acima.

	πολλὸν πλεύνων.	vezes maior e de navios de longe mais numerosos.	
7.161.3	μάτην γὰρ ἂν ὧδε πάραλον Ἑλλήνων στρατὸν πλεῖστον εἶημεν ἐκτημένοι, εἰ Συρηκοσίοισι ἐόντες Ἀθηναῖοι συγχωρήσομεν τῆς ἡγεμονίας (...).	Porque isso seria em vão, se, atenienses, sendo os que têm a maior marinha dentre os gregos, concedêssemos o comando aos siracusanos.	Grécia. Liderança militar suprema da aliança contra os persas.
8.3.1	ἀντιβάντων δὲ τῶν συμμάχων εἶκον οἱ Ἀθηναῖοι μέγα πεπονημένοι ¹⁵⁰² περιεῖναι τὴν Ἑλλάδα καὶ γνόντες, εἰ στασιάσουσι περὶ τῆς ἡγεμονίας, ὥς ἀπολέεται ἡ Ἑλλάς, ὀρθὰ νοεῦντες.	E, como os aliados resistiram, os atenienses renunciaram, tendo considerado que a Grécia era muito mais importante e sabendo que se brigassem pelo comando a Grécia pereceria, julgando corretamente.	Grécia. Liderança militar suprema da aliança contra os persas.
8.3.2	(...) πρόφασιν τὴν Πausανίεω ὕβριν προῖσχύμενοι ἀπεῖλοντο τὴν ἡγεμονίην τοῦς Λακεδαιμονίους.	(...) alegando a violência de Pausânias como pretexto, tomaram o comando aos lacedemônios.	Grécia. Liderança militar suprema da aliança contra os persas.
9.10.2	ἐγίνετο μὲν νυν ἡ ἡγεμονίη Πλειστάρχου τοῦ Λεωνίδεω· ἀλλ' ὁ μὲν ἦν ἔτι παῖς, ὁ δὲ τούτου ἐπίτροπός τε καὶ ἀνεψιός.	O comando agora era de Plistarco, filho de Leônidas, mas este ainda era menino, e o outro [Pausânias] era seu tutor e primo. ¹⁵⁰³	Comando militar. Plistarco, rei de Esparta.
9.122.2	“Ἐπεὶ Ζεὺς Πέρσῃσι ἡγεμονίην διδοῖ, ἀνδρῶν δὲ σοί, Κῦρε, κατελὼν Ἀστυάγην, φέρε, γῆν γὰρ ἐκτῆμεθα ὀλίγην καὶ ταύτην τρηχέαν, μεταναστάντες ἐκ ταύτης ἄλλην	“Uma vez que Zeus entregou o império aos persas e, dentre os homens, tendo derrotado Astíages, a ti, Ciro, anda, já que a terra que possuímos é pequena e dura, abandonando-a,	Oriente: poder dinástico ou império dos persas.

¹⁵⁰² Para ποιέεσθαι como “considerar”, cf. POWELL, 2003, p. 71.

¹⁵⁰³ Seu primo mais velho. Cf. FLOWER & MARINCOLA, 2002, p. 118-119.

	<p>σχωμεν ἀμείνω. εἰσὶ δὲ πολλαὶ μὲν ἀστυγείτονες, πολλαὶ δὲ καὶ ἐκαστέρω, τῶν μίαν σχόντες πλέοσι ἐσόμεθα θωμαστότεροι. οἰκὸς δὲ ἄνδρας ἄρχοντας τοιαῦτα ποιέειν· κότε γὰρ δὴ καὶ παρέξει κάλλιον ἢ ὅτε γε ἀνθρώπων τε πολλῶν ἄρχομεν πάσης τε τῆς Ἀσίας;</p>	<p>tenhamos outra melhor. Há muitas terras vizinhas e muitas terras mais distantes. Tomando uma dessas, seremos mais admiráveis para muitos mais. É justo que os homens que governam façam isso, pois quando isso será mais propício¹⁵⁰⁴ do que agora que governamos muitos homens e toda a Ásia?”</p>	
--	--	---	--

Figura 3: hēgemoniē em Heródoto por ambientação.

¹⁵⁰⁴ Para a tradução de παρέξει e o uso adverbial do comparativo κάλλιον, cf. FLOWER & MARINCOLA, 2002, p. 313.

Figura 4: *hēgemoniē* em Heródoto por qualidade do titular.

O uso de *hēgemoniē* como um poder imperial ou monárquico contrasta fortemente com sua aceção em contexto grego, onde é diretamente vinculada ao comando militar consentido numa coalizão e geralmente expressa como uma posição de *facto* e de direito. Os argivos acreditavam ter direito a metade da hegemonia da aliança helênica¹⁵⁰⁵ e pretensões similares são enunciadas por espartanos, atenienses e siracusanos.¹⁵⁰⁶ Em todos os casos, a pretensão ao comando militar da grande aliança contra os persas depende de considerações de honra comunitária e dignidade superior. Os atenienses, por exemplo, se gabam de ser o povo mais antigo da Grécia,¹⁵⁰⁷ enquanto os espartanos, em resposta aos siracusanos, invocam a memória de Agamenão.¹⁵⁰⁸ Durante toda a disputa pelo comando, os gregos associam a

¹⁵⁰⁵ Hdt. 7.148.4.

¹⁵⁰⁶ Hdt. 7.159, 7.160.2, 7.161.3.

¹⁵⁰⁷ Hdt. 7.161.3

¹⁵⁰⁸ Hdt. 7.159.

hēgemoniē a ideias de direito¹⁵⁰⁹ ou justiça,¹⁵¹⁰ o que releva a natureza peculiar dessa espécie de autoridade.

Notavelmente, a palavra moderna “hegemonia” continua a entreter aferível relação com a noção de legitimidade. Decalque latino do grego *hēgemonía*, o termo é hoje empregado para descrever situações de domínio internacional consentido, sem recurso às armas.¹⁵¹¹ Para ser preciso, a ideia de hegemonia foi revivida pelos intelectuais europeus do século XIX e adquiriu um amplo escopo de aplicação, designando, desde então, uma supremacia de natureza econômica ou cultural, e não apenas militar.¹⁵¹² Na teoria marxista de Antonio Gramsci, a palavra manteve a semântica do consenso e denotou, em uma de suas acepções, a direção intelectual das classes dominantes, amiúde aceita como legítima pelas classes dominadas.¹⁵¹³ Apesar das inúmeras modificações, portanto, a ideia moderna preservou do conceito antigo a noção do consentimento dos entes hegemonizados.

Tudo isso nos leva a um aparente paradoxo. Afinal, se é lícito acreditar que “o século V a.C. viu como se prefigurava uma imagem do Oriente associada agora no imaginário a um império, o do bárbaro asiático”¹⁵¹⁴ ou que as vitórias de 480/479 a.C. foram concebidas pelos gregos como um triunfo contra a tirania e o despotismo,¹⁵¹⁵ como explicar que o Império Persa fosse tratado por Heródoto como uma *hēgemoniē*, uma subordinação consensual ou um comando por direito?

Ao que tudo indica, a ausência de um enquadramento conceitual para se referir à nova realidade do Império Persa levou os gregos a concebê-lo em analogia a vários fenômenos que eram conhecidos na Hélade. Se *pólis* poderia ser usada como denominação de um império por sua natureza estatal e *archē* devido à constituição monárquica, *hēgemoniē* foi ensaiada por denotar uma relação de subordinação entre entes políticos, uma relação “internacional”. Sem dúvida, é esse o motivo pelo qual a totalidade do império chega a ser designada por Heródoto como “Πέρσαι τε καὶ οἱ σύμμαχοι” (os persas e seus aliados),¹⁵¹⁶ em analogia à fórmula oficialmente adotada para denominar as alianças de atenienses ou espartanos.¹⁵¹⁷

No entanto, mais do que isso, é preciso notar que, nos três casos mais relevantes, Heródoto insere o referido termo na boca de reis e nobres persas, ou bem quando Cambises

¹⁵⁰⁹ Hdt. 7.159; 7.148.4.

¹⁵¹⁰ Hdt. 7.160.2.

¹⁵¹¹ BELLIGNI, 1998, p. 589.

¹⁵¹² WILKINSON, 2008.

¹⁵¹³ Ibid., p. 580; FONTANA, 2000, p. 307-308; GRAMSCI, 1977, p. 41; 59.

¹⁵¹⁴ SANCHEZ, 2009, p. 49.

¹⁵¹⁵ HALL, 1989, p. 59.

¹⁵¹⁶ Hdt. 3.37. Nessa passagem, os “aliados” são, na verdade, súditos conquistados (fenícios, egípcios etc.).

¹⁵¹⁷ Th. 8.18.1; 8.37.1; 8.58.1.

exorta seus contrerrâneos a recuperarem o domínio perdido,¹⁵¹⁸ ou no momento em que Xerxes justifica seu expansionismo imperial¹⁵¹⁹ ou então no discurso de Artembares a Ciro.¹⁵²⁰ O uso do discurso direto pode indicar, de um lado, uma tentativa dos bárbaros de legitimar seu domínio, e, de outro, que a palavra, com o sentido de domínio internacional, aludia à retórica dos próprios gregos, em especial espartanos e atenienses, preocupados em justificar seu controle da Hélade.

Em 3.65.6, por exemplo, Cambises revela aos nobres persas que havia assassinado o irmão e que, portanto, aquele revoltoso da capital, Esméridis, não passava de um farsante, do qual seria preciso recobrar o poder. Caso contrário, o império cairia nas mãos de estrangeiros e os persas passariam de dominadores a dominados. A passagem é a seguinte:

καὶ δὴ ὑμῖν τάδε ἐπισκίπτω θεοὺς τοὺς βασιλῆιους ἐπικαλέων καὶ πᾶσι ὑμῖν καὶ μάλιστα Ἀχαιμενιδέων τοῖσι παρεοῦσι, μὴ περιδεῖν τὴν ἡγεμονίην αὐτῆς ἐς Μήδους περιελθοῦσαν, ἀλλ' εἴτε δόλῳ ἔχουσι αὐτὴν κτησάμενοι, δόλῳ ἀπαιρεθῆναι ὑπὸ ὑμέων, εἴτε καὶ σθένει τεῶ κατεργασάμενοι, σθένει κατὰ τὸ καρτερὸν ἀνασώσασθαι.

Eu vos conjuro o seguinte, invocando os deuses dinásticos, a vós todos e em especial aos aquemênidas que estão presentes, não fiquéis de braços cruzados vendo o império voltar aos medos, mas se eles o tomaram e o têm pelo dolo, pelo dolo ele seja por vós recobrado, e se também pela força eles o conquistaram para si, pela força mais determinada recuperai-o!

A natureza desse discurso, um juramento solene com invocação dos deuses, parece justificar o uso de *hēgemoniē* como denominação dignificada do império. Heródoto, ao que parece, emprega uma linguagem especial ao relatar a fala de Cambises, provavelmente como recurso literário para transmitir a atmosfera grave e formal do momento. Não sem alguma ironia, contudo, esse discurso sobre o “comando”, colocado na boca de um notável “tirano”, como Cambises, poderia realçar a hipocrisia de espartanos ou atenienses que, sob o pretexto da liderança (*hēgemoniē*), desejavam exercer um controle efetivo sobre os vizinhos. E o uso de *archē*, mais adiante, associada a *hēgemoniē*, talvez ressaltasse o absurdo desta retórica.¹⁵²¹

Em outra passagem, 7.8A.1, é a vez do rei Xerxes justificar sua política expansionista a partir de uma tradição ancestral.¹⁵²² O rei assim se expressa:

¹⁵¹⁸ Hdt. 3.65.6.

¹⁵¹⁹ Hdt. 7.8A.1.

¹⁵²⁰ Hdt. 9.122.2.

¹⁵²¹ Hdt. 3.65.7.

¹⁵²² O tema da “tradição” expansionista persa é recorrente. Cf. Hdt. 3.134-135; 7.50.

Ἄνδρες Πέρσαι, οὐτ' αὐτὸς κατηγήσομαι νόμον τόνδε ἐν ὑμῖν τιθεῖς, παραδεξάμενός τε αὐτῷ χρήσομαι. ὥς γὰρ ἐγὼ πυνθάνομαι τῶν πρεσβυτέρων, οὐδαμὰ κω ἡτρεμίσαμεν, ἐπεῖτε παρελάβομεν τὴν ἡγεμονίην τήνδε παρὰ Μήδων, Κύρου κατελόντος Ἀστυάγεα·

Homens persas, eu próprio não introduzirei¹⁵²³ este costume entre vós, mas farei uso dele, tendo-o herdado. Como aprendo com os anciãos, nunca ficamos em paz desde que tomamos este império aos medos, tendo Ciro deposto Astíages.

Mais uma vez, temos o caso de um monarca que se refere ao seu domínio em contexto oficial, de forma que *hēgemoniē* talvez expresse o uso de uma linguagem decorosa e dignificada. Mais uma vez, também, é difícil ler tal passagem sem pensar no contexto histórico de Heródoto, em especial os discursos de Péricles aos atenienses, nos quais o líder, apesar de se referir abertamente à *archē* e à tirania de Atenas sobre os outros, também descreve o império como um legado ancestral, exortando seus concidadãos à manutenção desse domínio. No famoso discurso fúnebre, do início da Guerra do Peloponeso, Péricles teria justamente dito que a *archē* era uma herança, uma espécie de tradição do demos, enfatizando a liberdade e as vantagens adquiridas pelos atenienses com a expansão militar.¹⁵²⁴ E, pouco antes da eclosão da guerra, os representantes de Corinto teriam descrito os atenienses como inquietos e dinâmicos, em termos parecidos com a caracterização do *nómos* bárbaro acima.¹⁵²⁵ É possível, portanto, que pela similaridade temática e formal, Heródoto procurasse atrelar a memória dos persas à realidade presente dos atenienses, insistindo, por essa via, na brutalidade do império.

Por fim, em 9.122.2, temos a fala de Artembares a Ciro, na qual se diz:

“Ἐπεὶ Ζεὺς Πέρσησι ἡγεμονίην διδοῖ, ἀνδρῶν δὲ σοί, Κῦρε, κατελὼν Ἀστυάγην, φέρε, γῆν γὰρ ἐκτίμεθα ὀλίγην καὶ ταύτην τρηχέαν, μεταναστάντες ἐκ ταύτης ἄλλην σχῶμεν ἀμείνω. εἰσὶ δὲ πολλαὶ μὲν ἀστυγεῖτονες, πολλαὶ δὲ καὶ ἐκαστέρω, τῶν μίαν σχόντες πλέοσι ἐσόμεθα θωμαστότεροι. οἰκὸς δὲ ἄνδρας ἄρχοντας τοιαῦτα ποιέειν· κότε γὰρ δὴ καὶ παρέξει κάλλιον ἢ ὅτε γε ἀνθρώπων τε πολλῶν ἄρχομεν πάσης τε τῆς Ἀσίης;”

“Uma vez que Zeus entregou o império aos persas e, dentre os homens, tendo derrotado Astíages, a ti, Ciro, anda, já que a terra que possuímos é pequena e dura, abandonando-a, tenhamos outra melhor. Há muitas terras vizinhas e muitas terras mais distantes. Tomando uma dessas, seremos mais admiráveis para muitos mais. É justo que os homens que governam façam

¹⁵²³ Lit. “não começarei a estabelecer esse costume” (cf. LSJ).

¹⁵²⁴ Th. 2.36.

¹⁵²⁵ Th. 1.70.

isso, pois quando isso será mais propício¹⁵²⁶ do que agora que governamos muitos homens e toda a Ásia?”

Aqui o termo tem muito provavelmente um desdobramento territorial, já que a obtenção da *hēgemoniē* é pressuposto da fixação alhures.¹⁵²⁷ Mais uma vez, o contexto é especial e envolve referência à origem divina do poder, o que poderia explicar o uso de uma denominação dignificada e peculiar. A frase lembra, aliás, fórmulas da ideologia real aquemênida, nas quais, como vimos, o território do rei é concedido pela deidade suprema.¹⁵²⁸ Além disso, a passagem, que encerra as *Histórias*, é frequentemente interpretada como um alerta ao poder imperial vindouro de Atenas,¹⁵²⁹ de forma que a expressão *hēgemoniē* poderia ter reforçado, mais uma vez, o vínculo com o início da própria carreira ateniense, sua liderança dos aliados e sua “tragédia anunciada”.

Assim, o uso de uma categoria de legítima dominação (*hēgemoniē*) deve tentar representar um discurso retórico e decoroso dos persas, em contextos específicos, para justificar seu poder. Estes são, segundo Wickersham, “contextos onde a ideia de honra é fortemente associada à hegemonia, precisamente como nos casos gregos”.¹⁵³⁰ A história da disputa por *hēgemoniē* pelos filhos de Dario em 7.2.1 talvez se enquadre no mesmo contexto, uma vez que a pretensão de cada candidato ao trono é articulada em termos de merecimento por “direito”, à semelhança da disputa dos gregos pelo comando da aliança. Por fim, é importante considerar que Heródoto vincula os persas a seus conterrâneos gregos em inúmeros momentos, de forma que todas essas passagens remetem de alguma maneira a contextos contemporâneos, indicando um esforço consciente do autor em aludir a situações do presente.

Em dois outros casos, Heródoto fala da “hegemonia” de um rei oriental em sua própria narrativa, sem se referir a um império em sentido estrito. Em 1.46.1, o rei Creso, após dois anos de luto pela morte do filho, se preocupa com o “crescimento” do Império Persa e a destruição da “hegemonia” de Astíages, rei dos medos.

μετὰ δὲ ἡ Ἀστυάγεος τοῦ Κυαζάρου ἡγεμονίη καταιρεθεῖσα ὑπὸ Κύρου τοῦ Καμβύσεω καὶ τὰ τῶν Περσέων πρήγματα αὐξανόμενα πένθεος μὲν Κροῖσον ἀπέπαυσε, ἐνέβησε δὲ ἐς φροντίδα, εἴ πως δύναιτο, πρὶν μεγάλους γενέσθαι τοὺς Πέρσας, καταλαβεῖν αὐτῶν αὐξανομένην τὴν δύναμιν.

¹⁵²⁶ Ou “quando haverá melhor oportunidade”. Para o uso da partícula καί em perguntas, recusando a possibilidade por implicação, cf. DENNISTON, 1996, p. 314.

¹⁵²⁷ Pace LÉVY, 2006, p. 97.

¹⁵²⁸ Cf., e.g., DSf §3°.

¹⁵²⁹ MOLES, 2002, p. 49.

¹⁵³⁰ WICKERSHAM, 1992, p. 21.

E, depois disso, o reino de Astíages, filho de Ciaxares, tendo sido destruído por Ciro, filho de Cambises, e crescendo o poder dos persas, afastou Creso do luto. E ele pôs na cabeça, se fosse de alguma forma capaz, antes que os persas se tornassem grandes, conter o poder deles que crescia.¹⁵³¹

Curiosamente, a linguagem e natureza dessa passagem muito se assemelham à exposição de Tucídides para a eclosão da Guerra do Peloponeso.¹⁵³² Os espartanos, segundo este historiógrafo, teriam sido forçados à guerra por temerem os atenienses, que se tornavam poderosos (τοὺς Ἀθηναίους... μεγάλους γιγνομένους).¹⁵³³ Sem dúvida, todo o excerto parece contaminado por uma visão contemporânea da situação grega, numa provável alusão à “mecânica da guerra”, tal como pensada em Atenas, o que explicaria o uso de *hēgemoniē*.¹⁵³⁴

A referência à *hēgemoniē* de Creso em 1.7.1, por sua vez, parece influenciada pelo relato subsequente da maldição da descendência de Gíges e sua destruição fatal nas mãos dos persas. Para ser mais preciso, da mesma forma que a *húbris* de Creso personifica o vindouro império ateniense, como notado por alguns autores,¹⁵³⁵ a ascensão de sua estirpe ao poder não é menos sugestiva: Gíges, movido pela necessidade de dominar ou ser exterminado,¹⁵³⁶ assassina Candaules e adquire o reino dos lídios, mas não deixa, por isso, de incorrer no ódio dos deuses, tendo como vingança o fim da sua dinastia na quinta geração, isto é, durante o governo de Creso.¹⁵³⁷ Ora, a retórica da dominação como forma de sobrevivência, com ressonâncias na fala de Gíges, é onipresente nos discursos atenienses sobre a preservação de seu império,¹⁵³⁸ e vão dos alertas de Péricles¹⁵³⁹ ao diálogo de Melos.¹⁵⁴⁰ A própria moral ambígua extraída da narrativa de Gíges e Candaules, segundo a qual “cada um deve olhar o que é seu”,¹⁵⁴¹ pode ser entendida de forma negativa, como referência à busca do interesse individual.¹⁵⁴² Como se sabe, a defesa do “interesse próprio” figura mais de uma vez na fala dos delegados atenienses em Esparta, em associação à manutenção da *hēgemonía* e do

¹⁵³¹ Lit. “tomar o poder deles em seu crescimento” (SLEEMAN, 1909, p. 180).

¹⁵³² Th. 1.23.6.

¹⁵³³ Comparar Th. 1.23.6 com o trecho supramencionado: πρὶν μεγάλους γενέσθαι τοὺς Πέρσας (...).

¹⁵³⁴ Th. 1.75-76: medo é um dos motivos repetidamente invocados pelos atenienses para a criação e manutenção do império.

¹⁵³⁵ MOLES, 2002, p. 35-36.

¹⁵³⁶ Hdt. 1.11.

¹⁵³⁷ Hdt. 1.13.

¹⁵³⁸ Th. 1.75-76.

¹⁵³⁹ Th. 2.63.

¹⁵⁴⁰ Th. 5.105.

¹⁵⁴¹ Hdt. 1.8.4 πάλαι δὲ τὰ καλὰ ἀνθρώποισι ἐξεύρηται, ἐκ τῶν μανθάνειν δεῖ: ἐν τοῖσι ἐν τόδε ἐστί, σκοπεῖν τινὰ τὰ ἑωυτοῦ: “há muito tempo, coisas sábias foram descobertas pelos homens, com as quais é preciso aprender. Entre elas há uma assim: cada um olhe o que lhe diz respeito”.

¹⁵⁴² BARAGWANATH, 2008, p. 73 ; 131. Para outra associação de Atenas ao conto de Gíges e Candaules, Cf. Ibid., p. 152.

império.¹⁵⁴³ Nesse sentido, não é surpresa a associação da trajetória de Creso a uma realidade helênica, o “comando” geralmente atrelado a uma aliança.

Pode-se afirmar, portanto, que o uso do termo *hēgemoniē* em contextos orientais teria servido a dois propósitos principais. De um lado, constituiu um recurso narrativo que se prestou à representação da retórica aquemênida de legitimação do império, mormente mediante o uso de um léxico elevado do poder, com fundamento no direito divino ou tradicional. De outro, mais oblíquo, teria permitido associar, por uma linguagem comum, o destino desses domínios monárquicos e imperiais à sorte das próprias alianças gregas, em especial a Liga de Delos.

O segundo argumento transparece com maior clareza quando se examina outro termo que está estreitamente relacionado à “hegemonia”. Os atenienses, dissemos, apresentavam seu domínio formalmente como uma aliança (*summachíē*),¹⁵⁴⁴ embora tenham, em dado momento, submetido alguns de seus aliados a obrigações tributárias, privando-os de autonomia efetiva. Nesse sentido, para muitos, sua “aliança” era apenas formal e a liberdade somente nominal.¹⁵⁴⁵ Da mesma forma, a proposta de alianças entre monarcas orientais e *póleis* gregas aparece nas *Histórias* como um artifício para a submissão dos “aliados”. Mardônio, em nome de Xerxes, oferece aos atenienses a posição de aliados (*súmmachoi*) do rei, destacando que o acordo seria “ἄνευ τε δόλου καὶ ἀπάτης” (sem dolo e fraude),¹⁵⁴⁶ uma ressalva que também figura na proposta de Creso aos espartanos,¹⁵⁴⁷ e que certamente reflete a preocupação presente com o desvirtuamento dessa associação entre os gregos. Sabemos que, no primeiro caso, o discurso adotado pelo grande rei era meramente retórico e que um pretexto qualquer teria permitido a ruptura da aliança.¹⁵⁴⁸

Para concluir, é preciso retomar algumas noções importantes que Pascal Payen associou à ideia de *hēgemoniē*. Segundo este autor, esta constituiria uma “forma de dominação na qual um povo comanda os outros”.¹⁵⁴⁹ Entre os bárbaros, ela “poderia ser simplesmente dada”, e não necessariamente obtida por conquista, como a *archē*, na qual, em

¹⁵⁴³ Th. 1.75: “(...) ὑπὸ δέους, ἔπειτα καὶ τιμῆς, ὕστερον καὶ ὠφελίας”; Th. 1.76.1 : “(...) ἀναγκασθέντας ἂν ἡ ἄρχειν ἐγκρατῶς ἢ αὐτοὺς κινδυνεύειν.”

¹⁵⁴⁴ WILL, 1972, p. 171-173: “Dans le domaine des relations internationales, une cité hégémonique est celle à laquelle d’autres communautés ont, par un traité (ou par des traités) d’alliance (*symmakhia*), conclu(s) librement et sur pied d’égalité, reconnu cette fonction de direction, plus précisément entendue sur le plan de la conduite de la guerre et de la diplomatie (...) Les Athéniens en étaient d’ailleurs conscients, qui, tout en continuant officiellement à s’exprimer en termes d’hégémonie et d’alliances, en vinrent à qualifier ouvertement leur pouvoir d’*arkhè* (...)”.

¹⁵⁴⁵ Th. 3.10.5-6: “(...) ἡμεῖς δὲ αὐτόνομοι δὴ ὄντες καὶ ἐλεύθεροι τῷ ὀνόματι”. Cf. WILL, op. cit., p. 171-218.

¹⁵⁴⁶ Hdt 8.140A; 9.7A.

¹⁵⁴⁷ Hdt. 1.69.

¹⁵⁴⁸ GIRAudeau, 1984, p. 51-52; 55.

¹⁵⁴⁹ PAYEN, 1997, p. 193.

certos casos, ela se transformaria.¹⁵⁵⁰ Em Tucídides, por fim, ela seria “ofuscada” pela *archē*, à qual o historiador ateniense dedicaria uma análise mais profunda.¹⁵⁵¹ Payen resume asseverando que:

Poder de autoridade absoluto, resultante de uma guerra de conquista, a *hegemonia* é um legado muito temporário que o exercício de uma superioridade (*kratos*) converteu em uma dominação (*arkhe*) durável. Essas três noções estão no coração da relação que Atenas mantém com o poder (...).¹⁵⁵²

À luz de nossa análise, essa interpretação é consistente, mas não totalmente apurada. Em primeiro lugar, a *hēgemoniē*, como vimos, é um comando militar das forças aliadas, e não uma forma de dominação qualquer resultante de uma guerra de conquista. Além disso, como já dissemos, a *hēgemoniē*, referindo-se a um poder bárbaro, aparece principalmente nos discursos dos persas, como forma legítima da apresentação de seu poder. Nos casos em que ela figura na própria narrativa de Heródoto para se referir a um poder bárbaro, esta pode se referir simplesmente a um exercício de autoridade, e não a um império. Se a *hēgemoniē* é conquistada¹⁵⁵³ ou recebida,¹⁵⁵⁴ não parece ser um critério particularmente relevante. A *hēgemoniē* não se transforma forçosamente numa *archē*, já que a soberania imperial dos persas, por exemplo, é descrita como uma *hēgemoniē* pela qual os filhos do rei disputam.¹⁵⁵⁵ Não poderíamos deixar de notar que, nesse momento, os persas já detinham há muito tempo um império.

4.3.1 A HĒGEMONIĒ DO SÉCULO V A.C. A DIÃO CÁSSIO

Com poucas exceções, o termo *hēgemonía* não é usado corriqueiramente para designar o Império Persa pelo menos até a expansão de Roma. Antes, em Homero, os verbos ἡγέομαι (*hēgeomai*) ou ἡγεμονεύω (*hēgemoneuō*) haviam sido utilizados para designar formas genéricas de liderança.¹⁵⁵⁶ O substantivo de agente ἡγεμών (*hēgemōn*), por sua vez, estava

¹⁵⁵⁰ PAYEN, 1997, p. 192-193.

¹⁵⁵¹ Ibid., p. 194.

¹⁵⁵² Ibid., p. 196.

¹⁵⁵³ Hdt. 1.46.1, 7.8A.1

¹⁵⁵⁴ Hdt. 1.7, 9.122.

¹⁵⁵⁵ Hdt. 7.2.1.

¹⁵⁵⁶ CHANTRAINE, 1990, p. 405; SNELL, 1979, p. 889.

vinculado a um comando de natureza militar.¹⁵⁵⁷ No período clássico, associado a uma aliança de *póleis*, o termo se restringe a contextos familiares e gregos. Inscrições áticas dos séculos IV e III a.C. usam a palavra para a presidência de tribunais,¹⁵⁵⁸ regimentos militares¹⁵⁵⁹ e uma forma de liderança militar.¹⁵⁶⁰ A *hēgemonía* de Tucídides, no período clássico, contrasta fortemente com a noção de *archē*,¹⁵⁶¹ como vimos, e geralmente designa o comando militar de indivíduos,¹⁵⁶² a liderança de uma cidade-estado dentro de uma coalizão¹⁵⁶³ e uma autoridade civil.¹⁵⁶⁴ A contraposição de *hēgemonía* e *archē* foi descrita por Grote, pioneiramente,¹⁵⁶⁵ nos seguintes termos:

Deve-se lembrar que a palavra hegemonia, ou liderança, é extremamente genérica, denotando qualquer caso em que se segue um líder e de obediência, mesmo que temporária, qualificada ou até mesmo pouco mais que honorária. (...) Mas as palavras ἀρχή, ἄρχειν ἄρχεσθαι, *voc. pass.*, possuem um significado muito menos extensivo e implicam tanto dignidade superior quanto autoridade coercitiva, em maior ou menor grau.¹⁵⁶⁶

Em Platão, o termo é atribuído a elementos¹⁵⁶⁷ e partes do corpo,¹⁵⁶⁸ mas também ao comando militar em uma aliança,¹⁵⁶⁹ à direção militar¹⁵⁷⁰ ou à orientação em sentido lato.¹⁵⁷¹ Aristóteles cita diversas *hēgemoníai*: uma que seria prerrogativa de reis e magistrados,¹⁵⁷² outra que corresponderia a uma autoridade civil¹⁵⁷³ e até uma espécie de comando internacional provavelmente exercido por um indivíduo.¹⁵⁷⁴ Xenofonte não diverge desses usos, reportando-se, por exemplo, ao comando militar de Calímaco.¹⁵⁷⁵

Na *Constituição dos Atenienses*, *hēgemonía* também é uma liderança militar dentro de uma coalizão,¹⁵⁷⁶ embora uma passagem pareça equiparar *hēgemonia* e *archē*.¹⁵⁷⁷

¹⁵⁵⁷ Il. 2.494-759.

¹⁵⁵⁸ IG II² 244.32.

¹⁵⁵⁹ IG II² 657.23.

¹⁵⁶⁰ IG II² 843.17.

¹⁵⁶¹ MORRIS, 2008, p. 128.

¹⁵⁶² Th. 1.94.2; 1.130.1; 4.91; 5.7.2; 7.15.2.

¹⁵⁶³ Th. 1.76.1; 1.95.6; 1.96.1; 5.47.7; 5.69.1; 6.82.3.

¹⁵⁶⁴ Th. 5.16.1.

¹⁵⁶⁵ Antes disso, Cf. ARNOLD, 1847, p. 428.

¹⁵⁶⁶ GROTE, 1851, p. 291-292, n. 1.

¹⁵⁶⁷ Pl. Epin. 981c.

¹⁵⁶⁸ Pl. Ti. 45b.

¹⁵⁶⁹ Pl. Criti. 120d.

¹⁵⁷⁰ Pl. Lg. 641a; Euthyd. 273c.

¹⁵⁷¹ Pl. Men. 99a.

¹⁵⁷² Arist. Pol. 1285b.9-10; 1272a.9.

¹⁵⁷³ Arist. Pol. 1288a9.

¹⁵⁷⁴ Arist. Pol. 1296a39.

¹⁵⁷⁵ X. An. 4.7.8; ver também Ages. 2.28-30; HG 7.1.2.

¹⁵⁷⁶ 23.1-2.

μετὰ δὲ ταῦτα θαρρούσης ἤδη τῆς πόλεως, καὶ χρημάτων ἡθροισμένων πολλῶν, συνεβούλευεν ἀντιλαμβάνεσθαι τῆς ἡγεμονίας, καὶ καταβάντας ἐκ τῶν ἀγρῶν οἰκεῖν ἐν τῷ ἄστει· τροφήν γὰρ ἔσεσθαι πᾶσι, τοῖς μὲν στρατευομένοις, τοῖς δὲ φρουροῦσι, τοῖς δὲ τὰ κοινὰ πράττουσι· εἴθ' οὕτω κατασχέσειν τὴν ἡγεμονίαν. πεισθέντες δὲ ταῦτα καὶ λαβόντες τὴν ἀρχὴν τοῖς συμμάχοις δεσποτικωτέρως ἐχρῶντο, πλὴν Χίων καὶ Λεσβίων καὶ Σαμίων· τούτους δὲ φύλακας εἶχον τῆς ἀρχῆς, ἐὼντες τάς τε πολιτείας παρ' αὐτοῖς καὶ ἄρχειν ὧν ἔτυχον ἄρχοντες.

Depois disso, estando agora confiante a cidade e tendo muitos bens sido armazenados, ele [Aristides] começou a aconselhar que tomassem a hegemonia e, após abandonar os campos, residissem na área urbana, pois haveria alimento para todos: aos que serviam no exército, aos que faziam vigília e aos que se ocupavam dos assuntos públicos; e que assim manteriam a hegemonia. Após terem sido convencidos quanto a essas coisas e tomado o império, trataram os aliados mais despoticamente, à exceção de Quios, Lesbos e Samos: a esses tinham como guardiães do império, permitindo-lhes suas constituições, bem como governar aqueles que por acaso governavam.¹⁵⁷⁸

Nesse trecho, Aristides aconselha os atenienses a deixar o campo, residir na área urbana e tomar a “hegemonia” para si. Estes últimos, então, ao seguir o conselho, teriam obtido a *arché*. Essa estranha correspondência, na verdade, deve ser lida com cuidado. Talvez a palavra *hēgemonía* tenha sido empregada por Aristides e citada em discurso indireto, provavelmente refletindo uma linguagem mais moderada dos atenienses sobre seu próprio império, o que não é reproduzido pela própria narrativa, mais a frente. Ou, mais precisamente: sugere-se a tomada da liderança, mas a realidade é a tomada de um império, associado ao tratamento “despótico” dos aliados.

Ctésias de Cnido, médico da corte persa na segunda metade do século V a.C., apresenta inúmeras dificuldades, na medida em que sua obra original se perdeu.¹⁵⁷⁹ Os “fragmentos” das *Persiká* de Ctésias, como já foi mencionado, sofreram alterações dos autores tardios que se encarregaram de citá-la. Assim, mesmo que Diodoro Sículo empregue o termo *hēgemonía* frequentemente nas citações de Ctésias sobre os impérios do Oriente Próximo, como a Assíria¹⁵⁸⁰ e a Pérsia,¹⁵⁸¹ tal uso deve ser lido, provavelmente, como uma corrupção tardia. O termo não é comum nem mesmo entre outros comentaristas de Ctésias,

¹⁵⁷⁷ Ath. 24.1-2.

¹⁵⁷⁸ Texto e discussão em TREUK, 2017a, p. 13-14.

¹⁵⁷⁹ À exceção de um fragmento (POxy 2330; cf. BIGWOOD, 1986). Para introdução e referências a Ctésias, LENFANT, 2004.

¹⁵⁸⁰ F1b21.8, 22.2, 23.1, 23.4, 24.1, 24.7, 28.5, 28.8; F5.32.5 etc.

¹⁵⁸¹ F1b22.3, 24.6; F5.33.6.

que dão preferência a vocábulos como *arché* e *basileía* (e.g., Nicolau de Damasco: Flπε*; Flpδ*).

Os oradores áticos (século IV a.C.) utilizam a expressão *hēgemonía* em franca oposição à *arché* e à ideia de império, ainda que sua terminologia não seja absolutamente estanque ou técnica.¹⁵⁸² Isócrates dá ao vocábulo o sentido de comando militar, mas também amplia seu escopo para designar várias formas de proeminência política.¹⁵⁸³ Em certo momento de sua trajetória, ele chega mesmo a indicar a distinção entre uma hegemonia legítima, voluntária, e outra, tomada à força, tendendo à *arché*.¹⁵⁸⁴ Ésquines enfatiza o caráter consentido da hegemonia ateniense¹⁵⁸⁵ e Demóstenes associa tal noção à *eleuthería* ou independência, em franca oposição à *arché* ou à tirania.¹⁵⁸⁶

Outros usos do termo nos oradores áticos envolvem uma liderança civil,¹⁵⁸⁷ formas de liderança militar,¹⁵⁸⁸ o generalato dos reis espartanos,¹⁵⁸⁹ a presidência em um tribunal¹⁵⁹⁰ e uma modalidade de proeminência internacional.¹⁵⁹¹ Em Demóstenes o termo possui o sentido original de comando militar e internacional¹⁵⁹² e um sentido mais lato, de autoridade.¹⁵⁹³ Em todos os casos, não se entrevê associação com os bárbaros e hegemonia continua a entreter uma forte relação com as noções de consentimento e justiça.¹⁵⁹⁴

Ora, esse cenário muda consideravelmente no período romano, quando *hēgemonía* passa a ser usada para se referir ao *Imperium Romanum* enquanto entidade geopolítica.¹⁵⁹⁵ A própria acepção da palavra latina *imperium* sofre algumas transformações ao longo do tempo, como já notado, deixando de indicar estritamente a autoridade de um magistrado ou promagistrado (ou uma simples ordem) para abarcar, na República tardia, a noção de Estado romano. Por fim, no final do Principado de Augusto, *imperium* passa a ser usada como designação de uma entidade geográfica ou o poder do *princeps*, sem, contudo, perder seus

¹⁵⁸² Para o aparato terminológico dos oradores áticos em relação ao Império Persa, cf. TANCK, 1997, p. 205-215.

¹⁵⁸³ Areopagítico, 17; Panatenaico, 67.

¹⁵⁸⁴ BOUCHET, 2014, p. 74.

¹⁵⁸⁵ Contra Ctésifon, 58.

¹⁵⁸⁶ Sobre a Coroa 65-66; Contra Léptines, 69-70.

¹⁵⁸⁷ Isoc. Panatenaico, 143.

¹⁵⁸⁸ Isoc. Antídose, 57; Panegírico, 17; Aeschin. Contra Ctésifon, 98.

¹⁵⁸⁹ Isoc. Carta a Filipe, 33.

¹⁵⁹⁰ Aeschin. Contra Ctésifon, 14; 27; 29.

¹⁵⁹¹ Isoc. Arquidamo, 110.

¹⁵⁹² D. Quarta Filípica, 6; Contra Neera, 96; Contra Léptines, 68; Pela Liberdade dos Ródios, 17; Do Tratado com Alexandre, 22.

¹⁵⁹³ D. Sobre a falsa embaixada, 260; Sobre a Coroa, 65.

¹⁵⁹⁴ Cf. ANTELA-BERNARDEZ, 2007.

¹⁵⁹⁵ MASON, 1974, p. 151.

usos antigos.¹⁵⁹⁶ Nessa época, as fontes epigráficas e literárias gregas traduzem o termo latino ocasionalmente por *hēgemonía*,¹⁵⁹⁷ talvez, originalmente, num esforço de associar o nascente poderio romano a formas legítimas de dominação entre os herdeiros do helenismo.¹⁵⁹⁸

O uso de *hēgemonía* para se referir ao império de Roma já é constatado em Políbio, durante a República, ao lado de termos como *archē* e *dunasteía*.¹⁵⁹⁹ A terminologia de Políbio apresenta diversas complicações, uma vez que o autor, por vezes, emprega os termos *archē*, *hegemonía* e *dunasteía* em acepções muito próximas. No entanto, tomado individualmente, o termo *hēgemonia* tende a ser usado para designar, além, é claro, de posições individuais de comando militar,¹⁶⁰⁰ o domínio internacional na Grécia e na Macedônia¹⁶⁰¹ e, em menor grau, de Roma¹⁶⁰² e Cartago.¹⁶⁰³ Os aquemênidas, por outro lado, possuem um poder amiúde nomeado *dunasteía*¹⁶⁰⁴ ou *archē*, não uma *hēgemonía*. O que se pode depreender disso?

No período clássico, o termo *dunasteía* teve diversas acepções, passando de um poder *de facto* de grupos e indivíduos no interior de um Estado¹⁶⁰⁵ a uma concepção constitucional mais precisa, o domínio de monarcas e tiranos e, em especial, de oligarquias degeneradas, como prelecionava Aristóteles.¹⁶⁰⁶ A partir do século IV a.C., o vocábulo adquire uma coloração territorial mais forte e começa a ser usado para designar os reinos helenísticos e outros Estados de governo autocrático e hereditário.¹⁶⁰⁷ A natureza absoluta do poder de um ou poucos indivíduos é a marca distintiva da *dunasteía* mesmo em Dião Cássio, mais tarde,¹⁶⁰⁸ que a utiliza para falar tanto dos partos¹⁶⁰⁹ quanto do poder triunviral em Roma.¹⁶¹⁰

Constata-se, em Políbio, a persistência de uma sutil e assistemática distinção entre *hegemonía*, geralmente atrelada aos domínios helênicos, e a *dunasteía*, com conteúdo territorial mais frequente e geralmente a nomenclatura preferida para o império dos persas. A principal complicação é o uso de *hegemonía* ao lado de *archē* e *dunasteía* para designar o

¹⁵⁹⁶ RICHARDSON, 2008, 183-186 e passim.

¹⁵⁹⁷ Ibid., p. 104-105; 118-119. Cf. Str. Geo. 17.3.25.

¹⁵⁹⁸ O Império Selêucida, contudo, já se chamava oficialmente de *archē* (OGIS 219, Cf. KOSMIN, 2014, p. 123).

¹⁵⁹⁹ Plb. 2.23.13; 21.31.7; 36.9.4.

¹⁶⁰⁰ Plb. 2.67.5; 5.65.1; 5.79.3, etc.

¹⁶⁰¹ Plb. 1.2.3; 2.39.8; 2.49.6; 6.48.6; 6.49.10; 6.50.5; 9.30.4; 9.37.7; 12.26b1; 12.26b2; 23.11.4; 38.2.5; 38.2.8; 38.3.5.

¹⁶⁰² Plb. 1.63.9; 2.21.9; 2.23.13; 8.2.6; 15.10.2; 21.31.7; 36.9.5.

¹⁶⁰³ Plb. 1.20.12; 36.9.4. Cf. MAUERSBERGER, 1968, p. 1100.

¹⁶⁰⁴ Plb. 1.2.2; 1.2.5; 5.43.2; 16.22a4. Cf. MAUERSBERGER, op. cit., p. 580-582.

¹⁶⁰⁵ Hdt. 5.66.3; 6.35.3, 66.7; 9.2.11.

¹⁶⁰⁶ BEARZOT, 2003, p. 26-28.

¹⁶⁰⁷ Ibid., p. p. 34-44.

¹⁶⁰⁸ FREYBURGER-GALLAND, 1997, p. 127-131.

¹⁶⁰⁹ D.C. 40.14.2.

¹⁶¹⁰ D.C. 47.7.2. Cf. também REDFIELD, 2009, p. 192.

império universal dos romanos,¹⁶¹¹ às vezes incluindo duas das três palavras numa mesma expressão, o que poderia indicar que estas eram intercambiáveis.¹⁶¹² Na verdade, é provável que Políbio, ao associar duas das três espécies de domínio internacional, procurasse ressaltar o caráter universal do Império Romano, somando um conceito de domínio hegemônico e institucional ao domínio territorial e absoluto (e outro, mais lato, puramente imperial). Nesse sentido, os termos não seriam exatos sinônimos, mas diferentes manifestações da dominação internacional, legítima nuns casos (sobre os aliados), despótica noutros (sobre os bárbaros), usados em conjunto para abarcar todas as variadas expressões do poder de Roma.

Na República Tardia e no Principado, contudo, *hegemonía* e *arché* já se encontram perfeitamente identificadas e quase indissociáveis. Nesse momento, o Império Aquemênida é facilmente apelidado de *hegemonía* em trabalhos historiográficos e geográficos dos autores gregos. Possivelmente, esse desenvolvimento se deveu à projeção, no passado aquemênida, de um uso aplicado contemporaneamente a Roma, sua imaginada legatária, por analogia.

Estrabão que, como vimos, tratava o império territorial romano como uma *hēgemonía*, emprega o mesmo termo para se referir ao império dos persas aquemênidas.¹⁶¹³ Da mesma forma, não é raro encontrar a palavra *arché* utilizada nesse sentido para arsácidas¹⁶¹⁴ e aquemênidas,¹⁶¹⁵ com a única diferença que a *hegemonía*, nesse autor, teria um conteúdo territorial mais pronunciado do que a *arché*.¹⁶¹⁶ O historiador judeu Flávio Josefo reporta que Roma e Pártia teriam as duas maiores *hēgemoníai* sob o sol, entendendo por essa expressão, muito provavelmente, os impérios comandados por cada nação.¹⁶¹⁷ Plutarco, por fim, emprega o vocábulo para nomear o império dos aquemênidas¹⁶¹⁸ e fala da magnitude ou extensão de sua *hēgemonía*, presumivelmente em sentido territorial.¹⁶¹⁹

Duas exceções a tal indistinção no uso de *hēgemonía* merecem comentário separado. Arriano, atuando nos reinados de Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio, não emprega o termo *hēgemonía* para se referir ao império dos aquemênidas, nem a qualquer outro império oriental, em sentido abstrato ou territorial. Isso talvez se explique por sua imitação do estilo de autores mais remotos, suas fontes helenísticas e, em especial, Xenofonte, a inspiração original de sua *Anábase de Alexandre*. As oito ocorrências da palavra na obra mencionada

¹⁶¹¹ MAUERSBERGER, 1968, p. 233-235.

¹⁶¹² DUBUISSON, 1985, p. 93 e 111.

¹⁶¹³ Str. Geo. 15.3.2; 3.24.

¹⁶¹⁴ Str. Geo. 11.9.2.

¹⁶¹⁵ Str. Geo. 15.3.3; 7.

¹⁶¹⁶ LEROY, 2016, p. CXXVI.

¹⁶¹⁷ J. AJ. 18.46-47

¹⁶¹⁸ Plu. Alex. 17.1

¹⁶¹⁹ Plu. Art. 6.1.

dizem respeito a posições de comando militar.¹⁶²⁰ A única passagem que poderia revelar uma dominação internacional é 1.1.2, em que Alexandre obtém a liderança militar da coalizão greco-macedônica contra os persas. A linguagem usada, contudo, indica que esse comando era entendido como um poder livremente outorgado, a face retórica e legitimadora da autoridade de Alexandre. Alexandre seria *hēgemōn*,¹⁶²¹ seus subordinados gregos “aliados”¹⁶²² e Filipe fora um *hēgemōn autocrátor*.¹⁶²³

O emprego dessa linguagem institucional foi apenas uma das faces discursivas do Império Macedônico. A todo momento é ressaltada a diferenciação entre o domínio reservado aos bárbaros, despótico, e o comando hegemônico sobre os aliados gregos e súditos da macedônia,¹⁶²⁴ da forma como Aristóteles aconselhara Alexandre.¹⁶²⁵ Naturalmente, na medida em que lidamos com um texto que tem como pano de fundo a política dos imperadores romanos, devemos estar atentos para a retórica do “bom governo”, em vez da preocupação outrora premente com o imperialismo. Em Arriano, até mesmo a fútil resistência tebana, com seu apelo à ideia de liberdade,¹⁶²⁶ talvez aludisse à fracassada luta de um Brutus ou um Cássio contra o bom governo dos príncipes (que corresponderia, nessa analogia, à direção de Alexandre, o legítimo monarca entre os gregos).¹⁶²⁷ Da mesma forma, Dião Cássio “não empregou nunca *hegemonía*” para falar de um império territorial,¹⁶²⁸ pelo menos em seus livros preservados. Como Arriano, esse autor replicou um estilo antigo e se ateu à linguagem institucional com a qual os historiadores áticos estavam familiarizados.

À luz dessa breve síntese da trajetória de *hēgemonía*, pode-se constatar a excepcionalidade de seu uso em Heródoto. Aplicada a contextos orientais, a palavra decerto teve um significado especial. Nossas conclusões para seu uso nas *Histórias*, que será retomado ao final do capítulo, levam em consideração, portanto, o sentido corrente do termo nos séculos V e IV a.C.

¹⁶²⁰ Arr. An. 1.1.2; 1.14.6; 1.28.3; 5.13.4; 4.6.1; 4.6.2; 7.11.1; 7.11.3.

¹⁶²¹ Arr. An. 2.14.4; 5.26.4.

¹⁶²² Arr. An. 5.25.3.

¹⁶²³ Arr. An. 7.9.5.

¹⁶²⁴ Arr. An. 2.14; 3.27.

¹⁶²⁵ Plu. Moralia, 329b.

¹⁶²⁶ Arr. An. 1.7.2.

¹⁶²⁷ A ideologia monárquica romana via a liberdade republicana como excessiva e propensa à anomia e à guerra civil. Durante o Principado, Brutus e Cássio tipificavam essa liberdade indesejável. Alexandre, como protótipo dos imperadores romanos, é apresentado como inimigo de uma resistência parecida, ancorada em sedutor (mas perigoso) discurso da liberdade.

¹⁶²⁸ FREYBURGER-GALLAND, 1997, p. 33.

CAPÍTULO 5: “O IMPÉRIO CONTRA-ATACA”: DA INCORPORAÇÃO À NARRATIVA

No capítulo anterior, discutimos alguns dos principais termos empregados por Heródoto e outros autores clássicos para se referir ao Império Persa abstratamente. A todo momento, procuramos destacar a especificidade de Heródoto e as implicações de sua nomenclatura para uma leitura integrada das *Histórias*. Neste capítulo, continuaremos examinando o aparato terminológico grego (e latino) empregado para descrever alguns aspectos dos impérios orientais, em especial seu regime monárquico e suas subdivisões étnicas (5.1 e 5.2). Em especial, será empreendida uma breve discussão sobre monarquia e ideias monárquicas em Heródoto, a fim de avaliar a implicação do uso de *basilēiē*¹⁶²⁹ para designar o Império Persa nas *Histórias*. Concluiremos retomando nossas constatações anteriores e propondo uma explicação dos dados que se harmonize, de um lado, com a experiência histórica específica do século V a.C. e, de outro, com as motivações e propósitos narrativos de Heródoto. Tal conclusão também apresentará as atitudes greco-romanas como uma reação ao estímulo persa, sem ignorar, portanto, a agência do outro. Enquanto resposta à consciência da Pérsia, o imperialismo helênico é um “contra-ataque”, como sugere o título.

Em resumo, tentaremos demonstrar, de um lado, que a ideia de império foi incorporada pelos atenienses a partir da experiência persa e filtrada por noções gregas de autoridade e poder. Defenderemos, ademais, que o elemento monárquico foi tratado de forma diferente pelas fontes clássicas ao longo do tempo, respondendo a anseios e exigências políticas que não se mantiveram estáveis. Também examinaremos brevemente o uso do termo latino *imperium* para descrever o Império Aquemênida e sua relação com visões coetâneas da política externa romana no embate com os partos e os sassânidas. Por fim, nossa conclusão sublinhará a via dupla de interação entre persas e atenienses.

5.1 *BASILEIA, REGNA E REGNUM PERSARUM*

Autores das mais diversas correntes interpretativas tendem a concordar que as *Histórias* trariam um conteúdo crítico à tirania ou às formas de governo monárquicas em

¹⁶²⁹ São usadas, quando falamos de Heródoto, as formas jônicas dos termos (cf. *infra* notas e abreviações).

geral.¹⁶³⁰ Essa visão majoritária tem diversas raízes. De um lado, ela esteve atrelada a uma perspectiva sobre o suposto vínculo de Heródoto com o “círculo de Péricles”, resultando em sua alegada admiração pela democracia ateniense. De outro, originou-se da ideia de que Heródoto seria um amante do republicanismo ou da “liberdade”, tida como uma espécie de atributo essencial da civilização grega.

Sem dúvida, a corrente dominante costuma ser mitigada mediante artifícios geralmente inócuos. Diz-se, por exemplo, que Heródoto não expressaria uma preferência política categórica, sistematizada, mas apenas simpatias difusas.¹⁶³¹ De fato, a natureza narrativa das *Histórias* dificilmente viabilizaria sua interpretação como um “manifesto” político categórico ou expresso. Ainda assim, as próprias simpatias de Heródoto não são sempre fáceis de identificar.

Para outros autores, ademais, a obra de Heródoto não deve ser confundida com suas preferências pessoais.¹⁶³² No entanto, tais reservas parecem de um subjetivismo amiúde estéril. Assim, a pergunta que deve ser formulada é antes: as *Histórias* expressam uma visão crítica à monarquia? A terminologia empregada na designação do Império Persa revela, de alguma forma, esta censura?

A distinção entre atenienses e persas com base em regimes políticos decerto existiu ao longo do período clássico. Nas *Leis*, de Platão, a Pérsia é considerada modelo de constituição monárquica *par excellence*, enquanto Atenas representaria a via democrática.¹⁶³³ Aristóteles classifica diversas constituições na *Política* e reserva a noção de *basileía* às monarquias gregas do passado e aos reinos não-gregos (ou ao caso “impróprio” dos reis espartanos), afastando-a temporal e espacialmente.¹⁶³⁴ Autores do período romano, como Dião Cássio, preservam, em muitos casos, uma distinção similar, sobretudo a fim de legitimar o exercício de autoridade monocrática de seus príncipes como algo diferente do resto. Mas teria Heródoto partilhado dessas teorias?

Esboçaremos adiante uma síntese das diversas posições em favor do sentimento anit-monárquico de Heródoto, de seu suposto partidarismo democrático ou republicano, relativizando alguns de seus postulados. A seguir, procuraremos demonstrar que a terminologia do autor não permite pensar a Pérsia como uma “tirania” e não indica qualquer

¹⁶³⁰ Cf. BLEICKEN, 1979, p. 160; GIRAUDÉAU, 1984, p. 101-111; LATEINER, 1989, p. 163-185; OSTWALD, 2000, p. 19-20; FORSDYKE, 2001; PELLING, 2002; DEWALD, 2003; WARD, 2008, p. 109.

¹⁶³¹ Cf., por exemplo, LATEINER, 1989, p. 171; p. 181.

¹⁶³² Cf., por exemplo, RAAFLAUB, 1987, p. 221.

¹⁶³³ Pl. Lg. 693c; Cf. também BARCELÓ, 1993, p. 213-219.

¹⁶³⁴ Arist. Pol. 1285a et seq. Usado para o Império Persa, o termo tem um significado precipuamente constitucional em Aristóteles e Platão (TANCK, 1997, p. 113-116).

dualismo entre gregos e bárbaros fundado na forma monárquica de governo. Em decorrência disso, a ideia de que *basilēē* pudesse denotar qualquer grau de especificidade do Estado persa, ou mesmo de seu império, enquanto sinal de alteridade ou ilegitimidade, parece frágil.

5.1.1 PÉRSIA E REALEZA, OU: HERÓDOTO, O ANTI-MONARQUISTA?

A visão majoritária a respeito do pensamento político de Heródoto está estreitamente atrelada ao modelo da polaridade. Para os partidários da leitura “nacional”, a liberdade seria um atributo essencial da helenicidade, de tal sorte que a tirania estaria fadada ao fracasso entre os gregos. Heródoto, dando expressão a essa aspiração política, seria um dos primeiros autores a afirmar a contraposição entre os regimes de gregos e bárbaros.¹⁶³⁵ Da mesma forma, os analistas da cidade-Estado antiga, como Victor Ehrenberg, asseveram que a “sociedade” da *pólis*, Estado grego por excelência,¹⁶³⁶ teria uma propensão natural à igualdade política.¹⁶³⁷

É desnecessário aprofundar as críticas a esse tipo de argumentação. Em breve síntese, ela parece emanar de uma compreensão quase essencialista da política grega, o que nem sempre encontra respaldo na evidência empírica. Além disso, mesmo quando a mecânica “democrática” da *pólis* é explicada em termos mais concretos,¹⁶³⁸ isso talvez não justifique fundir a atmosfera política do “Mundo Grego” com as preferências do próprio Heródoto ou, se se preferir, com a posição sistemática adotada pelas *Histórias*. Em outras palavras, o autor poderia nutrir ideais heterodoxos em sua própria época.

Um argumento mais sofisticado em favor da corrente majoritária foi proposto por John Gammie. Este autor concede que a representação herodotiana de tiranos e reis (gregos e não-gregos) não seja fixa, admitindo alguns julgamentos positivos. Apesar disso, segundo Gammie, Heródoto descreve reis e tiranos a partir da conformação a ou do desvio de padrões convencionais (correntes na “Atenas pericleana”)¹⁶³⁹ o que implicaria um reconhecimento da norma geral. Nesse sentido, se as *Histórias* têm espaço para a caracterização positiva de reis como Dario e Ciro, tais descrições são apresentadas como exceções que reforçam a regra

¹⁶³⁵ POHLENZ, 1956, p. 17; p. 25; p. 29.

¹⁶³⁶ EHRENBURG, 1976, p. 58.

¹⁶³⁷ Ibid., p. 153.

¹⁶³⁸ Por exemplo, HANSEN, 2006, p. 12; SAKELLARIOU, 1989, p. 30-31.

¹⁶³⁹ GAMMIE, 1986, p. 174.

delineada pela convenção.¹⁶⁴⁰ Por escolhas formais, ademais, Heródoto destacaria comportamentos típicos do déspota, deixando pouca dúvida sobre sua inclinação geral.¹⁶⁴¹

O argumento central de Gammie é relevante, mas não pode ser lido sem alguma cautela. Heródoto, de fato, organiza sua descrição de reis e tiranos em torno de lugares comuns, mas não ratifica, com isso, a tradição. Sua insistência em temas convencionais decorre da evidente necessidade de dialogar com o repertório de sua audiência, em especial a *intelligentsia* ateniense. Ainda assim, Heródoto relativiza, em grande medida, as fronteiras da convenção, inclusive as concepções bem assentadas de etnicidade¹⁶⁴² e política.¹⁶⁴³

Outro bem conhecido trabalho sobre Heródoto e a monarquia deve-se a Pedro Barceló. Para este autor, passagens específicas das *Histórias* atestariam o inequívoco juízo de censura que Heródoto reserva a todas as formas de governo por um único homem (*Alleinherrschaft*). Este é, por exemplo, o caso de Periandro de Corinto, considerado uma espécie de protótipo do líder degenerado,¹⁶⁴⁴ ou de Polícrates de Samos,¹⁶⁴⁵ de Pisístrato¹⁶⁴⁶ e do medo Déjoces.¹⁶⁴⁷ Barceló avalia como especialmente representativos da visão de Heródoto os discursos de Otane no “Debate Constitucional”¹⁶⁴⁸ e o de Sósicles aos peloponesos.¹⁶⁴⁹ Apesar de admirar os persas por suas conquistas militares, argumenta Barceló, Heródoto trabalha dentro de um esquema dualista do despotismo persa em oposição à liberdade grega, não podendo ter considerado positiva a sua ordem monárquica.¹⁶⁵⁰

A posição de Barceló é representativa da doutrina dominante e as passagens por ele citadas, as mais comumente invocadas em favor da visão de Heródoto como um notório anti-monarquista.¹⁶⁵¹ A elas geralmente se somam dois discursos dos espartanos¹⁶⁵² sobre a liberdade e o governo das leis em oposição à monarquia absoluta dos persas.¹⁶⁵³ O problema mais óbvio dessa abordagem, contudo, é equiparar o pensamento do autor aos discursos de personagens como Sósicles, Demarato¹⁶⁵⁴ e Otane. Além disso, como várias vezes lembrado,

¹⁶⁴⁰ GAMMIE, 1986, p. 195.

¹⁶⁴¹ Ibid., p. 185-187.

¹⁶⁴² MUNSON, 2014.

¹⁶⁴³ MOLES, 2002.

¹⁶⁴⁴ BARCELÓ, 1993, p. 156; Hdt. 5.92.

¹⁶⁴⁵ Ibid., 158-161; 180: seu elogio pontual de Periandro em nada anularia eu juízo negativo da tirania, Cf. p. 180; Hdt. 3.122-125.

¹⁶⁴⁶ Ibid., p. 165.

¹⁶⁴⁷ Ibid., p. 168; Hdt. 1.96-99.

¹⁶⁴⁸ Ibid., p. 169-175; Hdt. 3.80-82.

¹⁶⁴⁹ Ibid., p. 175-177; Hdt. 5.92.

¹⁶⁵⁰ Ibid., p. 174-175.

¹⁶⁵¹ Cf., por exemplo, DEWALD, 2003.

¹⁶⁵² Ibid., p. 36.

¹⁶⁵³ Hdt. 7.101; 135.

¹⁶⁵⁴ Para o caso dos discursos espartanos, GRUEN, 2011, p. 22-23.

Heródoto não raro transparece uma visão crítica da política externa ateniense, senão diretamente, ao menos por meio de alusões.¹⁶⁵⁵ O afã de dominar os vizinhos, portanto, não é uma característica exclusiva de indivíduos em posições de poder absoluto, mas de *póleis* e, mais do que isso, *póleis* democráticas.¹⁶⁵⁶ E a própria descrição da prática de deliberação democrática, ainda que por vezes inserida em contexto persa, sugere algum juízo de censura, em especial aos discursos “sedutores” dos debatedores, que muitas vezes levam a melhor.¹⁶⁵⁷ No universo grego, um caso instrutivo é quando Heródoto, contando a história de como Aristágoras convencera os atenienses a se imiscuir na guerra jônica, ironiza o fato de que “parece ser mais fácil enganar a muitos que a um só”, já que o tirano fora incapaz de convencer Cleômenes, de Esparta, mas havia logrado ludibriar trinta mil atenienses.¹⁶⁵⁸

Talvez a principal dificuldade em se extrair um ensinamento herodotiano fixo sobre constituições advenha de seu julgamento bastante nuançado dos monarcas orientais e tiranos gregos. A representação de Dario nas *Histórias* é ambígua, comportando tanto os lugares comuns do excesso despótico, quanto os traços do bom e sábio estadista.¹⁶⁵⁹ Vimos no segundo capítulo que Xerxes, ao respeitar a imunidade dos embaixadores e ao se comover perante a finitude da vida humana, também demonstrar ser uma personagem pouco plana.¹⁶⁶⁰ Déjoces, o “tirano” da Média, é apresentado como um homem reto e arguto, e os especialistas se dividem quanto à avaliação que Heródoto teria de seu reinado.¹⁶⁶¹ A descrição dos tiranos gregos geralmente admite elogios, sendo enfatizadas as qualidades dos bons governantes.¹⁶⁶²

¹⁶⁵⁵ MOLES, 2002.

¹⁶⁵⁶ Destaque-se, ainda, as críticas de Heródoto ao ostracismo dos atenienses. Aristides, filho de Lisímaco, teria sido, segundo a experiência pessoal do investigador, o ateniense mais justo que já vivera, mas, ainda assim, teris sofrido a pena do exílio (Hdt. 8.79). Cf. GIRAUDEAU, 1984, p. 55: “Hérodote n’est pas dupe des prétextes de généreuse défense de la démocratie et regrette cette disparition des hommes de mérite de la scène politique. Loin d’exalter cette mesure préventive, il en souligne l’injustice et la maladresse politique alors même qu’elle se multiplie (...)”.

¹⁶⁵⁷ Hdt. 7.8-11; Cf. DEWALD, 2003, p. 30.

¹⁶⁵⁸ Hdt. 5.97.2.

¹⁶⁵⁹ A respeito da imagem herodotiana de Dario I, Cf. BICHLER & ROLLINGER, 2011, p. 91-95.

¹⁶⁶⁰ Cf. também GRUEN, 2011, p. 29-39; BRIDGES, 2015.

¹⁶⁶¹ LATEINER, 1989, p. 171: “even when the offences of an autocrat in power are barely mentioned, as in the cautionary tale of the rise of Deioces to a tyrant’s state, the aspects of deception, ambition for power, and oppression are highlighted.”; GAMMIE, 1986, p. 185: “the single exception to this rule is Deioces, but even there the hybistic theme is not far removed from the monarch’s tendency, once in power, to change, magnify his royalty and remove himself more and more from contact with the populace.”; PANAINO, 2003, p. 332: “In fact here the power is represented as a guarantee of the order, and its privileges are not the production of a ‘standard’ Oriental despotism, but they are necessarily accepted as the consequences of a mutual agreement, a sort of contract, of pactum societatis, in which the tribes renounce to their independence and accept to be ruled by a king (...). It is presented as a natural consequence of a good and intelligent tactic, but also as the fruit of a patent rightness.”; BARCELÓ, 1993, p. 168: “Doch gibt es in Herodots Bericht einen zweiten, gegenläufigen Erzählstrang, der sich in einer Reihe von Anspielungen auf Deioces’ Verschlagenheit, seinen Machthunger und sein Herrscherbewußtsein manifestiert die von den Machtmenschen der archaischen Zeit befolgten Methoden zu Herrschaftsbegründung”.

¹⁶⁶² DEWALD, op. cit., p. 41.

É positivo o papel de Periandro nas narrativas de Árion¹⁶⁶³ e da guerra de Mileto contra Aliates,¹⁶⁶⁴ por exemplo.¹⁶⁶⁵ Tiranos como Filocipros de Chipre,¹⁶⁶⁶ Procles de Epidauro,¹⁶⁶⁷ Argantônio dos tartéssios¹⁶⁶⁸ e Artemisa de Halicarnasso¹⁶⁶⁹ são descritos favoravelmente pelo historiógrafo.

Não se pode negar, por outro lado, que Heródoto manifesta uma opinião positiva da democracia ateniense em mais de uma passagem.¹⁶⁷⁰ Seria isso, portanto, um reflexo da ideologia democrática supostamente esposada pelo autor?¹⁶⁷¹ Quanto a três passagens estratégicas geralmente citadas, o elogio de Heródoto a Atenas deve ser lido com redobrada atenção. Em 7.139, como bem notou Erich Gruen, o investigador, de fato, descreve os atenienses como salvadores da Grécia, mas não contrapõe duas formas de governo. Em jogo está a independência da Grécia contra a conquista persa, e isso é tudo.¹⁶⁷² Um comentário positivo sobre o autossacrifício ateniense nas Guerras Médicas se encerra criticamente, como notou John Moles, prefigurando o embate entre Atenas e Esparta.¹⁶⁷³ Dois discursos atenienses no livro oitavo¹⁶⁷⁴ invocam realizações que soariam bastante irônicas ao público contemporâneo das *Histórias*, como o apreço de Atenas pela “liberdade” da Grécia.¹⁶⁷⁵

No nível biográfico, a hipótese de que Heródoto teria um vínculo privilegiado com o “círculo de Péricles”, outrora popular entre autores de língua alemã, como Felix Jacoby, Wilamowitz-Moellendorff e Victor Ehrenberg, deu sustentação à ideia de que seria um partidário fervoroso da democracia ateniense.¹⁶⁷⁶ Essa hipótese, contudo, se baseou em tradições frágeis e duvidosas,¹⁶⁷⁷ e não se sustenta perante o exame da obra em contexto, como demonstrou Hermann Strasburger. Nesse caso, transparece a qualquer um a opinião negativa que Heródoto tinha da política imperialista ateniense e das guerras entre gregos. Quem seria responsável por isso, se não Péricles?¹⁶⁷⁸ O tratamento dos alcmeônidas é bastante

¹⁶⁶³ Hdt 1.24.

¹⁶⁶⁴ Hdt 1.20.

¹⁶⁶⁵ A respeito da complexa representação de Polícrates, cf. BARAGWANATH, 2008, p. 88-100.

¹⁶⁶⁶ Hdt. 5.113.

¹⁶⁶⁷ Hdt. 3.50.

¹⁶⁶⁸ Hdt. 1.163.

¹⁶⁶⁹ Hdt. 7.99. Para Artemisa em analogia a Atenas, cf. MUNSON, 1988.

¹⁶⁷⁰ Hdt. 5.66; 5.78; 5.91; 7.138-139; 8.2-3; 8.143-144.

¹⁶⁷¹ FORSDYKE, 2001.

¹⁶⁷² GRUEN, 2011, p. 23.

¹⁶⁷³ MOLES, op. cit., p. 42-43.

¹⁶⁷⁴ 8.143-144.

¹⁶⁷⁵ MOLES, op. cit., p. 43.

¹⁶⁷⁶ STRASBURGER, 1955, p. 3.

¹⁶⁷⁷ Ibid., p. 1-2, com referências a essas fontes.

¹⁶⁷⁸ Ibid., p. 19.

econômico nas *Histórias*¹⁶⁷⁹ e por vezes ambíguo.¹⁶⁸⁰ E Strasburger já notava, como demonstramos, que a opinião do autor sobre a tirania grega não era unívoca, havendo mais de uma aprovação explícita¹⁶⁸¹ ou implícita.¹⁶⁸²

Kurt Raaflaub, em 1987, reavaliou o pensamento político herodotiano à luz da interação das *Histórias* com sua audiência.¹⁶⁸³ Dada a ausência de evidência, nem sempre é fácil saber o impacto que os relatos causariam em seus leitores gregos, mas alguns episódios contados por Tucídides permitem visualizar a grande ironia de determinadas narrativas. É irônico, por exemplo, o discurso de Sóicles criticando o tirano Periandro (como já havia notado Strasburger)¹⁶⁸⁴ num contexto em que espartanos tentam reestabelecer a tirania em Atenas e são criticados pelos coríntios.¹⁶⁸⁵ Nessa passagem, até o tirano Hípias tem a ocasião de alertar para o perigo de uma Atenas livre. Na época de composição das *Histórias*, contudo, os coríntios, segundo Tucídides,¹⁶⁸⁶ teriam sido os mais acerbos defensores da guerra contra os atenienses e sua “tirania”, enquanto os espartanos veiculavam um discurso “liberador”. Curiosamente, ademais, a advertência de Hípias se provara legítima. Como ignorar tal pano de fundo ao ler as *Histórias*?¹⁶⁸⁷

Da mesma forma, a terminologia de Heródoto deve ter permitido aos seus leitores associar, em mais de um contexto, o imperialismo persa ao ateniense.¹⁶⁸⁸ A descrição dos atenienses como um povo dinâmico, incapaz de se manter quieto (*ēsuchia ēchein*),¹⁶⁸⁹ encontra paralelos na caracterização de Ciro¹⁶⁹⁰ e em discurso de Xerxes.¹⁶⁹¹ E não é difícil ver que várias menções às disputas entre gregos no passado constituiriam críticas à própria Guerra do Peloponeso.¹⁶⁹² Para Raaflaub, ademais, a estratégia de alusões e o conteúdo da mensagem das *Histórias* aproximariam Heródoto da tragédia ateniense.¹⁶⁹³ Sua concepção de História se enquadraria no modelo da “roda da Fortuna”, indicando a instabilidade da felicidade e do poder mundanos.¹⁶⁹⁴ Ainda assim, segundo Raaflaub, a crítica do investigador

¹⁶⁷⁹ STRASBURGER, 1955, p. 16.

¹⁶⁸⁰ Ibid., p. 17.

¹⁶⁸¹ Ibid., p. 14: “Heródoto não tem uma opinião inequivocamente determinada sobre a Tirania”. Cf. Hdt. 1.59.6.

¹⁶⁸² Ibid., p. 18.

¹⁶⁸³ RAAFLAUB, 1987, p. 224.

¹⁶⁸⁴ STRASBURGER, op. cit., p. 7; 18.

¹⁶⁸⁵ Hdt. 5.91-93.

¹⁶⁸⁶ Th. 1.66-88.

¹⁶⁸⁷ RAAFLAUB, op. cit., p. 223-224.

¹⁶⁸⁸ Ibid., p. 227-228.

¹⁶⁸⁹ Th. 1.70.8.

¹⁶⁹⁰ Hdt. 1.120.2.

¹⁶⁹¹ Hdt. 7.8a.1.

¹⁶⁹² RAAFLAUB, op. cit., p. 236-240.

¹⁶⁹³ Ibid., p. 231.

¹⁶⁹⁴ Ibid., p. 234.

se direcionaria precipuamente ao imperialismo e à tirania,¹⁶⁹⁵ e seu modelo trágico se aplicaria a monarcas e tiranos igualmente.¹⁶⁹⁶ Assim, se a contextualização permite relativizar as simpatias de Heródoto, a tese de sua desaprovção da monarquia não parece perder apoio.

Caroline Dewald, julgando, igualmente, que o repúdio à monarquia é o eixo essencial das *Histórias*,¹⁶⁹⁷ tenta explicar o motivo pelo qual alguns tiranos são pontualmente elogiados por Heródoto. A duplicidade do discurso se explicaria, segundo ela, pela natureza individual do exame de alguns tiranos e de seus talentos pessoais, enquanto os “déspotas orientais” seriam devorados por uma estrutura maior que eles mesmos, o imperialismo despótico.¹⁶⁹⁸ Trata-se, em suma, de uma distinção entre os homens e as instituições,¹⁶⁹⁹ uma resposta razoável para a ambivalência da obra.

Uma passagem sempre lembrada no exame das preferências políticas de Heródoto é o famoso “Debate Constitucional”.¹⁷⁰⁰ Nela, nosso investigador descreve o suposto encontro entre conspiradores persas para decidir qual regime político lhes seria mais adequado, logo após uma crise dinástica e a derrota do falso Esmédis, um usurpador. Com três personagens (Otane, Megabizo e Dario) advogando cada um por um regime da classificação tripartite grega, a discussão assume uma natureza altamente teórica e, curiosamente, Heródoto insiste em sua historicidade.

Esse debate foi avaliado de diferentes formas, mas as principais leituras se esforçaram em identificar suas “fontes”.¹⁷⁰¹ De um lado, defendeu-se que o discurso teria emulado um diálogo sofisticado anterior e desconhecido, devido às suas estratégias formais, destacando-se autores como Ernst Maass,¹⁷⁰² François Lasserre¹⁷⁰³ e Karl Stroheker.¹⁷⁰⁴ De outro lado, discutiu-se a possibilidade de um pano de fundo histórico e persa para a passagem, como em Apffel, Gschnitzer e Dumézil.¹⁷⁰⁵ Por fim, muitos autores viram no discurso do próprio Otane

¹⁶⁹⁵ RAAFLAUB, 1987, p. 242.

¹⁶⁹⁶ Ibid., p. 246-247.

¹⁶⁹⁷ DEWALD, 2003, p. 26.

¹⁶⁹⁸ Ibid., p. 48-49.

¹⁶⁹⁹ Chegaria a investigação de Dewald talvez a melhor termo se considerasse que as *Histórias* não estão estruturadas numa oposição estrita à monarquia, mas, sobretudo, ao império e ao imperialismo?

¹⁷⁰⁰ Hdt. 3.80-82.

¹⁷⁰¹ Sínteses das interpretações em ASHERI et. al., 2007, p. 472-473; MENESES SOUSA, 2010, p. 15-33.

¹⁷⁰² MAASS, 1887, p. 593.

¹⁷⁰³ LASSERRE, 1976, p. 66-67; Este autor critica alguns postulados de MAASS, mas mantém a ideia de uma influência sofisticada.

¹⁷⁰⁴ STROHEKER, 1953, p. 389. Cf. também MENESES SOUSA, op. cit., p. 21.

¹⁷⁰⁵ Ibid., p. 16-21. Para a noção de desenvolvimentos constitucionais variados (mas não democráticos) no Oriente Próximo, Cf. BAILKEY, 1967; Para uma avaliação de um fundo persa para a passagem, Cf. BALCER, 1987; BLEICKEN, 1979, p. 152, n. 7; LATEINER, 1989, p. 272, n. 12 e 13; BARCELÓ, 1993, p. 169-172; PELLING, 2002, p. 127-131; GALLO, 2015, p. 50-59. Alguns autores consideram plausível que uma discussão sobre a natureza do novo regime tenha tido lugar na Pérsia, sobretudo à luz de paralelos em outras civilizações orientais (1 Sam. 8:10-18). Cf. LATEINER, op. cit., p. 272, n. 14; BUTTI DE LIMA, 2008; Cf. GALLO, op.

a opinião de Heródoto sobre a tirania e a “isonomia”,¹⁷⁰⁶ como na visão moderada de Donald Lateiner:

Concluimos, primeiro, que Heródoto “partilha” das visões de Otane, não porque ele endossa a ideologia da democracia, mas porque as proposições de Otane mais claramente promovem a preservação dos *nómoi* políticos e sociais, o governo das instituições, não de indivíduos duvidosos e absurdos.¹⁷⁰⁷

No entanto, a busca de uma preferência herodotiana no debate tem se baseado em argumentos incertos, ainda que muito engenhosos. Para Bleicken, as únicas formas trabalhadas com propriedade na passagem são a tirania e a democracia, esta última em suas formas ideal e degenerada. E a democracia seria a única forma positiva do debate que “realmente tem peso”.¹⁷⁰⁸ Na opinião de Strasburger, por outro lado, as críticas à democracia no debate são acerbas e seu elogio é curto.¹⁷⁰⁹ Lateiner também recorre à extensão dos discursos individuais para descartar a importância, por exemplo, da oligarquia, mas insiste na recorrência geral das críticas à autocracia como chave interpretativa do debate.¹⁷¹⁰ Dewald admite que o Debate Constitucional de Heródoto não se volta somente à crítica da autocracia, nem pretende solucionar o problema da melhor forma de governo, mas identifica, igualmente, um interesse pela mecânica nefasta do despotismo.¹⁷¹¹ Payen, por sua vez, vê uma relação clara da posição de Heródoto com a defesa da isonomia, entendida como democracia.¹⁷¹²

Em importante artigo, Richard Myers pede que se considere o episódio em seu contexto narrativo, ressaltando que o próprio debate é uma expressão de democracia deliberativa em pequena escala. Myer fornece uma sofisticada leitura que destaca o caráter de cada participante do debate, bem como a confortável posição da “maioria silenciosa”, isto é, os outros quatro conspiradores que votam pela resolução de Dario. Segundo ele, a democracia provocaria, sim, admiração, sobretudo em virtude das liberdades que poderia assegurar, sendo digna de elogios a postura de um Otane, que abdica prontamente de qualquer pretensão ao poder em favor da isonomia. Na realidade, contudo, o idealismo de Otane se prova bastante

cit., p. 56 et seq. Jacobsen propôs a existência de uma “democracia primitiva” próximo-oriental a partir do Enuma Elish (1948). Cf. REDE, 2008, p. 114.

¹⁷⁰⁶ BARCELÓ, 1993, p. 179.

¹⁷⁰⁷ LATEINER, op. cit., p. 185.

¹⁷⁰⁸ BLEICKEN, 1979, p. 162.

¹⁷⁰⁹ STRASBURGER, 1955, p. 11.

¹⁷¹⁰ LATEINER, op. cit., p. 168-170.

¹⁷¹¹ DEWALD, 2003, p. 28-30.

¹⁷¹² PAYEN, 1997, p. 202-203.

frágil, enquanto figuras menos nobres, como Dario, revelariam maior competência prática para governar. A sábia escolha pela delegação do poder nas mãos de um líder eficiente comprovaria as potenciais virtudes da democracia, mas também sua fragilidade, uma vez que, pela intemperança, tais regimes estariam igualmente sujeitos a escolhas ruins.¹⁷¹³

Para Christopher Pelling, por outro lado, Heródoto partiria da polaridade entre gregos (democracia) e persas (tirania) no Debate Constitucional, mas acabaria torcendo esse esquema binário ao longo da narrativa, chegando a sugerir uma unidade subjacente ao fenômeno da monarquia nos dois mundos.¹⁷¹⁴ Situada em meio a histórias sobre diversos “tiranos” de fim trágico (Cambises, Polícrates e Periandro), a teorização sobre constituições apontaria para a efemeridade dos déspotas individuais, ainda que o sistema pudesse perdurar.¹⁷¹⁵ Na prática, o contexto demonstra que os persas poderiam admitir monarcas de estilo mais moderado, como Dario,¹⁷¹⁶ assim como alguns gregos, em especial os samios, poderiam simplesmente recusar a liberdade.¹⁷¹⁷ O contraste convencional é, portanto, deliberadamente mitigado.

Ainda segundo outros autores, minoritários, o debate indicaria a vitória da argumentação monárquica em oposição à “anomia” (desordem, ausência de lei), em consonância com o resultado “fático”, a persuasão da assembleia e a efetiva ascensão de Dario ao trono. Essa é, por exemplo, a posição de Stewart Flory, que associa o caso de Dario a duas outras narrativas emblemáticas das *Histórias*, as de Déjoces e Pisístrato.¹⁷¹⁸ Meneses Sousa, por sua vez, sem pretender desvelar uma preferência política de Heródoto, fornece outro parâmetro de lógica argumentativa para interpretar a passagem, segundo a qual a hipótese monárquica se afigura como vencedora do debate.¹⁷¹⁹

Temos, por fim, leituras que fogem da questão do “vencedor” ou das fontes. Segundo Margaret Miller, por exemplo, o debate serve a um propósito psicológico mais amplo, a neutralização da ameaça estrangeira. Nesse sentido, ao colocar na boca de persas um debate autenticamente grego, Heródoto viabilizaria um processo de domesticação do estrangeiro, tornando-o mais familiar e menos ameaçador “em casa”.¹⁷²⁰ Esse processo, como vimos, também poderia ser constatado na descrição do Império Persa como uma *pólis* em Ésquilo.

Todas essas interpretações demonstram os imensos desafios envolvidos no estudo do “pensamento político” das *Histórias*. Sem dúvida, o Debate Constitucional não deve ser visto

¹⁷¹³ MYERS, 1991.

¹⁷¹⁴ PELLING, 2002, p. 123-126.

¹⁷¹⁵ Ibid., p. 151.

¹⁷¹⁶ Ibid., p. 148-149; 154.

¹⁷¹⁷ PELLING, 2002, p. 152-153.

¹⁷¹⁸ FLORY, 1987, p. 129-149.

¹⁷¹⁹ MENESES SOUSA, 2010, p. 67-68; 77-79; 95.

¹⁷²⁰ MILLER, 2011, p. 152.

abstratamente, como descolado da realidade histórica em que surgiu ou enquanto raciocínio formal desprovido de materialidade.¹⁷²¹ Em realidade, ele constitui o primeiro testemunho¹⁷²² de uma reflexão política sobre formas constitucionais que se popularizaria na Grécia mais tarde,¹⁷²³ ancorada num contexto histórico claro, a democracia ateniense.¹⁷²⁴ A reflexão sobre tipos de constituição se explicaria, segundo a convincente argumentação de Bleicken, pela consciência da peculiaridade do regime ateniense e seu inimigo clássico, o tirano, combinada à difusão ou imposição da democracia nas cidades subordinadas da Liga de Delos.¹⁷²⁵ A ideia de oligarquia, por sua vez, surgiria no contexto da disputa entre Esparta e Atenas, como um “contra-conceito” da democracia.¹⁷²⁶

Não obstante, isso não quer dizer que Heródoto concordava exatamente com a motivação original de tais formulações. Na verdade, o fato de ter ambientado o debate em solo persa é por si indicativo de sua inversão deliberada da convenção, com implicações importantes para a leitura das *Histórias*. Asheri, Gruen e Thomas insistem na importância do debate como evidência de que Heródoto não via a democracia como um costume exclusivamente ou essencialmente grego.¹⁷²⁷ Além disso, a imparcialidade do autor na passagem e sua reserva em emitir juízo pessoal talvez devam ser levadas mais a sério.¹⁷²⁸

Não se trata de negar que Heródoto tenha manifestado repulsa pela tirania e pela monarquia, ou de retornar à tese da “objetividade” de Heródoto, advogada por Kenneth Waters. Segundo esse autor, tiranos e reis encontram um lugar de destaque nas *Histórias* simplesmente em razão de sua inescapável importância para o desenrolar dos fatos políticos narrados.¹⁷²⁹ Estes, assim como os déspotas orientais, teriam sido descritos de maneira imparcial por Heródoto, com direito a elogios e críticas alternadamente.¹⁷³⁰

Em realidade, é difícil não ver como Heródoto organiza o material coletado de forma cuidadosa e, mediante opções formais e lexicais, insiste em parâmetros específicos de conduta. Reis e tiranos são, de fato, alvos frequentes de crítica e repulsa. Ainda assim, mesmo a simpatia do autor pela democracia ateniense encontra limites, como admitem Dewald e

¹⁷²¹ BLEICKEN, 1979, p. 148; 172.

¹⁷²² Ibid., p. 151.

¹⁷²³ ROMILLY, 1959, p. 81-85.

¹⁷²⁴ BLEICKEN, op. cit., p. 156.

¹⁷²⁵ Ibid., p. 166-172.

¹⁷²⁶ Ibid., p. 171.

¹⁷²⁷ THOMAS, 2002, p. 114-117; ASHERI, 2007, p. 45; GRUEN, 2011, p. 25. Cf. também VLASSOPOULOS, 2013, p. 202-203.

¹⁷²⁸ A indeterminação da narrativa não é fortuita, mas visa a provocar a reflexão por parte dos leitores. Cf. BARAGWANATH, 2008, *passim*.

¹⁷²⁹ WATERS, 1985, p. 132.

¹⁷³⁰ Ibid., p. 130-134.

Lateiner. E, mais do que isso, muitos casos de suposta crítica aos regimes monárquicos em Heródoto se confundem com a conquista e o expansionismo, como veremos.

Tendo isso em vista, a leitura dotada de maior fôlego argumentativo é a de Emily Baragwanath. À luz de teorias narratológicas modernas, a autora argumenta que as indeterminações e vácuos no texto viabilizam um maior engajamento dos leitores na construção de suas convicções.¹⁷³¹ Assim, a reserva de Heródoto em emitir juízo ou de optar por alternativas explanatórias não é gratuita: ela cumpre um papel importante ao “atizar” os leitores, exigindo destes uma postura ativa, além de reforçar as imensas dificuldades epistemológicas envolvidas na reconstrução do passado.¹⁷³² E, por meio de uma perspectiva errante, recortes narrativos estratégicos e manifestações irônicas do narrador, Heródoto desafia generalizações e imprime incerteza nos leitores, conduzindo-os a conclusões pouco óbvias. Assim, por exemplo, a trajetória de dois democratas bem intencionados, Otane e Meândrio, terminam em brutalidade, egoísmo e tirania, da mesma forma que a narrativa sobre Polícrates passa de uma perspectiva hostil a outra, simpática, em um mesmo livro.¹⁷³³ Vejamos.

Meândrio, o regente de Polícrates, em Samos, desejava ser o mais justo dos homens e, sem querer se tornar um tirano como seu antecessor, ofereceu ao povo o poder, em favor de um regime democrático.¹⁷³⁴ A boa intenção, contudo, não vingou: pressionado por falas ameaçadoras, Meândrio logo desiste da isonomia, passa a governar como um tirano¹⁷³⁵ e até contribui para a destruição de seus conterrâneos nas mãos dos persas, preocupando-se apenas com a sua segurança pessoal.¹⁷³⁶ Otane, o mesmo que falara nobremente em favor da democracia no Debate Constitucional persa, ajuda, ironicamente, a instalar um tirano (Síloson)¹⁷³⁷ e massacra de forma atroz a população de Samos.¹⁷³⁸ A história de Polícrates, por sua vez, se inicia com sua violenta tomada do poder em Samos¹⁷³⁹ e uma intervenção espartana em favor de uma facção de samios dissidentes,¹⁷⁴⁰ mas, conforme a narrativa

¹⁷³¹ BARAGWANATH, 2008, p. 22-26.

¹⁷³² Ibid., p. 45; 59.

¹⁷³³ Ibid., p. 82-107.

¹⁷³⁴ Hdt. 3.142.

¹⁷³⁵ Hdt. 3.143.

¹⁷³⁶ Hdt. 3.144-146.

¹⁷³⁷ Hdt. 3.141.

¹⁷³⁸ Hdt. 3.147.

¹⁷³⁹ Hdt. 3.39.

¹⁷⁴⁰ Hdt. 3.44.

avança, a justeza da campanha espartana é posta em dúvida.¹⁷⁴¹ O leitor, mais a frente, é colocado diante de um Polícrates injustamente assassinado pelo odioso sátrapa da Lídia.¹⁷⁴²

Assim, como explica Baragwanath,

Heródoto (...) demonstra quão difícil é obter previsões a partir de generalizações. Eventos raramente acontecem como as pessoas preveem; a natureza humana não é sempre estável; as intenções das pessoas nem sempre correspondem às suas ações, ou então se transformam no curso da situação, como vimos nos *lógoi* samios.¹⁷⁴³

À luz de todo o exposto, portanto, parece prudente mitigar a alegada oposição entre democracia (ou isonomia, em sentido mais amplo) e monarquia como eixo norteador da narrativa, como se as *Histórias* emergissem no exato desfecho das Guerras Médicas, sob a suposta impressão de um regime “colegiado” vencedor e outro, perdedor, monárquico.¹⁷⁴⁴ Essa ideologia certamente estava em voga na Atenas democrática, como uma releitura do passado Pisistrátida, mas seria demais ver nisso o “aprendizado” das Guerras Médicas ou mesmo equivaler a ideologia ateniense às opiniões de Heródoto. Parece mais promissor inserir Heródoto no contexto da Guerra do Peloponeso, constatando que a sua principal preocupação é o imperialismo, não a monarquia, ainda que ambos amiúde se confundam, por um percebido vínculo genético. Dito isto, pode-se antecipar que a denominação do Império Persa como uma *basilēiē* em Heródoto não traz nenhuma coloração negativa *per se*, como ocorrerá, por exemplo, em autores posteriores, entre eles Dião Cássio.

5.1.2 “MEU REINO POR UM CAVALO!” *BASILĒIĒ* PERSA EM HERÓDOTO

A terminologia de Heródoto para a monarquia envolve debates complexos, a começar pelos títulos de *basileús* e *túrannos*.¹⁷⁴⁵ Antes de Heródoto, o termo *túrannos* foi usado de forma neutra e até positiva em Píndaro, mas, com o passar do tempo, adquire uma carga

¹⁷⁴¹ Hdt. 3.56.

¹⁷⁴² Hdt. 3.120-126.

¹⁷⁴³ BARAGWANATH, op.cit., p. 107.

¹⁷⁴⁴ LATEINER, 1989, p. 184.

¹⁷⁴⁵ Cf., em especial, quanto ao debate que segue, OOST, 1976, p. 226: “Isocrates was a rival of the philosophers and obviously does not subscribe to their partly artificial dichotomy between ‘king’ and ‘tyrant’; quite possibly the rhetorician’s use of the term more closely approximates normal Greek definitions of the first half of the fourth century”.

inequivocamente negativa em autores como Aristóteles e Platão.¹⁷⁴⁶ Nas *Histórias*, talvez seja possível entrever uma distinção inicial, ainda que muito tênue, entre os dois. Os verbos cognatos respectivos, *turanneúein* e *basileúein*, são empregues de formas distintas: o primeiro aparece majoritariamente no particípio presente e no imperfeito, enquanto o segundo é preponderantemente usado com o tema do aoristo.¹⁷⁴⁷ Para Edmond Lévy, essa diferença aspectual indicaria que *turanneúein* se associaria frequentemente a um exercício de poder efetivo, enquanto *basileúein* insistiria na obtenção pontual de um título.¹⁷⁴⁸ A partir de uma análise sistemática das passagens, o autor acredita que *basileús* seja um mero título real, frequentemente honorífico, independentemente do poder detido pelo rei na prática.¹⁷⁴⁹ Isso significaria que o “tirano”, enquanto governante efetivo, poderia ser também um rei, ao passo que nem todo rei poderia ser um “tirano”.¹⁷⁵⁰ Assim, para uma mesma personagem, seja grega ou oriental, como Creso, Candaules, Aristágoras e Gelão, ambos os títulos são usados alternadamente, sem problemas.¹⁷⁵¹ O vocabulário da realeza, por sua vez, é usado, em particular, para designar persas, espartanos e egípcios.¹⁷⁵²

Se “o caráter negativo da tirania transparece em várias passagens”, Lévy também concede que ele não é tão claro a ponto de permitir uma distinção entre a realeza legítima e a tirania, como ocorrerá mais tarde.¹⁷⁵³ Também Condiolo entrevê uma leve inclinação de Heródoto a reputar negativa a tirania, embora asseverando que o autor não desenvolve um conceito ou uma ideia fixa para tal forma de governo.¹⁷⁵⁴ E Victor Parker, após afirmar que “τύραννος é um termo neutro para Heródoto”,¹⁷⁵⁵ admite que a palavra poderia ter, “em algumas ocasiões”, uma conotação negativa, como no discurso de Sóicles sobre Periandro.¹⁷⁵⁶

¹⁷⁴⁶ LÉVY, 1993, p. 7-8; ASHERI, 2007, p. 78. Pace ROMILLY, 1959, p. 84-85. Os “tiranos” da Grécia Arcaica seriam governantes “absolutos” por tempo determinado (os “reformadores”) ou perpétuos, ascendendo em períodos de crise e responsáveis por grandes obras públicas e concessões ao demos. Essa descrição convencional, contudo, está envolta em muitas polêmicas. Cf. PARKER, 2007. A obra de referência para os tiranos gregos é BERVE, 1967; Cf. também OSBORNE, 2009, p. 180-185.

¹⁷⁴⁷ LÉVY, op. cit., p. 13.

¹⁷⁴⁸ Ibid., p. 14.

¹⁷⁴⁹ LÉVY, 2006, p. 90. O seu equivalente feminino, βασίλεια, é inespecífico e utilizado para mulheres reais no geral (“rainha”, “rainha mãe”, “princesa” etc.). Brosius lista os casos da esposa de Candaules (Lídia), de Tomírias (masságetas) e a rainha dos citas, notando que Heródoto não emprega o título para as mulheres persas. Deve-se acrescentar à lista, contudo, o caso de Nitócris, da Babilônia (Hdt. 1.185). BROSIUS, 1996, p. 18-20.

¹⁷⁵⁰ LÉVY, 1993, p. 17.

¹⁷⁵¹ Ibid., p. 12-13.

¹⁷⁵² Ibid., p. 11.

¹⁷⁵³ Ibid., p. 9.

¹⁷⁵⁴ CONDILO, 2008, p. 66-91.

¹⁷⁵⁵ PARKER, 1998, p. 162.

¹⁷⁵⁶ Ibid., p. 163.

Mais importante, para nosso propósito, é que não há uma fronteira nítida entre gregos e não-gregos na qualificação de reis e tiranos,¹⁷⁵⁷ muito menos uma fundada na depreciação do *basileús*, que é um título usado para domínios “institucionalizados”, “funcionando segundo uma ordem reconhecida”.¹⁷⁵⁸ Na verdade, essa é uma terminologia que aproxima por exemplo, os louváveis espartanos e seus adversários persas, não o contrário. Além disso, Lévy e Dewald notam que o termo “tirano” não é usado para designar os quatro principais reis persas.¹⁷⁵⁹ Para designar o domínio persa, o vocábulo tirania (*turannís*) aparece uma vez, na boca de Xerxes,¹⁷⁶⁰ o que, além de estatisticamente irrelevante, pode se explicar pela maior extensão semântica do termo *turannís* em relação ao título *túrannos*.¹⁷⁶¹ Mesmo se admitirmos, por fim, que tirania poderia adquirir esporadicamente uma carga negativa nas *Histórias*, a ausência da palavra para designar os reis persas talvez indique que não haveria uma censura específica à monarquia quando aplicada ao mundo aquemênida.¹⁷⁶²

Descartando-se, portanto, o termo *turannís*, por não ser suficientemente significativo no contexto persa, devemos proceder ao exame de *basilēiē* (realeza, reino) em Heródoto. A primeira constatação, de plano, é que o termo é abundante (68 ocorrências),¹⁷⁶³ altamente inespecífico e denota uma realidade monárquica, quase sempre em sentido abstrato, às vezes como correspondente de “império”. Nesse sentido, a palavra pouco difere semanticamente de termos antigos próximo-orientais brevemente abordados, como o hebraico *malḵūt*, o elamita *sunki-me* ou o acadiano *šarrūtu*.

Vimos, acima, que *megálē archē* é uma expressão usada exclusivamente para os impérios orientais em Heródoto, em especial na narrativa do oráculo oferecido a Creso.¹⁷⁶⁴ No mesmo contexto, o termo *basilēiē* aparece como sinônimo de *megálē archē*, pelo que o primeiro, evidentemente, poderia denotar um império.¹⁷⁶⁵ No *lógos* da Lídia, Heródoto

¹⁷⁵⁷ Creso e Déjoces também são “tiranos”.

¹⁷⁵⁸ LÉVY, 1993, p. 17; PARKER, 1998, p. 161. PARKER explica a ausência de uma dicotomia entre “tirania” e “monarquia” em Heródoto como uma especificidade do dialeto jônico. Cf. PARKER, op. cit., p. 168-171.

¹⁷⁵⁹ “Por outro lado, os reis dos medos e dos persas (...) jamais são qualificados de *turannos*”: Ibid., p. 11. “Os subsequentes reis persas, Ciro, Cambises, Dario e Xerxes não serão chamados *tyrannoi* na narrativa (...)”, DEWALD, 2003, p. 33.

¹⁷⁶⁰ Hdt. 7.52.2.

¹⁷⁶¹ LÉVY, op. cit., p. 12.

¹⁷⁶² Duas ressalvas a tal constatação: em contexto persa, Otane utiliza “tirano”, mas como sinônimo de “monarca” e em abstrato (3.80). Cf. PELLING, 2002, p. 135-136. Ao rechaçar uma acusação contra a traição dos Alcmeônidas em favor de Hípias e dos persas, Heródoto diz que aqueles eram odiadores de tiranos (μισοτύραννοι), mas a referência pode ser puramente a Hípias (6.121).

¹⁷⁶³ Hdt. 1.11.2: o reino dos lídios; Hdt. 1.12.2: o reino de Giges; Hdt. 1.131; Hdt. 1.26.1; Hdt. 2.1; Hdt. 2.100; Hdt. 2.111; Hdt. 2.112; Hdt. 2.120; Hdt. 3.3; Hdt. 3.20 etc. Para a relação completa, cf. POWELL, 1960, p. 59.

¹⁷⁶⁴ Hdt. 1.53.

¹⁷⁶⁵ Hdt. 1.54.

também usa o termo várias vezes como sinônimo (ou espécie) de categorias como *archē*¹⁷⁶⁶ e *mounarchiē*.¹⁷⁶⁷ Em raras passagens, como na descrição dos reinos da Cítia, o termo possui, aparentemente, uma conotação territorial: diz-se que foram divididos três reinos em razão da grandeza do território (τῆς δὲ χώρας ἐούσης μεγάλης)¹⁷⁶⁸ e, mais adiante, se menciona de novo uma parcela do domínio (αὕτη μὲν σφι μία ἦν μοῖρα τῆς βασιληίης).¹⁷⁶⁹

No entanto, é o famoso diálogo de Demarato e Xerxes que, tratando Esparta como uma *basilēiē*, em sentido estatal, mais confusão traz para o exame do termo. Num contexto em que, segundo a opinião dominante, os regimes políticos de gregos e persas são francamente contrapostos, Demarato diz que Xerxes marcharia contra o melhor “reino” da Grécia (βασιληίην τε καλλίστην τῶν ἐν Ἑλλησι).¹⁷⁷⁰ Os manuscritos da tradição florentina chegam mesmo a colocar *basilēiē* ao lado de *pólis*, talvez para fazer sentido do trecho,¹⁷⁷¹ mas, de toda forma, não resta dúvida de que a palavra foi usada para designar o Estado espartano como um todo. Para Tanck, o uso se explicaria pelo contexto da passagem, uma conversa com o monarca iraniano, como se Demarato fosse forçado a “falar persa”.¹⁷⁷² Destarte, a autora não acredita que Heródoto visse Esparta como uma *basilēiē*, isto é, enquanto tipo de Estado análogo ao oriental.

Na verdade, a passagem demonstra com clareza que Esparta, uma *pólis* autenticamente grega e “isonômica”, podia ser concebida como uma entidade equivalente à Pérsia ou à Lídia, como um Estado monárquico, o que é reforçado pela evidência para a titulação de seus reis, por exemplo.¹⁷⁷³ A nosso ver, tal ocorrência reforça a leitura de Erich Gruen sobre o diálogo, demonstrando não se estabelecer, nesse discurso da superioridade espartana, uma oposição entre regimes políticos, mas, antes, certa distinção entre sistemas de disciplina.¹⁷⁷⁴

Sem dúvida, poderíamos pensar que o uso do título *basileús* e da categoria *basilēiē* nos casos elencados poderia representar, em vez de uma assimilação empática da Pérsia a Esparta, uma assimilação inversa de Esparta à Pérsia, em sentido depreciativo, reverberando uma propaganda anti-espartana. As tentativas de associar esses dois Estados transparece em narrativas como a de Demarato e Pausânias.¹⁷⁷⁵ Heródoto, ademais, compara as instituições

¹⁷⁶⁶ Hdt. 1.12-13.

¹⁷⁶⁷ Hdt. 1.54-55; Cf. também PARKER, 1998, p. 162.

¹⁷⁶⁸ Hdt. 4.7.2.

¹⁷⁶⁹ Hdt. 4.120.2

¹⁷⁷⁰ Hdt. 7.209.4.

¹⁷⁷¹ Hude, 1968: βασιληίην τε καὶ καλλίστην πόλιν τῶν ... (ABCP).

¹⁷⁷² TANCK, 1997, p. 47.

¹⁷⁷³ Os tiranos gregos também têm *basilēiē* (Hdt. 5.35.1; 3.52.3-4; Cf. PARKER, op.cit., p. 162).

¹⁷⁷⁴ GRUEN, 2011, p. 22.

¹⁷⁷⁵ VANNICELLI, 2012, p. 263.

monárquicas persa e espartana, por exemplo, ao lembrar que, em ambos os casos, a sucessão dinástica acarreta o perdão de todas as dívidas devidas pelos particulares e pelas cidades ao Estado.¹⁷⁷⁶ No entanto, as *Histórias* estão muito mais impregnadas de uma tradição simpática ao papel de Esparta na guerra, sublinhando, antes, as relações genealógicas e de aliança entre Argos (inimiga de Esparta) e a Pérsia, sobretudo mediante referências ao herói argivo Perseu.¹⁷⁷⁷

Uma última passagem interessante é a menção de Heródoto a uma suposta inscrição de Dario sobre sua ascensão ao trono. Segundo a narrativa de Heródoto, os conspiradores persas, logo após a derrota de Esmérdis, teriam decidido que aquele dos sete cujo cavalo relinchasse primeiro, ao nascer do sol, deveria ganhar o reino.¹⁷⁷⁸ Dario, a partir de um plano oculto, teria conseguido essa proeza, tornando-se soberano da Pérsia.¹⁷⁷⁹ E, por isso, teria alegadamente mandado inscrever numa representação equestre de si as linhas abaixo:

‘Δαρεῖος ὁ Ὑστάσπεος σὺν τε τοῦ ἵππου τῇ ἀρετῇ τὸ οὖνομα λέγων ‘καὶ Οἰβάρεος τοῦ ἵπποκόμου ἐκτήσατο τὴν Περσέων βασιλίην.

“Dario, filho de Hístapes, pela virtude de seu cavalo” (dizendo seu nome) “e de Ebares, seu escudeiro, adquiriu o reino dos persas”.¹⁷⁸⁰

Aqui, o termo *basilēē* parece indicar o governo persa em sentido estrito, não o império. Poderíamos pensar numa equivalência com o persa antigo *xšaça-* ou *dahyu-*, mas é improvável que Heródoto se refira a um documento original, ou, de toda forma, que o tenha citado de forma fidedigna. Assiste razão a Tanck, portanto, ao afirmar que a passagem é mera referência ao poder sobre os persas, e não ao Império Aquemênida em sentido abstrato ou geográfico.¹⁷⁸¹

Em suma, *basilēē* é um termo quase sempre usado em sentido abstrato em Heródoto, com três possíveis ocorrências concretas, todas fora do contexto persa (Cítia e Esparta). É um termo altamente inespecífico, frequentemente designando reinos em sentido estrito, mas também, mais raramente, impérios e até uma *pólis* grega (Esparta). Notavelmente, esta última

¹⁷⁷⁶ Hdt. 6.58-59.

¹⁷⁷⁷ VANNICELLI, 2012, p. 256-261. Ressalte-se, contudo, que Perseu também poderia ser utilizado positivamente para conectar o mundo grego ao mundo persa. É possível que a genealogia do herói tenha sido efetivamente apropriada pelos persas a fim de reforçar seus laços históricos com Argos. Cf. GRUEN, 2006, p. 298-300.

¹⁷⁷⁸ Hdt. 3.84.

¹⁷⁷⁹ Hdt. 3. 85-86.

¹⁷⁸⁰ Hdt. 3.88.3. A inscrição parece ser fantasiosa e certamente não pode se referir a Behistun. Não existem representações equestres dos reis persas talhadas em pedra que tenham chegado até nós. Cf. ASHERI, 2007, p. 479.

¹⁷⁸¹ TANCK, 1997, p. 44.

ocorrência figura numa passagem significativa da obra. O uso do título *basiléus* para soberanos espartanos e persas parece, ademais, reforçar que não havia nada de especialmente pejorativo ou ilegítimo a respeito da noção da monarquia *per se*. Ressalte-se, ademais, que estes soberanos persas jamais são chamados de “tiranos”, o que poderia sugerir um juízo específico, considerando-se o uso ocasionalmente negativo da palavra. Esse título, a bem da verdade, é reservado a outros monarcas gregos e orientais, sem permitir, de toda forma, que se postule uma teoria da tirania em Heródoto.

5.1.3 A PÉRSIA NOS “HISTORIADORES DE ALEXANDRE”

O Império Persa Aquemênida é descrito, em grego e latim, por autores que se convencionou chamar os “historiadores” de Alexandre, cronistas da carreira do macedônio. Dentre esses escritores clássicos, Arriano, que faz reiterada referência às histórias de Aristóbulo e Ptolomeu, foi tradicionalmente divorciado de autores de uma outra tradição, por vezes chamada *Vulgata*, à qual pertencem Plutarco, Diodoro Sículo, Quinto Cúrcio e a Epítome de Pompeu Trogo por Justino. Tendo em vista a natureza da campanha de Alexandre, o Grande, um empreendimento declaradamente anti-Persa, é natural que esses autores tenham algo a dizer sobre o império asiático conquistado pela Macedônia. Veremos, contudo, que sua terminologia diz pouco a respeito das visões greco-romanas da Pérsia.

Sobre esses autores a primeira coisa que se deve salientar é que, apesar de suas fontes remontarem ao período helenístico, narrando a conquista da Pérsia Aquemênida pela Macedônia no século IV a.C., estavam eles próprios inseridos em outro contexto, de domínio romano, preocupados, por conseguinte, com os problemas políticos de sua época, o Principado, o império de Roma e a ameaça pártica. Em segundo lugar, que suas obras eram, antes de mais nada, escritos de moralização política, um conjunto de reflexões ambientadas no passado, mas não uma historiografia em sentido moderno, com todas as preocupações factuais que tal concepção poderia aportar.

Talvez a melhor noção geral sobre o olhar da Pérsia que tinham os “historiadores de Alexandre” se encontre nas seguintes linhas de Pierre Briant,

O debate dá conta do clima intelectual no qual nossos autores trabalharam. Escritores da época romana, entre principado e império, nossos autores são antes de tudo “moralistas”, no sentido político do termo e prioritariamente quanto às normas sociais e culturais de seu tempo. Em obras que, fundamentalmente, são dissertações historicizadas sobre a realeza (*peri basileias*) e sobre o exercício sensatamente equilibrado do poder, eles utilizam o gênero da narração, ela mesma frequentemente alimentada por e entremeada de *exempla* e apotegmas, de maneira a exaltar os “bons reis” e a denunciar os “ruins”.¹⁷⁸²

Evidentemente, a tais motivações se soma o problema da frequente associação dos imperadores romanos, de Augusto em diante, à memória grega e helenística e, similarmente, do Império Aquemênida ao Império Arsácida, percebido como seu sucessor no Oriente. Por esse motivo, é extremamente difícil, senão impossível, pensar na descrição greco-romana da Pérsia aquemênida como um relato livre de projeções anacrônicas e combinações complexas de várias “camadas” históricas.

Como vimos ao examinar a evolução do uso de *arché* de Heródoto a Dião Cássio, esse termo, designação *par excellence* do império bárbaro, deixa de ser uma referência exclusiva a realidades estrangeiras e passa a nomear o império de Atenas muito cedo, pelo menos desde a primeira fase da Guerra do Peloponeso (entre a Guerra Arquidâmica e a Paz de Nícias), sendo usado para descrever o próprio império Romano mais tarde. Os historiadores de Alexandre também usaram os termos *imperium*, *regnum* e *arché*, em sentido territorial e abstrato, sem que estes denotassem exclusivamente uma realidade ocidental ou oriental. Pode-se dizer, assim, que o léxico político desses autores não demarca uma fronteira étnica e organizacional entre Pérsia e Macedônia/Roma, mas, antes, as aproxima.

Fascinado por uma *História Universal*, em 44 livros, com a qual porventura se deparara, o professor de retórica Marcus Junianus Justino resolve abreviá-la em uma Epítome, provavelmente no segundo século cristão. O autor dessa obra, Pompeu Trogo, cuja biografia é mais bem conhecida do que a do próprio Justino, seria um historiador de origem celta, com familiares que haviam servido a República por algumas gerações. Ele teria redigido sua obra provavelmente durante o reinado de Augusto, expressando a visão de um mundo dividido entre partos e romanos.¹⁷⁸³

Os persas de Pompeu Trogo são descritos no *excursus* sobre os partos (livros 41 e 42) e nas *Historiae Philippicae* (livros 11 a 12), que tratam do Estado da Macedônia e as campanhas de Alexandre. Uma vez que a história de Pompeu Trogo se insere dentro da

¹⁷⁸² BRIANT, 2003, p. 169.

¹⁷⁸³ CROMMELIN, 1996, p. 259-261.

tradicional teoria greco-romana da *translatio imperii*, os aquemênidas e os arsácidas figuram como personagens de uma história de domínios sucessivamente superados em virtude de sua degeneração moral. Os partos, em particular, são descritos por Pompeu Trogo como inimigos militarmente equivalentes ou, por vezes, superiores a Roma, embora de natureza despótica e cruel, um provável sintoma de sua decadência e eventual destruição, sem dúvida a ilustrar as teorias morais greco-romanas.¹⁷⁸⁴ Sua trajetória, ademais, é estreitamente relacionada ao itinerário dos antigos aquemênidas.¹⁷⁸⁵

O termo *regnum* é usado por Pompeu Trogo para descrever os impérios da Macedônia e dos aquemênidas,¹⁷⁸⁶ muitas vezes com conotação inequivocamente territorial, como quando Dario III tenta, sem sucesso, negociar um armistício com Alexandre mediante a cessão de uma parcela de seu domínio.¹⁷⁸⁷ O vocábulo *imperium*, por sua vez, é denominação comum de todos os grandes domínios históricos, como a Assíria, a Pérsia, a Pártia, a Macedônia e Roma. Ele é recorrentemente usado em referência à Pérsia¹⁷⁸⁸ ou à Pártia,¹⁷⁸⁹ mais geralmente em sentido abstrato.

Em matéria de nomenclatura, Quinto Cúrcio Rufo não difere muito de Pompeu Trogo. O autor, que pela evidência disponível deve ter concluído suas *Historiae* nos primeiros anos do reino do imperador Cláudio,¹⁷⁹⁰ revela uma série de preconceitos e clichês sobre o Oriente típicos de sua época: os asiáticos respeitam até mesmo os nefastos eunucos,¹⁷⁹¹ os persas praticam formas cruéis de punição,¹⁷⁹² os babilônios prostituem suas filhas e esposas¹⁷⁹³ e os bárbaros possuem uma opulência característica.¹⁷⁹⁴ Além disso, condena-se uma série de costumes estrangeiros adotados por Alexandre que eram mal vistos por seus conterrâneos, como sua suposta divinização em vida.¹⁷⁹⁵

O rei Dario III, contudo, é visto de forma relativamente favorável, vez que detinha um temperamento moderado,¹⁷⁹⁶ apenas distorcido pela inexorável atração do destino.¹⁷⁹⁷ Tal caracterização, contudo, deve ser entendida à luz da natureza e escopo da obra: a trajetória de

¹⁷⁸⁴ CROMMELIN, 1996, p. 273.

¹⁷⁸⁵ Just. Epit. 11.15.1.

¹⁷⁸⁶ Just. Epit. 11.6.9; 11.7.9.

¹⁷⁸⁷ Just. Epit. 11.12.2; 11.12.3; 11.12.10.

¹⁷⁸⁸ Just. Epit. 11.5.7; 11.9.8; 11.14.7; 11.15.1.

¹⁷⁸⁹ Just. Epit. 41.1.1; 41.4.1; 41.6.8.

¹⁷⁹⁰ ATKINSON, 1980, p. 49-50.

¹⁷⁹¹ Curt. 3.3.23; 10.1.37-38.

¹⁷⁹² Curt. 3.8.15; 5.5.6; 7.5.40.

¹⁷⁹³ Curt. 5.1.37.

¹⁷⁹⁴ Curt. 8.4.22.

¹⁷⁹⁵ Curt. 8.5.5.

¹⁷⁹⁶ Curt. 3.8.4.

¹⁷⁹⁷ Curt. 3.2.10-17.

Dario, à semelhança de Alexandre,¹⁷⁹⁸ serve de ilustração aos princípios da Providência, cujos desígnios suplantam até mesmo a natureza dos homens. O próprio Alexandre, por sua vez, demonstraria grande respeito por seu adversário, cuja morte nas mãos de conspiradores chegaria a vingar, provavelmente como método de legitimação do seu poder em solo estrangeiro. Não nos esqueçamos, por fim, de outros monarcas asiáticos, como Semíramis e Ciro, que haviam servido de exemplo a Alexandre.¹⁷⁹⁹

Quinto decerto modelou sua narrativa à semelhança da tradição herodotiana, entrelaçando, mediante referências e alusões, os destinos de Dario III e Xerxes. Um caso paradigmático é a sequência que antecede a Batalha de Isso, em clara emulação da narrativa de Heródoto: Dario III conta seu exército à maneira de Xerxes¹⁸⁰⁰ e, confiante nos números, escuta do exilado ateniense Caridemo uma verdade inconveniente sobre a superior disciplina militar das tropas macedônicas.¹⁸⁰¹ O discurso é muito próximo do elogio da disciplina espartana enunciado pelo exilado Demarato a Xerxes muito tempo antes.¹⁸⁰² Segue-se o relato de um sonho equivocadamente interpretado como um bom auspício,¹⁸⁰³ como os três sonhos que, pelo mesmo engano hermenêutico, haviam incitado Xerxes à guerra.¹⁸⁰⁴ Nessa tradição literária, as visões oníricas não são nada mais do que artifícios da Providência, como muito antes o sonho de Agamenão¹⁸⁰⁵ e, muito mais tarde, a visão de Deríades, em Nono de Panópolis.¹⁸⁰⁶

Quinto-Cúrcio, como Pompeu Trogo na Epítome de Justino, usa o termo *regnum* para falar do império de persas¹⁸⁰⁷ e macedônios¹⁸⁰⁸ em sentido abstrato¹⁸⁰⁹ e territorial,¹⁸¹⁰ mas também, como seria de se esperar, de reinos não-imperiais, em sentido amplo. Uma síntese exhaustiva do uso de *imperium* em Quinto, por sua vez, se encontra em Richardson, abaixo:

Curtius usa a palavra 53 vezes do poder de reis, doze para os persas (...), duas para os indianos (...), uma vez para os citas (...) e trinta e oito para a Macedônia (...). Em oito ocasiões, ele a usa do poder dado a um comandante ou governador (...). Ele também apresenta os significados comuns de

¹⁷⁹⁸ Curt. 3.2.18-19; 3.12.18-20.

¹⁷⁹⁹ Curt. 7.6.20.

¹⁸⁰⁰ Curt. 3.1.2-3.

¹⁸⁰¹ Curt. 3.2.11-16.

¹⁸⁰² Hdt. 7.104.

¹⁸⁰³ Curt. 3.3.2-7.

¹⁸⁰⁴ Hdt. 7.12; 14; 19.

¹⁸⁰⁵ Il. 2.23-25.

¹⁸⁰⁶ Nonn. D. 26.1-35.

¹⁸⁰⁷ Curt. 4.5.8; 9.6.10.

¹⁸⁰⁸ Curt. 10.3.13; 10.5.5.

¹⁸⁰⁹ Curt. 5.10.1.

¹⁸¹⁰ Curt. 4.9.13; 4.11.21.

imperium como uma ordem (vinte e sete casos: ...) e de “poder” em sentido geral (7 casos: ...). Em contextos nacionais, ele usa a palavra quatro vezes para a Pérsia e Macedônia de maneiras que parecem se referir a nações ou Estados como um todo (...), e em oito ocasiões do poder imperial dos persas e macedônios sobre outros (...). Em cinco passagens, esse poder é universal, uma vez se referindo a Cartago e quatro vezes à Macedônia (...). Em pelo menos três casos a palavra é usada para se referir a impérios concretos, territoriais, com seções (*partes*) e fronteiras (*fines*), tanto para persas quanto macedônios (...).¹⁸¹¹

O balanço de Richardson demonstra que um autor como Quinto-Cúrcio poderia, sem problemas, descrever o império dos persas em sentido estatal e territorial, à semelhança da Macedônia e, ademais, que limita essa descrição concreta aos domínios de Alexandre ou dos aquemênidas. Quinto deve ter sido influenciado pela *Zwei-Welten-Theorie* do período imperial romano, concebendo o mundo como dividido entre dois sistemas moralmente distintos, os impérios da Ásia e da Europa. Isso é atestado pela presença recorrente de menções aos partos arsácidas ao longo de sua descrição do Oriente,¹⁸¹² uma ameaça que não poderia ser ignorada em sua época.¹⁸¹³ Além disso, o perigo da degeneração e da guerra civil, simbolizados pela história de Alexandre e da Macedônia, deve ter reforçado a resolução romana de manter-se sob a estabilidade e orientação do Principado.¹⁸¹⁴

Plutarco pouco difere de Quinto na sua avaliação da Pérsia, demonstrando alguma simpatia por Dario III (como na sua favorável descrição física em 33.4-5), ao mesmo tempo em que não poupa censuras às maneiras e costumes dos adversários. Sua terminologia, como já pudemos notar, não permite identificar uma fronteira terminológica entre o domínio dos bárbaros e o império de Alexandre. Se é verdade que o Império Persa é normalmente

¹⁸¹¹ RICHARDSON, 2008, p. 154-155. A referência completa: “Curtius usa a palavra 53 vezes do poder de reis, doze para os persas (3.3.6 bis; 3.11.11; 4.5.13; 4.14.22; 5.8.8; 5.8.13; 5.9.4; 5.9.8; 6.3.12; 6.3.13; 8.5.11), duas para os indianos (8.12.9; 8.14.36), uma vez para os citas (7.7.1) e trinta e oito para a Macedônia (4.1.5; 4.1.9; 4.2.2; 4.7.31; 4.11.5; 4.14.10; 5.1.1; 5.10.4; 6.3.2; 6.3.6; 7.8.30; 8.5.18; 8.8.13; 8.12.14; 9.3.6; 9.6.9; 9.7.3; 9.8.4; 9.8.17; 9.10.22; 10.2.6; 10.2.24; 10.3.3; 10.3.7; 10.3.10; 10.6.5; 10.6.17; 10.7.12; 10.7.15; 10.8.1; 10.8.2; 10.8.10; 10.8.19; 10.9.2; 10.10.1; 10.10.3; 10.10.4; 10.10.7). Em oito ocasiões, ele a usa do poder dado a um comandante ou governador (3.3.1; 3.13.14; 4.7.1; 6.9.22; 8.2.32; 8.4.21; 9.8.10; 10.10.7). Ele também apresenta os significados comuns de imperium como uma ordem (vinte e sete casos: 3.8.26; 3.8.30; 4.9.20; 4.13.17; 4.13.21; 4.15.12; 5.1.9; 5.9.14; 5.9.15; 5.11.1; 5.12.14; 5.12.18; 7.1.38; 8.8.8; 8.10.2; 8.14.16; 8.14.20; 9.1.7; 9.3.6; 9.6.9; 9.8.17; 9.9.15; 9.9.26; 10.2.5; 10.2.6; 10.2.15; 10.6.2.) e de “poder” em sentido geral (7 casos: 8.5.18; 8.8.13; 9.7.3; 9.8.4; 10.1.23; 10.3.3; 10.10.7). Em contextos nacionais, ele usa a palavra quatro vezes para a Pérsia e Macedônia de maneiras que parecem se referir a nações ou Estados como um todo (4.13.13; 6.10.23; 8.8.1; 8.8.12), e em oito ocasiões do poder imperial dos persas e macedônios sobre outros (4.5.8; 4.11.8; 4.14.20; 5.7.2; 6.3.8; 6.3.11; 9.6.20; 10.5.12). Em cinco passagens, esse poder é universal, uma vez se referindo a Cartago e quatro vezes à Macedônia (4.3.19; 4.7.26; 4.14.21; 4.14.24; 9.2.11). Em pelo menos três casos a palavra é usada para se referir a impérios concretos, territoriais, com seções (*partes*) e fronteiras (*fines*), tanto para persas quanto macedônios (5.8.11; 8.1.21; 10.10.6)”.

¹⁸¹² Curt. 4.12.11; 5.7.8-9; 6.2.12.

¹⁸¹³ Sobre Partos e Romanos, ver próximo tópico.

¹⁸¹⁴ Curt. 10.9.3-6.

chamado de *arché*,¹⁸¹⁵ às vezes em sentido territorial,¹⁸¹⁶ também não se pode ignorar que o império de Alexandre recebe o mesmo nome.¹⁸¹⁷ Até mesmo o termo *hēgemonía* é usado para designar o império bárbaro sem problemas.¹⁸¹⁸

Difere desse tratamento a *Anábasis* de Alexandre por Arriano, que também já tivemos a oportunidade de mencionar. Sua descrição de Dario é sem dúvida mais desfavorável em comparação aos autores da “Vulgata” e esse autor não chama o império dos persas de *hēgemonía*. Na realidade, como já dito, Arriano demonstra uma forte continuidade formal com os autores da tradição clássica, preservando a distinção entre um Alexandre que impera hegemonicamente entre gregos e despoticamente entre bárbaros, apelidando o império asiático de *arché* e mesmo aludindo à *megálē arché* de Heródoto ao falar de seus sucessores selêucidas.¹⁸¹⁹

5.1.4 “GUERRA DOS MUNDOS”: O IMPÉRIO PERSA COMO *REGNUM* E *IMPERIUM*

Da República Tardia ao Alto Império, a história de Roma é marcada pelo embate com o Império Arsácida,¹⁸²⁰ percebido como herdeiro dos aquemênidas. Após reiterados fracassos militares na região, em especial nas campanhas de Crasso e Marco Antônio, o imperador

¹⁸¹⁵ Plu. Alex. 16.2; 17.4.

¹⁸¹⁶ Plu. Alex. 36.2.

¹⁸¹⁷ Plu. Alex. 65.6.

¹⁸¹⁸ Plu. Alex. 17.1.

¹⁸¹⁹ Arr. An. 7.22.5.

¹⁸²⁰ A reconstrução da história política do Império Arsácida ou Partos é dificultada pela escassez de fontes narrativas autóctones, pela natureza enviesada dos relatos greco-romanos e pela complexa cronologia dinástica. Quanto à história política da Pártia, as melhores sínteses pertencem a DEBEVOISE (1938), BIVAR (1983), WIESEHÖFER (2001; 2003) e BROSIUS (2006). No século III a.C., a revolta do sátrapa local, Andrágoras, gerou instabilidade e vulnerabilizou os selêucidas perante a invasão dos partos. Instalados na região, sob a liderança de Arsaces I, os partos, doravante chamados partos, passaram por um processo expansionista ao longo dos séculos III e II a.C., com a conquista do norte do Irã e da Mesopotâmia. Seu primeiro contato com os romanos se deu pouco antes das Guerras Mitridáticas, no século I a.C. e, durante a República Romana, os partos derrotaram o comandante romano Crasso na famosa Batalha de Carras (53 a.C.), bem como Marco Antônio, no atual Azerbaijão. Os partos teriam também oferecido apoio à facção republicana de Cássio e Brutus durante a Guerra Civil Romana (TIMPE, 1962, p. 118). Após esses embates, um acordo entre Augusto e Fraates IV, em 20 a.C. é comemorado como uma grande vitória em Roma. Pouco mais tarde, um massacre dos príncipes partos gera instabilidade na fronteira e conduz o formidável Artabano III ao poder. Seguem-se várias maquinações de Tibério, Cláudio e Nero para controlar o trono parto, com sucesso limitado. No final do primeiro século cristão, Vologeses e Vespasiano mantêm uma relação diplomática com os vizinhos, situação que se alterará com as campanhas de Trajano e sua tomada de Ctesifonte. Os Severos, modelando-se à imagem de Alexandre, o Grande, continuam a mesma política, mas os romanos nunca chegam a conquistar a Pártia de forma duradoura. A representação dos partos na arte e estatutária romana foi estudada por SCHNEIDER, 1986 e 2007, bem como ROSE, 2005. A representação dos partos na poesia latina foi estudada por WISSEMANN, 1982. Autores que trataram o tema na literatura geral foram SONNABEND, 1986, LEROUGE, 2007 e SPAWFORTH, 1994. Cf. também TREUK, 2018b.

Augusto celebra um tratado com os partos (20 d.C.) e opta por uma política mais moderada e diplomática na fronteira do rio Eufrates.¹⁸²¹ Essa reversão da política externa romana em relação aos arsácidas é acompanhada da fabricação de uma ideologia que pudesse justificar a contenção das pretensões universais romanas sem com isso admitir sua impotência.¹⁸²² Nesse sentido, Augusto propaga a visão de um mundo dividido em dois: de um lado, o espaço romano, civilizado, e, de outro, um universo degenerado, no qual estaria fixado o império dos partos. Esse império alienígena, militarmente equivalente ao poderio de Roma, não deveria ser cobiçado, já que representava até mesmo uma ameaça de degeneração moral ao Principado.¹⁸²³

A propaganda política de Augusto, que se reflete nas fontes da época, revela o abandono da pretensão a um empreendimento de conquista na Pártia.¹⁸²⁴ Por essa razão, o príncipe revive a memória da guerra defensiva de Atenas contra os aquemênidas, mitigando o exemplo mais recente de Alexandre e seu empreendimento conquistador.¹⁸²⁵ Em suma, após a era de Augusto, a tônica da visão romana sobre os persas é de distanciamento, uma vez que os

Arsácidas, que eram tidos como invencíveis em seu próprio reino, haviam sido removidos do ‘mundo civilizado’ (= *orbis Romanus*), onde Roma governava suprema, para outro ‘mundo paralelo’, o *alter orbis*, no qual o domínio romano não era considerado possível, nem desejável, pois correria o período de sucumbir à degeneração que infestava o Oriente.¹⁸²⁶

Charlotte Lerouge, é verdade, questionou, mais recentemente, o suposto abandono da retórica da conquista da Pártia por Augusto. Seja como for, essa autora concorda que o tema da “igualdade” entre romanos e partos floresceu durante o Principado, fornecendo, inclusive, novas hipóteses explicativas para o fenômeno. Segundo Lerouge, é provável que a ênfase na divisão com o Oriente promovesse a visão de um domínio seguro em seu próprio mundo, escamoteando as dificuldades na fronteira ocidental, onde os romanos continuavam a enfrentar bárbaros belicosos e insubordinados.¹⁸²⁷ Independentemente da teoria que se considere mais plausível, fato é que o tema da equivalência vigorou no primeiro século cristão, explicando a atitude de vários autores gregos e latinos em relação aos impérios do Oriente.

¹⁸²¹ SONNABEND, 1986, p. 199-200.

¹⁸²² Ibid., p. 200.

¹⁸²³ Ibid., p. 202-210.

¹⁸²⁴ SPAWFORTH, 1994, p. 240-243.

¹⁸²⁵ SHAYEGAN, 2011, p. 338.

¹⁸²⁶ Ibid., p. 335.

¹⁸²⁷ LEROUGE, 2007, p. 119-123.

Do ponto de vista terminológico, a perspectiva de uma “guerra dos mundos” explica em parte a equivalência dos impérios persa e romano, que “recebem o mesmo gênero de denominação”.¹⁸²⁸ Essa é, como vimos, a situação de Pompeu Trogo e Quinto Cúrcio, dois autores latinos cuja visão da Pérsia era de um “outro mundo” quase tão poderoso quanto Roma. Como constatam os especialistas, os termos *regnum*, *regna*, *arché* e *imperium* são alguns dos mais frequentes para expressar a concepção que os autores greco-romanos tinham da organização política arsácida. Lerouge afirma que:

Os autores, para evocar o império parto, fazem referência, na maior parte das vezes, ao povo que o domina (οἱ Παρθαῖοι), sem atribuir a esse império uma designação própria. Outras formas de nomeá-lo existiam, contudo. Os autores utilizam também expressões compostas: Estrabão fala da “dominação parto” (ἡ Παρθυαίων ἀρχή) ou dos “territórios sob dominação parto” (τὰ ὑπὸ τοῖς Παρθυαίοις); Pompeu Trogo emprega perífrases tais quais *Parthorum imperium*, *Parthicum regnum*, *finis Parthorum*; Plínio usa expressões *Parthorum regna*, *Parthicum regnum*, *imperium Parthorum*. Em Flávio Josefo, por fim, encontra-se ἡ Παρθυαίων γῆ.¹⁸²⁹

Reflexos da propaganda de Augusto sobre a terminologia dos autores clássicos são particularmente claros quanto ao termo *imperium*, que, como vimos, havia adquirido uma conotação territorial inédita a partir do Principado. Assim, por exemplo, Pompeu Trogo não hesita em falar da divisão do mundo entre os *imperia* de Roma e da Pártia,¹⁸³⁰ Veleio Patérculo nomeia César e o rei parto como “*eminentissima imperiorum et hominum capita*”¹⁸³¹ e Plínio insiste no tema da dicotomia dos dois impérios.¹⁸³² Até mesmo a literatura grega do império ressalta a equivalência das duas *archai*¹⁸³³ ou *hegemoníai*,¹⁸³⁴ afastando a pretensão romana ao domínio universal que havia prevalecido pelo menos desde as Guerras Púnicas.¹⁸³⁵

Cornélio Tácito, em sua denúncia da gradual perda de *libertas* durante o reinado dos Julio-Claudianos, nos *Anais*, também emprega o termo *imperium* para se referir a romanos e partos igualmente, inclusive em sentido territorial.¹⁸³⁶ Um caso inequívoco é a menção à

¹⁸²⁸ LEROUGE, 2007, p. 197.

¹⁸²⁹ Ibid., p. 196-197.

¹⁸³⁰ Just. Epit. 41.1.1.

¹⁸³¹ Vell. Pat. 2.101.2.

¹⁸³² Plin. HN 5.88.

¹⁸³³ Str. Geo. 11.9.2.

¹⁸³⁴ J. AJ. 18.46.

¹⁸³⁵ SONNABEND, 1986, p. 202-203.

¹⁸³⁶ Discussão sobre biografia de Tácito e temática dos *Anais*: SYME, 1958; OAKLEY, 2010, p. 185. Sobre a perspectiva taciteana dos partos, Cf. TREUK, 2018b.

Armênia como um reino localizado espacialmente entre dois grandes *imperia*, Pártia e Roma.¹⁸³⁷ Também nas queixas de Tiridates, monarca deposto da Armênia, ao irmão Vologases I, rei da Pártia, o Império Arsácida é referido como *magnum imperium*.¹⁸³⁸ Esse uso está em harmonia com a perspectiva geral que Tácito revela sobre os arsácidas, equiparados a Roma quanto à sofisticação e extensão de seu domínio imperial e igualmente enquanto sucessores dos grandes impérios do passado, cuja percurso é testemunhado por Germânico, no Egito, por meio de uma fabulosa inscrição sobre as conquistas de Ramsés II.¹⁸³⁹

A complexa representação taciteana dos partos é um motivo a mais para acreditar que os *Anais* estivessem imbuídos de uma visão do mundo dividido em dois, ainda que “contra a vontade”, nas palavras de Ehrhardt.¹⁸⁴⁰ Isso porque, se é inegável que Tácito apresenta um relato bastante desfavorável dos arsácidas e orientais de forma geral, apontando sua incapacidade de fazer os próprios reis,¹⁸⁴¹ reproduzindo clichês do despotismo (na fala do imperador Cláudio)¹⁸⁴² ou lutas fratricidas¹⁸⁴³ e atacando a arrogância de seus reis,¹⁸⁴⁴ isso não o impediu, por vezes, de representar os partos em situação idealizada, empregando uma linguagem romana, na forma de um retrato invertido da decadência dos seus conterrâneos. De particular interesse é uma passagem dos *Anais* na qual os partos se queixam do rei Vonones, denunciando seu desvio em relação aos costumes antigos e tradições arsácidas, o declarado resultado da criação num “outro mundo”.¹⁸⁴⁵ Mesmo que o recurso aos bárbaros para denunciar a degeneração romana seja puramente retórico, como ocorre no discurso da “liberdade perdida” de Boadiceia,¹⁸⁴⁶ é interessante notar a ênfase na perspectiva de um *alius orbis*, constatado já em Pompeu Trogo.¹⁸⁴⁷

Nos autores latinos, contudo, *regnum* (poder real, reino) é a palavra preferida para se referir ao império dos aquemênidas, partos e sassânidas, assim como a vários outros Estados

¹⁸³⁷ Tac. Ann. 2.56: “maximisque imperiis interiecti et saepius discordes sunt, adversus Romanos odio et in Parthum invidia”. Cf. também RICHARDSON, 2008, p. 171.

¹⁸³⁸ Tac. Ann. 15.1.

¹⁸³⁹ Tac. Ann. 2.60.

¹⁸⁴⁰ EHRHARDT, 1998, p. 305.

¹⁸⁴¹ Tac. Ann. 12.14.

¹⁸⁴² Tac. Ann. 12.11; O discurso, contudo, é altamente irônico, e não pode ser lido como uma simples opinião de Tácito. Cf. KEITEL, 1978, p. 466-467.

¹⁸⁴³ Tac. Ann. 2.2. Essa passagem é colocada num lugar estratégico da obra, e parece associar o destino nefasto de duas casas imperiais, a dos arsácidas e a dos Julio-Claudianos.

¹⁸⁴⁴ Tac. Ann. 15.15.

¹⁸⁴⁵ Tac. Ann. 2.2.

¹⁸⁴⁶ Tac. Ann. 14.35-37; Boudica ou Boadiceia faz um inflamado discurso contra Roma, apelando à linguagem da liberdade. Há mais de uma corrente interpretativa sobre sua figura em Tácito. Cf. ROBERTS, 1988, p. 128-129; SANTORO L'HOIR, 1994, p. 9; ADLER, 2008, p. 184; PETTIGREW, 2013, p. 98-103.

¹⁸⁴⁷ SONNABEND, 1986, p. 220-221.

ou agrupamentos bárbaros. À primeira vista, o motivo parece óbvio: constitucionalmente, os persas viviam sob um modelo de governo monárquico. Mas as coisas não são tão simples assim, uma vez que os próprios romanos chegaram a ser governados por “príncipes” e “imperadores”, mas cuidadosamente rejeitando a designação de “reis”. A desconfiança republicana aos poderosos com pretensões monárquicas (enraizada na memória de reis mitológicos ou na experiência de um César) e a propaganda de Augusto, em harmonia com essa atitude cultural, explicam em grande parte a aversão romana à denominação. Augusto, afinal, assume uma titulação mais palatável, indicando sua disposição em se submeter às instituições da República: “a vontade do príncipe era se demarcar de qualquer suspeita de *regnum*”.¹⁸⁴⁸

É importante destacar que a política de Augusto após a Guerra Civil exigiu um instável equilíbrio de contrários, a instituição de um regime monárquico revestido de uma aura republicana, operando uma ruptura intelectual significativa em relação a uma arraigada tradição anti-monárquica.¹⁸⁴⁹ Assim, seus propagandistas procuraram associar o novo governante ao exercício de um poder monárquico “constitucional”, recusando tanto o despotismo arbitrário quanto a ideia de uma liberdade “excessiva”, e promovendo, ademais, um regime que correspondia bem aos anseios da maioria silenciosa que tanto sofrera durante a guerra.¹⁸⁵⁰ Em consonância com esse projeto político, os ideólogos de Augusto resgataram variadas doutrinas gregas, de Aristóteles a Platão, que admitiam a combinação de liberdade e monarquia, sublinhando a excelência pessoal do governante.¹⁸⁵¹ O líder adotou, além disso, títulos que visavam a diferenciá-lo de certos “reis-tiranos” e reis bárbaros, em particular *Princeps* e *Imperator*, este último vindo a gozar de positiva reputação, como se sabe, mesmo na Idade Contemporânea, sendo frequentemente associado aos inimigos ou senhores de reis (e.g., respectivamente, os casos de Napoleão e da rainha Vitória).¹⁸⁵²

Por esse motivo, por exemplo, Dião Cássio reserva a palavra *basileús*, equivalente grego de *rex*, à designação de reis estrangeiros e, mais raramente, à monarquia das origens de Roma.¹⁸⁵³ Os aquemênidas¹⁸⁵⁴ e os partos¹⁸⁵⁵ tinham uma *basileía*. Por outro lado, “Dião se nega a utilizar *basileús* e mesmo *basileía* para designar o primeiro imperador e o principado

¹⁸⁴⁸ MARTIN, 1992, 447; Cf. também p. 437, n.1 e p. 448.

¹⁸⁴⁹ Ibid., p. 453-454.

¹⁸⁵⁰ Ibid., 458-460.

¹⁸⁵¹ Ibid., p. 456-458; Também resgatando, em parte, a teoria política de Cícero (Ibid., p. 450-452).

¹⁸⁵² MARTIN, 1992, p. 453.

¹⁸⁵³ FREYBURGER-GALLANT, 1997, p. 114.

¹⁸⁵⁴ D.C. 40.12.1.

¹⁸⁵⁵ D.C. 79.1.1.

como, além dele, os próprios romanos se haviam negado”.¹⁸⁵⁶ Lembremos que Arriano, igualmente, expressou ceticismo quanto à possibilidade de os romanos terem enviado uma embaixada a Alexandre, o Grande, devido ao grande apreço daqueles pela “liberdade” e sua aversão aos regimes monárquicos.¹⁸⁵⁷

Em suma, é preciso notar que, em alguns casos, o uso de *regnum* (ou seu correspondente grego após o período helenístico) poderia sugerir a natureza degenerada do poder exercido, diferenciando bárbaros e romanos. Assim, duas noções diferentes de soberania são colocadas em jogo, uma, legítima, que é exercida em respeito às leis e instituições, e outra, despótica, por meio da qual os súditos não seriam mais que escravos. De um lado, Roma, de outro, o Oriente. Não se trata, aqui, de opor duas formas de Estado, a liderança consentida dos povos subordinados ao domínio coativo, ou o vínculo pessoal ao vínculo territorial, mas de demarcar as boas práticas de governo das más. Nesse sentido, o termo *regnum*, apesar de não ser forçosamente pejorativo, aponta predominantemente a um arranjo institucional comum entre os bárbaros do presente e os romanos do passado.

Note-se, ainda, que o termo *regnum* também poderia ser usado no plural para se referir ao império dos persas, às vezes com algumas conotações particulares. Plínio, o Velho, ao se referir ao império dos partos, fala de *regna* (plural de *regnum*) como o conjunto de suas províncias,¹⁸⁵⁸ uma “exata observação da existência de reinos vassalos, dependentes do ponto de vista fiscal e militar do rei dos reis, mas que todavia gozavam de uma ampla autonomia”.¹⁸⁵⁹

Em conclusão, na Roma de Augusto e depois, ao que tudo indica, o termo *imperium*, com a nascente acepção de um império territorial, foi utilizado sem reservas para se referir ao domínio de partos e seus antecessores aquemênidas, da mesma forma que era usado para Roma e a Macedônia. Esse uso reflete a visão de um mundo dividido entre dois impérios territoriais equivalentes e se coaduna com a política pártica mais amigável adotada por Augusto a partir de 20 d.C., com seu foco no discurso dos dois mundos. Sem dúvida, o termo *imperium* poderia ser usado para descrever a autoridade de reis estrangeiros já nas fontes republicanas, em sentido abstrato, mas seu uso concreto, territorial, é virtualmente restrito pelos autores aos grandes impérios do passado, identificados como predecessores de Roma, bem como aos romanos, aquemênidas e arsácidas. Sendo essa a expressão esperada de uma

¹⁸⁵⁶ FREYBURGER-GALLANT, op. cit., p. 132.

¹⁸⁵⁷ Arr. An. 7.14.6.

¹⁸⁵⁸ Pl. NH 6.29.

¹⁸⁵⁹ WIESEHÖFER, 2003, p. 97.

perspectiva de divisão geográfica, nada mais natural que o termo pudesse ser aplicado aos bárbaros.

Por outro lado, é possível ver em alguns autores do período imperial o uso de *regnum* e *basileia* como denominações distintivas da organização sociopolítica bárbara, sugerindo práticas de governo ou configurações constitucionais incompatíveis com o sistema romano. Evidentemente, esse uso não é forçosamente pejorativo, mas muitas vezes sugere, no nível terminológico, uma separação institucional entre persas e romanos, o que em nada surpreende, dada a persistência, entre os autores latinos, do tema do governo despótico entre os partos. Nesse sentido, o contra-modelo da Pártia também cumpria um importante papel ideológico na legitimação dos imperadores de Roma.

5.1.5 O IMPÉRIO TARDIO E A TERMINOLOGIA DE AMMIANO MARCELLINO

Em 224 d.C., o governante de Estachar, Artaxes, se rebelou e derrotou o último arsácida, Artábano IV, passando a governar o território que até então estava sob jugo parto. A nova dinastia persa dos sassânidas, sob Artaxes I e Sapor I, iniciou uma política ofensiva na fronteira ocidental e chegou a capturar, pela primeira vez, um imperador romano, Valeriano. Após algumas derrotas contra os romanos, mais tarde, os persas foram finalmente vindicados por Sapor II, em uma batalha na qual pereceu o próprio imperador Juliano, em 363 d.C.¹⁸⁶⁰ O episódio é narrado por Ammiano Marcellino, “um soldado e um grego”, como o próprio historiador se descreve,¹⁸⁶¹ que fornece uma descrição dos persas na qual estereótipos da tradição pregressa se mesclam a informações testemunhais bastante precisas.¹⁸⁶²

Ao longo de suas *Res Gestae*, Ammiano reproduz os clichês da historiografia grega e da propaganda de Augusto, representando os persas sassânidas (sob a denominação de “partos”) e aquemênidas de maneira preponderantemente negativa.¹⁸⁶³ Eles são traiçoeiros¹⁸⁶⁴ ou arrogantes, ambiciosos e desejosos da propriedade alheia, como Sapor II,¹⁸⁶⁵ um rei de perfídia¹⁸⁶⁶ e crueldade¹⁸⁶⁷ ímpares, cuja eventual clemência é descrita como pura

¹⁸⁶⁰ BROSIUS, 2006 p. 139-150; WIESEHÖFER, 2003, p. 94; 107-108.

¹⁸⁶¹ Amm. Marc. 31.16.9.

¹⁸⁶² Cf. MORLEY, 2016.

¹⁸⁶³ VERGIN, 2013, p. 86-126; MORLEY, 2016, p. 11.

¹⁸⁶⁴ Amm. Marc. 14.3.1-4.

¹⁸⁶⁵ Amm. Marc. 17.5; 18.4.1; 18.10.2; 20.7.16; 27.12.1; 29.1.1.

¹⁸⁶⁶ Amm. Marc. 28.1.1.

¹⁸⁶⁷ Amm. Marc. 27.12.6.

dissimulação.¹⁸⁶⁸ São ímpios, como Cambises, que não poupava nem mesmo os dons sagrados.¹⁸⁶⁹ O povo persa é afeito aos saques e ao derramamento de sangue,¹⁸⁷⁰ é enganador,¹⁸⁷¹ poligâmico,¹⁸⁷² bruto e cruel.¹⁸⁷³ Juliano, o Apóstata, descreve os persas como uma nação *molestissima*¹⁸⁷⁴ e os compara a animais,¹⁸⁷⁵ um recurso recorrente na narrativa de Ammiano ao condenar inimigos.¹⁸⁷⁶ As únicas imagens pintadas na Pérsia exibem massacres e cenas de guerra¹⁸⁷⁷ e fala-se, ainda, do rigor das punições de Hárpagos, general de Ciro, o Grande.¹⁸⁷⁸

Isso não causa espanto. O temperamento asiático continuava a ser visto pelos romanos da época de forma eminentemente negativa¹⁸⁷⁹ e o desprezo pelos povos do Oriente Próximo é expresso em diversas situações. Os egípcios, por exemplo, são contenciosos¹⁸⁸⁰ e o eunuco Eutério, original da Armênia, criado à maneira “asiática”, era de natureza volátil.¹⁸⁸¹

Por outro lado, Ammiano reserva críticas bastante acerbadas aos romanos de sua época e não deixa de elogiar os persas pontualmente em alguns aspectos. Artaxerxes Longímans é louvado por sua clemência e moderação na aplicação de punições contra infratores.¹⁸⁸² Ciro, o Grande, era esplêndido,¹⁸⁸³ possuía uma memória notável¹⁸⁸⁴ e contentava-se com hábitos austeros, servindo de exemplo ao herói Juliano, o Apóstata.¹⁸⁸⁵ Até Xerxes é lembrado em uma comparação com o imperador herói.¹⁸⁸⁶ Não surpreendentemente, os persas do passado são por vezes representados como mais valorosos do que os partos e sassânidas.¹⁸⁸⁷ Até quanto a estes últimos, entretanto, Ammiano tem elogios a tecer: o autor destaca, no mínimo, a ousadia de Sapor II¹⁸⁸⁸ e a glória de Arsaces,¹⁸⁸⁹ fala da “beleza” das mulheres persas,¹⁸⁹⁰

¹⁸⁶⁸ Amm. Marc. 18.10.4.

¹⁸⁶⁹ Amm. Marc. 17.4.3.

¹⁸⁷⁰ Amm. Marc. 20.7.15; 30.8.4.

¹⁸⁷¹ Amm. Marc. 21.13.4.

¹⁸⁷² Amm. Marc. 23.6.76.

¹⁸⁷³ Amm. Marc. 22.12.1.

¹⁸⁷⁴ Amm. Marc. 23.5.19.

¹⁸⁷⁵ Amm. Marc. 24.8.1.

¹⁸⁷⁶ BARNES, 1998, p. 109.

¹⁸⁷⁷ Amm. Marc. 24.6.3.

¹⁸⁷⁸ Amm. Marc. 15.9.7.

¹⁸⁷⁹ Amm. Marc. 17.9.3.

¹⁸⁸⁰ Amm. Marc. 22.6.1; 22.16.23.

¹⁸⁸¹ Amm. Marc. 16.7.6.

¹⁸⁸² Amm. Marc. 30.8.4.

¹⁸⁸³ Amm. Marc. 23.6.40.

¹⁸⁸⁴ Amm. Marc. 16.5.8.

¹⁸⁸⁵ Amm. Marc. 21.9.2.

¹⁸⁸⁶ Amm. Marc. 23.3.9.

¹⁸⁸⁷ Amm. Marc. 16.9.1.

¹⁸⁸⁸ Amm. Marc. 19.7.8; 20.7.2.

¹⁸⁸⁹ Amm. Marc. 23.6.3.

¹⁸⁹⁰ Amm. Marc. 24.4.27.

além de descrever costumes iranianos que devem ter sido objeto de admiração, como a alimentação moderada, a ausência de pederastia¹⁸⁹¹ e uma justiça dispensada por julgadores experientes.¹⁸⁹²

Se comparado às descrições de outros povos bárbaros, o tratamento dispensado por Ammiano aos persas é complexo e nuancado. Barnes nota que “embora o historiador tenda a ver os bárbaros como ao menos semi bestiais por natureza, ele não aplica símiles animais a todos os não-romanos indiscriminadamente”.¹⁸⁹³ De fato, a única comparação de persas a animais, lembra Wiedemann, se encontra em um discurso de Juliano.¹⁸⁹⁴ O *excursus* de Ammiano sobre os persas, com as eventuais caracterizações positivas que compreende, serve a um propósito narrativo bastante claro de explicitar a ousadia do empreendimento de Juliano (e dos romanos) e explicar sua eventual derrota nas mãos de inimigos mais formidáveis do que a princípio se poderia imaginar.¹⁸⁹⁵

Além disso, embora Ammiano revele uma sutil tendência a tratar os persas como enganadores, sua qualificação negativa dos sassânidas é assistemática, pouco frequente e, muitas vezes, restrita à descrição de Sapor II.¹⁸⁹⁶ Em pelo menos dois casos, a Pérsia e os persas parecem se aproximar das próprias experiências romanas: “apenas os persas dentre os não-romanos” estariam engajados em combates contra “*ferocissimas gentes*” ou “*ferarum gentium*” em 14.3.1 e 18.4.1 respectivamente.¹⁸⁹⁷ Na sua carta a Constâncio, o rei persa Sapor II compara os romanos a animais por implicação lógica,¹⁸⁹⁸ o mesmo recurso usado pelos romanos contra seus inimigos bárbaros.¹⁸⁹⁹

A nomenclatura de Ammiano se assemelha, em parte, à tradição anterior. Ele se refere à Pérsia dos selêucidas como *regna*,¹⁹⁰⁰ à Lídia de Creso como *regnum*¹⁹⁰¹ e *maximum regnum*¹⁹⁰² (expressão equivalente à *megálē archē* de Heródoto), à Pérsia dos aquemênidas como *regnum*, ou seu plural, *regna*¹⁹⁰³ e à Pérsia de Sapor II como *regnum*¹⁹⁰⁴ e *regna*.¹⁹⁰⁵ Em apenas uma passagem, 17.5.5, alguns editores pensaram ser preciso acrescentar a palavra

¹⁸⁹¹ Amm. Marc. 6.76-78.

¹⁸⁹² Amm. Marc. 23.6.82.

¹⁸⁹³ BARNES, 1998, p. 110.

¹⁸⁹⁴ WIEDEMANN, 1986, p. 197.

¹⁸⁹⁵ DEVILLERS, 2002; VERGIN, 2013, p. 116.

¹⁸⁹⁶ WIEDEMANN, 1986, p. 195.

¹⁸⁹⁷ WIEDEMANN, loc. cit.

¹⁸⁹⁸ Amm. Marc. 17.5.7.

¹⁸⁹⁹ WIEDEMANN, op. cit., p. 197.

¹⁹⁰⁰ Amm. Marc. 14.8.5.

¹⁹⁰¹ Amm. Marc. 15.5.37.

¹⁹⁰² Amm. Marc. 23.5.9.

¹⁹⁰³ Amm. Marc. 23.6.7; 23.6.27; 23.6.36.

¹⁹⁰⁴ Amm. Marc. 16.9.3; 18.4.1; 23.6.2.

¹⁹⁰⁵ Amm. Marc. 23.5.16; 23.6.22; 24.2.1; 24.7.3; incerto em 18.5.7.

imperium designando o domínio de Sapor II, mas o *Vaticanus Lat. 1873*¹⁹⁰⁶ a omite, sendo mais provável que o termo não tivesse sido utilizado por Ammiano.¹⁹⁰⁷ O historiógrafo também menciona duas vezes as pretensões de Sapor II ao *dominium* de regiões ou da Ásia inteira,¹⁹⁰⁸ um tratamento exclusivamente dispensado aos sassânidas.¹⁹⁰⁹

O uso recorrente do plural *regna* para se referir ao império dos sassânidas poderia ser interpretado como referência a um conjunto de reinos vassalos ou subdivisões administrativas, da forma como aparece em Plínio, o Velho (acima),¹⁹¹⁰ o que não seria em nada absurdo, dada a organização política do império: o rei sassânida, que afinal portava o título “rei dos reis”, nomeava seus parentes como reis regionais.¹⁹¹¹ Essa interpretação, contudo, deve ser temperada por outras motivações. Em primeiro lugar, porque *regna* poderia ser um plural literário alusivo e usado por motivos métricos.¹⁹¹² Em segundo, a expressão é também raramente empregada para falar do império romano.¹⁹¹³

O termo *imperium*, em consonância com as conotações do Principado, é usado por Ammiano para designar comandos e ordens genericamente,¹⁹¹⁴ para se referir à autoridade do imperador ou poder imperial¹⁹¹⁵ ou para nomear um império em sentido territorial ou enquanto tipo de Estado.¹⁹¹⁶ Com esse último sentido, como dito, não se constata o uso do termo *imperium* associado ao império territorial persa nos livros de Ammiano que chegaram até nós (uma grande parte de sua obra se perdeu). Com outras acepções, a palavra é usada, uma vez, em referência às ordens do rei.¹⁹¹⁷ Seus verbos cognatos figuram, igualmente, em outros contextos: o desertor Antonino, incitando Sapor II à ampliação de seu território e presumível confronto com Roma, teria usado o verbo *imperare*, mas a passagem é incerta.¹⁹¹⁸ Sapor é “*saansaan*” (*Shahanshah*), rei que governa reis (*rex regibus imperans*; 19.2.11) e dado ao prazer dos saques desde quando começara a “imperar”.¹⁹¹⁹ Nada, contudo, indica que os persas governariam um *imperium*.

¹⁹⁰⁶ Vat. Lat. 1873. Disponível em: <<https://goo.gl/m74d5W>>. Acessado em 20 de março de 2018.

¹⁹⁰⁷ JONGE, 1977, p. 141.

¹⁹⁰⁸ Amm. Marc. 17.14.2; 18.6.19.

¹⁹⁰⁹ VIANINO, 1985, p. 443.

¹⁹¹⁰ WIESEHÖFER, 2003, p. 97.

¹⁹¹¹ BROSIUS, 2006, p. 180-181; Cf. também ŠKZ §44-50.

¹⁹¹² JONGE, 1972, p. 66; 1980, p. 55.

¹⁹¹³ Amm. Marc. 25.9.9; 26.1.12.

¹⁹¹⁴ Amm. Marc. 18.6.5; 31.5.4; etc.

¹⁹¹⁵ Amm. Marc. 18.3.2; 20.8.17; 22.2.5; etc.

¹⁹¹⁶ Amm. Marc. 16.10.2; 20.11.5; 26.1.5; 31.10.19; etc.

¹⁹¹⁷ Amm. Marc. 19.8.4.

¹⁹¹⁸ JONGE, 1980, p. 54.

¹⁹¹⁹ Amm. Marc. 27.12.1.

A ausência dessa designação aplicada ao poder real persa ou a seu império territorial sugere uma possível mitigação da teoria dos dois mundos no Baixo Império, ou pelo menos na ideologia de Ammiano. Se a tendência for correta, o tratamento dispensado aos romanos é marcadamente exclusivista. Os persas não tinham um *imperium*, mas *regna*, como os bárbaros e suas confederações de vários reis,¹⁹²⁰ e uma pretensão ao *dominium*, um verdadeiro direito de propriedade sobre os territórios alheios, em franca alusão à ideia de despotismo.¹⁹²¹ Assim, apesar da avaliação nuançada dos persas enquanto povo, aprofunda-se uma tendência geral a desqualificar os inimigos iranianos, combinada à percepção de que seu tipo de Estado não se equiparava ao Império Romano. Talvez o Império Sassânida fosse visto como uma entidade política de natureza distinta e, decerto, inferior em sofisticação e dignidade, ainda que, como vimos, relativamente superior aos outros adversários de Roma.

Essa perspectiva se explica por uma mudança na política externa romana à época de Juliano, o Apóstata (331-363 d.C.), combinada, talvez, à realidade da monarquia sassânida, descentralizada e fundada em laços mais dispersos de lealdade. Enquanto, como vimos, a política e a propaganda de Augusto haviam decididamente abandonado a ideia de uma conquista militar do Oriente, Juliano, em franca emulação de Alexandre, talvez tenha revivido as esperanças de anexação da Pérsia, como, ademais, sugere Libânio.¹⁹²² O próprio Juliano, note-se, destaca a diminuta extensão do território inimigo,¹⁹²³ a debilidade militar dos sassânidas em comparação aos aquemênidas¹⁹²⁴ e sua tentativa de imitar os antepassados persas, numa alegada negação da própria identidade.¹⁹²⁵ Parece provável, então, que a percepção de um reino enfraquecido e a ideia de uma monarquia universal como pretensão exclusiva de Roma tenham influído na propaganda política de Juliano e, em algum nível, na terminologia de Ammiano Marcellino.

5.2 ÉTHNOS E IMPÉRIO PERSA EM HERÓDOTO¹⁹²⁶

O pensamento político ateniense se volta preponderantemente à *pólis* enquanto tema de reflexão, e é comum que os autores clássicos e helenísticos se refiram aos Estados que não

¹⁹²⁰ Amm. Marc. 18.2.14; 20.4.1; 25.4.10.

¹⁹²¹ KOEBNER, 1951, p. 278.

¹⁹²² SHAYEGAN, 2011, p. 367-368.

¹⁹²³ Julian. Ces. 324C-D.

¹⁹²⁴ Julian. Or. 1.28C.

¹⁹²⁵ Julian. Or. 2.63A-63C.

¹⁹²⁶ (nom. pl. jônico: ἔθνεα; nom. pl. ático ἔθνη).

se enquadravam nessa categoria como *étnē*, um vocábulo de conteúdo altamente genérico.¹⁹²⁷ Antes do século IV a.C., o uso do termo *étnos* é ainda mais assistemático, indicando agrupamentos de diversas naturezas. Essa generalidade se manifesta, por exemplo, nas *Histórias*, nas quais um *étnos* pode ser uma coletividade cultural, política ou geográfica. No entanto, é verdade que existe uma tendência ao uso de *étnos* em associação aos componentes de um governo imperial, o que nos parece de particular importância.

Em Heródoto, vimos que o império era entendido como um domínio de um *étnos* sobre outros *étnē*,¹⁹²⁸ e que a estrutura do império é descrita em termos de um aglomerado de *étnē* subdivididos entre *póleis* (no sentido urbano, mas também estatal), algo muito próximo do que se pode encontrar no pensamento de Aristóteles. O Império Persa não era um *étnos*, mas um conglomerado de *étnē* e *póleis*. Os persas, em sentido estrito e político, correspondiam a um *étnos*.¹⁹²⁹ O império, por outro lado, continha vários *étnē* e várias *póleis* (inclusive gregas). Uma passagem das *Histórias*, por exemplo, nos relata o seguinte:

ὅκως γάρ τινα ἴδοι Ξέρξης τῶν ἐωυτοῦ ἔργον τι ἀποδεικνύμενον ἐν τῇ ναυμαχίῃ, κατήμενος ὑπὸ τῷ ὄρει τῷ ἀντίον Σαλαμῖνος τὸ καλεῖται Αἰγάλεως, ἀνεπυθάνετο τὸν ποιήσαντα, καὶ οἱ γραμματισταὶ ἀνέγραφον πατρόθεν τὸν τριήραρχον καὶ τὴν πόλιν.

Quando quer que Xerxes, sentado ao pé do monte chamado Egaleu, diante de Salamina, visse algum de seus próprios homens realizar alguma façanha na batalha naval, informava-se sobre quem a fizera, e os escribas anotavam o capitão do navio, seu patronímico e a sua cidade.¹⁹³⁰

Nessa passagem, Heródoto revela acreditar que os combatentes do lado persa pudessem ser identificados não só pelo patronímico, mas também pelo nome da *pólis* à qual pertenciam.¹⁹³¹ Ao listar as forças navais de Xerxes, Heródoto informa, justamente, que as *póleis* bárbaras poderiam ser subdivisões dos *étnē* dos generais: “Não eram dignos de menção os líderes de cada povo, e em cada povo havia tantos líderes quanto era o número de suas cidades”.¹⁹³² De fato, são os catálogos do exército de Xerxes¹⁹³³ que mais claramente expressam a visão de um império organizado “por raças”, numa possível filtragem da retórica

¹⁹²⁷ VIMERCATI, 2003, p. 112-115.

¹⁹²⁸ E.g. Hdt. 3.67.3; 3.134.1. São 138 ocorrências do termo *étnos* em Heródoto (POWELL, 1960, p. 98-99).

¹⁹²⁹ ROLLINGER, 2012.

¹⁹³⁰ Hdt. 8.90.4.

¹⁹³¹ Embora Heródoto tenha em mente, sobretudo, os combatentes jônios, como se depreende da passagem completa. Cf. também Hdt. 8.85 e 6.14.3.

¹⁹³² Hdt 7.96.2.

¹⁹³³ Hdt. 7.61-99.

aquemênida das “listas de povos” pela tradição grega dos catálogos, cujas origens remontam a Homero.¹⁹³⁴

O caso das *póleis* bárbaras em Heródoto é particularmente interessante. Ao descrever o desenvolvimento dos medos sob Déjoces, por exemplo, vimos que Heródoto fala destes como um povo que se transforma, de uma vida dispersa em *kómai*, ao estabelecimento de uma capital fortificada.¹⁹³⁵ Sardis, a capital dos lídios, também é descrita como uma *pólis*.¹⁹³⁶

Deve-se salientar, contudo, que as *póleis* bárbaras em Heródoto se restringem à dimensão física, ao contrário do que ocorre em suas referências ao mundo helênico, onde elas poderiam representar um Estado ou uma comunidade política. Além disso, como nota Claudia Tanck, Heródoto faz questão de destacar a diferença estrutural entre uma *pólis* grega e as capitais bárbaras, que careceriam de mercados e serviriam como residências reais.¹⁹³⁷ No entanto, apesar de as *póleis* bárbaras serem representadas em sentido exclusivamente físico, o termo *étnos*, nas *Histórias*, é frequentemente empregado para se referir às entidades políticas dos povos bárbaros. Os persas e os medos, por exemplo, são, cada um, um *étnos*, entendido como uma entidade política coletiva. Esses povos são descritos como *éthnē* em 1.102.2, quando Heródoto se refere à conquista dos persas pelos medos e à ação de ambos os povos na conquista da Ásia.

Em outros contextos, como já abordado, o termo *étnos* apresenta grande polissemia e elasticidade, não correspondendo sempre à denominação de uma unidade política “territorial”, como presumiram alguns classicistas.¹⁹³⁸ Nas *Histórias*, ouvimos falar do *étnos* helênico,¹⁹³⁹ dos *éthnē* bárbaros¹⁹⁴⁰ e até mesmo de um *étnos* ático.¹⁹⁴¹ Se a Hélade era povoada por diferentes *póleis*, estas sim inequívocos tipos de Estado, é inconcebível que *étnos*, no contexto de 1.57, representasse uma entidade política específica.

Ainda assim, talvez seja possível identificar uma tendência ao uso de *étnos* para descrever entidades políticas em Heródoto. Jones, em estudo sobre os significados de *étnos* e *génos* em Heródoto, conclui que, embora os termos não tenham um único sentido fixo ao longo da narrativa, *étnos* é um agrupamento geralmente percebido como entidade geográfica, política ou cultural, enquanto *génos* é um agrupamento unificado por nascimento.¹⁹⁴² Claudia

¹⁹³⁴ Il. 2.494-759; 816-877.

¹⁹³⁵ Hdt 1.101: *πολίσιμα*.

¹⁹³⁶ Hdt. 1.88.2-3.

¹⁹³⁷ TANCK, 1997, p. 48-59.

¹⁹³⁸ MCINERNEY, 2001.

¹⁹³⁹ Hdt. 1.56.2.

¹⁹⁴⁰ Hdt. 1.4.4.

¹⁹⁴¹ Hdt. 1.57.3.

¹⁹⁴² JONES, 2009, p. 317,

Tanck, indo um pouco além, acredita que o estudo da terminologia de Heródoto confirma a hipótese de que os Estados orientais seriam descritos como *éthnē*. Ela menciona, entre outras passagens, 1.53.2 e 1.29.1., onde se fala que o rei da Lídia governava os lídios e “outros povos”, como evidência disso.¹⁹⁴³ A descrição do *éthnos* como disperso em *kōmai* e governado por monarcas também seria compatível com a concepção aristotélica de *éthnos*, apresentado como um tipo de Estado na *Política*.¹⁹⁴⁴

Existem, é claro, alguns problemas em se pensar o *éthnos* em Heródoto como um “tipo de Estado”. Em primeiro lugar, seria difícil entender a especificidade dessa espécie estatal, já que nem todos os *éthnē* bárbaros são descritos em termos de povos dispersos em *kōmai* ou centrados numa *pólis*. O Egito e a Babilônia são descritos, respectivamente, como uma aglomeração de *póleis*¹⁹⁴⁵ e uma *pólis* subdividida em *kōmai*.¹⁹⁴⁶ Em segundo lugar, mesmo que *éthnos* pudesse denotar uma comunidade política, sua equivalência com o moderno conceito de Estado está sujeita a questionamentos teóricos.

De toda forma, o que interessa sublinhar é a relação entre *éthnos* e a descrição herodotiana do império. O Império Persa, que Heródoto chama de *archē*, era uma entidade subdividida em *éthnē*, no qual um *éthnos* detinha a soberania. O império também era composto por *póleis*, no sentido de núcleos urbanos, quando nos referimos ao mundo bárbaro, mas também, obviamente, em sentido político, quando nos referimos às cidades gregas subjugadas pelos persas.

A fim de ilustrar esse ponto, retomemos uma reflexão teórica tardia. Na *Política*, Aristóteles faz um comentário sobre o mecanismo do ostracismo e sua função política na democracia,¹⁹⁴⁷ qual seja, a de manter a igualdade da comunidade, expelindo aqueles que se distinguem por excessiva virtude, popularidade, riqueza ou outra qualidade. Desse contexto, intraestatal, Aristóteles avança para o nível internacional ao alegar que o mesmo fenômeno ocorre na *archē* de atenienses e persas. O trecho é o seguinte:

τὸ δ' αὐτὸ καὶ περὶ τὰς πόλεις καὶ τὰ ἔθνη ποιοῦσιν οἱ κύριοι τῆς δυνάμεως, οἷον Ἀθηναῖοι μὲν περὶ Σαμίους καὶ Χίους καὶ Λεσβίους (ἐπεὶ γὰρ θάπτον ἐγκρατῶς ἔσχον τὴν ἀρχήν, ἐταπείνωσαν αὐτοὺς παρὰ τὰς συνθήκας), ὁ δὲ Περσῶν βασιλεὺς Μήδους καὶ Βαβυλωνίους καὶ τῶν ἄλλων τοὺς πεφρονηματισμένους διὰ τὸ γενέσθαι ποτ' ἐπ' ἀρχῆς ἐπέκοπτε πολλάκις.

¹⁹⁴³ TANCK, 1997, p. 55.

¹⁹⁴⁴ Ibid., p. 53.

¹⁹⁴⁵ Hdt. 2.177.1.

¹⁹⁴⁶ Hdt. 1.185-192.

¹⁹⁴⁷ Arist. Pol. 1284a.

E o mesmo também fazem os senhores do poder soberano em relação a πόλεις e ἔθνη, tal como os atenienses em relação aos sâmios, quianos e lésbios (pois, tão logo se apoderaram seguramente do império, os rebaixaram, em transgressão¹⁹⁴⁸ dos acordos); e o rei dos persas reprimia, muitas vezes, os medos, os babilônios e aqueles de outros [povos] que se tornavam presunçosos por terem estado outrora no comando de um império.¹⁹⁴⁹

O paralelo que Aristóteles tece entre os impérios e os Estados (divididos entre *póleis* e *étnē*) demonstra que a *archē* poderia ser entendida como uma entidade análoga à cidade-estado, constituindo uma composição na qual os entes elementares, em vez de indivíduos, seriam *póleis* ou *étnē*. A *archē* é, no plano interestatal, um fenômeno que espelha a constituição monárquica do plano interno dos Estados, pois, naquela, um povo detém poder superior aos outros e, por esse motivo, se torna soberano sozinho. Assim como é preciso combater os notáveis para preservar uma tirania,¹⁹⁵⁰ os impérios precisam impor sanções aos povos e cidades notáveis para conter ameaças.

Essa estrutura da *archē* fica mais clara se levarmos em consideração outras passagens da *Política*. Em sua discussão sobre as constituições, como já dito, Aristóteles reiteradamente se refere aos detentores do poder soberano (οἱ κύριοι) em determinado Estado. No trecho acima, o autor diz que, nas oligarquias e, principalmente, nas democracias, onde o princípio da igualdade predomina e a soberania é da maioria, os homens com poder¹⁹⁵¹ e virtude exageradamente superiores deveriam ser expurgados.

Ao explicar as causas do advento das monarquias, por outro lado, Aristóteles insere entre elas, precisamente, a superioridade de um homem ou grupo de homens quanto ao poder (*dúnamis*) relativamente ao restante da *pólis* e ao governo (δι' ὑπεροχὴν δέ, ὅταν τις ᾗ τῇ δυνάμει μείζων (ἢ εἷς ἢ πλείους) ἢ κατὰ τὴν πόλιν καὶ τὴν δύναμιν τοῦ πολιτεύματος).¹⁹⁵² Em outro trecho, a “monarquia absoluta” (*pambasileía*) é descrita por Aristóteles como um governo sobre uma cidade (*pólis*), um povo (*éthnos*), ou vários destes.¹⁹⁵³ Da mesma forma, Atenas e a Pérsia são descritas como sendo os detentores soberanos (οἱ κύριοι) do poder (*dúnamis*) numa determinada composição política envolvendo *póleis* e *étnē*. Ao que tudo indica, portanto, a *archē* poderia ser entendida como, se não um Estado, a projeção, no plano internacional, de uma organização similar àquela existente nas *póleis* e *étnē* monárquicos. E a constituição, segundo o próprio filósofo, seria a organização do Estado (*pólis*) em relação às

¹⁹⁴⁸ A preposição παρά significando “em excesso de” e, metaforicamente, “em violação de” (LSJ).

¹⁹⁴⁹ Pol. 1284a38-40 -1284b 1-3

¹⁹⁵⁰ Arist. Pol. 1313a34-38.

¹⁹⁵¹ Arist. Pol. 1284a 3-22: δύναμις.

¹⁹⁵² Arist. Pol. 1302b15-17.

¹⁹⁵³ Arist. Pol. 1285b29-35.

magistraturas e, especialmente, àquela que é absolutamente soberana.¹⁹⁵⁴

Dissemos, antes, que o conceito de *éthnos* adquiriu maior tecnicidade a partir do período clássico tardio.¹⁹⁵⁵ A *Política* de Aristóteles, como vimos, é uma das obras nas quais o sentido de *éthnos* como uma forma específica de organização política pode ser melhor apreendido. No entanto, se o *éthnos* é usado precipuamente para se referir a comunidades políticas bárbaras e distintas da *pólis*, ele também continua sendo um termo elástico, empregado como referência a agrupamentos humanos de forma geral.¹⁹⁵⁶ Em Pol. 1327b20-35, por exemplo, Aristóteles se refere a *éthnē* helênicos e, como vimos antes, a Arcádia é descrita como um *éthnos* cujos componentes vivem em *póleis*.¹⁹⁵⁷

Da mesma forma que *éthnos*, a expressão *archē* também poderia ser usada como designação para diferentes fenômenos, desde o poder monárquico ao exercício de controle no plano internacional. De toda forma, apesar de ter um sentido menos técnico e meramente indicar o poder real em algumas passagens, a *archē* também poderia ser usada para se referir a uma entidade política, isto é, às associações de *éthnē* nas quais um *éthnos* assumia preponderância política e militar. A expressão, presumivelmente vinculada ao regime monárquico em sua origem, passou a ser usada para descrever o “império” ateniense, cujo domínio sobre outros Estados é, por vezes, descrito como uma tirania nas fontes clássicas. É importante perceber, por fim, que os exemplos usados por Aristóteles não são fortuitos, mas remetem, justamente, aos dois impérios mais proeminentes das fontes clássicas. Eles tinham, afinal, algo em comum.

Considerando a proximidade do uso de *éthnos* em Heródoto e Aristóteles, parece claro que o Império Persa era concebido por esses autores como um conglomerado de *éthnē* entendidos como coletividades políticas. A noção de império territorial, no entanto, é exclusivamente bárbara em Heródoto, havendo uma oposição entre a Pérsia de muitos *éthnē* subjugados e a Grécia de muitas cidades-estado (*póleis*) livres. Em outras palavras, a ideia de *éthnos*, independentemente de sua eventual estatalidade, está intimamente associada à concepção de império. Tal vínculo decerto representa uma adaptação de um tema comum na Pérsia Aquemênida, onde o domínio imperial é expresso em termos de sua diversidade étnica e geográfica. Os gregos, por outro lado, são geralmente tratados como unidade étnica e

¹⁹⁵⁴ Arist. Pol. Pol. 1278b6-10.

¹⁹⁵⁵ VIMERCATI, 2003, p. 112-113.

¹⁹⁵⁶ Como nota a própria TANCK, 1997, p. 126-129.

¹⁹⁵⁷ Arist. Pol. 1261a22-29..

cultural (mas politicamente fragmentada),¹⁹⁵⁸ ainda que Heródoto expresse algum ceticismo quanto aos discursos de etnicidade de sua época.¹⁹⁵⁹

Em suma, pode-se dizer que o uso de *éthnos* em Heródoto permite poucas generalizações, mas fornece pelo menos uma pista sobre seu pensamento político. Nas *Histórias*, o discurso da identidade é construído a partir de uma estratégia de contrastes entre a diversidade “étnica” (em termos de *éthnē*) e unidade política do Império Aquemênida e a unidade cultural e a pluralidade política dos gregos.¹⁹⁶⁰ Ao mesmo tempo em que questiona discursos de identidade de gregos e bárbaros, Heródoto veicula uma noção de império que é incompatível com o que se conhece em Atenas ou Esparta, e evita chamar os Estados bárbaros de *póleis*. Essa distinção decerto é relevante.

5.3 O IMPÉRIO PERSA VISTO PELOS AUTORES CLÁSSICOS

Em Heródoto, no auge do período clássico, o Império Persa Aquemênida é o império (*archē*) *par excellence* e os impérios são um fenômeno exclusivamente oriental. No Império Romano Tardio, contudo, Ammiano Marcellino em nenhum momento se refere ao Império Persa Sassânida (ou Aquemênida) como um *imperium*, pelo menos nos livros que chegaram até nós. Pode-se ver, assim, com clareza, que a terminologia clássica empregada para denominar o Império Persa e outros impérios de tipo oriental não foi imutável nem seguiu sempre os mesmos pressupostos. Na verdade, como seria esperado, ela se adequou a visões de cada época e às motivações narrativas próprias de cada autor. Assim, de um fenômeno temido e pouco compreendido no século V a.C., o império se tornou, mais tarde, uma categoria dignificada de poder universal entre os romanos.

No que diz respeito às formas políticas do Oriente Próximo, seus regimes e tipo de Estado, as primeiras descrições gregas não demonstram qualquer sistematicidade ou modelo fixo de nomenclatura ou classificação. Algumas tendências, contudo, podem ser resumidas. De um lado, as mais antigas denominações do Império Persa são genéricas, tendendo-se, em alguns casos, ao uso de *pólis*, e, finalmente, ao uso de *archē*. Ao longo do período clássico e até o período helenístico, *archē* é um termo privilegiado para denotar impérios coercitivos, que abarcavam os orientais, em oposição à noção de *hēgemonía*, usada preferencialmente para

¹⁹⁵⁸ Hdt. 8.144.2

¹⁹⁵⁹ MUNSON, 2014.

¹⁹⁶⁰ Comparar Hdt 7.96.2. e Hdt. 8.144.1-3.

lideranças consensuais. Seja em Heródoto, seja em Tucídides ou seja, finalmente, em Arriano, o termo *archē* aparece sempre com um sentido abstrato, principal, e um sentido territorial, subsidiário, que não são excludentes. No período romano, os termos *hēgemonía* e *archē* passam a se confundir mais intimamente, sendo igualmente usados para se falar do Império Persa e do Império Romano.

O léxico da monarquia e da tirania, por sua vez, não parece estabelecer um limite suficientemente claro entre o império de tipo oriental e os Estados gregos no período clássico. Heródoto fala da *basilēē* de Esparta, equiparando-a à dos persas, além de chamar os reis aquemênidas apenas de “reis”, como outros monarcas gregos. Mais tarde, em alguns autores gregos e latinos, o termo *regnum* e seu equivalente grego são usados preferencialmente (mas não exclusivamente) para os reinos de tipo bárbaro, sugerindo uma distinção de natureza constitucional com o tipo de monarquia “legítima” que prevaleceria no Ocidente. Por outro lado, o termo *imperium* é usado indistintamente para persas, macedônios e romanos e não parece carregar qualquer exclusivismo até muito mais tarde.

Na Atenas Clássica, a terminologia empregada para nomear o império é instrutiva porque se consolidou no contexto histórico de ascensão do próprio Império Ateniense. As fontes revelam, por conseguinte, o surgimento de ideias de império em harmonia não só com a consciência do Oriente, mas também em concerto com a inédita experiência doméstica dos atenienses. Essa complexa mecânica criativa partiu, é claro, de um longo processo histórico de convivência e conflito com o Império Aquemênida. Notavelmente, a narrativa de Heródoto, que é uma das principais fontes para o período, traz diversos desafios interpretativos, na medida em que não reproduz, pura e simplesmente, as ideias de seus contemporâneos. Mais do que isso, ela representa uma modalidade sofisticada de reflexão sobre o império, por meio da qual um episódio celebrado, difundido e cristalizado da memória coletiva “nacional”, a vitória grega contra os opressores persas, é estrategicamente utilizado como via da crítica à opressão dos próprios atenienses no presente, ainda que de forma sutil e oblíqua. Esses dois pontos são aprofundados a seguir.

5.3.1 ATENAS E PÉRSIA: MECÂNICA DA INTERAÇÃO CULTURAL

À luz da evidência textual, ganha importância a hipótese de que a retórica imperial aquemênida teria sido relevante para a formação das ideias gregas de império. Não se trata, é claro, de propor uma relação unilateral de “influência” entre a Pérsia e Atenas, mas de avaliar

como uma interação cultural complexa viabilizou a reflexão sobre o império e diferentes respostas a ele.

Margaret Miller explica as reações atenienses aos persas em termos de três “exigências” ou “necessidades” principais. Em primeiro lugar, há a exigência “psicológica” de se incorporar elementos estrangeiros a fim de diluir a ameaça que o não-grego representa no imaginário coletivo.¹⁹⁶¹ Em segundo lugar, existe uma necessidade de diferenciação social, com a incorporação de produtos orientais como símbolo de status das elites.¹⁹⁶² Por fim, Miller menciona certa “necessidade nacional”, pouco explorada, que consistiria na exigência de desenvolver novas práticas para uma realidade imperial emergente, até então inédita na Grécia.¹⁹⁶³ Tal necessidade nacional, como veremos, não se dissocia estruturalmente da segunda exigência, a social, na medida em que representa uma busca de demarcar hierarquia no plano internacional mediante a incorporação de elementos prestigiosos externos.¹⁹⁶⁴

No âmbito da historiografia e de outros gêneros antigos, o exame das respostas gregas ao império oriental também deve levar em consideração modelos de articulação e veiculação da identidade grega. A etnicidade, a sensação de pertencimento genealógico a uma comunidade ou povo, é uma construção social contingente, sempre subordinada a necessidades presentes e que emana de algum poder instituído.¹⁹⁶⁵ Ela é, por definição, autoproclamada e autoconferida, se relacionando a componentes como língua, fisionomia e religião, mas advindo, em último caso, de uma imaginada origem comum.¹⁹⁶⁶ Na Atenas clássica, a helenicidade foi redefinida em termos culturais, atenuando-se o peso da etnicidade em face de outras características partilhadas, como a língua ou práticas religiosas. Essa nova identidade cultural grega, por sua vez, se modelou enquanto negação do bárbaro, isto é, em oposição à ideia do “outro” (geralmente representado pelo persa), e teria cumprido um papel importante para a legitimação do empreendimento imperial ateniense na Grécia.¹⁹⁶⁷ De forma geral, portanto, as narrativas clássicas sobre a Pérsia refletem os discursos do poder, adequando-se ou opondo-se a eles, mas não subsistem no vácuo, de forma que o diálogo com uma noção de identidade étnica ou cultural corrente é inevitável quando tratam do persa.

Quando pensamos na relação entre Atenas e o Império Persa, tais modelos de interação cultural são esclarecedores para a interpretação dos textos e da nomenclatura

¹⁹⁶¹ MILLER, 1997, p. 248-250.

¹⁹⁶² Ibid., p. 250-256.

¹⁹⁶³ Ibid., p. 257-258.

¹⁹⁶⁴ MILLER, op. cit., p. 241.

¹⁹⁶⁵ MCINERNEY, 2014, p. 2-4.

¹⁹⁶⁶ HALL, 2002, p. 9-19.

¹⁹⁶⁷ Ibid., p. 179.

escolhida para designar o império. Para fins explanatórios, uma divisão esquemática é de alguma utilidade. No período imediatamente posterior às Guerras Médicas (479-470 a.C.), as fontes carecem de uma denominação fixa para o império e sua reação à consciência dos aquemênidas é movida pela necessidade de neutralizar sua ameaça e domesticar suas expressões de poder. No final do século V a.C., há, em Atenas, um movimento de incorporação e adaptação de elementos do discurso imperial aquemênida como expressão de seu próprio domínio sobre outras *póleis*. Ironicamente, os atenienses também veiculam um discurso identitário conveniente que dependeu, em grande medida, da depreciação do bárbaro, o inimigo comum da Liga de Delos. Essa contradição não passa despercebida por autores como Heródoto e Tucídides. Ao longo dos séculos IV e III a.C., por fim, a ambivalência do “império” se preserva, mas essa entidade se torna crescentemente familiar.

Ao chamar o Império Persa inteiro de *pólis*, o tragediógrafo Ésquilo, em 472 a.C., não revela pura e simplesmente a “falta” de um termo adequado, mas opera uma domesticação literária do império oriental. Em outras palavras, ele torna compreensível aquele estranho conglomerado de *étnē* bárbaros ao reestruturá-lo em termos conhecidos, análogos e semelhantes, mitigando o temor de seus conterrâneos perante um formidável adversário militar. Trata-se da resposta ateniense a uma exigência psicológica, como pensada por Miller, que se verifica também na “helenização” dos persas que figuram na cerâmica ática do século V a.C. (entre muitos outros casos).¹⁹⁶⁸ É importante ressaltar que essa estratégia de domesticação se volta a uma entidade especificamente ameaçadora e mal compreendida, a monarquia territorial ou o império, o que não impediu Ésquilo de apresentar ao seu público um conhecimento específico e consideravelmente detalhado de objetos, costumes e palavras persas. Por essa ótica, contudo, ele respondeu antes a uma “necessidade social”, pois, ao divulgar esse saber distintivo no palco, o tragediógrafo teria democratizado informações outrora restritas às elites atenienses, enquanto traços específicos de status social. Nesse sentido, ele poderia ter integrado um esforço de facções democráticas pela neutralização da oposição aristocrática, como defende Morgan.¹⁹⁶⁹ Seja como for, a “helenização” do império, sua tradução em termos conhecidos, é uma operação que persistirá, naturalmente, durante todo o período clássico, seja como instrumento de domesticação do desconhecido, como se vê

¹⁹⁶⁸ MILLER, 2011, p. 140-152. Para a helenização dos citas, Cf. BOARDMAN, 2015, p. 25.

¹⁹⁶⁹ MORGAN, 2016, p. 150-151; Cf. também MILLER, 1997, p. 253-256.

por vezes em Heródoto,¹⁹⁷⁰ seja em resposta a interesses narrativos específicos, como em Xenofonte.¹⁹⁷¹

Um processo peculiar é observado mais tarde. Ao longo da construção de seu próprio império (470-420 a.C.), os atenienses se engajaram em dois processos complementares e aparentemente contraditórios. De um lado, para justificar a manutenção de sua aliança anti-Persa, eles fabricaram uma identidade pan-helênica e veicularam um discurso negativo do inimigo que se fundava em distinções políticas, militares e culturais.¹⁹⁷² De outro lado, pressionados pela “necessidade nacional”, eles apreenderam a retórica imperial aquemênida e a adaptaram a seus próprios interesses. Mais uma vez, a incorporação da simbologia e das ideias persas de hierarquia e poder não deve ter se dado por uma pura carência de modelos próprios, mas por uma exigência de diferenciação e pela aferível eficácia desse aparato na interação com as *póleis* subordinadas da Jônia, que antes tinham estado sob domínio aquemênida. Era necessário, em outras palavras, aderir a um repertório minimamente conhecido de controle e dominação, a fim de obter eficácia em seu recente empreendimento expansionista. Além disso, a apropriação de uma simbologia internacional reconhecida de hierarquia e poder representava em nível estatal a distinção de status à qual a adoção de produtos estrangeiros poderia servir no nível individual.

O discurso identitário grego a partir da evocação da guerra contra os bárbaros, apesar de se revelar de formas frequentemente nuançadas e complexas, é um fenômeno amplamente reconhecido pela historiografia.¹⁹⁷³ Como já abordado, a evidência para uma postura mais hostil em relação aos persas é profusa na Atenas da segunda metade do século V a.C. A partir de 460 a.C., por exemplo, as representações de cenas de batalha na cerâmica ática adotam um tratamento peculiar em relação ao adversário persa, representando-o como mais fraco ou em fuga, ao mesmo tempo em que heroicizam os combatentes gregos, algo outrora incomum. Essa iconografia decerto reflete uma mudança de paradigma na representação do “outro”, com ênfase na sua inferioridade militar.¹⁹⁷⁴ A iconografia mítica do “Programa de Construções” de Péricles (c. 449-430 a.C.) também é geralmente interpretada como referência ao combate contra o inimigo persa, como no caso da *Amazonomachía* das métopas ocidentais do Partenão,¹⁹⁷⁵ para retomar apenas um dos exemplos estudados.¹⁹⁷⁶ Outras representações

¹⁹⁷⁰ Hdt. 3.37.

¹⁹⁷¹ Chamando, como vimos, o Império Persa de pólis em sua *Ciropédia* a fim de suscitar uma resposta empática de sua audiência.

¹⁹⁷² Cf. MITCHELL, 2007, p. xv-xxv.

¹⁹⁷³ Ibid., p. xviii. Cf. HALL, 2002, p. 187.

¹⁹⁷⁴ MILLER, 2011, p. 132-134. Cf., contudo, a posição divergente de GRUEN, 2011, p. 40-52.

¹⁹⁷⁵ HURWIT, 1999, p. 169; EVANS, 2010, p. 90.

similares foram exibidas em Delfos, na Ágora de Atenas e no templo de Poseidon, no cabo Sunião. Um forte sentimento anti-persa se difundia, sem dúvida, como presumível instrumento de justificação da Liga de Delos.¹⁹⁷⁷

De outro lado, os atenienses decerto incorporaram e adaptaram temas da retórica imperial aquemênida, num esforço de dialogar com o repertório de *póleis* subjugadas na Ásia Menor, mas também, sendo impensável uma “geração espontânea” do instrumental imperial, pela ausência de outros modelos prévios¹⁹⁷⁸ e eficazes. Essa incorporação não deve ser lida como um traslado neutro de ideias e conceitos, mas como uma resposta consciente e deliberada dos atenienses às realidades políticas dos persas, em seu proveito. No plano arquitetônico, esse processo é geralmente exemplificado pelo Odeão de Péricles, na Acrópole, um auditório cuja estranha estrutura foi vista já na antiguidade como uma ressonância do Salão Hipostilo de Persépolis (Apadana).¹⁹⁷⁹ Totalmente irrelevante para essa leitura é a correspondência efetiva entre as duas estruturas, como se os atenienses a tivessem rigorosamente emulado com medidas exatas e materiais de construção equivalentes. O Odeão foi uma estrutura criada para parecer persa, provavelmente a partir de uma imagem “distorcida” de Persépolis e, independentemente de sua correspondência efetiva com Apadana, evocou em suas audiências a memória de um monumento estrangeiro de majestade imperial.¹⁹⁸⁰ Dessa forma, o Odeão cumpriu uma função ideológica importante em Atenas, dignificando o poder local a partir do empréstimo de formas (percebidas como) estrangeiras, fortes símbolos de poder e hierarquia. A impressão causada nos atenienses e outros viajantes do império deve ter sido singular. Nas palavras de Miller,

O Odeão de Péricles demonstra que não apenas um indivíduo ateniense, mas também o Estado, poderia olhar para o Oriente atrás de símbolos significativos de hierarquia e status. Ao produzir o Odeão, os atenienses deliberadamente adotaram um tipo de construção desenvolvido no Irã para veicular uma mensagem específica de majestade imperial para os reis persas (...). Ecoando seus modelos persas, está uma orgulhosa afirmação do império.¹⁹⁸¹

Outros casos de receptividade à retórica imperial persa são conhecidos pela bibliografia especializada. Na Ágora de Atenas, o Tholos, sede da administração pública, teria

¹⁹⁷⁶ Para um tratamento completo desse tema, Cf. capítulo 2, *infra*.

¹⁹⁷⁷ HALL, 2002, p. 187.

¹⁹⁷⁸ ROOT, 1985, *passim*.

¹⁹⁷⁹ MILLER, 1997, p. 221-236.

¹⁹⁸⁰ MILLER, 1997, p. 238-243.

¹⁹⁸¹ *Ibid.*, p. 241.

uma estrutura circular e um teto poligonal incomum, sendo geralmente associado a modelos persas, como a tenda do grande rei.¹⁹⁸² Mais uma vez, não parece relevante a equivalência do Tholos com outras realidades do Irã Antigo, mas sim sua associação a formas aquemênidas e, por conseguinte, sua percepção como um símbolo de poder distintivo ou uma afirmação de autoridade, respondendo a uma necessidade estratégica específica dos atenienses. No mesmo rol deve-se inserir a analogia temática e estrutural entre os relevos de Apadana e o friso do Partenão, ambos representando procissões em festivais específicos. Margaret Cool Root, defendendo uma emulação consciente e deliberada de modelos persas em Atenas,¹⁹⁸³ comparou em detalhe as imagens e demonstrou, convincentemente, um vínculo programático entre ambas, que não se expressa por imitação de recursos formais específicos, mas pela estrutura e conteúdo da mensagem imperial.¹⁹⁸⁴ Os artífices do friso teriam retratado o momento imediatamente anterior à procissão da Grande Panateneia, veiculando, à sua própria maneira, a ideia de um povo unido e concertado em torno de uma aspiração imperial,¹⁹⁸⁵ num contexto histórico especial de constituição e ascensão do Império Ateniense. O próprio Partenão fora construído com fundos da Liga de Delos e funcionava como tesouro imperial, enquanto a Grande Panateneia haveria de se tornar um evento importante para a aferição dos tributos devidos pelos aliados.¹⁹⁸⁶ Da mesma forma, os relevos de Apadana apresentam o início de uma cerimônia religiosa com representantes de várias camadas sociais unidos na celebração do império e preparados para entregar tributos ao rei. Root conclui sua análise com uma importante observação:

Em outras palavras, deveríamos esperar que, independentemente de quais protótipos possam ter existido dentro da tradição grega para vários aspectos formais ou iconográficos isolados do friso, os atenienses teriam olhado cuidadosamente para a corte do grande rei para inspiração em assuntos de imagens imperiais – pela boa razão de que no âmbito da expressão artística de ideais imperiais, assim como no âmbito a implementação efetiva de políticas imperiais, a Pérsia era certamente a fonte *par excellence*.¹⁹⁸⁷

Também os instrumentos práticos de dominação ateniense foram, em alguns casos, tomados aos persas ou presumivelmente adaptados, e Kurt Raaflaub elenca diversos casos de incorporações convincentes.¹⁹⁸⁸ A cobrança anual de tributos das *póleis* aliadas, por exemplo,

¹⁹⁸² MORGAN, 2016, p. 151-152.

¹⁹⁸³ ROOT, 1985, p. 104.

¹⁹⁸⁴ Ibid., p. 109-112.

¹⁹⁸⁵ Ibid., p. 113.

¹⁹⁸⁶ ROOT, op. cit., p. 114-116.

¹⁹⁸⁷ Ibid., p. 115-116.

¹⁹⁸⁸ RAAFLAUB, 2009.

se assemelhou em muitos aspectos à mecânica fiscal aquemênida.¹⁹⁸⁹ Paralelos especialmente significativos envolvem o ritual de aferição do tributo em grandes eventos,¹⁹⁹⁰ a forma de estocagem¹⁹⁹¹ e sua destinação para construções monumentais.¹⁹⁹² A imposição de obrigações fiscais e a ampliação da jurisdição dos tribunais atenienses sobre as cidades-estado aliadas em casos específicos também encontram paralelos no sistema judicial aquemênida.¹⁹⁹³ Como vimos, a “lei” do grande rei no império correspondia a um conjunto de regulações fiscais e alguns casos judiciais, como aqueles envolvendo propriedade da coroa, poderiam ser julgados por tribunais reais.¹⁹⁹⁴ Algumas dessas manifestações, é claro, seriam observáveis em outros Estados imperiais, como uma decorrência lógica dessa forma de controle, mas a abundância de analogias sugere que o Império Persa poderia ter fornecido um exemplo concreto aos atenienses.

Em suma, a postura dos atenienses em relação aos adversários persas foi, de um lado, abertamente hostil, em função da necessidade de cimentar uma identidade helênica comum e, de outro, receptiva a sua retórica imperial, devido à busca de modelos de dominação prévios e eficientes. A ambiguidade dessa política se prestou a críticas, é claro, como vemos em Heródoto e Tucídides. No entanto, isso não deteve o crescimento e cristalização do Império Ateniense. O final do século V a.C. observa, assim, a uma reelaboração propriamente grega do império, a partir de experiências orientais, mas resultando numa realidade singular.

Ao nomear o Império Aquemênida, os autores desse período demonstram conhecer, em algum nível, o repertório imperial aquemênida, ao mesmo tempo em que estavam cientes do processo histórico que havia tornado possível a ascensão de um Império Ateniense. Para constatá-lo, contudo, é preciso rebater a suposição de que gregos, em geral, e atenienses, em particular, não tinham contato direto ou privilegiado com as proclamações reais e a iconografia persas e, a seguir, examinar as similaridades e diferenças entre suas concepções de império.

Quanto ao primeiro ponto, vimos, no segundo capítulo da presente tese, que gregos e persas tiveram uma longa história de contatos e trocas. Pinturas em sarcófagos de Clazômenas, na Anatólia do início do século V a.C., indicam um alinhamento ou identificação dos artistas locais com os persas, por meio de sua representação com atributos e posturas

¹⁹⁸⁹ ROOT, 1985, p. 98-101.

¹⁹⁹⁰ Ibid., p. 107.

¹⁹⁹¹ Ibid., p. 101.

¹⁹⁹² Ibid., p. 110-111.

¹⁹⁹³ Ibid., p. 106-107.

¹⁹⁹⁴ Para o caso ateniense e seus limites, Cf. WILL, 1972, p. 194-201.

caracteristicamente persas.¹⁹⁹⁵ E, nas palavras de Miller, “os sarcófagos de Clazômenas apresentam um mundo no qual os clazomênios locais não-persas aceitam a imagética persa dominante de controle imperial (...)”.¹⁹⁹⁶ Do ponto de vista linguístico, observamos que, desde pelo menos 520 a.C., os aquemênidas traduziam algumas de suas proclamações reais para as línguas dos povos subjugados, entre eles, presumivelmente, os gregos.¹⁹⁹⁷ O relato de Tucídides sobre a captura de um persa pelos atenienses e a tradução de uma carta endereçada aos espartanos, escrita em “caracteres assírios” (aramaico, provavelmente), demonstra a existência de intérpretes de línguas orientais em Esparta e em Atenas.¹⁹⁹⁸ Uma série de embaixadas gregas à Pérsia são atestadas entre 480 e 420 a.C., quase sempre à corte em Susa.¹⁹⁹⁹ Por fim, até mesmo o ceticismo, quase consensual, sobre o conhecimento que Heródoto tinha de línguas irânicas²⁰⁰⁰ deve ser ponderado pelo seu contato com agentes do império que falavam grego e alguma outra língua (oriental não-irânica).²⁰⁰¹

Em consonância com o constatável conhecimento grego de realidades orientais, os testemunhos mais antigos trazem indícios de que a ideia de império, geralmente expressa pela palavra grega *archē*, foi incorporada e adaptada. Em Heródoto, como vimos, três reinos conhecidos por sua vastidão imperial e diversidade étnica são nomeados *megálē archē*,²⁰⁰² um uso que é seguido por Xenofonte²⁰⁰³ e Isócrates²⁰⁰⁴ especificamente para os aquemênidas ou outros potentados orientais.²⁰⁰⁵ O destaque da qualificação *megálē* indica um paralelo com a expressão “grande rei” (*xšāyaθiya vazaṛka*),²⁰⁰⁶ comum no Oriente Próximo e usada na titulação de assírios e persas, como vimos. Essa correlação não é fortuita, mas indica uma associação persistente da noção com o Oriente Próximo. Essa hipótese é reforçada por dois outros fatores. No início do século V a.C., o termo *archē* era usado para governos monárquicos de forma geral, o que indica, como já dito, uma associação genética entre a ideia de império e as formas monárquicas, predominantes no Oriente. Além disso, num fragmento de Arquiloco, do século VII a.C., o “eu” lírico diz não desejar “uma grande tirania” (*μεγάλης*

¹⁹⁹⁵ MILLER, 2011, p. 128-129.

¹⁹⁹⁶ Ibid., p. 130.

¹⁹⁹⁷ DB, 70; Est. 3:12.

¹⁹⁹⁸ RAAFLAUB, 2009, p. 89 ; Th. 4.50.2.

¹⁹⁹⁹ MILLER, 1997, p. 110-111.

²⁰⁰⁰ Cf. HARTOG, 1980, p. 250-251.

²⁰⁰¹ SCHMITT, 2011a, p. 336. Cf. também BOARDMAN, 2015, p. 32: “He [Herodotus] must have known Aramaic, the lingua franca of the empire (...)”.

²⁰⁰² Hdt. 1.53.3; 1.86.1; 1.91.4; 1.185.1.

²⁰⁰³ X. Cyr. 8.1.13.

²⁰⁰⁴ Iso. Hel. 43.

²⁰⁰⁵ Vimos que Est. 1:20 também traz a expressão “grande reino” especificamente para a Pérsia.

²⁰⁰⁶ LÉVY, op.cit., p. 13, n. 33.

δ'οὐκ ἐρέω τυραννίδος) em referência ao reino de Gíges da Lídia,²⁰⁰⁷ talvez em sentido territorial.²⁰⁰⁸ A etimologia do termo tirania é debatida,²⁰⁰⁹ mas supondo-se uma origem anatólia, conforme uma visão tradicional,²⁰¹⁰ é razoável imaginar que a noção de um “grande domínio” seja a versão grega arcaica de uma denominação imperial estrangeira.

É possível, ademais, que a identidade agregativa jônica tenha sido gradualmente induzida pela organização administrativa aquemênida no século VI a.C., que agrupou os *Yaunā* (gregos) dentro de uma mesma categoria étnica, conforme se depreende de sua representação uniforme na iconografia das listas de povos.²⁰¹¹ A integração dos gregos da Ásia Menor ao vasto Império Aquemênida teria, portanto, propiciado a percepção de traços comuns entre os habitantes de diferentes *póleis*, além de ter viabilizado uma conceitualização inédita do “outro” asiático, os persas e seus súditos, com os quais se instaura, a partir de então, um contato institucional sistemático.²⁰¹² Não por acaso, são os autores jônios desse período, como Heráclito de Efeso, Hecateu de Mileto e Anacreonte, que nos fornecem as primeiras ocorrências da palavra *bárbaros*,²⁰¹³ salvo por uma possível interpolação anterior na *Ilíada*.²⁰¹⁴ Autores como Hyun Jin Kim defendem, por conseguinte, que uma primeira antítese entre gregos e não-gregos adviria da percepção de que o “outro” asiático não era apenas o não-falante de grego, como frequentemente se argumentou, mas também, a princípio, aquele sujeito ao pagamento de tributo, o subordinado de um império.²⁰¹⁵ Tal associação da alteridade à dominação imperial foi preservada no século V a.C. e se transportou, em algum grau, ao imaginário ateniense.²⁰¹⁶

Heródoto não associa expressamente o Império Ateniense à *arché*, talvez devido às “dificuldades de falar abertamente da política e das manifestações imperialistas atenienses em termos de conquista”.²⁰¹⁷ Payen sugere que os próprios atenienses teriam evitado o uso de *arché* para designar seu domínio, preferindo o termo *dúnamis*.²⁰¹⁸ A exclusividade oriental do império (*arché*) em Heródoto e a alegada recusa ateniense em se associar a essa realidade,

²⁰⁰⁷ Arch. Fr. 19, West.

²⁰⁰⁸ LÉVY, 1993, p. 7, n. 2.

²⁰⁰⁹ PARKER, 1998, p. 145-149.

²⁰¹⁰ CLAY, 1986, p. 13.

²⁰¹¹ KIM, 2015, p. 33-34 (agradeço a KIM por ter me disponibilizado seu capítulo). Os gregos por vezes são diferenciados nas inscrições entre os que estão no mar e os gregos além do mar, mas sua representação é invariável.

²⁰¹² Ibid., p. 32.

²⁰¹³ Ibid., p. 30. Anacreonte (fr. 423), Hecateu (fr. 119) e Heráclito (fr. 107).

²⁰¹⁴ Ibid., p. 28-29.

²⁰¹⁵ KIM, 2015, p. 34-36. O autor inclusive defende que o grego *bárbaros* viria do persa *bārabara-*, “aquele que carrega um fardo”, em referência a pagadores de tributo. Cf. HINZ, 1975, p. 63; TAVERNER, 2007, p. 417.

²⁰¹⁶ Ibid., p. 30-31.

²⁰¹⁷ PAYEN, 1997, p. 218.

²⁰¹⁸ Ibid., p. 218., n. 263.

pelo menos no começo, apontam para a origem oriental da ideia de império, carregada, no princípio, de algum estigma. Heródoto, contudo, subverte a retórica ateniense de poder, denuncia o imperialismo e joga com a terminologia de forma a construir teias de associações e ressonâncias, implícita e estrategicamente. Tucídides, por outro lado, denuncia expressamente o caráter imperial de Atenas, e é difícil não ver a conotação negativa de *arché* nas passagens em que esta é associada à tirania.

Ao longo dos séculos IV e III a.C., observa-se o que poderíamos chamar, com alguma liberdade, de “devolução”, no nível internacional, dessa simbologia do império. O princípio da devolução, quando aplicado à diferenciação social, corresponde ao esforço das classes subalternas de emular produtos distintivos das elites ao adquirir seus originais ou cópias. A seguir, as elites adotam outros símbolos de status, preservando-se da ameaça provocada pela apropriação.²⁰¹⁹ Da mesma forma, a categoria de império, antes empregada como parte de um discurso distintivo sobre hierarquia e poder, se torna crescentemente familiar e difundida. Ela perde, portanto, seu apelo especial em termos de símbolo de autoridade e persuasão. Sem dúvida, outras *póleis* passariam a aspirar ao controle internacional sob a mesma retórica e, assim, sua singularidade se esfacela.

Preservam-se, contudo, alguns traços de uma analogia conceitual e estrutural entre as noções gregas e persas de império. Na Pérsia Aquemênida, as formulações de “soberania” e império amalgamaram, num momento inicial, a realidade abstrata do poder pessoal do rei e do território imperial.²⁰²⁰ Por outro lado, a terminologia aquemênida enfatizou, em especial, a dimensão territorial unificada do império, mormente pelo uso dos termos *bumi-* e *xšaça-*. Ambos os conceitos possuem, ademais, uma dimensão cosmológica importante, já que são frequentemente associados à concessão divina.²⁰²¹ Além disso, eles procuram realçar a unidade orgânica do império em meio à diversidade étnica e geográfica do território, da mesma forma que faz a iconografia imperial, noutros termos. E, a bem da verdade, a ideia de diversidade étnica é mobilizada reiteradamente pela iconografia e pelas inscrições aquemênidas como alegoria do próprio poder imperial.²⁰²²

A ideia grega de império, geralmente veiculada pela palavra *arché*, é decerto diferente. Ela se expressa, em geral, como um exercício abstrato de poder. Vimos que em Heródoto, aliás, há uma significativa associação da *arché* a coletividades, e não apenas ao poder pessoal do monarca, certamente em razão da influente concepção grega de Estado (*pólis*) enquanto

²⁰¹⁹ MILLER, 1997, p. 253-256.

²⁰²⁰ KHATCHADOURIAN, 2016, p. 4; com as reservas apontas no capítulo 2, *infra*.

²⁰²¹ LINCOLN, 2007, p. 43-49; 70-71.

²⁰²² GATES-FOSTER, 2014, p. 177.

vínculo comunitário. Apesar disso, a noção territorial de *archē*, enquanto império, é persistente ao longo de toda a sua história e até antes, quando o termo não era veículo da ideia de império. A palavra grega, portanto, dava conta de expressar as principais realidades territoriais transmitidas pela ideologia persa. Além disso, a ideia grega de império está estreitamente associada à noção de expansionismo, como se a *archē* aspirasse sempre ao domínio universal. O império dos medos em Heródoto “não fica quieto”,²⁰²³ o Império Persa, em Xenofonte, se estende sobre todo o mundo conhecido,²⁰²⁴ e Tucídides, por fim, relata o receio dos gregos quanto à expansão ilimitada da *archē* ateniense.²⁰²⁵ Assim, o império é caracterizado como fenômeno dinâmico, irrequieto e expansivo, e a dinamicidade é uma “espécie de lei de desenvolvimento interno da *archē*”.²⁰²⁶ Essa noção, é claro, tem um paralelo evidente na concepção persa de *bumi-* como um domínio coextensivo com a terra, filtrada pela repulsa grega à unificação política e tornada, por conseguinte, um atributo negativo.

O mais evidente paralelo entre as duas concepções de império, contudo, é sua associação original a uma estrutura de múltiplos “povos”. A *archē* dos persas é descrita em Heródoto como entidade subdividida em diferentes *étnē*.²⁰²⁷ Quando *archē* é usada para descrever um império, em Heródoto, essa entidade sempre é descrita em termos de multiplicidade étnica, como nos casos da Lídia, da Média e da Pérsia. Como vimos, os próprios persas enfatizaram por meio de proclamações reais e imagens a ideia de império como um domínio multiétnico. Como explica Gates-Foster, a diversidade dos vários povos que compunham o império foi um dos principais veículos de expressão do poder imperial aquemênida.²⁰²⁸ Essa diversidade se manifestou, de um lado, em discursos sobre a extensão geográfica da *xšaça-* persa enquanto soma de países diferentes, e, de outro, em imagens de múltiplos povos carregando o trono do rei e até mesmo pelo uso de técnicas e materiais de diferentes proveniências em construções monumentais, como lembrança constante da enorme quantidade e variedade de recursos à disposição do monarca.²⁰²⁹

Na época de Tucídides e depois, com a ascensão e queda de Atenas, a diversidade étnica parece perder importância como elemento definidor do império. A partir de então, é o controle político sobre outros entes políticos, analogamente ao controle sobre outros “povos”,

²⁰²³ Hdt 1.185. Cf. também Hdt. 3.25.

²⁰²⁴ X. An. 1.7.6.

²⁰²⁵ Th., 7.66.2.

²⁰²⁶ DESCLOS, 2006, p. 26.

²⁰²⁷ Hdt 7.96.2.

²⁰²⁸ GATES-FOSTER, 2014, p. 177.

²⁰²⁹ Ibid., p. 179-188.

que caracteriza o tipo de poder exercido pelos atenienses. Isso porque, se a ideologia persa enfatizava como origem do poder imperial um ato de concessão divina, justificando, por esse meio, a autoridade do rei, os atenienses buscaram no discurso de identidade cultural comum o fundamento de seu domínio, mitigando, portanto, noções de diversidade internas ao seu império. Ainda assim, é preciso lembrar que Atenas fundamentou sua hierarquia imperial num discurso de superioridade cultural e étnica dos atenienses frente aos demais gregos, em especial mediante referências à autoctonia de Atenas.²⁰³⁰

As duas noções de império são incrivelmente similares à noção moderna, conforme definida no segundo capítulo da presente tese. Como dissemos, o império é visto hoje como um Estado extenso e multiétnico que controla a soberania de outros entes políticos. A peculiaridade da diversidade étnica é exatamente o que Heródoto percebe de especial nos casos dos impérios orientais e, da mesma forma, os reis persas maravilharam suas audiências com discursos sobre a variedade étnica e geográfica de seu poder. Que a *arché* poderia ser vista, também, como mero controle sobre outros entes políticos, fica provado pelo seu uso em relação a Atenas, mais tarde, e especialmente na aproximação de Aristóteles entre a *arché* de persas e atenienses. A noção de coercitividade do controle é aferível pelos contextos em que *arché* denota um poder internacional, isto é, geralmente os casos de impérios orientais e, na Grécia Clássica, em oposição à ideia de controle consensual veiculada por “*hēgemonía*”. Por fim, até mesmo a definição de Liverani, que enfatiza a missão imperial como elemento constitutivo do império, encontra paralelos nas ideias de universalidade e dinamicidade contidas em *bumi-* e *arché*.

A ideia de império, com sua pretensão à universalidade, com sua estrutura hierárquica e seu fundamento “multiétnico” de poder, encontra-se bem assentada no mundo persa e no mundo grego do século V a.C. Ela foi um traço comum das reflexões sobre poder no Mediterrâneo, promovida pela retórica dos aquemênidas e reelaborada em Atenas a partir de concepções próprias de poder. Sem dúvida, não há a mínima pista de pura e simples “emulação” da retórica persa em Atenas, o que, ademais, implicaria apropriações diretas. Na verdade, essa noção foi parte de um processo de incorporação e adaptação e, nos primeiros anos, pode-se mesmo observar certa hostilidade à ideia, decerto o resultado de uma filtragem por uma sociedade acostumada com um ambiente de fragmentação política considerável.

²⁰³⁰ ROY, 2014.

5.3.2 PÉRSIA, UMA ILUSÃO? O IMPÉRIO AQUEMÊNIDA NAS *HISTÓRIAS* DE HERÓDOTO

Se Heródoto foi um partidário fervoroso da democracia, um admirador do regime de Esparta ou um inimigo da “anomia” é difícil de provar ou precisar. Ele certamente não tinha admiração por regimes que mais tarde foram chamados de “tirânicos”, embora sua própria terminologia não se preste a sistematizações simples.²⁰³¹ Na opinião virtualmente unânime dos pesquisadores, ele foi um inimigo das monarquias absolutas e apreciador do governo institucional ou republicano, corporificado pelo princípio da isonomia.²⁰³² E esse posicionamento é recorrentemente apontado como uma temática essencial da obra, como vimos.

Uma segunda camada dessa leitura é a relação de Heródoto com a Pérsia. Infenso ao poder monárquico “absoluto”, Heródoto teria entrevisto uma dicotomia entre persas e gregos fundada em distinções sócio-políticas. A monarquia seria bárbara e os regimes gregos análogos correriam o risco de apresentar “algo de bárbaro”.²⁰³³ Mas essa posição é bem menos aceita pelos historiadores hoje,²⁰³⁴ e se, de um lado, é possível assistir à ascensão de uma mentalidade mais claramente “orientalista” em autores posteriores do período clássico, helenístico e romano, com suas formulações sobre os regimes monárquicos legítimos e bárbaros, de outro, seria exagerado projetar essa perspectiva acriticamente sobre as *Histórias*.

Ainda que tenhamos pistas importantes sobre as simpatias políticas do investigador de Halicarnasso, o principal problema em se conferir destaque excessivo à questão constitucional nas *Histórias* é o alto risco de errar seu alvo real. A hipótese de que Heródoto tivesse se insurgido contra o imperialismo, em sentido amplo, parece ser mais objetiva à luz da terminologia, dos padrões narrativos e do contexto histórico de sua obra. As *Histórias*, afinal, se iniciam pela denúncia do primeiro homem a fazer mal aos helenos, o conquistador e governante de “muitos povos”, Creso. Segue-se seu encontro com o representante de uma

²⁰³¹ PARKER, 1998, p. 161-165.

²⁰³² PELLING, 2002, p. 136-137: “As Vlastos himself brought out, *ισονομία* is more of a slogan than a constitution, and its connotation rather than denotation is what is important: in particular, it tends to connote more clearly what it is not than what it is, and to be used when the absence of tyrannical authority is in point (...) in the latter narrative the antithesis to Persian tyranny will typically be, not democracy, but something else, something which embraces Greek states which are not at all democratic but in many cases could still be called ‘isonomic’- states, indeed, such as Sparta”.

²⁰³³ HARTOG, 1980, p. 329.

²⁰³⁴ LATEINER, 1989, p. 172.

pólis que viria a se tornar, ela mesma, um império: Sólon, de Atenas.²⁰³⁵ Ao final, a figura de Ciro é um segundo alerta, presumivelmente a Atenas, sobre os destinos do imperialismo.²⁰³⁶

Uma porção significativa das críticas aos “autocratas” nas *Histórias* é indissociável de sua carreira imperial. Tendo sistematizado dezenas de críticas aos monarcas e tiranos, Donald Lateiner prefere destacar em seu texto a fala do rei da Etiópia contra Cambises²⁰³⁷ e os pretextos persas para a conquista de outras nações²⁰³⁸ como sinais do caráter despótico dos reis persas, mas esses dois exemplos dizem respeito ao imperialismo mais do que à monarquia, e é difícil não vê-los como reflexos do contexto contemporâneo de Heródoto. Autores como Lateiner frequentemente citam a perspectiva das *Histórias* como um aprendizado a partir das Guerras Médicas, uma reflexão sobre um conflito bélico e o regime que dela teria saído vitorioso.²⁰³⁹ Essas ideias já são visíveis, contudo, cerca de cinquenta anos antes, em Ésquilo, e Heródoto certamente tem preocupações mais prementes diante de si no cenário de composição das *Histórias*, em especial o advento de lutas “fratricidas” pelo poder na Hélade.

É verdade que é possível ver certa reprovação a reis e tiranos, inclusive em ações de crueldade ímpar contra seu próprio povo.²⁰⁴⁰ No entanto, muitos casos de crueldade persa se confundem com a opressão de povos dominados do império, como no tratamento de Pítio por Xerxes. Pítio, o lídio, era um homem rico que havia recebido o exército de Xerxes com hospitalidade. Após um mau presságio sobre a guerra, ele pergunta ao monarca se poderia preservar o filho mais velho do combate, o que deixa o rei enraivecido e resulta na execução do rapaz.²⁰⁴¹ Um sintoma bastante claro das consequências da “escravização” dos lídios pelos persas, iniciada muito antes.²⁰⁴² Quando Heródoto contrapõe liberdade a tirania, em geral ele também se refere à autonomia contra poderes externos, como no caso do Império Lídio ou Medo.²⁰⁴³ O poder monárquico, por sua vez, tem decerto seus vários descaminhos, mas admite bons dispensadores de justiça e até a supressão da “anomia”.²⁰⁴⁴

A maneira alegadamente mais nuançada pela qual Heródoto trata os tiranos gregos é debatida e os casos geralmente mencionados envolvem nomes como Filocipros de Chipre,

²⁰³⁵ Hdt 1.5-33; MOLES, 2002, p. 35-36.

²⁰³⁶ Hdt. 9.122; MOLES, op. cit., p. 49.

²⁰³⁷ Hdt. 3.21.4; LATEINER, 1989, p. 180-181.

²⁰³⁸ 4.167.3; 5.105.2; 6.94.1; 6.44.1; Ibid., p. 181.

²⁰³⁹ LATEINER, op. cit., p. 184.

²⁰⁴⁰ Hdt. 4.84; Hdt 5.25-26; etc.

²⁰⁴¹ Hdt. 7.27-29; 38-40.

²⁰⁴² Hdt. 1.94.7.

²⁰⁴³ Hdt. 1.95-96.

²⁰⁴⁴ Cf. THOMAS, 2012, p. 249-250; p. 252.

Artemisa de Halicarnasso, Procles de Epidauro, sem contar elogios pontuais a Periandro e Pisístrato, avaliados por Dewald como juízos sobre talentos e qualidades individuais que se descolam do âmbito institucional.²⁰⁴⁵ Para Dewald, a diferença entre déspotas persas e governantes gregos nessas situações se daria porque “esses tiranos e outros como eles não são exemplos da violência sistêmica mais ampla do despotismo imperial”.²⁰⁴⁶ Nesse sentido, nos parece que a autora, insistindo na crítica herodotiana à monarquia, percebe a relevância específica do imperialismo enquanto distinção entre gregos e não-gregos nas *Histórias*, embora dê preferência à explicação estrutural da dualidade entre uma temática narrativa geral e os *lógoi* sobre as vidas individuais de tiranos.

Seja como for, a terminologia constitucional de Heródoto não oferece um grau elevado de sistematização, e as referências a tiranos e monarcas não trazem nenhuma conotação negativa *per se*. No nível terminológico, aliás, quase nunca é possível identificar uma distinção plana ou direta entre regimes ou Estados gregos e não-gregos, legítimos e ilegítimos. Os casos de *arché* e *hēgemoniē*, contudo, são mais instrutivos para o exame das *Histórias* porque, vistos sob determinada perspectiva, permitem desvendar um jogo de ressonâncias e alusões que o autor adotou na sua condução da narrativa. Como vimos, o termo *hēgemoniē* é preponderantemente associado a contextos de liderança militar legítima e consentida numa aliança e é utilizado por Heródoto em contextos orientais, sendo geralmente colocado na boca dos próprios persa, por tal via “helenizados”. A palavra *arché*, com o sentido de império, figura exclusiva ou preponderantemente em contexto oriental, realçando, em alguma medida, a alteridade persa ou de seus imaginados predecessores.

Como nem sempre é fácil dissociar as noções de realeza e império, já que, como vimos, *arché* é um termo que é usado amplamente em contextos monárquicos, é possível que a questão do imperialismo tenha se colocado inicialmente sob a ótica do regime de governo monocrático para atenienses e aliados. Para ser mais preciso, é possível que o imperialismo tenha sido interpretado como forçosamente monárquico por algum tempo e como um desdobramento da violência doméstica no tratamento com súditos de outros povos. A complexa relação da democracia de Atenas com os instrumentos persas de dominação imperial, contudo, viabilizou o questionamento desse liame, e a cidade-estado dos atenienses logo se tornou um paralelo do modelo aquemênida em escritos de historiografia e política.

Heródoto em nenhum momento nomeia o “Império Ateniense” como tal, um fato que atrai grande atenção. Isso é curioso porque, segundo Tucídides, os atenienses esposaram um

²⁰⁴⁵ DEWALD, 2003, p. 41-47.

²⁰⁴⁶ Ibid., p. 48.

realismo pragmático e abandonaram qualquer pretensão de “legitimidade” no início da Guerra do Peloponeso. Os porta-vozes do imperialismo ateniense, entre eles Péricles, raramente temem nomear sua *pólis* como uma “tirania” ou um “império”, além de adotarem um duro discurso pragmático sobre a prevalência dos mais fortes e a necessidade de dominar em vez de ser dominado. No entanto, se esse imperialismo “pornográfico” não for um exagero de Tucídides, ele certamente passou por fases de crescente cinismo, às quais Heródoto assistiu durante a composição de sua obra. Nos documentos oficiais, a Liga de Delos é mais geralmente chamada de *summachía* ou pela fórmula “os atenienses e seus aliados”.²⁰⁴⁷ Heródoto, portanto, teria preferido preservar a distinção formal e original entre o modelo ateniense de comando e o Império Aquemênida. Isso não surpreende, se considerarmos a resistência de autores modernos, como Morris, em aceitar uma correspondência entre a realidade antiga e o conceito moderno, já que Atenas não teria um domínio multiétnico.²⁰⁴⁸ É presumível que esse elemento tenha sido importante, originalmente, para a equação.

Mais do que isso, contudo, Heródoto evitou chamar Esparta ou Atenas de “impérios” porque se engajou em sublinhar a origem oriental dessa entidade, ainda que estivesse plenamente consciente dos caminhos tomados pelos gregos. No plano mais superficial e explícito, portanto, Heródoto nos diz que o império é algo bárbaro, o poder de persas e lídios sobre a vida de seus súditos. Além disso, ele nos alerta a todo tempo para os perigos desse processo expansionista, a resistência que enfrenta e o destino que lhe é reservado. Heródoto dialoga, assim, com os argumentos dos imperialistas atenienses e demonstra os riscos envolvidos nesse caminho. Dessa maneira, as escolhas formais e narrativas de Heródoto se subordinam a um interesse interno e o passado greco-persa fornece material para uma estratégia de convencimento no presente.

Precisamos, por conseguinte, ter sempre em mente as motivações narrativas de cada autor ao analisar sua terminologia política, o que nem sempre é um empreendimento simples. No caso de Heródoto, o terceiro livro das *Histórias* é um exemplo paradigmático da complexidade de fatores a condicionar suas opções lexicais, que não se resumem à reprodução de convenções difundidas ou à emulação de ideias estrangeiras. Aqui, como ao longo de toda a obra, a polaridade entre regimes políticos é constantemente mitigada e invertida, enquanto o léxico do poder ecoa acontecimentos recentes e frescos na memória dos leitores de Heródoto. De uma narrativa sobre a ascensão e queda de Cambises, passa-se à carreira de Polícrates, a contos sobre a inimizade de Cócira e Corinto, a uma intervenção

²⁰⁴⁷ Cf. WILL, 1972, p. 171-173; Ou, e.g., no século IV a.C., IG II² 43.

²⁰⁴⁸ MORRIS, 2009, p. 132.

espartana em Samos e, finalmente, retorna-se aos eventos políticos da Pérsia e seu renovado ímpeto imperialista. Seria essa estruturação fortuita?

O insano Cambises, geralmente apontado como estereótipo do tirano oriental, é também deliberadamente caracterizado como um insaciável expansionista,²⁰⁴⁹ em especial nas suas ações contra o Egito, a Etiópia e a Fenícia. Sua injusta e desenfreada ambição, denunciada por um rei adversário, é responsável por turvar-lhe a razão, conduzindo a um fracasso retumbante na campanha etíope, como vimos.²⁰⁵⁰ Heródoto sugere que as transgressões de Cambises contra os sentimentos religiosos dos súditos egípcios está na raiz de sua loucura completa e do acidente que lhe tirará a vida.²⁰⁵¹ Ironicamente, é esse rei que nos fala de sua *hēgemoniē* perdida²⁰⁵² e também a ele são atribuídas injustiças contra “os persas e seus aliados”,²⁰⁵³ em uma linguagem sugestivamente próxima do que se conhece do mundo grego. Estaríamos lidando com um monarca persa ou, antes, desejaria Heródoto ecoar os desmandos de outras potências após as Guerras Médicas, os abusos de Pausânias ou o cinismo de Atenas?

O *lógos* de Samos e a narrativa sobre a inimizade de Córçira e Corinto, marcados pelos cativantes contos de Periandro, Licofrão e Polícrates, constituem mais do que ensinamentos sobre a “monarquia” ou a “tirania”.²⁰⁵⁴ Na década de 420 a.C., os leitores de Heródoto sabiam que os embates entre Córçira e sua metrópole foram um pretexto para a eclosão da Guerra do Peloponeso²⁰⁵⁵ e que, algumas décadas antes, Samos havia sofrido a tirania, não de Polícrates, mas de Atenas, quando uma aventada intervenção espartana quase foi levada adiante.²⁰⁵⁶ Essas histórias aludem de forma oblíqua à guerra e à intervenção estrangeira e, sugerem, quase sempre, que as motivações dos poderosos são pouco ou nada nobres. Se Heródoto fala muito da *arché* de Polícrates, ele o faz estrategicamente, situando-o entre os primeiros gregos a almejar e conquistar uma talassocracia, e apontando, por conseguinte, para sua herdeira no presente.²⁰⁵⁷ Mais adiante, a narrativa da ascensão de Dario e sua reforma administrativa, com a instituição de províncias (*archai*) e tributos (*phóroi*), não seria menos alusiva nessa época, quando os aliados se ressentiam das exigências fiscais de uma “aliança” atenocêntrica. Angariando simpatia por suas conquistas e pragmatismo, os

²⁰⁴⁹ Hdt. 3.25.

²⁰⁵⁰ Hdt. 3.21.

²⁰⁵¹ Hdt. 3.33; 3.64.3 (Cambises é ferido no mesmo lugar que feriu Ápis).

²⁰⁵² Hdt. 3.65.6.

²⁰⁵³ Hdt. 3.37.1.

²⁰⁵⁴ Para o caso de Samos, cf. PAYEN, 1997, p. 237-238.

²⁰⁵⁵ LEFÈVRE, 2013, p. 188-190.

²⁰⁵⁶ Th. 1.40. Cf. LEFÈVRE, op. cit., p. 163.

²⁰⁵⁷ Hdt. 3.122.2.

monarcas samio e persa também demonstram graves falhas de caráter, permitindo sutis aproximações com a experiência recente dos próprios gregos.

É curiosa a inserção do Debate Constitucional nesse contexto, e parece ser Dario quem melhor expressa o critério pelo qual a comparação de regimes deve ser avaliada, quando diz, na véspera da *magofonia*, que “existem muitas coisas que não podem ser demonstradas em teoria, mas na prática. E há outras coisas tais que existem em teoria, mas das quais nada brilhante advém na prática”.²⁰⁵⁸ “Na prática”, como vimos, dois dos democratas mais bem intencionados das *Histórias*, Meândrio e Otane, acabam como tiranos, apoiadores de tiranos e homicidas. Dario, com todos os seus defeitos, leva a melhor em seu pragmatismo cínico. É bem provável, portanto, que a elaborada contraposição teórica fosse ironizada diante dos fatos, o que reforçaria a contingência dos eventos humanos e os limites às formulações abstratas em voga na Atenas Clássica.

Em obra clássica sobre a descrição europeia moderna da estrutura do poder asiático, Grosrichard fornece uma elucidativa chave teórica para as distorções e o viés orientalista na representação do outro. Nesse empreendimento, o autor mobiliza uma série de relatos da Idade Moderna sobre o Império Otomano e o Império Persa e procura desvelar a imaginação etnocêntrica da Europa sobre a estrutura asiática de poder, caracterizada por um despotismo totalmente autorreferencial, obedecido cegamente e até mesmo em desfavor do princípio mais básico da preservação da vida, marcado por uma economia absurda e um regime de riqueza, prazer e sexualidade que se volta exclusivamente ao “único”, ao déspota, que domina a figura “fantasmagórica” do harém.²⁰⁵⁹ Embora tenhamos reiteradamente criticado a analogia de Heródoto aos discursos etnográficos europeus modernos, em razão dos limites que essa abordagem representa à apreciação da agência de povos externos sobre a cultura grega, a leitura de Grosrichard é de grande proveito na comparação com as *Histórias* em pelo menos um aspecto. Ao discutir a representação ocidental do “despotismo” oriental, Grosrichard destaca o movimento inverso da imaginação europeia em se estabelecer como espelho da Ásia, ressaltando que o “Oriente despótico (...) é o Outro que se deixa ver”, mas também “aquele que nos olha”.²⁰⁶⁰ E esclarece:

Esse olhar, que para mim é o outro, sabe mais sobre mim do que eu mesmo. E quando tento vê-lo, lá nesse outro mundo, de onde penso que se olha, o que encontro, finalmente, é a mim mesmo e ao nosso mundo.²⁰⁶¹

²⁰⁵⁸ Hdt. 3.72.

²⁰⁵⁹ GROSRICHARD, 1988.

²⁰⁶⁰ Ibid., p. 35, tradução de Lygia H. Caldas.

²⁰⁶¹ GROSRICHARD, loc. cit.

Grosrichard tem em mente, com essa observação, sobretudo, a crítica de Montesquieu ao absolutismo francês presente em suas *Lettres persanes*, nas quais dois viajantes oriundos do serralho começam a entrever grandes similaridades entre seu mundo despótico original e a França do século XVIII. Sem nivelar a diferença entre uma França ainda monárquica e uma Pérsia sempre despótica, Montesquieu destaca algumas correspondências entre a sua sociedade francesa e a realidade oriental,²⁰⁶² “como se o romancista quisesse com as cores do serralho oriental fazer imaginar um futuro que o historiador não ousa prever”.²⁰⁶³ De forma sem dúvida mais oblíqua, poderíamos dizer que Heródoto joga com o imaginário sobre os persas e com ideias de dominação internacional a fim de realçar as correspondências entre atenienses e não-gregos, sem olvidar a predominância de uma natureza imperial no Oriente persa, mas entrevendo, sem dúvida, um futuro sombrio. É por isso que, em determinados momentos, ele faz reis persas como Xerxes e Cambises falarem de sua *hēgemoniē*, arrastando suas audiências incessantemente para o presente e ironizando as falsas pretensões a domínios consentidos que, na verdade, se tornam motivo de disputa pelo poder total. É por isso, ademais, que insiste nos paralelos entre a Pérsia do passado e a Atenas do presente, aludindo a situações como a anexação de Naxos pelo Império Ateniense quando diz que Aristágoras conquistaria esta ilha para os persas,²⁰⁶⁴ ou ao inverter os papéis de espartanos, coríntios e atenienses no discurso de Sóscles, como acima discutido.

Mas Heródoto é francamente diferente de Montesquieu, na medida em que sua visão das realidades políticas orientais é bem menos fantasmagórica ou irrealista, e também porque em sua interação com outros gêneros científicos da época revela uma tendência muito mais complexa e pouco determinista de avaliação dos diferentes costumes humanos.²⁰⁶⁵ Heródoto não apenas denuncia implicitamente a violência de Atenas, ele também desfaz vários mitos sobre etnicidade correntes em sua época, as mesmíssimas tradições que eram mobilizadas como forma de legitimar domínios sobre outras *póleis*. Os atenienses, por exemplo, justificam sua intervenção da guerra persa contra a Jônia com base em sua ligação hereditária com as *póleis* do Egeu,²⁰⁶⁶ e havia uma percepção generalizada de que os atenienses fossem jônios.²⁰⁶⁷ No entanto, fica claro que o argumento é um pretexto quando Heródoto diz que os

²⁰⁶² GROSRICHARD, 1988, p. 38.

²⁰⁶³ Ibid., p. 41, tradução de Lygia H. Caldas.

²⁰⁶⁴ PAYEN, 1996, p. 213; Hdt. 5.30-31.

²⁰⁶⁵ THOMAS, 2002, p. 102-114. Sobre o determinismo de Montesquieu, Cf. GROSRICHARD, op. cit., p. 56.

²⁰⁶⁶ Hdt. 5.97.3; Hdt 9.106.3.

²⁰⁶⁷ Hdt. 1.56.2.

atenienses não gostavam de ser chamados de jônios,²⁰⁶⁸ ou quando relata seu total abandono das *póleis* da Jônia após o fracasso de sua primeira intervenção.²⁰⁶⁹ Também a pretensão dos atenienses à autoctonia, admitida como argumento de superioridade em face dos outros helenos,²⁰⁷⁰ parece ser ironizada por Heródoto na narrativa sobre os pelásgios, uma “raça” de língua não-grega que, segundo o autor, teria dado origem aos áticos.²⁰⁷¹ E se a própria ideia de helenicidade, veiculada pelos atenienses, se baseava em noções de cultura e língua comum, a lembrança de uma origem linguística não-grega seria possivelmente provocativa.²⁰⁷²

Para Heródoto, o “despotismo” não é uma realidade “de todos os tempos” na Ásia, como fica demonstrado pelo Debate Constitucional, quando os persas teriam aventado a instituição de uma democracia, ou na história dos medos antes de Déjoces. O império também não é inevitável entre os orientais, já que muitos povos asiáticos se colocam contra essa estrutura, na posição de resistentes. Não há, por conseguinte, determinismo ou essencialismo na sua interpretação da diferença cultural. Heródoto, sem dúvida, é contrário à guerra entre gregos e, em busca de pacificação interna, adverte sua audiência intelectual ateniense contra o expansionismo desenfreado e a avidez por subjugar outros povos e Estados. Ele insiste nas adversidades provenientes de um tal empreendimento. Para tanto, o investigador nos fornece uma crítica interna que recorre a imagens do passado, de sorte a dissuadir seus conterrâneos de adotarem práticas reputadas análogas àsquelas dos algozes. É por isso que ele precisa recorrer a uma memória nacional, por todos celebrada e reconhecida, como veículo de uma crítica atual, sem, evidentemente, violar o símbolo da vitória. Nesse sentido, e apenas nesse sentido, Heródoto imagina uma polaridade entre gregos e bárbaros no passado fundada na titularidade de um Estado imperial. Mas Heródoto, oriundo de Halicarnasso e provavelmente acostumado à diversidade e à convivência entre diferentes povos e culturas, demonstra uma consciência ímpar sobre a maleabilidade dos limites étnicos e culturais.²⁰⁷³

²⁰⁶⁸ Hdt. 1.143.3.

²⁰⁶⁹ Hdt. 5.103.1.

²⁰⁷⁰ Hdt. 7.161.3.

²⁰⁷¹ Hdt. 1.57.3.

²⁰⁷² THOMAS, op. cit., p. 117-122. Cf., contudo, SOURVINOU-INWOOD, 2003.

²⁰⁷³ MUNSON, 2014, p. 348.

CONCLUSÃO

A convivência entre o Império Persa e o Império Ateniense no século V a.C. envolveu uma nítida dualidade. De um lado, os atenienses erigiram um império sobre os antigos aliados da Jônia e, para justificar seu domínio coativo, cimentaram uma identidade helênica comum mediante a depreciação do inimigo bárbaro, sem, contudo, demonizá-lo. De outro lado, eles emprestaram, reelaboraram, helenizaram e adaptaram técnicas, objetos e ideias persas constantemente, seja em razão de necessidades sociais, seja em razão de necessidades estratégicas, num contexto de integração a um sistema mediterrânico mais amplo. Muitos dos instrumentos do domínio imperial aquemênida se prestaram à otimização direta da extração de recursos por Atenas no Egeu. Outros tantos foram incorporados como forma de engajamento retórico com o repertório de seus subordinados, anteriormente submetidos ao poder do rei dos reis. Em sua origem, a própria ideia de império apresenta presumível ligação com noções persas de diversidade étnica, universalidade, hierarquia e territorialidade, encontradas na iconografia e na retórica imperial dos aquemênidas. No entanto, essa ideia, incorporada ao mundo grego, sofreu mudanças. E ela deve ter sido vista com reservas no “Mundo Grego”, onde predominava, originalmente, a fragmentação política, sendo logo naturalizada pelos agentes do imperialismo ateniense.

Autores como Heródoto, Tucídides e Ésquilo refletem, em algum grau, os lugares comuns gregos de suas épocas, visões cristalizadas de etnicidade e poder, sem, contudo, endossá-las integralmente ou em todos os contextos. O caso de Heródoto, que avaliamos mais de perto, é especial. O autor é sutil e complexo em seu julgamento da política contemporânea, empregando a celebrada narrativa da vitória contra os persas como veículo de uma crítica ao expansionismo ateniense no presente. Sua terminologia, assistemática, dificulta generalizações, mas permite identificar sua consciência da variabilidade cultural e da proximidade entre gregos e não-gregos. A ideia de império como um poder integrado sobre vários *étnē* aparece, em Heródoto, formalmente como uma especificidade oriental, em oposição à Grécia de muitas *póleis* e *étnē* autônomos, mas o autor, escrevendo nas últimas décadas do século V a.C., conhecia o novo lugar ocupado por Atenas. Substancialmente, Atenas e a Pérsia se aproximavam e, da mesma forma, talvez seus destinos estivessem entrelaçados.

Distinções polares entre Atenas e Pérsia são mais comuns em Aristóteles ou em autores do período romano, sobretudo quanto à forma legítima ou ilegítima de exercício do poder monárquico. O império, por sua vez, raramente é tido como uma exclusividade grega ou não-grega fora de Heródoto. Diferentes experiências históricas, sem dúvida, levaram a diferentes classificações do Império Aquemênida na terminologia e no aparato conceitual greco-romano. No entanto, também a trajetória singular de cada autor é um horizonte importante de análise, sendo mecânico considerar as obras de Xenofonte, Ésquilo e Heródoto como simples reflexos de convenções difundidas em cada época. Heródoto engajou-se com a tradição ateniense e confrontou genealogias, visões de etnicidade e concepções sobre cultura e poder. Oriundo de um ambiente cultural heterogêneo, ele certamente estava numa posição favorável a esse tipo de reflexão. Destarte, Heródoto não era um representante do colonialismo etnocêntrico europeu, mas um pensador menos linear e certamente influenciado, como tantos outros, pela contribuição de agentes do mundo aquemênida.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS E EDIÇÕES CRÍTICAS ADOTADAS

AMMIANO MARCELLINO. **Ammiani Marcellini Rerum Gestarum libri qui supersunt.** Edição de Wolfgang Seyfarth, Liselotte Jacob-Karau e Ilse Ulmann. Berlim: B. G. Teubner, 1978.

ARISTÓFANES. **Les Acharniens, Les cavaliers, les nuées.** Texto estabelecido por Victor Coulon e traduzido por Hilaire van Daele. Paris: Belles Lettres, 1923.

ARISTÓTELES. **Constitution d'Athènes.** Tradução e texto grego por Georges Mathieu e Bernard Haussolier. Paris: Belles Lettres, 2002.

_____. **Politica.** Edição de W. D. Ross. Oxford: Clarendon Press, 1957.

ARRIANO. **Alexandri Anabasis cum excerptis Photii tabulaque phototypica.** Edição de G. A. Roos, revisada por G. Wirth. Lipsiae: Teubner, 1967.

CTÉSIAS DE CNIDO. **La Perse, L'Inde.** Texto estabelecido, comentado e traduzido por Dominique Lenfant. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

DEMÓSTENES. **Plaidoyers politiques.** Tomo I. Texto traduzido e estabelecido por Octave Navarre e Pierre Orsini. Paris: Belles Lettres, 1954.

_____. **Plaidoyers politiques.** Tomo IV. Texto traduzido e estabelecido por Georges Mathieu. Paris: Belles Lettres, 1947.

_____. **Harangues.** Tomo I. Texto traduzido e estabelecido por Maurice Croiset. Paris: Belles Lettres, 1924.

DIODORO SÍCULO. **Bibliothèque historique.** Tome II, Livre II. Texte établi et traduit par Bernard Eck. Paris: Belles Lettres, 2003.

ÉSQUILO. **Septem quae supersunt tragoediae.** Edição de Gilbert Murray. Oxford: Clarendon Press, 1955.

ÉSQUINES. **Discours.** Tome II. Texto traduzido e estabelecido por Guillaume Budé; Victor Martin. Paris: Belles Lettres, 1928.

ESTRABÃO. **Geografia**, v. VII. Tradução de Horace Leonard Jones. Londres: William Heinemann Ltd, 1830.

_____. **Geographie**, livro XI. Texto estabelecido e traduzido por François Lasserre. Paris: Belles Lettres, 1975.

_____. **Geographie**, livro XV. Texto estabelecido e traduzido por Pierre-Olivier Leroy. Paris: Belles Lettres, 2016.

EURÍPIDES. **Les Bacchantes**. Texto estabelecido e traduzido por Henri Grégoire e Jules Meunier. 10ª edição revista e corrigida por Jean Irigoin. Paris: Belles Lettres, 1993.

_____. **Héraclès, Les Suppliants, Ion**. Texto estabelecido e traduzido por Léon Parmentier e Henri Grégoire. Paris: Belles Lettres, 1950.

HERÓDOTO. **Herodoti Historiae** recognovit brevique adnotatione critica instrvxit Carolus Hude (Karl Hude). v.1. Oxford: Clarendon Press, 1908.

_____. **Herodoti Historiae** recognovit brevique adnotatione critica instrvxit Carolus Hude (Karl Hude). v.2. Oxford: Clarendon Press, 1920.

HOMERO. **Iliade**. Tome I. Chants I-VI. Texto estabelecido e traduzido por Paul Mazon. Com a colaboração de Paul Collart et René Langumier. Paris: Belles Lettres, 1937.

_____. **Odyssée**. Tome II. Chants VIII-XV. Texto estabelecido e traduzido por Victor Bérard. Paris: Belles Lettres, 1959.

ISÓCRATES. **Discours**. Tome II. Texto estabelecido e traduzido por Georges Mathieu e Émile Brémond. Paris: Belles Lettres, 1928.

_____. **Discours**. Tome III. Texto estabelecido e traduzido por Georges Mathieu e Émile Brémond. Paris: Belles Lettres, 1960.

_____. **Discours**. Tome IV. Texto estabelecido e traduzido por Georges Mathieu e Émile Brémond. Paris: Belles Lettres, 1962.

JUSTINO. M. **Iuniani Iustini: Epitoma Historiarum Phillipicarum Pompei Trogi**. Edição de Otto Seel. Lipsiae: Teubner, 1935.

PLATÃO. **Platonis Opera**. Edição de John Burnet. Oxford: Clarendon: 1991.

PLUTARCO. **Da Malícia de Heródoto**. Tradução de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo/Fapesp: Edusp, 2013.

_____. **Vies.** Tome VIII. Texte établi et traduit par Robert Flacelière et Émile Chambry. Paris: Belles Lettres, 1972.

_____. **Vies.** Tome XV. Texte établi et traduit par Robert Flacelière et Émile Chambry. Paris: Belles Lettres, 1979.

QUINTO-CÚRCIO. **Geschichte Alexanders des Grossen.** Edição de Konrad Müller. Munique: Heimeran, 1954.

TÁCITO. **Annalium.** Edição de C. D. Fisher. Oxford: Clarendon Press, 1986.

TUCÍDIDES. **Historiae.** Tomo I. Edição de Henry Stuart Jones e John Enoch Powell. Oxford: Clarendon, 1942.

_____. **Historiae.** Tomo II. Edição de Henry Stuart Jones e John Enoch Powell. Oxford: Clarendon, 1956.

XENOFONTE. **Anabase.** Tomo II. Texto estabelecido e traduzido por Paul Masqueray. Paris: Belles Lettres, 1967.

_____. **Cyropaedia.** Tradução de Walter Miller. Cambridhe (Massachusetts), Londres: Harvard University Press, 1914.

_____. **Opera omnia.** Tomo IV. Editado por E. C. Marchant. Oxford: Clarendon, 1956.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABADIE, Philippe. **L’histoire d’Israel entre mémoire et relecture**. Paris: Cerf, 2009.

ABERCROMBIE, Nicholas. HILL, Stephen. TURNER, Bryan S. (eds.). **Dictionary of sociology**. Londres: Penguin: 2006.

ADLER, Eric. **Boudica’s speeches in Tacitus and Dio**. *Classical World*, vol. 101, n. 2, 2008, p. 173-195.

AFONSO DA SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

AHRENSDORF, Peter J. Classical Realism. In: PANGLE, Thomas L. AHRENSDORF, Peter J. **Justice Among Nations. On the Moral Basis of Power and Peace**. Kansas: University Press of Kansas, 1999.

ALAUX, Jean. (dir.). **Hérodote: formes de pensée, figures du récit**. Rennes: Press Universitaire de Rennes, 2013.

ALLEN, Lindsay. **The Persian Empire**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

ALMAGOR, Eran. The political and the divine in Achaemenid royal inscriptions. In: HOWE, Timothy. MÜLLER, Sabine. STONEMAN, Richard. **Ancient historiography on war and empire**. Reino Unido: Oxbow Books, 2017.

AMIET, Pierre. **Art of the Ancient Near East**. Nova Iorque, Harry N. Abrams, Inc., Publishers, 1977.

AMMIANO MARCELLINO. **Le Storie**. Tradução de Antonio Selem. Novara: De Agostini Libri, 2013.

ANTELA-BERNÁRDEZ, Borja. **Hegemonía y panhelenismo: conceptos políticos en tiempos de Filipo y Alejandro**. *Dialogues d’histoire ancienne*, v. 33, n. 2, 2007, p. 69-89. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-dialogues-d-histoire-ancienne-2007-2-page-69.htm>>. Acesso em: 21 de março de 2017.

ASHERI, David; LLOYD, Alan; CORCELLA, Aldo. **A commentary on Herodotus Books I-IV**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ASHERI, David. **O Estado Persa: ideologias e instituições no Império Aquemênida**. Tradução de P. Butti de Lima. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ARNOLD, Thomas. **The History of the Peloponnesian War by Thucydides**. Volume I. Oxford: Whittaker and Co. London, 1847.

ARISTÓTELES. **Politics**. Tradução de H. Rackham. Cambridge (Massachusetts), Londres: Harvard University Press, 1932.

ARRIANO. **Anabasi di Alessandro**. Introdução, tradução e notas de Dino Ambaglio. Itália: BUR Rizzoli, 2016.

ATKINSON, J. E. 1. **A commentary on Q. Curtius Rufus' Historiae Alexandri Magni: Books 3 and 4**. Amsterdã, Uithoorn: J. C. Gieben Publisher, 1980.

AUSTIN, M. M.; VIDAL-NAQUET, P. **Economic and social history of Ancient Greece: an introduction**. Traduzido e revisado por M. M. Austin. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1977.

AUTENRIETH, Georg. **A Homeric Dictionary for Schools and Colleges**. New York: Harper and Brothers, 1891.

AYMARD, André. Une ville de la Babylonie séleucide d'après les contrats cunéiformes. *Revue des études anciennes*, 1938, XL, p. 5-42. In: AYMARD, André. **Études d'Histoire Ancienne**. Paris : Presses Universitaires France, 1967.

BADIAN, E. **The eunuch Bagoas**. *The Classical Quarterly, New Series*, v. 8, n. 3/4, 1958, p. 144-157.

_____. **The peace of Callias**. *The Journal of Hellenic Studies*, v. 107, 1987, p. 1-39.

BAILKEY, Nels. **Mesopotamian Constitutional Development**. *The American Historical Review*, v. 72, n. 4, 1967, p. 1211-1236.

BAKUNIN, M. A. **O princípio do Estado e outros ensaios**. Tradução de Plínio Augusto Côelho. São Paulo: Hedra, 2011.

BALCER, Jack Martin. **Herodotus & Bisitun. Problems in Ancient Persian Historiography** (Historia Einzelschriften, Heft 49). Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1987.

_____. **Herodotus, the 'Early State' and Lydia**. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v 43, n. 2, 1994, p. 246-249.

BALOT, Ryan K. **Greek political thought**. Malden, Oxford: Blackwell, 2006.

_____. **Courage in the democratic polis: ideology and critique in Classical Athens**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2014.

BARAGWANATH, Emily. **Motivation and narrative in Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BARAGWANATH, Emily. BAKKER, Matthieu de. (eds.) **Myth, truth & narrative in Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BARCELÓ, Pedro. **Basileia, Monarchia, Tyrannis: Untersuchungen zu Entwicklung und Beurteilung von Alleinherrschaft im Vorhellenistischen Griechenland**. Stuttgart: Franz Steiner, 1993.

BARNES, Timothy D. **Ammianus Marcellinus and the representation of historical reality**. Ithaca, Londres: Cornell University Press, 1998.

BARSTAD, Hans M. **History and the Hebrew Bible: Studies in Ancient Israelite and Ancient Near Eastern Historiography**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

BARTHOLOMAE, Christian. **Altiranisches Wörterbuch**. Estrasburgo: Karl J. Trübner 1904.

BARTLETT, Bruce. **How excessive government killed Ancient Rome**, Cato Journal, v. 14, n. 2, 1994, p. 287-303.

BEARZOT, Cinzia. LANDUCCI, Franca. ZECCHINI, Giuseppe. **Gli stati territoriali nel mondo antico**. Milão: Vita e Pensiero, 2003.

BECK, Hans. **Polis und Koinon: Untersuchungen zur Geschichte und Struktur der griechischen Bundesstaaten im 4. Jahrhundert v. Chr.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1997.

BEDFORD, Peter B. The Neo-Assyrian Empire. In: MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter (eds.). **The Dynamics of Ancient Empires**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BELLIGNI, Silvano. **Hegemonia**. In: BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Volume 1, 11ª Edição. Brasília: Editora UnB, 1998.

BENGTSON, Hermann. **Die Verträge der griechisch-römischen Welt von 700 bis 338 v. Chr.** Munique: Beck, 1962.

BENVENISTE, Émile. **Le vocabulaire des institutions indo-européennes**. v. 2. Paris: Les éditions de minuit, 1969.

BERENT, Moshe. Greece: The Stateless Polis. In: Grinin, Leonid E.; CARNEIRO, Robert L.; BONDARENKO, Dmitri M.; KRADIN, Nikolai N.; KOROTAYEV, Andrey V. **The early state, its alternatives and analogues**. Volgograd: Uchitel Publishing House, 2004.

_____. **The stateless polis: a reply to critics**. Social Evolution & History, v. 5, n. 1, 2006, p. 140-162.

BERNAL, Martin. **Black Athena the afroasiatic roots of classical civilization**. New Brunswick : Rutgers University Press, 2006.

BERVE, Helmut. **Die Tyrannis bei den Griechen**. vs. 1 e 2. Munique: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1967.

BICHLER, Reinhold. ROLLINGER, Robert. **Herodot**. 3ª edição. Hildesheim, Nova Iorque, Zurique: Georg Olms Verlag, 2011.

BIGWOOD, Joan M. **Diodorus and Ctesias**. *Phoenix*, v. 34, n. 3, 1980, p. 195-207.

_____. **“POXy” 2330 and Ctesias**. *Phoenix*, v. 40, n. 4, 1986, p. 393-406.

_____. **“Incestuous” marriage in Achaemenid Iran: myths and realities**. *Klio*, n. 91, 2009, p. 311-341.

BIVAR, A. D. H. A political history of Iran under the Arsacids. In: Yarshater, Ehsan (ed.). **The Cambridge History of Iran (vol. 3, part 1): the Seleucid, Parthian and Sasanian Periods**. Cambridge, Londres, Nova Iorque, New Rochelle, Melbourne, Sydney: Cambridge University Press, 1983.

BLEICKEN, Jochen. **Zur Entstehung der Verfassungstypologie im 5. Jahrhundert v. Chr. (Monarchie, Aristokratie, Demokratie)**. In: HEINEN, Heinz; STROHEKER, Karl; WALSER, Gerold. (eds.). *Historia: Zeitschrift für alte Geschichte*, v. 28, 1979, p. 148-172.

BLENKINSOPP, Joseph. **Ezra-Nehemiah: a commentary**. Philadelphia: Westminster Press, 1988.

BLOEDOW, Edmund F. Review: **Hegemony and Greek historians (John Wickersham)**. *Bryn Mawr Classical Review*, 1994. Disponível em: <<http://bmcr.brynmawr.edu/1994/94.09.02.html>>. Acesso em: 21 de março de 2017.

BOARDMAN, John. **Persia and the West**. Londres: Thames & Hudson, 2000.

_____. **The Greeks in Asia**. Londres: Thames & Hudson, 2015.

BODIN, Jean. **Les six livres de la Republique**. Lyon: Imprimerie de Jean de Tournes, 1579.

BOTTÉRO, J. Mésopotamie. **L'écriture, la raison et les dieux**. Paris: Gallimard, 1987

BOUCHET, Christian. **Isocrate l'Athénien, ou la belle hégémonie: études des relations internationales au IV^e siècle a.C.** Paris: Ausonius Éditions, 2014.

BOUZON, E. **Origem e natureza das coleções do direito cuneiforme**. *Revista Justiça e História*, v. 2, n. 3, 2002, p. 22-38.

BOYCE, Mary. **Zoroastrians: their religious beliefs and practices**. Londres, Boston e Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979.

_____. **On the Orthodoxy of Sassanian Zoroastrianism**. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies, University of London*, volume 59, número 1 (1996), pp. 11-28.

BRANDENSTEIN, Wilhelm; MAYRHOFER, Manfred. **Handbuch des Altpersischen**. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1964.

BRIANT, Pierre. Hérodote et la société perse. In: GRANDE Bernard; REVERDIN, Olivier (eds.) **Hérodote et les peuples non Grecs**. Vandoeuvres, Genève: Entretiens sur l'Antiquité Classique (tome XXXV), 1988.

_____. **Histoire de l'Empire Perse: De Cyrus à Alexandre**. Paris : Fayard, 1996.

_____. **Bulletin d'histoire achéménide I (BHach I)**. Topoi, suppl. 1, 1997, p. 5-127.

_____. **Bulletin d'histoire achéménide II (BHach, 1997-2000)**. Paris: Collège de France, 2001.

_____. **Darius dans l'ombre d'Alexandre**. Paris: Fayard, 2003.

BRIDGES, Emma. **Imagining Xerxes: ancient perspectives on a Persian king**. Londres: Bloomsbury Academic, 2015.

BRINKMAN, John A.; CIVIL, Miguel; GELB, Ignace J.; OPPENHEIM, A. Leo.; REINER, Erica. (eds.). **The Assyrian Dictionary of the Oriental Institute of the University of Chicago**. Chicago: Oriental Institute, 1992.

BROADHEAD, H. D. (editor). **The Persae of Aeschylus**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

BROSIUS, Maria. **Women in Ancient Persia (559-331 BC)**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

_____. Arche-Ethnos-Polis. **Untersuchungen zur begrifflichen Erfassung des Achamenidenreiches in zeitgenössischen griechischen Quellen. C Tanck (Review)**. The Classical Review, v. 49, n. 2, 1999, p. 482-483.

_____. **The Persians**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2006.

_____. **Keeping up with the Persians: between cultural identity and Persianization in the Achaemenid Period**. In: GRUEN, Erich S. (ed.) Cultural identity in the Ancient Mediterranean. Issues & Debates. Los Angeles: Getty Research Institute, 2010.

BROWN, John Pairman. **Israel and Hellas: the legacy of iranian imperialism and the individual**. v. 3. Berlim: Walter de Gruyter, 2001.

BROWN, Stuart C. **Media and secondary State formation in the Neo-Assyrian Zagros: an anthropological approach to an Assyriological problem**, *Journal of Cuneiform Studies*, v. 38, n. 1, 1986, p. 107-119.

BUCCI, Onorato. **L'impero achemenide come ordinamento giuridico sovranazionale e arta come principio ispiratore di uno "jus commune Persarum" (data)**. *Modes de contacts et processus de transformation dans les sociétés anciennes. Actes du colloque de Cortone (24-30 mai 1981)* Rome : École Française de Rome, 1983, p. 89-122.

_____. **xšāça- "impero" / xšāyaθiya-xšāyaθiyānām - "re di re": note sulla costituzione formale dell'impero achemenide**. *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, v. 15, n. 3, 1985, p. 667-705.

BUCK, Carl Darling. **Introduction to the study of the Greek dialects. Grammar, selected inscriptions, glossary**. Boston, New York, Chicago, London: Ginn and Company, 1910.

BUGH, Glenn R. **The Cambridge companion to the Hellenistic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BURKERT, Walter. **The Orientalizing Revolution**. Harvard University Press, 1992.

_____. **La religione greca**. Tradução de Piero Pavanini. 3ª edição. Milão: Jaca Book, 1998.

_____. **Die Griechen und der Orient: von Homer bis zu den Magiern**. Munique: C. H. Beck, 2003.

BUTTI DE LIMA, Paulo. **Teria o Oriente inventado a democracia?** *Revista UFG*, n. 4, 2008, p. 1-4.

CAEROLS, José J. **Helanico de Lesbos: fragmentos**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.

CAMERON, George G. **The Persepolis Treasury Tablets**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

_____. **The Elamite version of the Bisitun Inscriptions**. *Journal of Cuneiform Studies*, v. 14, n. 2, 1960, p. 59-68.

_____. **The Persian satrapies and related matters**. *Journal of near eastern studies*, v. 32, n. 1/2, 1973, p. 47-56.

CANNADINE, David. **Ornamentalism: how the British saw their empire**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CARTLEDGE, Paul. **The Greeks: a portrait of self and others**. 2ª Edição. Oxford: Oxford University Press, 2002.

CARTWRIGHT, David. **A Historical Commentary on Thucydides: A companion to Rex Warner's Penguin Translation**. Michigan: University of Michigan, 1997.

CARR, David M. **Holy resilience: the Bible's traumatic origins**. New Haven e Londres: Yale University Press, 2014.

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo**. Tradução de Cristina Antunes. São Paulo: Vestígio, 2018.

CASTRIOTA, David. **Myth, ethos, and actuality: official art in fifth-century B.C. Athens**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHANTRAINE, Pierre. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire des mots**. Paris: Éditions Klincksieck, 1990.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CLAY, Jenny Strauss. **Archilochus and Gyges: an interpretation of Fr. 23 West**. Quaderni Urbinati di Cultura Classica. New Series, v. 24, n. 3, 1986, p. 7-17.

COBET, Justus. **Wann wurde Herodots Darstellung der Perserkriege publiziert?** Hermes, v. 105, n. 1, 1977, p. 2-27.

COLBURN, Henry P. **Orientalism, postcolonialism, and the Achaemenid Empire: meditations on Bruce Lincoln's religion, empire, and torture**. Bulletin of the Institute of Classical Studies, v. 54, p. 87-103, 2011.

COLEMAN, John E. Ancient Greek Ethnocentrism. In: COLEMAN, John E. WALZ, Clark A (eds.). **Greeks and Barbarians: essays on the interactions between Greeks and Non-Greeks in Antiquity and the consequences for eurocentrism**. Bethesda, Maryland: CDL Press, 1997.

CONDILO, Camila da Silva. **Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas Histórias**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

CONSTANT, Benjamin. **De la Liberté des Anciens comparée à celle des Modernes** (1849). In: Ecrits politiques. Paris: Gallimard, 1997.

CORREIA, Paula da Cunha. **Armas e varões: a guerra na lírica de Arquíloco**. São Paulo: Unesp, 1998.

COULON, Laurent; GIOVANELLI-JOUANNA, Pascale; KIMMEL-CLAUZET, Flore. (eds.). **Hérodote et l'Égypte: regards croisés sur le livre II de l'enquête d'Hérodote**. Lyon: L'Université Lumière Lyon 2, 2013.

CRESPO, Emilio. CONTI, Luiz. MAQUIEIRA, Helena. **Sintaxis del Griego Clásico**. Madrid: Gredos, 2003.

CROMMELIN, Bernard van Wickevoort. Die Parther und die Parthische Geschichte bei Pompeius Trogus - Iustin. In: Wisenhöfer, Josef (ed.). **Das Partherreich und seine Zeugnisse/The Arsacid Empire: sources and documentation**. Beiträge des internationalen Colloquiums, Eutin. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1998.

CÚRCIO RUFO. **Storie di Alessandro Magno**. Tradução de Giovani Porta. Milão: BUR, 2005.

CURTIS, John. (ed.). **Mesopotamia and Iran in the Persian Period: conquest and imperialism 539-331 BC**. Londres: The Trustees of the British Museum, 1997.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 32ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

DANDAMAEV, Muhammad A. **Iranians in Achamenid Babylonia**. Califórnia, Nova Iorque: Mazda Publishers, 1992.

_____. LUKONIN, Vladimir G. **The Culture and Social Institutions of Ancient Iran**. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

_____. **Slavery in Babylonia: from Nabopolassar to Alexander the Great (626-331 BC)**. Revised Edition. Translated by Victoria A. Powell, edited by Marvin A. Powell, co-editor David B. Weisberg. Illinois: Northern Illinois University Press, 2009.

DARBO-PESCHANSKI, Catherine. **Le discours du particulier: essai sur l'enquête hérodotéenne**. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

_____. **The origin of Greek Historiography**. In: MARINCOLA, John. A Companion to Greek and Roman Historiography. Oxford: Wiley, 2007.

DAVIES, John K. The 'origins of the Greek polis': where should we be looking? In: MITCHELL, L. G. RHODES, P. J. **The Development of the Polis in Archaic Greece**. Londres: Routledge, 1997.

DARYAEE, Touraj. **Sasanian kingship, empire and glory: aspects of Iranian Imperium**. In: NADDAF, V.; GOSHTASB, F.; SHOKRI-FOUMESHI, M. (eds.). **Ranj-o-Ganj: papers in honour of professor Z. Zarshenas**. Teerã: Institute for Humanities and Cultural Studies, 2013.

DEBEVOISE, Neilson C. **A political history of Parthia**. Chicado, Illinóis: University of Chicago Press, 1938.

DELAUNAY, J. A. **Aššurbanipal**. Encyclopaedia Iranica, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/npPKaN>>. Acessado em: 2 de maio de 2018.

DENNISTON, J. D. **The Greek Particles**. 2^a edição revisada por J. K. Dover. Oxford: Oxford University Press, 1991.

DESCLOS, Marie-Laurecen. L'Empire Athénien et les mots pour le dire. In : MÉNISSIER, Thierry (ed.). **L'idée d'empire dans la pensée politique, historique, juridique et philosophique**. Paris: L'Harmattan, 2006.

DEVER, William G. **Aux origines d'Israël: quand la Bible dit vrai**. Paris: Bayard, 2005.

DEVILLERS, Olivier. **Fonction de l'exkursus sur les Perses chez Ammien Marcellin (XXIII, 6)**. Vita Latina, n. 165, 2002, p. 53-68.

DEWALD, Carolyn. **Narrative surface and authorial voice in Herodotus' *Histories***. Arethusa, v. 20, 1987, p. 147-170.

_____. **Form and content: the question of tyranny in Herodotus**. In: MORGAN, Kathryn A. (ed.) **Popular Tyranny: Sovereignty and its Discontents in Ancient Greece**. Texas: University of Texas Press, 2003.

DINDORF, Wihelm. **Lexicon Aeschyleum**. Leipzig: Teubner, 1876.

DOVER, James Kenneth. **Greek popular morality in the time of Plato and Aristotle**. Oxford : Blackwell, 1974.

DOWNES, Sophie. **The aesthetics of empire in Athens and Persia**. Londres: Tese de doutorado (University College London), 2011.

DOYLE, Michael W. **Empires**. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1986.

DUBUISSON, Michel. **Le Latin de Polybe: les implications historiques d'un cas de bilinguisme**. Paris: Klincksieck, 1985.

DUNSCH, B.; RUFFING, K. **Herodots Quellen - die Quellen Herodots**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2013.

DUSINBERRE, Elspeth R. M. **Aspects of Empire in Achaemenid Sardis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DUVERGER, Maurice (org.). **Le Concept d'empire**. Paris : Presses universitaires de France, 1980.

EHRENBERG, Victor. **L'état grec (la cité - l'état fédéral - la monarchie hellénistique)**. Traduzido do alemão para o francês por Claire Picavet-Roos, sob a direção de Édouard Will. Paris: François Maspero, 1976.

EHRHARDT, Norbert. Parther und parthische Geschichte bei Tacitus. In: Wisenhöfer, Josef (ed.). **Das Partherreich und seine Zeugnisse/ The Arsacid Empire: sources and documentation.** Beiträge des internationalen Colloquiums, Eutin. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1998.

ELEFTHERATO, Stamatia. **Acropolis Museum Guide.** Atenas, Papadopoulos SA, 2017.

ELICKSON, Robert C.; THORLAND, Charles DiA. **Ancient land law: Mesopotamia, Egypt, Israel.** Faculty Scholarship Series, paper 410, 1995.

EPH'AL, Israel. Syria-Palestine under Achaemenid rule. In: BOARDMAN, John; HAMMOND, N. G. L.; LEWIS, D. M.; OSTWALD, M. (eds.). The Cambridge Ancient History (CAH). 2ª edição, volume IV: Persia, Greece and the Western Mediterranean c. 525 - 479 B.C. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

EVANS, Nancy. **Civic rites: democracy and religion in Ancient Athens.** Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 2010.

FEHLING, Detlev. **Herodotos and his 'Sources': citation, invention and narrative art.** Tradução de J. G. Howie. Leeds: Francis Cairns Publications, 1989.

FINKEL, Irving L. The decipherment of Achaemenid cuneiform. In: CURTIS, John; TALLIS, Nigel. **Forgotten empire: the world of Ancient Persia.** Londres: The British Museum Press, 2005.

FINKELSTEIN, J. J. **Mesopotamian Historiography.** Proceedings of the American Philological Society, vol. 107, n. 6, Cuneiform Studies and the History of Civilization, 1963, p. 461-472.

FINKELSTEIN, Israel; MAZAR, Amihai; SCHMIDT, Brian B. **The quest for the historical Israel: debating archaeology and the history of early Israel.** Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

FINKELSTEIN, Israel. SILBERMAN, Neil Asher. **David and Solomon: in search of the Bible's sacred kings and the roots of the western tradition.** Nova Iorque: Free Press, 2006.

FISHER, N. R. E. **Hybris: A Study in the Values of Honour and Shame in Ancient Greece.** Warminster: Aris & Phillips, 1992.

FLORENZANO, Modesto. **Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no ocidente.** Lua Nova, São Paulo, n. 71, 2007, p. 11-39.

FLORY, Stewart. **Who read Herodotus' Histoires?** The American Journal of Philology, v. 101, n. 1, 1980, p. 12-28.

_____. **The archaic smile of Herodotus.** Detroit: Wayne State University Press, 1987.

FLOWER, Michael A. Herodotus and the Persians. In: DEWALD, C. MARINCOLA, J. (eds.). **The Cambridge Companion to Herodotus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____.; MARINCOLA, John. **Herodotus' Histories Book IX**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FONTANA, Benedetto. **Logos and kratos: Gramsci and the ancients on hegemony**. Journal of the History of Ideas, v. 61, n. 2, p. 305-326, April 2000.

FORNARA, Charles W. **Evidence for the date of Herodotus' publication**. The journal of Hellenic studies, v. 91, 1971, p. 25-34.

FORSDYKE, Sara. **Athenian democratic ideology and Herodotus' "Histories"**. The American Journal of Philology, v. 122, n. 3, 2001, p. 329-358.

_____. **Herodotus, political history and political thought**. In: DEWALD, Carolyn; MARINCOLA, John. (eds.). The Cambridge Companion to Herodotus. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FORTSON, Benjamin. **Indo-European language and culture: an introduction**. 2ª edição. Oxford: Blackwell, 2010.

FOSTER, Benjamin R. **Before the muses: an anthology of Akkadian literature**. 3ª edição. Bethesda, Maryland: CDL Press, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FOUCHARD, Alain. L'idée d'empire appliqué à l'histoire grecque. In : MÉNISSIER, Thierry (ed.). **L'idée d'empire dans la pensée politique, historique, juridique et philosophique**. Paris: L'Harmattan, 2006.

FOWLER, Robert. Herodotus and Athens. In: DEROW, Peter; PARKER, Robert. (eds.) **Herodotus and His World. Essays from a Conference in Memory of George Forrest**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FOX, Michal V. **Character and ideology in the book of Esther**. Grand Rapids : W.B. Eerdmans, 2001.

FREI, P. Persian Imperial Authorization: a summary. In: WATTS, J. W. **Persia and Torah: the theory of Imperial Authorization of the Pentateuch**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2001.

FREYBURGER-GALLAND, Marie-Laure. **Aspects du vocabulaire politique et institutionnel de Dion Cassius**. Paris: De Boccard, 1997.

FRYE, Richard Nelson. **The heritage of Persia**. Costa Mesa: Mazda, 1993.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A Cidade Antiga**. 4^a ed. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2009.

GALLO, Rodrigo Fernando. **Heródoto e a Teoria das Formas de Governo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

GAMMIE, John G. **Herodotus on kings and tyrants: objective historiography or conventional portraiture?** *Journal of Near Eastern Studies*, v. 45, n. 3, 1986, p. 171-195.

GARCÍA SANCHEZ, Manel. **El Gran Rey de Persia. Formas de representación de la alteridad persa en el imaginario griego**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2009.

GARRISON, Mark B. **Visual representation of the divine and the numinous in early Achaemenid Iran: old problems, new directions**. In: *Iconography of deities and demons*, University of Zurich, electronic pre-publication. Disponível em: <<https://bit.ly/2KEkCKE>>; Acessado pela última vez em: 5 de maio de 2018.

_____. By the favor of Auramazda: kingship and the divine in the early achaemenid period. In: IOSSIF, Panagiotis; CHANKOWSKI, Andrzej S.; LORBER, Catharine C. **More than men, less than gods: studies on royal cult and imperial worship**. Leuven, Paris, Walpole: Peeters, 2011.

_____. Beyond Auramazda and the winged symbol: imagery of the divine and numinous at Persepolis. IN: HENKLEMAN, Wouter F. M. REDARD, Céline (eds.). **Persian religion in the Achaemenid Period/ La religion perse à l'époque achéménide**. Wiesbaden: Harrossowitz Verlag, 2017.

GATES-FOSTER, Jennifer. Achaemenids, royal power, and Persian Ethnicity. In: MCINERNET, Jeremy. (ed.). **A companion to ethnicity in the Ancient Mediterranean**. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

GAWANTKA, Wilfried. **Die sogenannte Polis: Entstehung, Geschichte und Kritik der modernen althistorischen Grundbegriffe der griechische Staat, die griechische Staatsidee, die Polis**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1985.

GELL, Alfred. **Art and agency: an anthropological theory**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

GEORGES, Pericles. **Barbarian Asia and the Greek experience: from the Archaic Period to the Age of Xenophon**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994.

GERA, Deborah Levine. **Xenophon's Cyropaedia: style, genre and literary technique**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

GERSHEVITCH, Ilya. **The alloglottography of old persian**. *Transactions of the Philological Society*, n. 77, p. 114–190, 1979.

GIERKE, Otto von. **Das deutsche Genossenschaftsrecht: Rechtsgeschichte der deutschen Genossenschaft**, v. 1. Berlim: Weidmannsche Buchhandlung, 1868.

GIRADEAU, Michèle. **Les notions juridiques et sociales chez Hérodote: études sur le vocabulaire**. Paris: Diffusion de Boccard, 1984.

GNOLI, Gherardo. **Note su xšāyaθiya- e xšaça-**. In: BERGMAN, J. (ed.). *Ex orbe religionum: studia Geo Widengren oblata*. Parte II. Leiden: Supplements to Numen, XXII, 1972.

_____. **The idea of Iran: an essay on its origin**. Roma: Instituto Italiano per il Medio ed Estremo Oriente, 1989.

_____. **Old Persian xšaça-, Middle Persian šahr, Greek ἔθνος**. Ronald E. Emmerick, Memorial Volume. In: Macuch, Maria. Maggi, Mauro. Sundermann, Werner (eds.) *Iranian languages and texts from Iran and Turan*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2007.

_____. **Dahyu**. Encyclopaedia Iranica: 2011. Disponível em: <<http://www.iranicaonline.org/articles/dahyu->>. Acessado pela última vez em: 30/11/2017.

GOLDSTONE, J. A.; HALDON, J. F. **Ancient states, empires, and exploitation**. In: MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter (eds.). *The Dynamics of Ancient Empires: State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GRABBE, Lester L. **A history of the jews and Judaism in the Second Temple Period. v. 1, Yehud: a history of the Persian province of Judah**. Londres, Nova Iorque: T&T Clark International, 2004.

GRAF, David. Greek tyrants and Achaemenid politics. EADIE, John W.; Ober, Josiah. (eds.). **The craft of the ancient historian: essays in honor of Chester G. Starr**. Lanham, Nova Iorque, Londres: University Press of America, 1985.

GRAFTON, Anthony. MOST, Glenn W. Settis, Salvatore. **The classical tradition**. Nova Iorque: Harvard University Press, 2010.

_____. Herodotus. In: GRAFTON, Anthony; MOST, Glenn W; SETTIS, Salvatore. **The classical tradition**. Cambridge (Massachusetts), Londres: Harvard University Press, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Vol. 1. Torino: Giulio Einaudi, 1977.

GRETHLEIN, Jonas. The rise of Greek historiography and the invention of prose. In: FELDHER, Andrew; HARDY, Grant. (eds.) **The Oxford History of Historical Writing: beginnings to AD 600** (v. 1). Oxford: Oxford University Press, 2011.

GRILLOT-SUSINI, Françoise. Herrenschildt, Clarisse. MALBRAN-LABAT, Florence. **La version élamite de la trilingue de Behistun: une nouvelle lecture**. Journal asiatique, n. 281, p. 19-59, 1993.

GROENEBOOM, P. **Aischylos' Perser**. Primeira parte. Göttingen: Vanderhoeck & Ruprecht, 1966.

GROSRICHARD, Alain. **Estrutura do harém: despotismo asiático no ocidente clássico**. Tradução de Lydia H. Caldas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

GROTE, George. **History of Greece**. Vol. 5. Boston: John P. Jewett and Company, 1851.

GRUEN, Erich S. Greeks and Non-Greeks. In: BUGH, Glenn R. (ed.). **The Cambridge companion to the Hellenistic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____. Herodotus and Persia. In: GRUEN, Erich S. (ed.) **Cultural identity in the Ancient Mediterranean**. Issues & Debates. Los Angeles: Getty Research Institute, 2010.

_____. **Rethinking the Other in Antiquity**. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2011.

GSCHNITZER, Fritz. **Gemeinde und Herrschaft: von der Grundformen Grieschischer Staatsordnung**. Graz, Viena, Colônia: Hermann Böhlau, 1960.

_____. **Die sieben Perser und das Königtum des Dareios. Ein Beitrag zur Achaimenidengeschichte und zur Herodotanalyse**. Sitzungsberichte der Akademie der Wissenschaften Heidelberg, phil.-hist. Kl. 3, Heidelberg, 1977.

_____. **Kleine Schriften zum griechischen und römischen Altertum**. Vol. 2. Historische und epigraphische Studien zur Alten Geschichte seit den Perserkriegen. Historia Einzelschriften, 167. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2003.

GUILLAUME, Philippe. **Nehemiah 5: no economic crisis**. The Journal of Hebrew Scriptures, 2010, p. 2-21.

HACKL, Johannes. PIRNGRUBER, Reinhard. Prices and related data from northern Babylonia in the Late Achaemenid and Early Hellenistic periods, c. 480-300 BC. In: Jursa, Michael. Baker, Heather D. **Documentary Sources in Ancient Near Eastern and Greco-Roman Economic History**. Oxford, Havertown: Oxbow Books, 2014.

HALL, Edith. **Inventing the Barbarian: Greek self-definition through tragedy**. Oxford: Oxford Classical Monographs, 1989.

HALL, Jonathan M. **Ethnic identity in Greek Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. **Hellenicity: between ethnicity and culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

_____. The Rise of State Action in the Archaic Age. In: BECK, Hans (ed.). **A Companion to Ancient Greek Government**. Oxford: Wiley-Blackwell. 2013.

HALLOCK, Richard T. **Persepolis Fortification Tablets**. The University of Chicago Oriental Institute Publications, vol. XCII. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

HAMPL, Franz. **Poleis ohne Territorium**. Klio, v. 32, n. 32, 1939, p. 1-60.

HANSEN, Mogens Herman. **Kome: a study in how the greeks designated and classified settlements which were not poleis**. In: HANSEN, Mogens Herman. RAAFLAUB, Kurt. *Studies in the ancient Greek Polis*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1995.

_____. **Polis and City-State: an ancient concept and its modern equivalent**. Copenhagen: Acts of the Copenhagen Polis Centre (vol. 5), 1998.

_____. **The Hellenic Polis**. In: HANSEN, Mogens Herman. **A Comparative Study of Thirty City-State Cultures: An Investigation**. Vol. 21. Copenhagen: Danske Videnskabernes Selskab, 2000.

_____. **Polis: an introduction to the ancient Greek city-State**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HARRISON, Thomas. **The emptiness of Asia: Aeschylus' Persians and the history of the fifth century**. Londres: Duckworth, 2000.

_____. **Greeks and Barbarians**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2002.

_____. **The long arm of the king (Hdt. 8.140-142)**. In: ROLLINGER, Robert; TRUSCHNEGG, Brigitte; BICHLER, Reinhold. (eds.) *Herodot und das Persische Weltreich/ Herodotus and the Persian Empire*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2011.

HARTOG, François. **Le miroir d'Hérodote: essai sur la représentation de l'autre**. Paris : Gallimard, 1980.

_____. **O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges**. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. São Paulo, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HATCH, Edwin. REDPATH, Henry A. (eds.) **A concordance to the Septuagint and other Greek versions of the Old Testament (Including apocryphal books)**. 2 volumes. 2ª edição. Michigan: Baker Academic, 1998.

HENDERSON, Jeffrey (editor e tradutor). **Aristophanes: Acharnians; Knights**. Cambridge (Massachusetts), Londres: Harvard University Press, 1998.

HENKELMAN, Wouter F. M.; STOLPER, Matthew W. *Ethnic identity and ethnic labelling at Persepolis: the case of the Skudrians*. In: BRIANT, Pierre; CHAUVEAU, Michel. (eds.) **Organisation des pouvoirs et contacts culturels dans les pays de l'empire achéménide**.

(Actes du colloque organisé au Collège de France par la « Chaire d'histoire et civilisation du monde achéménide et de l'empire d'Alexandre » et le « Réseau international d'études et de recherches achéménides » (GDR 2538 CNRS), 9-10 novembre 2007). Paris : Éditions de Boccard, 2009.

HENKELMAN, Wouter F. M.; KUHRT, Amélie; ROLLINGER, Robert. WIESEHÖFER, Josef. *Herodotus and Babylon Reconsidered*. In: ROLLINGER, Robert; TRUSCHNEGG, Brigitte; BICHLER, Reinhold. (eds.) **Herodot und das Persische Weltreich/ Herodotus and the Persian Empire**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2011.

HENKELMAN, Wouter F. M.; REDARD, Céline. **Persian religion in the Achaemenid Period**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2017.

HERRENSCHMIDT, Clarisse. **Désignation de l'empire et concepts politiques de Darius Ier d'après ses inscriptions en vieux-perse**. *Studia Iranica*, n. 5, v. 1, p. 33-65, 1976.

_____. **L'empire perse achéménide**. In: DUVERGER, Maurice. **Le concept d'Empire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

HERZFELD, Ernst. **The Persian Empire. Studies in Geography and Ethnography of the Ancient Near East**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1968.

HINSLEY, Francis Harry. **Sovereignty**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

HINZ, Walther. **Altiranisches Sprachgut der Nebenüberlieferungen**. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1975.

HIRSCH, Steven. **The friendship of the barbarians: Xenophon and the Persian Empire**. Hanover: University Press of New England, 1985.

HOFSTETTER, Josef. **Die Griechen in Persien: Prosopographie der Griechen im Perischen Reich vor Alexander**. Berlin: Verlag von Dietrich Reimer, 1978.

HOLLOWAY, Steven W. **Orientalism, Assyriology and the Bible**. Sheffield: Sheffield Phoenix Press, 2007.

HÖLSCHER, Tonio. **Images and political identity: the case of Athens**. In: LOW, Polly. (ed.) *The Athenian Empire*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.

HOLTZ, Shalom E. **Neo-Babylonian Trial Records**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2014.

HORNBLOWER, Simon. **The Greek World: 479-323 BC**. 4ª edição. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2011.

HOW, W. W.; WELLS, J. **A Commentary on Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

HURWIT, Jeffrey M. **The Athenian acropolis: history, mythology, and archaeology from the neolithic era to the present.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

HUYSE, Philip. **Die dreisprachige Inschrift šabuhš I. an der Kaba-i Zardust (šKZ). (Corpus Inscriptionum Iranicarum, Pt. III).** 2 vols. Londres: School of Oriental and African Studies, 1999.

_____. **Review: « Zur Bedeutung von altpers. /dahyu-/ ».** Abstract Iranica: comptes rendus des publications de 1999, v. 22, p. 1-2, 2001.

IMMERWAHR, Henry R. **Form and Thought in Herodotus.** Atlanta, Georgia: Scholars Press, 1986.

IRELAND, Patrick R. **Race, immigration and politics of hate.** In: DALEY, Anthony (ed.). *The Miterrand Era: policy alternatives and political mobilization in France.* Londres: Macmillan Press, 1996.

IRWIN, Elizabeth; GREENWOOD, Emily. (eds.) **Reading Herodotus: a study of the logoi in book 5 of Herodotus' Histories.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. **The hybris of Theseus and the date of the Histories.** In: DUNSCH, B.; RUFFING, K. *Herodots Quellen - die Quellen Herodots.* Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2013.

ISAAC, Benjamin. **The Invention of Racism in Classical Antiquity.** Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

ITALIE, Gabriel. **Index Aeschyleus.** Leiden: Brill, 1955.

JACOBS, Bruno. **Achaemenid Satrapies.** Encyclopaedia Iranica, 2011.

JACOBSEN, Thorkild. **Democracy in Ancient Mesopotamia.** Journal of Near Eastern Studies, v. 2, n. 3, 1943, p. 159-172.

JACOBY, Felix. **Herodotos.** Pauly-Wissowa, Supl. 2, 1913, p. 205-520.

_____. **Die Fragmente der Griechischen Historiker.** Dritter teil: Geschichte von Städten un Völkern (Horographie und Ethnographie). Leiden: Brill, 1958.

_____. **On the development of Greek historiography and the plan for a new collection of the fragments of the Greek historians.** Texto de 1956 com acréscimos editoriais de Herbert Bloch e tradução de Mortimer Chambers. Histos supplement 3, Newcastle upon Tyne, 2015.

JALABERT, Louis; MOUTERDE, René. **Inscriptions grecques et latines de la Syrie, III, 1. Région de l'Amanus. Antioche.** Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1950.

_____. **Inscriptions grecques et latines de la Syrie, III, 2. Antioche.** Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1953.

- JELLINEK, Georg. **Allgemeine Staatslehre**. 3^a edição. Berlim: O. Häring, 1914.
- JENKINS, Keith. **The postmodern history reader**. 2^a edição. Nova Iorque: Routledge, 1998.
- _____. **Why History?: Ethics and Postmodernity**. Londres: Routledge, 1999.
- JOHNSON, William A. **Oral performance and the composition of Herodotus' Histories**. *Greek, Roman, and Byzantine Studies*, v. 35, 1994, p. 229-254.
- JONES, C. P. **ἔθνος e γένος in Herodotus**. *The Classical Quarterly*, v. 46, n. 2, 1996, p. 315-320.
- JONGE, Dr. P. de. **Sprachlicher und historischer Kommentar zu Ammianus Marcellinus XIV, 1-7**. Groningen: Bouma's Boekhuis b.v. Verlag, 1972.
- _____. **Philological and historical commentary on Ammianus Marcellinus XVII**. Groningen: Bouma's Boekhuis b. v. Publishers, 1977.
- _____. **Philological and historical commentary on Ammianus Marcellinus XVIII**. Groningen: Bouma's Boekhuis b. v. Publishers, 1980.
- JURSA, Michael. On aspects of taxation in Achaemenid Babylonia: new evidence from Borsippa. In: Briant, Pierre; Chauveau, Michel. **Organisation des pouvoirs et contacts culturels dans les pays de l'empire achéménide**: actes du colloque organisé au Collège de France par la « Chaire d'histoire et civilisation du monde achéménide et de l'empire d'Alexandre » et le « Réseau international d'études et de recherches achéménides » (GDR 2538 CNRS), 9-10 novembre 2007. Paris: De Boccard, 2009.
- _____.; SCHMIDL, Martina. **Babylonia as a source of imperial revenue from Cyrus to Xerxes**. *Imperium & Officium*, agosto de 2014a.
- _____. The performance of the Babylonian economy in the long sixth century. In: Jursa, Michael. Baker, Heather D. **Documentary Sources in Ancient Near Eastern and Greco-Roman Economic History**. Oxford, Havertown: Oxbow Books, 2014b.
- KALDELLIS, Anthony. **The Byzantine Republic: people and power in New Rome**. Cambridge, Massachusetts e Londres: Harvard University Press, 2015.
- KEITEL, Elizabeth. **The role of Parthia and Armenia in Tacitus Annals 11 and 12**. *American Journal of Philology*, vol. 99, n. 4, 1978, p. 462-473.
- KELLENS, Jean. **L'idéologie religieuse des inscriptions achéménides**. *Journal Asiatique*, 290.2, 2002, p. 417-464.

_____. Les Achéménides entre textes et liturgie avestiques. IN: HENKELMAN, Wouter F. M. REDARD, Céline (eds.). **Persian religion in the Achaemenid Period/ La religion perse à l'époque achéménide**. Wiesbaden: Harrossowitz Verlag, 2017.

KENT, Roland G. **Old Persian: Grammar, Texts, Lexicon**. New Haven, Connecticut: American Oriental Society, 1950.

KHATCHADOURIAN, Lori. **Imperial matter: Ancient Persia and the archaeology of empires**. Oakland: University of California Press, 2016.

KIM, Hyun J. The invention of the 'Barbarian' in Late Sixth-Century BC Ionia. In ALMAGOR, Eran; SKINNER, Joseph E. **Ancient ethnography. New approaches**. London: Bloomsbury, 2013.

KING, Leonard William & THOMPSON, Reginald Campbell. **The sculptures and inscription of Darius the Great on the rock of Behistun in Persia**. Londres: Longmans & Co., 1907.

KINZL, Konrad. **A companion to the classical Greek world**. Malden, Oxford, West Sussex: Wiley Blackwell, 2010.

KIRCHNER, Johannes (ed.). **Inscriptiones Atticae Euclidis anno posteriores. Inscriptiones Graecae II (IG II²)**. 4 vols. Berolini: Walter de Gruyter, 1913-1940.

KLIPPEL, Diethelm. Staat und Souveränität. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhardt. **Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland**. Stuttgart: Klett-Cotta, 2004.

KOEBNER, Richard. **Despot and despotism: vicissitudes of a political term**, Journal of the Warburg and Courtauld Institutes, vol. 14, n. 3/4, 1951, p. 275-302.

KOLB, Frank. **La ciudad en la antigüedad**. Madrid : Editorial Gredos, 1992.

KOSMIN, Paul J. **The land of the elephant kings: space, territory, and ideology in the Seleucid Empire**. Cambridge (Massachusetts), Londres: Harvard University Press, 2014.

KUHRT, Amélie. **The Ancient Near East c. 3000-330 BC**. Vols. I-II. Londres: Routledge, 2002.

_____. **The Persian Empire: a corpus of sources from the Achaemenid Empire**. Londres e Nova Iorque : Routledge, 2007.

LANFRANCHI, Giovanni B.; ROAF, Michael; ROLLINGER, Robert (eds.). **Continuity of Empire (?) Assyria, Media, Persia**. Padova: S.a.r.g.o.n. Editrice e Libreria, 2003.

LANGSLOW, D. R. Approaching bilingualism in corpus languages. ADAMS, J. N.; JANSE, Mark; SWAIN, Simon. (eds.). **Bilingualism in ancient society: language contact and the written text**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LARSEN, Trolle Mogens. **Orientalism and the Ancient Near East**. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 1987.

LASSERRE, François. **Hérodote et Protagoras: le débat sur les constitutions**. Museum Helveticum: schweizerische Zeitschrift für klassische Altertumwissenschaft. v. 33, n. 2, 1976, p. 65-84.

LATEINER, Donald. **The historical method of Herodotus**. Toronto, Buffalo, Londres: University of Toronto Press, 1989.

LATTIMORE, Richmond. **The wise adviser in Herodotus**. Classical Philology, v. 34, n. 1, 1939, p. 24-35.

LAUGHLIN, John C. H. **Archaeology and the Bible**. Nova Iorque: Routledge, 2000.

LEBOW, Richard Ned. **Thucydides the Constructivist**. The American Political Science Review, v. 95, n. 3, 2001, p. 547-560.

LEBOW, Richard Ned; KELLY, Robert. **Thucydides and Hegemony: Athens and the United States**, Review of International Studies, v. 27, n. 4, 2001, p. 593-609.

LECOQ, Pierre. **Les inscriptions de la Perse achéménide**. Paris: Gallimard, 1997.

LEFEBVRE, Michael. **Collections, Codes and Torah: The Re-characterization of Israel's Written Law**. Nova Iorque: T & T Clark, 2006.

LEFÈVRE, François. **História do mundo grego antigo**. Tradução de Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEGRAND, Philippe-Ernest. **Histoires (Hérodote)**. v. 1. Paris: Les Belles Lettres, 1932.

LENFANT, Dominique. **Ctésias de Cnide. La Perse, L'Inde**. Texto estabelecido e traduzido por Dominique Lefant. Paris: Belles Lettres, 2004.

_____. **Les perses vus par les grecs: lire les sources classiques sur l'Empire Achéménide**. Paris: Armand Colin, 2011.

_____. **Ctesias and his eunuchs : a challenge for modern historians**. Histos, v. 6, 2012, p. 257-297.

_____. **Le mépris des eunuques dans la Grèce classique : orientalisme ou anachronisme ?** In : BOTTINEAU, Anne Queyrel (dir.). **La représentation négative de l'autre dans l'Antiquité : hostilité, réprobation, dépréciation**. Dijon : Éditions Universitaires de Dijon, 2014.

LEROUGE, Charlotte. **L'image des Parthes dans le monde gréco-romain: du début du Ier siècle av. J.-C. jusqu'à la fin du Haut-Empire romain.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2007.

LEROY, Pierre-Olivier. **Strabon. Geographie. Tome XII. Livre XV.** Paris: Belles Lettres, 2016.

LEVENSON, Jon D. **Esther: a commentary.** Louisville: Westminster John Knox Press, 1997

LÉVY, Edmond. **Naissance du concept de barbare.** Ktèma 9, 1984, p. 5-14.

_____. La cité grecque: invention moderne ou réalité antique? In: NICOLET, Claude. **Du pouvoir dans l'Antiquité: mots et réalités.** Geneva: Librairie Droz, 1990.

_____. **Basileus et turannos chez Hérodote.** Ktèma 18, 1993, p. 7-18.

_____. **Archè chez Hérodote.** In: Φιλολογία. Mélanges offerts à Michel Casevitz. Lyon : Maison de l'Orient et de la Méditerranée Jean Pouilloux, 2006. p. 89-98.

L'HOIR, Francesca Santoro. **Tacitus and women's usurpation of power.** The Classical World, vol. 88, n. 1, 1994, p. 5-25.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. **A Greek-English Lexicon.** Oxford: Clarendon Press, 1968.

LINCOLN, Bruce. **Religion, empire and torture.** Chicago: University of Chicago Press, 2007.

LIPSCHITS, Oded. **The history of the Benjamin region under Babylonian rule.** Journal of the Institute of Archaeology of Tel Aviv University, 26:2, 1999, p. 155-190.

LIVERANI, Mario. **The growth of the Assyrian Empire in the Habur / Middle Euphrates area: a new paradigm.** State Archives of Assyria Bulletin, v. 2, n. 2, 1988, p. 81-98.

_____. **The Rise and Fall of Media.** In: LANFRANCHI, Giovanni B.; ROAF, Michael; ROLLINGER, Robert (eds.). Continuity of Empire (?) Assyria, Media, Persia. Padova: S.a.r.g.o.n. Editrice e Libreria, 2003.

_____. **Para além da Bíblia: História Antiga de Israel.** São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Antigo Oriente: história, sociedade e economia.** Tradução de Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Edusp, 2016.

_____. **Assiria: la preistoria dell'imperialismo.** Bari, Roma: Laterza & Figli, 2017.

LLEWELLYN-JONES, Lloyd. **King and court in Ancient Persia 559 to 331 BCE**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2013.

LONIS, Raoul. **La cité dans le monde grec : structures, fonctionnement, contradictions**. Nancy: Armand Colin, 2004.

LOW, Polly. **The Athenian Empire**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. 11ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito (II)**. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

LUNDBOM, Jack R. **The Anchor Bible: Jeremiah 1-20. Jeremiah 37-52**. Yale: Yale University press, 2004.

LUSCHEY, Heinz. **Bisotun: Archaeology**. Encyclopaedia Iranica. Disponível em: <<https://goo.gl/S412mg>>; Acessado pela última vez em: 1º de maio de 2018.

LYONS, John. **Linguistic semantics: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. **Language and linguistics: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MAASS, Ernst. **Untersuchungen zur Geschichte der Griechischen Prosa**. Hermes, v. 22, n. 4, 1887, p. 566-595.

MACAULAY, Thomas Babington. The purpose and method of History. In: BLANCO, Walter. ROBERTS, Jennifer T. (eds.) **The Histories (Herodotus)**. Londres, Nova Iorque: W. W. Norton & Company, Inc., 2013.

MACKENZIE, David Neil. **A concise Pahlavi dictionary**. Londres: Oxford University Press, 1971.

_____. **Ērān, Ērānšahr**. Encyclopaedia Iranica, 2001.

MACKIL, Emily. Ethnos and koinon. In: MCINERNEY (ed.) **A companion to ethnicity in the Ancient Mediterranean**. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

MAGDALENE, F. Rachel. **Achaemenid Judicial and Legal Systems**. Encyclopaedia Iranica, 2009. Disponível em: <<http://www.iranicaonline.org/articles/judicial-and-legal-systems-i-achaemenid-judicial-and-legal-systems>>. Acessado pela última vez em 2 de maio de 2018.

MAIRS, Rachel R. **Hellenistic India**, New Voices in Classical Reception Studies, n. 1, p. 19-30, 2006.

MALKIN, Irad. (ed.) **Ancient perceptions of Greek ethnicity**. Londres: Harvard University Press, 2001.

MANNING, J. G.; MORRIS, Ian. (eds.). **The Ancient Economy: Evidence and Models**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

MARINCOLA, John. Historiography. In: ERSKINE, ANDREW (ed.) **A Companion to Ancient History**. Oxford: Blackwell, 2009.

MARTIN, Paul M. **L'idée de royauté à Rome: haine de la royauté et séductions monarchiques**. Clermont-Ferrand: Adosa, 1992.

MASON, Hugh J. **Greek Terms for Roman Institutions: a lexicon and analysis**. Toronto: American studies in papyrology, v. 13, 1974.

MATHESON, Sylvia A. **Persia: An Archaeological Guide**. Londres: Faber and Faber Limited, 1979.

MATTINGLY, Harold B. Periclean imperialism. In: LOW, Polly. **The Athenian Empire**. Edimburgo: Edimburgh University Press, 2008.

MATTINGLY, David J. **Imperialism, power, and identity: experiencing the Roman Empire**. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2011.

MAUSBERGER, Arno. **Polybios-Lexikon**, v. 1. Berlim: Akademie-Verlag, 1968.

MAZAR, Amihai. **Arqueologia na terra da bíblia**. São Paulo: Paulus, 2003.

MAZON, Paul (ed. e trad.). **Éschyle: Tragédies**. Tomo I. Paris: Belles Lettres, 2002.

MCINERNEY, Jeremy. Ethnos and ethnicity in Early Greece. In: MALKIN, Irad (ed.). **Ancient perceptions of Greek ethnicity (Center for Hellenic Studies Colloquia)**. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 2011.

_____. **Polis and koinon: Federal Government in Greece**. In: BECK, Hans (ed.). **Ancient Greek Government**. Malden, Oxford: Wiley-Blackwell Publishing (Blackwell Companions to the Ancient World), 2013.

_____. Ethnicity: an introduction. In: MCINERNEY, Jeremy (ed.) **A companion to ethnicity in the Ancient Mediterranean**. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

_____. (ed.) **A companion to ethnicity in the Ancient Mediterranean**. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

MCLAUGHLIN, Raoul. **Rome and the distant east: trade routes to the Ancient lands of Arabia, India and China**. Londres, Continuum: 2010.

MCQUEEN, E. I. **Herodotus, Book VI**. Londres: Cambridge University Press, 2001.

MEADOWS, Andrew R. The Administration of The Achaemenid Empire. In: CURTIS, John. TALLIS, Nigel (eds.). **Forgotten Empire, The World of Ancient Persia**. Londres: The British Museum Press, 2005.

MEIGSS, Russell. The growth of Athenian imperialism. In: LOW, Polly. **The Athenian Empire**. Edimburgo: Edimburgh University Press, 2008.

MELVILLE, Herman. **Moby-Dick; or, The Whale**. Nova Iorque: Harper & Brothers, Publishers. Londres: Richard Bentley, 1851.

MENESES SOUSA, Paulo Ângelo. **O debate persa em Heródoto (Histórias, III.80-82)**. Teresina: EdUFPI, 2010.

MILLER, Margaret C. **Athens and Persia in the fifth century BC: a study in cultural receptivity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. **“Manners makyth man”: diacritical drinking in Achaemenid Anatolia**. In: GRUEN, Erich S. (ed.) *Cultural identity in the Ancient Mediterranean. Issues & Debates*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2010.

_____. Imaging Persians in the Age of Herodotus. In: ROLLINGER, Robert; TRUSCHNEGG, Brigitte; BICHLER, Reinhold. (eds.). **Herodot und das Persische Weltreich/ Herodotus and the Persian Empire**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2011.

_____. Quoting 'Persia' in Athens. In: STROOTMAN, Rolf; VERLUYS, Miguel John. **Persianism in Antiquity**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2017.

MILNOR, Kristina. Women in Roman historiography. In: FELDHERR, Andrew (ed.). **The cambridge companion to the Roman historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MITCHELL, Lynette. **Panhellenism and the barbarian in Archaic and Classical Greece**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2007.

MITCHELL, T. C. Achaemenid history and the book of Daniel. In: CURTIS, John. (ed.). **Mesopotamia and Iran in the Persian Period: conquest and imperialism 539-331 BC**. Londres: The Trustees of the British Museum, 1997.

MISSIOU, A. ΔΟΥΛΟΣ ΤΟΥ ΒΑΣΙΛΕΩΣ: **the politics of translation**. *Classical Quarterly*, 43, p. 377-391, 1993.

MOLES, John. Herodotus and Athens. In: BAKKER, Egbert J.; JONG, Irene J. F.; WEES, Hans van. (eds.). **Brill's Companion to Herodotus**. Leiden, Boston, Colônia: Brill, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru (SP): Edusc, 2004.

_____. The place of Herodotus in the History of Historiography. In: BLANCO, Walter; ROBERTS, Jennifer T. (eds.) **The Histories (Herodotus): A Norton critical edition**. Londres, Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2013.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **Do Espírito das Leis**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2004.

MOORE, Carey A. **Esther (The Anchor Yale Bible commentaries)**. New York: Doubleday, 1971.

MORGAN, Catherine. **Early Greek States beyond the polis**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2003.

MORGAN, Janett. **Greek perspectives on the Achaemenid Empire: Persia through the looking glass**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2016.

MORLEY, Craig. **Beyond the digression: Ammianus Marcellinus on the Persians**. Journal of Ancient History and Archaeology, n. 3/4, 2016, p. 10-25.

MORRIS, Ian. The Greater Athenian State. In: MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter (eds.). **The dynamics of ancient empires: state power from Assyria to Byzantium**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MOYER, Ian S. **Egypt and the limites of Hellenism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MULDOON, James. **Empire and Order: The Concept of Empire, 800–1800**. (Studies in Modern History.) Nova Iorque: St. Martin's Press, 1999.

MUNSON, Rosaria Vignolo. **Artemisia in Herodotus**. Classical Antiquity, v. 7, n. 1, 1988, p. 91-106.

_____. **Who Are Herodotus' Persians?** The Classical World, v. 102, n. 4, 2009, p. 457-470.

_____. Herodotus and ethnicity. In: MCINERNEY (ed.) **A companion to ethnicity in the Ancient Mediterranean**. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

MURRAY, Oswyn. Greek historians. In: BOARDMAN, John. GRIFFIN, Jasper. MURRAY, Oswyn. **The Oxford history of Greece and the Hellenistic World**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

MYERS, Richard. **La démocratie chez Hérodote : une étude du Débat sur les régimes**. Journal of Political Science/ Revue canadienne de science politique XXIV :3, 1991, p. 541-555.

NADON, Christopher. **Xenophon's Prince: republic and empire in the Cyropaedia**. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 2001.

NEUJAHR, Matthew. **Predicting the past in the Ancient Near East: mantic historiography in Ancient Mesopotamia, Judah, and the Mediterranean World.** Providence, Rhode Island: Brown Judaic Studies, 2012.

NEUMANN, Hans. Slavery in private households towards the end of the third millenium B.C. In: CULBERTSON, Laura (ed.). **Slaves and households in the Near East.** Chicago, Illinóis: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2010.

NICOLET, Claude (dir.). **Du pouvoir dans l'Antiquité: mots et réalités.** Cahiers du Centre Glotz, v. 16. Genebra: Librairie Dorz, 1990.

OAKLEY, Stephen P. Res olim dissociabiles: emperors, senators and liberty. In: Woodman, A. J. (ed.) **The Cambridge Companion to Tacitus.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

OLMSTEAD, A. T. **History of the Persian Empire.** Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1948.

OOST, Stewart Irvin. **The tyrant kings of Syracuse.** Classical Philology, v. 71, n. 3, 1976, p. 224-236.

OSBORNE, Robin. **Greece in the making: 1200-479 BC.** 2ª edição. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009.

OSTWALD, Martin. **Oligarchia: the development of a constitutional form in Ancient Greece.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2000.

PALMER, Michael. **Love of Glory and The Common Good.** Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 1992.

PANAINO, Antonio. Herodotus I, 96-101: Deioces' conquest of power and the foundation of sacred royalty. In: LANFRANCHI, Giovanni B.; ROAF, Michael; ROLLINGER, Robert (eds.). **Continuity of Empire (?) Assyria, Media, Persia.** Padova: S.a.r.g.o.n. Editrice e Libreria, 2003.

PAPADODIMA, Efi. Ethnicity and the stage. In: MCINERNEY, Jeremy (ed.) **A companion to ethnicity in the Ancient Mediterranean.** Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

PARIAN, Saber Amiri. **A new edition of the Elamite version of the Behistun inscription.** Cuneiform digital library bulletin, n. 3, 2017, p. 1-14.

PARKER, Victor. **Τόπαινος: the semantics of a political concept from Archilochus to Aristotle.** *Hermes*, v. 126, n. 2, 1998, p. 145-172.

PATON, Lewis Bayles. **A critical and exegetical commentary on the book of Esther.** Edinburgh: T. & T. Clark, 1908.

PAYEN, Pascal. **Les îles nomades: conquérir et résister dans l'Enquête d'Hérodote.** Paris: éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1997.

PELLING, Christopher. **Speech and action: Herodotus' debate on the constitutions.** *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, v. 48, 2002, p. 123-158.

PEIGNEY, Jocelyne. La formation des peuples dans l'Enquête: Hérodote et les mouvements du monde. In: ALAUX, Jean (dir.). **Hérodote: formes de pensée, figures du récit.** Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.

PETIT, Thierry. **Satrapes et satrapies dans l'empire achéménide de Cyrus le Grand à Xerxès 1er.** Paris: Société d'Édition Les Belles Letres, 1990.

PETTIGREW, Kaitlyn. **Foreign women in latin literature: the representation of Boudicca.** Tese, Departamento de Estudos Clássicos, University of Western Ontario, 2013.

PIRNGRUBER, Reinhard. **The Impact of empire on market prices in Babylon in the late Achaemenid and Seleucid Periods, ca. 400 – 140 B.C.** Amsterdã: Tese de Doutorado apresentada à Vrije Universiteit, 2012.

_____. **The economy of Late Achaemenid and Seleucid Babylonia.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

PISTONE, Sergio. Imperialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (eds.) **Dicionário de Política.** (vols. 1-2). 13ª edição. Brasília: Editora UNB, 2010.

PLEKET, Henry W.; STROUD, Ronald S. **Supplementum Epigraphicum Graecum.** Vols. 26-41. Amsterdam, 1979-1994.

POHLENZ, Max. **La liberté grecque : nature et évolution d'un idéal de vie.** Tradução de J. Goffinet. Paris : Payot, 1956.

POLANYI, Karl. **The great transformation: the political economic origins of our time.** Boston: Beacon Press, 2001.

POLÍBIO. **The Histories.** Tradução de Robin Waterfield. Oxford: Oxford University Press, 2010.

POULAKOS, Takis. **Speaking for the polis: Isocrates' rhetorical education**. Columbia: University of South Carolina Press, 1997

POWELL, J. Enoch. **A lexicon to Herodotus**. 2ª edição. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1960.

_____. **Herodotus, Book VIII**. Londres: Cambridge University Press, 2003.

PRITCHETT, W. Kendrick. **The Liar School of Herodotos**. Amsterdam: J.C. Gieben, 1993.

RAAFLAUB, Kurt. **Herodotus, political thought, and the meaning of history**. Aretusa, v. 20, p. 221-248, 1987.

RAAFLAUB, Kurt A. Stick and Glue: The Function of Tyranny in Fifth-Century Athenian Democracy. In: MORGAN, Kathryn A. (ed.) **Popular Tyranny: Sovereignty and its Discontents in Ancient Greece**. Texas: University of Texas Press, 2003.

_____. Archaic Greek Aristocrats as Carriers of Cultural Interaction. In: ROLLINGER, Robert et al. **Commerce and Monetary System in the Ancient World**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004.

_____. Learning from the enemy: Athenian and Persian 'Instruments of Empire'. In: MA, John. PAPAZARKADAS, Nikolaos. PARKER, Robert. **Interpreting the Athenian Empire**. Londres: Duckworth, 2009.

RADNER, Karen. Assyria and the Medes. In: POTTS, Daniel T. (ed.). **The Oxford Handbook of Ancient Iran**. Oxford: Oxford University press, 2013.

RAUBITSCHKE, Antony E. **The treaties between Persia and Athens**. Greek, Roman and Byzantine Studies, n. 5, 1964, p. 151-159.

RAWLINGS III, Hunter R. **Thucydides on the purpose of the Delian League**. In: LOW, Polly. **The Athenian Empire**. Edimburgo: Edimburgh University Press, 2008.

REDE, Marcelo. **Monoteísmo na Babilônia? Considerações acerca da mitologia de Marduk**. In: LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. TACLA, Adriene Baron (eds.). **Cadernos do CEIA**, n. 1, 2008, p. 106-127.

REDFIELD, James. **Herodotus the tourist**. Classical philology, v. 80, n. 2, 1985, p. 97-118.

_____. The polis. In: BOYS-STONES, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNIA, Phiroze (eds.). **The Oxford Handbook of Hellenic Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

RICHARDSON, John. **The language of empire: Rome and the idea of empire from the third century BC to the second century AD**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RICHTER, Melvin. Despotism, Oriental. In: GRAFTON, Anthony. MOST, Glenn W. SETTIS, Salvatore (eds.). **The Classical Tradition**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2010.

RIJKSBARON, Albert. **The syntax and semantics of the verb in classical Greek: an introduction**. 3ª edição. Amsterdã: J. C. Gieben, 2002.

ROAF, Michael. **The Median Dark Age**. In: LANFRANCHI, Giovanni B.; ROAF, Michael; ROLLINGER, Robert (eds.). Continuity of Empire (?) Assyria, Media, Persia. Padova: S.a.r.g.o.n. Editrice e Libreria, 2003.

ROBERTS, Michael. **The revolt of Boudicca and the assertion of libertas in Neronian Rome**. The American Journal of Philology, vol. 109, n. 1, 1988, p. 118-132.

_____. **Herodotus and the intellectual heritage of the Ancient Near East**. In: ARO, S. WHITING, R. (eds.). The heirs of Assyria (Melammu 1). Helsinki, 2000, p. 65-83.

ROLLINGER, Robert. **Herodotus II: The Histories as a source for Persia and the Persians**. Encyclopaedia Iranica. 15 de dezembro de 2003. <<http://www.iranicaonline.org/articles/herodotus-ii>>. Acesso em: novembro de 2014.

_____. HENKELMAN, Wouter F. M. **New observations on “Greek” in the Achaemenid empire according to cuneiform texts from Babylonia and Persepolis**. In: BRIANT, Pierre; CHAUVEAU, Michel. (eds.) Organisation des pouvoirs et contacts culturels dans les pays de l’empire achéménide. (Actes du colloque organisé au Collège de France par la « Chaire d’histoire et civilisation du monde achéménide et de l’empire d’Alexandre » et le « Réseau international d’études et de recherches achéménides » (GDR 2538 CNRS), 9-10 novembre 2007). Paris : Éditions de Boccard, 2009.

_____. The Eastern Mediterranean and beyond: the relations between the worlds of the 'Greek' and 'Non-Greek' civilizations. In: KINZL, Konrad H. (ed.). **A companion to the classical Greek world**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

_____. **Herodotus iii. Defining The Persians**. Encyclopaedia Iranica, versão de março de 2012. Disponível em <<http://www.iranicaonline.org/articles/herodotus-xi>>. Acesso em: 8 de out. 2014.

RÖMER, Thomas. **A origem de Javé: o Deus de Israel e seu nome**. São Paulo: Paulus, 2016.

ROMILLY, Jacqueline de. **Le classement des constitutions d’Hérodote à Aristote**. Revue des Études Grecques, v. 72, n. 339-343, 1959, p. 81-99.

ROMM, James S. **Herodotus**. New Haven: Yale University Press, 1998.

ROOT, Margaret Cool. **The king and kingship in Achaemenid art: essays on the creation of an iconography of empire**. Leiden: Brill, 1979.

_____. **The Parthenon Frieze and the Apadana Relief's at Persepolis: reassessing a programmatic relationship.** *American Journal of Archaeology*, v. 89, n. 1, 1985, p. 103-120.

_____. Embracing ambiguity in the world of Athens and Persia. In: GRUEN, Erich S. (ed.) **Cultural identity in the Ancient Mediterranean. Issues & Debates.** Los Angeles: Getty Research Institute, 2010.

_____. Defining the divine in Achaemenid Persian kingship. In: DUINDAM, Jeroen. (ed.). **Every inch a king: comparative studies on kings and kingship in the Ancient and Medieval Worlds.** Leiden, Boston: Brill, 2013.

ROSE, Charles Brian. **The Parthians in Augustan Rome.** *American Journal of Archaeology*, vol. 109, 2005, p. 21-75.

ROSÉN, Haiim B. **Herodoti Historiae. v. 1, libros I-IV continens.** Leipzig: Teubner Verlagsgesellschaft, 1987.

ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert. **A companion to the Roman Republic.** Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

ROSTOVTZEFF, Michel Ivanovich. **Histoire économique et sociale du Monde Hellénistique.** Traduzido do inglês por Odile Demange. Paris: Éditions Robert Laffont, 1989.

_____. **The social and economic history of the Roman Empire.** 2ª Edição. Oxford: Clarendon Press, 1957.

ROY, James. Autochthony in Ancient Greece. In: MCINERNET, Jeremy. (ed.). **A companion to ethnicity in the Ancient Mediterranean.** Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

RUFFING, Kai. **Herodot und die Wirtschaft des Achaimeniden-Reichs.** In: ROLLINGER, Robert; TRUSCHNEGG, Brigitte; BICHLER, Reinhold. (eds.) *Herodot und das Persische Weltreich/ Herodotus and the Persian Empire.* Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2011.

RUTLAND, Linda W. **Women as makers of kings in Tacitus' Annals.** *The Classical World*, vol. 72, n. 1, 1978, p. 15-29.

RZEPKA, Jacek. **Ethnos, koinon, sympoliteia, and Greek federal States.** In: DERDA, Thomasz; URBANIK, Jakub; WECOWSKI, Marek. (eds.). *Ἑυεργεσίας χάριν.* Studies presented to Benedetto Bravo and Ewa Wipszycka by their disciples. Warschau: Fundacja Taubenschlag, 2002, p. 225-247.

SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides.* Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SAKELLARIOU, M. B. **The Polis-State, definition and origin**. Atenas: Research Centre for Greek and Roman antiquity, 1989.

SANCHEZ, Manel Garcia. **El gran rey de Persia**. Barcelona: Publicacions i Edicions, 2009.

SANCISI-WEERDENBURG, Heleen. Was there ever a Median empire?, in: KUHRT, Amélie; SANCISI-WEERDENBURG, Heleen. **Method and Theory. Proceedings of the London 1985 Achaemenid History Workshop**. *Achaemenid History*, 3^a ed. Leiden, 1988.

_____. Political concepts in Old-Persian royal inscriptions. In: RAAFLAUB Kurt (ed.). **Anfänge politischen Denkens in der Antike: die nahöstlichen Kulturen und die Griechen**. München: R. Oldenbourg Verlag, 1993.

_____. Medes and Persians in early States? In: Bakel, A. Martin van, Oosten, Jarich G. (eds.). **The Dynamics of the Early State Paradigm**. Utrecht: ISOR, pp. 87-104, 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/1diC21>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

SAID, Edward W. **Orientalism**. Nova Iorque: First Vintage, 1979.

SCHIERA, Piero. Estado Moderno. BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB: 2010.

SCHMAL, Stephan. **Feindbilder bei den frühen Griechen: Untersuchungen zur Entwicklung von Fremdenbildern und Identitäten in der griechischen Literatur von Homer bis Aristophanes**. Frankfurt am Main, Berlim, Nova Iorque, Paris, Viena: Peter Land, 1995.

SCHMITT, Rüdiger. **Epigraphisch-exegetische Noten zu Dareios' Bīsūtūn Inschriften**. Viena: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1990.

_____. **The Bisitun Inscriptions of Darius the Great: Old Persian Text**. Londres: *Corpus Inscriptionum Iranicarum*, 1991.

_____. **Die Sprache der Meder: eine grosse unbekannte**. In: LANFRANCHI, Giovanni B.; ROAF, Michael; ROLLINGER, Robert (eds.). *Continuity of Empire (?) Assyria, Media, Persia*. Padova: S.a.r.g.o.n. Editrice e Libreria, 2003.

_____. **Die altpersischen Inschriften der Achaimeniden**. Editio minor mit deutscher Übersetzung. Wiesbaden: Reichert Verlag, 2009.

_____. Herodot und iranische Sprachen. In: ROLLINGER, Robert; TRUSCHNEGG, Brigitte; BICHLER, Reinhold. (eds.) **Herodot und das Persische Weltreich/ Herodotus and the Persian Empire**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2011a.

_____. **Dāta**. *Encyclopaedia Iranica*, 2011b. Disponível em: <<http://www.iranicaonline.org/articles/data>>. Acesso em: novembro de 2017.

_____. **Greco-Persian Political Relations**. Encyclopaedia Iranica, 2012. Disponível em: < <http://www.iranicaonline.org/articles/greece-i>>. Acesso em: novembro de 2017.

_____. **Wörterbuch der altpersischen Königsinschriften**. Wiesbaden: Reichert Verlag, 2014.

SCHNEIDER, Rolf Michael. **Bunte Barbaren: Orientalenstatuen aus farbigen Marmor in der römischen Repräsentationskunst**. Worms: Wernersche Verlagsgesellschaft, 1986.

_____. Friend and Foe. The Orient in Rome. In: Curtis, Vesta Sarkhosh (eds.): **The Age of the Parthians**. Londres: I. B. Tauris, 2007.

SCHULLER, Wolfgang. Die Polis als Staat. In: HANSEN, Mogens Herman. **The ancient Greek city-state (Symposium on the occasion of the 250th Anniversary of the Royal Danish Academy of Sciences and Letters)**. Copenhagen: Munksgaard 1993.

SCOTT, Michael. **Delphi and Olympia: the spatial politics of panhellenism in the Archaic and Classical periods**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SERGENT, Bernard. **Homosexualité et initiation chez les peuples indo-européens**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1996.

SETERS, John van. **Em busca da História: historiografia no mundo antigo e as origens da história bíblica**. Tradução de Simone Maria de Lopes Mello. São Paulo: Edusp, 2008.

SHAHBAZI, Shapur. The Achaemenid Persian Empire. In: DARYAEE, Touraj. (ed.). **The Oxford Handbook of Iranian History**. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

SHANNAHAN, John. **Artaxerxes II**. Macquarie University: tese de doutorado, 2015.

SHAPIRO, H. A. **The Cambridge Companion to Archaic Greece**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SHAYEGAN, M. Rahim. **Arsacids and Sasanians: political ideology in Post-Hellenistic and Late Antique Persia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SHEA, W. H. **Esther and History**. Andrews University Seminary Studies, Michigan, v. 14, 1976, p. 227-246.

SIMPSON, Christopher J. **Where is the Parthian? The Prima Porta Statue of Augustus Revisited**. Latomus, vol. 64, fasc. 1, 2005, p. 82-90.

SKINNER, Joseph. **The invention of Greek ethnography: from Homer to Herodotus**. Nova Iorque, Oxford: Oxford University Press, 2012.

SKINNER, Quentin. **The foundations of modern political thought**. Cambridge: Cambridge University Press: 1978.

SKJÆRVØ, Prods Oktor. **Homosexuality in zoroastrianism**. Encyclopaedia Iranica, 2012.

_____. **Next of kin marriage in zoroastrianism**. Encyclopaedia Iranica, 2013.

_____. **Achaemenid religion**. Religion Compass 8/6, p. 175-187, 2014.

SLEEMAN, J. H. (ed.). **Herodotus, Book I**. Londres: Bristol Classical Press, 2002.

SMITH, Mark S. **The early history of God: Yahweh and the other deities in Ancient Israel**. 2ª edição. Cambridge, Michigan: Eerdmans, 2002.

_____. **O memorial de Deus: história, memória e a experiência do divino no Antigo Israel**. São Paulo: Paulus, 2006.

SNODGRASS, Anthony. **Archaic Greece: the age of experiment**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1980.

SNELL, Bruno. **Lexicon des Frühgriechischen Epos**. 1º Volume. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1979.

SONNABEND, Holger. **Fremdenbild und Politik: Vorstellungen der Römer von Ägypten und dem Partherreich in der späten Republik und frühen Kaiserzeit**. Berna, Frankfurt am Main, Nova Iorque: Peter Lang, 1986.

SOURVINOU-INWOOD, Christiane. **Herodotos (and others) on Pelasgians: some perceptions of ethnicity**. In: FOWLER, Robert. Herodotus and Athens. In: DEROW, Peter; PARKER, Robert. (eds.) Herodotus and His World. Essays from a Conference in Memory of George Forrest. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SPAWFORTH, Antony. Symbol of unity? The Persian-Wars tradition in the Roman Empire. In: Hornblower, Simon (ed.). **Greek historiography**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

STEIN, Hein (ed.). **Herodoti Historiae**. Berlim: Weidmann, 1869.

STOLPER, Matthew W. **Entrepreneurs and empire: the Murašû archive, the Murašû firm, and Persian rule in Babylonia**. Leiden: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, 1985.

_____. Elamite. In: WOODARD, Roger D. (ed.). **The Cambridge encyclopedia of the world's ancient languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Achaemenid languages and inscriptions. In: CURTIS, John; TALLIS, Nigel (eds.). **Forgotten Empire: the world of Ancient Persia**. Londres: The British Museum Press, 2005.

_____. 'His own death' in Bisotun and Persepolis. ARTA: Achaemenid Research on Texts and Archaeology, n. 2, 2015, p. 1-28.

STRASBURGER, Hermann. **Herodot und das perikleische Athen.** Zeitschrift für Alte Geschichte, n. 4, v. 1, p. 1-25., 1955.

STROHEKER, Karl Friedrich. **Zu den Anfängen der monarchischen Theorie in der Sophistik.** Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, v. 2, n. 4, 1954, p. 381-412.

STRONACH, David. **Pasargadae: a report on the excavations conducted by the British Institute of Persian Studies from 1961 to 1963.** Oxford: Clarendon Press, 1978.

_____. Anshan and Parsa: early Achaemenid history, art and architecture on the Iranian plateau. In: CURTIS, John. (ed.). **Mesopotamia and Iran in the Persian Period: conquest and imperialism 539-331 BC.** Londres: The Trustees of the British Museum, 1997.

_____. Of Cyrus, Darius and Alexander: a new look at the epitaphs of Cyrus the Great. In: DITTMANN, Reinhard; HROUDA, Barthel; LÖW, Ulrike; MATTHIAE, Paolo; MAYER-OPIFICIUS, Ruth Mayer; THÜRWÄCHTER, Sabine (eds.). **Variatio Delectat: Iran und der Westen, Gedenkschrift für Peter Calmeyer.** Münster: Ugarit-Verlag, 2000.

_____. **From the Persepolis Fortification Archiver Project, 4: 'His own death' in Bisotun and Persepolis.** Paris: Arta 2015.002, março de 2015.

_____. Independent Media: archaeological notes from the homeland. In: LANFRANCHI, Giovanni B.; ROAF, Michael; ROLLINGER, Robert (eds.). **Continuity of Empire (?) Assyria, Media, Persia.** Padova, S.a.r.g.o.n. Editrice e Libreria, 2003.

STRASBURGER, Hermann. **Herodot und das perikleische Athen.** Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, v. 4, n. 1, 1955, p. 1-25.

STUART, Douglas K. The Old Testament context of David's costly flirtation with empire-building. In: PORTER, Stanley E.; WESTFALL, Cynthia Long. (eds.) **Empire in the New Testament.** Eugene, Oregon: Pickwick Publications, 2011.

STUURMAN, Siep. **Herodotus and Sima Qian: history and the anthropological turn in Ancient Greece and Han China.** Journal of World History, v. 19, n. 1, 2008, p. 1-40.

SYME, Ronald. **Tacitus.** vols 1-2. Oxford: Clarendon Press, 1958.

TANCK, Claudia. **Archē, ethnos, polis: Untersuchungen zur begrifflichen Erfassung des Achämenidenreiches in zeitgenössischen griechischen Quellen.** Berlim, Bern, Nova Iorque Paris, Viena: Peter Lang, 1997.

TATUM, James. (1989). **Xenophon's imperial fiction: on the education of Cyrus.** Nova Jersey, Princeton University Press.

TAUSEND, Klaus. **Claudia Tanck, Arche - Ethnos - Polis (Review)**. Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte: Romanistische Abteilung, v. 118, n. 1, 2001, p. 599-600.

TAVERNIER, J. **Iranica in the Achaemenid Period (ca. 550-330 B.C.): lexicon of Old Iranian proper names and loanwords, attested in non-Iranian texts**. Leuven, Paris, Dudley (MA): Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2007.

TEMIN, Peter. **Price behavior in Ancient Babylon**. Explorations in Economic History 39, 46-60 (2002).

_____. **The Roman Market Economy**. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2013.

THOMAS, Rosalind. **Literacy and orality in Ancient Greece**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. **Herodotus in context: ethnography, science and the art of persuasion**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. Deioces the Mede and Pythius the Lydian. In: BARAGWANATH, Emily. BAKKER, Matthieu de. (eds.) **Myth, truth & narrative in Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

THORDARSON, Fridrik. **Herodotus and the Iranians (IV-V): ὄψις, ἀκούη, ψεύδος**. Symbolae Osloenses: Norwegian Journal of Greek and Latin Studies. v. 71, 1996, p. 42-58.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus (990-1992)**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

TIMPE, Dieter. **Die Bedeutung der Schlacht von Carrhae**, Museum Helveticum, vol. 19, n. 2, 1962, p. 104-129.

TREUK (Medeiros de ARAUJO), Matheus. **Direito e poder na Pérsia Aquemênida**. Revista Poder e Cultura, v. 3, n. 5, p. 16-29, 2016.

_____. **Hegemonia e impérios orientais em Heródoto**. Revista Clássica, v. 30, n. 1, p. 9-27, 2017a.

_____. **O “colapso econômico” do Império Aquemênida**. II Colóquio Internacional do Antigo Egito e Oriente Próximo, São Paulo: USP, 2017b.

_____. **O livro de Ester e a irrevogabilidade das leis aquemênidas**. Caderno de Língua e Literatura Hebraica, n. 15, p. 232-249, 2018a.

_____. **A Pártia e os partos nos Anais de Tácito**. Mare Nostrum, v. 9, n. 1, 2018b, p. 1-22.

TUCKER JR. Dennis W. **Constructing and Deconstructing Power in Psalms 107-150**. Houston: Society of Biblical Literature, 2014.

TUPLIN, Christopher. **The administration of the Achaemenid empire**. In: CARRADICE, I. (ed.). *Coinage and Administration in the Athenian and Persian Empires*, British Archaeological Reports International Series 147, Oxford, 1987, p. 109-66.

_____. **Xenophon, Sparta and the Cyropaedia**. In: POWELL, Anton. HODKINSON, Stephen. *The Shadow of Sparta*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1994.

_____. **Medes in Media, Mesopotamia, and Anatolia: empire, hegemony, domination or illusion?** *Ancient West & East*, v. 3, n. 2, p. 223-251. Boston, Leiden: Brill, 2004.

_____. "All the King's Men", in: CURTIS, John, SIMPSON, St. John (eds.) **The World of Achaemenid Persia: History, Art and Society in Iran and the Ancient Near East**. Londres: I B. Tauris, 2010.

_____. Managing the world. Herodotus on Achaemenid imperial organisation. In: ROLLINGER, Robert; TRUSCHNEGG, Brigitte; BICHLER, Reinhold. (eds.) **Herodot und das Persische Weltreich/ Herodotus and the Persian Empire**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2011.

UTAS, Bo. Semitic in Iranian: written, read and spoken language. In: CSATÓ, Éva Ágnes; ISAKSSON, Bo; JAHANI, Carina. (eds.) **Linguistic convergence and areal diffusion: case studies from Iranian, Semitic and Turkic**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005.

VAN DER SPEK, Robartus Johannes; MANDEMAKERS, C. A. **Sense and nonsense in the statistical approach of Babylonian prices**. *Bibliotheca orientalis*, n. 60, 2003, p. 521-537.

_____. The 'Silverization' of Economies. In: ARCHIBALD, Zosia H.; DAVIES, John R.; GABRIELSEN, Vincent. (eds.) **The economies of hellenistic societies, third to first centuries BC**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

VANNICELLI, Pietro. The mythical origins of the medes and the persians. In: BARAGWANATH, Emily. BAKKER, Matthieu de. (eds.) **Myth, truth & narrative in Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

VERGIN, Wiebke. **Das Imperium Romanum und seine Gegenwelten: die geographisch-ethnographischen Exkurse in den "Res Gestae" des Ammianus Marcellinus**. Berlin; Boston: De Gruyter, 2013.

VIANINO, J. (ed.) **Ammiani Marcellini rerum gestarum lexicon**. Hildesheim: Olms-Weidmann, 1985.

VILLING, Alexandra. Persia and Greece. In: CURTIS, John. TALLIS, Nigel (eds.). **Forgotten Empire, The World of Ancient Persia**. Londres: The British Museum Press, 2005.

VIMERCATI, Emmanuele. Il concetto di 'ethnos' nella terminologia politica ellenistica. In: BEARZOT, Cinzia; LANDUCCI, Franca; ZECCHINI, Giuseppe. **Gli stati territoriali nel mondo antico**. Milão: Vita e Pensiero, 2003.

VLASSOPOULOS, Kostas. **Greeks and Barbarians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. **Unthinking the Greek polis: ancient Greek history beyond eurocentrism**. Cambridge, Nova Iorque, Melbourne, Madrid: Cambridge University Press, 2007.

VOGT, Joseph. **Die Hellenisierung der Perser in der Tragödie des Aischylos**. Festschrift H. E. Stier, Münster, 1972, p. 131-145.

VON VOIGTLANDER, Elizabeth N. **The Bisitun Inscription of Darius the Great, Babylonian Version**. Londres: Corpus Inscriptionum Iranicarum. Part I, Inscriptions of Ancient Iran, v. 2, 1978.

WALBANK, Frank William. **Monarchies and monarchic ideas**. In: The Cambridge Ancient History, v. VII, parte 1. 9ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WALSER, Gerold. **Rom, das Reich und die fremden Völker in der Geschichtsschreibung der frühen Kaiserzeit: studien zur Glaubwürdigkeit des Tacitus**. Basileia: Helbing & Lichtenhahn, 1951.

WARD, Ann. **Herodotus and the philosophy of empire**. Waco (Texas): Baylor University Press, 2008.

WASMUTH, Melanie. **Ägypto-persische Herrscher- und Herrschaftspräsentation in der Achämenidenzeit**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2017.

WATERS, Kenneth Harold. **Herodotos, the historian: his problems, methods, and originality**. Norman: University of Oklahoma Press, 1985.

WATERS, Matthew William. **Darius and the Achaemenid line**. Ancient History Bulletin, n. 10, 1996, p. 11-18.

_____. **Cyrus and the Achaemenids**. Iran, v. 42, 2004, p. 91-102.

_____. **Media and Its Discontents**. Journal of the American Oriental Society, v. 125, n. 4, p. 517-533, 2005.

_____. **Ancient Persia: a concise history of the Achaemenid Empire, 550-330 BCE**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

_____. **Ctesias' Persica and its Near Eastern context**. Madison: The University of Wisconsin Press, 2017.

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie**. 5ª edição. Tübingen: Mohr Siebeck, 1976.

WEST, Martin L. **The East Face of Helicon**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

WEST, Stephanie. **Herodotus' sources of information on Persian matters**. In: ROLLINGER, Robert; TRUSCHNEGG, Brigitte; BICHLER, Reinhold. (eds.) *Herodot und das Persische Weltreich/ Herodotus and the Persian Empire*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2011.

WHITE, Hayden. **The Question of Narrative in Contemporary History Theory**. Blackwell Publishing for Wesleyan University, *History and Theory*, v. 23, n. 1, 1984, p. 1-33.

_____. **The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation**. Baltimore, Maryland: The John Hopkins University Press, 1990.

WHITLEY, James. **Protoattic pottery: a contextual approach**. In: Morris, Ian. *Classical Greece: ancient histories and modern archaeologies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WICKERSHAM, John Moore. **Hegemony and the Greek historians**. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 1994.

WIEDEMANN, T. E. J., Between men and beasts: Barbarians in Ammianus Marcellinus in: MOXON, I. S., SMART, J.D. e WOODMAN, A. J. (eds.), **Past Perspectives. Studies in Greek and Roman historical writing**. Cambridge 1986, p. 189-201.

WIESEHÖFER, Josef. **Ancient Persia from 550 BC to 650 AD**. Londres, Nova Iorque: I. B. Tauris, 2001 (1ª edição: 1996).

_____. **La Persia antica**. Tradução de Alessandro Cristofori. Bolonha: Il Mulino, 2003.

_____. The Achaemenid Empire. In: MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter (eds.). **The Dynamics of Ancient Empires: State Power from Assyria to Byzantium**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

WILKINSON, David. **Hegemonia: Hegemony, Classical and Modern**. *Journal of World-Systems Research*, v. 14, n. 2, p. 119-141, 2008. Disponível em: <http://jwsr.pitt.edu/ojs/public/journals/1/Full_Issue_PDFs/jwsr-v14n2.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2017.

WILL, Édouard. **Le monde grec et l'Orient**. Tomo I, o século V (510-403). Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

WINDFUHR, Gernot. **The Iranian languages**. Nova Iorque: Routledge, 2009.

WINTON, Richard I. **Thucydides 1, 97, 2: the ‘arche of the Athenians’ and the ‘Athenian Empire’**. *Museum Helveticum*, v. 38, n. 3, p. 147-152, 1981.

WISSEMANN, Michael. **Die Parther in der augusteischen Dichtung**. Frankfurt am Main, Berna: Peter Lang, 1982.

YOUNG JR, T. Cuyler. The early history of the Medes and the Persians and the Achaemenid empire to the death of Cambyses/ The consolidation of the empire and its limits of growth under Darius and Xerxes. In: BOARDMAN, John; HAMMOND, N. G. L.; LEWIS, D. M.; OSTWALD, M. (eds.). **The Cambridge Ancient History (CAH). 2ª edição, volume IV: Persia, Greece and the Western Mediterranean c. 525 - 479 B.C.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

- Acrópole, 44, 64, 65, 303
 Agamenão, 88, 91, 243, 246, 280
 Ágora, 64, 65, 200, 303
 Ahura-Mazda
 Ahura Mazda, 133, 141, 142, 144, 145, 151,
 154, 159, 160, 161, 168, 174, 197, 198
 Alcibíades, 61, 62, 63, 90
 Alexandre, o Grande
 Alexandre, 277, 282, 287
 Ammiano Marcellino, 13, 288, 292, 298
 Anshan, 130, 138, 186, 187, 358
archē
 ἀρχή, 5, 6, 7, 27, 32, 48, 49, 149, 150, 151,
 154, 183, 201, 203, 204, 205, 206, 212,
 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220,
 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228,
 229, 230, 231, 232, 236, 247, 248, 249,
 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 274,
 275, 278, 282, 284, 295, 296, 297, 298,
 299, 306, 307, 308, 309, 310, 313, 315
 Aristóbulo, 149, 277
 Aristóteles, 13, 26, 83, 103, 104, 108, 110,
 192, 227, 233, 254, 257, 259, 261, 273, 286,
 293, 295, 296, 297, 310, 321
 arqueologia
 arqueológico, 86, 183, 184, 185
 Arquíloco, 212, 228
 Arriano, 149, 150, 228, 229, 238, 258, 259,
 277, 282, 287, 299
 Artaxerxes II, 14, 60, 145, 190, 356
 Artaxerxes III, 14, 191
 Artemisa, 200, 265, 313
 Ásia Menor, 44, 56, 57, 58, 60, 63, 65, 183,
 194, 236, 303, 307
 Astíages, 179, 187, 217, 240, 241, 244, 249,
 250, 251
 Atenas, 5, 10, 32, 35, 38, 42, 44, 45, 51, 54, 55,
 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 73, 74, 75,
 76, 77, 78, 79, 89, 91, 92, 93, 190, 200, 201,
 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 235,
 238, 241, 249, 250, 251, 253, 261, 262, 265,
 266, 270, 272, 278, 283, 296, 298, 299, 300,
 302, 303, 306, 308, 309, 310, 312, 313, 314,
 315, 316, 317, 320, 321, 334, 355
 Atossa, 238
 Augusto, 120, 167, 231, 256, 278, 282, 283,
 284, 286, 287, 288, 292, 326
 Avesta
 avéstico, 131, 132, 197
 Babilônia, 71, 86, 111, 120, 121, 122, 125, 126,
 127, 129, 131, 133, 144, 147, 155, 157, 173,
 178, 180, 182, 186, 187, 189, 193, 194, 195,
 196, 197, 209, 215, 218, 233, 234, 237, 273,
 295, 352
basilēē
 basileía, 214, 260, 262, 272, 274, 275, 276,
 299
 Bíblia, 127, 129, 345
 Bodin
 Jean Bodin, 97, 98, 99, 103, 104
 Brásidas, 89, 91
bumi-, 5, 6, 7, 49, 120, 130, 131, 138, 158,
 159, 161, 162, 163, 164, 308, 309, 310
 Cambises, 58, 60, 81, 99, 135, 146, 150, 158,
 162, 187, 192, 195, 214, 240, 247, 248, 251,
 269, 274, 289, 312, 314, 315, 317
 Caracala, 238
 Cária
 cários, 50, 57, 69, 71, 155
 cerâmica, 39, 57, 64, 68, 301, 302
 César, 231, 284, 286
 Ciro, 38, 47, 56, 57, 58, 60, 66, 67, 79, 81, 84,
 85, 126, 130, 135, 138, 146, 149, 150, 162,
 171, 172, 179, 185, 187, 189, 193, 195, 208,
 210, 215, 216, 217, 218, 220, 226, 227, 229,
 234, 237, 240, 241, 244, 248, 249, 251, 262,
 266, 274, 280, 289, 312
Ciropaedia
 Ciropédia, 226, 230
 Ciropédia, 15, 38, 82, 187, 193, 234, 236, 237,
 238, 302
 Cleômenes, 60, 92, 218, 264
 Corinto, 89, 224, 249, 263, 314, 315
 Cresos, 44, 58, 60, 84, 90, 182, 183, 202, 206,
 207, 208, 213, 215, 217, 218, 240, 250, 251,
 252, 273, 274, 290, 311
 Ctésias, 60, 65, 67, 69, 81, 82, 83, 133, 187,
 233, 255
dahyu-
 dahyāva, 49, 120, 138, 145, 148, 152, 153,
 157, 158, 163, 191, 276, 337, 341
 Dario I, 14, 56, 59, 60, 63, 79, 81, 133, 138,
 155, 162, 163, 166, 168, 169, 188, 192, 193,
 195, 196, 198, 214, 264
 Debate Constitucional, 38, 77, 263, 267, 268,
 269, 271, 316, 318
 Déjoces, 87, 179, 181, 182, 202, 209, 233, 263,
 264, 269, 274, 294, 318

- Delfos, 44, 64, 71, 184, 303
 Demarato, 33, 38, 60, 73, 92, 93, 192, 263, 275, 280
 Demóstenes, 227, 256
 despotismo
 despótico, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32, 37, 64, 87, 234, 247, 263, 268, 285, 286, 292, 313, 316, 318, 338
 Dião Cássio, 14, 50, 228, 229, 231, 232, 238, 253, 257, 259, 261, 272, 278, 286
 Diodoro Sículo, 133, 191, 255, 277
 direito, 93, 95, 98, 99, 103, 104, 168, 191, 192, 193, 194, 243, 246, 247, 250, 252, 270, 292, 328
dunástai, 202, 203
 Éfeso, 61
 Egito
 egípcios, 25, 40, 41, 46, 57, 60, 71, 85, 122, 127, 135, 155, 169, 178, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 213, 227, 241, 285, 295, 315, 359
 elamita, 58, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 153, 155, 187, 274
 Esmérdis
 Bardiya, 135, 248, 267, 276
 Esparta, 56, 59, 60, 61, 71, 74, 79, 93, 200, 202, 213, 214, 220, 221, 224, 236, 242, 243, 244, 251, 264, 265, 270, 275, 276, 298, 299, 306, 311, 314
 Ésquilo, 5, 13, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 52, 58, 64, 67, 201, 212, 214, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 269, 301, 312, 320, 321
 Ésquines, 256
 Estrabão, 149, 228, 229, 232, 258, 284
éthnos
 éthnē, 13, 27, 107, 108, 109, 110, 111, 151, 202, 213, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298
 Etiópia, 213, 215, 227, 312, 315
 etnicidade, 23, 51, 110, 217, 263, 298, 300, 317, 320, 321
 Eurípides, 34, 52, 67, 75
 Fenícia, 71, 187, 315
 Fraortes, 179, 182, 209
 Gelão, 243, 273
 Giges, 91, 183, 206, 212, 251, 274, 307
 Guerra Arquidâmica, 34, 73, 278
 Guerra de Troia, 69, 83
 Guerra do Peloponeso, 61, 73, 74, 76, 88, 107, 190, 202, 220, 221, 223, 249, 251, 266, 272, 278, 314, 315
 Guerras Médicas, 24, 26, 28, 29, 35, 39, 40, 41, 43, 44, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 66, 73, 76, 77, 79, 83, 200, 236, 265, 272, 301, 312, 315
hēgemonía
 ἡγεμονία, 5, 6, 7, 201, 204, 205, 223, 225, 239, 247, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 282, 298, 299, 310
hēgemoniē
 ἡγεμονίη, 201, 202, 205, 214, 220, 222, 240, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 313, 315, 317
 helenístico
 Helenismo, 24, 39, 74, 100, 116, 130, 201, 203, 212, 277, 287, 298, 311
 Heródoto, 1, 2, 4, 5, 13, 14, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 58, 59, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 109, 118, 119, 120, 135, 148, 150, 153, 154, 155, 157, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 192, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 238, 239, 240, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 253, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 282, 290, 292, 293, 294, 295, 297, 298, 299, 301, 302, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 320, 321, 323, 331, 336, 348, 359
 Histieu, 58, 60, 63, 241
 Homero, 40, 55, 87, 88, 91, 184, 212, 253, 294
 Império Arsácida
 arsácidas, 50, 278, 282, 285
 Império Ateniense, 24, 26, 32, 34, 43, 46, 47, 202, 204, 221, 223, 225, 299, 304, 305, 307, 313, 317, 320
 Império Persa, 5, 23, 25, 30, 34, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 57, 60, 68, 70, 74, 78, 79, 94, 116, 119, 129, 131, 149, 150, 156, 162, 172, 180, 182, 183, 185, 186, 193, 201, 202, 204, 205, 211, 217, 218, 229, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 247, 250, 253, 256, 260, 261, 269, 272, 277, 282, 292, 293, 295, 297, 298, 300, 301, 302, 305, 309, 316, 320
 Império Romano, 163, 196, 201, 228, 229, 231, 232, 258, 292, 298, 299
imperium, 49, 120, 142, 202, 228, 231, 239, 256, 260, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 287, 291, 292, 298, 299

- Isócrates, 34, 227, 228, 256, 306
 isonomia, 24, 31, 59, 268, 271, 272, 311
 Jônia, 25, 56, 57, 58, 60, 63, 71, 78, 155, 200, 208, 213, 225, 241, 302, 317, 320
 Justino, 277, 278, 280
 Lídia, 46, 56, 57, 58, 59, 62, 71, 130, 167, 178, 181, 182, 183, 187, 206, 207, 208, 212, 217, 219, 222, 230, 232, 272, 273, 274, 275, 290, 295, 307, 309
 Liga de Delos, 25, 36, 46, 51, 66, 74, 75, 76, 204, 223, 231, 252, 270, 301, 303, 304, 314
 Macedônia, 188, 238, 257, 277, 278, 279, 280, 281, 287
 Média, 84, 90, 130, 141, 146, 155, 157, 158, 171, 172, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 187, 207, 208, 209, 210, 213, 219, 222, 230, 240, 264, 309
 Milcíades, 60, 63, 64, 230
Murašû, 195, 197, 357
 Nabonido, 57, 126, 181, 187
 Naxos, 58, 76, 223, 317
 Odeão, 43, 68, 303
 orientalismo
 Orientalism, 36, 64, 67, 119, 237
 Otane, 78, 263, 267, 268, 271, 274, 316
 Partenão, 44, 45, 64, 68, 302, 304
 Pártia, 155, 238, 258, 279, 282, 283, 284, 285, 288, 359
 Pasárgada, 69, 146, 149, 150, 171, 188, 229
 Pausânias, 61, 62, 63, 200, 223, 225, 244, 275, 315
 Periandro, 263, 265, 266, 269, 273, 313, 315
 Péricles, 43, 44, 45, 64, 68, 75, 89, 91, 221, 224, 231, 249, 251, 261, 265, 302, 303, 314
 Persépolis, 14, 15, 44, 58, 69, 156, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 190, 196, 303
 Pérsia, 5, 11, 28, 37, 38, 46, 49, 54, 56, 58, 60, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 74, 75, 77, 82, 117, 119, 120, 132, 141, 143, 146, 148, 151, 154, 155, 163, 178, 181, 183, 186, 187, 188, 194, 200, 201, 202, 203, 205, 207, 208, 211, 213, 219, 222, 226, 227, 230, 235, 236, 237, 238, 255, 261, 262, 267, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 284, 289, 290, 292, 296, 297, 299, 300, 304, 306, 308, 309, 311, 315, 317, 320, 321, 359
 Pisístrato, 60, 75, 77, 263, 269, 313
 Platão, 14, 76, 83, 192, 227, 234, 235, 236, 254, 261, 273, 286
 Plutarco, 83, 149, 191, 229, 258, 259, 277, 281
 Políbio, 14, 72, 84, 103, 118, 228, 257
 Polícrates, 230, 263, 265, 269, 271, 314, 315
pólis
 póleis, 5, 6, 7, 27, 48, 54, 55, 56, 59, 60, 62, 64, 69, 71, 76, 89, 91, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 201, 202, 204, 205, 212, 213, 216, 218, 223, 224, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 247, 262, 269, 275, 276, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 308, 312, 314
 Pompeu Trogo, 277, 278, 279, 280, 284, 285
 Quinto Cúrcio, 277, 279, 284
 Quinto-Cúrcio, 280, 281
 Roma, 10, 16, 120, 151, 163, 202, 215, 228, 239, 253, 257, 258, 277, 278, 279, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 291, 292, 337, 345
 Samos, 60, 71, 78, 92, 213, 230, 255, 263, 271, 315
 Sapor II, 288, 289, 290, 291
 Sardis, 58, 59, 155, 178, 184, 207, 214, 294, 333
 sassânidas
 Império Sassânida, 52, 119, 131, 133, 151, 152, 202, 260, 285, 288, 289, 290, 291, 292
 satrapia, 58, 149, 154, 155, 156, 157, 185, 211, 224
 Semíramis, 133, 280
 soberania, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 106, 227, 231, 253, 287, 295, 296, 308, 310
 Sogdiana, 155, 164, 167
 Susa, 14, 15, 59, 69, 80, 135, 166, 167, 168, 171, 173, 186, 190, 193, 234, 306
 Tácito, 284, 285, 359
 Temístocles, 61, 62, 63
 tirania
 tirano, 5, 26, 31, 32, 36, 45, 62, 75, 77, 92, 203, 212, 214, 224, 247, 249, 256, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 277, 296, 297, 299, 306, 307, 308, 312, 314, 315
 Tucídides, 5, 15, 34, 50, 60, 63, 71, 72, 75, 82, 84, 88, 89, 90, 91, 118, 202, 203, 220, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 251, 253, 254, 266, 299, 301, 305, 306, 308, 309, 313, 320, 354
 Vologases I, 285
 Xenofonte, 15, 34, 38, 48, 50, 62, 82, 84, 109, 150, 187, 201, 212, 226, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 254, 258, 302, 306, 309, 321
 Xerxes, 15, 33, 38, 57, 59, 60, 62, 63, 69, 73, 79, 80, 81, 86, 90, 93, 99, 145, 149, 151,

155, 156, 168, 190, 192, 219, 231, 234, 236,
248, 252, 264, 266, 274, 275, 280, 289, 293,
312, 317, 329, 342, 363
xšaça-
xšaçam, 5, 6, 7, 49, 120, 131, 138, 139, 142,
143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151,

152, 153, 155, 163, 164, 168, 276, 308,
309, 330, 337
Zeus, 64, 69, 88, 91, 133, 212, 214, 230, 236,
244, 249
zoroastrismo, 131, 132, 164, 197, 198
Zoroastro, 197
Zwei-Welten, 202, 281